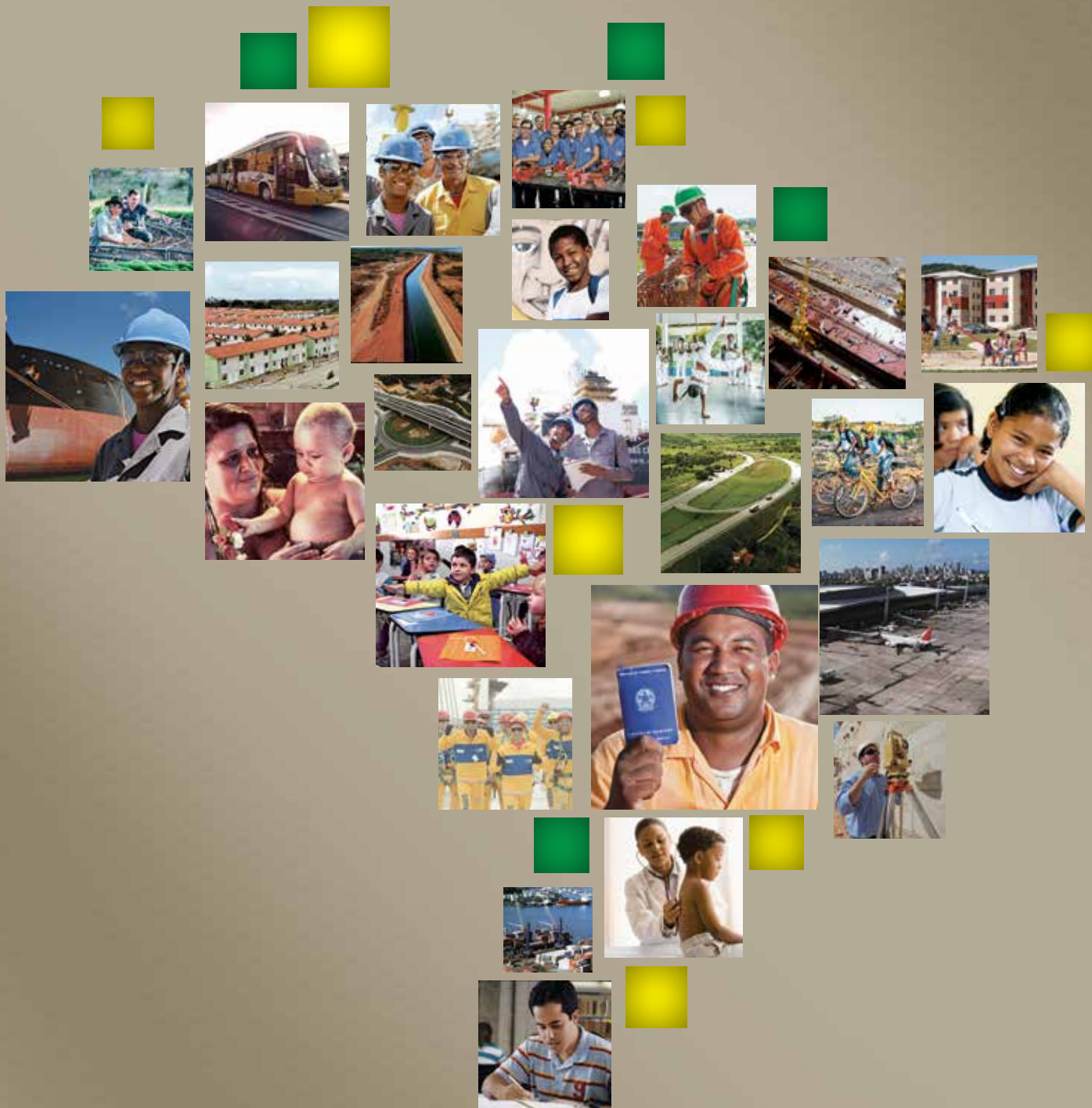




PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2014



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL



2014

Copyright © 2014 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou
sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das Fotos: Secom/Divulgação, Acervo MS, MDA, Mapa, MDS,
MEC, MMA, MPOG, Senai/DN, Secretaria-Geral/PR e Agência Brasil/EBC.

Tiragem: 2.600 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Brasil. Presidente (2011- : Dilma Rousseff)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2014: 4ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2014.

464 p. : il. (Documentos da Presidência da República).

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2014. 2. Desenvolvimento econômico –
Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil. 4. Igualdade de direitos – Brasil. 5. Erradicação
da pobreza – Brasil. 6. Soberania nacional – Brasil. 7. Cidadania – Brasil.
8. Transparência na administração pública – Brasil. 9. Ética – Brasil. I. Rousseff,
Dilma Vana, 1947- . II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981



República Federativa do Brasil

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Temer

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa
Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Luiz Alberto Figueiredo Machado

Ministro de Estado da Fazenda
Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes
César Borges

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Antônio Andrade

Ministro de Estado da Educação
Aloizio Mercadante

Ministra de Estado da Cultura
Marta Suplicy

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado da Previdência Social
Garibaldi Alves

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia
Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações
Paulo Bernardo

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Marco Antonio Raupp

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Teixeira

Ministro de Estado do Esporte
Aldo Rebelo

Ministro de Estado do Turismo
Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado, interino, da Integração Nacional
Francisco José Coelho Teixeira

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Pepe Vargas

Ministro de Estado das Cidades
Aguinaldo Ribeiro

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Marcelo Crivella

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Gilberto Carvalho

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
José Elito Carvalho Siqueira

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União
Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República
Ideli Salvatti

Ministro de Estado Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Helena Chagas

Ministro de Estado Chefe, interino, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Marcelo Côrtes Neri

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Luiza Bairros

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Maria do Rosário

Ministro de Estado Chefe, interino, da Secretaria de Portos da Presidência da República
Antonio Henrique Pinheiro Silveira

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Moreira Franco

Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Senhoras e Senhores Parlamentares,

É com elevada honra que, neste momento, cumpro o dever constitucional de dirigir-me ao Congresso Nacional para relatar os progressos realizados pelo meu governo e as perspectivas que estão postas ao País.

À honra devo acrescentar a satisfação, pois as informações que ora apresento demonstram as transformações e o dinamismo desse novo Brasil que estamos construindo juntos.

Mesmo num cenário internacional de grandes incertezas e desafios, o nosso País mantém a estabilidade, crescimento, emprego, renda e redução das desigualdades.

Manteremos, em 2014, uma gestão das contas públicas compatível com a continuidade da política de profundo compromisso com a responsabilidade fiscal, para o que contribuirá, entre outras medidas, o pacto que firmamos com as principais lideranças políticas do Congresso Nacional. É importante destacar que a necessidade de financiamento da previdência social caiu de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 para 1% em 2013; as despesas com pessoal, de 4,7% para 4,2% do PIB, no mesmo período. Esse esforço não seria concretizado sem a parceria do Congresso Nacional.

Esta é uma exigência para mantermos nosso inegociável e irredutível compromisso com o controle da inflação. Pelo décimo ano consecutivo, a inflação se situou dentro da banda de metas estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, o que denota a consistência da nossa política monetária. Reafirmo nossa determinação com medidas orientadas para a convergência da inflação para o centro da meta.

Vale destacar que a taxa de câmbio manteve-se em patamar adequado, e que dispomos de volumosas reservas internacionais, nada menos que US\$ 376 bilhões, que nos dão a segurança para superar instabilidades que ainda marcam o comportamento da economia internacional.

O Brasil é, e continuará sendo, um dos mercados mais atraentes para o investidor externo. Isso está expresso no fato de que, em 2013, a entrada de investimento estrangeiro direto atingiu US\$ 64 bilhões. Para 2014, as novas concessões, os investimentos estruturantes em andamento, o desenvolvimento do Campo de Libra e os grandes eventos são oportunidades extraordinárias que o Brasil oferece.

Neste novo Brasil, a responsabilidade com as contas públicas não está dissociada da responsabilidade social. Assim, continuamos a intensificar os esforços para construir uma ampla nova classe média e superar definitivamente a pobreza extrema, com programas como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, concretizando o sonho de gerações.

É digno de nota o fato de que a economia brasileira tem criado volumes expressivos de empregos, numa conjuntura de elevadas e persistentes taxas de desemprego nas economias mais desenvolvidas do mundo. Os rendimentos reais dos trabalhadores brasileiros continuam a aumentar e a exitosa política de incremento real do salário mínimo continua a elevar a renda dos setores mais desprotegidos do mercado de trabalho.

Assim sendo, o Brasil de hoje enfrenta exitosamente a crise, sem o sacrifício de sua população, como ocorria no passado.

Estamos também enfrentando o desafio de dotar o Brasil de infraestrutura e logística proporcionais à sua grandeza e ao seu recente dinamismo. São centenas de bilhões de Reais investidos em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, metrô, geração de energia e outros itens relevantes da nossa infraestrutura.

Segue em ritmo avançado o Programa Minha Casa, Minha Vida, o maior programa de habitação popular já visto no País, complementado agora pelo Programa Minha Casa Melhor.



No campo da Saúde, o nosso bem-sucedido esforço vem sendo o de dotar o Sistema Único de Saúde (SUS) da imprescindível base de um atendimento médico de qualidade para todos os brasileiros, recuperando sua missão e sua finalidade. Nesse sentido, o Programa Mais Médicos procura levar esse atendimento aos mais longínquos rincões do País e às camadas mais necessitadas da população.

No campo da Educação, estratégico para a competitividade do País e para nossa democracia, estamos intensificando os esforços para construir no Brasil uma autêntica sociedade do conhecimento e criar caminhos de oportunidades que conjuguem o esforço individual, o apoio das famílias e novas políticas de inclusão e melhoria da qualidade do ensino.

Implantamos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o maior programa de formação profissional da história do Brasil, e estamos ampliando cada vez mais o acesso ao ensino de nível superior, inclusive para jovens mais pobres, com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O Programa Ciência sem Fronteiras, muito elogiado internacionalmente, vem permitindo a milhares de jovens universitários do Brasil o acesso às melhores universidades do mundo.

O desenvolvimento recente do Brasil, além de fiscalmente responsável, macroeconomicamente sólido e socialmente inclusivo, é, também, ambientalmente sustentável. Continuamos empenhados na redução substancial do desmatamento, especialmente na região amazônica. Vamos cumprir, antes do prazo estipulado, nosso compromisso de redução das nossas emissões de gases do efeito estufa, consolidando o Brasil como exemplo de país líder no desenvolvimento e no uso de energias renováveis.

O Brasil, que sempre foi muito bem acolhido em todas as competições esportivas, saberá agora aproveitar suas realizações e potencialidades para realizar uma grande Copa do Mundo, a Copa das Copas, demonstrando talento, eficiência e capacidade de fazer.

A consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), dos Brics e a presença destacada do Brasil nos organismos multilaterais demonstram que o País nunca esteve tão integrado ao seu entorno regional e ao cenário mundial. O Brasil é, cada vez mais, um grande protagonista internacional, que age de forma afirmativa e responsável, contribuindo para o equacionamento dos grandes problemas mundiais.

Tudo o que estamos fazendo, tudo o que estamos construindo não seria possível sem democracia. Essa democracia que aprendemos a valorizar e a amar cada vez mais. Nesse sentido, o Brasil também vem se destacando pela força de sua democracia e pela solidez de suas instituições republicanas. Vivemos um período de absoluta liberdade, independência e harmonia entre os Poderes, que combina o pleno desfrute de direitos civis e políticos com a afirmação crescente de direitos sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, estamos investindo muito na transparência da nossa gestão pública e na eficiência das nossas instituições de controle, de forma a acabar com a chaga histórica da corrupção, algo que a sociedade não mais tolera.

Senhoras e Senhores Congressistas, eu gostaria de dar ênfase a alguns aspectos fundamentais.

Um dos resultados socialmente mais importantes de 2013 foi a expansão do emprego, pois foram gerados, no ano passado, 1,1 milhão de novos postos de trabalho formais. Atingimos, com isso, um saldo de 4,5 milhões de empregos em meu governo, e uma taxa de desocupação de 4,3 %, em dezembro, na média das seis regiões metropolitanas da Pesquisa Mensal de Emprego, a menor taxa de desemprego registrada na série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seguindo os critérios definidos na política de valorização progressiva do salário mínimo, a partir de janeiro de 2014 este rendimento corresponde a R\$ 724, o que assegura um aumento de 70% no seu poder de compra em relação a 2003.

Com o Plano Brasil Maior, aprofundamos os avanços de nossa política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior. As medidas de desoneração propiciaram às empresas, em 2013, deixar de recolher ao Estado, na forma de tributos,



o equivalente a 1% do PIB. Entre essas medidas, vale destacar a política de desoneração da folha de pagamentos, que reduz os custos do trabalho para o empregador e preserva os empregos, salários e demais direitos dos trabalhadores, cujo alcance ampliamos progressivamente e que beneficiará 56 setores industriais e de serviços a partir de janeiro de 2014.

Persistimos oferecendo financiamento em condições favoráveis ao investimento produtivo. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os setores industriais atingiram R\$ 31,4 bilhões em 2013 e as operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos, por meio das linhas BNDES-Finame, R\$ 70,5 bilhões. O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) terá sequência em 2014, como parte de nossa estratégia de apoio ao investimento produtivo.

Celebramos novas parcerias público-privadas no setor de fármacos, as quais já permitiram, desde 2011, iniciar a produção, no Brasil, de mais 78 medicamentos e vacinas, propiciando transferência de tecnologia, redução de gastos e maior garantia de suprimento, o que redundará em melhor atendimento à saúde. O Inovar-Auto já estimulou a vinda para o País de mais dez empresas internacionais, fabricantes de veículos leves e pesados, além de dezenas de novas empresas fornecedoras, resultando em R\$ 8,3 bilhões de investimentos em novas plantas.

Sempre é importante lembrar que, desde janeiro de 2013, o preço da energia elétrica foi reduzido para consumidores residenciais e industriais, por meio da renovação antecipada de concessões de geração e transmissão de energia e da redução de encargos setoriais.

Lançamos, em março, o Plano Inova Empresa, que mobilizará R\$ 32,9 bilhões, até 2014, para investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos. Com ele, integramos ações e instrumentos de apoio à inovação nas empresas e estamos agilizando o processo de análise e aprovação de projetos. Ressalte-se que, em 2014, a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) começará a atuar, coordenando as ações de laboratórios e institutos públicos de pesquisa voltados diretamente para a inovação tecnológica da indústria brasileira. Com isso, começaremos a reproduzir, na área industrial, o mesmo modelo exitoso que conseguimos criar, no setor agrícola, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Mantivemos, em 2013, especial atenção ao segmento das micro e pequenas empresas. Foi criada a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), antiga reivindicação desse conjunto de empresas. A partir de 2014, com a implantação do Portal Empresa Simples, será oferecido, a um público de cerca de 8,2 milhões de empresas, via Internet, um conjunto de serviços públicos que afetam diretamente, de forma positiva, a competitividade dos negócios, sem burocracia e com segurança. Nosso propósito é reduzir o prazo para abertura de empresas no Brasil para um máximo de cinco dias.

O Crescer, nosso Programa de microcrédito produtivo orientado, também tem se mostrado importante instrumento de apoio aos microempreendedores. Até novembro de 2013 foram realizadas 7,8 milhões de operações de microcrédito pelo Crescer, mobilizando R\$ 10,4 bilhões em crédito para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas de todo o Brasil.

Continuamos a avançar, em 2013, na construção de uma política ambiental consistente e eficiente. A taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal foi de 5.843 km², segunda menor taxa da história e 79% menor que a registrada em 2004, quando iniciamos a política sistemática de combate ao desflorestamento neste bioma.

Na safra 2013/2014 garantimos, mais uma vez, volumes expressivos para financiar a produção do agronegócio e da agricultura familiar. Para o agronegócio, são R\$ 136 bilhões em crédito para custeio e investimento; para a agricultura familiar, são R\$ 21 bilhões – incluídos, neste total, os recursos emergenciais para o semiárido. Nos dois casos, também aprimoramos as medidas de garantia de preços e de seguro agrícola, para mitigar a incerteza típica da produção agropecuária e evitar comprometer o desempenho do setor, fundamental para a segurança alimentar dos brasileiros e para o desempenho exportador de nosso País.



No ano que passou, fizemos uma reorganização nos critérios de seleção de terras para reforma agrária e de oferta dos serviços públicos necessários a dar qualidade e sustentabilidade aos assentamentos. Sob estas novas bases, encerramos 2013 com 102 decretos de desapropriação de terras publicados, o que dá novo impulso ao processo de reforma agrária.

Lançamos o Plano Nacional de Armazenagem, para aumentar e modernizar a capacidade estática de armazenagem privada e pública. Para a rede pública federal, foram destinados R\$ 500 milhões, para a construção e reforma de armazéns. Para ampliar a capacidade estática de armazenagem privada em cerca de 65 milhões de toneladas, disponibilizamos R\$ 25 bilhões para investimentos ao longo de cinco anos, com taxas de juros e prazos de amortização muito favoráveis. Em apenas seis meses de vigência do Programa, foram aprovados financiamentos de R\$ 1,5 bilhão, demonstrando o interesse do setor produtivo pelo Plano.

Entre 2012 e 2013, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) atendeu a mais de um milhão de famílias na área rural. Para ampliar a escala dessa ação, criamos, em 2013, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que começará a operar no primeiro semestre de 2014. Com isso, o grande conhecimento tecnológico da Embrapa também poderá ser disponibilizado para o mais humilde de nossos agricultores.

Lançamos, pela primeira vez, um plano safra específico para o semiárido, com o propósito de apoiar os agricultores na adoção de sistemas produtivos e técnicas mais adequados à convivência com as condições hídricas da região. São R\$ 7 bilhões para financiar 1,6 milhão de agricultores de 1.133 Municípios do semiárido.

Demos continuidade, em 2013, às medidas para mitigar os impactos sobre a população e a produção econômica do semiárido provocados por uma das mais intensas secas das últimas décadas. Ao longo dos cerca de dois anos de duração da atual seca, 1.499 Municípios tiveram situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal; em janeiro de 2014, 1.164 ainda estão nesta situação. Demos sequência à Operação Carro-pipa, sob a coordenação do Exército e, no início deste ano, 6.103 carros-pipa contratados pelo Governo Federal estavam atuando na região.

Temos também buscado ampliar a oferta e a capacidade de armazenamento de água na região. Com recursos federais, já foram recuperados 1.150 poços, e concluída a perfuração de 20 poços profundos, de um total de 24 previstos. Das 750 mil cisternas que previmos entregar até 2014, já havíamos implantado 481 mil até dezembro último, o que nos dá confiança de que cumprimos nossa meta.

Como prometido, continuamos e continuaremos pagando a Bolsa Estiagem e o Garantia Safra enquanto a seca durar. Em dezembro de 2013, 1,3 milhão de pequenos produtores receberam a Bolsa Estiagem e mais de 704 mil famílias receberam o Garantia Safra. Até aquele mês, já havíamos vendido 871 mil toneladas de milho a preço subsidiado para ajudar os produtores na alimentação dos animais e realizado 511 mil operações no âmbito da linha de crédito emergencial, mobilizando R\$ 3,45 bilhões.

Trata-se de um gigantesco e bem-sucedido esforço. Ao contrário do que acontecia até um passado recente, esta seca não produziu migrações em massa ou saques em busca de comida e água. Mobilizamos um aparato de proteção social que evitou sua transformação em calamidade social.

Em 2013 foi também possível a consolidação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em 2012. Desde o início do Plano, foram investidos cerca de R\$ 160 milhões para melhorar a capacidade de alertas de desastres, assim como foram selecionados cerca de R\$ 11,5 bilhões para projetos e obras de prevenção, como contenção de encostas, drenagem e barragem, e cerca de R\$ 660 milhões para apoio às localidades e populações vítimas de desastres naturais.

Não poderia deixar de falar das máquinas que estamos doando para todos os Municípios do Brasil com menos de 50 mil habitantes. Entregamos, em 2013, 3.796 retroescavadeiras, 2.617 motoniveladoras, 1.357 caminhões-caçamba, 753 caminhões-pipa e 461 pás carregadeiras, com investimento de R\$ 2,3 bilhões. Desde o início do Programa, foram entregues 10.259 equipamentos e,



em 2014, entregaremos outros 7,8 mil. Os processos de licitação, que previram margens de preferência para a indústria nacional, foram concluídos, e todos os contratos com os fornecedores (100% com fábricas no Brasil) já foram efetivados.

Também com o propósito de apoiar e fortalecer os Municípios, decidimos garantir-lhes um auxílio financeiro adicional de R\$ 3 bilhões, pago em duas parcelas, uma em setembro de 2013 e outra em abril de 2014. A distribuição destes recursos é feita de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No ano passado, o Programa Bolsa Família comemorou dez anos de uma trajetória bem-sucedida, consolidando-se como o maior programa de transferência de renda do mundo e a grande referência internacional em programas dessa natureza. Graças ao Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza, sendo 22 milhões em função da complementação de renda até um mínimo de R\$ 70 per capita implementada com o Plano Brasil Sem Miséria.

O grande desafio em 2014 é o de localizar e incluir no Cadastro Único, no Bolsa Família e em outros programas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas pela estratégia de busca ativa. Estima-se que 500 mil famílias ainda devam ser identificadas e inscritas no Cadastro. Estamos dando o último e fundamental passo para transformar o Brasil em um país livre da pobreza extrema.

Mas não estamos cuidando apenas da ampliação da porta de entrada do Programa, estamos também investindo na geração de oportunidades de transformação da vida desses milhões de brasileiros e brasileiras que recebem o Bolsa Família, com iniciativas para a inclusão produtiva e a qualificação profissional dos seus beneficiários.

As ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria têm propiciado excelentes resultados. Em 2013, os serviços de assistência técnica alcançaram 259,8 mil agricultores familiares em situação de extrema pobreza, inclusive povos e comunidades tradicionais, superando a meta inicialmente prevista no Plano.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM) já gerou oportunidades de qualificação profissional para 842 mil brasileiros e brasileiras. Em 2014, serão oferecidas mais 763 mil vagas do Pronatec/BSM para o público do Cadastro Único, ampliando a meta originalmente prevista de um milhão de vagas, em virtude da grande demanda existente.

Daremos sequência, em 2014, às políticas de proteção social que nos permitiram avançar de forma célere em direção à superação da extrema pobreza. Manteremos também a prioridade para expansão do acesso e aumento da qualidade da educação no Brasil, política fundamental para a sustentabilidade de longo prazo do processo de transformação social em que vivemos e para o aumento de produtividade da economia brasileira.

Em relação às creches, desde 2011 já foram concluídas cerca de 1,3 mil unidades e outras 3,1 mil estavam em construção no final de 2013. Da meta de seis mil a serem contratadas em todo o Brasil até o final de 2014, mais de cinco mil já estavam contratadas com Municípios e o Distrito Federal. Com a adoção de novo modelo construtivo, o processo de construção de novas creches deve ficar mais ágil – o prazo deve diminuir de até 18 meses para seis meses – o que nos dá a certeza de que cumprimos a meta.

Em 2013, crianças e adolescentes de 49 mil escolas públicas de todo o Brasil recebiam educação em tempo integral. Deste total de escolas, 32 mil têm mais de 50% de seus alunos vindos de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Em 2014, queremos chegar a 60 mil escolas com ensino de tempo integral.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já conta com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal e 5.420 Municípios para formação de mais de 333 mil orientadores de estudos e professores alfabetizadores. Em 2013 concedemos R\$ 666 milhões em bolsas de formação.



Em pouco mais de dois anos de implementação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) beneficiou mais de 5,5 milhões de brasileiros com cursos técnicos e de qualificação profissional. São 864 tipos de cursos, dos quais 220 cursos técnicos e 644 cursos de formação inicial e continuada, oferecidos por escolas técnicas federais e estaduais e, principalmente, pelas escolas do Sistema S, em uma parceria extremamente bem-sucedida com o setor privado. Temos certeza de que atingiremos, em 2014, a meta prevista para o Pronatec, de atender a oito milhões de jovens e adultos com formação profissional de qualidade.

A expansão da rede federal de educação manteve seu ritmo. Em 2013, 40 escolas técnicas federais de 18 Estados iniciaram suas atividades, elevando para 116 o total de novas unidades em funcionamento desde 2011. No caso dos *campi* universitários, 17 novos já haviam iniciado suas atividades até o ano passado, de uma total de 47 novos *campi* previstos até o final de 2014.

Em 2013, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi fortalecido como procedimento de seleção nacional e republicano. Cerca de 5,04 milhões de estudantes fizeram o Exame, um aumento de 20% em relação ao número de participantes em 2012. Neste início de 2014, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também se consolidou como mecanismo nacional de acesso às universidades públicas, e contou com a participação de 115 instituições e a oferta de 171,4 mil vagas.

Por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni), foram concedidas 177 mil bolsas em 2013, alcançando a marca de 1,27 milhão de estudantes atendidos. Para 2014, está prevista a oferta de 250 mil novas bolsas de estudo. Por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mais de 556 mil financiamentos foram concedidos em 2013. Para 2014, a meta é oferecer financiamento a mais 400 mil alunos.

A Lei de Cotas entrou em vigor em 2013 e as universidades federais e institutos federais já superaram os mínimos previstos na legislação para o período. Do total de 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 foram para estudantes cotistas, totalizando 32,5% de todas as vagas oferecidas. Nos institutos federais, este índice foi de 45,4%. As cotas oferecem oportunidades que antes eram negadas a estudantes de escolas públicas, pobres, afrodescendentes e indígenas. Elas são essenciais para a superação das nossas injustiças históricas e para o combate à discriminação racial.

Desde seu início, em 2011, até o fim de 2013 foram concedidas mais de 60 mil bolsas pelo Programa Ciência sem Fronteiras, em cerca de 30 países. A maior parte (29%) dos bolsistas teve como destino os Estados Unidos, seguido por Reino Unido, Canadá e França, priorizando-se as áreas de engenharia, tecnológicas e de saúde. Em 2014, será iniciada a concessão de uma nova modalidade de bolsa, para realizar mestrado profissional em universidades no exterior.

A histórica decisão de destinar 75% dos recursos dos *royalties* do petróleo e 50% do Fundo Social gerado pelo excedente em óleo do Pré-sal para a educação permitirá ao Brasil investir ainda mais na área de educação, acelerando sua entrada na economia do conhecimento. O Congresso Nacional se sensibilizou com as demandas da população em favor de mais educação de qualidade e aprovou a legislação que propusemos como uma das respostas às manifestações de junho. Estou certa de que, já nos próximos anos, estaremos transformando o recurso finito do petróleo em educação, riqueza perene de nossa Nação.

Outra resposta às demandas da população nas manifestações de junho também está em curso e com sucesso: o Mais Médicos. Com o propósito de diminuir a carência de médicos nas periferias de nossas grandes cidades, no interior do Brasil e nas regiões Norte e Nordeste, o Programa já colocou 6.676 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade, com supervisão e tutoria, beneficiando mais de 23,8 milhões de brasileiros. Em 2014, vamos alcançar, ainda no primeiro semestre, o total de 13 mil médicos em atuação por todo o Brasil no âmbito do Programa, atendendo a 45,5 milhões de pessoas.

Estamos também investindo na expansão e melhoria da rede de atendimento básico, em especial nos postos de saúde. Em 2013, foram habilitadas 5.438 propostas de construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em 2.625 Municípios, 2.808 de ampliação em 1.351 Municípios e 2.851 de reforma em 1.323 Municípios. Para 2014 está prevista a inauguração de mais



1,5 mil novos postos de saúde. Estamos também ampliando a rede de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) pelo Brasil: são 296 em funcionamento e chegaremos a 500 até o final de 2014.

O ano de 2013 apresentou grandes resultados para a necessária expansão e modernização da infraestrutura brasileira.

Fizemos, em 2013, cinco leilões de rodovias, com a transferência de 4.247 km de rodovias para a gestão privada. Em todos, os deságios sobre as tarifas de referência foram elevados, demonstrando a grande atratividade desses investimentos. Em 2014, temos mais um leilão de rodovia planejado e continuaremos identificando, em nossa extensa malha rodoviária, outros trechos que possam ser transferidos para a iniciativa privada.

O novo modelo de concessão de ferrovias está pronto, após intenso diálogo com o setor privado e com os órgãos de controle. Vamos colocá-lo em implementação a partir de 2014, com o leilão do trecho entre Lucas do Rio Verde/MT e Campinorte/GO. Os demais trechos previstos no Programa de Investimento em Logística serão analisados para definir como avançar no processo de concessão.

Adotamos, em 2013, um novo marco regulatório para o sistema portuário brasileiro. Nos primeiros seis meses de vigência da nova legislação, já foram aprovadas autorizações para instalação ou ampliação de nove Terminais de Uso Privado (TUPs), que investirão cerca de R\$ 6,3 bilhões. Há outros 54 pedidos de autorizações de TUPs em análise, que deverão ser concluídos em 2014, quando também iniciaremos os arrendamentos em portos públicos.

Retomamos, em 2013, as licitações de petróleo e gás. Foram duas licitações na modalidade de concessão, nas quais foram oferecidos mais de 500 blocos exploratórios, em várias bacias sedimentares do País. Empresas de 11 países, além do Brasil, participaram desses leilões e pagaram um bônus de assinatura de R\$ 2,65 bilhões.

Realizamos, com extraordinário sucesso, a primeira licitação no modelo de partilha, com o megacampo de Libra na camada de Pré-sal. O leilão foi vencido por um forte e eficiente consórcio, com a participação da Petrobras e de outras quatro das maiores empresas petrolíferas mundiais. Libra possui reservas estimadas entre oito e 12 bilhões de barris de petróleo de excelente qualidade, e sua exploração terá imensos efeitos sobre a cadeia produtiva de petróleo e gás no Brasil, além de contribuir para fazer do País um exportador de petróleo.

Fizemos, em 2013, quatro leilões de geração de energia, que acrescentaram 7.145 Megawatts (MW) à capacidade instalada, e quatro leilões de transmissão, agregando 8.134 km à rede de circuitos básicos no País. Mantivemos, assim, nossa política de planejar e contratar, com antecedência, a expansão do sistema, para propiciar, às empresas e consumidores, segurança na oferta. Entre 2011 e 2013, já ampliamos em 14.690 MW a capacidade de geração e em 16.122 km a rede de circuitos básicos no País.

O Programa Luz para Todos também comemorou, em 2013, dez anos de existência, tendo beneficiado, neste período, cerca de 15 milhões de brasileiros do meio rural com mais de três milhões de ligações de energia elétrica. Em 2014, o Luz para Todos deve executar 261 mil novas ligações e proporcionar o acesso à eletricidade a mais de 1,18 milhão de moradores rurais.

No setor aeroportuário, Galeão e Confins foram concedidos à iniciativa privada, com a previsão de investimentos iniciais de R\$ 9,2 bilhões até 2016. A disputa nos leilões foi intensa e os consórcios vencedores contam com a participação de dois dos maiores operadores aeroportuários do mundo. Com essas concessões, seis aeroportos de grande porte estão sob gestão da iniciativa privada, o que deverá acelerar o processo de expansão e modernização de nossa malha aeroportuária para atender à crescente demanda de passageiros.

Os frutos dos investimentos públicos feitos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também são expressivos. Nos últimos três anos, agregamos cerca de 2,6 mil km à malha rodoviária federal, e os 260 km da Ferronorte no



trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis, no Mato Grosso. Temos R\$ 84 bilhões de investimentos em saneamento básico em execução, para ampliar os índices de cobertura de água e esgoto em todas as regiões do Brasil.

O Minha Casa, Minha Vida alcançou, em 2013, a marca de 2,24 milhões de moradias contratadas somente em meu governo, e de 1,53 milhão de moradias entregues desde 2011. Até o final de 2014, vamos atingir a meta de contratar a construção de 2,75 milhões de moradias, realizando o sonho da casa própria para milhões de famílias que, sem o apoio do Programa, dificilmente conseguiriam conquistar sua moradia.

Desde junho, as famílias que conquistam sua moradia pelo Programa Minha Casa, Minha Vida passaram a contar também com o Minha Casa Melhor, uma linha de crédito especial, de até R\$ 5 mil, juros de 5% a.a. e prazo de pagamento de 48 meses, para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Até dezembro, 383 mil famílias haviam contratado o crédito, mobilizando R\$ 1,9 bilhão e dinamizando a produção de móveis e eletrodomésticos e o comércio em todo o País.

Cabe destacar os vultosos investimentos que destinamos para realizar, em parceria com Estados e Municípios, obras que elevarão a qualidade do transporte coletivo em nossas cidades. Antes mesmo das manifestações de junho, quando a população se mobilizou por transporte seguro, rápido, confiável e com preço adequado, já havíamos destinado R\$ 93 bilhões em recursos da União e em financiamentos para obras de mobilidade urbana. Como uma de nossas respostas às manifestações, ampliamos em R\$ 50 bilhões o total destinado a investimentos nesta área. Importante destacar que desoneramos importantes tributos federais do transporte coletivo urbano para baratear o preço das passagens.

Até janeiro de 2014, já havíamos anunciado a maior parte das obras que receberão recursos do Governo Federal. Investiremos na construção de 2,8 mil km de transporte sobre pneus, 20,5 km de transporte fluvial e 603,3 km de trilhos.

Neste conjunto de investimentos, de especial relevância são aqueles que estamos fazendo para construir ou ampliar sistemas de metrô em nove grandes cidades – Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília. Serão 275 km de novos metrô, que terão papel central na reorganização do transporte coletivo dessas metrópoles, inclusive na implantação do tão demandado bilhete único.

Não faltarão recursos para estas obras, as quais esperamos que recebam, de Governadores e Prefeitos, prioridade em sua execução, para que possamos, em um período de tempo curto, atender à demanda de nossa população por melhores condições de transporte coletivo urbano.

Realizamos, em 2013, com sucesso, dois grandes eventos internacionais: a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a Jornada Mundial da Juventude. Foram experiências importantes, cujo sucesso nos habilita a afirmar que a Copa do Mundo FIFA 2014 será a “Copa das Copas”. A Copa é o maior evento esportivo do planeta em 2014, e fortalecerá o Brasil como destino turístico. É uma das maiores oportunidades que teremos para mostrar a nossa cultura, a nossa hospitalidade, a nossa alegria, as nossas belezas naturais e o nosso povo.

Temos priorizado o desenvolvimento do esporte em nosso País, proporcionando aos nossos jovens auxílio financeiro para que possam se dedicar com afinco às modalidades esportivas. Nosso objetivo é que o Brasil, em 2016, figure entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos. Para isso, além dos investimentos na organização dos Jogos e na infraestrutura composta por equipamentos olímpicos, estamos implementando o Plano Brasil Medalhas 2016, que com investimentos de R\$ 1 bilhão alcançará 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016. Além disso, Governo Federal vem cumprindo os compromissos assumidos com a ampliação de instalações esportivas. Além das quatro instalações sob nossa responsabilidade, com valor estimado de R\$ 641 milhões, foram selecionados, em 2013, os 163 Municípios que irão receber 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) em todos os Estados e no Distrito Federal, com recursos de R\$ 967 milhões.



Continuaremos também oferecendo aos entes federados apoio e parceria no enfrentamento dos desafios da segurança pública. Daremos continuidade às ações do nosso Plano Estratégico de Fronteiras que, mobilizando o Ministério da Defesa e os órgãos do Ministério da Justiça em parceria com as forças estaduais de segurança, têm garantido um controle mais efetivo das nossas fronteiras. Entre 2011 e 2013, por meio das Operações Sentinela e Ágata, foram apreendidas 565 toneladas de drogas e mais de 2,6 mil armas de fogo, e efetuadas quase 30 mil prisões. Com o enfrentamento ao tráfico de drogas e armas em nossas fronteiras, evitamos o fortalecimento do crime organizado no território nacional.

Disponibilizamos R\$ 1,1 bilhão para que os Estados possam construir novos presídios, ampliando 47.419 novas vagas no sistema prisional estadual entre 2011 e 2014. A construção do quinto presídio federal, que ficará em Brasília, foi iniciada em dezembro de 2013. A Força Nacional de Segurança continuará, sempre que demandada pelos Estados e atendidos os pré-requisitos legais, a apoiar as forças estaduais de segurança, como fez, desde 2011, em 78 operações em 21 Estados.

O cenário internacional esteve repleto de desafios em 2013, e não será diferente no ano que se inicia. Há fortes indícios de que estejamos assistindo ao início da recuperação da economia dos países desenvolvidos, mas é evidente que nenhum país pode enfrentar isoladamente a tarefa de reconstrução da economia mundial. Para tanto, é fundamental levar adiante – como vimos fazendo – a busca de acordos na esfera global. É imprescindível, igualmente, forjar uma governança internacional representativa e transparente, capaz de dar respostas coletivas e duradouras para os desafios do século XXI. Este é o compromisso que o Brasil vai reafirmar em 2014.

Atuamos de forma consistente com este objetivo em 2013. A agenda de relações bilaterais com parceiros em todos os continentes, desenvolvidos ou em desenvolvimento, foi ampla, e a participação nos organismos regionais e multilaterais foi ativa. O Brasil recebeu, entre visitas oficiais e reuniões de trabalho, os Presidentes de França, Uruguai, Egito, Argentina, Alemanha, Venezuela, Suriname, Bolívia, Paraguai, Conselho Europeu e da Comissão Europeia, o Presidente do Governo da Federação da Rússia, o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia e o Vice-Presidente dos Estados Unidos. Foram realizadas visitas de Estado a Portugal, África do Sul, Paraguai, Chile, Argentina, Venezuela, Peru, Etiópia, Guiné-Equatorial, Nigéria, Itália e Vaticano.

No centro de todas essas iniciativas esteve presente a preocupação de defesa do interesse nacional do Brasil e daqueles princípios que têm norteado a nossa política externa. Consolidamos e aprofundamos nossa presença em vários quadrantes do Globo, ampliando as possibilidades de cooperação em áreas como educação, ciência, tecnologia, inovação e direitos humanos e as oportunidades comerciais e de investimento para o Brasil.

Destaco, em especial, a participação no Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi definida a renegociação das dívidas de 12 países africanos em relação ao Brasil, assim como a criação de linhas de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar novos investimentos na África. Essa iniciativa – que teve a aprovação do Congresso Nacional – revelou-se fundamental para dinamizar nossas oportunidades de investimento no continente africano, assim como permitirá o fortalecimento de nosso comércio exterior.

As Cúpulas do Mercosul (Montevideu) e Unasul (Paramaribo) permitiram a reintegração do Paraguai aos dois grupos. O Brasil desempenhou ativo papel na busca de uma solução política negociada para o contencioso provisoriamente criado entre o Paraguai e o sistema multilateral sul-americano. Com os processos de associação da Guiana e do Suriname ao Mercosul, todos os países da América do Sul passaram a vincular-se ao Bloco, como Estados Partes ou como Associados.

Por ocasião da V Cúpula do Brics, em Durban, e da V Cúpula do G20, em São Petersburgo, insistimos na prioridade para a geração de empregos e a promoção do crescimento econômico forte, sustentável e equilibrado; apoiamos iniciativas sobre cooperação tributária, que procuram coibir o recurso a paraísos fiscais; e cobramos a implementação urgente da reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010, além de nova fórmula de cálculo de quotas e revisão geral de quotas.



As revelações de interceptação de comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos, empresas e do Governo nos levaram a propor, em particular no âmbito das Nações Unidas, ações visando resguardar o respeito à soberania dos Estados na área de telecomunicações, o direito dos indivíduos à privacidade e o aperfeiçoamento da governança da Internet. Além de fazer desse tema o principal item da intervenção na abertura do debate geral da 48ª Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentamos, em conjunto com a Alemanha, projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital, que foi aprovado por unanimidade no plenário da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi com grande senso de responsabilidade que o Brasil se colocou na vanguarda dessa luta internacional pela democracia e pelos valores democráticos.

Avançaremos, em 2014, na adoção de medidas que assegurem a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações de interesse do Estado brasileiro, em especial no que se refere à segurança cibernética. Continuaremos nossos esforços junto à ONU para manter o direito à privacidade e à confidencialidade das informações na Internet. O Brasil está comprometido com a manutenção da Internet como um território livre e neutro, que sirva aos grandes propósitos da paz, da aproximação dos povos e da livre circulação de informações.

Em 2014, participaremos de eventos de grande importância para a democratização das relações internacionais. Dois deles serão sediados no Brasil.

Sediaremos em São Paulo, em abril de 2014, a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, que reunirá representantes de governos, organizações internacionais, comunidades técnica, acadêmica, da sociedade civil e do setor privado.

O encontro que sediaremos em julho com os líderes da Rússia, Índia, China e África do Sul celebrará o início de novo ciclo de reuniões do Brics, após as cinco Cúpulas realizadas em cada um dos países-membros. Será o momento de avaliar as conquistas e planejar o futuro. O estabelecimento de um Banco de Desenvolvimento do Brics revela a preocupação em contribuir para a redução do hiato de financiamento para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no bloco e em outros países em desenvolvimento. O Arranjo Contingente de Reservas, no valor inicial de US\$ 100 bilhões, será uma linha adicional de defesa para nossas economias contra choques externos.

Reitero nosso compromisso com a continuidade da atuação em parceria não só com todas as esferas de governo, mas também com os poderes do Estado. Reafirmo também a determinação de seguir aprimorando a capacidade de gestão e a transparência do Estado brasileiro e incentivando o controle social e o acesso do cidadão às informações.

A gestão pública vem sendo feita de forma a combater cada vez com mais eficiência atos de corrupção, estimulando investimentos em prevenção, controle interno, correição e canais de denúncias e investigação. Em 2013 tivemos avanços importantes com a publicação de duas leis que visam à prevenção e ao combate à corrupção: a Lei de Conflito de Interesses e aquela que promove a responsabilização das pessoas jurídicas por atos contra a administração pública.

Com a crescente ampliação da transparência da gestão pública e com o grande fortalecimento das instituições de controle, como a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Contas e o Ministério Público, que hoje atuam com eficiência e desenvoltura, o Brasil está dando passos largos para mitigar o histórico problema da corrupção e do desvio de recursos públicos. O combate à corrupção é como o combate à inflação: exige compromisso de todos, Governo Federal, entes federados e sociedade, e demanda prazo para sua consolidação e sedimentação. O Brasil está avançando e, com certeza, vencerá definitivamente mais esse desafio.

Reitero a importância da Reforma Política para que o Brasil realize plenamente tal desafio de forma mais rápida e completa. Temos, todos nós, de assumir o compromisso de responder às justas inquietações das ruas, que pedem uma renovação do sistema de representação democrática.



Quando a sociedade adquire consciência dos seus interesses, a força do entendimento mobiliza o recurso necessário à geração da riqueza que produz igualdade. E da justiça que universaliza direitos.

Juntos, temos a oportunidade histórica de garantir e ampliar a distribuição da riqueza produzida neste País. Que fortaleça a representação da vontade dos seus cidadãos. Que faça do Estado uma vitrine ética de transparência na alocação justa dos fundos públicos.

Reafirmo que o fim da miséria é somente um começo. O começo de um novo Brasil muito mais justo e muito mais forte. Ao liberar a força antes contida do povo brasileiro, criamos um horizonte de novas fronteiras, de novas possibilidades a serem exploradas. O Brasil nunca será maior ou menor que o seu povo. Ao engrandecer e libertar nosso povo, engrandecemos e libertamos a Nação.

Todos esses compromissos que aqui mencionei assentam-se na melhoria do bem-estar de toda a população. É esse compromisso que vem criando um novo País, inclusivo, justo e forte, para todos os brasileiros. É sobre esse compromisso que temos de assentar nosso futuro.

Poder Executivo e Congresso Nacional atuaram de forma coerente com esse compromisso em 2013. Conclamo novamente as senhoras e os senhores Parlamentares a reafirmar uma forte parceria em favor do Brasil. Uma parceria em favor da democracia, da superação definitiva da miséria, e do desenvolvimento sustentável.

A partir do respeito à autonomia e independência dos Poderes e ao princípio federativo, trabalharemos em consonância com o Legislativo e o Judiciário, e em parceria com Governadores e Prefeitos, para continuarmos a desenvolver esse nosso novo País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia.

Conto com o apoio desta Casa, que abriga os interesses legítimos do povo brasileiro, para continuarmos a construir, juntos, esse magnífico Brasil com que sempre sonhamos.

Dilma Rousseff
Presidenta da República



SUMÁRIO

I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	27
II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA	37
1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade.....	37
a) Plano Brasil Maior	37
a.1) Redução dos Custos do Trabalho e do Capital	37
a.2) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas	38
a.3) Estímulos às Exportações e Defesa Comercial	39
b) Fomento, Inovação e Comércio Exterior	39
b.1) Financiamentos e Investimentos.....	39
b.2) Comércio Exterior	40
b.3) Comércio e Serviços	43
b.4) Micro e Pequenas Empresas	43
b.4.1) Redução do Custo para Abertura e Fechamento de Empresas	44
b.4.2) Redução do Ônus das Exigências Estadais para a Abertura de Empresas	44
b.4.3) Apoio ao Aumento da Lucratividade dos Pequenos Negócios	44
b.5) Qualificação e Inovação	45
c) Metrologia, Qualidade e Tecnologia.....	46
d) Propriedade Industrial.....	47
e) Desenvolvimento Regional da Amazônia.....	49
2. Agronegócio	50
a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização	51
a.1) Crédito Rural	51
a.2) Apoio à Comercialização	52
a.3) Abastecimento	53
a.4) Plano Nacional de Armazenagem	53
a.5) Apoio à Cafeicultura.....	54
b) Gerenciamento de Riscos Climáticos.....	55
b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático	55
b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.....	56
c) Defesa Agropecuária	57
c.1) Ações de Saúde Animal.....	57
c.2) Ações de Sanidade Vegetal.....	58
c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários	59
c.4) Sistema Laboratorial	61
c.5) Vigilância Agropecuária	61
d) Fomento e Organização da Produção	62
e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio	63
e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais	63
e.2) Promoção Comercial do Agronegócio	64
e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio.....	64
f) Pesquisa Agropecuária.....	65
g) Agroenergia	66
g.1) Oleaginosas	67
3. Turismo	67
a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo	68
b) Regionalização, Segmentação e Ordenamento Turístico.....	68
c) Investimentos e Financiamentos para o Turismo	69
d) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	70
e) Infraestrutura Turística.....	70
f) Qualificação e Certificação em Turismo	70
g) Promoção do Turismo Interno e do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Nacional	71
h) Relações Internacionais do Turismo e Promoção Internacional.....	71
i) Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social	73
4. Trabalho e Emprego.....	73
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal	73
b) Valorização do Salário Mínimo	75
c) Estímulo ao Investimento e a Geração de Emprego e Renda	75



d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores.....	76
e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho.....	78
f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social.....	78
g) Estímulo à Economia Solidária.....	80
5. Inclusão Bancária e Microcrédito.....	80
a) Crédito.....	80
b) Acesso a Serviços Bancários.....	81
c) Microcrédito e Microfinanças.....	81
6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca.....	82
a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira.....	82
b) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.....	83
c) Inclusão Social pela Pesca.....	83
d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola.....	84
e) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro.....	84
f) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira.....	85
g) Estímulo ao Consumo e à Comercialização.....	85
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	86
a) Agricultura Familiar.....	86
a.1) Crédito e Seguro Rural.....	86
a.1.1) Plano Safra Semiárido.....	87
a.2) Assistência Técnica e Extensão Rural.....	87
a.3) Organização Econômica.....	89
a.4) Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais.....	89
a.5) Desenvolvimento Territorial.....	90
a.6) Acesso à Informação e Cultura no Meio Rural.....	90
a.7) Ações de Educação no Campo.....	91
a.8) Políticas para as Mulheres Rurais.....	91
a.9) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	91
a.10) Plano Brasil Agroecológico.....	92
b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária.....	92
b.1) Assentamentos de Reforma Agrária.....	92
b.2) Obtenção de Terras e Criação de Novos Projetos de Assentamento.....	93
b.3) Crédito Fundiário.....	93
b.4) Governança Fundiária.....	94
b.5) Regularização Fundiária na Amazônia Legal.....	94
b.6) Mediação de Conflitos Agrários.....	94
8. Desenvolvimento Regional.....	95
a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional.....	95
b) Segurança Hídrica e Obras Estruturantes para Abastecimento de Água.....	99
c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres.....	101
9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável.....	104
a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas.....	104
a.1) Bioma Amazônia.....	104
a.2) Bioma Cerrado.....	106
a.3) Focos de Calor.....	106
b) Fundo Amazônia.....	108
c) Política e Planos Nacionais sobre Mudança do Clima.....	108
c.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.....	109
d) Florestas.....	109
e) Recursos Hídricos.....	110
e.1) Programa de Dessalinização da Água no Semiárido.....	110
e.2) Planos de Recursos Hídricos.....	110
e.3) Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.....	111
e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas.....	111
e.5) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas.....	112
e.6) Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional.....	112
e.7) Pacto Nacional pela Gestão das Águas: Construindo uma Visão Nacional.....	112
f) Licenciamento e Qualidade Ambiental.....	112
f.1) Licenciamento Ambiental.....	112
f.2) Qualidade Ambiental.....	114



g) Proteção da Camada de Ozônio.....	114
h) Resíduos Sólidos.....	115
i) Biodiversidade.....	115
i.1) Espécies Ameaçadas.....	116
i.2) Unidades de Conservação.....	116
j) Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.....	118
j.1) Bolsa Verde.....	118
j.2) Política de Garantia de Preços Mínimos da Biodiversidade.....	119
k) Zoneamento Ecológico-Econômico.....	119
l) Produção e Consumo Sustentáveis.....	119
m) Cidadania e Responsabilidade Socioambiental.....	120
n) Educação Ambiental.....	120
o) Conselho Nacional do Meio Ambiente.....	120
p) Agenda Internacional.....	121
q) Regularização Ambiental Rural.....	122
10. Ciência, Tecnologia e Inovação.....	122
a) Promoção da Inovação.....	123
b) Programa Ciência sem Fronteiras e Formação para a Pesquisa.....	126
c) Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica.....	126
d) Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento.....	127
e) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social.....	127
f) Política Nuclear.....	129
g) Política Espacial.....	131
h) Mar, Zona Costeira e Antártida.....	133
III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES.....	137
1. Redução da Pobreza e das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional.....	137
a) Redução da Pobreza e das Desigualdades.....	137
b) Plano Brasil Sem Miséria.....	138
c) Programa Bolsa Família.....	139
d) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais.....	140
d.1) Proteção Social Básica.....	141
d.2) Proteção Social Especial.....	141
d.3) Benefício de Prestação Continuada.....	142
d.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.....	143
d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho.....	144
e) Segurança Alimentar e Nutricional.....	144
e.1) Acesso à Água.....	144
e.2) Fomento às Atividades Produtivas Rurais.....	145
e.3) Programa de Aquisição de Alimentos.....	145
e.4) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos.....	146
e.5) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.....	146
e.6) Educação Alimentar e Nutricional.....	147
f) Avaliação e Gestão da Informação.....	147
2. Juventude.....	148
3. Educação.....	150
a) Educação Básica.....	150
b) Educação Profissional e Tecnológica.....	157
c) Educação Superior.....	158
d) Planejamento, Financiamento e Gestão.....	162
4. Saúde.....	164
a) Atenção Básica.....	164
a.1) Saúde Bucal.....	166
a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança.....	166
a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas.....	167
a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa.....	168
a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza.....	168
b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade.....	169
b.1) Atenção Ambulatorial e Hospitalar.....	169
b.2) Transplantes.....	170



b.3) Sangue e Hemoderivados.....	170
b.4) Atenção às Urgências e Emergências	171
b.5) Atenção Domiciliar	172
b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica, Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas	172
c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	173
d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde	173
e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde	174
f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.....	175
g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde	175
h) Alimentação e Nutrição	177
i) Vigilância Sanitária	178
j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde	179
k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação	180
l) Atuação Internacional.....	182
m) Saúde Suplementar	183
5. Políticas Afirmativas.....	184
a) Igualdade Racial	184
a.1) Ações Afirmativas para a Igualdade Racial	184
a.2) Povos de Cultura Cigana, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Outras Comunidades Tradicionais	186
a.3) Comunidades Quilombolas	187
a.4) Contexto Internacional	189
b) Política para Mulheres	189
b.1) Enfrentamento à Violência	190
b.2) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres.....	191
b.3) Gestão Transversal e Articulação Institucional das Políticas para Mulheres	194
c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	195
6. Direitos Humanos.....	200
a) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	200
b) Pessoas com Deficiência	200
b.1) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite	200
b.2) Centrais de Intérpretes de Libras	201
b.3) Acessibilidade.....	202
b.4) Aposentadoria para a Pessoa com Deficiência	202
b.5) Autismo.....	202
b.6) Empregabilidade.....	203
b.7) Mulheres com Deficiência	203
b.8) Estruturação de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência.....	203
b.9) Plano Internacional	203
c) Criança e Adolescente	204
c.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	204
c.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.....	204
c.3) Sistema de Garantia de Direitos	205
c.4) Observatório da Criança e do Adolescente.....	206
c.5) Convivência Familiar e Comunitária	206
c.6) Ações de articulação.....	206
d) Programas de Proteção	207
e) Erradicação do Trabalho Escravo.....	207
f) Saúde Mental	208
g) Combate à Tortura.....	208
h) População em Situação de Rua	209
i) Direitos da Pessoa Idosa.....	209
j) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	210
k) Centros de Referência em Direitos Humanos	210
l) Registro Civil de Nascimento	211
m) Diversidade Religiosa.....	212
n) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....	212
o) Direito à Memória e à Verdade e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	213
p) Atuação e Cooperação Internacional	214
q) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos	216
r) Mecanismos de Controle, Indicadores e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos	216



7. Previdência Social	217
a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários	218
a.1) Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho	218
a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização	219
b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários	220
b.1) Reconhecimento Automático de Direito	220
b.2) Minimizar as Ocorrências de Litígios	221
b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade	222
b.4) Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva	222
b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social	223
c) Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários	223
c.1) Mitigação dos Efeitos da Incapacidade Laboral	223
c.2) Supervisão, Fiscalização e Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios	224
c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional	224
c.4) Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário	224
8. Cultura	225
a) Política Cultural	225
b) Cidadania e Diversidade Cultural	225
c) Economia Criativa	226
d) Fomento ao Livro e à Leitura	226
e) Preservação do Patrimônio e da Memória Cultural	227
f) Memória e Cidadania	228
g) Fomento e Regulação da Indústria Audiovisual	229
h) Criação e Difusão de Bens, Serviços e Expressões Artísticas	229
i) Centros de Artes e Esportes Unificados	230
9. Esporte	230
a) Esporte e Inclusão Social	230
b) Esporte de Alto Rendimento	232
c) Futebol	233
d) Infraestrutura Esportiva	234
e) Lei de Incentivo ao Esporte	234
10. Grandes Eventos Esportivos	234
a) Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014	234
b) Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos 2016	237
11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica	238
12. Inclusão Digital	238
a) Cidades Digitais	238
b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão	239
c) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação	239
d) Redes Digitais da Cidadania	239
13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça	240
a) Segurança Pública	240
b) Segurança nas Rodovias	242
c) Sistema Penitenciário Brasileiro	243
d) Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual	244
e) Cidadania e Acesso à Justiça	245
f) Cooperação Internacional	247
g) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas	249
IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA	253
1. Energia	253
a) Energia Elétrica	253
a.1) Geração e Transmissão	254
a.2) Prorrogação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	255
a.3) Internalização de Mecanismos de Aversão ao Risco nos Programas Computacionais	256
a.4) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão	256
a.5) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão	258
a.6) Planejamento do Setor Energético	258
a.7) Eficiência Energética	259
a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico	259
a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico	260



b)	Petróleo, Gás e Biocombustíveis.....	261
b.1)	Implantação do Modelo de Partilha de Produção e 1ª Rodada de Licitação do Pré-sal.....	261
b.2)	Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão.....	262
b.3)	Estudos e Planejamento no Setor Petróleo e Gás Natural.....	263
b.4)	Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás.....	263
b.5)	Reservas, Exploração e Produção.....	264
b.6)	Contrato de Cessão Onerosa.....	265
b.7)	Refino, Petroquímica e Logística.....	265
b.8)	Infraestrutura de Transporte de Gás Natural.....	266
b.9)	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural e Conteúdo Local de Bens e Serviços.....	267
b.10)	Biocombustíveis.....	267
b.11)	Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural.....	269
c)	Geologia e Recursos Minerais.....	270
c.1)	Novo Marco Regulatório da Mineração.....	270
c.2)	Geologia e Recursos Minerais.....	270
c.3)	Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral.....	271
2.	Transportes.....	271
a)	Planejamento.....	272
b)	Transporte Rodoviário.....	273
b.1)	Expansão da Malha e Adequação de Capacidade.....	273
b.2)	Manutenção de Rodovias.....	276
b.3)	Operação Rodoviária.....	276
b.4)	Concessões Rodoviárias.....	277
b.5)	Transporte de Cargas.....	278
b.6)	Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.....	279
c)	Transporte Ferroviário.....	279
c.1)	Expansão da Malha.....	279
c.2)	Adequação da Malha.....	280
c.3)	Regulação.....	280
c.4)	Concessão.....	281
c.5)	Transporte de Cargas e Passageiros.....	281
d)	Transporte Hidroviário.....	282
d.1)	Manutenção e Adequação das Hidrovias.....	282
d.2)	Construção de Terminais Fluviais.....	283
e)	Fomento à Indústria Naval.....	283
f)	Incentivos para Investimentos no Setor Transportes.....	284
f.1)	Debêntures de Infraestrutura.....	284
f.2)	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.....	284
3.	Portos.....	285
a)	Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário.....	285
a.1)	Novo Marco Regulatório do Setor Portuário Nacional.....	285
a.2)	Investimentos Privados nos Portos: Arrendamentos Portuários e Anúncios Públicos de Terminais de Uso Privado.....	286
a.3)	Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional.....	287
a.4)	Inteligência Logística Portuária.....	287
a.5)	Modernização da Gestão nas Companhias Docas.....	289
b)	Praticagem.....	289
c)	Gestão Ambiental Portuária.....	290
d)	Programas e Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos.....	290
d.1)	Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II.....	290
d.2)	Investimentos do PAC e PAC Copa.....	291
e)	Regulação e Fiscalização do Setor Portuário.....	293
e.1)	Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura dos Transportes Aquaviários.....	294
e.2)	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transportes Aquaviários.....	295
4.	Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária.....	295
a)	Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos.....	295
b)	Segurança, Fiscalização e Capacitação.....	297
c)	Outorgas a Aeródromos Civis Públicos.....	297
d)	Expansão da Infraestrutura Aeroportuária.....	298



5. Comunicações	300
a) Radiodifusão	300
a.1) Televisão Digital	300
a.2) Rádio Digital	301
a.3) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa Amplitude Modulada para a Faixa Frequência Modulada	301
a.4) Rádio, Televisão e Retransmissora de Televisão	302
a.5) Radiodifusão Comunitária	302
a.6) Canal da Cidadania	303
a.7) Loudness	303
a.8) Very High Frequency – VHF Alto	304
a.9) Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão	304
b) Infraestrutura de Telecomunicações	304
c) Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento das Telecomunicações	307
c.1) Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga	308
c.2) Debêntures para Infraestrutura	308
c.3) Desoneração de Smartphones	308
c.4) Desoneração de Terminais de Comunicação Máquina a Máquina	309
c.5) Desoneração de Serviços Prestados em Área Rural e Locais Remotos	309
d) Política Produtiva e Tecnológica	309
e) Regulação dos Serviços de Telecomunicações	310
f) Serviços Postais	311
f.1) Universalização dos Serviços Postais	311
f.2) Atuação no Âmbito Internacional	311
f.3) Serviços de Interesse Coletivo	312
g) Conteúdos Digitais Criativos	312
6. Saneamento	312
a) Medidas de Melhoria de Gestão	313
b) Investimentos em Saneamento Básico	315
b.1) Investimentos do PAC 1	315
b.2) Investimentos do PAC 2	316
7. Habitação	318
a) Política Nacional de Habitação	318
b) PAC Urbanização de Assentamentos Precários	319
c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas	319
d) Programa Minha Casa, Minha Vida	319
e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica	322
f) Qualidade e Produtividade	322
8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana	323
9. Mobilidade Urbana	324
a) Transporte Metroferroviário	326
10. Trânsito	328
V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO	333
1. Política Externa	333
a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade	333
b) Integração Regional	337
c) Relações Bilaterais	338
d) Negociações Econômico-comerciais	343
e) Cooperação Técnica e Esportiva	345
f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural	346
g) Temas Consulares e Comunidades Brasileiras no Exterior	347
2. Soberania	349
a) Planejamento na Área de Defesa	349
b) Proteção da Amazônia	349
b.1) Projeto Cartografia da Amazônia	349
b.2) O Programa Calha Norte	350
c) Defesa Terrestre	350
d) Defesa Aérea	351



e) Defesa Naval	353
f) Segurança da Navegação Aquaviária	354
g) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz	355
h) Operações Combinadas / Conjuntas	355
i) Atividades de Comunicação, Comando e Controle.....	356
j) Atuação Subsidiária das Forças Armadas.....	356
k) Atividades de Inteligência.....	357
l) Segurança da Informação	358

VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA 361

1. Informação ao Cidadão.....	361
2. Democracia e Diálogo.....	365
a) Conferências Nacionais, Mesas de Diálogo e Outros Diálogos com a Sociedade	367
b) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	371
c) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.....	371
3. Relações Institucionais	372
a) Agenda Legislativa.....	372
b) Articulação Federativa	374

VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO 379

1. Transparência na Administração e Controle Social.....	379
2. Planejamento, Gestão e Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos	381
a) Gestão do Plano Mais Brasil	383
b) Melhoria e Inovação da Gestão Pública	384
c) Gestão de Logística.....	385
d) Gestão e Governança das Empresas Estatais Federais.....	386
e) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade.....	386
3. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal.....	387
4. Informatização de Serviços Públicos e Informação	390
5. Gestão do Patrimônio da União	391
6. Cooperação Internacional e Captação de Recursos Externos	393
7. Produção e Disseminação de Dados.....	393
8. Regulação de Mercados.....	395
a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação	395
b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	396
c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	397
d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro	398
e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	399
f) Defesa do Consumidor.....	400
9. Política Fiscal.....	401
a) Arrecadação Tributária Federal.....	401
b) Resultado Fiscal	402
c) Administração da Dívida Pública	402
d) Apoio aos Estados e Municípios	403
e) Dívida Ativa da União	404
f) Programa Nacional de Educação Fiscal	405
10. Prevenção e Combate à Corrupção.....	405
a) Ações de Prevenção da Corrupção	405
b) Controle Interno	406
c) Ações de Correição.....	407
d) Ouvidoria	408
e) Combate à Lavagem de Dinheiro	409
11. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa da União	410

ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO) 417





I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO
DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

No ano de 2013, a economia brasileira apresentou recuperação frente a 2012. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acumulado em quatro trimestres passou de 1% em 2012 para 2,3% no terceiro trimestre de 2013. Merece ser destacado o comportamento dos investimentos, que voltaram a liderar o crescimento do PIB. No acumulado do ano, até o terceiro trimestre, a formação bruta de capital fixo na economia cresceu 6,5%.

A ampliação dos investimentos públicos e privados melhora as condições de crescimento equilibrado de longo prazo. O Programa de Investimentos em Logística (PIL), com concessões em aeroportos, rodovias, ferrovias, portos e energia, alinha-se à estratégia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como peça fundamental para a superação de gargalos, aumento da produtividade e competitividade da economia. Dado seu efeito multiplicador e gerador de externalidades positivas, os investimentos em infraestrutura acabam por promover, ainda mais, os investimentos privados em setores estratégicos e dinâmicos.

A aceleração do crescimento em 2013 frente a 2012 reflete, em boa parte, um conjunto de ações de política econômica anticíclicas oportunamente adotadas para enfrentar os efeitos adversos da crise internacional e as incertezas relacionadas à condução da política monetária nos Estados Unidos. O mercado de trabalho continuou robusto, com crescimento do rendimento real e queda consistente das taxas de desemprego.

Essa situação contrasta com o quadro apresentado em muitas economias avançadas, que ainda enfrentam elevadas taxas de desemprego, principalmente entre os mais jovens.

As previsões para o crescimento da economia mundial em 2013 foram revisadas para baixo ao longo do ano. Em janeiro de 2013, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa crescimento de 3,5% para o exercício, mas essa previsão chegou a 3% em janeiro de 2014, um pouco abaixo do crescimento verificado em 2012, de 3,1%. Para 2014, as perspectivas para o crescimento mundial são mais favoráveis.

Os Estados Unidos estão apresentando sinais de recuperação econômica. No final de 2013, com a melhora nas condições do mercado de trabalho e a expansão da atividade econômica em curso, o *Federal Reserve (FED)* anunciou uma pequena redução no volume das compras de títulos que procuram alavancar a economia, embora sinalizando um período ainda prolongado para a manutenção das baixas taxas de juros.

Na Europa, sobressai-se o bom desempenho da economia do Reino Unido, que tem revelado taxas relativamente significativas de crescimento. O PIB da Área do Euro tem mostrado sinais positivos na margem. Embora moderado, o crescimento do PIB nos segundo e terceiro trimestres de 2013, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, interrompeu uma sequência de seis trimestres em queda. Por outro lado, o mercado de trabalho permanece ainda com altas taxas de desemprego em diversos países. Em novembro de 2013, a taxa de desemprego na região era de 12,1%, com as maiores taxas sendo verificadas na Espanha (26,7%) e na Grécia (27,8% em outubro de 2013).

O Japão estabeleceu um programa de compras de títulos sem precedentes em abril de 2013 para estimular a economia. Houve elevação da inflação e, em dezembro de 2013, a cotação do iene em relação ao dólar retornou ao patamar observado no final de 2008.





A China terminou 2013 com um crescimento do PIB de 7,7%, mesmo valor do crescimento de 2012. O país tenta implementar um programa de reformas econômicas para diminuir a dependência das exportações e solucionar problemas relativos ao crédito bancário, que se deteriorou desde a crise de 2008.

Na América Latina, várias economias apresentaram desempenho econômico em 2013 inferior ao de 2012.

Entre maio e dezembro de 2013, a perspectiva de redução de estímulos monetários, desencadeada com a mudança no discurso do *FED*, o Banco Central dos Estados Unidos, levou a mudanças importantes de preços relativos de ativos e gerou estresse e volatilidade nos mercados financeiros e cambiais mundo afora. As taxas de juros mais longas dos títulos do tesouro norte-americano se elevaram e as moedas das economias emergentes se depreciaram, impulsionadas ainda pelo crescimento dos prêmios de risco das dívidas soberanas.

No caso do Brasil, foram adotadas medidas de política econômica que contribuíram, de forma decisiva, para reduzir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio e mitigar as incertezas geradas nesse novo contexto da economia mundial. No início de junho, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o investimento estrangeiro em renda fixa foi reduzida de 6% para 0%. O IOF sobre a ampliação das posições líquidas vendidas no mercado futuro de dólar também foi zerado. O Banco Central do Brasil (BCB) implementou, em agosto, programa de leilões diários de *swap* cambial e venda semanal de dólares com compromisso de recompra de forma a prover proteção cambial aos agentes econômicos e liquidez no mercado de câmbio. O sucesso dessas medidas foi inequívoco. Com efeito, os ingressos líquidos de investimento estrangeiro na renda fixa atingiram níveis significativos, a volatilidade cambial diminuiu e reduziram-se as incertezas que haviam aumentado com o novo contexto internacional. Nesse sentido, o início da redução gradual dos estímulos monetários nos Estados Unidos, em janeiro de 2014, ocorreu sem maiores sobressaltos nos mercados financeiros domésticos.

Os fundamentos macroeconômicos do País têm permitido enfrentar a crise global e seus desdobramentos recentes. O tripé da política econômica – com base em metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal – somado ao elevado nível de reservas internacionais, à dívida pública líquida cadente, ao sistema financeiro doméstico sólido e ao mercado de trabalho robusto compõem o quadro de solidez econômica.

Com isso, a economia brasileira alcançou taxas de crescimento em 2013 superiores às registradas em 2012, e a perspectiva é de continuidade da aceleração da atividade econômica ao longo de 2014.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminou 2013 com variação de 5,91%, representando o décimo ano consecutivo de cumprimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A inflação em 2013 foi afetada por choques domésticos de oferta, destacando-se o substancial aumento no preço dos produtos *in natura* em função do regime atípico das chuvas, especialmente no início do ano. No acumulado do ano, o item Alimentação e bebidas respondeu por 34% do índice global, 2,03 pontos percentuais (p.p.). Nesse contexto, o Banco Central empreendeu ciclo de aperto monetário, elevando a taxa de juros Selic de 7,25% a.a. em abril de 2013 para 10,50% a.a. em janeiro de 2014.

O mercado de crédito brasileiro continuou apresentando desempenho pujante, atingindo, em novembro de 2013, o expressivo volume de R\$ 2,64 trilhões, um crescimento de 14,5% no acumulado de 12 meses. Como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), alcançou a marca de 55,6%, ante 52,9% em novembro de 2012. Esse desempenho demonstra a robustez do mercado doméstico e a maior acessibilidade da população ao crédito. Destaca-se ainda, nesse período, o forte crescimento de 34,2% no financiamento habitacional para pessoas físicas. Nesse sentido, a firme atuação dos bancos públicos tem sido fundamental para manter a expansão creditícia, atingindo a marca de 50,8% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional.





Adicionalmente, a taxa de inadimplência média das operações de crédito no sistema financeiro, de 3,1% em novembro de 2013, é a menor da série histórica iniciada em março de 2011, demonstrando a robustez da situação financeira das famílias e empresas. No mesmo sentido, os *spreads* bancários em 2013 atingiram os níveis mais baixos da série, alcançando valor médio de 11,5 p.p. entre janeiro e novembro de 2013, frente a 13,7 p.p. no mesmo período de 2012.

A economia brasileira convive com custos financeiros mais apropriados, que geram efeitos positivos para o desenvolvimento dos mercados de capitais de longo prazo, como debêntures, ações e outros ativos ligados ao investimento produtivo. Em 2013, as emissões de debêntures incentivadas atingiram R\$ 6,1 bilhões, promovendo o financiamento privado de mais longo prazo em diversos setores da economia.

Outra medida importante, visando aprimorar o mercado de crédito e tornar as transações juridicamente mais seguras, foi a aplicação do conceito de “valor incontroverso” em ações jurídicas resultantes de questionamentos de taxas de juros pactuadas em contratos de financiamento.

No mercado de crédito imobiliário, foi ampliado o valor máximo de avaliação de imóvel financiado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e foram estabelecidos limites máximos de financiamento do imóvel de forma que o desenvolvimento do mercado de crédito imobiliário continue se dando em bases sustentáveis. O Governo também tem trabalhado para que seja aprovado projeto que permita a concentração, em sistema eletrônico único, de todas as informações sobre ônus das matrículas de imóveis. Essa proposta objetiva prover segurança jurídica e celeridade para as transações, com resultados positivos para a qualidade das operações de crédito imobiliário.

O desenvolvimento do mercado de crédito ganhou novo reforço institucional com a entrada em operação, em 2013, do cadastro positivo, instrumento fundamental para reduzir a assimetria de informações, ampliar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros.

No mercado de seguros, destaca-se a criação da Agência Brasileira de Fundos Garantidores e Garantias S/A (ABGF), que tem como objetivo principal administrar fundos garantidores, tais como o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), bem como prestar garantias às operações de riscos diluídas em áreas de grande interesse econômico e social, tais como crédito habitacional, educativo, para aquisição de máquinas agrícolas e para micro, pequenas e médias empresas.

Esse novo ambiente torna o investimento relativamente mais vantajoso, favorecendo a produção e ampliando as potencialidades da economia brasileira. Nesse sentido, o Governo tem ampliado o investimento público e tomado outras importantes medidas de estímulo ao investimento privado.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) continua sendo instrumento essencial para garantir que o investimento se mantenha como uma das principais forças impulsionadoras do desenvolvimento. Transcorridos dois terços do tempo estimado para a segunda fase do Programa, de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2013 a execução orçamentária foi de R\$ 665 bilhões, representando 67,2% do orçamento total previsto para todo o horizonte do PAC 2. De janeiro a agosto de 2013, a execução foi 20% superior ao mesmo período de 2012.

A prorrogação para 2014 do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e adaptado às novas condições financeiras, demonstra o compromisso com o aumento da formação bruta de capital fixo da economia, o acesso às novas tecnologias e a recuperação da competitividade das empresas.





O programa de depreciação acelerada incentivada de caminhões e vagões foi mantido. A desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre caminhões e bens de capital passou a ser permanente e a redução do IPI para material de construção foi estendida por prazo indeterminado.

Na área de infraestrutura, o programa de concessões nas áreas de aeroportos, rodovias, ferrovias e portos ganha impulso. Depois das licitações dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP e Campinas/SP, realizadas em 2012, foi a vez em 2013 das licitações dos aeroportos do Galeão (RJ) e Confins (MG). O valor total de outorga dessas duas últimas licitações, as quais fazem parte do Programa de Investimento em Logística (PIL), atingiu R\$ 20,8 bilhões. Os investimentos totais previstos nesses dois aeroportos são da ordem de R\$ 9,2 bilhões durante o prazo das concessões, que é de 25 anos no caso do Galeão e de 30 anos em Confins. Será também fortalecida a aviação regional. Numa primeira fase, serão investidos R\$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos regionais, o que promoverá uma maior integração do território nacional, desenvolverá polos regionais, fortalecerá centros de turismo e garantirá acesso a diversas comunidades da Amazônia Legal.

Os leilões de rodovias têm sido um sucesso. Só nos últimos quatro meses de 2013, foram realizados cinco leilões, envolvendo um total de 4.247 km. Os deságios ficaram entre 42,3% e 61,1%, demonstrando o alto grau de atratividade desses investimentos. Os investimentos previstos no programa de concessões de 7 mil km de rodovias e 11 mil km de ferrovias atingirão um total de R\$ 46 bilhões e R\$ 99,6 bilhões, respectivamente. Já os investimentos portuários alcançarão R\$ 54,2 bilhões na ampliação da capacidade e na modernização do sistema e da gestão, reduzindo custos e aumentando a eficiência produtiva do setor. A edição da Lei nº 12.815, em 05 de junho de 2013, introduziu um novo marco regulatório para os portos, o que permitirá a ampliação da oferta de serviços portuários, a redução tarifária e ganhos de eficiência, fundamentais para a superação de gargalos e ampliação dos investimentos privados.

Na área de petróleo, o leilão do Campo de Libra da camada do Pré-sal foi também um sucesso, envolvendo a participação de cinco empresas no consórcio comprador, que arrematou o campo por R\$ 15 bilhões. Projeta-se que, no seu pico de produção, o Campo de Libra gerará 1,4 milhão de barris de petróleo por dia, equivalendo a cerca de 70% da produção diária atual do País. A exploração do Campo de Libra e demais áreas do Pré-sal terá diversos impactos positivos na economia. O mais evidente é sobre a produção de petróleo e derivados, com efeitos benéficos sobre o Produto Interno Bruto (PIB), sobre geração de empregos de qualidade e sobre a balança comercial. Devem ser ressaltados também os impactos sobre investimentos e a produção doméstica de bens e serviços para a exploração do petróleo (devido à exigência de conteúdo nacional), envolvendo plataformas de exploração, barcos de apoio, gasodutos, serviços de engenharia etc. Além disso, no médio e longo prazos, o setor público ampliará sua arrecadação com os *royalties*, o excedente devido à União e o imposto de renda a ser pago pelas empresas petroleiras. O investimento estrangeiro direto deverá se ampliar. No longo prazo, ainda são esperados efeitos sobre o nível de bem-estar e capital humano resultantes da destinação de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social e da totalidade dos *royalties* para a educação e para a saúde.

Além disso, os Estados agora contam com maior limite de financiamento para investimento em infraestrutura e melhores condições financeiras por meio dos bancos públicos. Em 2013, foi ampliado o limite de financiamento para mobilidade, pavimentação e saneamento, áreas fundamentais para o bem-estar da população.

O Governo Federal tem atuado também para melhorar a competitividade da economia por meio da redução dos custos de produção, com destaque para as ações de desoneração da folha de pagamentos e da redução do custo da energia elétrica. Iniciada em 2011 com três setores, a desoneração foi ampliada para mais 11 setores em 2012. Outros 36 setores foram contemplados em 2013, incluindo construção civil e comércio varejista. A partir de janeiro de 2014, seis novos setores serão incorporados à medida, com ênfase em transportes. No total, a desoneração da folha de pagamentos beneficiará 56 setores da economia em 2014, que são responsáveis por cerca de 30% das exportações totais brasileiras e aproximadamente 40% do emprego celetista no País.





No começo de 2013, as tarifas de energia elétrica foram reduzidas de forma substancial, ficando, em média, 20,2% mais baratas. Houve diminuição para os consumidores residenciais e para os industriais, proporcionando queda de custos para as empresas, aumentando a eficiência e a competitividade da nossa economia, além de contribuir para uma menor inflação em 2013.

Ainda no sentido de reduzir a carga tributária, com ênfase especial nas camadas da população mais desfavorecidas, o Governo procedeu à desoneração tributária dos produtos da cesta básica de consumo, envolvendo carnes, pescados, açúcar, café, manteiga, margarina, óleo de soja e produtos de higiene pessoal.

A política fiscal em 2013 combinou a concessão de importantes estímulos contracíclicos, tanto na tributação quanto nos gastos públicos, com a manutenção da solidez das contas públicas. O cumprimento da meta fiscal em 2013 contribuiu para a trajetória de queda da dívida líquida do setor público, que atingiu 33,9% do PIB em novembro de 2013, ante 35,3% do PIB em dezembro de 2012.

Vale ressaltar que essa redução foi acompanhada da manutenção da tendência de melhora do perfil da Dívida Pública Federal (DPF), tanto em termos de composição, quanto de maturidade. A parcela prefixada da DPF saiu de 40% em dezembro de 2012 para 41,3% em novembro de 2013. No mesmo período, a parcela indexada a índice de preço subiu de 33,9% para 34,4% e a parcela de títulos à taxa flutuante caiu de 21,7% para 19,7%. Já o prazo médio da dívida mobiliária federal passou de 3,97 anos em dezembro de 2012 para 4,27 anos em novembro de 2013. Além disso, a atratividade dos títulos brasileiros continuou expressiva, como mostra o crescimento da parcela de estrangeiros entre os detentores de dívida doméstica, que subiu de 13,7% da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), em dezembro de 2012, para 16,5% da DPMFi em novembro de 2013.

Do ponto de vista dos gastos, o Governo tem fortalecido as despesas sociais e os investimentos públicos. A negociação com o funcionalismo público permitiu acordar reajustes de salários dos servidores para 2013, 2014 e 2015, dando previsibilidade para os gastos com pessoal para esse período em níveis consistentes com o crescimento do investimento público. Cabe destacar, ainda, que as despesas com pessoal e encargos sociais foram de 4,21% do PIB no acumulado em doze meses até novembro de 2013, menor patamar desde 1997, demonstrando claramente que esse componente da despesa primária do Governo Central encontra-se em trajetória sustentável.

Na área de previdência complementar do servidor público federal, já está em funcionamento a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), a qual reforçará o equilíbrio de longo prazo das contas públicas.

Visando estimular a demanda agregada e se contrapor aos efeitos negativos do agravamento da crise mundial, o Governo promoveu em 2012 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis e de móveis, painéis e afins, bem como prorrogou a redução do IPI da linha branca, que havia sido implementada no final de 2011. As medidas tiveram o efeito desejado, como mostra, por exemplo, o crescimento de 9,9% no número de automóveis produzidos em 2013, conforme dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Tendo em vista o desempenho positivo desses setores, as alíquotas estão sendo retomadas, mas de forma gradual, sem prejudicar os setores envolvidos e reforçando a arrecadação tributária.

Em 2013, entrou em vigor o novo regime automotivo, o Inovar-Auto, com o objetivo de estimular a produção, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País e de promover a segurança, a eficiência energética e a proteção ao meio ambiente, além da qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças. O regime vigorará até dezembro de 2017 e, com um investimento previsto de R\$ 7,7 bilhões, deverá expandir a capacidade de produção de veículos em 525 mil unidades no período.





Apesar das dificuldades do contexto externo, a balança comercial apresentou saldo positivo de US\$ 2,6 bilhões em 2013. O déficit em transações correntes foi de 3,66% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2013. A maior parte desse déficit foi financiada pelo ingresso de investimentos estrangeiros diretos, que têm se mantido em níveis elevados, atingindo US\$ 64 bilhões em 2013. As reservas internacionais continuam em patamar elevado, atingindo US\$ 375,8 bilhões no final de 2013 e constituindo-se em pilar fundamental da capacidade da economia brasileira de enfrentar choques externos.

A expectativa para 2014 é de que a taxa de câmbio mais depreciada e o cenário de maior crescimento mundial, com a recuperação das economias europeias e dos Estados Unidos e crescimento ainda elevado da China, contribuam de forma bastante positiva para o desempenho das exportações.

Enquanto muitos países têm por pressuposto que a melhora dos indicadores sociais de sua população é consequência da expansão econômica, o modelo de desenvolvimento brasileiro tem como alicerce a inclusão social, fortalecendo o mercado doméstico e dando sustentabilidade ao crescimento econômico de longo prazo. Entende-se que é dever do Estado criar condições para a inclusão produtiva e social de todos os brasileiros. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico brasileiro pode ser observado em suas três dimensões: redução da pobreza, diminuição da desigualdade social e robustez do mercado de trabalho.

No que se refere à redução da pobreza, o Brasil tem dado passos importantes. Em 2011, lançou o desafio da erradicação da extrema pobreza no País com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), voltado às famílias que vivem com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa.

O BSM articulou e mobilizou esforços em todo o País, fortalecendo o pacto federativo em torno do compromisso de desenvolver ações voltadas para os menos abastados, consubstanciado no fortalecimento do Bolsa Família, o que permitiu a retirada de 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza desde o lançamento do Plano. Destaca-se que essa redução se deu em todas as faixas etárias e que 39% das pessoas que saíram da situação de extrema pobreza têm entre zero e 14 anos de idade, o que pode ser explicado pelo advento do Brasil Carinhoso.

No que tange à queda da desigualdade, outro pilar do modelo de desenvolvimento brasileiro, o maior aumento da renda dos grupos mais pobres em relação aos mais ricos foi determinante para que o Índice de Gini caísse de 0,587, em 2002, para 0,526, em 2012.

Ressalta-se que o modelo de crescimento inclusivo brasileiro não favorece apenas a redução das desigualdades de renda, mas tem também o objetivo de reduzir as disparidades de riqueza. Por meio do maior acesso à educação e da elevação patrimonial das famílias mais pobres, o Governo tem tomado ações que dão sustentabilidade ao processo de mobilidade social ascendente em curso no País. Nessa linha, o Programa Minha Casa, Minha Vida subsidia a compra de moradias para os grupos sociais mais carentes, o que não somente contribui para reduzir o déficit habitacional do País como também atua para garantir o patrimônio financeiro para as gerações futuras dessas famílias. Desde 2011, foram contratadas mais de dois milhões de unidades habitacionais, e a previsão é contratar mais 700 mil casas até o final de 2014.

Vale ressaltar que o fortalecimento da rede de proteção social também possibilita a elevação da produtividade do trabalho, haja vista o aumento do nível de escolaridade da população nos últimos anos. Torna-se digno de nota que a proporção da população ocupada com mais de 11 anos de estudo saltou de 28,8% para 47,8% entre 2001 e 2012, o que significa maior disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.





Além disso, observa-se que o aumento da renda *per capita* das famílias tem permitido o adiamento da inserção laboral dos mais jovens para que estes possam se dedicar aos estudos, o que é refletido pela diminuição da taxa de atividade entre os grupos de idade entre dez e 17 anos, que passou de 23,3% da população em idade ativa em 2001 para 15,7% em 2012.

Destarte, é perceptível que a elevação da escolaridade dos mais jovens tem propiciado a sua inserção em postos de trabalho com maiores possibilidades de progresso profissional. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1996, 17,2% dos admitidos com carteira assinada tinham pelo menos nível médio completo, enquanto em 2013 essa proporção alcançou 60%.

Quanto à oferta de educação profissional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que envolve investimentos de R\$ 14 bilhões, alcançará a meta de matricular oito milhões de alunos até o final de 2014. O Programa foi criado em outubro de 2011 e 5,5 milhões de jovens e trabalhadores de todo o País já fizeram ou estão fazendo um curso técnico ou de qualificação profissional gratuitamente pelo Pronatec. Vale lembrar ainda que o Pronatec reserva um milhão de vagas para os beneficiários do Brasil Sem Miséria, sendo que mais de 750 mil pessoas do Programa já se inscreveram nos cursos.

Por sua vez, o Programa Ciência sem Fronteiras já concedeu mais de 60 mil bolsas para jovens brasileiros estudarem em universidades estrangeiras com alto padrão acadêmico. Dessas bolsas, 48 mil são para estudantes da graduação. Para atingir a meta de 101 mil bolsas para estudantes e pesquisadores, até 2015 pretende-se enviar um contingente ainda maior de estudantes em 2014.

Em 2012, os investimentos em educação atingiram 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB), com o intuito de propiciar a igualdade de oportunidades e aumentar a produtividade da nossa economia. Acerca do tema educação, cabe ressaltar a aprovação pelo Congresso da lei que destina 75% dos recursos dos *royalties* do petróleo para investimentos em educação e 25% para a saúde; a mesma lei também destina 50% do Fundo Social para a educação até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Considerando somente os recursos advindos do Campo de Libra, serão cerca de R\$ 638 bilhões investidos na educação e na saúde nos próximos 35 anos, além de R\$ 368 bilhões que serão acumulados no Fundo Social.

A robustez do mercado de trabalho tem papel-chave como pilar para o crescimento inclusivo e sustentável. A taxa de desemprego brasileira atingiu 4,6% em novembro de 2013, menor patamar da série histórica. Houve também continuidade do crescimento da formalização: foram gerados 1.117.171 empregos celetistas no acumulado do ano, segundo as informações provenientes do Caged. No mesmo sentido, torna-se digna de nota a ampliação da cobertura previdenciária dos trabalhadores autônomos ou por conta própria, que atingiu 74,2% da população ocupada. Esse resultado é reflexo inclusive do sucesso do Microempreendedor Individual, que já formalizou mais de 3,6 milhões de trabalhadores.

Os menores níveis históricos de desemprego são acompanhados por aumentos consistentes da renda real do trabalhador, que cresceu cerca de 2% no acumulado em 12 meses até novembro de 2013. Destaque também para a política de valorização do salário mínimo, que aumentou em mais de 70% o poder de compra de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social no período entre 2003 e 2013. O novo valor do salário mínimo que passou a vigorar em janeiro de 2014, de R\$ 724, injetará R\$ 28,4 bilhões na economia, segundo estimativa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).





O vigor do mercado de trabalho brasileiro e as políticas sociais implementadas pelo Governo têm garantido a continuidade da ascensão de mais pessoas na pirâmide social brasileira, fortalecendo ainda mais nossa economia. A perspectiva é de que a classe C incorporará 15 milhões de pessoas até 2014, atingindo 59% da população, de acordo com as projeções do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse enorme potencial de consumo da população é condição fundamental para estimular o aumento da capacidade produtiva do País.

Em síntese, em 2013 foram adotadas medidas e tiveram continuidade políticas públicas que permitiram reforçar, ainda mais, as bases de um crescimento inclusivo e sustentável, com avanços consistentes no bem-estar da população.





II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E
ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA



II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

1. Desenvolvimento Produtivo e Competitividade

a) Plano Brasil Maior

O Plano Brasil Maior (PBM) constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo Federal para o período de 2011 a 2014. Sua concepção é fundada na inovação e desenvolvimento tecnológico e na competitividade do setor produtivo nacional.

O PBM está alinhado às diretrizes da política macroeconômica e possui papel de destaque no enfrentamento da crise econômica mundial, com medidas anticíclicas de manutenção do nível de empregos e atividades.

Em abril de 2013, 19 agendas estratégicas setoriais do PBM foram divulgadas e colocadas em ação por meio de 301 medidas de natureza regulatória, creditícia e tributária. Congregam ações de curto prazo, destinadas a reduzir entraves conjunturais e minorar os efeitos nocivos da crise internacional, e de longo prazo, que visam elevar o patamar de produtividade e competitividade do setor produtivo brasileiro.

Essas medidas podem ser organizadas em três grandes blocos: i) redução dos custos do trabalho e do capital; ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e iii) estímulos às exportações e defesa comercial. As principais realizações em 2013 estão apresentadas a seguir.

a.1) Redução dos Custos do Trabalho e do Capital

- Publicação das Leis nº 12.794, de 02 de abril de 2013, e nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que aumentaram para 50 os setores a serem beneficiados pela política de desoneração da folha de pagamentos. A partir de janeiro de 2014, serão 56 setores beneficiados. As mais de 3,3 mil Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCMs) abarcadas por essa medida representam mais de 70% das exportações de manufaturados do País. Até setembro de 2013, a desoneração alcançou mais de R\$ 8 bilhões;
- Publicação da Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, e da Lei nº 12.865, 09 de outubro de 2013, que instituíram o crédito presumido de Programa de Integração Social (PIS) / Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool (inclusive para fins carburantes) e biodiesel. A Lei nº 12.859, de 2013 ainda promoveu a desoneração de PIS/Cofins das matérias-primas químicas de 1ª e 2ª geração em mais de R\$ 1,1 bilhão em 2013;
- Edição do Decreto nº 7.981, de 08 de abril de 2013, que regulamentou a desoneração do PIS/Cofins para *smartphones* fabricados no Brasil mediante cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB), e da regulamentação do Processo Produtivo Brasileiro (PPB) para *desktops* e *notebooks* no âmbito do Programa de Inclusão Digital, integrante da Lei do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005); e
- Publicação da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu o preço da energia elétrica para consumidores industriais, por meio da renovação antecipada de concessões e redução de encargos setoriais.





a.2) Estímulos ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas

- Lançamento, em março de 2013, do Inova Empresa, plano de investimento em inovação que prevê apoio, por meio de subvenção, crédito, financiamento não reembolsável e participação em capital da ordem de R\$ 32,9 bilhões até 2014, dos quais R\$ 23,5 bilhões em projetos nas áreas definidas como estratégicas. Considerando apenas as modalidades de crédito e subvenção, a demanda pelos recursos do plano somaram, em 2013, aproximadamente R\$ 52 bilhões, proveniente de cerca de duas mil empresas e mais de duzentas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTS);
- Aprimoramento, com revisão de regras de acesso e garantias, dos programas setoriais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) focados em inovação e no desenvolvimento tecnológico. Para o período 2013-2017, os programas BNDES Profarma e BNDES Prosoft receberam aporte de R\$ 5 bilhões cada um, e o BNDES Proplástico recebeu aporte de R\$ 1,3 bilhão. O BNDES P&G receberá aporte de R\$ 4 bilhões até 2015;
- Ampliação do número de setores com margens de preferência para compras públicas. Além dos setores e produtos já beneficiados até 2012, o Decreto nº 7.903, de 04 de fevereiro de 2013, e o Decreto nº 8.002, de 14 de maio de 2013, incluíram equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TICs) – computadores, conversores e comutadores –, pás carregadeiras e tratores de lagarta;
- Lançamento, em fevereiro de 2013, de dois projetos orçados em cerca de R\$ 4,3 milhões para o desenvolvimento de fornecedores do Plano de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para o setor de petróleo, gás e naval e de dois outros projetos orçados em R\$ 2,3 milhões voltados para o desenvolvimento de fornecedores do setor automotivo;
- Implementação de novas regras do BNDES/Finame para geradores eólicos, com incentivos à fabricação nacional de componentes com alto conteúdo tecnológico e uso intensivo de mão de obra;
- Criação do Programa BNDES Prodesign com orçamento de R\$ 500 milhões para apoiar investimentos em *design*, moda, desenvolvimento de produtos, diferenciação e fortalecimento de marcas;
- Celebração de convênio entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Universidade Federal de Itajubá (Unifei) para atestar o programa de transferência de tecnologia do Programa H-XBR, que prevê a compra de 50 helicópteros no valor de R\$ 4,96 bilhões até 2017;
- Celebração de 88 Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) para produção de insumos, medicamentos, vacinas e produtos para a saúde. Com 70 parceiros envolvidos, sendo 53 laboratórios privados e 17 públicos, já foram desenvolvidos 78 produtos acabados, entre medicamentos, vacinas e produtos para saúde;
- Habilitação pelo Programa Inovar-Auto de 48 empresas, sendo 21 fabricantes, 14 importadores e 13 novos projetos de investimento, com previsão de investimentos em ativos fixos de R\$ 7,7 bilhões e de incremento da capacidade instalada de produção no montante de 525,7 mil veículos, gerando mais de 12,5 mil empregos diretos. Com exigências de níveis mínimos de investimentos em P&D, o Programa define metas de eficiência energética dos veículos para o período 2013-2017. A renúncia fiscal do Programa em 2013 foi de R\$ 1,5 bilhão; e
- Criação do Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif), por meio da Lei nº 12.794, de 02 de abril de 2013, que fomenta a indústria nacional de fertilizantes mediante a desoneração dos investimentos pela suspensão de PIS/Cofins e IPI em operações de aquisição de bens e serviços, exigindo-se, como contrapartida, conteúdo local mínimo na execução do projeto e investimentos em P&D.





A renúncia fiscal associada aos regimes tributários especiais foi de R\$ 19,8 bilhões em 2013, com destaques para: o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro); o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reid); e o Inovar Auto.

a.3) Estímulos às Exportações e Defesa Comercial

- Concessão de R\$ 3,4 bilhões em créditos tributários compensados e pouco mais de R\$ 775 milhões em créditos tributários pagos no âmbito do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra);
- Desembolsos do BNDES em programas de apoio à exportação que alcançaram R\$ 15,1 bilhões em 2013, sendo R\$ 9,7 bilhões na modalidade pré-embarque e R\$ 5,5 bilhões na modalidade pós-embarque;
- Aprovação de recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) para 2013 na ordem de R\$ 2,5 bilhões, alavancando mais de US\$ 6,2 bilhões em exportações no ano;
- Concessão de 2.831 Ex-Tarifários em 2013 resultando em importações de bens de capital e bens de informática e tecnologia sem similar nacional da ordem de US\$ 17,5 bilhões, comparado a US\$ 6,9 bilhões de 2012. O volume de investimentos realizados no País para receber e instalar essas máquinas foi de R\$ 40,5 bilhões;
- Instituição de novas regras para investigação *antidumping*, que reduzirão o prazo médio das investigações de 15 para dez meses e o prazo para determinação preliminar de 240 para 120 dias. Além disso, as determinações preliminares, que constituem pré-condição para a imposição de direitos *antidumping* provisórios, passam a ser obrigatórias, com a edição do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013; e
- Simplificação das regras para comprovação de origem de produtos importados sujeitos a medidas de defesa comercial.

b) Fomento, Inovação e Comércio Exterior

b.1) Financiamentos e Investimentos

O desembolso total do BNDES, em 2013, superou R\$ 190 bilhões, conforme a tabela a seguir.

Desembolsos do BNDES em 2012 e 2013 (R\$ milhões)

ÁREA	Desembolsos	
	2012	2013
Área de Infraestrutura (AEI)	25.829	30.259
Área de Infraestrutura Social (AS)	15.975	17.829
Área de Insumos Básicos (AIB)	17.489	16.876
Área Industrial (AI)	15.197	14.533
Área de Operações Indiretas (AOI)	69.542	95.068
Área de Comércio Exterior (AEX)	10.901	15.142
Outras	1.060	713
Total (Desembolso Primário)	155.993	190.420

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).





No âmbito do PBM, os desembolsos do BNDES para os setores industriais foram da ordem de R\$ 31,4 bilhões em 2013, cabendo destaque para o Complexo Sucroalcooleiro e a produção de biocombustíveis (R\$ 3,1 bilhões); o Setor de Telecomunicações e o Complexo Eletrônico (R\$ 3 bilhões); o Setor de Produtos Químicos e Farmacêuticos (R\$ 2,4 bilhões); e o Setor de Petróleo e Gás (P&G) e a cadeia produtiva associada ao setor (R\$ 6,2 bilhões). As operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos por meio dos produtos BNDES/Finame atingiram R\$ 70,5 bilhões.

Em 2013, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que foi criado no âmbito do PBM com foco na redução dos custos de capital e indução do desenvolvimento tecnológico, desembolsou R\$ 82,1 bilhões. Nas linhas de bens de capital de PSI foram aplicados R\$ 72,8 bilhões, sendo R\$ 32,7 bilhões em ônibus e caminhões; R\$ 12,3 bilhões em equipamentos agrícolas; R\$ 7,7 bilhões em financiamento à produção de produtos para exportação; e R\$ 1,7 bilhão nas linhas de inovação e Proengenharia.

b.2) Comércio Exterior

A política de comércio exterior, em consonância com o Plano Brasil Maior (PBM), teve como diretrizes o aumento da competitividade das exportações brasileiras e o fortalecimento das ações de defesa comercial.

Em 2013, o comércio exterior brasileiro registrou cifra de US\$ 481,8 bilhões, o que representa um aumento de 2,6% sobre o ano anterior, cujo valor atingira US\$ 435,8 bilhões. Esse resultado foi consequência do aumento das importações, que passaram de US\$ 223,2 bilhões para US\$ 239,6 bilhões. As exportações, por sua vez alcançaram US\$ 242,2 bilhões. Tais resultados implicaram superávit de US\$ 2,6 bilhões em 2013 ante o superávit de US\$ 19,4 bilhões verificado em 2012. Para 2014, a expectativa é de um cenário conjuntural mais favorável em face de uma gradual recuperação das economias desenvolvidas.

Em apoio ao setor exportador, foram também realizadas, em 2013, 382 ações destinadas à promoção da cultura exportadora. Para 2014, encontram-se pactuadas 508 ações a serem realizadas no âmbito do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE).

O Programa Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior (Redeagentes) realizou, em 2013, 26 eventos como cursos, treinamentos e oficinas sobre como exportar. Também foram realizados *Seminários de Operações de Comércio Exterior*, com o objetivo de instruir os operadores privados quanto aos procedimentos para a realização de operações relacionadas ao controle administrativo na importação e *drawback*.

Da série *Aprendendo a Exportar*, foi finalizado e lançado o *Simulador de Preço de Exportação*. Também foram elaborados o *Portal de Negócios Brasil-África* e o DVD-Rom *Aprendendo a Exportar - Coleção Completa*, com atualização de 14 produtos da série, abordando diversas áreas temáticas de interesse do exportador.

Em relação ao combate às práticas desleais de comércio em 2013, foram iniciadas 65 investigações de *dumping* e duas de subsídios. Nesse período, foram encerradas 42 investigações de *dumping* com aplicação de direito e a celebração de um compromisso de preços, além de 20 procedimentos sem aplicação de medidas. Ao final de 2013, estavam em curso 64 investigações de *dumping* e três de subsídios. Das 109 medidas de defesa comercial em vigor, 106 eram relativas a direitos *antidumping* definitivos, uma a direitos *antidumping* provisórios e duas a medidas de anticircunvenção. No tocante ao apoio ao exportador brasileiro investigado no exterior, foram atendidos 22 setores cujas exportações foram afetadas por procedimentos de defesa comercial.





Em 2013, foram concluídos dez processos de investigação de origem não preferencial. O objetivo dessas investigações é impedir o ingresso no Brasil de produtos que burlam a aplicação de uma medida de defesa comercial, por meio de uma declaração de origem incorreta.

A estrutura para o combate a práticas desleais de comércio foi fortalecida com a incorporação de 49 novos investigadores e com a publicação do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, que regulamenta os novos procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas *antidumping*. Em 2014, será revisada a legislação relativa à investigação de subsídios para aplicação de medidas compensatórias. Todos os esforços objetivam a redução dos prazos das investigações e dos custos inerentes aos procedimentos.

Com o objetivo de promover a facilitação de comércio, reduzindo custos e aumentando a competitividade das empresas brasileiras, iniciou-se, em 2013, a construção do *Portal Único do Comércio Exterior*. Trata-se de iniciativa que envolve 22 órgãos governamentais e que visa criar uma interface única entre os operadores de comércio exterior e o Governo, por meio da integração dos múltiplos sistemas informatizados atualmente existentes.

Com relação aos mecanismos de incentivo à exportação, cabe dar ênfase ao *drawback*, regime aduaneiro especial. Em 2013, foram analisados 30.333 atos concessórios de *drawback* suspensão e 225 atos concessórios de *drawback* isenção. Os atos concessórios de *drawback* suspensão autorizados representaram um montante de US\$ 61,9 bilhões em exportações. No mesmo período, foram realizadas operações de exportação vinculadas ao regime, que totalizaram US\$ 46,4 bilhões.

Em termos de sistemas de comércio exterior, o Projeto *Drawback* Isenção *Web* teve grande evolução em 2013, com a aprovação da documentação de requisitos e início da fase de homologação. A previsão é de que o novo sistema entre em produção em 2014. A concessão desse regime aduaneiro especial, que se constitui em importante mecanismo de incentivo às exportações brasileiras, passará, então, a ser informatizada.

A exportação por via postal possibilita que milhares de empresas, principalmente as microempresas e empresas de pequeno porte, possam ter acesso ao comércio exterior. Por meio da Declaração Simplificada de Exportação (DSE), no ano de 2013, foram enviados mais de 850 tipos de produtos brasileiros a cerca de 200 países, com facilitação do despacho aduaneiro e redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil. Essas exportações alcançaram, no ano de 2013, US\$ 253,3 milhões.

No que diz respeito às negociações internacionais, foram aprovadas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) novas diretrizes para a negociação de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Esse modelo tem sido bem recebido pelos países africanos e há possibilidade de conclusão dos acordos nesses países. Tal modelo foi apresentado para Moçambique, Angola, África do Sul, Malawi, Argélia e Nigéria. O Brasil submeteu nova proposta para avanço do Acordo Mercosul-Colômbia. Sobre barreiras não tarifárias, foi desenvolvido projeto-piloto para levantamento, processamento e tratamento adequado das barreiras de seus principais parceiros comerciais.

Além de manter diálogos comerciais com diversos países, o Governo prosseguiu com negociações para ampliar o acesso de bens e serviços brasileiros aos mercados internacionais. Em especial, destacam-se a avaliação em andamento acerca da possível ampliação do Acordo Mercosul-Índia e a preparação da posição brasileira para bens, serviços, investimentos e compras governamentais para o Acordo de Livre Comércio com a União Europeia. Negociou-se, também, acordo de associação do Suriname e da Guiana ao Bloco, concretizando passo adicional à integração da América do Sul. Ao longo de 2013, foram realizadas reuniões de negociações para adesão da Bolívia ao Mercosul e consolidação do processo de adesão da Venezuela.





No que se refere aos mecanismos de apoio às exportações, destaca-se a criação, em 2013, da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF), com vistas a propiciar a atuação do Governo em áreas como a de concessão de cobertura de risco em operações de projetos de infraestrutura de grande vulto e a de concessão de seguro de crédito à exportação em operações de longo prazo para países de risco elevado.

Além disso, foram reformulados e flexibilizados os normativos do Programa Mais Alimentos Internacional, o qual tem por finalidade estimular as exportações brasileiras de máquinas e equipamento agrícolas e servir como instrumento para a cooperação Sul-Sul, visando garantir maior celeridade em sua operacionalização. Destaca-se, ainda, que durante o ano de 2013, foram aprovadas, nos âmbitos do Conselho de Ministros da Camex e do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (Cofig), operações amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações (Proex) ou pelo Fundo de Garantia às Exportações (FGE), que poderão alavancar mais de US\$ 12 bilhões em exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos, Venezuela, República Dominicana, Argentina, Angola, Gana, Moçambique, México e Equador.

Entrou em vigor, em janeiro de 2013, a Resolução Camex nº 79, de 1º de novembro de 2012, que consolidou a lista de bens sem similar nacional a que se referia a Resolução do Senado nº 13, de 15 de abril de 2012, definindo a lista de bens que estão excluídos da aplicação da nova alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), fixada em 4%.

No tocante às alterações temporárias da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, em 2013, foram concedidas reduções tarifárias para 2.830 produtos de bens de capital e bens de informática e telecomunicação; reduções tarifárias, por razões de desabastecimento, relativas a 27 códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM); e reduções tarifárias para 100 códigos da NCM, com o retorno aos níveis ordinários da TEC.

A Resolução Camex nº 78, de 02 de outubro de 2013, dispôs sobre a prestação, na Internet, de informações pertinentes ao comércio exterior brasileiro. Também, em 2013, foi realizada a revisão das anuências necessárias para a exportação. Para 2014, o Governo pretende realizar outras ações de facilitação de comércio, como a revisão das anuências para a importação; a conclusão do aperfeiçoamento do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto); o desenvolvimento de projeto de monitoramento de barreiras não tarifárias ao comércio; a continuidade nos trabalhos do Detalhamento Brasileiro de Nomenclatura; a edição de novo regulamento sobre devolução de mercadorias ao exterior; e o apoio ao desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior.

Em termos da modernização da legislação de comércio exterior, algumas sugestões elaboradas no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) já foram implementadas em 2013. São exemplos o funcionamento ininterrupto da Aduana e a retirada do ICMS da base de cálculo da Cofins-Importação, trazidos, respectivamente, pelo art. 70 da Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, e art. 42, inciso I, da Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013.

O modelo de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) permite maior agregação de valor aos produtos exportados pelo País. Atualmente, existem 24 ZPEs, distribuídas em 20 Estados. Destacam-se as ZPEs de Senador Guiomard/AC e Pecém/CE, tendo em vista que já se encontram alfandegadas, sendo que a segunda encontra-se em operação, inclusive com controle informatizado e movimentação diária de cargas. Para 2014, espera-se a construção e operação de dois projetos industriais na ZPE de Senador Guiomard/AC; a aprovação de outros dois novos projetos industriais para ZPE de Pecém/CE; a conclusão das obras físicas da Empresa Administradora da ZPE de Bataguassu/MS; e a conclusão das obras físicas da Empresa Administradora da ZPE de Parnaíba/PI com respectivo início da construção de um projeto industrial.





b.3) Comércio e Serviços

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos três primeiros trimestres de 2013, o setor de serviços respondeu por 68,74% do PIB.

Em resposta aos desafios enfrentados pelo setor de serviços e seu potencial de inserção na economia mundial, o Governo conta com iniciativas para aperfeiçoar a formulação e o monitoramento de políticas voltadas ao setor. Dentre essas iniciativas, destaca-se o término da implantação dos Módulos Venda e Aquisição do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). Em 2014, além da implantação do Submódulo Registro de Presença Comercial no Exterior, terá início a divulgação oficial periódica das estatísticas do comércio exterior de serviços e de intangíveis.

Foi elaborada a 1ª edição do *Atlas Nacional de Comércio e de Serviços*. Trata-se de um referencial público de informações que caracteriza o setor terciário brasileiro com maior exatidão, orientando as políticas públicas e os investimentos privados. Para 2014, será publicada a 2ª edição do Atlas.

Ainda em 2013, foi realizada a 2ª edição do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), com mais de dois mil inscritos. Durante o simpósio foi realizada a 2ª edição da Rodada de Atração de Investimentos com a apresentação de projetos a investidores do Brasil e do exterior. Em 2014, será realizada a 3ª edição do evento.

Destaque para o lançamento da 2ª edição do Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil durante o *Annual Investment Meeting* (AIM), encontro realizado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, de 30 de abril a 02 de maio de 2013. O evento teve como tema principal o desenvolvimento econômico dos países emergentes e sua implicação para a atração de investimentos estrangeiros diretos. Na oportunidade, as empresas brasileiras foram convidadas a participar do Plano de Desenvolvimento em Infraestrutura de Omã, que abrange, basicamente, o setor da construção civil. A 3ª edição foi publicada em novembro de 2013, e a publicação da 4ª edição está prevista para o ano de 2014.

Em 2013, foi instituída a Comissão Interministerial de Representantes da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e das Notas Explicativas da NBS (Nebs) e em dezembro desse ano, foi publicada a versão 1.1. da NBS e das Nebs, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014. Em 2014, será publicada a versão 2.0 da Nomenclatura, bem mais desagregada, contemplando novos serviços e intangíveis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015.

Em parceria com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), foi realizado o 4º Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (Enaserv), reunindo em São Paulo cerca de 450 pessoas, estando prevista para 2014 a realização do 5º Enaserv.

b.4) Micro e Pequenas Empresas

O ano de 2013 foi marcado pela criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), com *status* ministerial e vinculada à Presidência da República. Tal feito se coaduna com a importância do segmento, que corresponde a 99% do total de empresas do País e a mais de 50% dos trabalhadores brasileiros ocupados. A atuação da SMPE tem por foco dois objetivos: reduzir o custo para abertura e fechamento de empresas e apoiar o aumento da lucratividade dos pequenos negócios.





b.4.1) Redução do Custo para Abertura e Fechamento de Empresas

O processo de implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) foi acelerado. Enquanto os novos sistemas informatizados que suportarão a Redesim estão sendo desenvolvidos, vem sendo implantado em diversas Juntas Comerciais do País uma etapa prévia de consulta sobre a viabilidade de localização do empreendimento, mediante integração com os dados cadastrais das prefeituras. Foram iniciadas as operações nos Estados de Goiás, Tocantins e Rio Grande do Sul. Além de facilitar o processo de registro nas Juntas Comerciais, essa iniciativa prepara as equipes técnicas para a execução dos novos processos de trabalho associados aos sistemas de integração que serão disponibilizados com a criação do Portal Empresa Simples, prevista para 2014.

A Junta Comercial do Distrito Federal, a única sob responsabilidade direta do Governo Federal, unificou os processos de abertura de empresa e de alteração do contrato social com o de inscrição estadual e atualização cadastral perante a Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal.

Em colaboração com as Juntas Comerciais de todo o Brasil, foi atualizado o normativo vigente sobre registro de empresas, resultando na edição de um novo conjunto de 20 instruções normativas e revogação de 39 atos. A iniciativa traz mais segurança e previsibilidade aos usuários dos serviços das Juntas Comerciais, aprimorando os serviços públicos de registro.

Em 2013, foram abertas 522 mil empresas de todos os portes, exceto microempreendedores individuais (MEI), assim como processadas 1,7 milhão de alterações e 200 mil extinções, conforme registros das Juntas Comerciais de todo o País.

O número de MEI, por sua vez, atingiu 3.659.781 beneficiários registrados pelo Portal do Empreendedor, crescimento de 37% em relação a 2012. Desses, 33% são pequenos negócios do comércio.

b.4.2) Redução do Ônus das Exigências Estatais para a Abertura de Empresas

A efetivação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ao microempreendedor individual, às microempresas e às empresas de pequeno porte demanda articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais, em especial no que se refere à simplificação do procedimento de obtenção de licenças de funcionamento.

Em parceria com o Ministério da Justiça (MJ), foi elaborada Instrução Técnica para agilizar o processo de licenciamento de atividades empresariais de baixo risco e fixar medidas padronizadas de segurança contra incêndio e pânico perante os Corpos de Bombeiros estaduais, com vistas a determinar, de forma clara, as obrigações dos empreendedores e eliminar a necessidade de vistoria prévia na maior parte dos estabelecimentos.

Para simplificar o licenciamento e regularização do exercício de atividade de interesse sanitário, tornando-o automático nos casos de baixo risco, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) editou nova regulamentação para microempreendedores individuais, empreendimentos familiares rurais e de economia solidária.

b.4.3) Apoio ao Aumento da Lucratividade dos Pequenos Negócios

Em 2013, foram concluídas três ações de cooperação técnica do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil sobre o tema pequenas empresas, que envolveram a produção de estudos a respeito dos temas capacitação empreendedora, fomento ao artesanato e arranjos de investimentos. O objetivo dessa parceria é a identificação de boas práticas na União Europeia que possam auxiliar o Brasil na definição de políticas públicas.





No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), destaca-se a participação, em 2013, em sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas cerca de 191 mil peças, com faturamento aproximado de R\$ 3,25 milhões. Por meio do Plano Nacional de Capacitação de artesãos e multiplicadores, foram realizadas atividades com a formação de 80 multiplicadores. Os Estados e o Distrito Federal receberam equipamento para impressão da Carteira do Artesão e do Trabalhador Manual e foi firmado acordo com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola.

O desenvolvimento do Portal Empresa Simples, portal de serviços dirigidos às empresas, permitirá, a partir de 2014, a oferta pela Internet de serviços públicos, sem burocracia e com segurança, possibilitando alcançar público de cerca de 8,2 milhões de empresas. A implantação do Portal permitirá o estabelecimento de processo simplificado de abertura e legalização de empresas. Serão também oferecidas soluções de apoio à competitividade empresarial, como a praça eletrônica de negócios, que auxiliará micro e pequenas empresas na catalogação de seus produtos, na identificação de oportunidades de negócios, bem como disponibilizará informações sobre obtenção de crédito e acesso aos mercados, à inovação e à certificação.

Em 2013, o Simples Nacional atingiu a marca de 8,2 milhões de empresas de optantes, incluindo o MEI, que representa 44% desse total. Um aumento na ordem de 43,7% no número de optantes desde dezembro de 2011, quando entraram em vigor os novos limites de enquadramento do Simples. Em 2011, mais de 70% do total de empresas do País, exceto MEI, eram optantes do Simples Nacional.

b.5) Qualificação e Inovação

Parcerias com entidades representativas do setor produtivo para mapear as necessidades por qualificação profissional vêm sendo estabelecidas pelo Governo que, em articulação com instituições do Sistema S e os Institutos Federais e Estaduais de ensino técnico, vem adequando a oferta de cursos dessas entidades às reais demandas do mercado.

A carência de qualificação da mão de obra tem dificultado novos investimentos e a modernização do parque industrial nacional em diversos setores identificados pelo Plano Brasil Maior (PBM). Até o final de dezembro de 2013 foi mapeada, nas áreas de recursos humanos de empresas de diversos setores produtivos, a necessidade de criação de cerca de 338 mil vagas em cursos específicos a serem realizados em 2014. Mais de 95 mil vagas já foram programadas e ofertadas dentro dessa perspectiva no Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A articulação com as redes de escolas ofertantes de cursos é um processo permanente e continuará ao longo do ano de 2014. O Programa criará pelo menos 250 mil vagas nos diversos setores estratégicos do PBM para o atendimento das demandas apresentadas pelas empresas. Os principais setores a serem atendidos são: i) Indústria: construção civil; mineração e metalurgia; petróleo, gás e naval; bens de capital, máquinas e equipamentos; setor automotivo; têxtil e confecções; higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; química industrial e plásticos; farmoquímica e insumos farmacêuticos; ii) Agroindústria: etanol e açúcar; papel e celulose; madeira e móveis; frigoríficos e laticínios; citricultura; e iii) Serviços: serviços de logística portuária; tecnologia da informação; comércio varejista, entre outros.

O Governo vem atuando para trazer para o País investimentos que agreguem mais valor e tecnologia à indústria brasileira, por meio da política de atração de centros e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Em 2014 será concluído o estudo com foco em quatro setores prioritários do PBM: Petróleo e Gás (P&G), Energia Renovável, Saúde e Tecnologias da Informação e Comunicação. A partir do estudo, será planejada uma estratégia coordenada entre entidades públicas para atrair investimentos para o Brasil; identificar oportunidades de investimento para negociação proativa do Governo brasileiro; e recomendar novas políticas públicas para melhorar o ambiente para PD&I no País.





A cooperação internacional para inovação tem dois objetivos principais: aproximar empresas brasileiras de suas contrapartes em países mais avançados tecnologicamente, para que trabalhem em conjunto; e trocar experiências com outros governos de políticas públicas para PD&I. Nesse sentido, destacam-se as tratativas ocorridas, em 2013, com Israel e com a França. Em setembro, foi realizada a Primeira Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-França de Inovação, em Paris, seguida de visitas a empresas e parques tecnológicos do setor de petróleo e gás nas cidades de Toulon e Nice. A Segunda reunião está programada para o Brasil em 2014, com foco nos setores de Biotecnologia e Petróleo e Gás.

A biotecnologia e a nanotecnologia representam tecnologias de ponta no desenvolvimento industrial mundial. Em 2013, foram elaborados dois estudos técnicos: o de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de nanotecnologias relacionadas ao setor de óleo e gás com vistas à exploração econômica do Pré-sal; e outro para avaliação de tecnologias inovadoras na cadeia sucroenergética.

O Governo organizou o *Bio Partnering Latin America 2013*, evento internacional que teve como objetivo ampliar mercado e difundir a cultura de inovação no segmento de biotecnologia, e coordenou missão à *Bio Convention 2013*, evento realizado em Chicago, que contou com a participação de vários representantes de Governo e de empresas brasileiras do setor.

Em 2013, com a aprovação do *Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso às Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Deficiências para Acesso ao Texto Impresso*, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o Governo logrou alinhamento em torno da proposta de aperfeiçoamento do marco normativo internacional na área de propriedade intelectual. Esse Tratado terá reflexos positivos em todas as modalidades de proteção da propriedade intelectual, ao fortalecer uma relação mais harmônica entre os interesses dos titulares de direitos e dos usuários e consumidores.

c) Metrologia, Qualidade e Tecnologia

As ações executadas nas áreas de metrologia, qualidade e tecnologia, em 2013, foram estruturadas em três eixos: proteção ao cidadão e promoção da justa concorrência; infraestrutura técnica para qualidade e metrologia; e apoio à competitividade sistêmica. Esses eixos buscam atender à política industrial, dando apoio técnico ao processo de inovação, fortalecendo e modernizando a indústria nacional, e buscando continuamente a melhoria dos serviços ao cidadão.

Proteção ao Cidadão e promoção da justa concorrência

O Sistema Inmetro de Monitoramento de Acidentes de Consumo (Sinmac) reúne relatórios e estatísticas de acidentes de consumo registrados no País. O objetivo do Sinmac é apoiar as decisões sobre novas certificações, aperfeiçoamentos em regulamentos, recomendações de *recalls* e desenvolvimento de campanhas educativas com foco em segurança.

Em novembro de 2013, foi lançado o Programa Servir, Programa de Excelência em Serviços que consiste em uma metodologia pela qual os cidadãos poderão avaliar a qualidade dos serviços prestados pelos fornecedores de diversos setores. A avaliação é realizada em tempo real por avaliadores treinados e cadastrados por meio de *software* desenvolvido para *smartphones*. O primeiro serviço avaliado em 2013 foi o de compra em supermercados.

Destacam-se, ainda, as seguintes ações realizadas em 2013: 1.239.689 estabelecimentos visitados para verificação da conformidade de instrumentos de medição; 134.956 empresas fiscalizadas na conformidade de produtos regulamentados pelo Inmetro; formação de 305 novos agentes fiscais; e elaboração de curso sobre fraudes eletrônicas em bombas medidoras de combustíveis. Foram realizadas ainda operações conjuntas com a Receita Federal do Brasil (RFB), destacando-se a Operação Especial do Dia das Crianças, que resultou na apreensão de cerca de 40 toneladas de brinquedos irregulares.





Infraestrutura Técnica para a Qualidade e Metrologia

Com o objetivo de aumentar o suporte à inovação, estão em processo de implantação dois laboratórios associados ao Inmetro: o de Nano-Espectroscopia, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que criou um equipamento para a detecção precoce do Mal de Alzheimer; e o de Inovação em Materiais Cerâmicos, que deverá ser referência nacional na pesquisa em cerâmicos e compósitos, com a proposta de produtos e processos inovadores e formação de recursos humanos.

Foi iniciado o desenvolvimento do novo sistema de fiscalização de Certificados de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos a Granel, que contará com uma base de dados para cadastro de veículos e equipamentos que transportam produtos perigosos. Essa base possibilitará maior controle e efetividade nas operações de fiscalização no transporte desse tipo de produto em 2014.

Destacam-se, ainda, as seguintes ações realizadas: i) o Selo Ruído, com lançamento previsto para fevereiro de 2014, obrigará os fabricantes de liquidificadores, aspiradores de pó e secadores de cabelo a classificar em escala o barulho desses eletrodomésticos; ii) a instalação, em 2014, do Centro de Cooperação Tecnológica Brasil-Coreia com vistas a promover o intercâmbio de conhecimento referente aos sistemas de regulamentação e inovação e desenvolvimento e internacionalização de tecnologias; iii) ampliação da certificação dos produtos que compõem a cesta básica do setor da construção civil com vistas ao aumento na segurança e redução de desperdícios; iv) implantação do Programa de Acreditação de Organismos de Verificação e Validação em Emissões de Gases de Efeito Estufa; e v) lançamento do Portal da Inovação, ferramenta de aproximação com a indústria no apoio à solução de problemas tecnológicos ao processo inovativo.

Apoio à Competitividade Sistêmica

No âmbito do Plano Brasil Maior, será criado, em 2015, o Centro de Tecnologia Automotiva, que tem como principal objetivo aumentar a segurança e qualidade dos carros produzidos no País. O polo terá três pilares de atuação: a criação de laboratório de segurança veicular para a realização de ensaios de *crash test* e homologação de itens de proteção ativa instalados nos veículos; a implantação do laboratório de eficiência energética e de emissões; e o apoio e o desenvolvimento da inovação na indústria de autopeças.

Foi aprovado, em junho de 2013, o regulamento técnico para medição de petróleo e gás natural, condição essencial para suporte técnico ao novo regime de licitações para exploração de petróleo brasileiro por meio de leilões. Será finalizada, em 2014, regulamentação técnica metrológica para os medidores multifásicos, que darão credibilidade aos resultados das medições, contribuindo para a divisão dos recursos advindos da exploração do petróleo nos campos do Pré-sal, conforme o regime de partilha de produção.

d) Propriedade Industrial

Em 2013, o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi) recebeu cerca de 163 mil pedidos de registro de marca, 9% a mais que no ano anterior. O estoque total de pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame alcançou 507 mil, com aumento de 21,9%.

Para atender à demanda corrente e processar o estoque de pedidos, foram feitos investimentos e contratados recursos humanos. Foi lançado, em junho de 2013, o novo sistema interno de gestão de marcas, denominado Ipas (*Industrial Property Automation System*), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que possibilitou a informatização de todas as etapas do processo de registro e maior controle gerencial dos fluxos de trabalho. Além disso, com a posse dos





14 novos examinadores de marcas, em julho de 2013, a capacidade de processamento foi elevada para cerca de 135 mil pedidos de registro de marca por ano. Haverá incremento dessa capacidade com o ingresso de 90 Tecnologistas em Propriedade Industrial, cargos criados pela Lei nº 12.823, de 05 de junho de 2013.

Na área de patentes, o volume total de depósitos de pedidos se manteve estável em cerca 33 mil, interrompendo a taxa de crescimento de 10% ao ano, verificada desde 2010. Foi concluída a implementação do sistema de depósito de patente *on-line* sendo que, em dezembro, 53% das petições de depósitos haviam sido feitas de forma eletrônica.

O Inpi recebeu o depósito de 6.841 pedidos de registro de desenho industrial, sendo 3.776 nacionais e 3.065 estrangeiros, com a concessão de 2.656 registros. A área de desenho industrial tem fomentado a prática de proteção do *design* no meio acadêmico e entre *designers* nacionais, principalmente aqueles que participam de eventos internacionais. Em 2013, também foram registrados 1.257 programas de computador, o que representa aumento de 49,2% em relação a 2012. Ainda, houve sete concessões de Indicações Geográficas (IG), sendo seis nacionais e uma estrangeira, além de seis depósitos. Desde 1999 foram concedidas 46 IGs.

Na área de averbação de contratos e faturas de tecnologia, foi efetuada a integração das informações com a Receita Federal do Brasil (RFB), e dos sistemas de contratos do Inpi aos sistemas públicos de registro de comércio de produtos e serviços, como o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e o Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen), permitindo o monitoramento do mercado de serviços e intangíveis. Prevê-se para 2014 o funcionamento do módulo relativo às operações de transferência de tecnologia.

Nas ações de disseminação de propriedade intelectual, em 2013, o alcance foi de mais de 16 mil pessoas, por meio de participação em congressos, seminários, comitês temáticos, palestras, eventos técnicos e científicos realizados em todo o País. Dos acordos nacionais, destaca-se o firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que o Cartão BNDES possa financiar serviços referentes aos depósitos de marcas e patentes, prestados por agentes da propriedade industrial (PI), facilitando o acesso de micro, pequenas e médias empresas a serviços que protejam suas inovações.

Na área de cooperação técnica internacional, destacam-se os memorandos de entendimento celebrados com o Escritório Chinês de Marcas (Saic), e com a Tunísia e Cingapura. Foi também realizado o encontro entre os escritórios de PI do grupo Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), em Johannesburgo, África do Sul, em julho de 2013, tendo sido aprovado documento de ação para a cooperação.

Foi desenvolvida pelo Inpi, e já está disponível para uso, a ferramenta Plataforma de Exame Colaborativo (e-Pec), que permite a colaboração em exames de patentes entre os nove países-membros do Sistema de Cooperação Regional em PI na América do Sul (Prosul).

Em julho de 2013, o Centro de Defesa da Propriedade Intelectual do Inpi (CEDPI) iniciou o projeto-piloto de mediação de controvérsias administrativas na área de marcas.

A fim de agilizar e simplificar seus serviços, em 2014, o Inpi construirá um novo portal, de acordo com as especificações de acessibilidade de governo eletrônico, e concluirá o sistema informatizado para o depósito eletrônico de averbação de contratos e faturas de tecnologia, de indicação geográfica e de programa de computador. Também em 2014, terá início a elaboração de estudos sobre o impacto econômico da propriedade intelectual em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).





e) Desenvolvimento Regional da Amazônia

O Polo Industrial de Manaus (PIM) configura-se num dos principais indutores do desenvolvimento sustentável da região da Amazônia, mediante geração, atração e consolidação de investimentos. Em 2013, foram aprovados 220 projetos industriais, sendo 72 de implantação e 148 de ampliação, atualização e diversificação. A partir do terceiro ano de implantação desses projetos, a expectativa é de que sejam gerados cerca de 11 mil novos postos de trabalho, com investimentos totais da ordem de US\$ 3,5 bilhões e exportações de US\$ 1,06 bilhão.

No período de janeiro a novembro de 2013, os projetos industriais já implantados apresentaram faturamento de US\$ 35,66 bilhões (incremento de 2,03% em relação ao mesmo período de 2012). Entre os setores que mais contribuíram para esse resultado estão o eletroeletrônico, incluindo bens de informática (US\$ 17,83 bilhões); o de duas rodas (US\$ 6,09 bilhões); e o setor químico, inclusive concentrado para bebidas não alcoólicas (US\$ 4,3 bilhões). Dentre os principais produtos, destacam-se os *tablets*, com 2.206.794 de unidades produzidas em 2013, crescimento na ordem de 1.579,72 % em relação a 2012.

A revisão e o estabelecimento de novos Processos Produtivos Básicos (PPBs), até dezembro de 2013, resultaram na publicação de 53 Portarias Interministeriais, sendo 35 para alterar PPBs já existentes e 18 para fixar PPBs para novos produtos.

Foram iniciadas as obras de revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus, que conta com 56 km de vias. O Distrito é a principal área de concentração das indústrias e operadores logísticos do PIM, com mais de 70% das 470 empresas instaladas no Polo.

Em relação à promoção comercial, destaca-se a VII Feira Internacional da Amazônia (Fiam), realizada em Manaus/AM no período de 27 a 30 de novembro de 2013, com exposição de produtos fabricados no PIM e oriundos das potencialidades da Amazônia brasileira e dos países limítrofes, além de seminários e palestras. Foram 50 mil participantes e 300 expositores, tendo sido realizada a VII Rodada de negócios envolvendo as micro e pequenas empresas ofertantes dos Estados do Amazonas, Acre e Roraima com a geração de US\$ 17,6 milhões em negócios e a participação de cinco Estados, do Distrito Federal e de oito países, e a IV Rodada de Negócios de Turismo, com a participação de 24 empresas (seis nacionais e 18 internacionais) interessadas em vender os destinos da Amazônia.

No âmbito da inserção internacional, destacam-se as relações com os países pan-amazônicos tais como: i) a remoção de exigências sanitárias nas exportações das fábricas brasileiras de bebidas para a Colômbia; ii) a criação de grupo de trabalho trilateral (Brasil, Equador e Peru) para tratar de integração regional; iii) a criação do Comitê Técnico da Comissão Mista de Infraestrutura Brasil-Guiana, com o objetivo de analisar a possibilidade de o Brasil contribuir com a Guiana para a construção de estrada ligando as cidades guianenses de Lethem (na fronteira do Brasil com a Guiana) e Lindem (futuro porto de águas profundas a ser construído); iv) a realização de encontros entre o Brasil e Peru com o objetivo de negociar o cumprimento do 2º protocolo adicional do Acordo de Complementação Econômica (ACE58), assegurando às empresas do PIM acesso ao mercado peruano com preferências tarifárias; e v) a realização de encontros com a Venezuela para tratar do tema da Integração Produtiva da região do Orinoco (sul da Venezuela) com o norte do Brasil, criando uma porta de entrada para o fornecimento de insumos para as indústrias do PIM e do futuro Polo Naval Fluvial de Manaus.

No que diz respeito ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), encontra-se em fase final o estudo da proposta para redefinição, em 2014, de sua identidade jurídica e infraestrutura física e laboratorial. Isso possibilitará o avanço em pesquisas e tecnologia para desenvolvimento de produtos a partir da biodiversidade regional com foco nos biofármacos, cosméticos e alimentos. Dentre os resultados apresentados pelo CBA em 2013 destacam-se:





- A implementação do Projeto Criação de Ativos da Amazônia (Criativos) com aprovação de quatro projetos e capacitação de nove empreendedores para *venture capital*. O Criativos apoia a geração de negócios inovadores e sustentáveis na Amazônia, estimulando o surgimento de novos empreendedores, capazes de atrair investidores de risco, fundos não reembolsáveis e outras fontes de recursos;
- A otimização do processo de produção de muda de dendê por meio da cultura de embrião. Em um período de 120 dias foi possível obter uma muda aclimatizada, a um custo de produção inferior ao preço de sementes pré-germinadas, que hoje é comercializada no mercado. Essa tecnologia encontra-se à espera da realização de convênios para sua aplicação no meio rural objetivando a geração de emprego e renda na região amazônica;
- O desenvolvimento do Projeto de Etanol de Segunda Geração a partir de cultura de leveduras de origem amazônica;
- A busca por novos antibióticos, uma vez que o aumento crescente de bactérias resistentes a antibióticos incentiva à pesquisa por novas substâncias antibacterianas. Testes *in vitro* foram realizados, confirmando o potencial desses antibióticos, sendo aprovados também nos testes de citotoxicidade. Esses antibióticos estão em fase de testes de escala laboratorial; e
- A assinatura de termo de cooperação técnica para a realização de análises de matérias-primas da região amazônica, que visa à produção de bebidas não alcoólicas. O termo prevê, ainda, coleta de informações sobre composições químicas, teor de ativos e contaminantes que resultem no desenvolvimento de produtos e processos de origem na biodiversidade da Amazônia.

2. Agronegócio

A agropecuária brasileira tem alcançado resultados positivos durante anos consecutivos, ampliando gradualmente a participação do setor na economia do País e estimulando os setores de serviços e de indústria. A organização do setor e a capacidade técnica e gerencial dos agentes do agronegócio tornaram o Brasil o segundo maior exportador mundial de produtos agrícolas, em posição internacional estratégica, sob a ótica de política e de mercado, à medida que o País firma-se como importante fornecedor de produtos agropecuários para suprir as necessidades globais de alimentos, fibras e biocombustíveis.

Em 2013, o Brasil ampliou sua participação no mercado mundial agropecuário. As exportações do setor somaram US\$ 99,97 bilhões entre janeiro e dezembro de 2013, 4,3% acima do valor registrado em 2012. Esse resultado decorre do aumento das exportações de produtos vegetais, como soja, que cresceu 18,6%, e de carnes, segmento que rendeu US\$ 16,8 bilhões no período considerado.

O País produziu a maior parte dos produtos agropecuários necessários ao pleno abastecimento do mercado interno, ao mesmo tempo em que houve o crescimento das exportações. Desse modo, o superávit na balança comercial do agronegócio alcançou o expressivo valor de US\$ 82,91 bilhões, que contribuiu para equilibrar o saldo da balança comercial total do País em 2013.

O ano de 2013 é também referência de ampliação de mercados. A Rússia liberou o acesso da carne de equídeo produzida no Brasil e autorizou importações de carne bovina de oito estabelecimentos do País. O México também abriu as portas para carne de frango e ovos férteis, e o Japão autorizou importações de carne suína de Santa Catarina. O Chile liberou a compra de melão e melancia do Rio Grande do Norte e do Ceará. A China, em 2013, aprovou a soja brasileira geneticamente modificada, assinou importante protocolo para compra de milho nacional, e sinalizou a compra de carne de frango de cinco estabelecimentos e o reinício de aquisições de produtos da bovinocultura do País.





O Governo Federal incentiva o setor para o alcance de novos recordes. Em junho de 2013, foi lançado o maior e mais abrangente Plano Agrícola e Pecuário, com R\$ 136 bilhões em crédito para financiamentos, desde o custeio do ciclo produtivo à aquisição de máquinas modernas e construção de silos nas propriedades rurais.

Foram adotadas medidas de apoio ao setor em diversas culturas, como a da laranja, com a manutenção do preço mínimo, e a do café, cujos recursos alocados chegaram a R\$ 5,8 bilhões. Em relação à comercialização, foram definidos os preços mínimos de: i) Produtos de Inverno e Regionais (alho, canola, castanha-de-caju, casulo de seda, girassol, guaraná, leite, mamona, sisal, trigo, triticale, aveia e cevada); ii) Produtos da Sociobiodiversidade (açai, babaçu, baru, borracha extrativa, carnaúba, castanha-do-brasil, mangaba, pequi, piaçava, umbu, andiroba, cacau extrativo e juçara); iii) Produtos de Verão (algodão, amendoim, arroz, borracha natural, cacau, feijão, juta/malva, mamona, mandioca, milho, milho pipoca, soja e sorgo); e iv) café arábico.

Às medidas de auxílio somaram-se planos setoriais, como os voltados ao semiárido brasileiro e à produção agroecológica. Além disso, houve planos emergenciais destinados à eliminação de pragas nas lavouras e para facilitar o escoamento de milho necessário ao abastecimento de Estados nordestinos e Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, atingidos por forte estiagem. Destaca-se também a revisão das normas de inspeção sanitária que facilitam a comercialização de queijo artesanal de Minas Gerais em todo o País.

Na safra agrícola 2013/2014, poderá ser alcançado novo recorde na produção de grãos, com a marca de 196,7 milhões de toneladas, que representará aumento da ordem de 5,3% em relação ao período 2012/2013 (186,8 milhões de toneladas). A área plantada também deverá alcançar 55,4 milhões de hectares, expansão de 3,9% sobre a safra anterior.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

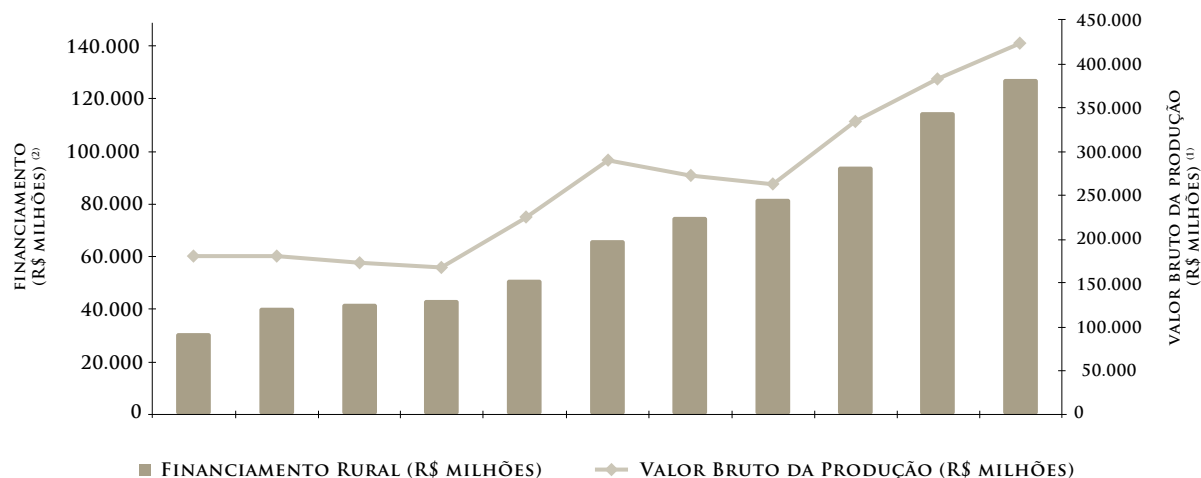
a.1) Crédito Rural

O Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2013/2014 constitui um avanço na adoção de medidas de apoio ao produtor, que incorporam melhoria das condições de infraestrutura produtiva, de acesso ao crédito e ao seguro rural, além da incorporação de novas tecnologias. Na safra 2012/2013, a maior disponibilidade financeira, a juros controlados ou livres, que em grande medida decorreu da expansão dos recursos obrigatórios e da disponibilidade de crédito à agroindústria e a investimentos no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento para Bens de Capital (PSI-BK), possibilitou aplicação efetiva de recursos da ordem dos R\$ 122,7 bilhões, no período de julho de 2012 a junho de 2013. Esse montante representou crescimento de 31,2% em relação à aplicação verificada no mesmo período da safra anterior. Tal desempenho do crédito rural reflete, mais uma vez, os esforços permanentes da agropecuária brasileira e do Governo no sentido de aumentar a oferta de recursos para o crédito rural.





Financiamento Rural Total e Valor Bruto da Produção Agrícola e Pecuária – 2003 a 2013



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Notas: (1) VBP em 2013 - Estimativa.

(2) Financiamento Rural Total em 2013 - Dados de janeiro a novembro - Bacen.

Merece ser destacada a aplicação efetiva de recursos na safra 2012/2013 para os financiamentos de investimento no âmbito do Programa de Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (ABC), integrante do Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, e que apresentou expansão de 97,6% (passando de R\$ 1,51 bilhão para R\$ 2,99 bilhões) em relação à safra 2011/2012. O apoio do Governo ao médio produtor rural foi mais uma vez assegurado por meio de programação de recursos superiores a R\$ 11 bilhões no período 2012-2013 e R\$ 13 bilhões em 2013/2014 para financiamentos de custeio e investimento desse importante segmento da agropecuária nacional.

Para a safra 2013/2014, iniciada em julho de 2013, a demanda por crédito rural estará assegurada pela programação recorde de R\$ 136 bilhões em recursos ao setor, correspondendo a um aumento de 18% em relação à programação disponibilizada para a safra anterior.

a.2) Apoio à Comercialização

Em 2013, até 31 de dezembro, foi utilizado R\$ 1,3 bilhão para apoiar a comercialização de 11,79 milhões de toneladas de laranja, milho e uva por meio dos instrumentos de Aquisição do Governo Federal (AGF), Contratos de Opção e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro). Destaca-se a decisão instituída por meio da Portaria Mapa nº 700, de 14 de agosto de 2013 que prevê a inserção do cacau na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), diante da franca recuperação da cultura no País e perspectivas de elevação do consumo mundial nos próximos anos.

Os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários contam com o suporte da PGPM, que exige monitoramento das condições de funcionamento dos mercados, evolução e comportamento climático, formação de preços de insumos e produtos agrícolas e custos de produção, para a decisão sobre o tipo de instrumento, intensidade e momento de intervenção no processo de comercialização.





a.3) Abastecimento

Os estoques públicos formados com utilização de instrumentos de sustentação de preços contribuem em diversos programas destinados a regularizar o abastecimento.

O Programa Venda em Balcão permite o escoamento pulverizado e parcial de estoques públicos, beneficiando pequenos produtores e criadores de aves, suínos, caprinos e ovinos, que utilizam o milho na ração animal, em regiões atingidas pela estiagem e com escassez do produto. Até dezembro de 2013 foram adquiridas 321 mil toneladas de milho em grão, com previsão de entrega do produto nos polos da região de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Para complementar o abastecimento do milho, foram removidas em torno de 300 mil toneladas para atendimento dessa região, acarretando, em face dos preços e limites especiais, forte aumento da demanda do milho comercializado pelo Governo Federal.

O número de produtores da região atingida pela estiagem, cadastrados no Programa, subiu de 23 mil para aproximadamente 236 mil, que receberam, mediante aquisições, 719,5 mil toneladas de milho para fins de alimentação de seus rebanhos. A estimativa é de que sejam comercializadas mais 200 mil toneladas do produto em 2014.

Em 2013, foram ainda comercializadas 228,96 mil toneladas de arroz em casca e 488,17 mil toneladas de trigo em grão, 128,68 toneladas de quirera de milho e 1,41 mil toneladas de sisal bruto, enquanto, para fins de minimizar eventuais perdas quantitativas e qualitativas, foram negociadas 7,77 mil toneladas de feijão, perfazendo um total de R\$ 537 milhões.

a.4) Plano Nacional de Armazenagem

O Plano Nacional de Armazenagem, lançado no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, tem por objeto aumentar e modernizar a capacidade estática de armazenagem privada e pública. Para tanto, o Governo Federal adotou duas ações, sendo uma para a rede privada e outra para a rede pública federal.

Para a iniciativa privada, em continuidade à ação iniciada em 2013, serão disponibilizados mais R\$ 5 bilhões de reais no ano de 2014, do total de R\$ 25 bilhões disponibilizados ao longo dos cinco anos de vigência do Plano Nacional de Armazenagem. Esta ação poderá agregar aproximadamente 13 milhões de toneladas de capacidade estática de armazenagem a cada ano, estimando-se um acréscimo de aproximadamente 65 milhões de toneladas de capacidade estática ao final dos próximos cinco anos. A taxa de juros para o financiamento é de 3,5% a.a., com prazo de 15 anos, sendo três anos de carência e 12 anos para pagamento.

A ação para a rede pública federal de armazenagem, gerida pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), está sendo executada conforme disposto na Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que autorizou a Conab a contratar instituição financeira pública federal para atuar na contratação e fiscalização de obras, serviços de consultoria, inclusive outros de natureza técnica, e aquisição de bens e equipamentos e também gerir recursos financeiros direcionados pela União para reforma, modernização, ampliação e construção de Unidades Armazenadoras Próprias. Desse modo, foram repassados R\$ 450 mil para o Banco do Brasil contratar empresas visando à elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

Em 2014 serão destinados recursos orçamentários na ordem de R\$ 240 milhões para serem aplicados na reforma e modernização de 54 unidades armazenadoras já existentes e na construção de quatro novas unidades. No total, serão investidos R\$ 500 milhões, sendo R\$ 350 milhões para a construção de dez novas unidades e R\$ 150 milhões para reforma e modernização das





80 unidades existentes. Com a conclusão das obras programadas, a capacidade estática do setor público evoluirá das atuais 2,15 milhões para 2,98 milhões de toneladas, ampliando a possibilidade de atendimento aos programas sociais do Governo Federal e de intervenção no mercado.

a.5) Apoio à Cafeicultura

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café e o segundo maior consumidor do produto. A previsão da safra desse ano é de 49,15 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, das quais 38,29 milhões de sacas de café arábica e 10,86 milhões de sacas de café conilon. A área plantada no País é de 2,311 milhões de hectares, nos quais foram contabilizados 5,67 bilhões de pés de café, tendo as exportações alcançado 32,01 milhões de sacas, com faturamento de US\$ 5,27 bilhões.

O café é colhido por aproximadamente 287 mil produtores/estabelecimentos, predominando mini e pequenos cafeicultores, em cerca de 1,9 mil Municípios, em 15 Estados, com destaque para Minas Gerais, que responde por 53,29% da produção nacional, seguido por Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia.

A produção de café tem mantido crescimento constante nos últimos anos, em função de investimentos em pesquisa e tecnologia, melhoria dos tratamentos culturais, maior utilização de mecanização e irrigação, plantio mais adensado, renovação permanente de cafezais com perfil de variedades mais produtivas e melhor adaptadas a cada região, além de boa gestão da atividade. Daí resultarem safras mais homogêneas e de melhor qualidade, fatores necessários e importantes para o avanço e modernização da cafeicultura nacional.

Em 2013 os recursos destinados ao setor cafeeiro no Brasil para a safra 2013/2014 totalizaram R\$ 5,82 bilhões, sendo que 53,33% desse total são advindas das linhas de financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) que atendem produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores.

Destinação de recursos ao setor cafeeiro no Brasil – safra 2013/2014

OPERAÇÕES	R\$ BILHÃO
Linhas de financiamento do Funcafé	3,16
Contrato de Opção de Venda para Café	1,05
Linha de crédito do Banco do Brasil S/A	1,00
Linha de crédito do Banco do Brasil S/A – BB Agroindustrial	0,61
Total	5,82

Fonte: Departamento do Café (DCAF)/Secretaria de Produção e Agroenergia (Spae)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Desde 2011, os preços do café vêm sofrendo forte depreciação, motivada por estoques nos países importadores e preferência por café de outras origens, de preço e qualidade inferiores ao produto nacional.

Para dar sustentação ao cafeicultor, foram tomadas medidas de prorrogação e alongamento de prazos de pagamento de dívidas, visando manter a produção em níveis desejados, com expectativa dos preços futuros se recuperarem para patamares remuneradores. Para incentivar o aumento de consumo do produto nacional, o Governo Federal tem apoiado a participação de Associações de cafeicultores em feiras internacionais na América do Norte, Europa, Ásia e Oceania. Destacam-se, em 2013, a





realização da Semana Internacional do Café, em Belo Horizonte/MG, maior evento do setor, que comemorou o cinquentenário da fundação da Organização Internacional do Café (OIC), e a 8ª Edição do Espaço Café Brasil - Feira Internacional de Café. Os cafés brasileiros foram promovidos em parceria com a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), em três feiras de cafés especiais, realizadas nos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agrícola de Risco Climático

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) tem por objetivo identificar e dimensionar os riscos climáticos inerentes à atividade agrícola, e orientar o produtor rural quanto às datas mais adequadas para o plantio e às cultivares adaptadas às regiões de cultivo, no intuito de minimizar a exposição do produtor ao risco climático e reduzir, assim, a possibilidade de perdas decorrentes de eventos adversos e, conseqüentemente, garantir a sustentabilidade da atividade ao produtor.

Os estudos de Zarc contemplam um total de 44 culturas, sendo 20 de ciclo anual (abacaxi, algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, cevada, feijão *phaseolus*, feijão-caupi, gergelim, girassol, mamona, mandioca, melancia, milheto, milho, consórcio entre milho e braquiária, soja, sorgo e trigo) e 24 culturas permanentes (açai, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, nectarina, palma forrageira, pêra, pêssago, pimenta-do-reino, pupunha, seringueira, sisal e uva), distribuídas em 24 unidades da Federação. Ao longo de 2013, foram publicadas 249 portarias de zoneamento, identificando os Municípios e os períodos de semeadura com menor risco climático para os cultivos.

Adicionalmente, está em desenvolvimento um sistema articulado de informações para o acompanhamento sistemático do efeito do clima nas culturas agrícolas, que deverá auxiliar na construção de uma matriz de risco e no monitoramento de safras, subsidiando de maneira consistente o próprio zoneamento agrícola, o seguro rural privado e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de fornecer suporte técnico para fins de análises e julgamentos de recursos do Programa encaminhados à Comissão Especial de Recursos (CER).

A CER, órgão colegiado de instância recursal administrativa responsável pelo julgamento de recursos relativos à apuração de prejuízos e respectivas indenizações, no âmbito do Proagro, julgou 2.116 recursos no exercício de 2013, propiciando aos correspondentes mutuários a quitação de seus débitos de custeio agrícola.

A modernização da Rede de Observação Meteorológica permite o aumento quantitativo de dados meteorológicos coletados, que melhora a qualidade e a acuidade das previsões de tempo e clima. A ampliação da capacidade de monitoramento da atmosfera propicia melhores condições para o planejamento de ações e tomada de decisão governamental visando à proteção e à salvaguarda de vidas, além da orientação à agricultura e ao agronegócio, por meio da disseminação antecipada de alertas e avisos de eventos meteorológicos severos. Além disso, o monitoramento climático e a disseminação de informações meteorológicas precisas constituem-se em ferramentas essenciais para a preservação do meio ambiente e adaptação a eventos climáticos.

Para consecução dos objetivos de gerenciamento de riscos climáticos, é vital o trabalho da Rede Meteorológica Nacional, composta de 769 unidades instaladas e operantes, das quais, 475 Estações Automáticas, 286 Estações Convencionais e oito Estações de Radiossondagem, que garantem a disponibilidade operacional da Rede com um percentual mínimo de 95% e suportam processos de coleta, transmissão, precisão e oferta aberta dos dados.





A minimização dos riscos climáticos na agricultura e a modernização e automatização do monitoramento agroclimático tornam-se possíveis graças ao desenvolvimento de pesquisas direcionadas à utilização de técnicas de previsão multimodelos, realizadas em parceria, que permitem a antecedência de até 15 dias na difusão de alertas e avisos de caráter específico para estiagens, secas, chuvas fortes, veranicos e geadas, que causam grandes perdas agrícolas, além de atividades de apoio à Política Agrícola Nacional.

Para a ampliação da Rede de Observação Meteorológica até 2015, deu-se início em 2013 ao processo de aquisição de 100 Estações Meteorológicas Automáticas, no âmbito do Convênio de cooperação internacional do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), com previsão de novas aquisições para 2014.

b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem conseguido alcançar o seu objetivo de universalizar o acesso ao seguro rural privado pelos produtores rurais, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e promover a modernização da gestão dos empreendimentos rurais. Ademais, tem contribuído para a redução da inadimplência do segmento rural junto aos agentes financeiros e fornecedores de insumos agropecuários.

O PSR contempla apólices de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, florestal e aquícola, sendo que somente na modalidade agrícola são beneficiadas mais de 70 culturas, com limite de subvenção, por produtor, podendo chegar a R\$ 96 mil por ano civil. Ainda em relação à modalidade agrícola, o percentual de subvenção básico é de 40% do prêmio das apólices de seguro, podendo chegar a 60% para as culturas de soja, milho, arroz, feijão, algodão, tomate, caqui, ameixa, pêssego e uva, naquelas microrregiões onde essas culturas possuem uma substancial importância econômica e estão sujeitas a maior vulnerabilidade climática, conforme parâmetros extraídos do Zarc, além do histórico de sinistros registrado no PSR.

Para a cultura de maçã, o percentual de subvenção federal na safra 2013/2014 é de 60% em todo território nacional. Já no Estado do Rio Grande do Sul, o percentual de subvenção para a cultura de uva é de 60% para todas as microrregiões. Relativamente às culturas de arroz, milho 1ª safra e soja, no Estado de Santa Catarina, o percentual é de 60% também em todas as microrregiões.

Como forma de incentivo à Política Brasileira de Florestas Plantadas, o percentual de subvenção foi estabelecido em 60%, independentemente da região produtora.

Vale mencionar também o apoio do PSR aos produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e aos Produtores de Orgânicos, que independentemente da cultura/atividade e da região produtora, contam com percentual de subvenção de 60% do prêmio do seguro.

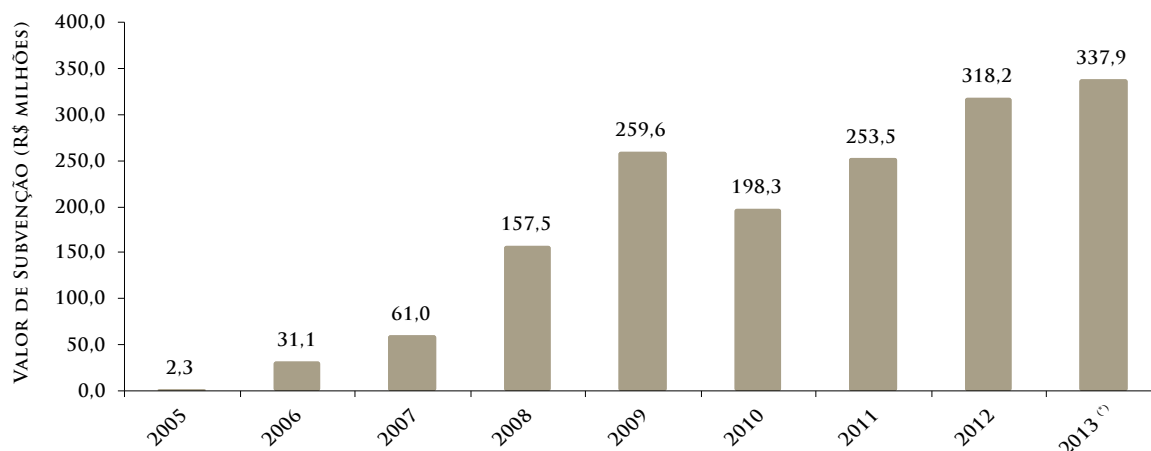
Para as demais modalidades de seguro rural, pecuária e aquícola, independentemente de região produtora, a subvenção ao prêmio do seguro rural é de 40%, com limite financeiro de R\$ 32 mil por produtor, a cada ano civil, sendo também o mesmo limite para o seguro de florestas.

Para o exercício de 2013, foram aprovados recursos da ordem de R\$ 630 milhões para o PSR. Em termos de volume de contratações, até a data de 10 de janeiro de 2014, conforme dados extraídos do Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Sisser), já haviam sido gastos R\$ 337,9 milhões com apólices aprovadas, superando o valor executado em 2012, conforme gráfico a seguir. No mesmo sistema, constam ainda mais R\$ 187,9 milhões em propostas de seguro aprovadas, totalizando R\$ 525,8 milhões em valores comprometidos, configurando-se em um novo patamar de utilização de recursos da subvenção ao prêmio do seguro rural.





Evolução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – 2005 – 2013 (*)



Fonte: Departamento de Gestão de Risco Rural (Deger)/Secretaria de Política Agrícola (SPA)/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Nota: (*) Valores referentes a apólices contratadas até o dia 10 de janeiro de 2014.

c) Defesa Agropecuária

Dada a relevância crescente do agronegócio brasileiro no âmbito nacional e internacional, as atividades relacionadas à defesa agropecuária têm papel fundamental na economia do País. As atividades são regidas por legislação específica para o atendimento de seus objetivos cabendo à defesa agropecuária assegurar: i) sanidade das populações vegetais; ii) saúde dos rebanhos animais; iii) idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária; e iv) identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

Para o atendimento desses objetivos, o poder público desenvolve, permanentemente, as atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e a fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias, de forma a contribuir para que o País se consolide como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de produtos agropecuários.

c.1) Ações de Saúde Animal

Na área da saúde animal, as ações desenvolvidas objetivam proteger a produção pecuária, garantir a qualidade sanitária dos produtos, e assegurar a manutenção da oferta interna de alimentos e das exportações de animais vivos e de produtos de origem animal.

A febre aftosa não é registrada no País desde abril de 2006. A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconhece o território do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação e os territórios dos Estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rondônia e do Distrito Federal são reconhecidos como livre de febre aftosa com vacinação. Parte do território do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Estado do Amazonas, têm a mesma classificação. A zona livre da doença no Brasil chega a cinco milhões e setenta e três mil quilômetros quadrados (67,3% do território do País), com população de bovinos e bubalinos aproximada de 187 milhões de cabeças (cerca de 89% do rebanho nacional) e de suínos de 29 milhões (cerca de 93% do rebanho nacional).





Em 2013, o principal foco do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (Pnefa) foi a ampliação da zona livre de febre aftosa, que incluiu os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará. Um inquérito sorológico realizado nestes Estados serviu de embasamento para reconhecer toda a região como zona livre de febre aftosa com vacinação. Os Estados do Amapá e Roraima ainda são classificados como de alto risco e, apesar de necessitarem maior atenção na sanidade animal, já desenvolvem ações para a evolução da condição sanitária. O Estado do Amazonas conseguiu elevar recentemente a classificação para risco médio, demonstrando o avanço na erradicação da febre aftosa e a estruturação do serviço veterinário oficial.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) foi intensificado com a certificação oficial de 747 propriedades livres, objetivando reduzir a prevalência dessas doenças. Atualmente são mais de 2.088 propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose.

Em setembro de 2013, a OIE manteve o Brasil na categoria de país com risco insignificante para a encefalopatia espongiforme bovina (EEB), doença da vaca louca, zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos, após ter sido detectado o único caso de vaca louca atípico no Brasil.

No controle da raiva dos herbívoros, em 2013 reforçaram-se as ações estaduais, com supervisão e apoio federal, em todas as unidades federativas, visando controlar a ocorrência da doença e reduzir prejuízos econômicos na pecuária, além de contribuir na prevenção da saúde humana.

Ainda em 2013, houve continuidade nas ações de vigilância sanitária na zona livre de peste suína clássica (PSC), com a realização de vigilâncias sorológicas em granjas comerciais, criações de subsistência e estabelecimentos de abate de suínos sob inspeção oficial, contribuindo para o incremento da vigilância para as doenças dos suínos e para a comprovação de ausência de atividade viral na zona livre de PSC. A zona livre, sem registro de casos da doença desde 1998, abrange 15 unidades da Federação, cerca de 50% do território nacional, com 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos.

Foi concluído um projeto de normas para a compartimentação na avicultura industrial brasileira visando à prevenção da doença de *Newcastle* e da *influenza* aviária, que facilitará a continuidade do comércio de aves e produtos avícolas, quando da ocorrência de enfermidades emergenciais no território nacional. As normas serão publicadas à medida que a OIE aprove o projeto.

Com relação à sanidade dos equídeos, destacam-se o reforço na vigilância para a doença do mormo e a revisão dos procedimentos de atuação em casos de ocorrência das doenças anemia infecciosa equina e mormo.

c.2) Ações de Sanidade Vegetal

As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2013 na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas, destacando-se:

- O Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola, que objetiva controlar a *Bactrocera carambolae* no Estado do Amapá com vistas à erradicação da praga no território nacional. A praga é considerada a principal barreira fitossanitária para as exportações da fruticultura. O Brasil é o terceiro produtor mundial de frutas, com 41 milhões de toneladas de frutas frescas e emprego de parcela significativa da mão de obra do agronegócio nacional. Em 2013, o número de Municípios com incidência da praga aumentou de 14 para 16. Em 2014 serão intensificadas as atividades de erradicação da Mosca da Carambola. Com a assinatura de convênio com as Agências de Defesa Agropecuária do Amapá e Roraima, deverão ser





retomadas as ações de fiscalização de barreiras interestaduais no Estado de Roraima e iniciadas tais ações no Estado do Amapá. Também será mantido o monitoramento preventivo e desenvolvidas ações de educação sanitária nas áreas de alto risco de dispersão, como Amazonas e Maranhão, além de levantamentos de detecção nas demais unidades da Federação;

- Nas lavouras do oeste da Bahia, na safra 2012/2013, e posteriormente em Mato Grosso, identificou-se a praga da espécie *Helicoverpa armigera*, que causou imensos prejuízos para as lavouras de algodão e soja, somando perdas de até R\$ 10 bilhões. A lagarta era considerada praga quarentenária, isto é, ausente no território nacional. Entretanto, a partir de sua introdução no País e detecção, foram necessárias ações de contingência e controle emergencial. Esta foi a primeira vez que a praga foi identificada nas Américas, mas a sua agressividade e potencial de danos para as lavouras foram sentidos de forma imediata. Visando atacar os sérios e danosos efeitos dessa praga, foi conduzida mobilização nacional para o zoneamento epidemiológico de sua ocorrência e adotadas ações das agências de defesa agropecuária dos Estados integradas no Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, possibilitando desenvolver um Plano Nacional de Manejo da *Helicoverpa armigera*; e
- Foi desenvolvido novo marco legal para definição de emergência fitossanitária e zoossanitária no Brasil por meio da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, e do Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013. Determinaram-se novos procedimentos para controle da praga *Helicoverpa armigera* a serem utilizados no cultivo da próxima safra, em substituição às normas até então vigentes, que remontavam à década de 1930 e que já não correspondiam às necessidades da agricultura contemporânea. Após a Bahia e o Mato Grosso terem sido declarados oficialmente em estado de emergência fitossanitária para a lagarta *Helicoverpa armigera*, Goiás e parte de Minas Gerais também foram autorizados a elaborar planos de supressão da praga. A inclusão desses dois Estados entre as áreas de risco foi publicada em 27 de novembro de 2013.

c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários

A inspeção de produtos de origem animal prioriza trabalhos de parcerias interinstitucionais visando à modernização de procedimentos de fiscalização do Serviço de Inspeção Federal, por meio de gestão institucionalizada para: i) análise de risco de produtos de origem animal; ii) busca de equivalência de legislação com os países com os quais o Brasil mantém relações comerciais; e iii) contextualização das principais demandas da política agropecuária brasileira que estejam relacionadas com a definição de políticas e normas sobre inocuidade de alimentos de origem animal.

Neste sentido, foi desenvolvido o Programa Nacional de Controle de Patógenos para a identificação da prevalência de patógenos em produtos de origem animal nos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF). O referido Programa estabelece: i) procedimentos para a coleta oficial de amostras para o controle de *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para o consumo; ii) coleta e análise de *Escherichia coli verotoxigênica* em carne de bovino *in natura* utilizada na formulação de produtos cárneos; e iii) pesquisa de *Salmonella spp.* em carcaças de frangos.

Com tais ações, o órgão é capaz de identificar e estabelecer medidas de controle, implantar medidas e monitorar resultados obtidos de forma a garantir a segurança alimentar do consumidor frente aos principais agentes causadores de doenças transmissíveis por alimentos.

Merece também destaque a participação conjunta com as missões sanitárias internacionais para abertura ou manutenção de mercados. Foram recepcionados 20 diferentes países, que tinham como principal objetivo avaliar as garantias de saúde pública oferecidas pelo serviço de inspeção do Brasil. Ressalta-se a abertura dos mercados do México para carne de aves e da União Aduaneira (Rússia, Cazakistão e Bielo Rússia) para carne de equídeos.





O Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa), parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), é um programa estratégico para a área de inspeção sanitária de produtos de origem animal, e conta com a adesão dos Estados da Bahia, de Minas Gerais, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Espírito Santo, bem como do Distrito Federal. Outros 15 Estados estão em processo de adesão. Além dos Serviços de Inspeção das unidades da Federação mencionadas, 32 Serviços de Inspeção municipais também integram o Sisbi/Poa. Destaca-se, em 2013, a revisão da legislação para simplificação dos procedimentos de adesão e a estruturação da unidade administrativa responsável pela operacionalização do sistema.

Em 2014 será implantado cronograma nacional para análises fiscais baseado em delineamento estatístico de forma a estabelecer: i) os objetivos de desempenho dos processos produtivos; ii) a avaliação de inocuidade; e iii) a formulação dos produtos avaliados objetivando aperfeiçoar as metodologias de verificação oficial utilizadas pelo SIF.

As ações na área de qualidade vegetal foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle visando encontrar soluções operacionais para suprir demandas da sociedade, bem como de organismos internacionais representantes de países com os quais o Brasil mantém relações comerciais no campo dos produtos vegetais. O índice de conformidade dos produtos vegetais (percentual de amostras coletadas em conformidade com a legislação) apurado até setembro de 2013 atingiu 75%.

No setor de bebidas e vinhos, além das ações de inspeção e fiscalização, que contribuíram para que as empresas e os produtos apresentassem conformidade de 84,29%, ressalta-se também a revisão da legislação e a elaboração de procedimentos administrativos que permitem atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras, simplificação dos procedimentos de registro de forma a tornar mais rápido o cadastro das empresas, lançamento de novos produtos e inclusão da produção familiar e artesanal.

Para 2014, prevê-se a continuação dos processos de atualização dos padrões de identidade e qualidade, inclusive daqueles já harmonizados no Mercosul, além da informatização das atividades de inspeção e fiscalização e registro.

No âmbito das ações de fiscalização dos insumos pecuários (produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal), além de verificar o atendimento dos procedimentos de boas práticas de fabricação, objetivou-se assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos disponibilizados no comércio. Tem sido também monitorada a presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte crucial do Programa de Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que possam ser incluídas na cadeia alimentar. No período de janeiro a outubro, foram realizadas 2.074 ações de fiscalização em estabelecimentos fabricantes e fornecedores de produtos destinados à alimentação animal, com um índice de conformidade de 80%, e 1.067 em estabelecimentos comerciais, com objetivo de verificar as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação. Também em 2013, até o mês de outubro, foram realizadas 485 fiscalizações objetivando verificar as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos que industrializam e comercializam material genético animal no País, além da inscrição de 657 animais como doadores de sêmen animal.

O cultivo de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), destacadamente a soja e o milho, representa 90% e 80%, respectivamente, da área total ocupada com essas culturas no Brasil. Tais atividades são controladas no setor agropecuário por meio de ações de fiscalização oficial, com base nas normas e deliberações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS). Em 2013, o Governo Federal intensificou ações com a finalidade de coibir o plantio de OGM não autorizados. Até outubro de 2013 foram realizadas 950 fiscalizações de atividades de pesquisa e uso comercial de OGM distribuídas em 23 unidades da Federação, com um índice de conformidade de 90%.





No âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em alimentos de origem animal, foram analisadas 13.595 amostras, encontrando-se um índice de conformidade de 99,2%. Na área vegetal foram analisadas 193 amostras, com um índice de conformidade de 81,86%.

c.4) Sistema Laboratorial

As análises de amostras coletadas pela fiscalização são executadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, constituída por seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros) – laboratórios oficiais – e 673 laboratórios credenciados. A rede de laboratórios dá suporte às ações ligadas à saúde animal, à sanidade vegetal e à garantia da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas e pecuários. Até outubro de 2013, foi contabilizada a marca de 24,9 milhões de ensaios laboratoriais realizados. No intuito de atender às demandas, foram adotadas ações visando aumentar a capacidade operacional da rede, tanto em relação ao volume de análises quanto à variedade de métodos disponibilizados.

c.5) Vigilância Agropecuária

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) é responsável pelos controles oficiais envolvidos nos procedimentos de exportação, importação e trânsito internacional de animais, vegetais, seus produtos, subprodutos, derivados ou partes, resíduos de valor econômico e insumos agropecuários utilizados nas diversas cadeias produtivas do agronegócio.

Atualmente, o Sistema executa suas atividades em 106 pontos de controle, sendo 28 em portos organizados, 26 em aeroportos internacionais, 28 postos de fronteiras e 24 aduanas especiais, com os objetivos de impedir a entrada de doenças e pragas no Brasil, evitando prejuízos à agropecuária nacional, e de garantir a qualidade e inocuidade dos produtos brasileiros exportados.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Vigiagro em 2013, destacam-se:

- Implantação, a partir de maio de 2013, de regime de 24h de atendimento em oito Portos (Santos/SP, Rio de Janeiro/RJ, Itajaí/SC, Rio Grande/RS, Fortaleza/CE, Suape/PE, Paranaguá/PR e Vitória/E) e em quatro terminais de cargas dos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Galeão (RJ) e Manaus (AM);
- Participação na Sala Master de Comando e Controle do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea e composição de equipes de reforço nos aeroportos do Galeão (RJ), Guarulhos (SP), Salvador (BA) e Fortaleza (CE) durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013;
- Participação em fóruns de discussões e operações especiais tais como: Operações Ágata, objetivando reprimir crimes internacionais como tráfico de drogas e de armas, contrabando e trânsito clandestino de produtos agropecuários na faixa de fronteiras; e Grupo Técnico de Facilitação do Comércio Exterior (GTIC), para a consolidação da legislação referente ao comércio internacional, entre outros; e
- Publicação da Instrução Normativa Mapa nº 54, de 18 de novembro de 2013, estabelecendo o modelo de Passaporte para Trânsito de Cães e Gatos.

O plano de ação para 2014 prevê o fortalecimento das ações do Vigiagro nos pontos de ingresso ao País e implantação de sistema informatizado em todas as unidades do sistema para agilizar o atendimento às demandas.





d) Fomento e Organização da Produção

O Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) foi estabelecido no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima e visa ao alcance do compromisso nacional voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa estabelecido pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. As metas do Plano serão alcançadas mediante utilização, pelos produtores rurais, de sistemas e tecnologias sustentáveis de produção, dentre as quais integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), recuperação de áreas de pastagens degradadas (RAPD), florestas plantadas (FP), sistema de plantio direto (SPD), dentre outras.

O Plano ABC está sendo implementado com apoio de Grupos Gestores Estaduais (GGE), que tem como objetivo definir metas estaduais de mitigação e elaborar os Planos Estaduais. Todos os Estados já estabeleceram os seus GGEs e já somam 12 os Planos Estaduais elaborados, dos quais três em plena implementação, sendo a capacitação de técnicos e produtores rurais um dos pilares desses Planos.

De 2010 a 2013, por meio da linha de crédito rural ABC disponibilizada especialmente para apoio ao Plano ABC, foram concedidos financiamentos da ordem de R\$ 5,4 bilhões, totalizando 18.304 contratos firmados com produtores rurais, efetivados até o mês de novembro de 2013. Para o Plano Safra 2013/2014, foram disponibilizados R\$ 4,5 bilhões e importantes ajustes da linha de crédito foram realizados, como o novo limite de contrato para produtores florestais, que passou de R\$ 1 milhão para R\$ 3 milhões anuais para cada Cadastro de Pessoa Física (CPF).

No âmbito da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil), destaca-se, além da capacitação de dois mil agentes do agronegócio em Boas Práticas Agrícolas, a capacitação de produtores rurais e supermercadistas, em acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), visando à redução e ao uso racional de agrotóxicos na produção de alimentos.

Destaca-se ainda a publicação da *Norma Técnica Específica para a Produção Integrada do Café* e a implantação de quatro projetos de Produção Integrada para as cadeias produtivas das oliveiras, pimentão, citros e arroz. As Normas Técnicas Específicas para as culturas do trigo, batata, tabaco, amendoim e gengibre estão seguindo os trâmites necessários para publicação.

Para 2014 pretende-se: ampliar as capacitações de produtores e supermercadistas abrangendo mil agentes em todo o Brasil; publicar mais sete normas técnicas da Produção Integrada para as culturas de flores, tomate, feijão, arroz, pimentão, hortaliças folhosas e cenoura; implantar mais cinco projetos de Produção Integrada para as cadeias produtivas da olericultura, fruticultura e grãos e organizar um seminário de Boas Práticas Agrícolas no âmbito do Mercosul.

A produção integrada também teve avanços consideráveis no setor pecuário, com a ampliação da fiscalização dos serviços de registro genealógico, visando à melhoria da eficiência na prestação desses serviços e à otimização do trabalho dos fiscais. Ressaltam-se as parcerias firmadas com o Sistema S, a Universidade Estadual de São Paulo e a Organização Mundial de Saúde Animal, que permitiram avançar no treinamento e na expansão nacional do Programa Alimento Seguro da Cadeia de Leite (PAS – Leite).

No que diz respeito às políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica, em 2013, foram priorizados: i) a instituição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; ii) a implantação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade orgânica e controle social em venda direta; e iii) o desenvolvimento de atividades voltadas para divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica.

Dentro dos mecanismos de controle para garantia da qualidade orgânica, estão credenciadas oito certificadoras com 6.149 unidades de produção controladas; 11 Sistemas Participativos de Garantia com 1.604 unidades de produção controladas; e





167 Organismos de Controle Social com 2.432 unidades de produção, perfazendo um total de 12.201 unidades de produção controladas, sendo 9.690 no Brasil e 2.016 no exterior, em 18 países.

Em 2013 houve ações para promover a Inovação Tecnológica na Agropecuária pela Gestão Administrativa Informatizada e Agricultura de Precisão, que visam possibilitar ganhos na sustentabilidade da produção agropecuária: no aspecto ambiental, com medidas de conservação de solo e proteção à biodiversidade, e no aspecto social, com a valorização do trabalhador rural e a gestão das propriedades. Uma parceria firmada com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) permitiu a capacitação de 460 profissionais em gestão administrativa da propriedade rural e 160 profissionais em agricultura de precisão, de forma a se tornarem potenciais multiplicadores de conhecimento.

No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, até final de dezembro de 2013, foram reconhecidas 273 novas variedades de plantas, totalizando 2.340 cultivares protegidas, além do monitoramento de aproximadamente 1,8 mil cultivares já protegidas. O sistema confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril. Atualmente existem 156 espécies dentro do regime de proteção. A previsão é proteger mais 240 cultivares em 2014 e ampliar o número de espécies para 170.

Com relação às Indicações Geográficas (IG), desenvolvem-se ações contínuas com apoio a 60 diferentes projetos com produtos e regiões potenciais, IG ou Marcas Coletivas, beneficiando aproximadamente 500 Municípios. Para 2014, pretende-se aumento no número de projetos apoiados para 125 diferentes regiões.

e) **Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio**

e.1) **Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais**

Em 2013, foram priorizadas as negociações de abertura e manutenção de mercados com ênfase em questões sanitárias e fitossanitárias e produtos tradicionais. Dentre as negociações na área de produtos de origem animal, destacam-se a abertura do mercado japonês, maior importador mundial, para carne suína e a remoção do embargo às exportações para a Ucrânia. Há a perspectiva de abertura do mercado sul-coreano em 2014, assim como estão avançadas as negociações para a retomada das exportações para o Peru.

Foi concluída a abertura do importante mercado mexicano para a carne de frango, e dado seguimento às negociações com o Paquistão, restando apenas concluir o modelo de Certificado Sanitário Internacional. As negociações com o Chile estão bastante adiantadas, o que permitirá o reconhecimento do Estado do Rio Grande do Sul como livre da doença de *Newcastle*, propiciando, dessa forma, a exportação de carne de aves para aquele país.

Negociações sobre carne bovina com os Estados Unidos estão em estágio adiantado para o reconhecimento de 14 Estados brasileiros como livres de febre aftosa com vacinação, que permitirá a exportação para aquele país, que é referência mundial em padrões de qualidade e sanidade. Concluiu-se a revisão de Decisão da Comunidade Europeia, que permitiu a exportação de produtos processados de carne para a União Europeia, e atualizou-se o protocolo para exportação de carne congelada em cortes para a Venezuela. Também estão adiantadas as negociações com África do Sul para reabertura do mercado de carne bovina.

Ainda na área de produtos de origem animal, foi acordado o modelo de Certificado Sanitário Internacional para a exportação de *pet food* ao Uruguai e atualizados os protocolos para exportação de material genético bovino para a Venezuela. No segmento dos produtos de origem vegetal, destaca-se a abertura das exportações de milho para a China.





e.2) Promoção Comercial do Agronegócio

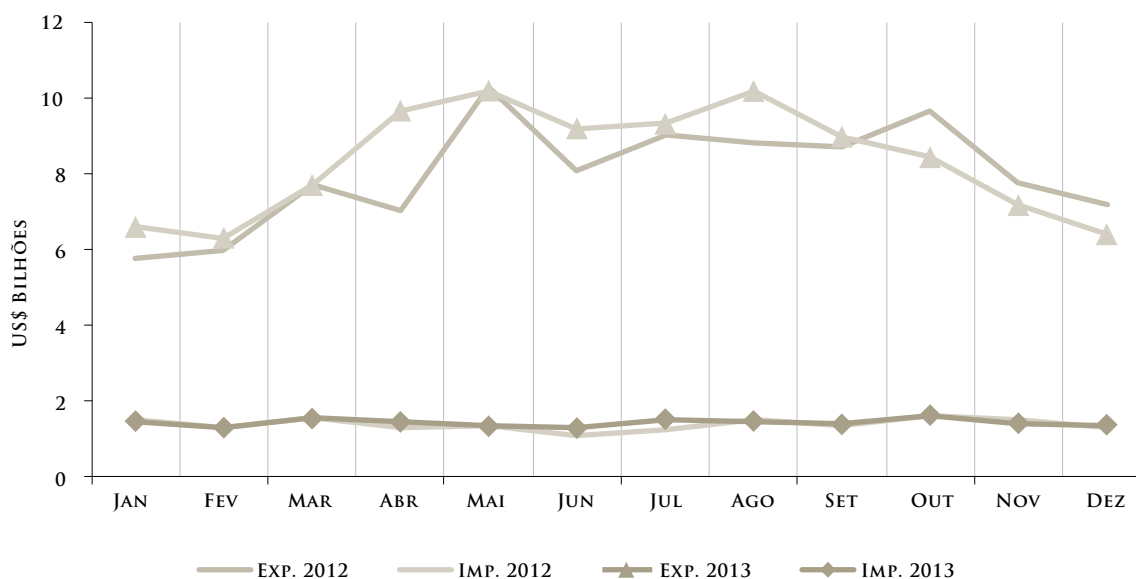
Foi mantida a estratégia de promover as exportações brasileiras por meio da diversificação de mercados. Nesse sentido, realizaram-se ações comerciais nos Estados Unidos, Japão, Portugal, Canadá, China, África do Sul, Rússia, Itália e Peru, além de ação de imagem no Brasil. Para 2014, o calendário preliminar prevê eventos nos seguintes mercados: Rússia, Japão, China, Estados Unidos e Peru, com foco nas ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência, como Europa, Estados Unidos e Japão.

e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio

As exportações brasileiras do agronegócio alcançaram, em 2013, US\$ 99,97 bilhões. As importações, por sua vez, chegaram a US\$ 17,06 bilhões. Como resultado, o superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 82,91 bilhões.

O complexo de soja foi o principal setor exportador, com US\$ 30,96 bilhões, seguido do setor de carnes, com US\$ 16,8 bilhões, correspondendo, respectivamente, a 31% e 16,8% do valor total exportado pelo agronegócio. Outros setores de participação expressiva foram: complexo sucroalcooleiro, com US\$ 13,72 bilhões; produtos florestais, com US\$ 9,63 bilhões; e cereais, farinhas e preparações, com US\$ 7,25 bilhões, sendo US\$ 6,71 bilhões em milho. O conjunto desses cinco setores representou 78,4% do total das exportações do agronegócio.

Evolução Mensal das Exportações e Importações 2012 e 2013



Fonte: Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro, a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Elaboração: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio/Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio.

As exportações para a China aumentaram 27,3%, alcançando US\$ 22,88 bilhões, correspondendo a 22,9% do total da pauta de exportações do agronegócio. Outros países que ampliaram compras do agronegócio brasileiro foram Países Baixos (+ 15%; 7,04 bilhões); Hong Kong (+31,3%; US\$ 2,78 bilhões); Coreia do Sul (+21,5%; US\$ 2,67 bilhões); Venezuela (+21,7%; US\$ 2,63 bilhões); e Emirados Árabes Unidos (+13,7%; US\$ 1,85 bilhão).





Cabe destacar a participação do bloco asiático enquanto principal região de destino das exportações do agronegócio, tendo absorvido mais de 40% do total exportado em produtos do setor (US\$ 40,5 bilhões). A União Europeia ocupou a segunda posição, com aquisições de US\$ 22,1 bilhões. Dessa forma, os dois blocos, Ásia e União Europeia, absorveram, em conjunto, 62,6% do total exportado em produtos do agronegócio.

f) Pesquisa Agropecuária

Os principais resultados alcançados em 2013, na área de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), incluem:

- Lançamento de 40 cultivares em diversas categorias: i) 11 frutíferas; ii) 12 graníferas de verão; iii) quatro cereais de inverno; iv) quatro hortaliças; v) quatro fibras; vi) três forrageiras; e vii) dois cultivares para cobertura e manejo de solo;
- Comercialização/entrega de grande volume de sementes e mudas a parceiros para multiplicação e venda em âmbito nacional, incluindo abóbora, algodão, amaranto, amendoim, arroz, aveia, batata, forrageiras, milho, maracujá, girassol, feijão-caupi, feijão, soja, sorgo, tomate e trigo, bem como mudas de dendê, pêssego, tangerina e videira;
- Ampliação e disseminação de iniciativas do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), com uso de sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), modelos produtivos em bases sustentáveis, integrando atividades agrícolas, pecuárias e florestais realizadas em uma mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotação entre os componentes do agroecossistema. Sua adoção ocorre em diferentes combinações de seus componentes em todo o País e sua expansão está intrinsecamente associada à evolução de pesquisas, transferência de tecnologia e adesão pelos produtores;
- Implantação de Unidades de Referência Tecnológica (URT), modelo físico de sistema de produção implantado em área pública ou privada, que visa à validação, demonstração e transferência de tecnologias geradas, adaptadas ou recomendadas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), levando em consideração as peculiaridades de cada região do Brasil. Nessas unidades, o sistema ILPF é implantado de forma a maximizar a utilização dos ciclos biológicos das plantas, animais e seus respectivos resíduos, bem como efeitos residuais de corretivos e nutrientes; minimizar e aperfeiçoar a utilização de agroquímicos; e aumentar a eficiência no uso de máquinas, equipamentos e mão de obra. Em 2013, 21 novas URTs foram implantadas em todo o País, totalizando 165 URTs;
- Avanços no desenvolvimento da Agricultura de Precisão, potencializando ganhos de produtividade de cadeias produtivas de alto valor econômico na agricultura de mercado e proporcionando ampliação dos índices de inclusão e agregação de renda na agricultura de média e pequena escala. No período, ocorreram ganhos de produtividade nas áreas de cultivo de milho e soja;
- Ações do sistema nacional de pesquisa agropecuária possibilitaram desenvolver o Plano Nacional de Manejo da *Helicoverpa armigera*, com a disponibilização de 25 defensivos agrícolas, entre químicos e biológicos, além de recomendações e estratégias de contenção e manejo, como rotação de culturas, alternância de variedades e áreas de refúgio. Até março de 2014, 27 pesquisadores percorrerão as principais regiões produtoras do País, orientando os agricultores sobre o combate da lagarta;
- Desenvolvimento de mais de 100 tecnologias contributivas ao fortalecimento da convivência com o semiárido. Destacam-se variedades de espécies alimentares, forrageiras e agroenergéticas, sistemas agroecológicos de produção leiteira, criação caprina, ovina, de galinhas caipiras e técnicas de captação e armazenamento de água de chuva, agroindústria familiar para industrialização de produtos exóticos e plantas da caatinga, transporte, entre outras; e





- Criação e registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tanto para a agricultura convencional quanto orgânica, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos, bem como a continuação do sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo, com isso, uma nova estratégia de controle de pragas.

Foram ainda realizadas pesquisas avançadas com foco definido em cultivos tropicais perenes, visando ao desenvolvimento das regiões cacaeiras do País, nas áreas de genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção e fertilidade, entre outras concentrações, com 134 projetos geradores de tecnologias agroindustriais, dos quais se destacam: i) projeto de pesquisa no contexto de biotecnologia para o cacau, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), objetivando controlar a praga da vassoura de bruxa (*Moniliophthora perniciosa*), com ênfase na genética e biologia molecular; e ii) Produção e distribuição de 21 milhões de propágulos de espécies vegetais diversas: garfos para enxertia, sementes e mudas de cacau e outras espécies, contribuindo para a recuperação e expansão de sistemas agrícolas sustentáveis.

Para a sustentabilidade da cultura cacaeira, houve a qualificação de 23,5 mil agricultores e trabalhadores rurais e elaborado plano de contingenciamento da Monilíase do cacaeiro, doença ainda não ocorrente no Brasil. Além disso, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) avançou na pesquisa e lançamento de novas variedades de cacau mais produtivas e resistentes a doenças. Foram registrados 39 novos cultivares, selecionados 400 clones para avaliação regional e 96 progenitores para constituição de novo ciclo de melhoramento genético. A identificação de resistência à vassoura de bruxa é feita em regime de campo e também por meio de marcadores moleculares. Bancos de germoplasma são mantidos em estações experimentais da Bahia, Pará e Rondônia.

Com relação a cultivos permanentes, para 2014 encontra-se em curso plano de desenvolvimento com metas de expansão, recuperação e modernização de cultivos, com destaque para as cadeias: i) cacau, 23 mil hectares de implantação e 38 mil de renovação; ii) dendê, três mil hectares de implantação e 1,5 mil de renovação; iii) seringueira, cinco mil hectares de substituição do sombreamento e seis mil de plantio em Sistemas Agroflorestais (SAFs); e iv) Fruticultura, 200 hectares de implantação, além de apoio às demais cadeias produtivas complementares.

g) Agroenergia

A necessidade de aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética elevou a agroenergia a destaque mundial.

Na safra 2013/2014, a produção de cana-de-açúcar deverá atingir 652 milhões de toneladas, que produzirão 27 bilhões de litros de etanol e 41 milhões de toneladas de açúcar. A produtividade da cana-de-açúcar apresentou recuperação da ordem dos 7% na safra atual, e espera-se que sua contínua elevação permita que o consumo de etanol na frota de veículos leves retorne aos níveis observados anteriormente às crises de safras canavieiras.

As medidas adotadas em 2013 em benefício do setor sucroenergético propiciaram a retomada da produção, dentre as quais: i) Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (Prorenova – BNDES): a linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais com baixa produtividade e implantação de novos passou por mudanças em 2013, visando facilitar a adesão ao crédito, cujos recursos disponíveis alcançam R\$ 4 bilhões; e ii) subvenção aos produtores de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste com relação à produção da safra 2011/2012, aprovada pela Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, com valores de R\$ 148 milhões e R\$ 380 milhões, respectivamente.





Em 2014 deverá ter continuidade a promoção de expansão da oferta de matérias-primas para a produção de açúcar e etanol. Buscar-se-á recuperar a produtividade dos canaviais de forma a superar as 75 toneladas/hectare na safra 2013/2014 e alcançar o patamar de 85 toneladas/hectare.

O Governo também mantém incentivos à renovação e ampliação dos canaviais, à retomada dos investimentos na construção de novas usinas e, em paralelo, apoia pesquisas com matérias-primas complementares, a exemplo do sorgo sacarino, passível de processamento conjunto com a cana-de-açúcar. Outro ponto a destacar é a renovação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar, iniciativa conjunta do Governo, de trabalhadores e de empresários no sentido de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores no setor sucroenergético.

g.1) Oleaginosas

O crescimento na utilização de matérias-primas oleaginosas para a produção de biodiesel tem requerido ações no sentido de viabilizar a demanda. Além da soja (responsável por mais de 75% do óleo destinado à produção de biodiesel), outras oleaginosas como a canola, a macaúba e a palma de óleo (dendê) têm mostrado grande potencial de produção de óleo, contudo suas produções ainda são pequenas.

Para promover a diversificação na oferta de matérias-primas para a produção de biodiesel, em 2014, as ações propostas incluem: i) investimento em pesquisas de matérias-primas para produção de biodiesel; ii) difusão de tecnologia para a cadeia produtiva de oleaginosas; iii) capacitar agricultores e extensionistas quanto às práticas sustentáveis de produção de matérias-primas agroenergéticas; iv) estudo das potencialidades para produção agroenergética.

Cabe registrar a superação de obstáculos para a utilização do óleo de dendê como matéria-prima na produção de biodiesel e comercialização em Unidade de Biodiesel de Candeias, Bahia, por meio da organização de agricultores familiares.

3. Turismo

A realização de grandes eventos aqueceu o turismo no País em 2013 e a expectativa é que os eventos de 2014 e de 2016 mantenham essa tendência.

Em novembro de 2013, as receitas (gastos dos turistas estrangeiros no Brasil) chegaram a US\$ 6,13 bilhões e as despesas (gastos dos turistas brasileiros no exterior) a US\$ 23,12 bilhões. O emprego no setor turismo continuou em alta, o estoque total chegou a 3.071.830 empregos formais, em novembro de 2013, um crescimento próximo a 4,3%, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Expressivas cifras vêm se desenhando no setor, tendo em vista a Copa do Mundo FIFA 2014, as Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016. O Brasil terá aproximadamente 422 novos empreendimentos de hospedagem, com incremento de 70.531 quartos no parque hoteleiro nacional até 2016, de acordo com mapeamento realizado por empresa de consultoria de investimentos hoteleiros, BSH *International*. O investimento privado pode chegar a R\$ 12,2 bilhões, gerando 33,8 mil novos empregos diretos no setor, revela o estudo. A região Sudeste concentra a maior parte dos investimentos previstos (59%), com 250 novos estabelecimentos, seguida pelo Nordeste (13%), Sul (11%), Centro-Oeste (10%) e Norte (7%).

O segmento de negócios e eventos é um dos mais importantes para a economia turística do País, está na primeira posição entre os que mais aumentaram seu faturamento em 2012 e cresceu 23,3% em relação ao ano anterior, de acordo com a 9ª Pesquisa





Anual de Conjuntura Econômica do Turismo (Pacet), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O turista de negócios gasta, em média, US\$ 127 por dia, quase duas vezes mais que o turista de lazer.

O ano de 2014, estimulado pela Copa do Mundo FIFA 2014, deverá ser o mais movimentado no segmento de hospedagem. A projeção é que 164 novos hotéis estarão em funcionamento no País, colocando à disposição do turista mais 28.248 novas unidades habitacionais a partir de 2014. A previsão de novos empregados na construção de hotéis, em 2014, chega a 14 mil.

De acordo com o relatório anual da *International Congress & Convention Association (ICCA)*, divulgado em maio de 2013, o Brasil manteve a posição de 7º colocado em recebimento de eventos internacionais – sendo o único da América Latina entre os dez primeiros. Em 2012, o País recebeu 360 eventos classificados como internacionais segundo os critérios da ICCA o que representou um crescimento de 18% em relação ao ano anterior.

a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo

Foi lançado, em 2013, o 3º Plano Nacional do Turismo (PNT) 2013-2016 com a visão de futuro de levar o Brasil à condição de terceira economia turística mundial até 2022. As metas do PNT para o período 2013-2016 são alcançar: i) 7,9 milhões de turistas estrangeiros ao País; ii) US\$ 10,8 bilhões de receita com o turismo internacional; iii) 250 milhões de viagens domésticas realizadas; iv) 70 pontos no índice médio de competitividade turística nacional; e v) 3,6 milhões de ocupações formais no setor de turismo. Para tal, o Conselho Nacional do Turismo discutiu em 2013 a criação de uma agenda estratégica para a execução do PNT e a modernização da Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

O Governo Federal, ao longo de 2013, desenvolveu ações e projetos com vistas a normatizar a atividade turística, buscando proporcionar mais qualidade nos destinos e produtos turísticos brasileiros. A redução de impostos promovida pelo Governo Federal em 2013 beneficia as operadoras e agências de viagem com isenção do Imposto de Renda em remessas efetuadas ao exterior para pagamento de despesas com a venda de pacotes. Segundo a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, o benefício será concedido somente a empresas cadastradas no Ministério do Turismo (MTur) e em operações realizadas por intermédio de instituições financeiras domiciliadas no Brasil. Decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) reduziu de 20% para 0% a tarifa de importação para equipamentos para parques aquáticos sem similares nacionais. Essas medidas somam-se às conquistas do setor turístico brasileiro já obtidas em 2012, quando da inclusão de categorias econômicas da cadeia turística no Plano Brasil Maior (PBM).

b) Regionalização, Segmentação e Ordenamento Turístico

Ao completar dez anos desde seu lançamento, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) após consulta pública foi reformulado e relançado em maio de 2013, com o propósito de promover amplo diagnóstico das necessidades e potencialidades turísticas dos Municípios e regiões de forma a subsidiar uma categorização para as políticas públicas do setor, de acordo com as necessidades de cada região. O diagnóstico será realizado com base nos seguintes eixos: i) gestão descentralizada; ii) planejamento e posicionamento de mercado (identificação da oferta de produtos); iii) qualificação profissional; iv) empreendedorismo e promoção de investimento; v) infraestrutura; vi) informação ao turista; vii) promoção e apoio à comercialização; e viii) monitoramento com a mensuração da satisfação dos turistas e dos resultados da atividade. As novas orientações do PRT estão descritas na cartilha *Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes*.

Em abril de 2013, foi aberto processo seletivo que elegeu cinco projetos voltados para a elaboração de planos de posicionamento de mercado para o produto turístico religioso. O segmento religioso assume grande importância para o País, inclusive com





a realização da Jornada Mundial da Juventude, evento que, segundo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), gerou benefícios de R\$ 1,74 bilhão para o País, entre impactos econômicos diretos e indiretos. Outros assuntos correlatos desenvolvidos no ano foram o Programa Turismo Acessível (pacote de incentivos à estrutura e promoção acessibilidade), o Projeto Parques da Copa (Ecoturismo e Turismo de Aventura), o Projeto Talentos do Brasil Rural e as atividades do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico. Tais projetos terão continuidade em 2014.

Ações de estímulo à adesão dos empreendimentos ao Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) foram realizadas em 2013. As visitas de equipes do MTur às cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 resultaram em mobilização e adesão de dois mil hoteleiros ao sistema de classificação. O SBClass classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, *resort*, *flat*, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama e café, segundo avaliação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) das condições de infraestrutura, prestação de serviços e critérios de sustentabilidade.

As novas regras do Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), publicadas em 2013, permitem que microempreendedores individuais façam parte do Cadastro em qualquer atividade. Eles também passam a se beneficiar de diversos mecanismos oferecidos pelo Governo Federal, como linhas de crédito em condições diferenciadas, ações promocionais do MTur, e programas de qualificação profissional. O Cadastur também é uma garantia para o consumidor, já que funciona como um guia de consulta que permite identificar os prestadores formalizados no País.

Em 2013, foi instalado o Comitê Técnico de Consumo e Turismo, formado por um grupo de especialistas com o objetivo de produzir um plano para resolver conflitos de consumo, tais como as compras de produtos turísticos não entregues. União Europeia, Estados Unidos, China, África do Sul, Uruguai, Argentina, Peru, Chile, Costa Rica, México e Rússia endossaram o texto apresentado pelo Brasil, que defende o direito à informação, a assistência mútua aos turistas e o acesso à justiça, no país visitado.

c) Investimentos e Financiamentos para o Turismo

No ano de 2013, as ações de fomento à iniciativa privada priorizaram o estímulo aos investimentos mediante o fortalecimento e a adequação das linhas de crédito ao setor produtivo do turismo.

Para os investimentos em parceria com Estados, Municípios e outros órgãos do Governo Federal, foi elaborado catálogo dinâmico de oportunidades de negócios, de forma a apoiar a tomada de decisões por parte dos investidores, oferecendo informações seguras, organizadas e de qualidade sobre projetos, de forma a facilitar a interlocução consistente e transparente entre os agentes públicos e privados.

Foram criados e aperfeiçoados produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Até outubro de 2013, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R\$ 10,7 bilhões em operações de capital de giro e investimento, incremento de 20% em relação ao realizado em igual período de 2012.

O planejamento para 2014 tem como prioridade a ampliação da oferta de financiamento para o setor produtivo e a promoção de investimentos privados em instalações do receptivo turístico (hospedagem, alimentação e entretenimento).

Nesse sentido, o Fundo Geral do Turismo (FungeTur) viabiliza o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pelo MTur como de interesse turístico, concentrando-se no fomento e provisão de recursos para a infraestrutura do setor turístico. Em 2013, foram formalizadas pela Caixa Econômica Federal (Caixa), agente financeiro





do Fundo, operações de financiamento da ordem de R\$ 87,5 milhões, que visam à renovação do aparelhamento turístico existente, mediante processos de reforma, modernização e ampliação, dos meios de hospedagem, centros de convenções, parques temáticos, e empreendimentos destinados a feiras, exposições e assemelhados.

d) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo

Pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional), no ano de 2013, estavam contratadas e em execução com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com a Corporação Andina de Fomento (CAF) operações de crédito no valor total de US\$ 408.512.846. Por meio do BID, estavam contratados US\$ 337 milhões com os Estados do Ceará, de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Por meio da CAF, foram contratados US\$ 71.512.846, com o Município de Manaus/AM (US\$ 21.512.846) e Fortaleza/CE (US\$ 50 milhões).

O contrato entre o BID e o Estado de Sergipe, no valor de US\$ 60 milhões, foi assinado em dezembro de 2013, enquanto com o Estado da Bahia, no valor de US\$ 50.822.905, encontra-se em vias de ser assinado. Adicionalmente, os Estados do Pará e do Rio Grande do Norte estão na fase de negociação do contrato com o BID. Para o ano de 2014, espera-se que haja um aumento da implementação das ações do Prodetur Nacional, que conta, ao todo, com 23 cartas-consulta em tramitação junto à Comissão de Financiamento Externos (Cofix).

e) Infraestrutura Turística

Em 2013 foram apoiados 1.220 projetos de infraestrutura turística no valor aproximado de R\$ 1,4 bilhão, envolvendo implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura nas 27 unidades da Federação, incluindo-se saneamento básico, pavimentação, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria da acessibilidade, sinalização turística, construção ou reforma de praças, mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos e centros de atendimento aos turistas. Os projetos de infraestrutura turística integram o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo sido destinados R\$ 697 milhões para 47 obras, mediante termos de compromisso celebrados, sendo 34 obras de sinalização turística e 13 obras de centros de convenções e de eventos. Foram ainda aprovados 23 projetos para obras e serviços de sinalização turística, centros de atendimento ao turista e acessibilidade nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, envolvendo recursos orçamentários da ordem de R\$ 84 milhões. Está prevista, para 2014, a continuidade dos investimentos prioritários nessa modalidade, bem como a realização de investimentos na melhoria de parques públicos, como forma de privilegiar o ecoturismo e o turismo de aventura.

f) Qualificação e Certificação em Turismo

A qualidade do produto turístico é uma vantagem competitiva e um pressuposto para o desenvolvimento e consolidação dos destinos. Como estratégia para a elevação da qualidade da oferta turística nacional, além de inserir o Brasil como destino turístico no cenário internacional, vem sendo realizadas ações de qualificação para profissionais e gestores.

O Pronatec Copa foi instituído no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Com a reformulação do Programa no final de 2012, que foi renomeado como Pronatec Turismo e passou a ser executado de forma descentralizada, foram definidas três linhas de ação, que beneficiaram 120 cidades: i) Pronatec Copa, que visa atender à necessidade do setor por novos profissionais em 21 cursos do eixo turismo, hospitalidade e lazer; ii) Pronatec Copa na Empresa, que busca proporcionar aperfeiçoamento profissional no local de trabalho aos empregados e colaboradores por meio da oferta de 54 cursos do eixo turismo, hospitalidade e lazer, idiomas e outros; iii) Pronatec Copa Social, que visa oferecer oportunidade





de qualificação em 37 cursos nos eixos de turismo, hospitalidade e lazer e na gestão de negócio e idiomas aos jovens egressos do Projeto Vira Vida e seus familiares, objetivando a sua inserção no mercado de trabalho do setor.

Foram realizadas 87.129 matrículas dos cursos ofertados pelo Pronatec Turismo para aperfeiçoar e inserir pessoas no mercado de trabalho do turismo. Desse total 62.389 referem-se a matrículas das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Além das ações do Pronatec Turismo, o Governo Federal está desenvolvendo a Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo, que busca identificar as necessidades de qualificação e valorização do trabalhador do segmento turístico.

g) Promoção do Turismo Interno e do Produto Turístico Brasileiro no Mercado Nacional

A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é realizada prioritariamente por meio da veiculação de campanhas promocionais; e ações de publicidade e propaganda, além da produção de material institucional e de divulgação, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País.

Em 2013, foram veiculadas as seguintes campanhas: i) Continuação da Campanha do Pronatec Copa, iniciada em 2012 – publicidade informativa sobre as oportunidades do Programa; ii) Campanha do Viaja Mais Melhor Idade – incentivo às viagens na terceira idade; iii) Campanha informativa sobre o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass); iv) Campanha *Pátria de Chuteiras* – incentivo à receptividade brasileira aos turistas dos grandes eventos esportivos; e v) Campanha Enem – sobre a concessão de bolsas de estudo a estudantes de turismo e hotelaria.

Outro projeto de apoio à comercialização foi o relançamento do Viaja Mais – Melhor Idade. O objetivo do Projeto é movimentar o mercado brasileiro de turismo especialmente nos períodos de baixa temporada, por meio da oferta de pacotes turísticos promocionais ao público de idosos, aposentados e pensionistas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2010, o Brasil tem 23,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que corresponde a 12,1% da população brasileira. Para participar do Viaja Mais – Melhor Idade, as operadoras precisam estar inscritas regularmente no Cadastur e oferecer benefícios ou vantagens exclusivas para o público-alvo, que também poderão financiar os pacotes em até 48 vezes. Desde o relançamento do Programa, no dia 4 de setembro de 2013, o Portal www.viajamais.gov.br recebeu mais de 312 mil acessos, de 265 mil usuários diferentes.

O Banco Central do Brasil (BCB) lançou, em 2013, o Câmbio Legal, aplicativo que indica a localização dos pontos de atendimento de câmbio mais próximos do usuário. O Câmbio Legal, voltado ao turista estrangeiro também é fonte de informação aos prestadores de serviços turísticos brasileiros. O aplicativo para celulares localiza pontos de câmbio e indica ao usuário o local mais próximo para compra e venda de moeda estrangeira. O Programa reúne entidades autorizadas pelo BCB a funcionar e lista locais para compra e venda de moeda presencialmente, terminais automáticos de autoatendimento (ATMs) para saques em reais por meio de cartão internacional e máquinas de troca, onde é possível inserir, por exemplo, reais e retirar dólares, e vice-versa.

h) Relações Internacionais do Turismo e Promoção Internacional

No âmbito das relações internacionais, buscou-se fortalecer e consolidar a imagem do País no exterior e com isso contribuir para atrair maior número de visitantes estrangeiros ao Brasil.

O Brasil participou, no primeiro semestre de 2013, da reunião que instituiu a Conferência de Ministros e Autoridades do Turismo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), realizada em Quito, no Equador, e compareceu à LIV Reunião Especializada em Turismo do Mercosul (RET), em Montevidéu, no Uruguai. Esteve igualmente presente na Reunião de





Ministros do Turismo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Maputo, Moçambique, e participou da reunião do Conselho das Américas da OMT, celebrada em São José da Costa Rica. No segundo semestre, fez-se representar na 20ª Assembleia Geral da OMT, realizada conjuntamente na Zâmbia e no Zimbábue, e participou da V Reunião de Ministros do T-20, que teve lugar em Londres.

No plano bilateral, foram iniciados ou formalizados acordos ou memorandos de entendimento com diversos países, entre os quais: China, África do Sul, México, Hungria, Cuba, Andorra e Portugal. Tais entendimentos representam um avanço na agenda de cooperação internacional e um estímulo ao incremento dos fluxos turísticos, por meio de medidas como a facilitação das exigências consulares e a criação de novas conexões aéreas.

Merece também destaque o Projeto de Cooperação entre Brasil e Portugal na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo, que consiste na concessão de bolsas a estudantes brasileiros das áreas de Hotelaria e Turismo, selecionados por seu desempenho acadêmico, para curso profissionalizante de dois meses a ser ministrado na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, em Portugal.

O Brasil promove, por meio do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), eventos nos principais mercados internacionais voltados para a atração de turistas. Desde 2012, foram realizados seminários dirigidos para operadores de turismo, agentes de viagens e jornalistas, num total de 1,5 mil participantes, com ampla repercussão na imprensa dos países alcançados com a ação: Chile, Argentina, França, Portugal, Colômbia, Canadá, Espanha, México, Itália, Alemanha, Reino Unido, Peru, Uruguai e Estados Unidos. Os eventos, intitulados *GOAL TO BRASIL*, aconteceram até maio de 2013. Em agosto foi relançado o *GOAL TO BRASIL – Encontros Brasileiros*, evento que proporciona, além da geração de negócios e da atração de turistas ao País, a imersão dos participantes em atividades culturais, gastronômicas, artísticas e turísticas típicas do Brasil. O evento foi realizado em 2013 nos Estados Unidos, Colômbia e Holanda, e está prevista a sua realização em diversos outros mercados em 2014.

Em 2013, durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, a Embratur realizou pesquisa de *Percepção dos estrangeiros sobre o Brasil*. A maioria dos turistas, 81,2%, sentiu-se satisfeita com a estada no Brasil durante o evento, e 97,1% dos entrevistados recomendariam o País para amigos e familiares. Desse universo, 55,2% acreditam que o Brasil está preparado para receber grandes eventos esportivos e 81,9% dos entrevistados pretendem voltar ao Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Pesquisas de movimentação econômica dos megaeventos no ano de 2013 demonstraram que Jornada Mundial da Juventude, ocorrida no Rio de Janeiro/RJ, em julho de 2013, gerou gastos diretos de R\$ 1,74 bilhão e nos 16 dias da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 houve um impacto econômico total de R\$ 855,5 milhões, originados dos gastos diretos dos turistas nacionais, turistas estrangeiros e das delegações da Federação Internacional de Futebol (Fifa).

Foram executadas ações para aumentar o nível de conhecimento sobre o País em seis feiras internacionais de turismo e três festivais de cinema. O *Brazilian Film Festival* é uma ação de promoção e divulgação do Brasil e seus destinos turísticos no mercado internacional por meio de festivais de cinema, música e gastronomia. Nesse sentido, foi realizada a Mostra Cine Futebol, com exibição de longas-metragens brasileiros sobre o tema. Foi negociada a criação de um Festival de Gastronomia brasileira em restaurantes locais nas cidades de Nova Iorque, Londres e Montevidéu, com o objetivo de apresentar ao público estrangeiro a culinária nacional. Alguns restaurantes já demonstraram interesse em manter pratos brasileiros no cardápio de modo permanente. Para 2014, pretende-se a realização de 35 *presstrips* (viagem de familiarização com jornalistas) com profissionais de mercados latino-americanos, Estados Unidos e Europa.





i) Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social

Ações voltadas à geração de novas alternativas de desenvolvimento dos diversos segmentos turísticos foram realizadas, tais como a inserção de produtores rurais localizados em assentamentos na Serra da Bodoquena em Mato Grosso do Sul e pescadores produtores de mariscos no litoral fluminense. O fomento à incubação de empreendimentos econômicos solidários com inclusão social, além da produção de conhecimento, estimulou o aumento de emprego e renda nos 12 projetos que receberam apoio.

No ano de 2013, foram implementados e apoiados planos, programas e ações voltados ao desenvolvimento, à promoção e à comercialização da produção artesanal e demais produtos associados ao turismo. As cidades de Gramado/RS, João Pessoa/PB e o Distrito Federal são exemplos.

Foi incentivada a elaboração de Catálogo de Produção Associada ao Turismo com vistas à identificação dos artesãos e de suas produções, bem como para dar visibilidade às produções locais e regionais. Foi apoiada a exposição de produtos artesanais, regionalizados, realizada em cinco aeroportos do País durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e iniciado o processo para aquisição de barracas para exposição de artesanato nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o que possibilitará a inserção de artesãos no mercado em um momento de grande fluxo de turistas e, ao mesmo tempo, oferta de melhores condições de apresentação dos produtos artesanais.

Para 2014, serão apoiados projetos que visem à inserção de produtos associados ao turismo nos roteiros e será mantido o foco nos projetos e ações que promovam a inclusão social com sustentabilidade ambiental e a criação de novos roteiros turísticos, de sorte a possibilitar a geração de emprego e renda em comunidades que não possuem um roteiro estruturado e apoiado pelo *trade* turístico.

4. Trabalho e Emprego

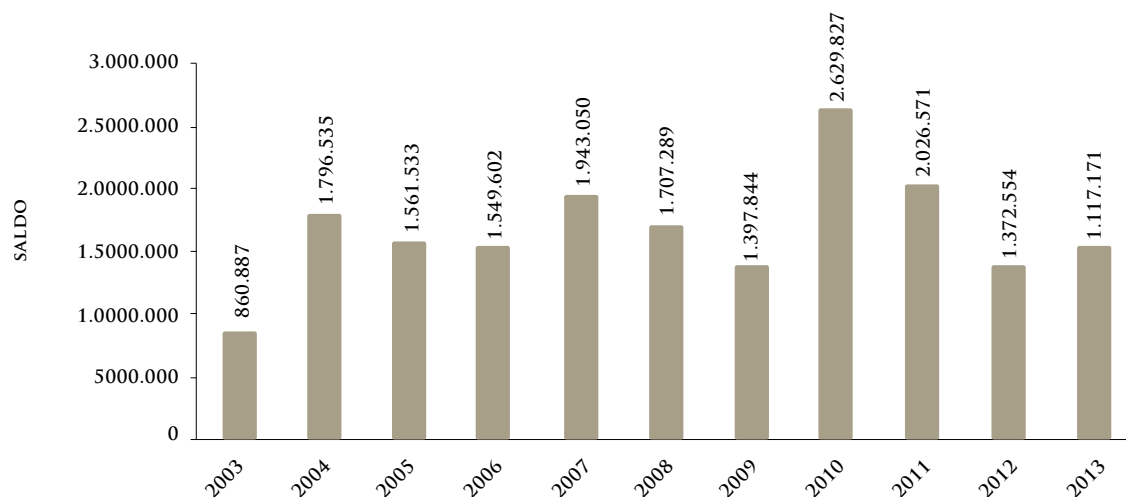
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

Em 2013, o mercado de trabalho formal celetista, medido pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apresentou crescimento de 2,82% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada de dezembro de 2012, o que representou a geração de 1,117 milhão de empregos. Esse resultado, embora expressivo, aponta uma redução no ritmo de expansão, quando confrontado com os saldos registrados nos anos anteriores. Ressalte-se, porém, que apesar da desaceleração registrada em 2013, o mercado de trabalho formal vem apresentando pelo quinto mês consecutivo (de agosto a dezembro) um maior dinamismo frente ao mesmo período do ano anterior.





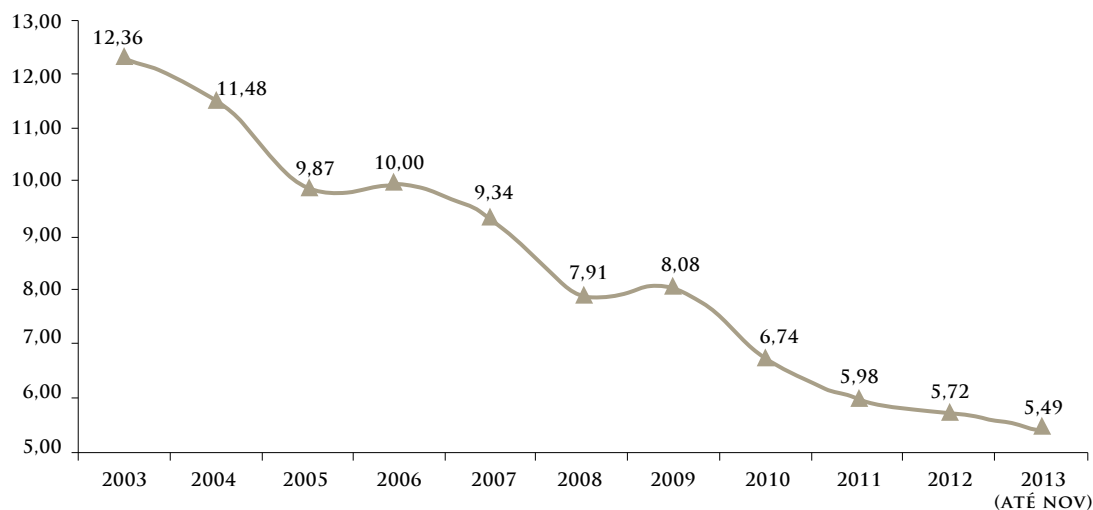
Evolução dos Saldos do Emprego Formal nos Anos de 2003 a 2013



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2011 e 2012, que abrangem os empregados celetistas e servidores públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, e os do Caged ano 2013, que contemplam apenas os empregados celetistas, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2013, somam 4,5 milhões empregos formais gerados.

Evolução da Taxa de Desemprego Aberto - Total das Áreas Metropolitanas (*) Período: Média anual de 2003 a 2013 (até Nov.)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: (*) Áreas metropolitanas pesquisadas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.





Segundo o Caged, os salários médios reais de admissão dos empregados celetistas registraram, em 2013, continuidade do processo de elevação apontado pela Rais nos últimos anos, com ganhos reais consecutivos, desde 2003. Em 2013, verificou-se aumento médio real de 2,59% nos salários de admissão dos empregados celetistas, em relação ao mesmo período de 2012, ao passarem de R\$ 1.076,23 (valor atualizado para 2012) para R\$ 1.104,12.

b) Valorização do Salário Mínimo

Em continuidade à política de valorização do salário mínimo, cujas diretrizes foram instituídas pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, em 2013 o salário mínimo foi elevado de R\$ 622,00 para R\$ 678,00, representando aumento real de 2,64%, e para 2014, o valor fixado pelo Decreto nº 8.166, de 23 de dezembro de 2013, é de R\$ 724,00, o que representara aumento real de 1,16%.

c) Estímulo ao Investimento e a Geração de Emprego e Renda

O Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (Proger) estimula o investimento produtivo, garantindo a expansão diversificada do crédito, em especial àqueles setores com alto potencial de geração de trabalho. Por meio do cruzamento da base de dados do Sistema de Acompanhamento da Execução do Proger (Saep) com o Caged e a Rais, observou-se que os empreendimentos financiados pelo Programa em 2013 geraram ou mantiveram postos de trabalho. Até novembro de 2013, por meio de amostra, estima-se que o número de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito às empresas e às pessoas físicas ultrapassava 600 mil.

As concessões de crédito por meio das linhas de financiamento do Proger são originárias dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alocados nas instituições financeiras oficiais federais, dentro do estabelecido na Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais (PDE), para cada exercício, para financiamentos de micro e pequenos empreendimentos urbanos, cooperativas e associações, empreendimentos do setor de turismo, produção industrial, exportação, inovação tecnológica e agricultura familiar. O Programa está presente em mais de 3,6 mil Municípios, destacando-se as linhas FAT Taxista e do FAT Turismo voltadas para o apoio aos eventos esportivos que serão realizados no Brasil.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) autorizou, por meio da PDE para o exercício de 2013, destinação de recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões, que somados à estimativa de reaplicação do retorno de recursos das operações findadas nos agentes financeiros no valor de R\$ 3 bilhões, correspondem a aproximadamente R\$ 7 bilhões para investimento. Até outubro de 2013, registrou-se a contratação de 71,8 mil operações de crédito, sendo investidos, aproximadamente, R\$ 6,4 bilhões nos setores produtivos, correspondendo a um crescimento de 14% do desempenho em relação ao mesmo período de 2012.

Há de se destacar os financiamentos destinados a micro e pequenas empresas, que corresponderam a mais de 90% do total do número de contratos firmados. O volume de recursos direcionados a essas empresas representou mais de 50% do total investido (R\$ 3,8 bilhões), dos quais 73% foram investidos nos setores de comércio e serviços.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) tem como missão constituir reserva financeira para o trabalhador, de acordo com seu tempo de serviço e fomentar o investimento nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura. Os recursos da arrecadação anual das contribuições do FGTS somaram, parcialmente até dezembro de 2013, R\$ 94,23 bilhões, depositados mensalmente por aproximadamente 3,26 milhões de empresas, em 38,52 milhões de contas vinculadas dos trabalhadores. No mesmo período, R\$ 75,66 bilhões foram sacados pelos beneficiários, resultando na arrecadação líquida de R\$ 18,57 bilhões em 2013.





O orçamento de 2013 do FGTS, previsto e executado, para investimentos nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura, está discriminado no quadro a seguir:

FGTS – Orçamento Disponibilizado em 2013 (Em R\$ 1.000,00)

ÁREA	AUTORIZADO	EXECUTADO	%
Habitação	58.900.000	49.147.267	83,44
Financiamentos a pessoas físicas/jurídicas	47.500.000	39.210.611	82,55
Descontos (*)	8.900.000	7.535.563	84,67
Operações de mercado (CRI, FII, FIDC)	2.500.000	2.401.093	96,04
Saneamento	5.200.000	4.419.715	84,99
Infraestrutura Urbana	7.000.000	3.490.447	49,86
Total	71.100.000	57.057.429	80,25

Fonte: Caixa Econômica Federal. Posição em 14 de janeiro de 2013.

Nota: (*) Descontos concedidos em financiamentos para pessoas físicas com renda familiar mensal de até R\$ 3.275.

Do total de R\$ 71,1 bilhões autorizados, foram executados no período R\$ 57,06 bilhões, correspondentes a 80%, dos recursos, com geração ou manutenção de empregos de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho, segundo metodologia de cálculo utilizada pelo Ministério das Cidades, gestor da aplicação do FGTS.

Do montante autorizado para descontos a serem concedidos em financiamentos para pessoas físicas com renda familiar mensal de até R\$ 3.275,00, 83,17% foram destinados para famílias com renda familiar mensal entre dois e quatro salários mínimos. A maior parte dos recursos para descontos do FGTS é destinada a financiamentos enquadrados no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Além do orçamento autorizado em 2013, havia saldo de orçamentos autorizados em anos anteriores para contratação de operações de mercado nas áreas de habitação, saneamento e infraestrutura, no valor de R\$ 5,45 bilhões, e recursos autorizados para investimentos por meio do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS).

Com aplicações de recursos do FGTS na aquisição de cotas do FI-FGTS, são realizados investimentos nos setores de energia, portos, ferrovias, rodovias, hidrovias, saneamento e, a partir de 2013, aeroportos. Desde sua criação, em 2007, o FI-FGTS recebeu integralizações do FGTS no valor de R\$ 34,81 bilhões, além da autorização para reinvestimento de cerca de R\$ 5,26 bilhões, objeto de retorno dos investimentos. Da soma desses montantes, até dezembro de 2013, o FI-FGTS investiu cerca de R\$ 25,8 bilhões, em sua maior parte, no setor de energia.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

A fiscalização trabalhista realizou 275 mil ações de fiscalização em 2013, atuando em empresas urbanas, rurais e marítimas, tendo sido lavrados 156 mil autos de infração por descumprimento da legislação trabalhista, em desfavor de 66 mil empregadores. Nestas inspeções, o vínculo empregatício de 375,5 mil trabalhadores foi formalizado, proporcionando a respectiva anotação da





Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), garantindo o cumprimento de seus direitos trabalhistas e previdenciários. No âmbito da fiscalização do trabalho portuário e aquaviário, foram intensificadas as ações do Programa Nacional de Trabalho Decente, na pesca no mar e em rios da região Norte, com o resgate de 49 pescadores em condição análoga à escravidão. Para 2014, estão programadas 331.500 ações de fiscalização em empresas urbanas, rurais e marítimas.

No que tange ao FGTS, a fiscalização de 138 mil estabelecimentos, em 2013, resultou no recolhimento do FGTS e da Contribuição Social de R\$ 322 milhões e na emissão de 16 mil notificações fiscais para recolhimento do débito, totalizando o valor de R\$ 2,03 bilhões, alcançando mais de 15 milhões de trabalhadores.

No mesmo período, a inspeção do trabalho realizou 160 operações de combate ao trabalho análogo ao de escravo, quando 257 estabelecimentos foram inspecionados. Como resultado, houve 1,6 mil registros em CTPS, sendo R\$ 7 milhões pagos diretamente aos trabalhadores em razão de verbas rescisórias e 3,7 mil autos de infração lavrados em desfavor dos empregadores. Para 2014, o planejamento prevê a realização de 225 operações. O Cadastro de Empregadores, cujas regras foram enunciadas pela Portaria Interministerial/MTE/SDH nº 02, de 12 de maio de 2011, em sua atualização ao final de 2013, conta com 108 novas inclusões, totalizando 579 nomes de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas às de escravo.

Em relação à aprendizagem profissional de jovens na faixa etária de 14 a 24 anos, houve, mediante ação da inspeção trabalhista, a inserção de 160 mil aprendizes no mercado de trabalho. Espera-se a inserção de mais 200 mil jovens nesta mesma condição para o ano de 2014. A ação de fiscalização também permitiu, em 2013, a inclusão de 41 mil trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho, em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. São esperados para 2014 outros 42,5 mil trabalhadores com deficiência inseridos no mercado de trabalho por meio da fiscalização do trabalho.

No que se refere à erradicação do trabalho infantil, a inspeção do trabalho realizou 8,5 mil fiscalizações, alcançando 7,5 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular. As informações decorrentes das ações de fiscalização foram encaminhadas às instituições que integram a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente para que as crianças e adolescentes afastados tivessem a devida assistência, assim como suas respectivas famílias fossem incluídas em programas governamentais, como o Bolsa Família. O planejamento da fiscalização prevê sete mil ações com este objetivo em 2014. Como decorrência da III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada em outubro de 2013, no Brasil, o Governo Federal atuará, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no projeto Iniciativa 2030: América Latina Livre de Trabalho Infantil.

No âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), foram beneficiados, em 2013, cerca de 17,4 milhões de trabalhadores.

Ainda no período em foco, foram concluídas 143 mil ações de fiscalização relacionadas à segurança e saúde no trabalho e 2,5 mil análises de acidentes de trabalho graves e fatais. Para 2014, os números previstos são 130 mil e três mil, respectivamente. As taxas de mortalidade por acidentes do trabalho foram reduzidas de 11,7 por 100 mil trabalhadores, no ano de 2003, para 6,56 por 100 mil trabalhadores, em 2012, último dado disponível. Os setores da construção civil, as obras de infraestrutura, o transporte rodoviário de cargas e o trabalho rural mereceram atenção especial nas ações de fiscalização realizadas em 2013.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, foram elaboradas e aprimoradas dez Normas Regulamentadoras (NR), merecendo destaque a publicação da nova NR-36 - *Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados*.





e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O fomento à democratização das relações de trabalho por meio do diálogo social entre o Governo Federal, representações de trabalhadores e de empregadores, tem potencializado o debate em torno de temas relevantes para as relações de trabalho, como a organização sindical e a garantia de direitos. O Conselho de Relações do Trabalho, órgão colegiado de natureza orientadora, com estrutura tripartite, é espaço privilegiado para a construção do diálogo na busca de consensos que promovam a democratização das relações do trabalho no País.

Para elaboração e registro dos instrumentos coletivos de trabalho (convenções, acordos e termos aditivos) o Governo Federal disponibiliza o Sistema Mediador. Em 2013 foram registrados 49,3 mil instrumentos coletivos de trabalho. Para orientar os usuários do sistema foi editada a Instrução Normativa SRT/MTE nº 16, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre a análise e o registro dos instrumentos coletivos de trabalho, bem como sobre os pedidos de mediações coletivas de conflitos trabalhistas. No mesmo período, foram realizadas aproximadamente 12,7 mil mediações, com êxito em 87% dos casos.

O Governo Federal disponibiliza aos empregadores e trabalhadores o sistema HomologNet, para utilização na elaboração e homologação dos termos de rescisões de contrato de trabalho. O órgão competente para prestar assistência às rescisões contratuais realiza, anualmente, em torno de 550 mil homologações de rescisões de contrato de trabalho. Destas, aproximadamente 30 mil são homologadas pelo Sistema HomologNet.

Com o objetivo de dar mais transparência e publicidade à análise de processos de registro sindical, o Governo Federal, dentre outras ações: i) desenvolveu e implantou o Sistema de Distribuição de Processos para cadastrar os processos de pedido de registro por critérios cronológicos; ii) publicou a Portaria/MTE nº 326, de 1º de março de 2013 para regulamentar o registro sindical com maior rigor na análise dos casos dos pedidos de desmembramento e dissociação e com definição mais clara dos procedimentos de análise dos pedidos e das impugnações; iii) implantou a certificação digital obrigatória no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) a partir de 2 de abril de 2013 (Portaria MTE nº 268, de 21 de fevereiro de 2013); e iv) disponibilizou no portal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a fila de distribuição dos processos.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social

O Programa do Seguro-Desemprego, criado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, constitui importante instrumento do Governo para promoção do direito ao trabalho, por meio de suas três principais ações: o benefício do seguro-desemprego, a intermediação de mão de obra e a qualificação social e profissional.

Em caso de dispensa involuntária, visando prover assistência temporária ao trabalhador, o benefício do seguro-desemprego é concedido em cinco modalidades: i) trabalhador formal; ii) empregado doméstico; iii) trabalhador resgatado de condição análoga à escravidão; iv) pescador artesanal; e v) bolsa qualificação devida pela interrupção da atividade de seu empregador.

Até novembro de 2013 foram beneficiados 8,1 milhões de trabalhadores formais, 739,8 mil pescadores artesanais cujas espécies pescadas se encontravam em período de defeso, 1,8 mil trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização e 15,5 mil empregados domésticos. Também receberam seguro-desemprego na modalidade bolsa-qualificação 8,2 mil trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. Para essa execução, foram despendidos com o seguro-desemprego mais de R\$ 32,69 bilhões. Para o ano de 2014, estima-se que cerca de 9,2 milhões de trabalhadores serão contemplados pelo benefício do seguro-desemprego, com gasto estimado em R\$ 33,5 bilhões.





Faz-se oportuno destacar que, a partir de agosto de 2012, com a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) integrado com o Programa Seguro-Desemprego, o trabalhador que solicitar o benefício mais de uma vez no período de dez anos será encaminhado a cursos de qualificação ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), sob pena do cancelamento do benefício por sua recusa. A intenção é que a qualificação facilite o reingresso do trabalhador no mercado de trabalho em um período mais curto.

Em 2013, considerando-se o ano calendário vincendo no exercício (julho/2012 a junho/2013), foram pagos 19,7 milhões de benefícios de Abono Salarial no valor de um salário mínimo, resultando no dispêndio de R\$ 12,2 bilhões. Para 2014, estima-se o pagamento a 21,7 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 14,7 bilhões. Nos últimos anos, o aumento no dispêndio com os benefícios pagos está relacionado à valorização do salário mínimo, ao aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos.

Os trabalhadores de todas as unidades da Federação contam com o apoio do Sistema Nacional de Emprego (Sine), por meio de cerca de 1,6 mil unidades de atendimento, geridas em parceria com os entes federados e com entidades privadas sem fins lucrativos. Os serviços oferecidos nas unidades do Sine são: a intermediação da mão de obra; a qualificação do trabalhador, hoje realizada pelo Pronatec; e a habilitação ao benefício do seguro-desemprego.

À medida que as ações do Programa Seguro-Desemprego são disponibilizadas em conjunto, maiores serão as perspectivas de retorno do trabalhador à atividade econômica. No ano de 2013, até novembro, registraram-se 838,8 mil colocações no mercado de trabalho por intermédio da rede de atendimento do Sine. No ato de requisição do seguro-desemprego, o atendimento do Sine permite a inscrição automática às vagas de trabalho disponíveis e, a partir de 2014, aos cursos do Pronatec.

Em 2013, deu-se continuidade à implementação dos convênios firmados em 2012, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), com o objetivo de preparar trabalhadores brasileiros de forma competitiva, por intermédio de cursos cujas ocupações são demandadas pelo mercado de trabalho. Esses convênios qualificaram 40 mil trabalhadores em 2013. Em dezembro de 2013 foi estabelecida a cooperação técnica entre os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Educação, visando à articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda no âmbito do Pronatec.

A partir de 2014, a Universidade do Trabalhador ofertará aos trabalhadores cursos de qualificação profissional gratuitos a distância, alinhado ao Pronatec. Tal projeto possibilitará o acesso simultâneo de até 250 mil alunos, qualificando cerca de um milhão de alunos por ano para o mercado de trabalho.

No âmbito da política de imigração, em 2013, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) prorrogou a vigência da Resolução Normativa que autoriza a obtenção de visto permanente a nacionais do Haiti por razões humanitárias para a vinda ao Brasil. O CNIg autorizou a permanência no Brasil para dois mil haitianos, em caráter humanitário. Na última reunião do ano, em ação conjunta com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), permitiu a concessão de residência para aproximadamente 4,5 mil estrangeiros que não se enquadravam na lei que trata do processo de refúgio.

Ainda no ano de 2013, houve o lançamento das pesquisas realizadas pelo projeto *itineris* – Migração Brasil-União Europeia e campanha de orientação composta por cartilha, fôlder e página *web*, que apontam a situação atual das migrações entre Brasil e Portugal/Espanha, com dados sobre o perfil dos migrantes e suas motivações.

Em 2013, foram concedidas 62 mil autorizações de trabalho para estrangeiros no Brasil pela Coordenação-Geral de Imigração (CGI).





g) Estímulo à Economia Solidária

Segundo o Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), mantém-se a trajetória de crescimento da economia solidária no País. Dos 33,5 mil empreendimentos econômicos solidários cadastrados pelo Sies, 14,4 mil declararam ter iniciado suas atividades nos últimos dez anos, o que demonstra dinamismo social e resposta positiva aos incentivos das políticas públicas.

As ações integradas de Economia Solidária para promoção do desenvolvimento local com superação da extrema pobreza iniciadas em 2011 foram ampliadas em 2013 e estão sendo realizadas em 1,5 mil Municípios, beneficiando diretamente 207 mil pessoas e 11 mil empreendimentos econômicos solidários. Nesse total, encontram-se 594 cooperativas e associações com mais de 40 mil catadores de materiais recicláveis.

A ação de catadores de materiais recicláveis foi ampliada com o lançamento do Programa Cataforte III, de estruturação de negócios sustentáveis em redes solidárias de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, que possibilitará a esses empreendimentos inserção no mercado da reciclagem de forma competitiva, consolidando-os, também, como prestadores de serviços das políticas públicas de coleta seletiva de resíduos sólidos e da logística reversa. Para tanto, foram viabilizados recursos na ordem de R\$ 9 milhões, em 2013, para beneficiar 33 redes de cooperação com cerca de 400 empreendimentos com mais de 12 mil catadores de materiais recicláveis.

Além dos catadores, vêm sendo apoiados: i) 2,8 mil pessoas que vivem nas ruas de capitais e regiões metropolitanas com ações integradas de formação, incubação e assessoria técnica; ii) 2,9 mil jovens em projetos de ocupação e renda por meio da organização e fortalecimento de Redes de Cooperação Solidária; e iii) 12 mil participantes de 600 empreendimentos econômicos solidários por meio de ações desenvolvidas por incubadoras tecnológicas das instituições de ensino superior.

As ações de finanças solidárias foram fortalecidas com seleção e apoio de novos projetos para beneficiar 191 Bancos Comunitários de Desenvolvimento, 605 Fundos Rotativos Solidários e 195 Cooperativas de Crédito Solidário. Ao todo, essas ações irão beneficiar mais de 18,7 mil pessoas durante dois anos, com ampliação do acesso ao crédito e aos demais serviços financeiros solidários para segmentos populacionais, comunidades e territórios caracterizados pela vulnerabilidade socioeconômica.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

As operações de crédito do sistema financeiro, considerados os recursos livres e direcionados, alcançaram saldo de R\$ 2,6 trilhões em novembro de 2013, equivalentes a 55,6% do Produto Interno Bruto (PIB). A expansão do crédito em 2013 tem sido impulsionada, sobretudo, pelos financiamentos com recursos direcionados, que compreendem as operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os financiamentos imobiliários e rurais. Os bancos públicos, assim como em 2012, continuaram contribuindo destacadamente para o desempenho do mercado de crédito. Nesse sentido, elevaram sua participação relativa no crédito do sistema financeiro, atingindo 50,8% do volume total.

O crédito às pessoas físicas acompanhou e contribuiu para esse ritmo de crescimento, com o montante de R\$ 1,2 trilhão em novembro de 2013. O crédito habitacional alcançou R\$ 386,6 bilhões, valor equivalente a 8,1% do PIB, ante 6,7% do PIB em setembro de 2012. Os empréstimos e financiamentos às empresas totalizaram R\$ 1,4 trilhão, contribuindo para as atividades produtivas do País.





A evolução do mercado de crédito em 2013 se verificou em cenário de moderada elevação das taxas de juros, cuja média geral para o sistema financeiro, considerados os créditos livres e direcionados, para pessoas físicas e jurídicas, elevou-se 1,1 ponto percentual nos doze meses até em novembro de 2013. As taxas de inadimplência declinaram significativamente ao longo do ano, situando-se em patamares historicamente baixos.

b) Acesso a Serviços Bancários

Todo Município conta com pelo menos um ponto de acesso ao sistema financeiro. Entre 2012 e 2013, o número de pontos de atendimento (agências, postos bancários e correspondentes) aumentou 5,4%, de 387 mil para 407 mil. Cada vez mais brasileiros estão utilizando os serviços financeiros para as atividades cotidianas ou para a realização de atividades comerciais. Entre novembro de 2012 e novembro de 2013, o número de contas de depósito movimentadas cresceu 5,7%, de 97,1 milhões para 102,6 milhões.

O processo de inclusão financeira está sedimentado em três pilares fundamentais: educação financeira, proteção e inovação. Para viabilizá-lo, o Governo Federal vem desenvolvendo iniciativas nessas três áreas. Dentre essas iniciativas, destaca-se o Programa Cidadania Financeira. Criado em 2013, visa contribuir para a proteção aos cidadãos, consumidores de serviços financeiros, e melhorar a qualidade de seu relacionamento com as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Estudos e pesquisas sobre os temas da educação e inclusão financeiras estão em desenvolvimento com resultados previstos para 2014, a exemplo das estatísticas com a evolução dos indicadores de inclusão financeira no Brasil e estudo sobre o endividamento da população. Foram ainda realizadas as seguintes iniciativas para aumentar o acesso aos serviços financeiros pela população: i) a criação, no último trimestre de 2013, da conta de pagamento, um produto inovador no mercado financeiro com objetivo oferecer opção de movimentação financeira a baixo custo a quem não possui conta em banco, com conveniência, praticidade e segurança; e ii) a consolidação do Banco Postal com uma rede de atendimento presente em 93,98% dos Municípios, correspondendo a 6.189 pontos ativos.

Destaca-se a Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, que prevê a regulamentação dos pagamentos móveis (*mobile money*). Tal serviço permitirá a atuação de novos atores neste mercado, como as operadoras de telecomunicações, aliada à elevada penetração da telefonia móvel no Brasil, em todos os segmentos de renda.

c) Microcrédito e Microfinanças

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) objetiva universalizar o acesso ao crédito para os negócios populares de pequeno porte, estimulando o empreendedorismo no País e a geração de emprego e renda. Trata-se de um programa em que o crédito é concedido mediante metodologia assistida, em que o agente de crédito interage com o tomador antes, durante e depois da concessão do crédito e direcionado a empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, com valor máximo de financiamento de R\$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, com prazo de pagamento pactuado entre as instituições financeiras e o tomador de acordo com o tipo de empreendimento e uso do recurso.

Os bancos públicos federais concederam, no período de janeiro a setembro de 2013, cerca de R\$ 5,47 bilhões, correspondendo a cerca de 87,93% da concessão total de microcrédito no âmbito do PNMPO e as instituições representadas por organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), cooperativas centrais de crédito e sociedades de crédito ao microempreendedor e agências estaduais de fomento foram responsáveis ofertaram aproximadamente R\$ 656,16 milhões em microcrédito do PNMPO.





No âmbito do PNMPO foi criado, em 2011, o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer que conta com subvenção dada pelo Governo Federal. As regras do Programa determinam que, para fazerem jus a essa subvenção, as instituições financeiras devem conceder o crédito a taxa de juros de até 5% ao ano, acrescida da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1% sobre o valor financiado. De janeiro a novembro de 2013, foram concedidos R\$ 5,7 bilhões em 4,15 milhões de operações contratadas pelos agentes financeiros do Programa, sendo que 99% das operações foram contratadas pelos bancos públicos federais, com destaque para o Banco do Nordeste, responsável por 60% da contratação. Desde o início do Programa Crescer, em setembro de 2011, já foram realizadas 7,8 milhões de operações com um desembolso total de R\$ 10,46 bilhões, com um valor médio de empréstimo de R\$ 1,3 mil. Do valor concedido, 86% foram destinados a pessoas físicas, 8% a microempresas e 6% a empreendedores individuais, sendo que 63% das pessoas atendidas foram mulheres. Em agosto de 2013, foi identificado que 51,5% das operações com pessoas físicas no âmbito do Programa Crescer foram realizadas com pessoas localizadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que 35,7% das operações foram contratadas com beneficiários do Programa Bolsa Família.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

Com 13% da água doce do planeta, um extenso litoral e espécies nativas promissoras, o Brasil almeja ter um papel de destaque no setor de pescados.

Nesse contexto, 2013 foi emblemático para o fortalecimento do setor pesqueiro nacional. No período, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura concedeu créditos da ordem de R\$ 480 milhões, para a modernização da pesca e a expansão dos criatórios. Ao todo, foram registradas 23.643 operações de financiamento na rede bancária oficial. O crédito aumentou cerca de 56% em relação ao ano anterior. O Plano envolve também ações estruturantes como desoneração do pescado, simplificação do licenciamento ambiental e assistência técnica.

Em 2012, a produção de pescado foi de 1,55 milhão de toneladas, e em 2013, a produção da pesca e aquicultura ultrapassou 2,4 milhões de toneladas de pescado. Assim, a meta de o Brasil produzir dois milhões de toneladas por ano de pescado a partir de 2014 foi atingida já em 2013.

A desoneração da cadeia produtiva do pescado ocorreu com o fim da cobrança do Programa de Integração Social (PIS)/ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os produtos que compõem a Cesta Básica, incluído o peixe. A estimativa é de que o preço dos alimentos seja reduzido 9,25%, em média. Também foi importante a desoneração da folha de pagamento. Agora a contribuição é fixa – 1% sobre a receita bruta.

Outra conquista do setor, em 2013, foi a aprovação da nova Resolução nº 459 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), de 16 de outubro de 2013, que altera a Resolução nº 413, de 26 de junho de 2009, para o licenciamento simplificado da aquicultura. A medida torna mais ágil a implantação de parques aquícolas em grandes reservatórios públicos, sobretudo de hidrelétricas.

a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira

Em 2013 foi apresentado o primeiro Censo Aquícola do Brasil, o *Boletim Estatístico 2011*, e o *Boletim do Registro Geral da Pesca 2012*. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciou a elaboração da estatística aquícola nacional a partir de 2013.





A participação da aquicultura na produção nacional é cada vez mais expressiva. Em 2013, foram demarcados parques aquícolas em 23 reservatórios públicos em 14 unidades da Federação.

A lâmina d'água ofertada em 2013, em áreas da União, atingiu aproximadamente 900 hectares, o que permitirá a produção de 210 mil toneladas de pescado por ano. Mais de 92% das áreas são não onerosas (sem pagamento pelo uso), destinadas a aquicultores familiares ou a moradores de comunidades tradicionais e ribeirinhas.

Para as atividades de piscicultura continental, foram capacitadas 595 pessoas, bem como produzidos e distribuídos 34,4 milhões de alevinos de diversas espécies de peixes de água doce, o que significa apoio à produção pesqueira, à aquicultura comercial e à geração de emprego e renda para as populações residentes nas áreas dos açudes públicos.

Continua sendo realizada a manutenção e a distribuição de matrizes e reprodutores de alto padrão genético e o monitoramento das espécies geneticamente identificadas e de considerável padrão zootécnico. Esse projeto tem sido de fundamental importância na manutenção, na preservação e na perpetuação do patrimônio genético das espécies econômicas, ou não, de peixes nativos e exóticos.

Em 2013, o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras Nacionais habilitou 1.937 embarcações, das quais 1.094 da pesca artesanal e 843 da pesca industrial; isso representou aumento de 279% no número de embarcações artesanais habilitadas em relação ao ano anterior.

b) Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola

Foram realizadas, em 2013, três chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa), que possibilitarão o atendimento de 5.050 famílias de pescadores e aquicultores, principalmente das regiões Norte e Nordeste, e lançado edital de apoio à implantação ou manutenção de núcleos voltados à pesquisa, extensão e educação em agroecologia nas Universidades e Institutos Federais de Educação Tecnológica.

Em 2013, 2,5 mil pescadores artesanais do Território Sertão do São Francisco passaram a receber assistência técnica. Cada família poderá acessar recursos de fomento não reembolsáveis no valor de R\$ 2,4 mil. Foram celebrados, ainda, convênios e acordos de cooperação que permitem a capacitação de aproximadamente 480 técnicos de nível médio e superior das entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), em pesca e aquicultura. Já uma parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) resultará na capacitação de 3.080 merendeiras de escolas públicas e filantrópicas, para a manipulação e preparo do pescado.

c) Inclusão Social pela Pesca

O projeto Pequenos Empreendimentos da Pesca Artesanal foi concluído e beneficiou 63 entidades nas áreas de manipulação de mariscos, comercialização, apoio a pescadores artesanais e cozinhas comunitárias.

No Programa Pescando Letras, de alfabetização de adultos, foram matriculados 17.353 pescadores. Desde a sua criação, em 2003, o Pescando Letras atendeu a 200 mil pescadores.

Além dos 48 Telecentros da Pesca Maré em funcionamento, foram instalados, em 2013, mais 27 Telecentros e entregues equipamentos em 19 Telecentros. Esses espaços, destinados a pescadores e aquicultores, dispõem de equipamentos de informática, Internet e curso de capacitação de monitores.





O ano de 2013 marcou também a formação de aproximadamente 500 técnicos em pesca e aquicultura. Eles participaram de cursos a distância, apoiados pelos Telecentros da Pesca e ministrados pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Merece ainda destaque a distribuição de 47.525 cestas de alimentos para famílias de pescadores.

d) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

Em 2013 concluíram-se os Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs) de Ilhéus e Salvador e ainda as obras de contenção nas margens do rio São Lourenço, em São Lourenço do Sul/RS. Também foi construída uma unidade de beneficiamento de pescado no Município de Três Fronteiras/SP.

As obras civis de diversas unidades de beneficiamento de pescado encontram-se em execução. As localidades atendidas são as seguintes: Pinhalão/PR, Anhembi/SP, Cássia/MG, Dois Irmãos do Buriti/MS, Dourados/MS, Luís Eduardo Magalhães/BA, Prado/BA, Saubara/BA, Rolim de Moura/RO e Iracema/RR. Já a unidade de Abelardo Luz/SC encontra-se em fase de aparelhamento.

No momento estão em construção os trapiches de Tubiacanga e Ribeira, ambos no Município do Rio de Janeiro/RJ, a fábrica de farinha de peixe e de ração no Município de Itauçu/GO e o Mercado de Peixe nos Municípios de Alenquer/PA, Cascavel/CE, Imperatriz/MA e Itajai/SC. Está sendo elaborado o projeto executivo do Centro de Estudos e Pesquisas em Aquicultura e Pesca e Ambientes Aquáticos, previsto para o Município do Rio de Janeiro/RJ.

Foram habilitados 1.353 Municípios e consórcios públicos no processo seletivo para recebimento de patrulha mecanizada, composta de uma escavadeira hidráulica e um trator de esteiras. Os equipamentos serão destinados à construção de viveiros escavados em propriedades rurais, para a criação de pescado. A iniciativa beneficiará produtores rurais familiares, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, pescadores artesanais e comunidades indígenas.

Em 2013, foram assinadas as ordens de serviço que permitirão o início da reforma do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Betume, em Neópolis/SE, com investimentos previstos de R\$ 4 milhões, que além de ter sua estrutura modernizada irá ampliar e diversificar sua capacidade de produção de alevinos.

Até o final de 2013 foram construídos cerca de 9.502 hectares de viveiros escavados em 17 Estados, com capacidade de produção estimada de 95,02 mil toneladas ao ano de pescado, beneficiando assim 19.004 famílias.

e) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro

Para melhor controle e combate a fraudes ao Seguro-Defeso na pesca artesanal, foram cadastrados 439.047 pescadores profissionais. No processo, 221 mil licenças foram suspensas, proporcionando economia de R\$ 175 milhões com o Seguro-Defeso que é pago durante a época de reprodução das espécies, uma vez que apenas com o registro é possível ter acesso ao benefício.

Também foram expedidas 401.549 licenças de pesca amadora – aumento de 16% em relação ao ano de 2012, tendo sido autorizada a realização de 165 competições nessa modalidade.

Ainda no Registro Geral da Pesca (RGP), aproximadamente 58 mil embarcações receberam licenciamento nas modalidades de linha, emalhe, arrasto, cerco e armadilha. Na categoria de aquicultor, houve 13.255 novas inscrições, o que representa acréscimo de 460% em relação a 2012. O aumento se justifica pela implantação do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, pelo programa de distribuição de patrulhas mecanizadas para Municípios e ainda pelo empenho dos órgãos estaduais.





Na fiscalização da atividade pesqueira, foram realizadas, em 2013, ações nos seguintes Estados, além do Distrito Federal: Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas ações contaram com a parceria de outros órgãos fiscalizadores, como a Marinha do Brasil, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Polícias Militares Ambientais Estaduais.

Em 2013 foram criados cinco novos Comitês Permanentes de Gestão (CPGs): CPG Demersais Sul/Sudeste, Pelágicos Sul/Sudeste, CPG Camarões, CPG Demersais Norte/Nordeste, e CPG Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco, que se somam aos CPGs da Lagosta e CPG Atuns e Afins, já existentes. O CPG possui caráter consultivo e de assessoramento, sendo constituído por órgãos do Governo de gestão dos recursos pesqueiros e pela sociedade.

As ações do Grupo Técnico de Trabalho dos Organismos Aquáticos Vivos com fins de Aquariorfilia e Ornamentação (GT Ornamentais) imprimiram importância ao ordenamento da atividade, ao estabelecer critérios e procedimentos no setor. Regulamentou-se a venda de exemplares vivos de raias nativas, destinadas à ornamentação e à aquariorfilia, e a redistribuição de cotas de venda de raias.

f) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira

A Rede Nacional de Laboratórios (Renaqua) implantou metodologias para o diagnóstico de mais de 40 doenças de peixes, camarões, moluscos, anfíbios e répteis. A rede também está capacitada a detectar biotoxinas marinhas potencialmente contaminadoras do pescado. Outro avanço foi a autorização para o credenciamento de médicos veterinários privados. Esses profissionais ampliarão a rede de coleta de amostras e material biológico destinado às análises sanitárias da Renaqua.

Em outra frente, a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária (AquaEpi) foi estabelecida, com vistas a consolidar esforços de um grupo de especialistas voltados para responder aos desafios sanitários na produção de animais aquáticos.

g) Estímulo ao Consumo e à Comercialização

Foram realizadas, em 2013, três ações relativas à promoção do pescado brasileiro no mercado nacional: a X Semana do Peixe, o Projeto Lagosta Viva e o Festival do Camarão da Costa Negra. Na X Semana do Peixe, evento que visa estimular o consumo de pescado, constatou-se a redução do preço do pescado em até 14%. As vendas aumentaram, em alguns locais, em até 60% em relação ao ano anterior.

Em 2013, a média do consumo de pescado no Brasil foi de cerca de 15 kg *per capita*/ano, contra 11,74 kg *per capita*/ano em 2012. Atualmente os brasileiros já consomem pescado nos níveis recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Para fortalecer o mercado e ampliar o consumo de pescado, em 2013, firmou-se acordo de cooperação com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com vistas a estimular o consumo do pescado na alimentação escolar.

No âmbito internacional, foi promovida a participação de empresas brasileiras na maior feira mundial do setor da pesca e aquicultura, a *European Sea food*, na Bélgica, visando prospectar novos mercados e incrementar as exportações brasileiras.

O Brasil participa de projetos internacionais relacionados à pesca, como o do Amplo Ecossistema Marinho do Caribe, o de redução da captura incidental nas pescarias na América Latina e Caribe (Segunda Fase) e do Piraguaçu, coordenados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).





7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Agricultura Familiar

A agricultura familiar brasileira é representada por 84% dos estabelecimentos agropecuários do País e ocupa diretamente mais de 12 milhões de pessoas (74% da mão de obra no campo). Apesar de os agricultores familiares ocuparem apenas 24% da área agrícola do País, respondem por cerca de 33% do valor total da produção no campo, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente 4,7 milhões de agricultores familiares possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que garante acesso aos programas do Governo Federal. Outras 2,8 mil entidades ligadas aos agricultores familiares possuem a DAP – Pessoa Jurídica.

a.1) Crédito e Seguro Rural

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o crédito rural do Governo Federal já está presente em mais de 5,3 mil Municípios. No ano-safra 2012/2013, período compreendido entre 1º de julho de 2012 e 30 de junho de 2013, foram disponibilizados R\$ 18 bilhões para o Pronaf, e, pela primeira vez, o volume contratado superou o disponibilizado inicialmente: foram financiados R\$ 18,6 bilhões em mais de 2,2 milhões de contratos. Contribuiu para este montante o crédito emergencial para agricultores afetados pela seca nas regiões Sul e Nordeste. Para o ano-safra 2013/2014 estão disponíveis R\$ 21 bilhões, para as diversas linhas de crédito do Pronaf.

O Pronaf Mais Alimentos vem contribuindo para a modernização da estrutura de produção das unidades familiares. Desde o ano-safra 2008/2009, quando foi lançado, financiou aproximadamente R\$ 17 bilhões, atendendo mais de 370 mil agricultores familiares. Na safra 2012/2013 foram 208 mil operações de crédito nesta linha, no valor de R\$ 5,7 bilhões.

Para o Plano safra 2013/2014 foram adotadas medidas para ampliar o acesso ao crédito, dentre as quais: i) a mudança da renda bruta anual familiar proveniente de atividades desenvolvidas na unidade familiar para fins de enquadramento no Pronaf para até R\$ 360 mil; ii) a ampliação dos limites de crédito para custeio de R\$ 80 mil para até R\$ 100 mil por agricultor; iii) a elevação do limite das linhas de investimento do Pronaf Agroindústria de R\$ 130 mil para até R\$ 150 mil por agricultor e para as cooperativas de R\$ 30 milhões para até R\$ 35 milhões; iv) a elevação do limite por operação para investimentos em avicultura, suinocultura e fruticultura para até R\$ 300 mil; v) a elevação do limite do microcrédito rural (Pronaf B) dirigido aos agricultores de baixa renda, de R\$ 2,5 mil para R\$ 3,5 mil por operação; vi) a redução nas taxas de juros nas linhas de custeio para 3,5% ao ano; e vii) a redução das taxas de juros para no máximo 3% a.a. nas linhas de custeio e 1,5% a.a. no investimento para os agricultores familiares da região do semiárido. Também foram disponibilizados recursos para o Pronaf Inovação, que visa incentivar a adoção de tecnologias inovadoras, especialmente para cultivos protegidos em hortifruticultura, bovinocultura de leite, suinocultura e avicultura.

O Seguro da Agricultura Familiar (Seaf), que cobre as perdas por eventos climáticos, viabiliza a cobertura de mais de 544 mil contratos de custeio e investimento do Pronaf. Ele se aplica a 50 culturas que possuem zoneamento climático, tendo segurado o valor de R\$ 7 bilhões na safra 2012/2013. Na safra 2012/2013, receberam indenização 19.581 famílias, com recursos de R\$ 215,9 milhões.

O Programa Garantia-Safra, ação permanente de proteção à agricultura familiar, beneficiou 769.023 famílias em 1.015 Municípios na safra 2011/2012. Com o prolongamento da estiagem, o Governo Federal deliberou por garantir aos agricultores





afetados a continuidade do recebimento do benefício, da ordem de R\$ 1.800 por família. Para a safra 2012/2013 foram disponibilizadas 1,2 milhão de cotas, com 977.552 adesões em 1.118 Municípios, tendo já sido atendidas 704.395 famílias de 691 Municípios, entre os meses de julho a dezembro, com um benefício de R\$ 760 por família, mais um adicional de R\$ 155 por família, entre os meses de janeiro e abril de 2014.

Além das ações permanentes de proteção ao agricultor familiar, foram desencadeadas ações emergenciais para reduzir os impactos de secas prolongadas ou cheias ocorridas em 2012, com destaque para a liberação de R\$ 2,2 bilhões para concessão de crédito de investimento e de custeio agrícola e pecuário aos produtores rurais prejudicados pela estiagem no Nordeste, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com taxa de juros de 1% a.a. e rebate de 40% do valor contratado se o pagamento for realizado dentro do prazo estipulado.

No que se refere à garantia das operações do Pronaf em caso de queda de preços, o Governo Federal concede um bônus no contrato de crédito equivalente à diferença entre o custo de produção e o preço médio do mercado, por meio do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF). O bônus pode ser de até R\$ 5 mil para as operações de custeio e R\$ 2 mil para as de investimento.

a.1.1) Plano Safra Semiárido

O semiárido brasileiro requer tratamento diferenciado das políticas públicas. São estimuladas iniciativas tecnológicas e socioeconômicas apropriadas, que promovam a convivência com as condições climáticas adversas, visando garantir renda, segurança alimentar e nutricional, e preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

A criação, pela primeira vez, de um Plano específico para o semiárido abrange os 1.133 Municípios do semiárido situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), onde estão 1,6 milhão de agricultores (32% dos estabelecimentos agropecuários do País), e contempla ações destinadas à inclusão socioprodutiva das mulheres, desenvolvimento territorial e política fundiária.

O Plano Safra Semiárido disponibilizou R\$ 7 bilhões para crédito, sendo R\$ 4 bilhões especialmente destinados aos agricultores familiares. Os agricultores da região também contaram com a proteção do seguro Garantia Safra, as compras públicas e as políticas de garantia de preços, que disponibilizaram R\$ 1,5 bilhão e a cobertura de 49 produtos, respectivamente. Além disso o Plano apoia a construção de reservas de água para cultivos alimentares (Segunda Água), e as famílias do semiárido, já beneficiadas com o Programa de Cisternas, também passaram a ter prioridade no atendimento com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e recursos de fomento para projetos produtivos do BSM, integrando os resultados das duas ações.

a.2) Assistência Técnica e Extensão Rural

Lançada em conjunto com o Plano Safra 2013/2014, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) teve a sua instituição com a aprovação da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013. A Anater funcionará como um serviço social autônomo, com personalidade jurídica de direito privado, com um custo anual estimado em R\$ 25 milhões, e previsão inicial de cerca de 130 funcionários. Será celebrado contrato de gestão com a Agência para estipular as metas, os prazos e as responsabilidades, bem como os critérios para avaliar a utilização dos recursos.

Em articulação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) e instituições de ensino, a Anater promoverá, a partir de 2014, programas de formação de agentes de Ater.





Em 2013 a Ater atendeu 235 mil famílias por meio de contratos e mais 541 mil famílias por meio de convênios celebrados anteriormente à Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Ainda foram atendidos 270 mil assentados da reforma agrária, totalizando mais de um milhão de famílias com Ater em 2013, entre de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, indígenas, jovens, mulheres e famílias em situação de extrema pobreza na área rural. É importante registrar que 43% dos beneficiários de Ater são mulheres. Os convênios e contratos de repasse são instrumentos celebrados antes da Lei nº 12.188, de 2010, e ainda em execução em 2013.

Atualmente o Governo Federal conta com 757 entidades de Ater registradas no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), habilitadas para participarem das chamadas públicas de contratações de serviços. Em 2013 foram lançadas 17 chamadas públicas para contratação de serviços para atender mais 161,4 mil famílias em 2014, totalizando R\$ 260,9 milhões, conforme ilustra a tabela a seguir.

Editalis de chamadas públicas de Ater lançados em 2013

SEGMENTO/TEMA	Nº DE FAMÍLIAS	RECURSOS (MILHÕES R\$)
Quilombolas	3.400	8,1
Mulheres	2.080	8,8
Brasil Sem Miséria	30.000	63,9
Indígenas	2.300	11,2
Agroecologia	55.460	87,6
Diversificação da cultura do Tabaco	11.600	17,1
Sustentabilidade – Leite	35.000	40,8
Sustentabilidade – Café	15.000	17,1
Sustentabilidade – SP	6.600	6,3
Total	161.440	260,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2013, por meio de três mil técnicos, a assistência técnica chegou a 3,8 mil assentamentos da reforma agrária, beneficiando mais de 270 mil famílias, especialmente as do semiárido, e a beneficiários do Programa Terra Forte. Os recursos foram de R\$ 353 milhões, sendo R\$ 277 milhões empenhados em 2013. Em 2014, a previsão é atender 353 mil assentados da reforma agrária com Ater, com valor orçamentário previsto de R\$ 356 milhões, dos quais 57 mil famílias no perfil do público do BSM.

Desde 2012, foram capacitados 2.898 agentes de Ater para atuarem no âmbito das ações de inclusão produtiva rural do BSM, dos quais 35% são mulheres. Em 2013, estes agentes alcançaram 259,8 mil famílias, com destaque para 32 mil extrativistas, três mil pescadores artesanais, três mil indígenas e nove mil quilombolas. Adicionalmente, celebrou-se cooperação nas ações de Ater para inclusão produtiva rural com 11 Estados e o Distrito Federal: Espírito Santo, Ceará, Maranhão, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco e Pará.





As ações de Ater também beneficiaram 5 mil famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2013, além de apoiarem as organizações públicas estaduais que atuam no suporte ao PNCF com R\$ 8 milhões para aquisição de veículos, computadores e mobiliários.

Visando à profissionalização da gestão das cooperativas e dos empreendimentos da agricultura familiar, foi criado, no ano de 2008, o Ater Mais Gestão, metodologia de assistência técnica em organização, gestão, produção e comercialização para empreendimentos da agricultura familiar, em parceria com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em 2013, o foco foi abastecimento das escolas das grandes cidades com alimentos de qualidade (Projeto Nutre Mais Gestão) e fornecedores do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, assistindo 414 cooperativas da agricultura familiar, que reúnem mais de 100 mil agricultores familiares, e 64 Municípios compradores.

a.3) Organização Econômica

Para apoiar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, foram beneficiados, em 2013, 2,8 mil agricultores familiares pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Selo Combustível Social viabilizou a compra de produtos utilizados para fabricação de biodiesel de 72 mil agricultores e 71 cooperativas da agricultura familiar. A expectativa para 2014 é de beneficiar 110 mil famílias e 80 cooperativas de agricultores familiares. Já a Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM/AF) foi utilizada para o escoamento dos excedentes de derivados de uva, com recursos de R\$ 35 milhões, operacionalizado por meio de leilões da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) permite que pelo menos 30% das aquisições da alimentação escolar sejam obtidas diretamente da agricultura familiar.

Para a organização econômica dos assentamentos de reforma agrária, o Programa Terra Sol do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) priorizou o fortalecimento da comercialização para o PAA e Pnae, e para feiras da Agricultura Familiar. Foram empenhados R\$ 13,7 milhões, beneficiando 44.630 famílias, sendo que 15 projetos foram concluídos neste ano, beneficiando 6.970 famílias.

Em 2013, destaca-se a criação do Programa Terra Forte para os assentados da reforma agrária, que visa apoiar a difusão de tecnologia e a geração de renda, por meio da agroindustrialização da produção. O Programa tem duração prevista de cinco anos e tem assegurados R\$ 600 milhões, sendo R\$ 300 milhões de crédito do Banco do Brasil, R\$ 150 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 20 milhões da Fundação Banco do Brasil e R\$ 130 milhões dos demais parceiros – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Incra e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Na primeira etapa do Terra Forte, foram pré-selecionadas 139 propostas, de 1.084 assentamentos, envolvendo a inscrição de 130.713 famílias assentadas brasileiras. As entidades selecionadas encaminharão os projetos e a contratação deverá ser realizada em 2014.

a.4) Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais

A doação de máquinas e equipamentos para prefeituras municipais, visando à recuperação de estradas vicinais em Municípios de até 50 mil habitantes faz parte do PAC 2, com investimentos previstos de R\$ 5 bilhões até 2014. A medida vai beneficiar mais de 24 milhões de pessoas situadas em áreas rurais.





Foram entregues, em 2013, 8,9 mil equipamentos: 3.796 retroescavadeiras, 2.617 motoniveladoras, 1.357 caminhões-caçamba, 753 caminhões-pipa e 461 pás carregadeiras. Os equipamentos destinaram-se a 3,8 mil Municípios, com investimento de R\$ 2,3 bilhões. Desde o início do Programa já foram entregues 10.259 equipamentos, sendo que todos os Municípios já receberam pelos menos uma retroescavadeira e uma motoniveladora, beneficiando 3,9 milhões de agricultores familiares e 664 mil assentados da reforma agrária.

O Programa priorizou, em 2013, os Municípios do semiárido ou em situação de emergência, que, além de receberem um conjunto de retroescavadeira, motoniveladora e caminhão-caçamba, também receberão um caminhão-pipa e uma pá-carregadeira. Esse conjunto de máquinas vem sendo utilizado na recuperação de estradas vicinais e para manutenção e construção de infraestrutura hídrica nos Municípios.

Para 2014 está prevista a entrega de mais 7,8 mil equipamentos, no valor de R\$ 2,4 bilhões. Ao todo, serão 5.061 Municípios atendidos, totalizando 18.073 máquinas. Os processos de licitação, que previram margens de preferência para a indústria nacional, já foram concluídos e todos os contratos com os fornecedores (100% com fábricas no Brasil) já foram efetivados.

a.5) Desenvolvimento Territorial

Em 2013, foram incluídos 74 novos territórios rurais no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), que passou a atender 3.568 Municípios organizados em 239 territórios, sendo 120 Territórios da Cidadania e 119 Territórios Rurais. A meta é abranger, no escopo das políticas de desenvolvimento territorial, 280 territórios rurais até o final de 2015, incluindo aproximadamente 65 milhões de cidadãos nas políticas de desenvolvimento territorial.

Para o apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais (Proinf), em 2013 foram empenhadas 132 propostas no montante de R\$ 83 milhões. A ação abrange obras de infraestrutura rural, ações voltadas à inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda, e de autonomia econômica da agricultura familiar, envolvendo 84 Municípios, cinco Consórcios Intermunicipais e 15 Governos Estaduais.

Em 2013, a matriz do Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi revista com 71 ações de 14 órgãos do Governo Federal, estruturadas em três eixos de atuação: apoio às atividades produtivas, acesso a direitos e cidadania e infraestrutura. O PTC teve recursos da ordem de R\$ 7,13 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões no MDA, e beneficiou 1.852 Municípios. Adicionalmente, a estruturação do Comitê Gestor Nacional e dos Comitês de Articulação Estadual (Caes) em todos os Estados resultou na agenda de instalação e definição de prioridades de atuação.

Ainda foram realizadas as ações de: i) apoio aos 239 Colegiados Territoriais, incluindo a capacitação de 1.604 agentes de desenvolvimento e a elaboração de 152 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); ii) apoio a 86 bases de serviços, com recursos de R\$ 12 milhões; e iii) benefício a 15 mil famílias com ações de combate à pobreza e de apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido, com o projeto Dom Helder Câmara. Foram ainda constituídos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) e 56 territórios, contemplando oito Estados, em parceria com Universidades, com recursos da ordem de R\$ 11 milhões.

a.6) Acesso à Informação e Cultura no Meio Rural

A exposição itinerante *Sentimentos da Terra* já percorreu cidades nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. A mostra conta a história das lutas do povo brasileiro pela terra e por seus direitos. Equipado com tecnologia de informação e





entretenimento de ponta, o caminhão-museu conta com ambientes como salas de cinema, teatro e biblioteca. Para transmitir os conteúdos de forma lúdica e inovadora, a públicos variados, o projeto reuniu o rigor da pesquisa historiográfica a uma linguagem artística acessível.

A Coleção de livros *Camponeses e o Regime Militar* propõe descrever eventos emblemáticos da repressão política no meio rural entre 1962 e 1985. As obras da coleção aproveitam variadas fontes documentais, impressas e audiovisuais, assim como acervos públicos e privados.

No âmbito do Programa Bibliotecas Rurais Arca das Letras, já foram distribuídos dez mil Arcas com dois milhões de livros, beneficiando mais de 1,1 milhão de famílias, em dez anos. Para operacionalizar o Programa, foram capacitados 18 mil agentes de leitura em 2.326 Municípios. Visando levar o acesso ao livro e contribuir para a melhoria dos índices educacionais no País, em 2014 serão implantadas 650 novas bibliotecas.

a.7) Ações de Educação no Campo

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), em 2013, alcançou as seguintes realizações: i) oferta de 29,6 mil vagas para qualificação, com 8,1 mil agricultores familiares matriculados, por meio do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo); ii) capacitação de 4.920 jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica de Ater; iii) atendimento a 11.454 alunos com capacitação no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera); e iv) realizadas chamadas para a residência agrária de dois mil alunos, destinada a egressos de cursos de graduação e a profissionais de assistência técnica, que receberão bolsa, por dois anos, para estudarem e trabalharem nos assentamentos.

a.8) Políticas para as Mulheres Rurais

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) já beneficiou mais de um milhão de mulheres rurais, por meio da realização de mais de cinco mil mutirões desde 2004. O PNDTR é a porta de entrada das mulheres para as políticas de inclusão produtiva. Somente em 2013, foram 1.152 mutirões em 749 Municípios, com 185.286 mulheres atendidas, por meio da emissão de 378.460 documentos. O Programa teve como prioridade o público do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e dos Territórios da Cidadania. O Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais beneficiou mais de seis mil mulheres, com ações voltadas à organização produtiva das mulheres rurais. No que diz respeito à Assistência Técnica e Extensão Rural, foram assistidas 2,4 mil mulheres.

a.9) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O ano de 2014 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional da Agricultura Familiar (Aiaf) em reconhecimento à sua contribuição na produção sustentável de alimentos e para a segurança alimentar, para a erradicação da pobreza e o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio. No âmbito interno, o Governo Federal criou o Comitê Brasileiro para o Aiaf, com a participação de 32 entidades da sociedade civil, que permitirá interação institucionalizada entre Governo e sociedade civil para planejar, propor, promover, articular, organizar e participar das atividades relacionadas ao Ano.

No âmbito da integração regional, os principais destaques de 2013 foram a inauguração na Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) de uma agenda comum sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural, a ampliação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (Reaf) com a incorporação da Venezuela, da Bolívia e do Equador, o início do





funcionamento do Fundo da Agricultura Familiar do Mercosul, e os avanços na implementação dos registros nacionais da agricultura familiar, no Programa Regional de Gênero, de Juventude e de Intercâmbio sobre experiências de compras públicas. Também se destaca o Programa Mais Alimentos Internacional, que combina cooperação para o fortalecimento dos serviços de assistência técnica, intercâmbio sobre políticas agrícolas diferenciadas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas, que começou a ser implementado com Cuba, Zimbábue, Moçambique, Quênia e Gana.

a.10) Plano Brasil Agroecológico

O Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e, para sua implementação, foi elaborado o Plano Brasil Agroecológico pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo). O Plano contém 125 iniciativas, distribuídas em 14 metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos: i) Produção; ii) Uso e Conservação de Recursos Naturais; iii) Conhecimento; e iv) Comercialização e Consumo. O orçamento do plano está previsto para R\$ 8,8 bilhões no período de 2013-2015.

b) Reforma Agrária e Gestão Fundiária

b.1) Assentamentos de Reforma Agrária

Em 2012, visando ao aumento da produção, à sustentabilidade, à superação das condições de pobreza no campo e à integração de políticas públicas, foram traçadas as seguintes estratégias de atuação para os assentamentos: i) integração ao Plano Brasil Sem Miséria (BSM) para os novos assentamentos; ii) combate e construção de alternativas ao desmatamento para assentamentos na Amazônia Legal; e iii) produção e integração à dinâmica territorial da agricultura familiar para os assentamentos em fase de estruturação e consolidação.

No eixo do BSM, 117 mil famílias participaram de ações de inclusão produtiva e de acesso às políticas básicas em 2013. São assentamentos atendidos pelo Bolsa Verde, pelo Fomento às Atividades Produtivas Rurais e que têm prioridade nas ações de busca ativa para CadÚnico, abertura de estradas de acesso aos lotes, contratação de água, luz, habitação, assistência técnica (Ater) e apoio à comercialização. Em 2013 foram beneficiadas 9,3 mil famílias com os recursos do fomento produtivo para desenvolvimento de seus projetos. A meta para 2014 é que 50 mil famílias assentadas e em situação de extrema pobreza venham receber os recursos do fomento produtivo. E o Programa Bolsa Verde já beneficia 30.262 famílias assentadas que passaram a receber um benefício de R\$ 300 a cada três meses. Em 2014, deverão ser incluídas mais dez mil famílias assentadas no Programa.

No âmbito do Programa Água para Todos, que visa suprir demandas por água para consumo humano e produção, em 2013 foi iniciado trabalho técnico, visando beneficiar 32 mil famílias de 575 assentamentos situados na região do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI). Com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), serão investidos aproximadamente R\$ 15 milhões para construção de solução hídrica em assentamentos no Rio Grande do Sul, visando atender a 1.285 famílias. Também foi provido o acesso à água, em 2013, para 2.151 famílias de assentados da reforma agrária com recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As ações de infraestrutura desenvolvidas pelo Incra nos assentamentos da reforma agrária atenderam mais de 500 mil famílias desde 2003, sendo 24.769 famílias atendidas com obras finalizadas em 2013. Foram construídos, de 2003 a 2013, 25.352 km de estradas, sendo 850 km concluídos em 2013. Além disso, foram reformados 40 mil km de estradas no período, sendo 1.193 km em 2013.





As demandas por construção de habitações em assentamentos estão sendo atendidas no Programa Minha, Casa, Minha Vida (PMCMV). A meta é atender 73 mil famílias até o fim de 2014. Das 73 mil famílias com demanda por habitação, identificadas em 2012, cerca de 20 mil já têm investimentos de infraestrutura garantidos pelo Incra e parceiros; mais de 17 mil tiveram a relação de beneficiários entregue oficialmente para as entidades organizadoras do MCMV e 502 famílias já assinaram contratos com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil. Além disso, foram construídas ou recuperadas 10.123 casas em 2013, finalizando as operações com esta finalidade do Crédito Instalação com recursos do Incra, totalizando 473.805 casas construídas ou recuperadas entre os anos de 2003 a 2013.

No eixo da preservação ambiental, em 2013 foi assinado o compromisso entre o Incra e o Ministério Público Federal sobre as ações a serem executadas na Amazônia Legal, integrantes do Programa Assentamentos Verdes, em quatro eixos temáticos: i) valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; ii) recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar; iii) regularização ambiental e fundiária; e iv) monitoramento ambiental.

No eixo de apoio à produção, foram lançadas 19 chamadas públicas de assistência técnica, e está sendo estruturado banco de projetos de agroindústrias em assentamentos para apoio de agências de financiamentos e outros parceiros.

Destaca-se a publicação da Medida Provisória nº 636, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, inclusive nas modalidades habitacionais do Crédito Instalação, que passaram a ter os mesmos parâmetros do Programa Nacional de Habitação Rural. A MP também concede remissão às demais modalidades até o valor de R\$ 10 mil por beneficiário, estabelecendo rebates e descontos para liquidação ou renegociação de valores superiores a este teto. No mesmo sentido, a Portaria Incra nº 352, de 18 de junho de 2013, possibilitou o recolhimento de R\$ 1,9 bilhão de recursos do crédito de instalação que ainda não tinham sido operacionalizados pelas associações de assentados, visando ajuste aos novos procedimentos.

b.2) Obtenção de Terras e Criação de Novos Projetos de Assentamento

Em 2013, foram assentadas 30.359 famílias e criados 139 novos assentamentos, incorporando 316 mil hectares à reforma agrária. Nesse ano, os procedimentos para criação de novos assentamentos e seleção de beneficiários foram atualizados, tendo como principais diretrizes a integração do processo de seleção de beneficiários com o Cadastro Único, sendo que 5% dos lotes nos assentamentos devem ser destinados para a juventude rural, e a definição de parâmetros para desapropriação de terras a partir de estudo da capacidade de geração de renda produtiva do novo assentamento a ser criado. Com essa orientação, foram vistoriados 566 mil hectares em 2013, envolvendo R\$ 7,9 milhões. Foram ainda publicados 100 decretos de desapropriação, com 195 mil hectares, visando beneficiar 4.611 famílias.

b.3) Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é uma ação complementar à reforma agrária. No ano de 2013 entraram em vigor novas regras do Programa, que reduziram as taxas de juros e passaram a garantir assistência técnica aos beneficiários. Mesmo com a reestruturação do Programa junto às unidades técnicas estaduais e ao sistema financeiro, foi possível atender 1,2 mil famílias rurais, financiando mais de 25 mil hectares de terra. Essas ações implicaram investimentos de R\$ 69 milhões, em aquisições de terras e em infraestrutura coletiva e individual, necessária para a fixação das famílias no campo. Para 2014, a meta é atender seis mil novas famílias.





b.4) Governança Fundiária

Em 2013 foram certificadas 18.713 propriedades particulares em todo o País, acréscimo de 94% em relação ao ano de 2012. As emissões de certificados abrangem uma área de 24 milhões de hectares, quase 400 mil hectares a mais do que foi verificado em 2012.

Em decorrência de aperfeiçoamentos nos sistemas informatizados, foram alcançados os seguintes resultados no que se refere ao cadastro rural:

- Disponibilizadas para consulta ao público, no site: www.acervofundiario.gov.br, os registros cadastrais de 5,5 milhões de imóveis rurais do País;
- Desenvolvido o novo Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), que permite a certificação, pela Internet, do perímetro georreferenciado das propriedades rurais, conferindo mais agilidade, transparência e segurança aos processos; e
- Atualizado o acervo fundiário com a implantação do conversor de coordenadas certificadas.

Para 2014 será implementada a Declaração Eletrônica de Proprietário (e-DP), para a inscrição ou atualização de dados por proprietários rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que permitirá atualização de dados cadastrais sem burocracia e deslocamentos.

b.5) Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Foi realizado em 2013 o georreferenciamento de 35.133 ocupações e glebas correspondentes a uma área de 7,6 milhões de hectares, e tituladas 5.002 famílias com a área rural área de 295 mil hectares, por meio do Programa Terra Legal Amazônia.

Esses resultados, somados aos acumulados em anos anteriores, permitiram a identificação de mais de 88 mil ocupações e glebas, correspondentes a uma área de 20,7 milhões de hectares. Desde 2009, o Terra Legal entregou títulos rurais para 8.412 famílias, em uma área de 544 mil hectares, e doou 260 perímetros urbanos para 62 Municípios, em uma área correspondente a 17,5 mil hectares.

Para o ano de 2014, está prevista a consolidação do módulo de georreferenciamento do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), que entrou em operação em 2013, e permitirá a automatização dos principais procedimentos operacionais do Terra Legal, agilizando seu funcionamento.

b.6) Mediação de Conflitos Agrários

Os trabalhos da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (CNVC) resultaram, desde 2006, na especialização dos órgãos agrários. Estão em funcionamento no País: oito Varas Agrárias Federais; 12 Varas Agrárias Estaduais; 19 Promotorias Agrárias Estaduais; 15 Delegacias de Polícia Civil Agrárias; 16 Polícias Militares Agrárias; 27 Ouvidorias Agrárias Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); nove Ouvidorias Agrárias em Unidades Avançadas do Incra; duas Ouvidorias Agrárias Estaduais; e 15 Defensorias Públicas Agrárias Estaduais.

Entre os resultados obtidos, destaca-se o fato de que 18 Tribunais de Justiça expediram orientações para que os magistrados ouçam o Ministério Público, o Incra e os Institutos de Terras antes de decidirem acerca de pedidos liminares de reintegração de posse de imóveis rurais em litígios coletivos. Tais ações vêm contribuindo para a redução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários, sendo que em 2012 esse número foi de 11 homicídios e em 2013 foram registradas cinco mortes decorrentes de conflitos agrários.





8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

A construção participativa de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada a partir de um amplo debate sobre o futuro que se deseja para o País e os meios para alcançá-lo, representa um amplo esforço de retomada da importância do planejamento no País.

A superação das desigualdades regionais e a erradicação da miséria em todo território nacional exigem um esforço sinérgico de todas as esferas de governo. Nesse intuito, foram constituídos nove Grupos de Trabalho Interministeriais, com a finalidade de estabelecer Pactos de Metas conjuntas no campo de atuação de cada pasta para a implementação da PNDR, encerrando 2013 com 14 ministérios parceiros.

Para monitorar, avaliar e garantir o controle social da PNDR e da dinâmica regional brasileira, foi lançado, em março de 2013, o Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR) no *site* www.odr.integracao.gov.br. Trata-se de um sistema de informações geográficas disponível à sociedade, que conta com um rol de mais de 405 indicadores obtidos junto a fontes oficiais do Governo e do setor privado, que engloba dimensões relevantes do desenvolvimento regional. Para 2014, prevê-se o aprimoramento da ferramenta, com a incorporação de soluções que visem aperfeiçoar o monitoramento e o controle das ações governamentais.

Em 2013 foram realizadas as seguintes ações: i) implementada a primeira fase do Programa de Capacitação, Formação e Divulgação do tema desenvolvimento regional e da Política Regional (Proregio); ii) publicada a Coletânea da *Revista Política e Planejamento Regional*, com 18 artigos técnico-científicos; e iii) apoio a 20 projetos do Programa Pro-Integração, com a finalidade de disponibilizar bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado e doutorado-sanduíche) a projetos de pesquisa em desenvolvimento regional de Instituições de Ensino Superior.

Foi procedida, ainda, a outorga da segunda edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional – homenagem a Rômulo de Almeida, com o destaque para os oito projetos vencedores, de um total de 701 propostas apresentadas, e realizado o Seminário Internacional *Política Regional no Contexto Global: situação atual e perspectivas*.

Além disso, foi lançada, em 2013, a Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional. Com a presença de representantes de 13 países latino-americanos, a reunião da Rede representa a congregação de esforços de instituições e países latino-americanos em torno do desenvolvimento regional, de forma a possibilitar soluções conjuntas, intercâmbio e produção de informações sobre a temática.

No âmbito do Programa Água para Todos, que visa promover o acesso à água em áreas rurais para famílias em situação de vulnerabilidade social, aproximadamente 120 mil famílias foram beneficiadas, no ano de 2013, com a instalação de 92 mil cisternas de consumo e a construção de 329 sistemas coletivos de abastecimento, 436 pequenas barragens, 181 poços e distribuição de 647 kits de irrigação. Ainda no que se refere a 2013, recursos no valor de R\$ 1,4 bilhão investidos no Programa propiciaram a contratação de 117 mil cisternas de consumo, 2,2 mil sistemas de abastecimento e poços, 2 mil kits e sistemas de irrigação e 1,2 mil pequenas barragens e barragens subterrâneas, o que beneficiará, aproximadamente, mais 250 mil famílias nos Estados do Nordeste, Minas Gerais, Amazonas, Goiás e Rondônia.

Desde a criação do Programa, em 2011, aproximadamente 350 Municípios dos Estados de Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Minas Gerais, Ceará, Piauí e Amazonas já foram beneficiados com a instalação de 137 mil cisternas de consumo e a construção de 329 sistemas coletivos de abastecimento, 466 pequenas barragens, 181 poços e distribuição de 647 kits de irrigação, o que beneficiou aproximadamente 167 mil famílias. O recurso total investido chega a R\$ 2,4 bilhões.





Para 2014, prevê-se a disponibilização de mais R\$ 1,5 bilhão, o que propiciará a celebração de Termos de Compromisso e Termos de Cooperação para a aquisição e instalação de aproximadamente mais 110 mil obras e equipamentos de acesso à água, tanto para consumo humano quanto para a pequena produção agrícola e alimentar.

Em relação aos Planos de escala sub-regional, o Governo Federal fomentou, por meio de sua representação, os trabalhos do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu — colegiado responsável pela articulação das políticas públicas nas três esferas de governo e pela definição de projetos de desenvolvimento sustentável financiados por recursos do empreendedor da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em 2013, definiu-se a aplicação de R\$ 40 milhões em 70 projetos em benefício de mais de 400 mil pessoas que habitam 11 Municípios no entorno da Usina. O esforço de 2013, somado ao realizado desde 2011, já resulta no apoio a 135 projetos, em sua maioria propostos por organizações da sociedade e prefeituras, representando investimentos no montante de R\$ 90 milhões. Para o próximo triênio, prevê-se a aplicação de mais R\$ 160 milhões.

Em 2013, foi instituída a Coordenação Executiva do Arquipélago do Marajó, com o objetivo de articular e potencializar as ações governamentais por meio da Agenda de Desenvolvimento do Marajó e de seu Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, dentre outras ações.

A Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) finalizou a instalação dos 11 Núcleos Estaduais de Fronteira ao longo de 2013. Os Núcleos visam à integração econômica, política, cultural e social para o enfrentamento dos problemas regionais.

Em 2013, foram apoiados 56 projetos com a aplicação de mais de R\$ 184 milhões para o apoio às Rotas de Integração Nacional, que são redes de Arranjos Produtivos Locais (APLs) setorialmente interligados que promovem a inovação, a diferenciação, a competitividade e a lucratividade dos empreendimentos associados, mediante o aproveitamento das sinergias coletivas e a ação convergente das agências de fomento.

Na Rota do Mel, o Governo apoiou quatro mil beneficiários diretos, proporcionando o aprimoramento da produção e a inserção mercadológica, mediante distribuição de *kits* de produção apícola, capacitação de produtores e estruturação de unidades de beneficiamento de mel.

A estruturação da Rota do Cordeiro contou com benefícios diretos a cerca de 1,5 mil produtores de carne e leite distribuídos nos Estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. Além disso, o acordo de cooperação firmado em 2013 com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Caprinos e Ovinos) beneficiará todo o Nordeste semiárido com a geração de tecnologias para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura na região. As ações serão executadas até o ano de 2015.

Na Rota da Fruta, foram apoiados nove mil produtores nos Estados do Acre, Pará, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Piauí. O Estado do Amazonas, na região do Alto Solimões, recebeu apoio da Rota do Peixe, visando atender a 2,5 mil beneficiários diretos. Na região Nordeste, a Rota do Peixe atendeu a quase seis mil beneficiários.

Dois ações se destacam como resposta à estiagem que assolou a região semiárida: os Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Mandiocultura (Reniva) e da Palma Forrageira (Repalma) que, por meio da implementação de uma rede de multiplicação e distribuição de manivas-semente de mandioca e de palma forrageira, com qualidade genética e fitossanitária, para agricultores familiares das regiões produtoras do Nordeste, beneficiaram cerca de 25 mil produtores.

Em 2014, a estratégia é aprofundar as ações em andamento e ampliar a atuação das Rotas de Integração Nacional para outros Estados, com investimentos em capacitação, inovação e estruturação dos APLs prioritários.





Os financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) vêm possibilitando a melhoria na qualidade de vida dos habitantes dessas regiões e têm contribuído para a geração de novos postos de trabalho, incremento das produções regionais, arrecadação de tributos e redução do êxodo rural. De janeiro a novembro de 2013, foram aplicados por esses Fundos o montante de R\$ 17,6 bilhões, resultando na contratação de mais de 570 mil operações.

Na Região Centro-Oeste, foram aplicados pelo FCO R\$ 4,2 bilhões até novembro de 2013, com primazia para o setor rural, que obteve mais de 45,2% das aplicações do Fundo no período. Os segmentos de menor porte também foram destaque nas contratações do FCO, absorvendo 78,2% desses financiamentos.

Na região Nordeste com recursos do FNE foram aplicados R\$ 10,2 bilhões até novembro de 2013, tendo o setor rural absorvido mais de 45% desse montante, seguido do comércio e serviços com 30%. Os segmentos de menor porte, que são prioritários, absorveram mais de 55% dos recursos aplicados. Já o FNO financiou na região Norte R\$ 3 bilhões até novembro de 2013, sendo 44% para o setor rural e 45,4% para os setores de turismo, comércio e serviços.

Em face do prolongamento da seca na região Nordeste e das enchentes e enxurradas na região Norte, foram prorrogadas as linhas de crédito especiais do FNE até dezembro de 2013 e do FNO até maio do mesmo ano, destinando R\$ 3,8 bilhões aos produtores rurais e empreendedores prejudicados, dos quais R\$ 3,45 bilhões para o Nordeste e R\$ 350 milhões para o Norte.

Ainda em apoio aos produtores rurais afetados pela seca na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram oferecidas medidas para renegociação, prorrogação e liquidação de operações de crédito rural originalmente contratadas com recursos do FNE e outras fontes. Essas medidas permitiram a renegociação, até novembro de 2013, de 115 mil contratos no total de R\$ 1,3 bilhão.

Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO) estão entre os principais instrumentos de promoção do desenvolvimento regional no Brasil com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em infraestrutura, empreendimentos produtivos, dentre outros. Atualmente, participam do financiamento de grandes empreendimentos geradores de empregos, impostos e renda em diversos Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os Fundos de Desenvolvimento passaram a operar de maneira uniformizada após a publicação, em 2012, dos novos regulamentos do FDA e do FDNE e do Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, que regulamentou o FDCO. Destaca-se também a publicação da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.265, de 30 de setembro de 2013, que definiu os critérios, condições, prazos e remuneração das instituições financeiras oficiais federais nos financiamentos contratados com recursos do FDCO.

Por sua vez, os incentivos e benefícios fiscais visam estimular a formação de capital fixo e social nas regiões da Amazônia e Nordeste, com vistas à geração de emprego e renda. São concedidos a empresas dessas regiões para atender a empreendimentos que se instalem, ampliem, modernizem ou diversifiquem sua produção em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Em 2013, foi aprovada a consolidação do regulamento comum às regiões da Amazônia e do Nordeste, por meio da Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 283, de 04 de julho de 2013, contemplando os incentivos concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

Apresentam-se, a seguir, as operações contratadas e as programações dos Fundos Constitucionais de Financiamento nos exercícios de 2011 a 2014 e as dotações orçamentárias e as contratações dos Fundos de Desenvolvimento no mesmo período.



**Fundos Constitucionais de Financiamento (Programações Anuais X Realizado)**

R\$ milhão

ANO	FCO		FNO		FNE	
	PROGRAMADO	CONTRATADO	%	PROGRAMADO	CONTRATADO	%
2011	4.631	5.547	120	3.465	1.869	54
2012	4.974	5.861	118	4.020	4.283	107
2013(*)	5.382	4.210	78	4.650	3.273	70
2014	5.155	-	0	5.400	-	0
				9.900	11.091	112
				11.500	11.970	104
				11.500	10.162	88
				13.100	-	0

Fonte: Bancos Operadores.

Nota: (*) Informações até novembro de 2013.

Fundo de Desenvolvimento Regional (LOA/OGU X Realizado)

R\$ milhão

ANO	FDCO		FDNE		FDA	
	LOA/OGU	REALIZADO	%	LOA/OGU	REALIZADO	%
2011	(*)	(*)	(*)	1.784	1.784	100
2012	87,0	0,00	0,00	2.005	2.005	100
2013	1.434	1.434	100	2.022	2.022	100
2014	1.103	-	-	2.022	-	-
				1.189	1.189	100
				1.397	1.178	84
				1.398	1.398	100
				1.398	-	-

Fonte: Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Nota: (*) FDCO foi regulamentado em de 2013.





b) Segurança Hídrica e Obras Estruturantes para Abastecimento de Água

Em 2013 foram aplicados R\$ 1,1 bilhão para execução de empreendimentos que objetivam ampliar a oferta de água e induzir o desenvolvimento econômico, que integram o PAC Recursos Hídricos. Tais recursos permitiram concluir as obras do Sistema Adutor de Piaus (PI) e da Barragem Figueiredo (CE); iniciar a 2ª etapa do Trecho III e o Trecho IV do Canal do Sertão Alagoano (AL), o Trecho I do Cinturão das Águas do Ceará (CE); os Trechos I e II do Sistema Adutor Vertente Litorânea Paraibana (PB), a Etapa I e a 1ª fase da Etapa II da Adutora do Agreste (PE), a Barragem Ingazeiras (PE), a Barragem Oiticica (RN) e, também, dar continuidade à implantação do Trecho V do Eixão das Águas (CE), da 1ª Etapa da Adutora Pajeú (PE), da 2ª etapa da Adutora do Algodão – extensão Caetitê da Barragem de Atalaia (PI) e do projeto de Múltiplos Usos Jequitaiá (MG), dentre outras obras, beneficiando aproximadamente 815 mil habitantes.

Para 2014, estão previstos aproximadamente R\$ 3,9 bilhões para o Programa Oferta de Água, com vistas a dar continuidade aos empreendimentos em andamento, bem como concluir o Sistema Adutor Jacobina (BA), o Sistema Norte de Minas (MG), a 1ª etapa do Sistema Siriji (PE); a 3ª fase da 2ª etapa da Adutora do São Francisco (SE), a Barragem de Atalaia (PI), a 2ª etapa das Adutoras do Pajeú (PE/PB) e do Algodão (BA) – Trecho Caetitê – Maniaçu, dentre outros.

No âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que atenderá aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, foram aplicados, em 2013, R\$ 950,40 milhões na execução das obras dos Eixos Norte e Leste. Encontram-se concluídos 185 km de canal, 95 km do Eixo Leste e 90 km do Eixo Norte; o Canal de Aproximação e o Reservatório Tucutu no Eixo Norte, o Canal de Aproximação, o Reservatório Areias no Eixo Leste e a escavação do Túnel Cuncas II. Atualmente, todos os lotes de obras dos dois eixos estão licitados e mobilizados. Encontram-se em construção as vilas produtivas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras.

Para 2014, está prevista a aplicação de 1,5 bilhão, destinado ao Pisf, para conclusão da captação no Reservatório de Itaparica até o Reservatório Areias e início das obras dos Ramais de Entremontes, Agreste e Apodi, além da recuperação de reservatórios estratégicos ao funcionamento do Empreendimento, dentre outras intervenções. Ações de caráter social fazem parte desse complexo, como a construção de 697 casas para comunidades indígenas e quilombolas, melhoramentos em outras 841 casas e em cinco postos de saúde, para beneficiar três mil famílias. Além disso, está prevista a construção de 17 vilas produtivas rurais para assentamento de 768 famílias afetadas pelo Projeto. Dar-se-á, também, prosseguimento à construção das vilas produtivas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão a 314 famílias. Está previsto, ainda, o início da construção das vilas Ipê, Retiro, Bartolomeu, Quixeramobim, Lafaiete, Irapuá e Jurema, que atenderão a 294 famílias e, também, a construção de 106 casas para as populações quilombolas.

Com relação às ações de saneamento básico executadas no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, em 2013, foram concluídos seis sistemas de esgotamento sanitário nos Estados de Minas Gerais, Maranhão e Piauí, beneficiando quase 47 mil pessoas, a remediação do lixão do Município de Juazeiro, no Estado da Bahia, e sistemas simplificados de abastecimento de água, beneficiando 15 comunidades rurais de Municípios dos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe. Para 2014, está prevista a construção de mais 44 sistemas de esgotamento sanitário, que deverão beneficiar, aproximadamente, 700 mil habitantes e a conclusão de um aterro sanitário em Alagoas, que atenderá a 12 Municípios.

No tocante à macrodrenagem, em 2013, foram dispendidos R\$ 8,76 milhões em sistemas de drenagem e recuperação e canalização de córregos, voltados para as obras inseridas no PAC, o que permitiu a continuidade de diversos projetos nas localidades de Blumenau/SC e Joinville/SC, levando benefícios a aproximadamente 837 mil habitantes.





Para o setor de irrigação, a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, definiu diretrizes e uma série de medidas e instrumentos objetivando incentivar a ampliação da área irrigada e o aumento da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis. Esse novo marco legal incorporou importantes avanços para o setor de irrigação no País, o que resultou no desenvolvimento de diversas ações.

Em 2013, concluiu-se o primeiro módulo do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (Sinir), que consolidará dados sobre os projetos públicos de irrigação existentes no País. O Sistema agrega, também, informações gerais dos projetos, tais como, vias de acesso, localização geográfica, área irrigável, área irrigada por método e sistema de irrigação, principais culturas exploradas, valor bruto de produção, organização de produtores e cooperativas existentes no projeto. O sistema auxiliará os gestores públicos e os produtores irrigantes na coleta, no processamento, no armazenamento e na recuperação de informações e suprirá a carência de dados acerca da produção agrícola irrigada no Brasil. Para 2014, está previsto o desenvolvimento de dois módulos adicionais: o Sistema de Cadastro de Irrigantes dos Projetos Públicos de Irrigação (Sicagippi) e o Sistema de Suporte de Monitoramento e Operação dos Projetos Públicos de Irrigação (Sismoppi).

No exercício de 2013, foram investidos em projetos de irrigação recursos da ordem de R\$ 139,6 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, como os realizados nos Perímetros de Irrigação Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte; Tabuleiro de Russas, Baixo Acaraú e Araras Norte, no Ceará; Tabuleiros Litorâneos, Platôs de Guadalupe e Marrecas/Jenipapo, no Piauí; Salitre e Baixio de Irecê, na Bahia e Nilo Coelho e Pontal, em Pernambuco.

Para o ano de 2014, estão previstos investimentos de R\$ 589,16 milhões, com destaque para a implantação dos Perímetros de Irrigação Jonas Pinheiro (1.296 hectares), no Mato Grosso; Rio Formoso (28 mil hectares), em Tocantins; Pontal Sul (3.683 hectares), em Pernambuco e a 1ª etapa do Baixio de Irecê (5.308 hectares), na Bahia. Além disso, está prevista a continuidade e a ampliação dos investimentos nos Perímetros de Santa Cruz do Apodi (4.024 hectares), no Rio Grande do Norte; Tabuleiros de Russas (3.101 hectares), no Ceará; Tabuleiros Litorâneos e Marrecas/Jenipapo (5.985 hectares), no Piauí; 2ª etapa do Salitre (6.179 hectares) e 2ª etapa do Baixio de Irecê (12.225 hectares), na Bahia; Jacaré-Curituba (802 hectares), em Sergipe e a reabilitação dos perímetros de Nilo Coelho e Bebedouro, em Pernambuco e Gorutuba, em Minas Gerais, dentre outros.

No exercício de 2013, foram investidos no âmbito do PAC Prevenção – Seca R\$ 153,26 milhões, destacando-se o início de vários empreendimentos: recuperação do Sistema de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira, em Alagoas; execução dos Sistemas de Abastecimento de Campo Alegre de Lourdes, na Bahia; Sistemas de Abastecimento de Boqueirão, Congo – Etapa III, Natuba, Camalaú e Pocinhos, além da Barragem Pitombeiras e da Adutora Aroeiras, na Paraíba; ampliação da Adutora Redenção e do Sistema Cabrobó e reforço no Sistema de Abastecimento de Itaíba-Tupanatinga, em Pernambuco; recuperação da Adutora do Garrincho, Sistema Padre Lira, Sistema de Abastecimento de Bocaina-Piauí II e Barragens Tinguís e Pedregulho, no Piauí; e Sistemas de Abastecimento Alto Sertão, Sertaneja e Tomar do Geru, em Sergipe.

Para o ano de 2014, está previsto investir R\$ 433,7 milhões, com destaque para a conclusão das seguintes obras: Sistemas de Abastecimento em Casa Nova e Muquém do São Francisco, na Bahia, e Várzea da Palma e complementação da Barragem de Mato Verde, em Minas Gerais; Barragem Germinal, Adutora de Alto Santo, Ações de Abastecimento em Comunidades do Eixão das Águas e Recuperação da Adutora de Hidrolândia-Irajá, no Ceará; Sistemas de Abastecimento Boqueirão, Congo – Etapa III, Natuba, Camalaú e Retiro, Barragem Pitombeiras e Adutora Aroeiras, na Paraíba; ampliação da Adutora Redenção e do Sistema Cabrobó, reforço no Sistema de Abastecimento de Itaíba-Tupanatinga, recuperação da Adutora Amaraji e Adutoras Santa Cruz da Baixa Verde e Inhumas, em Pernambuco; Subadutora Governador Dix-Sept Rosado e ampliação do Sistema de Abastecimento de Pendências-Macaú-Guamaré-Baixa do Meio, no Rio Grande do Norte; recuperação da Adutora do Garrincho, Sistema Padre Lira e Sistema de Abastecimento Bocaina-Piauí II, no Piauí; e ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) Sertaneja, em Sergipe.





c) Gestão de Riscos e Respostas a Desastres

Em 2013, as ações de proteção e defesa civil foram direcionadas principalmente para a prevenção de riscos e desastres e para o fortalecimento da capacidade de respostas dos Municípios que se encontram em áreas de risco.

Nesse sentido, está em realização o levantamento de dados e a análise da vulnerabilidade a desastres naturais com o objetivo de elaborar mapas de risco a inundações e movimentos de massa e apresentar propostas de intervenções para prevenção de desastres em 821 Municípios prioritários. Para alcance desse objetivo, universidades e empresas são contratadas para realização de levantamentos de campo e elaboração de mapas de riscos baseados em mapeamentos geológicos e hidrológicos da Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM). O produto desses levantamentos é fundamental para a gestão dos riscos e para atuação dos gestores públicos, em cooperação com a sociedade civil organizada, na redução dos riscos de movimentos de massa e inundações. Em 2013, a CPRM mapeou 264 Municípios. Espera-se mapear todos os 821 Municípios prioritários até o final de 2014. Adicionalmente, no âmbito do Ministério da Integração foram contratados os serviços para realização de mapeamento de 205 Municípios, sendo que 33 foram mapeados no decorrer de 2013.

Em 2013, foi desenvolvido também o projeto de Mapeamento e Monitoramento Hidroclimático e Ambiental aplicado à prevenção de riscos e desastres, com a elaboração de Boletins de Alertas diários, com antecedência de sete a 15 dias, para os Municípios priorizados nas Bacias do Araguaia-Tocantins, Xingu, Tapajós, Jari e Acre, abrangendo os Estados do Acre, Amapá, Pará e Amazonas. Também foi desenvolvido o protótipo do Sistema de Alerta por mensagem via celular móvel em tempo real para as coordenações estaduais e municipais das áreas priorizadas, objetivando ações de preparação e prevenção aos Municípios da região.

Com o objetivo de dar maior transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil, em 2013, foi implementada a primeira etapa do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Atualmente todos os processos de reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública ocorrem por meio eletrônico, possibilitando a consulta a informações sobre ocorrências e a gestão de riscos e desastres com base em fonte de dados oficial e confiável. Para 2014, os processos de resposta e de reconstrução também serão realizados de forma eletrônica, garantindo maior eficiência para a Defesa Civil Nacional.

Ressalta-se ainda o projeto de fortalecimento das Defesas Civas Locais, mediante a doação de equipamentos necessários a assegurar uma estrutura mínima de funcionamento às defesas civis municipais, como um veículo de tração 4 x 4, aparelhos de GPS (Sistema de Posicionamento Global) e máquinas fotográficas digitais. As localidades foram selecionadas entre 286 Municípios prioritários com histórico de desastres e escolhidos a partir de critérios que levaram em conta o número de óbitos, a recorrência de eventos e o número de desalojados e desabrigados. Até o final de 2013, 91 Municípios receberam os veículos. Os demais itens serão enviados no decorrer de 2014.

Foram realizados eventos como oficinas e simulados para preparação de desastres, além da realização do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Civil, dentre outras ações de capacitação, de forma a contribuir para criação de consciência de prevenção de riscos entre as comunidades. Em 2013, foram capacitados 11 mil colaboradores, dos quais 3,9 mil foram instruídos por meio de simulados em 19 unidades da Federação. Para 2014 espera-se chegar a 14 mil capacitados.

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC) é um meio de pagamento específico para ações de defesa civil, que proporciona mais agilidade, controle e transparência na liberação dos recursos, possibilitando a abertura de conta-corrente previamente à ocorrência de desastres. Hoje, as contas bancárias dos Municípios para recebimento de recursos de socorro e assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais podem ser abertas de forma direta, por iniciativa do ente beneficiário ou de forma indireta, por iniciativa do Governo Federal. Nesse caso, caberá ao Município que possua conta aberta encaminhar-se a





uma agência do Banco do Brasil para formalização da conta bancária por meio da apresentação, pelo Prefeito ou representante, de documentos pessoais e da assinatura do contrato para recebimento do cartão e posterior utilização. A transparência do processo é garantida por meio da publicação dos gastos no Portal da Transparência.

A universalização da implantação do CPDC possibilita a sua disponibilização a todos Municípios, garantindo atendimento mais ágil nas situações emergenciais. De um total de 1.906 Municípios que já possuem o CPDC, 1.437 Municípios foram cadastrados no ano de 2013. Por meio da utilização do CPDC, em 2013, foram destinados R\$ 282,5 milhões a 16 Estados e R\$ 37,7 milhões a 31 Municípios, totalizando R\$ 320,2 milhões para execução de ações de resposta. Até o final de 2013, já tinham sido abertas 2.381 contas para o recebimento de recursos para ações de defesa civil.

Em 2013, a Defesa Civil Nacional e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) firmaram parceria para criar os Estoques Estratégicos de Assistência Humanitária. A medida vai atender pessoas atingidas por desastres em todo o Brasil. Os centros de distribuição armazenarão *kits* de limpeza, higiene pessoal e alimentos, além de garrafas de água mineral e *kits* dormitório, que podem atender até cinco pessoas de uma mesma família. Cada região do País contará com um centro e os Correios serão os responsáveis por transportar e armazenar os materiais. Inicialmente, os estoques estão sendo instalados em Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Recife/PE e Brasília/DF devido à localização estratégica para atendimento de outros Municípios.

Outras ações de prevenção foram articuladas com diversos órgãos federais para prevenir desastres provocados por inundações e deslizamentos. Nesse sentido, em 2013, foram disponibilizados R\$ 214,86 milhões para diversas obras de contenção de erosão fluvial no Estado do Amazonas e do Rio de Janeiro, para elaboração de Plano Diretor de Drenagem da Bacia Hidrográfica do Mearim e Bacanga, no Maranhão, para estudos hidráulicos e hidrológicos nas porções das bacias dos rios Doce, Itabapoana e Paraíba do Sul, em Minas Gerais, para construção de barragens voltadas para a contenção de enchentes nos Estados de Pernambuco, Piauí e Santa Catarina. Para 2014, estão previstos investimentos de R\$ 431,7 milhões, com destaque para o início das obras nos Estados de Santa Catarina, Piauí e Rio de Janeiro, bem como a continuidade das obras no Estado de Pernambuco e do Amazonas.

Também em 2013 deu-se continuidade às iniciativas de prevenção ao risco, especialmente por meio do apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas e do apoio aos sistemas de drenagem urbana sustentável e ao manejo de águas pluviais.

Sobre a prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, em 2013, deu-se continuidade à seleção de Municípios mais críticos, tendo sido contratados cinco novos empreendimentos, contabilizando um total de 154 operações com um investimento de R\$ 2,2 bilhões.

No final de 2013, 84 operações estavam em andamento, envolvendo a execução de obras, projetos e planos, o que representa 55% do número de operações e 27% dos recursos financeiros contratados.

A tabela a seguir indica o total de investimentos contratados do PAC relativos à contenção de encostas, identificados por ano de seleção:





Investimento contratados relativos à contenção de encostas (Em R\$ milhões)

2011	2012	2013
R\$ 595,29	R\$ 1.429,76	R\$ 202,89

Fonte: Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU).

Ainda no campo da prevenção de desastres naturais, estão sendo elaboradas 30 cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana, instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do Município, seus setores seguros para ocupação.

Em relação aos novos instrumentos de planejamento urbano, como os planos de expansão e os planos de desenvolvimento urbano integrado, foram estabelecidas parcerias internacionais para viabilização dos trabalhos. Em junho de 2013 foi firmado acordo, com 4 anos de duração, com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), para a realização de uma metodologia de planejamento territorial para áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais e, em parceria com a ONU-Habitat, está sendo elaborada a metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, sendo que as metas do Programa Executivo com a Agência serão finalizadas em 2015.

Em cumprimento a dispositivos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, estão em processo de licitação recursos humanos e materiais necessários à implementação do sistema de monitoramento da ocupação urbana, cujo objetivo é fornecer aos Municípios um instrumental para apoiar a gestão da ocupação do solo em áreas de risco e suscetibilidade ou de fragilidade ambiental, com vistas à mitigação de desastres naturais em áreas urbanizadas. O sistema estará em funcionamento no 1º semestre de 2014.

O Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), responsável pelo monitoramento de chuvas em áreas de risco, vem se aprimorando com a estruturação da rede de observação de desastres naturais. Em 2013, mais de 900 pluviômetros automáticos foram instalados e a expectativa é de que mais três mil unidades sejam montadas até o final de 2014, em áreas de encostas com riscos de deslizamentos e em localidades sujeitas a inundações e enxurradas. Em 2013, dois radares foram instalados para monitorar as chuvas no País. Até o final de 2014, espera-se que os nove radares meteorológicos estejam instalados e em operação.

A nova rede de plataforma de coleta de dados pluviométricos instalada pelo Cemaden ganhou, em 2013, um novo componente, com a assinatura de termos de parcerias entre o Governo e duas operadoras de telefonia celular que preveem a instalação de pluviômetros automáticos em torres de telefonia (estações rádio base – ERBs). Os dados coletados pelos instrumentos são enviados à plataforma de monitoramento do Cemaden e ajudarão na prevenção dos desastres naturais. Até o fim de 2013, foram monitorados cerca de 450 Municípios em todo o Brasil. Em 2014 a meta é chegar a mais de 800 Municípios monitorados.

O *Atlas de Vulnerabilidade a Inundações*, concluído em 2013, é um diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos principais rios das Bacias Hidrográficas brasileiras. Contém informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais como sistemas de alerta e mapeamento de riscos. Além de possuir caráter informativo para a sociedade, o Atlas visa subsidiar a alocação mais adequada dos recursos públicos. O Atlas está disponível para *download* em www.ana.gov.br e no Portal Observatório das Chuvas, em www.brasil.gov.br/observatoriodaschuvas/index.html.





Outra ação em andamento na prevenção de eventos hidrológicos críticos é a implantação de Salas de Situação nos Estados, por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Até o momento, estão implantadas Salas de Situação em 24 Estados. As Salas de Situação são centros de sistematização de informações, com estrutura e corpo técnico adequados, permitindo seu compartilhamento entre as duas esferas de gestão – União e Estados. A descentralização das informações possibilita a tomada de decisão em nível local, reduzindo o tempo de resposta.

Quanto às ações pós-desastre, destaca-se o Auxílio Emergencial Financeiro, conhecido como Bolsa Estiagem. Trata-se de um suprimento financeiro a agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que vivam em Municípios em situação de emergência ou calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal. Devem possuir renda familiar mensal média de até dois salários mínimos, estar inscritos no Cadastro Único e não podem ter aderido ao Programa Garantia Safra. Por intermédio do Bolsa Estiagem, cada produtor recebe um auxílio mensal de R\$ 80, benefício estendido até abril de 2014. Em 2013 foi disponibilizado o montante aproximado de R\$ 1,07 bilhão.

Com o objetivo de garantir a entrega efetiva de água de qualidade à população assolada pela seca, a Operação Pipa teve gasto médio mensal, em 2013, de R\$ 54 milhões. Para fiscalização, foi contratada empresa para rastreamento em tempo real dos veículos da operação. Assim, é possível ter conhecimento de onde está sendo coletada a água e onde está sendo entregue, contribuindo para a efetividade do Programa. Durante o ano de 2013, estiveram em operação uma média de 4,8 mil carros-pipa por mês.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

Visando a um meio ambiente equilibrado e benefícios múltiplos para a sociedade, o Governo, em 2013, deu continuidade ao desenvolvimento de políticas públicas que priorizaram a gestão de resíduos sólidos; a prevenção e o combate ao desmatamento da Amazônia Legal; a ampliação do processo de regularização ambiental rural; e o planejamento do uso e da ocupação do território nacional, entre outros desafios.

Nesse sentido, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), criado pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, constitui-se em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. Em 2013, foi finalizada a construção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que integrará informações ambientais dos imóveis rurais de todo o território nacional. O módulo de inscrição encontra-se disponibilizado a todos os Estados mediante acordo de cooperação.

O reconhecimento do território como objeto central para orientar uma ação pública coordenada é requisito fundamental na condução das políticas públicas contemporâneas. O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), alinhado aos princípios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), agrega a base ambiental ao planejamento do uso e ocupação do território nacional, de acordo com suas potencialidades e limitações, ampliando, assim, a escala de abrangência das ações governamentais.

a) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

a.1) Bioma Amazônia

O monitoramento da Amazônia brasileira por satélites é fundamental para entender a dinâmica do desmatamento e das queimadas e para a formulação das políticas públicas para o bioma. Em 2013, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais



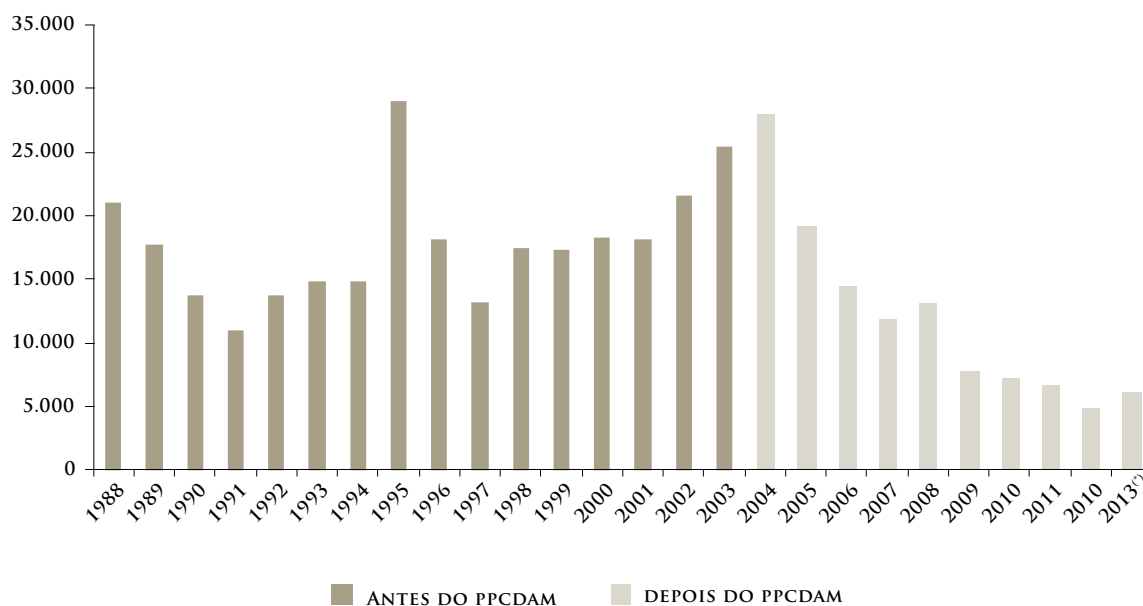


(Inpe) manteve operação regular dos seus principais sistemas: Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes), Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e Sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (Degrad).

A principal inovação foi o chamado *Deter AWiFS*, novo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real, baseado em imagens do sensor *AWiFS* a bordo do satélite indiano *Resource Sat 1*. O grande diferencial desse novo sistema é permitir o mapeamento de desmatamentos acima de três hectares (frente aos 25 hectares do sistema atual) e distingui-los entre corte raso e degradação florestal.

No âmbito das realizações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), destaca-se que a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal, em 2013, foi estimada em 5.843 km², segunda menor taxa da história. Esse dado, quando comparado ao de 2004, 27.772 km², significa uma redução de 79%, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Taxa de desmatamento na Amazônia Legal (km²) medida pelo Prodes – Série Histórica do Desflorestamento (corte raso) na Amazônia Legal



Fonte: Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Elaboração: Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento/Ministério do Meio Ambiente.

Nota: (*) Estimativa

Ainda em relação às ações do PPCDAM, destaca-se a criação da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, em 4 de setembro de 2013. Essa iniciativa visa dar celeridade à destinação de terras públicas federais nessa região – 59 milhões de hectares, dos quais 39 milhões são áreas com floresta, mais suscetíveis ao desmatamento ilegal. Já como produto do trabalho da Câmara, cerca de um milhão de hectares no Estado do Amazonas foram destinados para a criação de Unidades de Conservação.





No tocante às ações de fiscalização ambiental, em 2013, destacam-se as Operações Onda Verde e Hileia Pátria. A primeira consiste na presença permanente das equipes de fiscalização ambiental nas principais áreas críticas com ocorrência de desmatamento ilegal. Visa-se, com isso, aumentar a prevenção das infrações, bem como coibir, com maior rapidez, aqueles que persistem na prática ilícita.

A Operação Hileia Pátria, iniciada em 2013, consiste numa linha de atuação que conta com o apoio do Exército para prover soluções de logística para a retirada e destruição de bens apreendidos, em decorrência de infrações ambientais. As ações de fiscalização ambiental dessa operação foram prioritariamente direcionadas à proteção de terras indígenas e Unidades de Conservação Federais que sofrem com o desmatamento ou a exploração madeireira.

Os resultados das duas operações totalizam mais de R\$ 1,7 bilhão em multas e mais de 250 mil hectares de áreas embargadas. Foram apreendidos 160 tratores, 85 caminhões, 39 pás carregadeiras, 290 motosserras, 185 mil metros cúbicos de madeira e cerca de 13 mil toneladas de grãos produzidos em áreas desmatadas ilegalmente.

a.2) Bioma Cerrado

Em 2013, iniciou-se a revisão das ações propostas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) e o aprimoramento de sua estratégia de atuação, voltada à redução do desmatamento e da ocorrência de queimadas, bem como o desenvolvimento de alternativas de uso sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado.

Três iniciativas de cooperação internacional fazem parte da estratégia do PPCerrado para regiões com altas taxas de desmatamento e com alto grau de importância para a conservação do bioma:

- O Projeto Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado, entre os Governos da Alemanha e do Brasil, voltado tanto para o desenvolvimento de sistema de detecção do desmatamento em tempo quase real e de áreas queimadas (Deter do Cerrado), quanto para o fortalecimento de instituições federais e de órgãos estaduais que atuam no combate a incêndios florestais no mosaico de Unidades de Conservação da região do Jalapão e Municípios do entorno;
- O Fundo Fiduciário de Mitigação de Mudanças Climáticas no Cerrado Brasileiro, estabelecido em dezembro de 2011, por meio de Acordo Administrativo entre o Banco Mundial e o *Department for Environment, Food and Rural Affairs (DEFRA)* do Reino Unido, tem por objetivo financiar a implementação de ações para redução do desmatamento e das queimadas no Cerrado brasileiro. O Fundo, com valor total da doação do Governo britânico, correspondente a US\$ 16 milhões, foi dividido em quatro projetos a serem executados nos anos de 2014 e 2016; e
- O Programa de Investimento Florestal (FIP), que apoia a gestão sustentável de florestas e que conta com um investimento de US\$ 32 milhões em financiamento de projetos de regularização ambiental nos Estados do Cerrado.

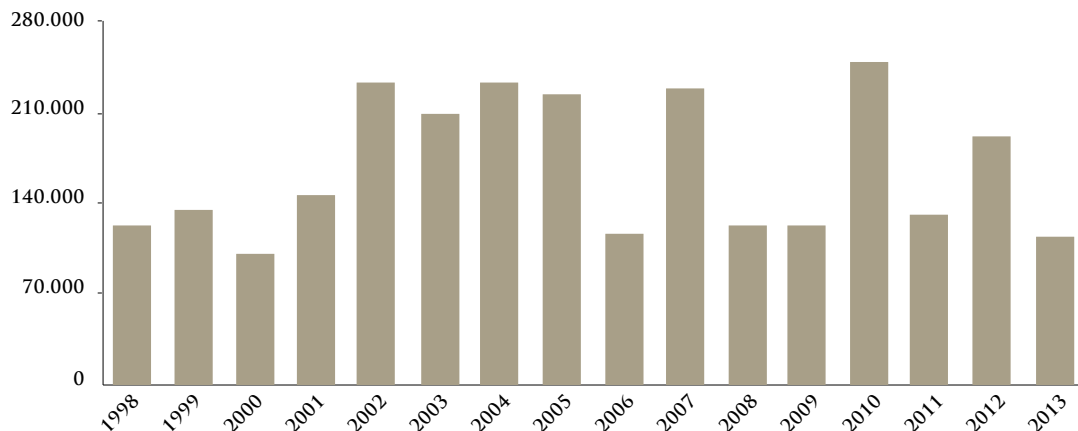
a.3) Focos de Calor

Os focos de calor estão relacionados com a quantidade de queimadas e incêndios florestais que ocorrem em uma determinada região e são monitorados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em 2013, foram registrados pelo satélite de referência 115.519 focos de calor em todo o Brasil, o que representa uma redução de 40,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução se deve ao clima mais úmido no ano de 2013 e à atuação conjunta de diversas instituições.





Série histórica do total de focos de calor captados pelo satélite de referência



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

É importante destacar que, em 2013, o bioma Amazônia apresentou 42,47% dos focos de calor captados via satélite em todo o País. Para fazer frente e combater esses focos, criou-se uma unidade de elite especializada no combate a grandes incêndios florestais, sediada no Município de Porto Velho/RO. No restante do bioma, foram criadas mais 33 brigadas para a proteção dos remanescentes da floresta no entorno de Unidades de Conservação Federais, terras indígenas e de assentamentos da reforma Agrária.

Para aperfeiçoamento do controle do fogo na Amazônia, duas importantes iniciativas estão em curso. A primeira refere-se ao projeto de fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, no âmbito das ações do Fundo Amazônia; e a segunda trata da atual negociação com a Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (Jaxa), para utilização de imagens do satélite com sensor Radar ALOS, para detecção de desmatamentos na Amazônia no período de chuvas, quando a cobertura de nuvens impede a utilização de sensores ópticos.

O bioma Cerrado apresentou 36,99% do total de focos de calor em 2013. Para combater esses focos, além da criação de unidade especializada em combate de incêndios no Cerrado, sediada em Brasília, foram criadas 36 brigadas ao longo do ano, intensificando a proteção das áreas federais e o apoio às comunidades indígenas e tradicionais na preservação dos remanescentes desse bioma.

O Projeto de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado, desenvolvido na região do Jalapão, entre os Estados do Tocantins e Piauí, vem fortalecendo as estruturas de prevenção e combate na região. O projeto contribui, ainda, para o desenvolvimento de tecnologias de detecção automática de áreas queimadas e aperfeiçoamento da qualidade do monitoramento de incêndios florestais no País.

O Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) identificou, em 2013, 7,1% dos focos de calor no bioma Caatinga, 2,9% no bioma Pantanal e 9,3% na Mata Atlântica. Para 2014, está programada a criação de duas unidades de elite especializadas no combate a incêndios florestais: uma na Caatinga, na cidade de Quixeramobim/CE e outra para o bioma Mata Atlântica, sediada no Rio de Janeiro/RJ. Será também criada uma unidade do Centro Especializado Prevfogo na cidade de Corumbá/MS, para atender à região do Pantanal Sul.





Destaca-se que, em 2013, houve melhoria significativa na proteção das áreas federais contra incêndios florestais, com a implantação do Programa Brigadas Federais no âmbito do Prevfogo. Por meio da capacitação e contratação de brigadistas, esse projeto proporcionou a execução de atividades de prevenção, educação ambiental, monitoramento, manejo e combate durante o período crítico de incêndios florestais. Essa iniciativa diminuiu o número de ocorrências e garantiu uma atuação mais segura e eficiente na proteção das grandes áreas de vegetação nativa preservada dos biomas brasileiros. Os principais focos do Programa foram as terras indígenas, quilombolas, assentamentos da reforma agrária e Unidades de Conservação Federais.

Para as comunidades atendidas, além da proteção ambiental dos seus territórios, o Programa também proporcionou outros benefícios, como a capacitação, conscientização ambiental, difusão de técnicas alternativas ao uso do fogo na agropecuária e a geração de renda durante o período de contratação.

No âmbito do Programa Brigadas Federais, foi instituído o primeiro programa de prevenção e combate aos incêndios florestais direcionado às terras indígenas em todo o País, denominado Brigadas Federais em Terras Indígenas. As atividades desenvolvidas pelos brigadistas indígenas foram decididas de forma participativa com as comunidades, respeitando seus aspectos culturais e sociais. Utilizou-se a ferramenta de manejo integrado do fogo, tendo como resultado a proteção ambiental conjugada à manutenção da cultura tradicional das etnias.

As operações de combate aos incêndios florestais de grande magnitude e o monitoramento desses sinistros foram realizados em todas as áreas federais, em 2013, pelo Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional (Ciman). Esse Centro tem como escopo definir prioridades e melhorar a integração das atividades de diferentes órgãos nas operações de combate a incêndios em todo o território nacional. Foi constituído um Grupo de Trabalho Técnico, para construir a proposta de Política Nacional de Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que deve regulamentar o Capítulo IX da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Esse dispositivo deverá ser um marco no combate aos problemas causados pelo fogo no Brasil, integrando e coordenando as atividades dos entes federativos, de diferentes instituições governamentais e da sociedade civil.

b) Fundo Amazônia

Em 2013, durante a conferência sobre Mecanismos de Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), realizada na Noruega (*Oslo REDD Exchange*), o Fundo Amazônia foi conceituado como o mais avançado instrumento financeiro de REDD no mundo.

Em 2013, foram aprovados 14 projetos pelo Fundo, no montante de R\$ 332 milhões. No total, o fundo já apoia 50 projetos, com 41 contratados, perfazendo R\$ 772 milhões. A maioria dos projetos é de iniciativa da sociedade civil. Desses projetos, 14 são de apoio a atividades extrativistas, no montante de R\$ 252 milhões, dos quais, R\$ 102 milhões (40%) são de apoio direto a cadeias produtivas extrativistas, beneficiando cerca de 20 mil famílias.

c) Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) estabelece objetivos, diretrizes e instrumentos que permitam ao Brasil cumprir o compromisso nacional voluntário de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em relação ao percentual que foi projetado para 2020. Entre os seus instrumentos centrais estão o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).





No primeiro semestre de 2013, em continuidade à implementação da PNMC, foram lançados os seguintes Planos Setoriais: transportes (de cargas e mobilidade urbana); indústria de transformação (papel e celulose, alumínio, cimento, ferro-gusa e aço, química); e mineração e serviços de saúde. Na mesma ocasião, também foi apresentada a terceira revisão do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

O Plano Clima atualizado, a ser lançado em 2014, deverá apresentar os principais avanços institucionais ocorridos no Brasil na área de mudança do clima desde 2008. A atualização do Plano, em 2013, foi promovida por meio de reuniões realizadas no âmbito do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e de Consulta Pública.

Foi elaborada, também, proposta para monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa associada às ações dos Planos Setoriais, o que resultou no Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SMMARE), que estará em fase de teste em 2014.

c.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) é um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima. Além de prover insumos financeiros para fortalecer a Política, o Fundo financia projetos que têm como objetivo a mitigação da mudança do clima e a adaptação das populações mais vulneráveis a seus efeitos.

Na modalidade não reembolsável, cuja prioridade é a adaptação das populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças do clima, estão em execução 96 projetos elaborados por órgãos do Governo Federal, Estados e Municípios e por entidades civis. São projetos de manejo florestal comunitário; de difusão de tecnologias de combate à desertificação na região semiárida; de recuperação de áreas degradadas; de gestão costeira; de aquisição de imagens de satélite e de equipamentos para monitoramento de uso da terra; de estruturação do sistema de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa para floresta e agricultura; e de apoio à estruturação do sistema de alerta contra desastres naturais, inclusive com o módulo “secas”.

Em 2013, o Fundo Clima contratou um projeto de recuperação e sistematização da base de dados meteorológicos do País; um projeto de monitoramento de emissões de bovinos em sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta; oito planos de gestão ambiental e territorial em terras indígenas; o desenvolvimento de metodologia de impactos das mudanças climáticas globais sobre os recursos hídricos do cerrado; cinco projetos na área de combate à desertificação, que passam por formação técnica, inovação tecnológica, difusão de tecnologias sociais; e 67 projetos de assistência técnica e capacitação para pequenos produtores na área de manejo florestal, com potencial de benefício a 1,3 mil famílias e de geração de 2,2 mil empregos diretos.

Na modalidade reembolsável, em 2013 foram iniciadas as contratações de projetos, havendo liberação para dois deles na área de eficiência energética e modais de transportes mais eficientes. Além disso, foram regulamentadas três novas linhas de ação para o Fundo: cidades sustentáveis e mudanças do clima; gestão e serviços de carbono; e manejo, plantio e recomposição de florestas nativas.

d) Florestas

As concessões florestais têm avançado, permitindo a produção de madeira de forma legal e sustentável, com monitoramento permanente do Poder Público, de modo a atender à demanda crescente dos diversos setores da economia. Em 2014, o Brasil terá mais de um milhão e quinhentos mil hectares em processo de concessão florestal, ofertando madeira legal da Amazônia ao consumidor brasileiro.





O Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR), que foi concluído para algumas unidades da Federação, tem gerado informações periódicas sobre a composição, a diversidade, a extensão, os estoques de madeira, a biomassa e o carbono das florestas naturais e plantadas.

Em 2013, o poder público capacitou produtores e extensionistas, bem como ofereceu assistência técnica florestal para a gestão de empreendimentos florestais na Amazônia e na Caatinga a cerca de 3 mil famílias. Essa iniciativa tem se mostrado relevante à medida que permite a oferta sustentável de lenha e o aumento da eficiência energética dos fornos das indústrias, possibilitando vislumbrar um horizonte de inserção econômica do produtor do Semiárido, de sustentabilidade de polos industriais relevantes e de mitigação da desertificação em regiões críticas.

e) Recursos Hídricos

e.1) Programa de Dessalinização da Água no Semiárido

O Programa de Dessalinização da Água no Semiárido (Água Doce) visa estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de qualidade para o consumo humano, por meio do aproveitamento sustentável de águas subterrâneas, incorporando cuidados ambientais e sociais na gestão de sistemas de dessalinização. Em sua primeira fase, que se estendeu de 2004 a 2010, foram implantados 150 sistemas dessalinizadores, beneficiando cerca de 150 mil pessoas em 154 localidades rurais do Semiárido brasileiro.

A partir de 2011, o Água Doce passou a integrar o Programa Água para Todos, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, tendo como meta a recuperação, implantação e gestão de 1,2 mil sistemas de dessalinização, até 2015. Para tanto, foram realizados 1.898 diagnósticos em 193 Municípios nos Estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Ceará e Bahia. Concluídos os diagnósticos em cada Estado, terá início a fase de projeto executivo e implantação desses sistemas, conforme os Planos Estaduais do Água Doce, visando beneficiar aproximadamente 500 mil pessoas com acesso à água de qualidade para consumo humano.

e.2) Planos de Recursos Hídricos

Assim como o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), os Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERH) constituem um instrumento de longo prazo para o planejamento estratégico e integrado das águas, orientando a implementação da política e a estruturação dos Sistemas de Recursos Hídricos. A primeira revisão do PNRH resultou na aprovação de 22 prioridades para o quadriênio 2012-2015, que orientaram a elaboração do Programa de Conservação e Gestão de Recursos Hídricos do Governo Federal.

A partir de 2013, três Estados passaram a contar com o apoio técnico e financeiro do Governo Federal para a elaboração dos seus planos de recursos hídricos: Roraima, Maranhão e Goiás. Ademais, está em curso o processo para a elaboração dos planos dos Estados do Amapá e Amazonas com o apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). Para 2014, foram iniciadas tratativas para o apoio ao Estado do Pará, no âmbito do Programa Interáguas.

Os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas são documentos de referência para a definição dos projetos, obras e investimentos prioritários para a região de abrangência das respectivas bacias. Esses planos são elaborados com a participação do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água. Atualmente, 54% do território brasileiro já estão cobertos por planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas interestaduais. Em 2013, foram concluídos os Planos das Bacias Hidrográficas do





rio Paraíba e de seus afluentes (Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul) e a proposta de enquadramento dos corpos de água, com aprovação pelo Comitê dessa bacia. Para o exercício de 2014, está prevista a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas dos rios Paranapanema e Grande, e da região hidrográfica do Paraguai.

Também em 2013, foram iniciados os trabalhos para a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do rio Piranhas-Açu (Paraíba e Rio Grande do Norte) e de revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), que concentra 12% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, e publicado o novo informe do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos. Esse documento, editado anualmente pela Agência Nacional de Águas (ANA), apresenta uma visão integrada do estado dos recursos hídricos, abordando as disponibilidades, os usos, as vulnerabilidades e a situação da gestão, constituindo-se em documento referência para diversas políticas públicas.

e.3) Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos

Atualmente, estão em funcionamento nove comitês de bacias hidrográficas de rios interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Grande e Paranapanema.

A cobrança pelo uso de recursos hídricos vem sendo implementada pelos comitês de Bacias Hidrográficas, com apoio do Governo Federal, em águas de domínio da União. Essa cobrança foi iniciada na Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em março de 2003; nas Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em janeiro de 2006; na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, em julho de 2010; e na Bacia Hidrográfica do rio Doce, em novembro de 2011. Essas bacias abrangem nove Estados e o Distrito Federal.

Em 2013, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 60 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês.

e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas

O processo de revitalização consiste em promover e fortalecer um conjunto de ações integradas de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebidas e executadas de forma articulada e participativa. Atualmente, o Programa de Revitalização atua prioritariamente nas Bacias Hidrográficas dos rios Tocantins-Araguaia, Alto Paraguai (Pantanal), Paraíba do Sul e do São Francisco, sendo que neste último as ações integradas para revitalização estão em estágio mais avançado.

Em 2013, além das intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), outras ações foram realizadas na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e terão continuidade em 2014, tais como:

- Apoio às atividades realizadas pelos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas (Crad), que atuam, sobretudo, com o desenvolvimento e a implantação de modelos de recuperação de área degradada; conservação de sementes e produção de mudas; e a capacitação, mobilização e sensibilização da comunidade sobre a recuperação da vegetação e conservação da biodiversidade;
- Realização de operações de Fiscalização Preventiva Integrada (FPIs), com equipes multidisciplinares compostas por representantes de vários órgãos e entidades ambientais estaduais e federais, em parceria com o Ministério Público, no intuito de fortalecer a fiscalização ambiental; e





- Extensão das ações de saneamento contempladas com recursos do PAC, a partir da implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas, nos Municípios da calha do rio São Francisco; realização de obras de esgotamento sanitário; e constituição de consórcios intermunicipais de sistemas de tratamento de resíduos sólidos.

e.5) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas

O Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Em agosto de 2013, foram realizados o III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas e o I Encontro de Educação Ambiental em Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Bacia do rio Doce, na cidade de Ouro Preto/MG, que reuniu 252 participantes, dentre educadores ambientais, comunicadores e mobilizadores sociais, de 16 Estados. Além disso, deu-se início à avaliação hidrogeológica dos sistemas aquíferos cársticos na região hidrográfica do São Francisco, com o objetivo de gerar conhecimento sobre as contribuições desses para o fluxo de base do rio São Francisco e seus afluentes, contribuindo, assim, para a gestão integrada e compartilhada dos recursos hídricos na região.

e.6) Modernização da Rede Hidrometeorológica Nacional

O monitoramento hidrometeorológico é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País e é realizado por meio da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN). São levantadas, tratadas e divulgadas informações sobre a capacidade, potencial, disponibilidade e qualidade de água de nossas bacias hidrográficas, além do regime das chuvas em todo o território nacional. A Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela coordenação da operação de cerca de 4,5 mil estações hidrometeorológicas, tem investido na modernização tecnológica da estrutura operacional da RHN. Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria, que são dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. Prevê-se que, até 2015, cerca de 1,5 mil das estações hidrométricas da RHN sejam automáticas. Em 2013, foram modernizadas 158 estações fluviométricas e 181 pluviométricas, totalizando 352 estações fluviométricas e 653 pluviométricas modernizadas desde 2010.

e.7) Pacto Nacional pela Gestão das Águas: Construindo uma Visão Nacional

O Pacto Nacional pela Gestão das Águas, concebido em 2012, configura-se como uma grande estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREHs) e da gestão integrada dos recursos hídricos no País. Para sua implementação, a ANA vem desenvolvendo o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão) mecanismo de gestão inovador que utiliza o pagamento pelo alcance de metas previamente pactuadas. Em 2013, foram transferidos R\$ 12 milhões a 16 entes federados que aderiram ao Programa, de um total de 18 Estados.

f) Licenciamento e Qualidade Ambiental

f.1) Licenciamento Ambiental

Com o objetivo de viabilizar um meio ambiente equilibrado e benefícios múltiplos para a sociedade, projetos com diferentes tecnologias, padrões e objetivos são aperfeiçoados e modificados para promover ganhos ambientais, sociais e econômicos durante o processo de Licenciamento Ambiental Federal (LAF).





Atualmente, existem 1.866 processos nas mais diversas fases do LAF, sendo que 271 processos pertencem a projetos da carteira do PAC. No ano de 2013, aproximadamente 12,4 mil pessoas foram diretamente envolvidas nos debates sobre a avaliação ambiental dos empreendimentos constantes de processos de licenciamento no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No referido exercício, foram avaliados 837 pedidos de licença, ocorrendo o indeferimento de uma licença e a devolução de sete estudos de impacto ambiental, para readequação.

Relatório de Licenças Ambientais Emitidas pelo Ibama em 2013

TIPO DE LICENÇA	NÚMERO
Licenças Prévias	41
Licenças de Instalação	96
Licenças de Operação	131
Outras licenças e autorizações	569
Total de licenças	837

Fonte: Sistema de Licenciamento Ambiental Federal/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Dados de 13 de janeiro de 2014.

Em 2013, foram revistos normativos relacionados aos procedimentos do LAF para o setor de rodovias. Entre eles está a edição da Portaria Interministerial MMA/MT nº 288, de 16 de julho de 2013, que instituiu o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis (Profas). Os procedimentos internos do Ibama também foram revistos por meio da Portaria MMA nº 289, da mesma data, que dispõe sobre procedimentos a serem aplicados no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais. Inovações qualitativas relacionadas à padronização da amostragem de fauna em rodovias e em ferrovias foram instituídas no LAF por meio da Instrução Normativa Ibama nº 13, de 19 de julho de 2013. Além dos avanços normativos, foram padronizados os programas ambientais e os termos de referência para ferrovias.

Os recursos da Compensação Ambiental têm sido fundamentais para a consolidação das Unidades de Conservação e melhoria da qualidade da sua gestão. Esses recursos constituem obrigação imposta ao empreendedor no processo de licenciamento ambiental, em face de significativo impacto ambiental não mitigável, no valor de até 0,5% do valor total do empreendimento. São devotados a apoiar a criação e manutenção de Unidades de Conservação, especialmente do Grupo Proteção Integral, como parques nacionais ou estaduais, estações ecológicas ou reservas biológicas. No âmbito federal, a destinação dos recursos realizada pelo Comitê Federal de Compensação Ambiental (CCAF), em 2013, somou R\$ 334 milhões, contemplando 137 Unidades de Conservação, federais, estaduais e municipais. A título de comparação, no acumulado dos dois anos anteriores foram destinados R\$ 151 milhões para esse mesmo fim. A execução é de responsabilidade dos empreendedores, cabendo ao órgão gestor das Unidades de Conservação beneficiárias a especificação das ações a serem desenvolvidas e sua validação para fins de prestação de contas.

Em 2013 foi finalizado o primeiro módulo do Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Siga), o Módulo de Licenciamento Ambiental Federal (Módulo LAF), etapa inicial do processo de LAF. Com a implantação completa desse módulo, será possível solicitar o licenciamento ambiental para atividades e empreendimentos, acompanhar a análise das solicitações de licenciamento e os processos administrativos do LAF instaurados.

Avançou-se também na execução do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) Etapa II, que visa à modernização do LAF. Encontram-se em fase de licitação os termos de referência para o Estudo Comparativo LAF e Avaliação de Impactos Ambientais Internacional (AIA), e para o mapeamento de competências para capacitação no tema.





f.2) Qualidade Ambiental

Em 2013, deu-se continuidade aos Programas de Controle de Emissões Veiculares (Proconve) e de Controle da Poluição do Ar por Motocicletas e Veículos Similares (Promot), com a implementação das fases mais exigentes de controle dos níveis de emissão de poluentes: P7- para os veículos pesados (ônibus e caminhões); L6 - para os veículos leves (automóveis e caminhonetes); e M4 - para as motocicletas. Outro ponto importante a se destacar foi a implementação do Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), instrumento previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, cuja finalidade é controlar as atividades envolvendo esses tipos de resíduos no País.

Em 2013, 96 novos produtos de baixa periculosidade ambiental tiveram seus registros para pesquisa ou para comercialização priorizados, com o objetivo de favorecer a substituição de outros reconhecidamente perigosos.

Encontra-se em fase de implementação o Projeto Portos/Aeroportos/Fronteiras e Portos Secos, que se baseia na instalação de bases avançadas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em pontos estratégicos, visando ao controle e à fiscalização das importações e exportações de produtos sujeitos à anuência do órgão. Como exemplo, citam-se a criação de duas novas Unidades Avançadas do Ibama nos Aeroportos de Viracopos, em Campinas/SP, e Cumbica, em Guarulhos/SP. Ressalta-se, também, o incremento desse controle nas cidades fronteiras de Uruguaiana/RS, Santana do Livramento/RS, Foz do Iguaçu/PR, Pacaraima/RR e nos portos de Rio Grande/RS e Santos/SP.

No que concerne à área de gestão da qualidade ambiental, foram publicados normativos tais como: Instrução Normativa Ibama nº 01, de 25 de janeiro de 2013, que regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP); Instrução Normativa Ibama nº 06, de 15 de março de 2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP); e Instrução Normativa Ibama nº 10, de 27 de maio de 2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA).

Outras medidas relevantes de 2013 são: o recadastramento no CTF/APP de mais de 400.501 pessoas físicas e jurídicas; a auditoria de 4.295 pessoas jurídicas inscritas no CTF/APP; o recadastramento de todas as pessoas com acesso ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicafi/Cadastro) – mais de 3,3 mil pessoas; a reformulação do Certificado de Regularidade Ambiental no âmbito das licitações dos Poderes Executivo e Judiciário Federais; e o aperfeiçoamento dos formulários do Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP), para adequação às regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

g) Proteção da Camada de Ozônio

Todos os países em desenvolvimento que são Parte do Protocolo de Montreal firmaram o compromisso de congelar o consumo dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs) em 2013, tendo como linha de base o consumo médio dos anos 2009 e 2010. A linha de base brasileira foi definida em 1.327,3 toneladas de Potencial de Destruição do Ozônio (PDO). Essas substâncias são utilizadas como agente expander das espumas de poliuretano (HCFC-141b) e como fluido frigorífico em sistemas de refrigeração e ar condicionado (HCFC-22). Por meio do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (PBH), instituído em junho de 2012, o Brasil tem realizado uma série de ações com vistas a congelar o consumo em 2013 e reduzi-lo em 16,6% até 2015.

Em 2013, foram selecionadas as cinco instituições que realizarão a capacitação em boas práticas de refrigeração, com o objetivo de reduzir os índices de vazamento e a consequente emissão de gases (HCFC-22) para a atmosfera. Adicionalmente, o PBH alcançou, em 2013, a meta de congelamento estipulada pelo Protocolo de Montreal, de acordo com a linha de base brasileira para





essa substância. Somente com a conversão tecnológica de uma empresa para eliminação do HCFC-141b dos processos produtivos de fabricação de espumas de poliuretano, conseguiu-se a eliminação de 4,95 toneladas PDO do total previsto para 2015 (168,8 toneladas PDO). Ademais, foram elaborados mais 12 projetos de conversão a serem implementados a partir de 2014. Com esse trabalho, o Brasil foi além da meta de congelamento, atingindo 3% da meta de eliminação do HCFC-141b prevista para 2015. Vale ressaltar que a eliminação total dos HCFCs estipulada pelo Protocolo de Montreal só ocorrerá em 2040.

h) Resíduos Sólidos

Visando à elaboração de Plano Simplificado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para Municípios com população abaixo de 20 mil habitantes, foram capacitados 170 técnicos nas unidades da Federação. Encontram-se vigentes convênios e contratos de repasses relativos à elaboração de planos intermunicipais, municipais ou metropolitanos de resíduos sólidos, que compreendem 642 Municípios. Além disso, são 19 os contratos de repasses vigentes para a elaboração dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos.

Em 2013, destaca-se o Projeto Cataforte – Estruturação de Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias –, com ações indutoras de processos de fortalecimento de cerca de 250 empreendimentos solidários de catadores, além de processos de formação, constituição e formalização de 35 redes solidárias desses empreendimentos em 21 unidades da Federação. Para 2014, prevê-se a continuidade do projeto, bem como a realização de pesquisas para identificação de potencialidades de atuação na cadeia produtiva de resíduos sólidos e a troca de experiências entre as redes.

Após a aprovação pelo Comitê Orientador para a Implantação de Sistemas de Logística Reversa (Cori) do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para a Logística Reversa de Medicamentos, foi publicado seu edital de chamamento. Também foram recebidas, em 2013: i) duas propostas de acordo setorial para Logística Reversa de Lâmpadas objeto de negociação com os fabricantes e importadores; ii) quatro propostas de acordo setorial de Embalagens em Geral, que aguardam resposta do setor; e iii) 11 propostas de Eletroeletrônicos, que estão sendo negociadas entre o Governo Federal e os proponentes.

i) Biodiversidade

O Brasil conta com seis diferentes domínios biogeográficos: a Floresta Amazônica; o Pantanal; o Cerrado; a Caatinga; os campos dos Pampas; e a Mata Atlântica, além de contar com uma costa marinha de cerca de 3,5 milhões km², que inclui ecossistemas como recifes de corais, dunas, manguezais, lagoas, estuários e pântanos. Essa diversidade faz com que o País seja considerado o detentor da maior biodiversidade do planeta, com aproximadamente 20% do número total de espécies reconhecidas pela ciência.

Após o estabelecimento do Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) – 2011 a 2020 – e das 20 metas globais, conhecidas como “Metas de Aichi”, estabelecidas durante a Décima Conferência das Partes (COP-10) da CDB, o Governo lançou a iniciativa *Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020*, com o principal objetivo de construir, de forma participativa, as metas nacionais. Após um amplo processo de consulta à sociedade, as principais propostas de metas foram encaminhadas à apreciação da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), que, em setembro de 2013, aprovou as Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020.

Paralelamente às discussões das Metas de Aichi, o Governo articulou a criação de um Plano de Ação Governamental para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, de modo a identificar as principais causas de perda de biodiversidade e as ações que estão sendo desenvolvidas para mitigar essas causas. O Plano está em processo de estruturação e definição de prioridades.





i.1) Espécies Ameaçadas

Em 2013, foi avaliado o estado de conservação de 4.343 espécies da fauna e de mais 4.616 espécies da flora brasileira. As listas oficiais informam a ocorrência de 627 espécies da fauna e de 472 espécies da flora ameaçadas de extinção. Assim, foi realizado o diagnóstico do estado de conservação de 78% das espécies de vertebrados da fauna brasileira e estão sendo promovidas ações para a recuperação de 49% dessas espécies, que se materializam por meio de Planos de Ação Nacional (PANs) para a conservação de cerca de 300 espécies da fauna brasileira.

No ano de 2013, as negociações bilaterais entre o Governo Brasileiro e o Governo Alemão resultaram na elaboração de um ambicioso projeto voltado para a restauração florestal da Mata Atlântica (domínio biogeográfico que apresenta maior número de espécies ameaçadas), que busca promover a restauração florestal, a conectividade entre fragmentos e a conservação da biodiversidade deste bioma, considerado um *hotspot* (área prioritária para conservação) da biodiversidade global.

Para 2014, a meta é ampliar o número de espécies diagnosticadas para verificação do *status* quanto à ameaça de extinção e promoção de medidas de conservação. Ainda nesse contexto, encontram-se em fase de elaboração dez PANs, que constituem uma estratégia de agregação e organização de esforços e ações com entidades governamentais e não governamentais, para garantir a conservação e recuperação das espécies ameaçadas.

i.2) Unidades de Conservação

O Brasil possui 1.783 Unidades de Conservação (UCs), de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), sendo 313 federais. O total de UCs abrange a área de 1.528.781 km² do território brasileiro, ou seja, 17,1% do território continental e 1,5% do território marinho, ocupando o 3º lugar no mundo em quantidade de área continental destinada a esse tipo de unidades.

Em 2013, foi criada a Unidade de Conservação Federal Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no litoral do Paraná. Já o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins, teve seu limite ampliado para 20 mil hectares. Também, nesse ano, foram criadas 16 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A criação dessas UCs se dá por iniciativa de particulares e tem caráter perpétuo. O Governo, visando incentivar a criação e a gestão de RPPNs, está aperfeiçoando o Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN), com o objetivo de ampliar a política de conservação da biodiversidade nessas áreas particulares.

Destaca-se, ainda, a elaboração de 16 Planos de Manejo de UCs federais, em 2013, e em 2014 deverão ser finalizados outros 37. Também em 2014 serão realizadas experiências-piloto de monitoramento da biodiversidade e da utilização dos recursos naturais pelos extrativistas em diferentes biomas brasileiros. Essas experiências serão replicadas nas demais áreas de uso sustentável.

Ações com vistas a dotar as UCs de infraestrutura e opções diversificadas de atividades para atender aos visitantes vêm sendo desenvolvidas, com destaque para a implantação das trilhas de longo percurso no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e parte das Trilhas Transcarioca e Caminhos da Serra do Mar, circuitos que unem UCs federais e estaduais, no Estado do Rio de Janeiro.

Aproximadamente, seis milhões de pessoas visitaram as Unidades de Conservação federais, em 2013. Visando à oferta de serviços turísticos variados e de boa qualidade, finalizou-se o estudo para implantação do modelo de Parceria Público-Privada (PPP) destinado a operacionalizar as atividades de uso público, pesquisa e proteção de UCs, abrangendo quatro Parques Nacionais: Jericoacoara e Ubajara, no Ceará, e Sete Cidades e Serra das Confusões, no Piauí.





Para envolver as populações locais, foram formalizadas autorizações de transporte motorizado e a condução de visitantes em UCs, com previsão de ampliação para 2014, o que, além de oferecer ao turista a oportunidade do contato com a cultura local, gera novas opções de trabalho e renda para as comunidades. Para fazer frente ao cenário das severas condições climáticas e combate aos ilícitos ambientais em UCs, foram capacitadas 3,5 mil pessoas para atuação na prevenção e combate a incêndios florestais e, ainda, cerca de 350 servidores na área de fiscalização ambiental. O Governo Federal contratou 1.743 brigadistas para atuação permanente em 95 UCs.

Foram realizadas, em 2013, 84 operações contínuas nas UCs, sendo mantidas sete bases operacionais fixas no bioma Amazônico, com funcionamento permanente, envolvendo um efetivo de 583 servidores públicos de diversas instituições. A estratégia de manutenção de bases operacionais visa proteger UCs que têm sofrido maiores ameaças, principalmente relacionadas à ocupação irregular de terras e degradação ambiental (extração seletiva e corte raso de madeiras, garimpos, dentre outros).

Quanto às ações rotineiras, foram contabilizadas, em 2013, 270 fiscalizações relacionadas à degradação, à caça, ao tráfico, à pesca, à poluição, à ocupação irregular do solo e aos impactos causados por empreendimentos, com o emprego efetivo de 2.246 fiscais e outros agentes públicos. Como parte do planejamento das UCs Federais, foram atualizados, em 2013, 15 planos de proteção, num total de 107 unidades com planos de proteção elaborados. Ressalta-se, ainda, o início do monitoramento diário das embarcações pesqueiras em UCs, por meio do Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras (Preps).

Das 313 UCs federais, 55,5% são espaços especialmente protegidos para garantir a conservação do meio ambiente, bem como para o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental, em especial, das comunidades tradicionais. Dentre esses espaços protegidos, estão as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) e as Florestas Nacionais (Flonas). Nelas vivem cerca de 65 mil famílias, que utilizam seus territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, usando conhecimentos e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Compõem esse grupo 77 UCs, sendo a maior parte constituídas pelas Reservas Extrativistas.

Dados gerais das Resex, Flona e RDSs com populações tradicionais - Ano de 2013

UC	QUANTIDADE DE UCS	%	ÁREA (HECTARES)	%	Nº ESTIMADO FAMÍLIAS	%
Resex	59	77,6	12.200.000	58,3	62.094	95,50
Flona	17	22,1	8.673.000	41,4	2.742	4,21
RDSs	1	1,3	64.500	0,3	187	0,29
Total	77	100,00	20.937.500	100,00	65.023	100,00

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O cadastramento das famílias das comunidades tradicionais nas UCs é um importante instrumento para a gestão, utilizado tanto para identificação dos sujeitos sociais que mantêm suas atividades produtivas nessas unidades quanto para o monitoramento dos beneficiários dessas áreas protegidas, base para a articulação institucional de acesso às políticas públicas (moradia, educação, saúde, Bolsa Verde, mercado institucional, assistência técnica). Em relação ao Programa Bolsa Verde, a meta inicial para o cadastramento em UCs era de 2.786 famílias, tendo sido cadastradas, até 2013, 3.848 famílias.





As políticas de assistência técnica e extensão rural (Ater), que devem ser implantadas nessas áreas protegidas estão sendo realizadas com recursos do Plano Brasil Sem Miséria, tendo sido publicado o edital para a promoção de assistência técnica para a produção extrativista, que atenderá a oito Reservas Extrativistas e a aproximadamente 12,5 mil famílias. Ainda no ano de 2013 foram contratados serviços de Ater para atender 1,4 mil famílias em 5 UCs, nos Estados do Amazonas e de Rondônia. Para o ano de 2014, há expectativa de contratação de serviços de Ater em outras 18 UCs, abrangendo 14,9 mil famílias das regiões Norte e Nordeste.

A atividade produtiva dessas UCs tem relação direta com os seguintes programas federais associados ao mercado institucional: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a Política de Garantia de Preços Mínimos aos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio). Em 2013, representantes de oito Unidades de Conservação (Resex e Flona) passaram pela capacitação organizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Aproximadamente 60 representantes de associações comunitárias, cooperativas e agentes públicos de sete prefeituras dos Estados do Acre, Pará e Alagoas, em 2013, tornaram-se aptos a orientar suas entidades e grupos sociais para acessar esses programas. Em 2014 espera-se ampliar os programas em 20 novas UCs do Norte e Nordeste.

Complementarmente à gestão de UCs, em 2013 houve a desapropriação de imóveis na ordem de 8.384,90 hectares, totalizando R\$ 8,2 milhões. De acordo com a legislação vigente, a aplicação dos recursos da compensação ambiental deve priorizar a regularização fundiária das UCs.

O incentivo à pesquisa em Unidades de Conservação e espécies ameaçadas tem se refletido em grandes números, ampliando a capacidade do País de responder aos desafios de conservação com base em conhecimento. Com dados acumulados desde 2007, o Sistema de Autorização e Informação Científica em Biodiversidade (Sisbio) possui 31.594 pesquisadores cadastrados e registra 13.284 pesquisas autorizadas, das quais 53% estão relacionadas a pesquisas em UCs Federais, abarcando 99% das unidades federais existentes.

j) Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

j.1) Bolsa Verde

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde (PBV), criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, faz parte do Plano Brasil Sem Miséria. Seus principais objetivos são: i) incentivar a conservação, manutenção e uso sustentável dos ecossistemas; ii) promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e iii) incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

O perfil atual dos beneficiários do PBV constitui-se por famílias em situação de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), beneficiárias do Programa Bolsa Família, e que exercem atividades de conservação ambiental em áreas federais especificadas pela legislação. A estimativa de público que atende a esses requisitos é de aproximadamente 155 mil famílias, das quais 118 mil já estão inscritas no CadÚnico.

Desde o início do Programa, em outubro de 2011, foram incluídas 44.648 famílias e o número total de beneficiários deve alcançar, em 2013, cerca de 51 mil famílias com investimento da ordem de R\$ 70 milhões. Para 2014 o patamar estimado





de dispêndio é de R\$ 150 milhões. Além da expansão da cobertura do PBV, estão em curso estratégias de transformação econômica das famílias beneficiárias, com a assistência técnica e extensão rural; capacitação das famílias em agroecologia e gestão dos recursos naturais; ampliação do acesso das famílias a mercados institucionais; e fortalecimento das compras governamentais dos produtos extrativistas.

j.2) Política de Garantia de Preços Mínimos da Biodiversidade

No âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), no período de 2009 a agosto de 2013, foram investidos R\$ 14,5 milhões em operações de subvenção aos seguintes produtos extrativistas: açaí, pequi, fibra de piaçava, castanha-do-Brasil, amêndoa de babaçu e borracha, beneficiando 44,8 mil famílias extrativistas. As operações de subvenção levaram a um aumento da quantidade produzida desses produtos, colaborando na estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Constam na lista da PGPMBio 13 produtos extrativistas, com ampliação prevista para 21, até 2014, e investimentos da ordem de R\$ 120 milhões até 2016.

k) Zoneamento Ecológico-Econômico

Em 2013, além da continuidade da elaboração do Macro Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do bioma Cerrado, iniciou-se a retomada do Macro ZEE da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, inserido no contexto do programa de revitalização dessa bacia.

Em conformidade com o pacto federativo e com o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), o ZEE é executado de forma compartilhada entre a União, os Estados e os Municípios. Em 2013 foi intensificada a parceria com os Estados do Maranhão, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Sergipe. Para 2014, além da revisão das diretrizes metodológicas para a elaboração do ZEE, privilegiando uma visão mais integrada do território nacional, em suas porções continental, costeira e marinha, e incorporando novas temáticas que influenciam no processo de uso e ocupação do território, serão consolidadas e ampliadas as iniciativas e parcerias em curso, com atenção à conclusão do Macro ZEE do bioma Cerrado e ao avanço na elaboração do Macro ZEE da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

l) Produção e Consumo Sustentáveis

Com apenas dois anos de implementação, o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) foi beneficiado em 2013 pelas ações do planejamento estratégico da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap). Instituída pelo Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, esse instrumento estabeleceu as ações em que cada ministério deverá realizar para que sejam alcançados os níveis de compras públicas sustentáveis capazes de estimular processos produtivos considerados sustentáveis. As ações executadas no âmbito do PPCS são realizadas de forma descentralizada por órgãos do Governo Federal, organizações não governamentais e iniciativa privada.

No âmbito dos preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014, foi consolidado e aprovado, em 2013, o Plano Operacional de Meio Ambiente e Sustentabilidade, com sete linhas de atuação. São elas: i) Arenas Sustentáveis, construídas sob padrões internacionais de sustentabilidade, certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*); ii) Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa do conjunto das iniciativas envolvendo o evento esportivo de 2014; iii) Consumo de Produtos Orgânicos Sustentáveis durante as atividades esportivas; iv) Parques da Copa, estruturados especialmente para servir de roteiros turísticos nas 12 cidades-sede; v) Gestão de Resíduos Sólidos com Inclusão Social, cuja finalidade é organizar a coleta seletiva no evento, com apoio de cooperativas de catadores, providos de equipamentos, capacitação e roteiros logísticos especialmente concebido no evento; vi) Passaporte Verde, que é uma iniciativa promovida com o apoio do Programa de Meio





Ambiente da Organização das Nações Unidas (Pnuma), instrumento digital de promoção de roteiros sobre todos os eventos e negócios verdes disponibilizados aos turistas nas 12 cidades-sede; e vii) Compras Públicas Sustentáveis, direcionadas à aquisição de suprimentos considerados sustentáveis para a realização do evento, por parte das administrações federal, estaduais e municipais.

Para 2014, prevê-se: i) a elaboração de estratégia para implementação das políticas de compras sustentáveis nas concessões públicas; ii) o desenvolvimento de metodologia de relatórios empresariais sustentáveis; iii) o desenvolvimento de estudo relativo a 15 instrumentos econômicos aplicados em políticas ambientais nos três níveis de governo; v) a conclusão da Rede de Produção e Consumo Sustentáveis, que deverá ser o principal instrumento de mobilização da política; e vi) a implementação do sistema de acompanhamento do protocolo verde.

m) Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

A implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), em 2013, priorizou a integração com as Políticas Nacionais sobre a Mudança do Clima e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, reforçando as ações da CNMA e o Plano de Ação para a Produção e Consumo Sustentáveis e Coleta Seletiva Solidária. Da mesma forma, buscou-se a articulação com outros programas e iniciativas do Governo, como o Projeto Esplanada Sustentável e as licitações sustentáveis. Isso permitiu um melhor gerenciamento das ações da administração pública voltadas para a sustentabilidade. Foram organizados, em 2013, quatro cursos de capacitação, para 168 servidores de 84 órgãos públicos. Esses servidores atuarão como focos de disseminação dos objetivos e metas da A3P em suas instituições e em outros órgãos e instituições municipais e estaduais.

n) Educação Ambiental

Em 2013, a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pnea/ProNEA) experimentaram avanços relevantes na implementação de iniciativas prioritárias, como o Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF), oriundo de reivindicações dos movimentos sociais do campo; e a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e a Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos.

Durante a 4ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, após a realização de conferências estaduais, municipais e de conferências em cerca de 18 mil escolas de ensino fundamental, foi lançada a Estratégia Nacional de Educação Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos, disponibilizando um portal chamado Educare, para inscrição de experiências governamentais e não governamentais em todo o País.

O Projeto Sala Verde, que dispõe de 300 unidades, com publicações de interesse socioambiental, está selecionando, por meio de edital público, mais 200 novas salas a serem instaladas no início de 2014.

Em 2013, foi lançada a publicação *Educação Ambiental e Mudanças Climáticas*, com orientações inspiradas em diálogo com educadores e militantes dessa área temática, estando, ainda, programado para início de 2014 o lançamento do terceiro volume do livro *Encontros e Caminhos – Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores*.

o) Conselho Nacional do Meio Ambiente

No ano de 2013, o Conselho aprovou e publicou quatro Resoluções e uma Recomendação, destacando-se: i) a Resolução Conama nº 457, de 25 de junho de 2013, que dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos





ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), como também oriundos de entrega espontânea; ii) a Resolução Conama nº 458, de 16 de julho de 2013, que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária; e iii) a Resolução Conama nº 459, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura.

p) Agenda Internacional

A participação do Brasil na 16ª Conferência das Partes (COP-16) da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (Cites), realizada em março de 2013, na Tailândia, resultou em incentivo ao controle do comércio internacional de algumas espécies de tubarões e arraias, de forma que essa atividade comercial não coloque em risco a sobrevivência dessas espécies. A campanha brasileira foi decisiva para a inclusão dessas espécies nos Anexos da Cites.

Em 2013, por ocasião da Conferência Diplomática de Kumamoto, no Japão, foi assinada a Convenção de Minamata sobre Mercúrio. Trata-se de instrumento internacional negociado sob os auspícios da ONU, que define prazos para a redução, o controle e a eliminação do mercúrio nos processos industriais e artesanais em todo o mundo. De acordo com esse tratado, até 2020, o mercúrio deverá ser eliminado de baterias, pilhas, lâmpadas, cosméticos, pesticidas e outros materiais.

Para ratificar posições comuns nas negociações sobre mudança do clima, o País sediou, em setembro de 2013, a 16ª Reunião Ministerial do Basic (grupo integrado por Brasil, África do Sul, Índia e China), no Parque Nacional do Iguçu. Dois meses após esse evento, foi realizada em Varsóvia a 19ª Conferência das Partes (COP-19) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), momento em que foram adotadas decisões relativas a medidas voltadas para a redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal (REDD+); e ações nacionalmente apropriadas de mitigação (Namas), além do estabelecimento de mecanismo referente a perdas e danos, bem como à operacionalização do Fundo Verde para o Clima (GCF). O Brasil defendeu a adoção de compromissos que sejam efetivamente atingidos até 2020 e participou ativamente das deliberações sobre o fortalecimento da Convenção, no contexto da “Plataforma de Durban”.

No âmbito da cooperação bilateral para a área ambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável, o Governo continuou a expandir suas relações com países da África e da América do Sul, tendo assinado acordos de cooperação com a África do Sul, República Democrática do Congo e Egito. Foi também assinado acordo entre o Governo da Noruega, a Secretaria Executiva da Organização do Tratado para a Cooperação Amazônica (OTCA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Fundo Amazônia, para prover apoio e capacitação técnica aos países da bacia amazônica, em matéria de monitoramento do desmatamento.

Quanto à agenda internacional de recursos hídricos, considerando a localização geográfica do Brasil na América do Sul e o compartilhamento de duas das maiores bacias hidrográficas do planeta – Bacia Amazônica e Bacia do Prata –, busca-se estreitar as relações de cooperação regional, visando contribuir para a segurança hídrica nos países parceiros e viabilizar processos nacionais de desenvolvimento equilibrado e sustentável na região. Nesse cenário, é bastante significativa a agenda atual de cooperação com países como Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia e Bolívia, além de importantes projetos regionais voltados para a gestão de recursos hídricos na região amazônica.





q) Regularização Ambiental Rural

Em 2013, deu-se continuidade à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Para viabilizar sua implementação, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Acordos de cooperação técnica firmados com todas as unidades da Federação permitindo a implementação integrada da política pública e a disponibilização de imagens de satélite para a elaboração do CAR;
- Finalização do processo de construção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e sua disponibilização aos Estados;
- Aquisição e disponibilização aos parceiros de nova cobertura de imagens de satélite;
- Capacitação presencial de entidades parceiras e de órgãos estaduais de meio ambiente e da assistência técnica, além do desenvolvimento da plataforma de capacitação a distância, que capacitará cerca de 30 mil técnicos, até o final de 2014, para apoiar a realização do cadastramento ambiental dos imóveis rurais;
- Abertura de linha de financiamento do Fundo Amazônia, Programa de Investimento Florestal (FIP), *Department for Environment, Food and Rural Affairs* (Defra) e Cooperação Financeira Alemã (KFW) para apoiar a implementação do CAR nos demais biomas, em especial, no Cerrado e na Caatinga; e
- Acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Associação dos Produtores de Cana do Vale do Mogi (Assomogi); Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf); Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja); Banco do Brasil; Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa); Associação Nacional da Agricultura Camponesa (Anac); e Instituto 17 de Abril, visando à promoção e ao apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, com foco no CAR.

Para 2014, prevê-se o monitoramento da implementação do CAR em todas as unidades da Federação e a implementação dos acordos de cooperação técnica a fim de que o cadastro seja efetivo e componha de fato uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

A partir de imagens ortorretificadas de alta resolução disponibilizadas gratuitamente, será possível construir, em menos de dois anos, um mapa detalhado de todas as propriedades rurais e posses do País, permitindo a aferição do cumprimento da legislação ambiental, especialmente no que tange à reserva legal, bem assim o cálculo dos ativos e passivos a ela inerentes.

Esse mapa será um instrumento de atribuição de responsabilidades e aproveitamento de oportunidades no que concerne à preservação ambiental. Sua construção envolverá importantes inovações técnicas e esforço de concertação federativa. A plataforma tecnológica, desenvolvida originalmente como uma contribuição da União aos Estados que não tinham condições de cumprir isoladamente suas responsabilidades na implementação de cadastros próprios, acabou por ser adotada pela grande maioria desses entes federados, permitindo importante economia de recursos e conferindo maior celeridade ao processo de integração dos cadastros.

10. Ciência, Tecnologia e Inovação

O Brasil tem experimentado novo padrão de crescimento, especialmente a partir de 2003, com a incorporação de grande contingente populacional ao mercado de consumo de massa e redistribuição de renda. Para impulsionar esse novo padrão, investimentos em ciência, tecnologia e inovação mostram-se fundamentais para a consolidação da sociedade do conhecimento.





Neste contexto, grandes desafios continuam a ser enfrentados, tais como o fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação com capacidade de articular empresas, universidades e agentes financiadores e a desconcentração regional das atividades científicas e tecnológicas. Em 2013, o Governo Federal aperfeiçoou a forma de fomento à inovação, integrando os instrumentos de apoio disponíveis (crédito, subvenção econômica, investimentos, *equity* e recursos não reembolsáveis) por meio do lançamento do Plano Inova Empresa. Outra iniciativa que visa ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País foi a qualificação como organização social da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Também vêm sendo realizadas diversas iniciativas para unificar a metodologia para o levantamento dos dispêndios estaduais em Ciência e Tecnologia (C&T) por meio da criação da Rede de Indicadores Estaduais de C,T&I (Riecti) harmonizando as metodologias de forma a torná-los comparáveis entre si, com os indicadores nacionais e dos demais países.

Outras ações governamentais vêm sendo empreendidas no âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I): i) a estruturação de um sistema de suporte para decisões e alertas de desastres naturais; ii) o aperfeiçoamento da infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima; iii) o apoio ao Programa Espacial para o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites e a respectiva implantação de infraestrutura de lançamentos no País; iv) o apoio ao Programa Nuclear, com o objetivo de aumentar a produção de radioisótopos e radiofármacos no País, ampliando o acesso da população aos recursos da medicina nuclear; v) o fomento ao desenvolvimento de tecnologias sociais e assistivas; e vi) a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

Todas essas iniciativas vêm sendo realizadas mediante a mobilização de todos os setores da sociedade brasileira, além dos Governos Federal e estaduais, do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de CT&I, do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa e da Mobilização Empresarial pela Inovação. Em 2014, o Governo Federal continuará estimulando a parceria entre esses atores e órgãos públicos para a ampliação dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, prioritariamente nas áreas consideradas estratégicas para o País.

a) Promoção da Inovação

O Brasil tem desenvolvido esforços contínuos visando à melhoria do ambiente doméstico de inovação e ampliação de investimento público e privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Diversos instrumentos de política têm facilitado essa tarefa, tais como: i) incentivos fiscais; ii) subvenções diretas das agências de fomento a projetos relevantes para o desenvolvimento tecnológico nacional; iii) subsídios para a fixação de pesquisadores nas empresas; iv) programas de financiamento à inovação de capital empreendedor; e v) um arcabouço legal mais propício à interação com institutos públicos de pesquisa.

O ano de 2013 foi marcado pela formulação e lançamento, em março, do Plano Inova Empresa. O plano define áreas estratégicas, fortalece as relações entre empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) do setor público e prevê investimento em inovação, da ordem de R\$ 32,9 bilhões para o período 2013-2017, com vistas a estimular produtividade, competitividade e o desenvolvimento econômico do Brasil.

Os recursos do Plano destinam-se a empresas de todos os portes e prevêem: investimentos diretos nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I); subvenção econômica a empresas, fomento para projetos em parceria entre instituições de pesquisa e empresas, participação acionária em empresas de base tecnológica e crédito para empresas. Essa última modalidade, que representa cerca de R\$ 21 bilhões, oferece empréstimos com taxas de juros subsidiadas (2,5% a 5% a.a.), quatro anos de carência e 12 anos para pagamento. Os agentes executores são o BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).





São contemplados pelo Inova Empresa os editais do Plano de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (Paiss), destinados aos setores sucroquímico e sucroenergético; o Inova Petro, que abrange a cadeia de petróleo e gás; o Inova Energia, voltado para as cadeias produtivas ligadas a redes elétricas inteligentes (*smart grids*) e transmissão em ultra-alta tensão, geração de energia através de fontes alternativas, e veículos híbridos e eficiência energética veicular; o Inova Aerodefesa, voltado para os setores aeroespacial, aeronáutico e de defesa; o Inova Agro, que contempla toda a cadeia do agronegócio, além do Inova Saúde, para a área de equipamentos médicos e setores de biofármacos, farmoquímicos e medicamentos.

O InovAtiva Brasil é um programa para capacitação e geração de oportunidades para negócios inovadores de alto impacto, as *start-ups*, com até cinco anos de existência ou faturamento de até R\$ 3,6 milhões. O objetivo é dar a empreendedores conhecimentos de gestão e estruturação de projetos para que transformem boas ideias em negócios, seja por conta própria ou atraindo investidores. A capacitação é realizada em larga escala, em uma plataforma *on-line* com conteúdos específicos. Além disso, os empreendedores enviaram projetos para concorrer às etapas presenciais e semipresenciais do Programa, que incluem *workshops*, encontros com mentores, acompanhamento individualizado e uma apresentação final do projeto a uma banca de especialistas, empresários e investidores. A edição piloto do programa, em 2013, reuniu mais de três mil inscritos, que submeteram cerca de 1,6 mil projetos. Em janeiro de 2014, os 19 finalistas foram para o Vale do Silício, nos Estados Unidos, para encontros com universidades, incubadoras de empresas e investidores. Ainda em 2014, o Programa será ampliado para atender a um número maior de empreendedores, tanto na primeira etapa, *on-line*, quanto nas fases presenciais. A etapa inicial estará aberta para qualquer empresa, porém as fases seguintes serão restritas a conteúdo e mentoria específicos para os setores de saúde e agronegócios.

A Finep contratou em 2013 R\$ 6,27 bilhões em projetos de inovação, aumento de mais de 138% em relação a 2012. Para 2014, os investimentos previstos são da ordem R\$ 10 bilhões. Para atender a essa crescente demanda, foi lançado o *Finep 30 dias*, uma nova metodologia de análise de crédito que simplifica os processos e aumenta a transparência e a qualidade dos pareceres emitidos pelos analistas. A metodologia baseia-se em um *rating* (novo indicador de sensibilidade acerca da trajetória de investimento em inovação), permitindo responder às solicitações de financiamento das empresas em até 30 dias.

Em 2013, o setor automotivo foi contemplado com a regulamentação do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), que visa incentivar a produção e o desenvolvimento tecnológico da indústria automobilística no País, promovendo a segurança, a qualidade e a eficiência energética dos veículos. O Programa abrange empresas que produzem veículos no Brasil, as que comercializam e também aquelas que apresentarem projetos de investimento, e envolve incentivos como o crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de até 30 pontos percentuais. Uma das condições do Programa é a de reduzir o consumo de combustível médio dos automóveis beneficiados.

Outra iniciativa que visa promover a articulação entre as instituições científicas e a indústria para atender à demanda das empresas por pesquisa, desenvolvimento e inovação com a oferta de recursos públicos federais é a Embrapii. Em 2014, o aporte do Governo Federal para a Embrapii será de R\$ 260 milhões, destinado a projetos empresariais que tenham como base a inovação. Para os projetos e atividades de maior risco associado ao processo de inovação, o financiamento advirá em partes iguais da Embrapii, da empresa e da instituição de pesquisa.

O Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) é um dos principais instrumentos de integração das instituições científicas e tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação, principalmente das micro, pequenas e médias empresas. O Sistema é atualmente composto por 49 Redes operacionais, sendo dez de Centros de





Inovação, 17 de Serviços Tecnológicos e 22 de Extensão Tecnológica. Desde o período de instituição do Sibratec, em 2008, até o final de 2013, as Redes de Centros de Inovação já contrataram 14 projetos com ICT no valor total de R\$ 20 milhões, as Redes de Serviços Tecnológicos já realizaram mais de 700 mil ensaios e calibrações de produtos e as Redes de Extensão Tecnológica já realizaram mais de três mil atendimentos a empresas de micro, pequeno e médio porte. Os esforços para o fortalecimento e aperfeiçoamento das redes foram intensificados com o comprometimento de investimentos adicionais ao Programa, para a criação de duas Redes de Centros de Inovação no segmento de nanotecnologia, assim como a preparação de laboratórios do Sistema Nacional de Nanotecnologia (SisNano) para prestação de serviços tecnológicos em futura rede Sibratec neste segmento. Também será criada uma rede Sibratec de Serviços Tecnológicos para melhoria da qualidade de materiais do setor da construção civil, assim como para o fortalecimento das Redes de Extensão Tecnológica dos Estados de São Paulo e Santa Catarina.

Dentro da lógica de integração de políticas e esforços, atenção especial é dedicada a três áreas fundamentais: as tecnologias da informação e comunicação (TICs), a biotecnologia e a nanotecnologia. Nessa linha, foi lançada a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), um conjunto de ações com o objetivo de criar, integrar e fortalecer as atividades governamentais e os agentes atuantes nas áreas de nanociência e nanotecnologia. Em 2013 foram realizados investimentos de cerca 150 milhões em diversas ações voltadas para a nanotecnologia, desses R\$ 38,7 milhões no Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNano), um conjunto de laboratórios multiusuários direcionados a pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em nanociências e nanotecnologias. No que tange à IBN, para 2014 está previsto um investimento de R\$ 300 milhões, sendo R\$ 148 milhões nos laboratórios do SisNano.

Com o objetivo de fomentar a indústria de *software* e serviços de tecnologia da informação no Brasil, foi lançado o Programa Estratégico de *Software* e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior). O Programa tem cinco pilares: i) desenvolvimento econômico e social; ii) posicionamento internacional; iii) inovação e empreendedorismo; iv) produção científica, tecnológica e inovação; e v) competitividade. Suas ações envolvem: i) ecossistemas digitais; ii) certificação de tecnologia nacional de *Software* e serviços correlatos (Certics); iii) *Start-Up* Brasil para acelerar o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, iv) Educação Brasil Mais TI; v) Atração de Centros Globais de P&D; vi) Inteligência de Mercado; e vii) Fundos de Investimento Integrado.

A metodologia de certificação de *softwares*, Certics, identifica, credencia e diferencia *software* e seus serviços associados, gerando valor local e competitividade global para o Brasil. Serviços associados a um *software* ou a uma família de *software* certificado são aqueles que viabilizam ou ampliam as funcionalidades presentes em um *software*, como, por exemplo, serviços para adequação a novas plataformas, customização e serviços oferecidos no modelo SaaS (*Software as a Service*). Essa certificação é um mecanismo para facilitar o uso do poder de compra do Governo no estímulo à indústria nacional de *software* e serviços de tecnologia da informação.

A exemplo de outros setores produtivos e de serviços, também na área das TICs, grandes empresas estrangeiras estão vindo para o Brasil. O total de investimentos, públicos e privados, é de R\$ 700 milhões na instalação de centros de P&D. O Programa *Start-up* Brasil incentiva as empresas nascentes de base tecnológica, posicionando o Brasil como um *player* global no setor de TIC com produtos e serviços de alto valor agregado. Na primeira rodada do *Start-up* Brasil, foram selecionadas 56 *start-ups* entre 908 projetos inscritos. A segunda etapa do Programa foi concluída com seleção de 67 *start-ups* de um universo de 709 empresas solicitantes.





b) Programa Ciência sem Fronteiras e Formação para a Pesquisa

O Programa Ciência sem Fronteiras, lançado em 2011, a partir do esforço conjunto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC) por meio de suas respectivas instituições de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Desde seu início até o fim de 2013 foram concedidas mais de 60 mil bolsas, em cerca de 30 países. A maior parte (29%) dos bolsistas teve como destino os Estados Unidos, seguidos pelo Reino Unido, Canadá e França. Do total de bolsas concedidas, a maior parte (79%) foi destinada à graduação sanduíche, propiciando ao estudante de graduação realizar parte de seu curso em uma universidade estrangeira de excelência. As engenharias e demais áreas tecnológicas são as áreas prioritárias e a elas foi concedido o maior número de bolsas.

Em 2014, para atingir a meta de 101 mil bolsas até 2015, pretende-se enviar um contingente ainda maior de estudantes. Nesse esforço, destaca-se a inclusão de uma nova modalidade de bolsa para realização de mestrado profissional, a qual viabilizará a formação de profissionais brasileiros, fomentando o empreendedorismo e a competitividade no setor produtivo, em um contexto de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação do País.

Considerando o Ciência sem Fronteiras, em 2013, o CNPq concedeu mais de 100 mil bolsas em diferentes modalidades, desde a iniciação científica júnior ao pós-doutorado, além das bolsas de incentivo à produtividade de pesquisadores, alcançando mais de um bilhão de reais em investimento.

c) Fomento à Pesquisa Científica e Tecnológica

Em 2013 e considerando diversas fontes, o CNPq executou, no fomento à pesquisa científica e tecnológica, mais de sete mil projetos de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, envolvendo montante de recursos superior a R\$ 600 milhões, apoiou mais de uma centena de eventos científicos e deu suporte a inúmeros projetos de editoração científica.

O Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), lançado em 2008, ocupa posição estratégica no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) uma vez que mobiliza e agrega os melhores grupos de pesquisa nacionais; impulsiona a pesquisa básica e fundamental competitiva internacionalmente; estimula a pesquisa científica e tecnológica de ponta, promove a inovação e o espírito empreendedor; e estabelece programas que contribuam para a melhoria do ensino de ciências e a difusão do conhecimento científico para a sociedade. Desde sua criação, foram apoiados 126 INCTs nas mais diversas áreas do conhecimento, o que envolveu recursos da ordem de R\$ 864 milhões. Em 2013 foi realizado o II Seminário de Acompanhamento e Avaliação dos INCTs, que propiciou a apresentação dos resultados obtidos à sociedade científica nacional e internacional e aos seus financiadores. Está previsto o lançamento de uma nova chamada pública em 2014, a qual possibilitará a continuidade de vários institutos existentes e a criação de novos institutos.

O imenso potencial de exploração dos recursos naturais, sejam continentais ou marinhos, dão ao Brasil vantagem comparativa em bioeconomia. No entanto, para efetivamente usufruir dessa vantagem, é necessário dominar o conhecimento na área. O Plano Nacional de Trabalho para a Ação Biotecnologia Marinha (Biomar) é um instrumento de planejamento integrado e participativo que orienta, prioriza, quantifica e acompanha as atividades a serem empreendidas pelos segmentos envolvidos no conhecimento e uso sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha das águas jurisdicionais brasileiras. Em 2013 foi lançado edital para estruturação de uma rede de pesquisa em biotecnologia marinha, e para a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação que promovam o desenvolvimento social e econômico sustentável.





d) Expansão, Modernização e Manutenção da Infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento

Nas últimas décadas, a matriz de Ciência e Tecnologia (C&T) mundial se tornou mais densa e complexa e o desenvolvimento de novas tecnologias passou a depender, cada vez mais, do fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica. O Brasil realizou intensos esforços na melhoria de seu sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) e ampliou sua participação na produção científica mundial. Para alcançar a fronteira da ciência mundial, o País está determinado a investir fortemente na ciência básica e na modernização de sua infraestrutura científica e tecnológica.

O Projeto Sirius visa prover a comunidade de ciência e tecnologia brasileira de uma fonte de Luz Síncrotron com desempenho superior às melhores instalações deste tipo existentes no mundo. A nova fonte de luz Síncrotron brasileira substituirá, em 2016, a fonte atual e também será operada pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas. O projeto do prédio de 43 mil m², que abrigará o acelerador de elétrons e até 45 linhas de luz Síncrotron, está concluído. Já foram construídos e testados os protótipos de sextupolo pulsado, sistema de controle digital, câmara de vácuos, entre outras soluções que compõem o projeto de engenharia dos aceleradores. No final de 2012 e ao longo de 2013, a equipe de pesquisadores do LNLS começou a desenvolver o projeto conceitual de 13 linhas de luz que vão operar no estado da arte da tecnologia dos Síncrotrons de 3ª geração. Essas linhas operarão com energia de 3,0 Giga elétron-volts (GeV), emitância de 0,28 nm.rad e terão muito mais brilho que a fonte atual, o que abrirá novas perspectivas para a pesquisa e ciência brasileiras.

O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), com previsão de conclusão em 2018, além de produzir isótopos para uso médico e industrial, irá também atender à comunidade científica brasileira e da América Latina em áreas como nanotecnologia, biologia estrutural e desenvolvimento de novos materiais, por meio da utilização de feixe de nêutrons. Esse uso de nêutrons é complementar ao uso de luz síncrotron para o estudo de materiais. Dessa forma, o complexo Sirius – RMB disponibilizará instalações de pesquisa únicas na América Latina, servindo de polo de integração regional de pesquisa científica e tecnológica e formação de recursos humanos.

Uma aquisição com significativo impacto para a pesquisa oceanográfica brasileira é o novo navio de pesquisa hidroceanográfico que permitirá ao País a condução eficaz de pesquisa oceanográfica no Atlântico Sul e águas internacionais de interesse do País. Ainda nessa temática, foi criado, em 2013, o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH), que tem por missão traduzir o conhecimento científico adquirido em benefícios sociais e econômicos para o Brasil, preenchendo lacunas de conhecimento essenciais e provendo a infraestrutura necessária para o País avançar no uso e apropriação de recursos do mar, como eixo estruturante de desenvolvimento econômico nacional. Ao INPOH caberá manter e operar a frota de navios de pesquisa, treinar pessoal qualificado e estimular a indústria nacional no desenvolvimento de tecnologias para a pesquisa oceanográfica.

Está sendo realizado diagnóstico sobre a infraestrutura laboratorial de pesquisa no País. Em caráter piloto, as unidades de pesquisa do MCTI e alguns laboratórios relacionados a áreas estratégicas do Plano Brasil Maior foram convidados a preencher formulário *on-line* criado junto à Plataforma Lattes, do CNPq. A etapa de preenchimento foi concluída em 2013.

e) Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão Social

O Governo aumentou a integração e a capilaridade no que se refere à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades sociais, por meio de ações na área de CT&I. As ações são efetivadas mediante programas e apoio a projetos destinados à difusão, popularização e apropriação social dos conhecimentos científicos e tecnológicos e à melhoria da educação científica, além dos destinados ao desenvolvimento de tecnologias sociais, assistivas, de conteúdos e plataforma digitais, de segurança





alimentar e nutricional e de soluções tecnológicas para arranjos produtivos locais e regionais e cidades sustentáveis, sob o enfoque da inclusão social.

A área social ganhou reforço neste ano com o investimento por meio de ações interministeriais e dos Fundos Setoriais que resultou no montante de R\$ 154 milhões em chamadas públicas via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Programa de Extensão Universitária (Proext/MEC). O valor recorde foi distribuído em 13 editais e teve uma demanda que superou dois mil projetos submetidos. Entre as principais chamadas destacam-se:

- A chamada MCTI/Secis/CNPq nº 84/2013, com objetivo de selecionar propostas de consolidação e implantação de Núcleos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia Assistiva, no valor global de R\$ 13 milhões para itens de custeio, capital e bolsas. A meta do MCTI, no âmbito do Plano Viver sem Limite, é apoiar 80 Núcleos em instituições públicas com o objetivo de desenvolver e entregar produtos ou serviços tecnológicos para atender pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida;
- A Chamada Pública MCTI/Secis/Finep/FNDCT – Cooperação ICT-Empresa – Tecnologia Assistiva – 01/2013, financiamento pela Finep à empresas brasileiras que, em parceria com instituições de pesquisa científicas e tecnológicas, investem na criação de produtos inovadores em Tecnologia Assistiva, sendo o recurso disponibilizado da ordem de R\$ 20 milhões. São desenvolvidos equipamentos de esportes paraolímpicos e outros diretamente relacionados ao atendimento de pessoas com deficiência, idosos e com mobilidade reduzida;
- O Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA) já conta com 29 núcleos que compõem a rede de pesquisa em Tecnologia Assistiva, vinculados a universidades, institutos federais e unidades de pesquisa de todas as regiões do País. O ponto central da tarefa reside em articular nacionalmente uma rede cooperativa de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de Tecnologia Assistiva; e
- Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), ambientes tecnológicos voltados ao desenvolvimento, promoção e oferta de serviços e produtos para o fortalecimento dos sistemas produtivos locais por meio da extensão tecnológica, atua em diversas áreas temáticas, com destaque para agroecologia, confecção, economia criativa, extrativismo, metal-mecânica e segurança alimentar e nutricional. Em 2013, edital em conjunto com o MCTI/CNPq/Mapa/MDA/MEC/MPA, no valor total de R\$ 30 milhões, foi lançado para a criação de centros na área de agroecologia. Esta iniciativa teve 93 propostas apoiadas no universo de 170 submetidas. Atualmente, 255 CVTs estão em efetivo funcionamento e 115, na temática de agroecologia, em implantação em todo o País.

Em outubro de 2013, foi realizada a décima edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) com o tema *Ciência, Saúde e Esporte* com a finalidade de mobilizar a população, em especial crianças e jovens, sobre a importância da Ciência e Tecnologia (C&T).

De grande repercussão também é a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e aos estudantes do ensino médio de escolas públicas municipais, estaduais e federais. Em 2013, a Obmep contou com 19 milhões de participantes, proporcionando aos medalhistas capacitação e tutoria a distância em matemática, bem como uma bolsa de iniciação científica júnior, o que tem significado importante incentivo aos alunos na escolha de carreiras em ciências exatas e da computação e em engenharias.





Os Centros e Museus de Ciência e Tecnologia contribuem para a democratização do acesso ao conhecimento por meio de apoio a projetos, inclusive de criação e desenvolvimento de espaços científico-culturais, atividades ou eventos de divulgação científica realizados por entidades científicas, universidades, instituições de pesquisa e ensino, organismos estaduais, municipais e outros. A chamada MCTI/CNPq/Secis/FNDCT nº 90/2013 de apoio à criação de museus e centros de ciência, no valor global de R\$ 20 milhões, recebeu a submissão de 316 projetos, dos quais 62 foram contemplados, o que demonstra a grande demanda reprimida qualificada que existe hoje no Brasil.

f) Política Nuclear

A Política Nuclear envolve diversas áreas, como: enriquecimento de urânio, desenvolvimento tecnológico para a cadeia produtiva do ciclo do combustível nuclear, atualização do parque industrial de equipamentos pesados, apoio ao desenvolvimento de novos protocolos de segurança, deposição de rejeitos nucleares e implantação de infraestrutura de pesquisa voltada para o setor.

No Brasil, as atividades do setor nuclear visam à exploração segura e econômica do potencial científico, tecnológico e industrial do País, em todos os campos de aplicação pacífica da tecnologia nuclear. Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

No que tange à saúde, foram produzidos e distribuídos radiofármacos a mais de 300 clínicas e centros especializados em diagnóstico e terapia para tratamento de neoplasias, cardiopatias e neuropatias, viabilizando a realização de mais de dois milhões de procedimentos médicos no País, podendo chegar a 2,5 milhões em 2014. A maior parte dessas substâncias farmacêuticas é produzida a partir do Molibdênio-99, insumo atualmente importado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e que tem como principais fornecedores a Argentina, o Canadá e a África do Sul. Dentro de uma estratégia de aquisição diversificada, de tal forma a minimizar o risco de desabastecimento, como o que ocorreu no ano de 2008, optou-se pela construção no País do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que irá garantir o atendimento da demanda nacional por Molibdênio-99 e por outras substâncias radioativas. Também foi iniciada a produção de um novo radiofármaco, a fluorcolina, atualmente utilizado pelos grandes centros médicos internacionais para a realização de procedimentos de radiodiagnóstico da próstata.

Em 2013, houve a contratação do projeto básico dos itens nucleares do Reator Multipropósito (RMB) no âmbito do Acordo de Cooperação Brasil/Argentina na área nuclear. Com a implantação e funcionamento do RMB, no Centro Tecnológico Aramar, em Iperó/SP, o Brasil contará, a partir de 2018, com uma infraestrutura essencial para o desenvolvimento tecnológico das atividades nucleares no País e com capacidade para produzir os radioisótopos utilizados tanto na área de medicina nuclear quanto em várias aplicações na indústria, na agricultura e no meio ambiente. O RMB possibilitará ainda a realização de testes de irradiação de combustíveis e de materiais estruturais utilizados em reatores nucleares, além do apoio à operação das usinas de geração núcleo-elétrica e a realização de pesquisas em várias áreas do conhecimento.

Avançou-se também no desenvolvimento do projeto conceitual do Repositório de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN) em prol da busca de solução para a questão do armazenamento seguro e definitivo dos rejeitos radioativos das usinas nucleares e demais atividades nucleares do País.

Em 2013, o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), com o objetivo de manter o elevado grau de segurança das atividades nucleares do País, iniciou a modernização do Centro Nacional para o Gerenciamento de Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN), em Brasília/DF. Nessa direção, seguindo tendência internacional, vem se aprimorando





os exercícios de emergência tanto pelo aumento de sua frequência quanto por meio do desenvolvimento de *software* para melhorar o processo de decisão e análise da resposta a emergências. Em 2014, planeja-se a realização de nova etapa de treinamentos que incluirá a simulação de condições de emergência nuclear cada vez mais desafiadoras, de forma a manter o setor e a sociedade preparados para qualquer situação adversa.

Em relação à cadeia produtiva do ciclo do combustível nuclear, o Brasil é um dos três países, ao lado dos Estados Unidos e da Rússia, que têm reservas de urânio e domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear. Esta posição lhe confere a capacidade para suprir a demanda de combustível nuclear nas usinas nucleares e nos reatores de pesquisa e de produção de isótopos para usos diversos. Entretanto, o País não dispõe, ainda, de capacidade industrial instalada em escala suficiente para atender a essa demanda.

Para permitir as recargas de combustíveis das duas usinas nucleares atualmente em operação (Angra 1 e Angra 2), e ainda para a 1ª região do núcleo do reator de Angra 3, foram produzidos 89 elementos combustíveis. Para o exercício de 2014, está prevista a fabricação de 129 elementos combustíveis.

Nessa direção, a implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio tem por objetivo a autossuficiência com relação às recargas dos reatores de Angra. Em outubro de 2013, concluiu-se o módulo 1, composto por 4 cascatas de ultracentrífugas, em pleno funcionamento. Sua capacidade instalada corresponde a 17% da demanda de uma recarga de Angra 1. As obras civis dos outros três módulos já se encontram concluídas e mais uma cascata de ultracentrífuga encontra-se em processo de instalação, com comissionamento previsto para o primeiro trimestre de 2014. Os trabalhos de contratação e execução da montagem da infraestrutura eletromecânica dos módulos 3 e 4 estão em andamento. Prevê-se a conclusão, também em 2014, do projeto básico relacionado à implementação da fábrica de ultracentrífugas em Iperó/SP, contribuindo para acelerar o processo de implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio em Resende/RJ.

A mineração de urânio, em Caetité/BA, produziu 260 toneladas de concentrado de urânio. Foram concluídos os procedimentos para o rebaixamento da cava da Mina da Cachoeira e da sua futura lavra subterrânea, no momento em fase de licenciamento. O rebaixamento da cava vai preservar a capacidade anual de produção da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) em lavra a céu aberto, de onde se estima extrair 380 toneladas de óxido de urânio (U_3O_8). Também fazem parte do programa de trabalho em Caetité/BA a continuidade da implantação da lavra subterrânea, o desenvolvimento do projeto de duplicação da Planta Química de Beneficiamento e Produção de Concentrado de Urânio, bem como o início das atividades de preparação da abertura de nova frente de lavra a céu aberto, na Mina do Engenho, além da continuidade operacional das demais unidades operacionais da área mineral.

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep), indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, produziu 771 toneladas de equipamentos, entre os quais dois vasos de pressão para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e o fornecimento de dois dos quatro pacotes de Embutidos (oito toneladas) para a Usina Nuclear de Angra 3. Para 2014, já estão em andamento os trabalhos para atendimento do fornecimento de mais de cinco mil toneladas em equipamentos, incluindo três Condensadores (4,5 mil toneladas) e oito Acumuladores (170 toneladas).

Na área de proteção radiológica e de metrologia, a atuação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) resultou na utilização segura das radiações ionizantes em nove milhões de procedimentos de radioterapia e na proteção de mais de 120 mil trabalhadores, do público em geral e do meio ambiente. Foram realizadas ainda ações de segurança pública dos jogos da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e na Jornada Mundial da Juventude. As ações foram coordenadas pelos Ministérios da Justiça e da Defesa e diziam respeito à segurança radiológica e nuclear e na prevenção de possíveis atentados





utilizando materiais radioativos ou nucleares. Em 2014, deverá atuar na segurança radiológica e nuclear de todos os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014. Aguarda-se também para 2014 a tramitação do anteprojeto de lei de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear e a correspondente reestruturação da própria Comissão.

O esforço para o desenvolvimento e consolidação da área nuclear inclui, em 2013, a produção de mais de 500 pesquisas nas diversas aplicações, resultando na publicação de 330 artigos em periódicos e dez pedidos de patente; e a formação de 134 mestres e 53 doutores na área nuclear.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) visa capacitar o País a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica. Atualmente, o principal objetivo do Programa é estabelecer a competência técnica nacional para projetar, construir, comissionar, operar e manter reatores do tipo reator de água pressurizada e produzir o seu combustível. Dominada essa tecnologia, ela poderá ser empregada na geração de energia elétrica, tanto para iluminar uma cidade quanto para ser utilizada na propulsão naval dos submarinos que estão sendo construídos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear.

Em continuidade às ações do PNM, foram comissionadas, em 2013, as unidades de produção de Nitrato de Urânio (NTU) e de Trióxido de Urânio (UO_3), importantes etapas intermediárias da obtenção do Hexafluoreto de Urânio (UF_6). As conclusões das montagens eletromecânicas, das rotinas de testes, comissionamento e pré-operação das unidades de Tetrafluoreto de Urânio (UF_4), de UF_6 e Ácido Fluorídrico (HF) estão previstas para 2014.

As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra e do Laboratório de Geração de Energia Elétrica (Labgene) foram iniciadas em 2013. Os sistemas e equipamentos principais, como o motor elétrico principal, o simulador do Labgene e os turbo-geradores auxiliares e principais, encontram-se em fase de teste de aceitação.

No que tange à implantação da usina de enriquecimento de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), situada em Resende/RJ, o módulo 1 já está integralmente em operação e 50% do módulo 2 entrou em fase de comissionamento. A conclusão dos dois últimos está prevista para até 2016.

Outro importante passo no desenvolvimento do PNM foi o início das operações da empresa pública Amazônia Azul, Tecnologias de Defesa S.A (Amazul), em 2013, criada para desenvolver as ações necessárias à promoção, ao desenvolvimento, à absorção, à transferência e à manutenção de tecnologias relacionadas às atividades nucleares da Marinha do Brasil, ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e ao Programa Nuclear Brasileiro (PNB).

g) Política Espacial

A política espacial brasileira envolve a capacitação não só das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), mas objetiva também impulsionar a política industrial nacional exigindo a qualificação de fornecedores e contratação de serviços junto a empresas nacionais. Busca-se criar condições para a indústria nacional dominar tecnologias espaciais que contribuam para o acesso ao espaço; para o desenvolvimento de satélites e veículos lançadores, incremento de competências humanas no setor e para a inserção do País no mercado comercial de serviços e produtos espaciais. Funciona como indutor da inovação no parque industrial brasileiro, contribuindo também para a criação de empregos especializados e o crescimento econômico.

A Agência Espacial Brasileira (AEB) concluiu, em 2012, a revisão do Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae), documento decenal que orienta o desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil por meio de uma carteira de projetos





voltada para o atendimento das demandas do País. O novo Pnae aperfeiçoa a utilização do mecanismo de compras do Estado, procurando atender às demandas socioeconômicas de forma transversal e em sinergia com as demais políticas públicas em vigor, executando projetos de natureza estruturante e mobilizadora.

Dentre as realizações recentes, importante mencionar a conclusão da preparação do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS-3), quarto satélite lançado em dezembro de 2013, como resultado de 25 anos de cooperação espacial com a China, mas que não entrou em órbita por falha no veículo lançador chinês. Esse fato levou a uma recente decisão por antecipar o lançamento do CBERS-4 para o final de 2014. Destaque-se ainda para a aprovação, em reunião ocorrida em novembro na China, do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, aprovado na 3ª Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), que amplia as áreas de cooperação com aquele país.

No campo do desenvolvimento de missões espaciais que contribuam para a solução de problemas nacionais, destacam-se a conclusão dos trabalhos de análise das propostas de empresas estrangeiras para o fornecimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), de modo a atender às necessidades de comunicações seguras de Governo e de inclusão digital, bem como da formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT), que busca capacitar e fortalecer a base industrial brasileira em tecnologias da área espacial.

Nos esforços de conquista dos meios de acesso ao espaço, registram-se as contratações realizadas com a indústria para a fabricação de diversos itens mecânicos e eletrônicos a serem integrados ao Veículo Lançador de Satélites brasileiro (VLS), o que possibilitará a realização do voo tecnológico denominado VSISNAV em fins de 2014. Foram realizados também três lançamentos com sucesso do veículo lançador suborbital VSB-30, dois do Centro de Lançamento de Esrange (Suécia) e um do Centro de Lançamento de Andoya (Noruega), que confirmam a qualidade e confiabilidade desse veículo nas operações de experimentos em ambientes de microgravidade. Nos Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI) foram realizados, em 2013, lançamentos de cinco Foguetes de Treinamento (Fogtrein) com a missão de treinar operacionalmente o efetivo e testar a prontidão da infraestrutura daqueles Centros, exercitando as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos.

Para o desenvolvimento e consolidação de competências para o programa espacial no seu médio e longo prazos, foi implementado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para os próximos dois anos, um programa de 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras. Essa iniciativa conta com o apoio de organizações e agências espaciais estrangeiras, tais como *Russian Federal Space Agency (Roskosmos)*, Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (Jaxa), *European Space Agency (ESA)*, *China Centre for Resources Satellite Data and Application (Cresda)* e *National Aeronautics and Space Administration (Nasa)*.

Cabe, por fim, mencionar os avanços na implantação da infraestrutura de obras e sistemas no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), e no sítio de lançamento do foguete ucraniano Cyclone-4, ambos no Estado do Maranhão, estando previsto o seu primeiro voo de qualificação para 2015, como parte dos esforços de inserir o Brasil no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites.

Destaca-se, também, o papel de liderança brasileira no que concerne a tecnologias de monitoramento da floresta desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCTI) que serão usadas pelos países-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A parceria firmada permitirá a capacitação de técnicos de sete países – Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela –, que aprenderão no Centro Regional da Amazônia (CRA) do Inpe, em Belém, a manejar as ferramentas que fizeram da instituição brasileira uma referência mundial no monitoramento por satélite.





h) Mar, Zona Costeira e Antártida

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar), há mais de 31 anos vem realizando pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento, de forma a respaldar a condição do Brasil de membro consultivo do Tratado da Antártica, o que assegura a participação do País nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente.

No âmbito das atividades do Proantar, desenvolvidas ao longo de 2013, destaca-se a 31ª Operação Antártica (Operantar XXXI). No 1º trimestre foi concluída a desmontagem da antiga Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Nesse mesmo período foi concluída a instalação dos módulos antárticos emergenciais do complexo provisório, que vai abrigar cientistas e militares brasileiros na Antártica. Em 2013, foi selecionada a empresa que apresentou o melhor projeto arquitetônico para construção das novas instalações da EACF. O início das obras das fundações da Estação está previsto para os meses de fevereiro e março de 2014 e sua efetiva construção, no verão antártico de 2014/2015.

Ainda em 2013, deu-se início à 32ª Operação Antártica (Operantar XXXII), que apoiará 21 projetos científicos de diferentes áreas do conhecimento, com o envolvimento de cerca de 300 pesquisadores. O Proantar presta apoio aos Programas Antárticos da Bulgária, Espanha, Portugal, Equador e Peru e, pelo segundo ano consecutivo, integrantes brasileiros utilizarão a Base Antártica Câmara, da Marinha argentina para desenvolver suas pesquisas.

No contexto do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Remplac), e do Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (ProArea), foi formada, no período de abril a maio de 2013, a primeira expedição de pesquisa no âmbito do Grupo de Ciências do mar do Comitê Conjunto Brasil-Japão em Ciência, Tecnologia e Inovação, composta de pesquisadores de universidades e empresas dos dois países. Esses Programas destinam-se a identificar e avaliar a potencialidade dos recursos minerais marinhos e da biodiversidade a eles associada, com importância econômica e político-estratégica para o Brasil.

Essa iniciativa conjunta teve como propósito a descoberta de ecossistemas biológicos quimiossintéticos, que buscam o entendimento do processo de formação geológica, a ecologia e a biodiversidade dentro da Amazônia Azul (Bacia de Santos – Platô São Paulo) e a pesquisa da biologia, da taxonomia, da geologia e geoquímica dos ecossistemas, na elevação do Rio Grande e na Cordilheira de São Paulo, com a finalidade de entender o processo de formação geológica, a ecologia e a biodiversidade da região.

Em continuidade aos trabalhos do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), os dados geofísicos complementares obtidos foram processados e interpretados, de modo a fundamentar a proposta de revisão do limite exterior da margem continental brasileira para além das 200 milhas náuticas. Essa proposta será encaminhada à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas para avaliação.





III - IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES



III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

1. Redução da Pobreza e das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

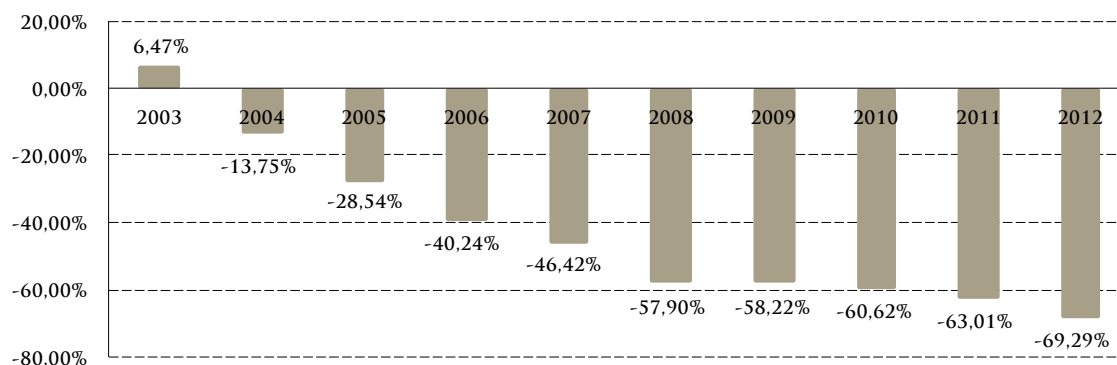
a) Redução da Pobreza e das Desigualdades

A realidade social brasileira vem se transformando significativamente nos últimos anos, a partir da formulação e da implementação de políticas públicas capazes de combinar estabilidade econômica e redução das desigualdades sociais, proporcionando proteção social e segurança alimentar e nutricional.

Ao observar o crescimento da renda *per capita*, que incorpora todas as fontes de renda, incluindo as transferências, nota-se que a população de renda mais baixa foi beneficiada de forma significativa na última década, o que contribuiu para diminuir a histórica desigualdade no País. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 revela que a renda total das famílias cresceu 8,9% acima da inflação. Esse incremento foi maior para os 10% mais pobres, cuja renda aumentou 14%.

A redução expressiva da pobreza extrema na última década é mostrada no gráfico a seguir, que ilustra sua variação, tendo por parâmetro a linha internacional de pobreza de US\$ 1,25 ao dia, convertido pela paridade do poder de compra (PPP) – métrica utilizada para a aferição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Variação Acumulada da Pobreza desde 2003 - US\$ 1,25 PPP



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM), criado em 2011, coordena ações intersetoriais para a superação da extrema pobreza em todo o território nacional. A concepção do BSM teve como ponto de partida a experiência exitosa do Programa Bolsa Família (PBF), que ao longo de uma década ajudou a consolidar a rede de proteção social brasileira e a constituir um registro confiável para atender as famílias mais pobres do País, o Cadastro Único para Programas Sociais.

Além de contribuir para a diminuição da pobreza e da desigualdade, o PBF incrementa o crescimento econômico. De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cada R\$ 1,00 destinado ao Programa aumenta em R\$ 1,78 o Produto Interno Bruto (PIB) e em R\$ 2,40 o consumo final das famílias. Impacto com tal dimensão a partir de um investimento da ordem de R\$ 24 bilhões por ano, que representa apenas 0,46% do PIB brasileiro.





Em março de 2013, o BSM concluiu um ciclo de inovações no PBF que hoje permite a 22 milhões de brasileiros superar a extrema pobreza. O BSM está levando aos brasileiros mais pobres oportunidades de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria, acesso a microcrédito produtivo orientado do Programa Crescer, serviços de assistência técnica no campo, acesso à água e energia elétrica no meio rural, educação em tempo integral, ampliação e melhora do atendimento em creches com a Ação Brasil Carinhoso, atendimento de saúde nas localidades pobres e muito mais.

b) Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) envolve um conjunto articulado de ações do poder público federal, estadual e municipal, do setor privado e da sociedade civil organizada. Seu público prioritário são os brasileiros que, quando o Plano foi lançado, em junho de 2011, ainda estavam em situação de extrema pobreza (ou seja, com renda mensal inferior a R\$ 70,00 – valor alinhado àquele usado pelas Nações Unidas na aferição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Entre os principais resultados do BSM, em 2013, e perspectivas para 2014 destacam-se:

- Em março de 2013 ocorreu a terceira e última etapa da implementação de um novo benefício do PBF destinado a retirar da extrema pobreza as famílias que ainda se encontravam nessa situação;
- 204,5 mil famílias em situação de extrema pobreza foram localizadas pela busca ativa e incluídas no Cadastro Único e no PBF, totalizando 999 mil famílias desde o início do BSM. Estima-se que ainda seja necessário encontrar cerca de 500 mil famílias;
- 1.195 equipes volantes da assistência social foram criadas para ajudar na busca ativa desde o início do Plano e 30 lanchas da assistência social foram entregues a vários Municípios em 2013. Isso permite aos profissionais da assistência chegar a localidades distantes ou de difícil acesso;
- 220,5 mil nutrízes e 211 mil gestantes foram atendidas com benefício variável do PBF em dezembro de 2013, melhorando a renda e as condições de vida das famílias pobres com bebês;
- 578 mil matrículas foram feitas em 2013 nos cursos de capacitação profissional do Pronatec Brasil Sem Miséria, concebidos especialmente para dar à população mais pobre a oportunidade de se qualificar e melhorar sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sua renda e qualidade de vida. O total de matrículas desde o início o BSM chega a 842 mil. A meta é superar um milhão de pessoas qualificadas em 2014;
- Os brasileiros mais pobres que desejam trabalhar por conta própria são estimulados pelo BSM a se formalizar como Microempreendedores Individuais (MEI) e a ingressar no Programa de Assistência Técnica e Gerencial coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Dos 3,6 milhões de empreendedores já formalizados como MEI, 776 mil estão do Cadastro Único e 329 mil no PBF;
- Para apoiar a estruturação e expansão dos seus negócios, os trabalhadores autônomos de baixa renda podem ter acesso ao microcrédito produtivo orientado dos bancos públicos federais no Programa Crescer. Desde setembro de 2011, início do Programa, 3,3 milhões de operações com 1,4 milhão de pessoas do Cadastro Único foram realizadas. Desse total, 2,3 milhões de empréstimos foram concedidos a 976 mil beneficiários do PBF;
- Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do BSM apoiam a estruturação da produção dos agricultores extremamente pobres registrados no Cadastro Único. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para consumo próprio, melhorando sua situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, aumentando sua renda. Foram





contratados serviços de assistência técnica para atender 29,6 mil famílias de agricultores em 2013, levando o total de famílias cobertas desde o início do Plano para 259,8 mil. Dentre elas, 55,2 mil já receberam recursos de fomento;

- 481 mil cisternas foram entregues e 41,1 mil sistemas voltados à produção instalados no âmbito do Programa Água para Todos desde o começo do BSM. Só em 2013 foram 237,9 mil cisternas de consumo e 28,8 mil para tecnologias de produção. Em 2014, o número de famílias com cisternas de consumo deve chegar a 750 mil;
- O total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, que alia conservação ambiental e combate à pobreza, criado especialmente para compor o BSM, chegou a 51,3 mil em 2013 e deverá ser ampliado até alcançar a 73 mil famílias em 2014;
- 3.434 Municípios identificaram 450,9 mil crianças do Bolsa Família em suas redes de creches em 2013, ampliando os recursos que recebem do Governo Federal para mantê-las, por meio da ação Brasil Carinhoso, criada pelo BSM. A ação envolve iniciativas nas áreas de transferência de renda, saúde e educação para as crianças de até seis anos; e
- Distribuição de 658 toneladas de sementes pelo PBM, sendo 459 toneladas de milho, 196 toneladas de feijão-caupi e três toneladas de hortaliças, dentro do plano de atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Além desses resultados, o BSM aperfeiçoou seu modelo de gestão e relacionamento com parceiros. Para consolidar e aprofundar a articulação federativa no BSM, foi lançada uma cartilha que explica aos gestores municipais como implementar e fortalecer as principais ações do Plano. Também foi criada ferramenta *on-line* com informações sobre a situação das principais ações do BSM em cada um dos Municípios, atualizadas bimestralmente. Isso facilita o trabalho dos governos municipais na elaboração de planos locais de superação da extrema pobreza. Em formato similar foi disponibilizada também uma ferramenta *on-line* destinada aos Estados.

c) Programa Bolsa Família

Em 2013, o Programa Bolsa Família (PBF) consolida-se como o maior programa de transferência de renda do mundo. Em dezembro de 2013, o Programa atendia 14,1 milhões de famílias, com um volume de recursos da ordem de R\$ 24 bilhões. O benefício médio mensal foi de R\$ 152,00 por família.

Uma das principais mudanças implementadas no PBF em 2013 foi a ampliação do público que recebia o benefício criado no âmbito da Ação Brasil Carinhoso para retirar da extrema pobreza as famílias do PBF que ainda se encontravam nessa situação. Batizado de Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP) e criado em maio de 2012, ele foi concedido às famílias extremamente pobres que possuíam em sua composição crianças de zero a seis anos de idade. A partir de novembro, ele foi ampliado, passando a ser pago às famílias com adolescentes de até 15 anos. Em março de 2013, o BSP passou a ser pago a todas as famílias participantes do Programa, independentemente da composição familiar. Atualmente, nenhuma das famílias beneficiárias está abaixo da linha da extrema pobreza. De acordo com dados de dezembro de 2013, das 14,1 milhões de famílias do Programa, 4,9 milhões recebiam o BSP, cujo valor é calculado de acordo com a renda *per capita* de cada família.

No aspecto econômico, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011 demonstram que, entre as famílias com rendimento mensal *per capita* de até 25% do salário mínimo, ou seja, as que se encaixam no perfil do Bolsa Família, 62% da renda familiar era proveniente do trabalho, o que se contrapõe à ideia muito difundida entre parte da população de que o Bolsa Família contribuiria para desestimular as pessoas a trabalhar.





Como prova do reconhecimento internacional, o Bolsa Família foi o vencedor da primeira edição do *Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social*, oferecido pela Associação Internacional de Seguridade Social, que congrega 330 organizações filiadas em 157 países.

Na última década, graças ao Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza, sendo 22 milhões em função das mudanças implementadas com o Plano Brasil sem Miséria. Esse resultado não poderia ter sido alcançado sem o comprometimento dos Estados e dos Municípios no cadastramento das famílias e na administração local do Programa.

O Governo Federal reconhece a importância desse trabalho, destinando recursos a todos os entes federados com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que varia de acordo com a taxa de atualização dos cadastros, o cumprimento das condicionalidades e a prestação em dia das contas, entre outros fatores. Em 2013, até o mês de outubro, a União havia transferido R\$ 417,1 milhões com base no IGD aos Municípios e R\$ 20,2 milhões para os Estados.

Para 2014, a meta, como parte do Plano Brasil Sem Miséria, é localizar e incluir no Cadastro Único, no PBF e em outros programas cerca de 500 mil famílias que ainda se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, ainda não localizadas pela estratégia de busca ativa.

d) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é uma conquista social e um importante componente da estratégia para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. O Sistema se organiza em dois níveis de proteção social (básica e especial) e atua por meio das unidades de referência na prestação de serviços – Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os serviços por elas ofertados, dentre os quais o de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (Paefi) e o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti). A gestão das ações na área de assistência social é organizada de forma descentralizada e participativa. Além disso, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD/Suas) funciona como mecanismo de incentivo ao aperfeiçoamento da gestão dos Municípios e Estados.

Dentre as ações implementadas em 2013, destacam-se: i) ampliação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) e do Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho (BPC Trabalho); e ii) reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, adolescentes e idosos. Em 2014 será implantado o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), com informações relativas às ações socioassistenciais ofertadas pelas entidades privadas, aumentando a capacidade de monitoramento e avaliação da política de assistência social pelos entes federados.

Visando ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o Programa Nacional de Capacitação dos trabalhadores do Suas (CapacitaSuas) tem como objetivo apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução de seus planos estaduais de capacitação, na perspectiva de atender às agendas prioritárias pactuadas em âmbito nacional. Em 2012, foram transferidos recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores do Sistema, devendo ocorrer nova liberação de recursos no início de 2014, para a capacitação de mais 44 mil pessoas, entre gestores, trabalhadores e conselheiros da área. Para sua execução, foi instituída uma rede nacional formada por 101 Instituições de Ensino Superior presentes nas cinco regiões do País.





d.1) Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica (PSB) articula um conjunto de ações voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade, visando prevenir situações de risco (abandono, negligência, violência, dentre outras), fortalecer vínculos familiares e comunitários e viabilizar o acesso à proteção socioassistencial e de outras políticas setoriais. Os principais serviços são o de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SFCV).

Os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) são as unidades públicas estatais responsáveis pela organização da proteção social básica, trabalhando no fortalecimento dos vínculos familiares por meio do acompanhamento familiar, respeitando a realidade em que a pessoa está inserida, e da prevenção de situações de risco.

O Sistema de Cadastro do Suas (CadSuas) registrou ao final de 2013 a existência de 7.939 Cras, em 5.447 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de 22,5 milhões de famílias. Em 2013, como parte do Plano Brasil Sem Miséria, os Municípios que não possuíam nenhum cofinanciamento federal para o Paif receberam a oferta para implantação desse serviço. O valor de referência transferido aos Municípios que possuem unidades Cras cofinanciadas foi elevado em aproximadamente 33,4%, contribuindo para o aprimoramento da qualidade dos serviços. Para a manutenção e expansão dessa rede, em 2013, foi destinado um montante de aproximadamente R\$ 588 milhões, estando previstos para 2014 recursos da ordem de R\$ 750 milhões.

Os Cras cujos territórios de abrangência possuem peculiaridades de extensão territorial, áreas rurais ou de difícil acesso, isolamento ou dispersão populacional podem contar com equipes volantes, visando ampliar sua capacidade de atendimento e o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, em 2013, o cofinanciamento federal para os serviços realizados por equipes volantes alcançou 1.028 Municípios, responsáveis por 1.195 equipes, demandando recursos de R\$ 61 milhões. Para viabilizar o transporte hidroviário dessas equipes em áreas da Amazônia e do Pantanal, foi estruturada a doação de 123 lanchas de assistência social e o cofinanciamento a Municípios para manutenção. As primeiras 30 unidades foram entregues a Municípios do Estado do Pará (24) e do Amazonas (seis).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) organiza-se por faixas etárias, estando prevista a oferta de atividades intergeracionais com o objetivo de enfrentar situações de vulnerabilidade, contribuindo para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, inclusive pessoas com deficiência.

O SCFV ocorre por meio do trabalho em grupos, podendo ser ofertado nos Cras, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social sem fins lucrativos, referenciadas ao Cras. Até o reordenamento do SCFV, em novembro de 2013, esse serviço possuía regras distintas de cálculo e repasse do cofinanciamento e grande parte dos Municípios não ofertava o serviço aos variados públicos. O reordenamento do SCFV visando à universalização da oferta e a equalização do cofinanciamento foi aceito em 5.036 Municípios. A meta para 2014 é atender 1,65 milhão de pessoas, com recursos da ordem de R\$ 900 milhões.

d.2) Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos já tenham sido violados ou ameaçados. A PSE visa contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos vitimados por violência física, psíquica, negligência, abandono, violência sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras situações. Suas ações são organizadas em dois níveis de complexidade, média ou alta, conforme as situações vivenciadas pelos indivíduos ou famílias.





A média complexidade oferta serviços de orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesse sentido, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) ofertam serviços entre os quais de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), de Abordagem Social e, mediante demanda, de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).

Ao final de 2013, o Governo Federal cofinanciava a oferta dos serviços em 2.216 unidades Creas (municipais e regionais), que cobriam 2.303 Municípios de todas as unidades da Federação, com atendimento de aproximadamente 130 mil famílias e indivíduos. Além disso, aproximadamente 900 desses Municípios atendem cerca de 70 mil adolescentes e jovens (12 a 21 anos) que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Também merece destaque o cofinanciamento para implantação de 530 equipes de Abordagem Social em 262 Municípios (Programa *Crack, é possível vencer*) e a ampliação para 291 unidades Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), com a inclusão de Municípios de médio porte localizados em regiões metropolitanas. Ainda foram oferecidos serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos em 1.558 Municípios de todas as unidades federadas.

Com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), foi iniciado o cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias, em todas as unidades da Federação, por meio das unidades Centro Dia, com o objetivo de ofertar, durante o dia cuidados pessoais a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência como forma de suplementar o trabalho dos cuidadores familiares. Dessas unidades, seis estão em funcionamento e as demais já foram pactuadas e encontram-se em organização para início do atendimento. Para a proteção social de média complexidade, em 2013, foram destinados recursos de R\$ 390 milhões, prevendo-se para 2014 um aporte de R\$ 624 milhões.

Na alta complexidade, são ofertados serviços de acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2013 ocorreu o reordenamento da oferta de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, compreendendo 35.460 vagas cofinanciadas pelo Governo Federal. Ainda, como estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos, o Viver sem Limite passou a cofinanciar o serviço de acolhimento para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência em 204 Residências Inclusivas. Além disso, o BSM ampliou a oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, cobrindo 245 Municípios e o Distrito Federal, com capacidade para atender aproximadamente 23,1 mil pessoas.

Em 2013 foi regulado o Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que visa complementar as ações de defesa e proteção civil a indivíduos e famílias afetados por desastres, com o apoio à manutenção de abrigos emergenciais e às provisões necessárias para o atendimento dessas famílias.

Em 2013, para a manutenção e expansão desse conjunto de serviços de alta complexidade, foram investidos aproximadamente R\$ 99,2 milhões, prevendo-se para 2014 um aporte de R\$ 247,1 milhões.

d.3) Benefício de Prestação Continuada

Em 2013, a cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) alcançou 3,9 milhões de beneficiários, sendo 2,1 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de idosos, representando um investimento de R\$ 30,5 bilhões. Para 2014, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2,3 milhões de pessoas com deficiência e 1,9 milhão de idosos, com investimentos de R\$ 34,6 bilhões.





A expansão do quantitativo de beneficiários reflete mudanças demográficas, sociais e legais, bem como os esforços para superação de barreiras informacionais de acesso ao benefício, visando à efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente. Encontra-se em fase adiantada de estudos a definição de critérios complementares ao corte de renda familiar *per capita*, como indicativos de vulnerabilidade para aferição da necessidade de acesso ao benefício.

O BPC na Escola visa promover acesso e permanência às pessoas com deficiência, beneficiárias do Programa, preferencialmente de zero a 18 anos, nos estabelecimentos escolares, assim como o acompanhamento dessas crianças e jovens e de suas famílias, favorecendo seu desenvolvimento e a inclusão social. Até 2013, aderiram ao Programa mais de 3,7 mil Municípios, incluindo todas as capitais, contribuindo para a inclusão de mais de 394 mil beneficiários. O cruzamento de dados entre os cadastros do BPC com os da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) aponta expressivo aumento dos beneficiários matriculados nas classes comuns do ensino regular – a proporção evoluiu de 29,53% (2007) para 70,16% (2012).

O BPC Trabalho visa promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. Em 2013, o BPC Trabalho foi expandido para os 739 Municípios que aderiram ao Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem entre seu público prioritário os beneficiários do BPC. Entre janeiro e novembro de 2013, mais de 15 mil beneficiários foram visitados e 1,4 mil foram matriculados em cursos de qualificação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil sem Miséria.

d.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) compreende a transferência de renda, o trabalho social com as famílias e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2012, o trabalho infantil atingia 4,1% das crianças e adolescentes da faixa etária atendida pelo Programa, representando redução significativa em relação ao índice de 8,52% verificado em 2001.

Em 2013 foi cofinanciado o montante de R\$ 193 milhões para garantir a capacidade de atendimento em 3.588 Municípios para os serviços do Peti. A partir de outubro, com a implementação do reordenamento do SCFV, as crianças e adolescentes em situação de trabalho passaram a acessar o Serviço de Convivência ofertado pelos 5.036 Municípios que aceitaram a oferta do cofinanciamento federal para o novo modelo.

Com o reordenamento, o Peti passa a contar com estratégias voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil nos Municípios com maior incidência dessa situação. A perspectiva é aperfeiçoar o uso da informação, ampliar a capacidade de mobilização e de identificação de crianças e adolescentes, bem como o apoio e acompanhamento das ações nestas localidades. Em 2013, com o redesenho do Peti, 26 Estados e 288 Municípios em todas as unidades da Federação passarão a contar com recursos do financiamento federal para implementação de ações estratégicas. Para 2014, o Governo Federal disponibilizará recursos para essas ações a outros 512 Municípios, dentre os 1.913 com maior incidência de trabalho infantil no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).





d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) funciona de forma integrada ao Pronatec – Brasil Sem Miséria, tendo como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social. Com o Acessuas Trabalho, os usuários são encaminhados a oportunidades de preparação e inclusão no mundo do trabalho, incluindo cursos ofertados pelo Pronatec e intermediação de mão de obra. Criado em 2012, o Programa foi implantado inicialmente em 292 Municípios, sendo expandido em 2013 para 739 Municípios, resultando na ampliação de recursos da ordem de R\$ 64 milhões para R\$ 108 milhões no ano, prevendo-se para 2014 investimentos de R\$ 120 milhões.

e) Segurança Alimentar e Nutricional

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) já conta com a adesão de 25 Estados, fortalecendo seu papel de articulação e promovendo a participação social e a intersetorialidade. Avançou-se na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio do Termo de Adesão e da modalidade Compra Institucional, além de terem sido definidas medidas para o aprimoramento da gestão, do controle e da transparência do Programa.

A construção do Sisan apresentou, em 2013, novos avanços, destacando-se o processo de monitoramento do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), com vigência no período de 2012 a 2015, pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Em 2013 foi elaborado, ainda, balanço da execução das ações do Plano, com vistas a subsidiar a IV Conferência + 2 de Segurança Alimentar e Nutricional, que será realizada em março de 2014.

No ano de 2013, esforços foram envidados para garantir o fortalecimento e a mobilização dos Estados para o funcionamento dos componentes do Sisan (Câmaras Intersetoriais e Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional), além da mobilização dos Municípios, publicação de materiais e formação de gestores. Houve ampliação de uma para nove universidades que apoiarão a realização de capacitações em todos os Estados. Foram realizadas cinco oficinas com as Câmaras Intersetoriais Estaduais de SAN (Caisans), que recebem aporte financeiro para fortalecer o Sistema nos Estados, objetivando um diálogo intergovernamental no planejamento e execução de programas e ações integrantes da Política Nacional de SAN.

e.1) Acesso à Água

Em 2013, por meio da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas, que trouxe importantes avanços institucionais com o objetivo de acelerar a execução das ações de acesso à água para consumo e para produção. O Programa Cisternas contribui para o esforço do Programa Água para Todos, criado em 2011, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, cujas metas são universalizar a água de consumo na área rural do semiárido brasileiro e implementar 76 mil tecnologias de acesso à água para produção na mesma região até 2014.

A ação de acesso à água para consumo humano na zona rural integra o Programa Cisternas e tem como objetivo garantir o acesso à água potável em quantidade e qualidade suficientes para a segurança alimentar e nutricional para populações rurais. As atividades desenvolvidas compreendem a seleção das famílias da zona rural sem acesso à rede pública de abastecimento, formação de mão de obra para a construção de cisternas e capacitação das famílias para a gestão da água e uso sustentável dos recursos naturais, bem como a construção das cisternas em domicílios, comunidades e escolas rurais.

Em 2013, foram entregues, pelo Programa Cisternas, 100.971 cisternas de placas, beneficiando famílias de baixa renda residentes na zona rural da região do semiárido brasileiro. Desde 2011, já foram implementadas mais de 266 mil cisternas.





Para 2014, estão previstos R\$ 303 milhões, suficientes para a contratação de cerca de 121 mil novas cisternas de placas e outras tecnologias apropriadas.

A ação de acesso à água para produção de alimentos, que também integra o Programa Cisternas, tem por objetivo a identificação e a implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água, de baixo custo e de comprovada eficiência técnica, que visem ampliar as condições de acesso à água para o fomento e estruturação produtiva no meio rural.

No ano de 2013, foram entregues 18 mil tecnologias familiares e comunitárias, que beneficiaram mais de 20 mil famílias de baixa renda residentes na zona rural da região do semiárido brasileiro. Já são mais de 30 mil tecnologias de água para produção, implementadas desde 2011 no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para 2014, estão previstos recursos da ordem de R\$ 340 milhões para apoiar a implementação de 34 mil tecnologias de água para produção. A definição de metas mais ambiciosas de implementação, em um contexto de institucionalização do Programa Cisternas, contribui para o esforço de enfrentamento dos efeitos da estiagem e para a promoção da convivência com o semiárido.

e.2) Fomento às Atividades Produtivas Rurais

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – fundamental na estratégia de inclusão produtiva rural do BSM – consiste na disponibilização de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais e no repasse de recursos financeiros não reembolsáveis a esses públicos.

No ano de 2013, o Programa passou a atender famílias em todo o território nacional. Os editais de chamadas públicas e os acordos de cooperação técnica, cuja publicação ou formalização ocorreram em 2012, tiveram sua execução iniciada preponderantemente em 2013, possibilitando que 259,8 mil agricultores familiares em extrema pobreza de todas as regiões do País tivessem assistência técnica e extensão rural. Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, 54,5 mil famílias receberam recursos do Programa, ampliando sua capacidade produtiva e com reflexos diretos na segurança alimentar e nutricional de seus integrantes.

No ano de 2013 também foram promovidas alterações no marco legal do Programa de Fomento aproximando o desembolso dos recursos das necessidades de investimento e custeio das famílias beneficiárias, ao permitir, entre outros aspectos, a redução no intervalo para a transferência das parcelas. Além disso, as medidas ampliaram a atuação do Programa, com a criação da modalidade Fomento Semiárido, um dos componentes para responder ao desafio de recuperar a capacidade produtiva na região, muito afetada pelos impactos da estiagem prolongada.

Essa modalidade procura incentivar sistemas produtivos mais bem adaptados à convivência com o Semiárido e recuperar a capacidade produtiva de famílias de agricultores familiares em situação de pobreza que vivem nessa região. Para atingir esse objetivo, o valor máximo das transferências aumentou de R\$ 2,4 mil para R\$ 3 mil e o público beneficiado foi ampliado. A nova modalidade está sendo executada a partir de parcerias com os governos estaduais para a oferta da assistência técnica e extensão rural na região, considerando a meta de atender 30 mil famílias até 2014.

e.3) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem por finalidades o incentivo à agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social, o consumo e o acesso a alimentos em quantidade e qualidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; a promoção do abastecimento alimentar; o fortalecimento dos circuitos comerciais locais





e regionais; o estímulo ao cooperativismo e associativismo; a formação de estoques públicos; e a valorização da biodiversidade e da produção orgânica e agroecológica, com ênfase na sustentabilidade.

O Programa tem duas categorias de beneficiários: os fornecedores de alimentos (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais) – devendo ser garantida a participação de 40% de mulheres; e os consumidores de alimentos, que são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além daquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e demais ações dessa natureza financiadas pelo poder público.

O PAA vem passando por aperfeiçoamentos que visam permitir o aumento do número de beneficiários, tanto de fornecedores quanto de consumidores, bem como a articulação com as demais ações do BSM. Vêm sendo celebrados termos de adesão com Estados, Municípios e Distrito Federal, com vistas à descentralização da implementação do Programa. Até dezembro de 2013, 23 Estados e 427 Municípios aderiram à nova forma de operação do PAA. A partir da adesão e do início da execução do Programa por meio desta inovação, o pagamento aos beneficiários fornecedores será realizado por meio de crédito em cartão bancário específico, emitido por instituição financeira oficial.

O MDS participou – até novembro de 2013 – de 16 capacitações e ações de divulgação do PAA, tendo sido capacitados 480 técnicos, concentrados nas regiões Norte e Nordeste, e com atuação junto a assentados e povos e comunidades tradicionais. Até setembro de 2013, 53.206 beneficiários fornecedores comercializaram mais de 147 mil toneladas de alimentos pelo PAA. Para o ano de 2014 o Programa tem recursos previstos da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

Por fim, cabe destacar a modalidade compra institucional, introduzida pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, com a finalidade de garantir que órgãos e entidades dos poderes públicos dos entes federados possam comprar alimentos da agricultura familiar, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas de abastecimento de hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas, entre outros. Em 2013, primeiro ano efetivo de sua implantação, cinco Estados/órgãos de governo executaram dez chamadas, por meio da qual foram adquiridos mais de R\$ 20 milhões em alimentos da agricultura familiar. Foram realizadas duas chamadas públicas para aquisição de alimentos, que serão utilizados na composição de cestas para atendimento de famílias beneficiárias da ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos.

e.4) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos

A distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos tem caráter emergencial e complementar de atendimento a segmentos populacionais que estão em situação continuada de insegurança alimentar e nutricional – acampados, pescadores, atingidos por barragens, comunidades de terreiros, indígenas e quilombolas. A ação também atende demandas emergenciais, oriundas das ações de defesa civil, de acordo com necessidades advindas de catástrofes ambientais.

No ano de 2013, foram lançadas duas chamadas públicas no âmbito da modalidade compra institucional para a composição das cestas com alimentos da agricultura familiar. Foram distribuídas, entre janeiro e novembro de 2013, cerca de 1,4 milhão de cestas de alimentos, contemplando 380.631 famílias. Para 2014, estão previstos recursos da ordem de R\$ 82 milhões.

e.5) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

A Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compreende os Restaurantes Populares (RP), as Cozinhas Comunitárias (CC), os Bancos de Alimentos (BA), as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da





Agricultura Familiar / Unidades de Apoio à Agricultura Familiar (Uadaf) e Unidades de Alimentação e Nutrição vinculadas a outras políticas públicas.

No ano de 2013, os investimentos foram direcionados para as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar e para unidades de alimentação e nutrição nas creches. Para as primeiras, foi realizado um edital de seleção pública direcionado às regiões Norte e Nordeste. Os 12 projetos aprovados somam um total de R\$ 81,9 milhões e irão beneficiar, aproximadamente, 428 mil agricultores familiares daquelas regiões.

Em dezembro de 2012, o MDS firmou termo de cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para modernizar, com a entrega de *kits* de equipamentos, as cozinhas de mil creches em 63 Municípios do G100, grupo formado por cem cidades com mais de 80 mil habitantes, com os mais baixos níveis de receita pública *per capita* do País e alta vulnerabilidade socioeconômica de seus habitantes. Em 2013, essa cooperação foi ampliada para atender as creches que solicitaram os *kits* por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) do Ministério da Educação (MEC) e que possuem mais de 50% dos alunos matriculados beneficiários do Programa Bolsa Família.

e.6) Educação Alimentar e Nutricional

As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são desenvolvidas de forma articulada e são compostas pelos seguintes objetivos estratégicos: normatização, mobilização, qualificação, incentivo ao desenvolvimento de ações locais e pesquisa e inovação.

Em 2013, pode-se destacar: a elaboração dos Cadernos de EAN para os serviços socioassistenciais; a condução da elaboração da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade; a elaboração do Manual de Qualificação da Demanda de Produtos da Agricultura Familiar e cursos a distância para entidades da rede socioassistencial, atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos; e, ainda, o lançamento do edital de seleção de 2.025 profissionais que atuam no Programa Bolsa Família (PBF) para o curso a distância de Educação Alimentar e Nutricional no Contexto do PBF, em parceria com a Fiocruz, a realizar-se no 1º semestre de 2014.

O ano de 2014 tem como meta a formação continuada de profissionais de nutrição para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a distribuição de material educativo sobre promoção da alimentação adequada e saudável e a compra institucional de alimentos provenientes da agricultura familiar para oferta de *kits* lanches e *kits* demonstrativos para os voluntários da Copa do Mundo FIFA 2014.

f) Avaliação e Gestão da Informação

Foi divulgado, em 2013, um conjunto de pesquisas que retratam a realidade socioeconômica da população vulnerável, bem como o seu acesso a bens e serviços públicos, destacando-se: i) a pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Comunidades Quilombolas Tituladas; ii) a pesquisa de Avaliação da Gestão das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família, que mapeou o fluxo das informações das condicionalidades, identificando desafios e fatores explicativos da qualidade da gestão da condicionalidade de saúde nos Municípios; e iii) a pesquisa de Avaliação das Ações de Desenvolvimento Social, que investigou, além do perfil socioeconômico da população, o acesso a serviços públicos, tendo como foco as ações de inclusão produtiva. Foi investigado, ainda, por meio de abordagem qualitativa, o perfil das famílias que não conseguiram cumprir as condicionalidades do Programa Bolsa Família.





Além dessas, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizou-se o mapeamento da capacidade de gestão dos Estados e Municípios nas ações de assistência social e segurança alimentar e nutricional, por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais.

Os sistemas de monitoramento têm gerado informações nacionais consolidadas em boletins eletrônicos e publicações de relevância para os gestores nas três esferas de governo. No âmbito da assistência social, o Censo Suas tem permitido o acompanhamento sistemático da gestão desta política em todo o País. No início de 2013, a divulgação do Censo Suas 2011 trouxe resultados adicionais sobre os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua. Em dezembro de 2013, a publicação do Censo Suas 2012 inovou com informações sobre as Unidades de Acolhimento voltadas a pessoas vulneráveis e com laços sociais rompidos.

2. Juventude

Em 2013 foi aprovado e sancionado o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. O Estatuto aprofunda direitos já previstos na Constituição, como educação, trabalho, saúde e cultura para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando suas trajetórias e diversidade, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à mobilidade, à comunicação, à livre orientação sexual e à sustentabilidade. O Estatuto também assegura dois benefícios diretos: a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para jovens de baixa renda e estudantes, limitada a 40% do total de ingressos; e duas passagens gratuitas e duas com desconto de meia-passagem por veículo de transporte interestadual para jovens de baixa renda.

A temática da juventude se fortaleceu na agenda governamental, impulsionando a criação do Comitê Interministerial de Política de Juventude (Coijuv), por meio do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013. A criação do Coijuv busca articular a atuação governamental das políticas públicas de juventude. Entre suas atribuições, está a de elaborar o Plano Nacional de Juventude e propor a regulamentação do Estatuto e do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), instrumentos com previsão de implementação no ano de 2014.

Foi disponibilizado, em julho de 2013, em versão inicial, o Observatório Participativo da Juventude (Participatório), ambiente virtual interativo que pretende promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude. O Participatório funciona de forma integrada às redes sociais e *blogs*, de modo que os diálogos que ocorrem nesses outros espaços podem alimentá-lo e vice-versa. Participam todos os que queiram contribuir e integrar-se às discussões que poderão auxiliar no aperfeiçoamento ou a criação de políticas públicas, legislação, produção de conhecimentos e outras questões relevantes para a juventude brasileira. Por meio do Participatório foi realizada a consulta pública sobre o Sistema Nacional de Juventude. A plataforma conta com mais de dez mil usuários ativos e 505 comunidades de debate, números que crescem cotidianamente.

O Programa Estação Juventude tem o objetivo de apoiar os jovens de 15 a 29 anos em suas trajetórias de inclusão, autonomia e participação. O Programa é executado por meio de parceria com os governos estaduais e municipais, seja por meio de ações específicas, seja pela ampliação do acesso às políticas públicas no território. As ações se desenvolvem em equipamentos públicos de acesso livre e gratuito, em dois formatos: complementar – instalado em espaços públicos previamente existentes nos Municípios, como centros de juventude, de assistência social, centros culturais e esportivos; e itinerante – instalado em veículo adaptado para circular em diversos Municípios, em territórios rurais ou periferias urbanas.

As três primeiras unidades foram inauguradas em 2013 (nos Municípios de Sete Lagoas /MG, Maracanaú/CE e Vitória da Conquista/BA) e outras 19 estão planejadas para iniciar suas atividades no primeiro trimestre de 2014. Novo processo de





seleção de propostas para entes federados foi realizado em 2013, com o propósito de ampliar a implantação de equipamentos novos, tendo como resultado a inscrição de 824 projetos. Foram classificadas 150 propostas, que poderão resultar em novos convênios até o fim do ano de 2014.

Com o objetivo ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira, o Governo vem implementando o Plano Juventude Viva, permitindo atuação de forma coordenada em territórios com demandas urgentes, por meio de pactuação com o poder público e a sociedade civil local. Constitui-se em oportunidade de diálogo e articulação entre órgãos federais, Municípios, Estados e sociedade civil no enfrentamento da violência, em especial aquela exercida sobre jovens negros, e promover a inclusão social de jovens de territórios mais vulneráveis, priorizando Estados com os mais altos índices de homicídio. O Plano segue estratégia de implementação gradual e progressiva e tem como foco territorial 142 Municípios que concentraram, em 2010, 70% dos homicídios contra jovens.

Articulando ações de 11 ministérios, o plano foi lançado em Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e no Município de São Paulo. Para 2014, estão previstos lançamentos nos Estados do Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. A expectativa é de que o Plano seja implantado nos 142 Municípios prioritários, somados à adesão voluntária – pela qual 127 Municípios, de 23 Estados, já assumiram o compromisso do enfrentamento à violência contra a juventude negra e pobre.

Um dos resultados do Juventude Viva foi a assinatura do Protocolo de Redução de Barreiras para o Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência, assinado entre Governo, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Codenge), Defensorias Públicas e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Com o objetivo de promover a elevação da escolaridade articulada com qualificação profissional inicial e ações de participação cidadã, o Projovem Urbano atende jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Na edição de 2013, conta com 77 mil jovens matriculados em 109 Municípios e 14 Estados, em parceria com as secretarias de educação. O atendimento a jovens mulheres das unidades prisionais estaduais é uma das prioridades, assim como a jovens negros, em situação de vulnerabilidade social, em 55% dos Municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra. Para 2014, estima-se o atendimento de 163 mil jovens, dos quais 40 mil são jovens do campo que serão atendidos pelo Projovem Campo – Saberes da Terra.

Para a qualificação e ingresso na atividade produtiva, o Projovem Trabalhador objetiva a inserção de jovens de 18 a 29 anos no mundo do trabalho por meio de ações de geração de emprego e renda que incluem a preparação para o mercado de trabalho, a captação de vagas, o apoio à elevação da escolaridade e a assistência às ocupações alternativas geradoras de renda. Em 2013 foram firmadas parcerias nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Piauí com objetivo de qualificar 1,7 mil jovens e inserir, no mínimo, 30% destes jovens no mundo do trabalho.

A aprendizagem profissional também constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, proporcionando aos maiores de 14 e menores de 24 anos, e às pessoas com deficiência sem limite de idade, a conexão entre a formação profissional e a formalização de contrato de trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos. No ano de 2013 (janeiro a novembro) foram admitidos nessa modalidade de contratação um total de 323 mil aprendizes. Para 2014, está prevista a integração da aprendizagem profissional com o Pronatec, na modalidade Pronatec Aprendiz, que permitirá o financiamento da formação profissional por empregadores não contribuintes do Sistema S, incentivando a contratação de aprendizes por parte das pequenas empresas.

Aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas, o *Projeto Soldado Cidadão* oferece oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, após deixarem o serviço militar. Em 2013, foram





qualificados 10.650 jovens durante a prestação do serviço militar, por meio de parcerias firmadas entre os Comandos Militares e entidades, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centros de Integração Empresa Escola (CIEE). Para o exercício de 2014, a meta prevista é formar cerca de dez mil jovens, por meio de convênios a serem firmados para a capacitação profissional em diversas áreas.

3. Educação

a) Educação Básica

Uma educação básica de qualidade contribui para a redução das desigualdades sociais e para dotar os indivíduos de competências para o exercício da cidadania. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e a permanência do educando na escola.

O levantamento nacional de dados educacionais realizado pelo Censo Escolar 2012 apurou que em mais de 192 mil estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados mais de 50 milhões de alunos, sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas privadas. Considerando a multiplicidade que este universo representa é importante implementar políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, dadas as especificidades das diferentes regiões e públicos.

Em relação à Política Nacional de Educação Infantil, o Ministério da Educação (MEC) apoia, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), a construção de creches e pré-escolas, utilizando projetos padronizados ou projetos próprios apresentados pelos Municípios. O Programa prevê também a aquisição de equipamentos e mobiliário para garantir o acesso de crianças à educação infantil pública em condições adequadas de funcionamento, além de assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos Municípios.

Está prevista a aprovação da construção de seis mil estabelecimentos até 2014, com investimento de R\$ 6,64 bilhões. Até 2012 foi aprovada a construção de 3.135 estabelecimentos de educação infantil, atendendo a mais de 1,6 mil Municípios com investimento superior a R\$ 3,5 bilhões. Em 2013, foi apoiada a construção de mais de 2.131 creches e pré-escolas em 1.018 Municípios e no Distrito Federal com investimento superior a R\$ 3 bilhões.

Ainda com relação à política de construção de creches e pré-escolas, o MEC repassa recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil que tenham sido construídos com recursos do Governo Federal, que estejam em plena atividade e que ainda não são contemplados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Foram repassados em 2013 mais de R\$ 36 milhões.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, no âmbito da ação Brasil Carinhoso pertencente ao Plano Brasil Sem Miséria, é o repasse de recurso suplementar para os Municípios que atendam crianças de zero a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o Poder Público. A partir de 2013, o valor de repasse sofreu aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente. Em 2013, foram transferidos mais de R\$ 520 milhões para 3.299 Municípios. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil.





Ressalta-se que o MEC também repassa recursos financeiros às prefeituras e ao Distrito Federal para apoio à manutenção de novas matrículas de educação infantil ainda não contempladas com o Fundeb, oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público. Foram liberados cerca de R\$ 10 milhões para manutenção de novas turmas.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Envolve um conjunto integrado de iniciativas, de materiais e de referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados aos entes federados. O Pacto conta com a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e 5.420 Municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores. Em 2013 foi autorizada a concessão de mais de R\$ 666 milhões em bolsas.

Outra importante ação no âmbito do PAC 2 é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que tem o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, sendo 6.116 para construção de quadras cobertas e quatro mil para cobertura de quadras já existentes. Até 2012 foi aprovada a construção de 4.681 quadras e coberturas. Em 2013 foram aprovadas a construção de 3.126 quadras no valor de R\$ 1,6 bilhão, aproximadamente, para 2.160 Municípios. Além disso, foi aprovada a cobertura de 1.376 quadras, no valor de cerca de R\$ 263,6 milhões, beneficiando mais de 1.203 Municípios.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) apoia ações de infraestrutura escolar com o objetivo de ampliar e qualificar a estrutura física de oferta em escolas da rede pública da educação básica. No exercício de 2013, na esfera municipal, foram aprovadas 1.497 construções de escolas, sendo 1.009 no campo, dez indígenas, 16 destinadas às áreas remanescentes de quilombo e 462 em áreas urbanas, beneficiando mais de 761 Municípios, com investimentos de aproximadamente R\$ 336 milhões, em acordo com a sistemática de transferência de recursos, fundada em repasse vinculado ao alcance de metas do cronograma de execução das obras. Foram também aprovadas ampliação e reforma de quatro escolas no campo e 34 escolas em área urbana atendendo a três Municípios, com o valor aproximado de transferência R\$ 8,5 milhões. No âmbito estadual foram 41 construções de escolas aprovadas, sendo quatro no campo e 37 urbanas. O investimento supera os R\$ 18 milhões, beneficiando 17 Estados com as ações de construção. Em relação à ampliação de escolas urbanas, foram atendidas 37 unidades de ensino, além de duas indígenas, com o valor de aproximadamente R\$ 9 milhões contemplando dois Estados. Já para a aquisição de mobiliário e equipamentos destinada às escolas municipais e estaduais, foi investido mais de R\$ 566 milhões, beneficiando cerca de 2.092 Municípios que estão com obra concluída ou em execução.

Visando à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica, bem como das escolas privadas de educação especial, mantidas por entidade privada sem fins lucrativos, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destinou recursos financeiros, de forma suplementar, para serem empregados na aquisição de material permanente e de consumo, na realização de pequenos reparos e conservação e ainda no desenvolvimento de diversas atividades de educação para as unidades escolares.

Foram apoiadas pelo PDDE ações voltadas: i) à realização de atividades de educação integral; ii) à adequação e benfeitoria na infraestrutura física em escolas do campo; iii) à realização de adequações arquitetônicas para acesso e permanência de alunos de educação especial; iv) ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário; v) ao desenvolvimento da prática esportiva e de valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes; vi) ao desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares; e vii) ao apoio e desenvolvimento de propostas





curriculares inovadoras em escolas do ensino médio. Os investimentos no ano de 2013 foram de R\$ 2,6 bilhões, destinados a 133 mil escolas. Para 2014 está previsto o atendimento de 156 mil escolas.

O Programa Mais Educação (PME) contribui para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral, considerando-se a jornada escolar diária de, no mínimo, sete horas. A meta para o ano de 2013 era de 45 mil escolas, tendo sido superada em 10% com a adesão de mais de 49 mil escolas. Destas, cerca de 32 mil são escolas atendidas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, representando um aumento de 44,1% em relação ao ano anterior. Destaca-se a adesão de mais de 19 mil escolas do campo em 2013.

O Programa Atleta na Escola surge, em 2013, como uma política pública educacional voltada para incentivar a prática esportiva nas escolas da educação básica e identificar talentos entre jovens de 12 a 17 anos, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes, além de estimular a formação do atleta escolar, identificar e orientar jovens talentos. Na sua primeira edição, o Programa contou com a adesão de 22.928 escolas. Para a segunda edição a expectativa é a realização de competições na Etapa Escolar em 40 mil escolas, entre fevereiro e abril de 2014.

Programa Ensino Médio Inovador apoia os Estados na busca da universalização do atendimento do ensino médio, por meio da reestruturação do currículo escolar, com foco nas áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza). Em 2012, houve adesão de 25 Estados e foram atendidas 2.002 escolas, beneficiando 1,17 milhão de alunos matriculados, com repasse de R\$ 109,6 milhões. Para o ciclo 2013/2014 houve a adesão de 5.671 escolas, superando a meta de expansão prevista, beneficiando mais de 3,7 milhões de alunos, com repasse de R\$ 169,4 milhões.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para Estados e Municípios participarem do Programa: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via assistência financeira no âmbito do PAR; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. Em 2013, foram adquiridos 3.663 ônibus escolares com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo 2.920 ônibus rurais, 743 ônibus urbanos acessíveis, além de 244 embarcações escolares, com investimento de, aproximadamente, R\$ 782 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 2.467 ônibus, sendo 2.340 rurais e 127 urbanos acessíveis. Para 2014, está prevista a aquisição de quatro mil ônibus escolares, 200 mil bicicletas e 700 embarcações.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) tem por objetivo promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção do veículo ou da embarcação. Em 2013 foram atendidos 5.188 Municípios, com investimentos de R\$ 581,4 milhões. Para o exercício de 2014, a meta é alcançar a totalidade dos Municípios.

Em 2013, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) atendeu mais de 43 milhões de alunos com um investimento de, aproximadamente, R\$ 3,5 bilhões. Considerando o aumento de matrículas em escolas de período integral, houve a complementação financeira para esses alunos. O valor *per capita* do ensino fundamental passou de R\$ 0,30 para R\$ 1,00 e o valor *per capita* da pré-escola passou de R\$ 0,50 para R\$ 1,00. Para 2014, está previsto o atendimento a cerca de 44 milhões de alunos.





Como um dos grandes avanços do Pnae, destaca-se a aquisição, de no mínimo 30%, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Nessa perspectiva, em 2013, o Programa promoveu capacitações alcançando mais de 1,5 mil Municípios e 7,3 mil atores sociais, visando compreender as peculiaridades da alimentação escolar em cada localidade. Para o exercício de 2014, está prevista atuação do Programa no atendimento técnico especializado a 300 Municípios, cujas unidades escolares integram o Programa Mais Educação, por meio do projeto Educando com a Horta Escolar.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, por meio de ações voltadas ao acesso e à permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica.

Em relação ao eixo infraestrutura física e tecnológica, em 2013, por meio do PDDE, o Pronacampo beneficiou 3.853 escolas do campo com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física e 851 escolas com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas. Além disso, foram disponibilizados 33.075 *laptops* educacionais para os estudantes, 3,4 mil laboratórios ProInfo e 15 mil computadores. Em 2014, a previsão é aprovar 1,5 mil projetos para a construção de escolas. Além disso, no eixo formação inicial e continuada de professores, em 2013, foram criados 47 cursos de licenciatura de educação do campo, com a oferta de quatro mil vagas/ano para formação inicial de professores.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Campo considera as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações do campo. Em 2013 beneficiou mais de 2,1 milhões de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental do campo. Foram adquiridos 4,5 milhões de livros, com o investimento de aproximadamente R\$ 38 milhões. Para utilização em 2014, já foram adquiridos 4,3 milhões de livros com o investimento de, aproximadamente, R\$ 38,1 milhões.

Em relação à formação inicial de professores, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), na modalidade presencial, induz e fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura para professores em exercício na rede pública de educação básica que não possuam grau em licenciatura na área, disciplina ou etapa em que exercem a docência. Em 2013, foram registradas 6.965 matrículas distribuídas em 215 turmas de 96 instituições formadoras, sediadas em 24 Estados. Até 2013 o Programa formou 2.189 professores e a previsão para 2014 é de incorporar 150 novas turmas.

Por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform), em 2013 foram disponibilizados recursos a Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de 82.631 vagas, por meio das quais foram abertas 185 novas edições de cursos presenciais, semipresenciais e a distância, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, abarcando as temáticas de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Direitos de Crianças e Adolescentes, Educação para as Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação Escolar Quilombola, História e Cultura dos Povos Indígenas, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial e Educação Ambiental. Para 2014, há previsão de oferta de 59 mil novas vagas.

O Programa Observatório da Educação fomenta a produção de estudos e pesquisas e, simultaneamente, investe na formação de doutores e mestres em temáticas ligadas à educação e oferece bolsas para incluir nesses grupos de pesquisa, alunos de licenciatura e professores da rede pública de educação básica. Em 2013, foram apoiados 171 projetos que alcançam 105 Instituições de Ensino Superior e 310 programas de pós-graduação, com a concessão de 2.590 bolsas.





O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e desenvolver a modalidade de educação a distância nas Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Atualmente, o Sistema UAB é integrado por 104 Instituições de Ensino Superior (IES) e 668 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação. Estão em andamento mais de 1,2 mil cursos, dos quais 370 de licenciatura e 700 de pós-graduação *lato e stricto sensu*, com destaque para os mestrados profissionais em Matemática em Rede Nacional (Profmat), em Ensino de Física (MNPEF) e Letras (Profletras). Mais de 35 mil professores da rede pública da educação básica já se formaram desde 2006 e 50 mil estão matriculados em cursos do Sistema UAB.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) manteve-se como uma importante política pública para a formação de professores. Foi lançado novo edital em 2013, com extensão do Programa a bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e aperfeiçoamentos nos aspectos pedagógicos com a finalidade de promover a equidade e a excelência nas licenciaturas. Com o Edital 2012, o Pibid alcançou 49.321 bolsas, distribuídas em 195 IES. Por meio do Edital 2013, foram aprovadas 45.130 bolsas. A partir do Edital 2014, o Pibid deverá atingir o quantitativo de 100 mil bolsas.

O Governo Federal desenvolve ainda, em consonância com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, ações de formação de profissionais da educação básica e a produção de materiais didáticos e paradidáticos. Nesse sentido, em 2013, foram distribuídos materiais didáticos relativos ao tema para 45 mil escolas públicas: *Guia Escolar – Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; O Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas – Perspectivas Interdisciplinares; Impactos da Violência na Escola – Um Diálogo com Professores*.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados, tem como objetivo prover as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras de literatura complementares de apoio em sala de aula. Em 2013, foram adquiridos para distribuição 91,8 milhões de exemplares para estudantes do ensino fundamental, que envolveram um investimento de aproximadamente R\$ 751,7 milhões. Já para os alunos do ensino médio foram adquiridos 40,9 milhões de exemplares com um investimento no valor de R\$ 364,1 milhões. Adicionalmente, foram distribuídos versões acessíveis (áudio, *Braille e MecDaisy*) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD, a todos os alunos da educação pública inclusiva. Em 2014, serão implementados objetos educacionais digitais (jogos educativos, simuladores, infográficos animados) que serão enviados aos alunos e professores num DVD em complemento aos livros impressos. Para tanto, estão sendo adquiridos e distribuídos 137,9 milhões de livros, com o investimento de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão.

Buscando ampliar o alcance das políticas educacionais e proporcionar a democratização da informação, bem como ampliar o universo de referências culturais dos professores, foi adquirido, no âmbito do PNLD, os manuais dos professores em versão digital, com o investimento de R\$ 19,1 milhões, para disponibilização nos *tablets* educacionais que estão sendo adquiridos para todos os professores do ensino médio das escolas da rede pública nacional.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como objetivo prover as escolas de ensino público, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. São distribuídos às escolas acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Em 2013, foram distribuídos 7,4 milhões de livros, com investimento em torno de R\$ 86,3 milhões; e 14,9 milhões de periódicos, com o investimento de R\$ 57 milhões. Para 2014, serão adquiridos, aproximadamente, 34,1 milhões de livros e 14,7 milhões de periódicos.





No que se refere à educação digital, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. O Programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos, formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais. Em 2013, foram adquiridos cinco mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas e entregues cinco mil laboratórios rurais, no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Para o ano de 2014, está prevista a aquisição de mais 11.750 laboratórios de informática para escolas públicas urbanas. Ainda em 2013, foram instalados 90.962 computadores com lousas digitais a serem utilizados pelos professores do ensino básico de escolas públicas federais, estaduais e municipais. Está prevista a aquisição de 250 mil computadores em 2014.

O uso de *tablets* no ensino público é outra ação do ProInfo Integrado. Entre 2012 e 2013 foram adquiridos, com recursos do Governo Federal, 460 mil *tablets*, dos quais aproximadamente 400 mil já foram entregues aos Estados. Para 2014 está prevista a aquisição de 900 mil *tablets* para uso dos professores do ensino médio e fundamental de escolas públicas. Em relação à formação continuada de professores, até novembro foram formados 34.322 professores para o uso das tecnologias na educação.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), implementado desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. No âmbito do PBA, o ciclo 2012, com execução no ano de 2013, teve a adesão de 985 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 959 Municípios, com vistas ao atendimento de, aproximadamente, 1,6 milhão de alfabetizandos, sendo 48% na zona urbana e 52% rural. Em 2013, o PBA beneficiou 1.224.722 alfabetizandos.

A fim de atender estudantes de alfabetização e educação de jovens e adultos em todas as etapas da educação básica, foi lançado, em 2009, o Plano Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD – EJA) para inscrição e seleção de livros didáticos. Os alunos de alfabetização do PBA e da modalidade de EJA do ensino fundamental foram beneficiados, neste exercício, com a produção e distribuição de 4,6 milhões de livros didáticos, com investimentos no valor de R\$ 52,4 milhões. Para 2014, haverá a ampliação do atendimento para os alunos de EJA do ensino médio.

Para implementação dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional foi prestada assistência técnica e financeira a 27 unidades federadas para ações de formação continuada de professores, gestores e agentes prisionais, para composição de acervos bibliográficos e para realização de oficinas de leitura nos estabelecimentos penais. Em 2014, para realização de oficinas de leitura, serão disponibilizados acervos bibliográficos para todas as escolas em regime prisional que demandarem por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).

A meta do PBA para 2014 é aumentar em até 25% o atendimento de pessoas não alfabetizadas, ampliar em 10% o número de matrículas da população acima de 15 anos que não concluiu o ensino fundamental na EJA, ampliar em 50% o atendimento de pessoas em unidades prisionais e fornecer livros didáticos a 100% das pessoas matriculadas na EJA, conforme demanda dos Estados e Municípios.

Destaca-se ainda a implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva uma vez que todas as iniciativas governamentais devem considerar a eliminação de barreiras e inclusão da pessoa com deficiência. De acordo com o Censo Escolar, em 2012, o número de matrículas de estudantes público alvo da educação especial em classe regular alcançou 620.777 alunos, ou seja, 76% de incluídos, o que reflete a efetividade da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.





Em relação às salas de recursos multifuncionais, foram adquiridos equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de quatro mil novas salas e para a atualização de 15 mil salas existentes. No âmbito do PDDE Escola Acessível, foram atendidas 9.036 escolas com recursos financeiros para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Até 2014, um total de 42 mil escolas públicas serão beneficiadas, abrangendo todos os Municípios do País.

O pareamento entre os dados do Censo Escolar 2012 e os apurados pelo Ministério da Previdência Social revela que 329.801 estudantes entre zero e 18 anos de idade e que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC) estão matriculados, o que corresponde a 70% do total de beneficiários. Até 2014, estima-se o alcance de 378 mil matrículas de beneficiários do BPC, universalizando-se, assim, o acesso desta população em idade escolar obrigatória.

No que diz respeito às avaliações educacionais, cabe ressaltar a importância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Sistema contribui para a melhoria da qualidade desse nível de ensino e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. Cerca de 7,6 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio de todas as unidades da Federação fizeram as provas do Saeb em 2013. Este Sistema é composto por três avaliações de larga escala: Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil e Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb).

A Avaliação Nacional de Alfabetização é uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. Ressalta-se que a avaliação compõe o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Em novembro de 2013 foram avaliados em torno de 2,6 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas das zonas urbana e rural organizadas no regime de nove anos. Nessa etapa de ensino, os estudantes também são avaliados por meio da Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas e que ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

Já a Prova Brasil é uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do ensino fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos em turmas do 5º e do 9º anos (quarta e oitava séries) do ensino fundamental regular de escolas públicas das zonas urbana e rural, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. A avaliação, composta por exames de leitura e matemática, foi aplicada em novembro de 2013 a 4,78 milhões de estudantes, aproximadamente.

Por fim, o Saeb é composto pela Aneb que abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do País, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do País como um todo, das regiões geográficas e das unidades da Federação. A Aneb, com provas de leitura e matemática, foi realizada, em novembro de 2013, por 246 mil estudantes do 5º e do 9º anos (4ª e 8ª séries) do ensino fundamental regular e do 3º ano do ensino médio das redes pública e particular.

Ainda em 2013, foi concluída a coleta de dados da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), cujo foco principal é o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho que as escolas oferecem aos professores do ensino





fundamental regular de 6º a 9º ano ou 5ª a 8ª série. A Pesquisa permite que professores e diretores contribuam para a análise da educação e o desenvolvimento de políticas educacionais. Os resultados serão divulgados em 2014.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) representa a iniciativa de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

A partir dos resultados das avaliações do Saeb aplicadas em 2013 será calculado o Ideb referente a esse ano. Dados do Ideb de 2011 mostram que o País atingiu metas estabelecidas em todas as etapas da educação básica — nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Nos anos iniciais, o Ideb nacional alcançou pontuação 5,0 em 2011, ultrapassando a meta de 4,6, e também a proposta para 2013, de 4,9. Nos anos finais do ensino fundamental, o Ideb nacional atingiu 4,1 em 2011 e ultrapassou a meta proposta para aquele ano, de 3,9. Com relação ao ensino médio, a meta de 3,7 foi atingida em 2011.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujo objetivo é avaliar o desempenho do estudante ao final da educação básica, vem sendo utilizado também, a partir de 2009, como mecanismo para o ingresso no ensino superior e para acesso a outros programas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e do Ciência sem Fronteiras. Em 2013, realizaram a prova cerca de 5,04 milhões de estudantes, um aumento de 20% em relação aos 4,17 milhões de participantes em 2012.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem como objetivo avaliar se os estudantes, aos 15 anos de idade, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para uma participação plena em sociedades.

A avaliação acontece a cada três anos e abrange três áreas de conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências. Em 2012, foi aplicada a quase 20 mil estudantes de 767 escolas brasileiras, tendo ênfase em Matemática. Os resultados do Pisa 2012 divulgados em 2013 demonstram que o Brasil é o País que mais avançou no resultado de Matemática entre todos os avaliados, passando de 356 para 391 pontos no período entre 2003 e 2012. O Brasil também teve destacado crescimento nas outras áreas avaliadas, como ciências e leitura. Além disso, a melhora no desempenho foi acompanhada da inclusão de mais de 420 mil estudantes com 15 anos. O número de matrículas de alunos na educação básica nessa faixa etária saltou de 65% da edição de 2003 para 78% em 2012, sendo a segunda maior taxa de inclusão, atrás apenas da Indonésia.

b) Educação Profissional e Tecnológica

Uma educação profissional e tecnológica de qualidade alinhada com as necessidades do mercado de trabalho é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. Até 2013, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) atingiu 5,5 milhões de brasileiros atendidos em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Seu objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica e, até o final de 2014, oito milhões de vagas terão sido ofertadas.

A Bolsa-Formação oferece vagas gratuitas de educação profissional e tecnológica em duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, referente a cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), e a Bolsa-Formação Estudante, referente a cursos técnicos. Desde a criação dessa iniciativa, em 2011, foram realizadas 2,2 milhões de matrículas, sendo 1,8 milhão em cursos





FIC e aproximadamente 400 mil em cursos técnicos de nível médio. Em 2013, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, foram realizadas 1,5 milhão de matrículas, das quais 1,2 milhão em cursos FIC e 291 mil em cursos técnicos de nível médio. Para 2014, espera-se atingir 1,2 milhão de matrículas, com investimentos de R\$ 2,8 bilhões.

O Programa Brasil Profissionalizado promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, apoio ao desenvolvimento da gestão e das práticas pedagógicas e à formação de professores. Desde 2011, por meio do Brasil Profissionalizado foram realizadas 233 mil matrículas, sendo que em 2013, o Programa permitiu que 70.355 jovens ingressassem em cursos técnicos, nas redes estaduais. O Governo Federal tem investido na aquisição de equipamentos e instalação de laboratórios, além da construção de 241 novas escolas técnicas estaduais, das quais 34 já estão concluídas. O Programa também investe na ampliação e reforma de 415 unidades, com 176 obras já finalizadas, sendo que, em 2013, foram 101 obras concluídas. Em 2013, os investimentos totalizaram R\$ 192 milhões.

A rede e-Tec Brasil, outra iniciativa do Pronatec, promove a oferta de educação profissional e tecnológica a distância. Em 2013, foram matriculados 137 mil estudantes em cursos técnicos na modalidade a distância em 1.346 polos de apoio presencial e-Tec, tendo sido criados 423 novos polos. O investimento em 2013 foi de R\$ 146 milhões e a meta para 2014 é de criar mais 177 polos. Desde 2011, foram 347 mil matrículas e a meta para 2014 é chegar em 674 mil.

Ainda entre as iniciativas do Pronatec, o Acordo de Gratuidade com Sistema S possibilita a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional para jovens de baixa renda. Desde 2011, foram 2,3 milhões de matrículas, sendo que só em 2013 foram 847 mil.

Ressalta-se ainda a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional e tecnológica aos participantes do Enem. O Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) é o sistema informatizado, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem. Já na primeira edição, em 2013, o Sisutec recebeu 456,1 mil inscritos e matriculou mais de 170 mil brasileiros em 117 cursos técnicos, ofertados em 296 Municípios.

Com relação à iniciativa de Expansão da Rede Federal, destaca-se o Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se de uma iniciativa de grande relevância para a ampliação, democratização e qualificação da oferta de educação profissional no Brasil. Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, 116 já estão em funcionamento. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 Municípios. Em 2013, 40 unidades da Rede Federal de 18 Estados iniciaram suas atividades e, quando em pleno funcionamento, totalizarão 48 mil novas vagas. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal, em 2013, alcançaram a cifra de R\$ 827 milhões, e a meta de investimentos para 2014 é de R\$ 928 milhões.

c) Educação Superior

Ampliar a oferta de vagas, democratizar o acesso e interiorizar a educação superior com qualidade são alguns dos principais desafios do Governo Federal, cuja superação depende do esforço conjunto de instituições públicas e privadas.

No âmbito da expansão da rede federal de ensino superior, um dos objetivos é a interiorização com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Como resultado destes investimentos, o Governo Federal espera atingir a meta de implantação de 47 novos *campi* até o final de 2014, dos quais 17 já iniciaram suas atividades. Ressalta-se ainda a criação de quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia; Universidade Federal do Sul da Bahia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Universidade Federal do Cariri, e a continuidade do processo de implantação





das quatro instituições recentemente criadas (Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa). Em 2013 foram investidos mais de R\$ 440 milhões na consolidação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), R\$ 508,6 milhões na implantação de novos *campi* e R\$ 300,5 milhões na implantação de novas universidades, totalizando R\$ 1,2 bilhão. Para 2014, estão previstos recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões destinados ao plano de reestruturação, expansão e consolidação das Ifes.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) visa à ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal. Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O Programa contou, em 2013, com um investimento de aproximadamente R\$ 637,6 milhões para atender estudantes em todo o País.

O Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior tem por objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. A partir de 2012, essa ação foi universalizada atendendo todas as Ifes, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma política de acessibilidade ampla e articulada. Em 2013, foi disponibilizado o montante de R\$ 11 milhões para o financiamento de projetos de acessibilidade em 55 Instituições de Ensino Superior.

Em relação à qualificação acadêmica, destaca-se o Programa de Extensão Universitária (ProExt), que, em 2013, apoiou 780 propostas de extensão em todo o País, com um orçamento de R\$ 80,3 milhões. Para o ano de 2014, projeta-se o apoio a 835 propostas de extensão universitária. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET) consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor.

O Programa Bolsa Permanência concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais de ensino superior oriundos de escolas públicas, com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo, tendo tratamento diferenciado os estudantes indígenas e quilombolas. Tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e o rendimento acadêmico dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$ 400. Em 2013, foram beneficiados 5.889 estudantes, totalizando um montante de R\$ 13,1 milhões.

Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades. Ademais, os estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores também farão jus à bolsa permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes, até o limite máximo de seis meses.

Foi lançado em 2013 o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, voltado para o intercâmbio de estudantes negros e indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados no ensino superior. O Programa surge para oferecer experiências educacionais em ciência, tecnologia, inovação e formação de professores, com o objetivo de complementar a formação do estudante brasileiro. O público do Programa é aquele compreendido em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, o ProUni e o Fies.





O Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Em 2013, o ProUni concedeu 177 mil bolsas, tendo alcançado a marca de 1,27 milhão de estudantes atendidos. Para 2014, está prevista a oferta de 250 mil novas bolsas de estudo. A permanência destes estudantes é garantida por meio da concessão de Bolsa Permanência do Prouni, que ofereceu uma média mensal de 5.268 bolsas neste exercício, totalizando o montante de R\$ 25,3 milhões.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um processo que seleciona os estudantes para a educação pública superior do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. O Programa contou em 2013, com a participação de 115 instituições e a oferta de 171.400 vagas, registrando mais de 2,7 milhões de inscritos.

Em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um dos principais instrumentos do Governo Federal para ampliação de acesso dos jovens à educação superior contribuindo para diminuição dos índices de desigualdade no País. Dessa forma, o Fies consolidou-se como estratégia para o crescimento inclusivo, equalizando as oportunidades de ingresso ao ensino superior e contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico.

Com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, dentre eles a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, o resultado foi a marca de 1,16 milhão de novos estudantes beneficiados. Em 2013, foram efetivamente desembolsados recursos da ordem de R\$ 15 bilhões. Para 2014, a meta é superar 1,5 milhão de contratos de financiamento estudantil formalizados no período de 2010 a 2014. Dos estudantes beneficiados pelo Fies, 95% pertencem às classes C, D e E com renda familiar mensal bruta *per capita* de até dez salários mínimos. Ressalta-se que até os cursos com mensalidade mais elevadas, como medicina e engenharia, seguem essa tendência inclusiva.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, tem sido um importante instrumento estratégico na cooperação internacional e de grande impacto na internacionalização da educação, ciência e tecnologia do Brasil. Até 2013, foram concedidas 60.776 bolsas. Pretende-se conceder, no mínimo, 30 mil bolsas em 2014, incluindo nova modalidade de bolsa para realização de mestrado profissional, o qual viabilizará a formação de profissionais brasileiros com qualidade, fomentando o empreendedorismo e a competitividade no setor produtivo. As áreas das Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas, Artes e Letras e Linguística também foram beneficiadas com a concessão, em 2013, de cinco mil bolsas de estudo no exterior.

Com vistas a propiciar maior oportunidade de aprendizagem de idioma estrangeiro pelo público-alvo do Ciência sem Fronteiras, foi criado, em 2013, o Programa Inglês sem Fronteiras, cuja vertente é o curso de língua inglesa *My English Online*, oferecido a distância por intermédio do Portal de Periódicos, tendo alcançado a marca de 550 mil matrículas.

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), executado em parceria pelos Ministérios da Educação e da Saúde, possibilita que os 47 hospitais universitários federais do País aprimorem sua inserção nas redes de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2013, foram investidos, aproximadamente, R\$ 751,7 milhões para aquisição de equipamentos, realização de reformas, atividades de atenção à saúde e ensino e pesquisa. Outra ação do Rehuf foi a realização de compras nacionais de equipamentos, medicamentos e insumos médico-hospitalares que, com ganho de escala, garantiram à administração economia de recursos financeiros, transparência e padronização. Por meio de pregões eletrônicos, a economia alcançada neste ano foi de, aproximadamente, R\$ 74 milhões, o que representou 17,6% em relação ao valor de referência. Além da gestão do Rehuf, o Ministério da Educação (MEC), a partir da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), mantém uma relação contratual com as universidades federais que possuem unidades hospitalares. O objetivo é permitir que a empresa colabore com as instituições na melhoria da gestão, sendo preservada a autonomia universitária. Em 2013, 23 universidades federais que respondem por 34 hospitais universitários aderiram à empresa.





O plano de ação da EBSERH para 2014 prevê ações importantes, como; i) a reativação de leitos e a recomposição do quadro de pessoal para os hospitais; ii) a implantação do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários em novas unidades e a expansão de novos módulos nos hospitais que não possuem o aplicativo; iii) a ampliação do *Projeto Consultórios Itinerantes* para novos Municípios; e iv) a conclusão do Plano Diretor de cada hospital, por meio do projeto de capacitação em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, o que permitirá à unidade hospitalar multiplicar o conhecimento para outros hospitais da rede; além das ações pertinentes ao Rehuf.

O MEC também tem direcionado seus esforços para a promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. Cabe registrar a edição de portaria normativa em 2013 que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC, oferecendo aos regulados previsibilidade quanto ao prazo de conclusão de seus processos. Em 2013 foram publicados 9.524 atos regulatórios, instaurados 476 procedimentos de supervisão e 40 processos administrativos para aplicação de penalidades.

No ano de 2013, a política de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) na área da educação obteve salto de qualidade a partir da mudança do marco regulatório, introduzida pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013. Além de criar as regras de transição, há muito requeridas pelos atores sociais, as alterações trarão a oportunidade para as áreas certificadoras organizarem de forma racional e com maior aproveitamento temporal e dos recursos, os procedimentos, tarefas e exames que precedem e subsidiam a tomada de decisão quanto à certificação das entidades beneficentes.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) assegura o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e orientação da expansão da oferta da educação superior. Nesse sentido, para implementar o processo de avaliação do Sinaes, em 2013, foram realizadas 4,5 mil avaliações *in loco*. Para 2014, a previsão é de seis mil avaliações *in loco*.

Na edição de 2013 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), foi avaliado o desempenho de 196.855 concluintes de 17 áreas de conhecimento, em 837 Municípios, cobrindo 4.552 cursos. Prevê-se, para 2014, a aplicação do Enade para alunos concluintes de cursos nas áreas de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins, sendo avaliadas 34 áreas distintas.

O desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica tem por objetivo formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil. Suas ações estão vinculadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que tem como pilares a avaliação, fomento e acesso à informação científica e tecnológica. Nesse sentido, em 2013, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) expandiu suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, contribuindo, assim, para prover ao País quadros de alto nível técnico e científico, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação.

Em 2013 a concessão de bolsas de estudo no País foi ampliada para 98.476, sendo 48.611 de mestrado, 32.158 de doutorado, 6.221 de pós-doutorado, 155 de professor visitante nacional sênior e 445 para o Inglês sem Fronteiras. Além disso, foram concedidas 10.886 bolsas de iniciação científica, representando um aumento de mais de 125% em relação ao ano anterior na 2ª edição do Programa Jovens Talentos para a Ciência. O Programa promove a interação de estudantes de universidades e institutos federais com grupos de pesquisa, bem como a preparação para a participação em programas de bolsas como o Ciência sem Fronteiras e o Programa de Iniciação a Docência (Pibid).





No ano de 2013, 422 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo têm acesso ao Portal de Periódicos que dispõe de mais de 36 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, mais de 250 mil livros eletrônicos e 11 bases de patentes. Por dia, são contabilizados cerca de 277 mil acessos ao Portal. Em 2013 foram investidos R\$ 173,9 milhões.

No âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, além do tradicional Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), merecem destaque ações desenvolvidas na África e no Mercosul. Na África, os Programas desenvolvidos com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp) abrangem desde a formação científica de estudantes universitários até a implantação de educação superior a distância, envolvendo mobilidade de alunos, professores e pesquisadores. No Mercosul, por sua vez, o objetivo é promover programas de mobilidade no âmbito da educação superior, envolvendo alunos, professores e pesquisadores, de forma a propiciar salto qualitativo na cooperação regional. Foi apoiada a vinda ao Brasil de 894 alunos e professores de países em desenvolvimento. Em 2013, foram investidos nas ações de cooperação internacional um total de R\$ 1,3 bilhão.

A Avaliação da Pós-Graduação é realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*, e é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado e induzir a expansão do sistema. Essa expansão tem sido observada ao longo das últimas décadas e ocorre por meio da incorporação de novos cursos, cujas propostas são submetidas anualmente a este processo. Atualmente, 5.550 cursos estão recomendados no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Em 2013 foram recebidas aproximadamente 700 propostas de cursos novos de pós-graduação. Considerando que apenas uma parte destas propostas apresenta o padrão de qualidade exigido para recomendação, projeta-se para 2014, cerca de seis mil cursos recomendados.

O *Projeto Rondon* constitui-se em uma oportunidade de disseminação do conhecimento e prestação de trabalho voluntário para estudantes e professores universitários, que durante as férias escolares viajam para Municípios isolados ou de menor índice de desenvolvimento humano para desenvolver atividades que visam à promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação para a gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável. Em 2013, participaram do Projeto 1.799 estudantes universitários de 180 Instituições de Ensino Superior, que realizaram atividades nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção, dentre outras, em Municípios dos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí. Dentre as operações previstas para 2014, destacam-se a Operação Guararapes que será desenvolvida em 20 Municípios dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas; e a Operação Catopê que será desenvolvida em 13 Municípios no Estado de Minas Gerais.

d) Planejamento, Financiamento e Gestão

Vêm sendo realizadas ações com vistas ao alinhamento estratégico entre os principais instrumentos de planejamento educacionais, refletindo a integração entre o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Plurianual da União (PPA) e as ações estratégicas do Ministério da Educação.

A elevação da capacidade de planejamento das políticas educacionais é estratégica para a oferta de uma educação de qualidade a toda população e se traduz em importante alicerce para o alcance das metas, estratégias e ações contidas no PNE. A partir da consolidação do alinhamento estratégico, em 2013, foi possível obter uma visão sistêmica dos instrumentos de planejamento e dos compromissos da política de educação a partir dos quatro eixos principais: Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão e Planejamento, Gestão e Transparência. Em 2013, foi implantado o Escritório de Gestão de Processos e Projetos Estratégicos e o módulo de





Monitoramento Estratégico do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (Simec). Com o apoio do Escritório e com a utilização do sistema, é possível visualizar o mapa do processo das ações estratégicas de responsabilidade do Ministério e acompanhar o cumprimento das etapas de implementação, subsidiando tempestivamente a tomada de decisão, aumentando a eficácia e a eficiência das políticas públicas.

Um dos principais instrumentos de apoio técnico e financeiro aos entes federados é o Plano de Ações Articuladas (PAR), que se traduz no planejamento multidimensional da política de educação para um período de quatro anos. O PAR é constituído de três etapas: o diagnóstico, no qual o ente federado registra a realidade da educação em sua área de competência; a elaboração do plano, de forma a superar condições desfavoráveis para alcançar o ensino universal e de qualidade; e por fim, a análise feita pelo MEC, identificando as necessidades dos entes aos respectivos programas de Governo.

Por meio do PAR, em 2013 foram investidos recursos para o atendimento de diversas ações da política educacional, como infraestrutura escolar, mobiliários e equipamentos, transporte escolar, entre outros. Em 2014, pretende-se implementar o acompanhamento presencial e a distância da execução do PAR. Este acompanhamento será feito tanto pelo MEC quanto pelas redes de parceria, formadas pelas secretarias estaduais de educação, universidades e as secretarias executivas nos Estados da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Cabe destacar a importância do esforço conjunto entre a sociedade, os entes federados e o Congresso Nacional para aumentar os investimentos públicos em educação e atingir a meta proposta de aplicar, até 2020, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.

A evolução dos investimentos públicos totais em educação de 4,7% do PIB em 2000 para 6,1% do PIB em 2011, um acréscimo de 30%, resultou basicamente de alterações na forma de financiamento da educação negociadas entre o Poder Executivo, o Legislativo e a sociedade, principalmente pela introdução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) a partir de 2008 e pela eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação entre 2009 e 2011.

Para o atendimento das diretrizes educacionais foram propostas metas para o período decenal de vigência do PNE. No caso do financiamento, a meta proposta prescreve 10% do PIB para o décimo ano, o que exigirá um esforço maior de todos os entes federativos para manter a evolução positiva do investimento público em educação. Será também necessário o estabelecimento de novas fontes de financiamento. Nesse sentido, o ano de 2013 foi pródigo, com a recente vinculação de parcela substancial da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural a ser aplicada na educação.

Com as jazidas da área do Pré-sal, as receitas dos *royalties* e da participação especial pela sua exploração irão proporcionar acréscimo além do mínimo obrigatório para manutenção e desenvolvimento do ensino previsto na Constituição. Esses recursos adicionais foram estabelecidos pela sanção da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que reserva à educação 75% das receitas provenientes dos *royalties* e da participação especial dos órgãos da administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, a lei também estipula a aplicação em educação de 50% dos recursos do Fundo Social da União, criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até que as metas do PNE sejam cumpridas.

Ressalta-se, ainda, no âmbito do financiamento da educação, o Fundeb, com vigência estabelecida para o período de 2007-2020, criado como mecanismo de redistribuição de recursos e com o objetivo de garantir o acesso à educação, promovendo, assim, a inclusão socioeducacional na educação básica pública brasileira (da creche ao ensino médio).





Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2013, foram consideradas 41,9 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino do País, apuradas no Censo Escolar de 2012. A receita dos Estados e Municípios chegou a R\$ 107,4 bilhões, sendo que a complementação da União foi de R\$ 10,2 bilhões, totalizando um montante de 117,6 bilhões.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária da Educação Básica e também da Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante, fosse reduzida de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

Com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e articulação, em 2013, foram aperfeiçoadas as relações federativas no campo da política educacional de forma a estabelecer uma coordenação compartilhada entre os entes federados para viabilizar o processo de alinhamento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para tanto, atuou em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para uma estratégia integrada que se constituiu na implantação de uma rede de apoio técnico em todas as unidades da Federação. Esta rede hoje conta com 92 técnicos que atendem 1.907 Municípios, utilizando um conjunto de materiais de orientação composto por documentos, sistemas interativos com sugestões de metas intermediárias, além de indicadores educacionais e informações sobre programas que o MEC já dispõe para ajudar técnica e financeiramente cada ente federativo para o cumprimento de cada uma das metas nacionais.

Também foi prestada assistência técnica a Municípios e Estados para a avaliação, elaboração e reelaboração dos Planos de Cargos e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério da educação básica de sua rede. Para ampliar o alcance do apoio técnico sobre os PCR e a viabilidade do cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, estão sendo desenvolvidos instrumentos de orientação a serem disponibilizados em 2014, para auxiliar na elaboração e reelaboração dos PCR.

4. Saúde

Inúmeros avanços têm sido registrados na oferta de produtos e serviços de saúde. Alguns desafios constituíram-se em prioridades visando à potencialização dos resultados obtidos no exercício de 2013, bem como a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação pública em saúde, desenvolvida de forma universal, integral e equitativa por meio da execução federativa descentralizada, apresentou em 2013 resultados representativos resultantes da atuação das três esferas de gestão do SUS.

a) Atenção Básica

Buscou-se a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde às necessidades da população, com destaque para a sanção da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que criou o Programa Mais Médicos.

O Programa prevê a expansão de vagas de graduação nos cursos de medicina, mais investimentos em hospitais e unidades de saúde, o aprimoramento da formação médica no País e a ampliação da inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira, principalmente nas regiões onde há escassez e ausência de profissionais.





O Programa Mais Médicos contribui para diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, que inclui Municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza, Municípios do grupo G100 e Municípios com alto percentual de população usuária do SUS. Desse modo, busca-se reduzir as desigualdades regionais na área da saúde e fortalecer a prestação de serviços na atenção básica em saúde no País.

Até o final de 2013, o Programa contou com 6.676 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade nas regiões mais carentes do País, diante das 16.331 vagas solicitadas por prefeituras. O atendimento realizado por esses profissionais distribuídos no interior e nas periferias de grandes cidades beneficia mais de 23,8 milhões de brasileiros. Desse total, 61% vivem nas regiões Norte e Nordeste. Para 2014, a perspectiva do Programa é alcançar a alocação de até 13 mil médicos.

Com a edição da referida Lei, foram criadas 1.575 novas vagas em cursos de graduação de Medicina, sendo 702 em instituições públicas e 873 em instituições privadas, bem como a pré-seleção de 49 Municípios para instalação de cursos de Medicina privados, com previsão de oferta de mais 3,5 mil vagas e início de funcionamento em 2015.

Destaca-se ainda no âmbito do Programa, a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior que prevê a oferta de 3.855 novas vagas até 2017, o que inclui a criação de 31 novos cursos. Em 2013, ingressaram 100 estudantes em novos cursos, e foi autorizada a oferta de 560 novas vagas para o primeiro semestre de 2014, em nove cursos de universidades federais interiorizadas.

Adicionalmente, até dezembro de 2018 o número de vagas de residência médica deverá ser equiparado ao número de egressos dos cursos de graduação em medicina do ano anterior.

Ainda em relação ao Mais Médicos, foram executadas três edições do Módulo de Acolhimento e Avaliação para 2.845 médicos intercambistas. Além disso, foram implantados os procedimentos para tutoria acadêmica e supervisão da prática médica na modalidade integração ensino-serviço de 3.664 médicos brasileiros e intercambistas participantes. Em 2014, será intensificada a oferta do Módulo de Acolhimento e Avaliação para os médicos intercambistas e a tutoria e supervisão dos médicos.

Outro dispositivo importante da referida lei foi o de transferir ao Ministério da Saúde a atribuição de expedir o registro provisório por até três anos aos profissionais formados no exterior, tarefa anteriormente exercida pelos Conselhos Regionais de Medicina, os quais deverão fiscalizar a atuação desses profissionais.

A Estratégia de Saúde da Família alcançou, em 2013, cobertura de 56,4% da população brasileira, o que corresponde ao universo de 109,4 milhões de pessoas. A Estratégia conta com 34.702 equipes atuando em 5.343 Municípios. Se comparados aos dados de janeiro de 2013, os números representam um crescimento de 1.602 equipes saúde da família em mais 63 Municípios, de 1.194 equipes de saúde bucal e 669 núcleos de apoio à saúde da família (Nasf). Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), há 257.976 ACS contratados, representando uma cobertura de 64,76% da população brasileira.

O Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) busca aumentar a capacidade das gestões municipais, estaduais e federal, em conjunto com as equipes de saúde. Em 2013, alcançou 30.522 Equipes de Saúde da Família, 19.946 Equipes de Saúde Bucal, 1.813 Núcleos de Apoio Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas contratualizados em 2013, presentes em 5.077 Municípios.





O Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) habilitou, em 2013, 5.438 propostas de construção em 2.625 Municípios, 2.808 propostas de ampliação em 1.351 Municípios e 2.851 propostas de reforma em 1.323 Municípios. Foram concluídas 1.493 construções de UBS, e destas, 677 já estão em funcionamento.

Para 2014, estima-se que 961 construções de UBS que estão com percentual de execução acima de 60% estejam concluídas no 1º semestre, além da implantação de mais de mil Equipes de Saúde da Família (ESF).

a.1) Saúde Bucal

Em 2013, o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) foi ampliado para 23.902 equipes, operando em 4.962 Municípios, dos quais 1.650 recebem recurso para produzir próteses dentárias. Destes, 299 foram credenciados em 2013. A perspectiva para 2014 é de implantação de mil novas Equipes de Saúde Bucal.

Além das iniciativas em saúde bucal empreendidas no campo da atenção básica, registra-se em 2013 a doação de 1.675 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para Municípios com maior concentração de populações vivendo em extrema pobreza.

a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

A Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança concretiza-se por meio da estratégia Rede Cegonha, que incentiva a qualificação da atenção obstétrica e infantil. Todas as unidades da Federação aderiram à Rede Cegonha, contemplando 5.488 Municípios, beneficiando 2,5 milhões de gestantes.

Em 2013 foram criados 439 novos leitos neonatais, 192 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 247 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCIN) e 861 receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. Atualmente, o Brasil conta com 4.384 leitos de UTI Neonatal, sendo 766 criados desde o início do Programa, e 2.305 leitos de UTI Pediátrica.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas. Ao final de 2013 haviam sido qualificadas 130 residentes em enfermagem obstétrica em 16 Instituições de Ensino Superior.

Mais de 163 mil litros de leite humano com certificação de qualidade foram coletados em 2013 e distribuídos para cerca de 164 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 150 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação.

A triagem neonatal (Teste do Pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), está universalizada em todo o Brasil, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). A triagem neonatal para seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV) será expandida para todos os Estados até o final de 2014. Atualmente 11 Estados (Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins) e o Distrito Federal estão habilitados para a triagem neonatal na fase IV.

Ainda no âmbito da Rede Cegonha, foram distribuídos aproximadamente 83.211 testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, em todo o território nacional. Outra importante ação para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do Sis prenatal *Web, software* desenvolvido com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas na Rede Cegonha. Em 2013, mais de 400 mil gestantes foram cadastradas no sistema, em 4.666 Municípios.





Foram elaboradas as diretrizes Cuidando de Adolescentes na Rede Cegonha, com o objetivo de apoiar as equipes de saúde para responder às singularidades e às necessidades específicas da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Foram realizadas sete oficinas estaduais sobre o tema para 600 profissionais de saúde, em especial da atenção básica, na implementação dessas ações.

Como importante instrumento para a viabilização das ações de saúde, foram distribuídas sete milhões de Cadernetas de Saúde do Adolescente, reunindo informações sobre como evitar doenças, sobre mudanças no corpo, além de orientações sobre saúde sexual e saúde reprodutiva, saúde bucal e alimentação. Ao longo de sua implantação até o ano de 2013, 4.783 Municípios foram contemplados.

Em 2014 será ampliado em 200 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal e capacitadas 400 parteiras tradicionais. Há ainda a previsão da realização de 3,8 milhões exames de mamografia e nove milhões exames citopatológicos de colo de útero, nas faixas etárias e periodicidades preconizadas.

a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de *Crack* e Outras Drogas

A Rede de Atenção à Saúde Mental busca ofertar atenção psicossocial à população com vistas a tratar os agravos mentais; promover a cidadania dos usuários para uma vida proativa e participativa nas comunidades; e ampliar e promover o acesso aos pontos de atenção nos territórios para todas as pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas e apoiar suas famílias.

A articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território qualificam o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências. Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) conta com uma rede de serviços e equipamentos, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Consultórios na Rua, as Unidades de Acolhimento Adulto e Infantojuvenil e os leitos de atenção integral em Hospitais Gerais.

Até o final de 2013, foram destinados recursos financeiros para o custeio e a manutenção das ações de atenção psicossocial realizadas em 2.062 Caps, com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas (Caps III e Caps AD III). Foram também implantados 125 novos Caps nas suas diversas modalidades.

São financiados 713 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R\$ 67 mil por leito por ano. Até o ano de 2013 também foram habilitadas 14 Unidades de Acolhimento para residência temporária de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas. Essas unidades se localizam nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal. Em 2014 será priorizada a implantação de 1,2 mil leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais.

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 267 residências terapêuticas em todo o País, além do aumento da rede Caps já mencionado e do Programa de Volta Para Casa, que atingiu 4.245 pessoas por meio da transferência de benefício mensal no valor de R\$ 412.

Em 2013 foram capacitadas 41.614 pessoas, entre alunos de graduação e profissionais da rede de saúde, com abordagem dos problemas de saúde mental, especialmente aos transtornos relacionados ao uso de drogas como álcool e *crack*, totalizando 136.430 desde 2011.





a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa

A atenção integral à saúde da população idosa tem ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção da autonomia e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Em 2013 foi elaborado o Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, integrado às redes de atenção à saúde e articulado com áreas e programas estratégicos, como a ampliação do acesso a medicamentos e insumos, além de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos. Outro importante resultado foi a campanha nacional de vacinação contra a gripe, que atingiu a marca de 87,93% de cobertura, o que representou mais de 18,3 milhões de idosos vacinados.

Além disso, foram formados 1.566 alunos por meio de curso a distância de aperfeiçoamento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, com o objetivo de desenvolver habilidades profissionais visando qualificar o cuidado ofertado pelo SUS à população idosa. Houve ainda a celebração de convênio para oferta de 60 vagas em curso de especialização para gestores em saúde da pessoa idosa, a ser iniciado em 2014. Em 2013, também foram ofertadas 1,5 mil vagas em curso de especialização realizado em parceria com a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).

Como estratégia para qualificar a atenção ofertada às pessoas idosas, investiu-se na reformulação da caderneta de saúde da pessoa idosa que permitirá identificar a capacidade funcional, além de permitir o acompanhamento longitudinal da situação de saúde. Esta iniciativa está articulada com a atualização do *Caderno de Atenção Básica (CAB) nº 19 – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa*. Em 2014, planeja-se ampla distribuição das cadernetas para a população idosa, do CAB reformulado e capacitações para os profissionais de saúde da Atenção Básica.

a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Em 2013, deu-se continuidade à ampliação do acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços de saúde. Foram expandidos os programas para a prevenção e o controle das carências nutricionais, como o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, para crianças de seis a 59 meses, que antes era restrito à região Nordeste e foi ampliado para todos os Municípios da região Norte e do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, contemplando 3.034 Municípios. Em 2013, 2.491 Municípios informaram dados no sistema de gestão do Programa, sendo administradas megadoses de vitamina A em 3.596.238 crianças, o que corresponde a 73,5% da meta. Com relação ao Programa Nacional de Suplementação de Ferro, em 2013 foram distribuídos até o momento 1,2 milhão de frascos para 1.595 Municípios, quantidade suficiente para suplementar 402 mil crianças. Além disso, 851.664 pacientes foram beneficiados com a distribuição gratuita de medicamentos para asma pelas farmácias populares, de janeiro a outubro de 2013.

O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo BSM, passando a 1.464 Municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa, resultado que ultrapassa o dobro da meta prevista para o ano de 2013. Em 2014, pretende-se atingir 100% da meta, com a inclusão de mais 150 Municípios do BSM.

O Programa Saúde na Escola é uma ação intersetorial entre as equipes de atenção básica e as escolas que pactuam territórios de responsabilidade compartilhada, havendo um total de 30.076 equipes de atenção básica envolvidas. A partir de 2013, foram incluídos no Programa creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, num total de 80,4 mil escolas e 18,7 milhões de educandos. Em 4.864 Municípios que aderiram ao Programa Saúde na Escola, pelo menos uma creche ou pré-escola foi selecionada.

Mais de dois mil Municípios solicitaram adesão ao *Projeto Olhar Brasil* em 2013, envolvendo mais de quatro milhões de beneficiários do Programa Saúde na Escola e mais de 200 mil alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado. Em 2014,





estima-se que cerca de um milhão de escolares serão encaminhados para consulta oftalmológica e, destes, mais de 200 mil precisarão de óculos monofocal ou bifocal.

Outras contribuições para a erradicação da extrema pobreza incluem a construção e a reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Foram concluídas 721 propostas do total de 2.436 propostas habilitadas em Municípios participantes do Brasil Sem Miséria nos anos anteriores. Para o componente ampliação, 497 propostas foram concluídas. Entre as reformas, 1.052 obras concluídas. Em 2013, foram habilitadas 2.747 construções de UBS, 1.521 ampliações e 1.404 reformas.

Atualmente, são custeadas pelo Ministério da Saúde quatro UBS fluviais (em Manaus/AM, Borba/AM, Santarém/PA e Cruzeiro do Sul/AC) e 101 Consultórios na Rua, equipes da atenção básica que atuam em Municípios com população superior a 100 mil habitantes, têm caráter multiprofissional e são responsáveis por articular e disponibilizar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua (crianças, adolescentes e adultos) em seu contexto.

Outras ações desse eixo incluem a realização de campanhas, busca ativa e tratamento de hanseníase, geohelmintíases (verminoses), esquistossomose e tracoma em escolares de sete a 14 anos. Na campanha de 2013, foram diagnosticados 283 casos novos de hanseníase em crianças e 20 em familiares, totalizando 303 casos novos nos 706 Municípios prioritários. Até julho de 2013, foram examinados mais de 108 mil escolares menores de 15 anos em 64 dos 217 Municípios prioritários, sendo, destes, 4.905 diagnosticados e tratados. Para as geohelmintíases, 2,9 milhões de escolares de 21,3 mil escolas foram tratados e, para a esquistossomose, 810 tratamentos foram realizados em Municípios prioritários nesse ano. Em 2014, a campanha anual será ampliada para mais Municípios do BSM e outros que manifestarem interesse.

A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente proporcionou que 12.014 Equipes de Saúde Bucal estivessem em funcionamento nos Municípios do BSM, que 49 novos Centros de Especialidades Odontológicas fossem criados, além da entrega de 370.876 próteses dentárias e a doação de 1.675 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para Municípios com maior concentração de populações vivendo em extrema pobreza.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

b.1) Atenção Ambulatorial e Hospitalar

Em relação à atenção especializada, foi expandido o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada em 2013. Foram realizados mais de 1,5 milhão de procedimentos cirúrgicos eletivos, sendo 377.712 cirurgias de catarata, além de outras diversas especialidades, incluindo ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, vascular e oftalmologia.

No âmbito da Saúde Bucal especializada, observou-se a intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 55 deles, perfazendo um total de 999 unidades. Nesta área destacam-se ainda a produção de aproximadamente 370 mil próteses dentárias até outubro de 2013, um acréscimo de 11% se comparado ao mesmo período de 2012.

Com relação à regulação, controle e avaliação, em 2013 foram capacitados 1.209 profissionais, sendo que destes 495 realizaram o Curso de Especialização em Regulação e 710 realizaram treinamento para operacionalizar o Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) no módulo ambulatorial e de internação.





Para 2014, a perspectiva é de ampliação do número de procedimentos em média e alta complexidade, com o aumento de 10% em relação aos procedimentos cirúrgicos eletivos da rede assistencial em relação a 2013, e a implantação de 149 novos CEOs.

b.2) Transplantes

O Brasil conduz um dos maiores programas de transplantes do mundo, proporcionando o acesso a todas as etapas do processo. Atualmente, 95% das cirurgias de transplantes no País são realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se em 2013 o crescimento do registro brasileiro de doadores de medula óssea (Redome) e o conseqüente incremento na identificação de doadores de medula óssea. No ano, o Redome contou com mais de 3,2 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 77% dos doadores são identificados dentro do Brasil.

Ainda nesse ano, até novembro, foram realizados 1.427 transplantes de medula óssea, 12.806 de córnea e 6.839 transplantes de órgãos sólidos, totalizando 21.072 transplantes realizados. Para 2014 a previsão é atingir o quantitativo de 28 mil transplantes de órgãos e tecidos.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), 2,5 mil transplantes de medula óssea foram realizados no País em 2013, sendo 253 com doadores não aparentados. Além de contribuir com doadores para o Brasil, o Inca envia solidariamente doadores para várias partes do mundo onde existem pacientes compatíveis e necessitados.

Outro avanço diz respeito à fila de espera por um transplante no País. Em 2013, pela primeira vez o Brasil zerou a fila de espera do transplante de córnea em seis Estados (Pernambuco, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Minas Gerais) e no Distrito Federal, ou seja, os pacientes são transplantados em até três meses.

b.3) Sangue e Hemoderivados

Em 2013, foi assegurada a disponibilidade de 3,4 Unidades Internacionais (UIs) *per capita* de fator VIII. O fator IX, para hemofilia do tipo B, teve a disponibilização de 0,55 UI *per capita*. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes.

Até o final de 2013, foram disponibilizados aproximadamente 120 mil litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados. Foram ainda realizadas 126 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia em todo o País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH). Para 2014, prevê-se a disponibilização de 200 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.

Foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de: reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados; minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano; e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante.

A doença falciforme tem incidência de um doente para cada mil nascidos vivos e um com traço falciforme para cada 35 nascidos. No âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, foram publicados dez portarias e 20 manuais para atenção de qualidade as 40 mil pessoas cadastradas nos hemocentros, e implantada a triagem neonatal em todos os Estados.





b.4) Atenção às Urgências e Emergências

No âmbito da Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, foram repassados recursos para qualificação de 231 prontos-socorros dos hospitais da Rede de Urgência e Emergência para que pudessem investir na melhoria do atendimento e do acesso da população brasileira.

O Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu 192) é um dos componentes mais importantes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, adequadas a cada situação de saúde e ao atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação das Urgências.

Atualmente, o Samu conta com 182 Centrais de Regulação, das quais duas foram implantadas em 2013, e apresenta uma cobertura populacional de 72,3%, o que corresponde a 139,9 milhões de habitantes. Em 2013 o Samu 192 operou com 3.092 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.295 (74%) são Unidades de Suporte Básico (USB), 560 (18%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 223 (7%) Motolâncias, oito Equipes de Embarcação e cinco Equipes de Aeromédico.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro componente da Política Nacional de Atenção às Urgências. Com atuação ininterrupta, têm potencial para resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. Possuem a capacidade diária de 98,7 mil atendimentos e mensal de 2,961 milhões de atendimentos. No âmbito do PAC 2 está previsto o funcionamento de 500 UPAs; dessas, 254 são da seleção de 2013 e se encontram em fase preparatória.

O Programa SOS Emergências tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do País que integram o SUS. No âmbito desse Programa, já participam 22 unidades, com a previsão de adesão de nove novos hospitais até fevereiro de 2014. Prevê também recursos para aquisição de equipamentos e a realização de obras e reformas na área física dos prontos-socorros, além de repasse de custeio mensal. Desde o início do Programa foram disponibilizados 2.080 leitos de retaguarda para emergências destes hospitais e, em parceria com Hospitais de Excelência, 7.388 profissionais já foram capacitados.

Para 2014 está prevista a implantação de 550 leitos hospitalares (leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, Unidade de Cuidado Intensivo – UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) e a estruturação de 60 unidades de atenção especializada nas Redes de Urgência e Emergência. Pretende-se também implantar 16 novas centrais de regulação do Samu.

A Força Nacional do SUS (FN-SUS) conta com 12.869 voluntários, sendo que 1.470 já foram capacitados para atuar em situações de desastres, desassistência, surtos epidêmicos e apoio à gestão, além de participar na organização da Rede Hospitalar de Urgência e na construção dos Planos de Contingência para preparação das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Possui 42 equipes assistenciais por semana epidemiológica para resposta às emergências em saúde pública à gestão em eventos de massa. A FN-SUS possui nove módulos para montagem de hospitais de campanha e seus acessórios (ar condicionado, gerador elétrico, pias, telefone satelital), além de *kits* desastres contendo 30 itens de medicamentos e 18 itens de insumo.

Desde seu surgimento, a FN-SUS atuou em 21 missões, sendo oito de desastres naturais, quatro relacionadas à desassistência, sete de apoio à gestão local nas diversas situações e duas de tragédia. Em apoio às vítimas do incêndio ocorrido em Santa Maria/RS, em 27 de janeiro de 2013, a FN-SUS enviou ao Estado 22 respiradores, sete ambulâncias de UTI do Samu-192, 30 ventiladores e oxímetros de pulso, 200 ampolas de imunoglobulina antitetânica, 140 *kits* de hidroxibalamina e 15 monitores. Também foram disponibilizados 120 profissionais, entre psicólogos e psiquiatras, para atendimento a vítimas e familiares.





O Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Sírio Libanês, está realizando a primeira fase de capacitação dos profissionais da FN-SUS, o Curso de Especialização em Gestão de Saúde Pública, para 980 voluntários, que será finalizado até junho de 2014. São 80 vagas para cada uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

b.5) Atenção Domiciliar

O Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, tem cobertura de 15,1% da população brasileira. A assistência multiprofissional gratuita é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família, proporcionando um serviço humanizado e acolhedor.

Em 2013 foram constituídas 210 novas Equipes de Atenção Domiciliar, formadas prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeuta, além de outros profissionais, totalizando 442 desde o início do Programa. Dessas, 293 são Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad) e 149 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap).

b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica, Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas

A Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, fixou em até 60 dias o início do tratamento de neoplasia maligna pelo Sistema Único de Saúde (SUS), contado a partir do diagnóstico da doença. O primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia, cirurgia, ou cuidado paliativo conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

Neste contexto, e em consonância com a Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer, no que se refere à ampliação e à qualificação da Assistência Oncológica no SUS em 2013, foram habilitados quatro novos serviços em alta complexidade em oncologia, sete serviços passaram a oferecer radioterapia e outros dois passaram a oferecer atenção na área da hematologia. Em janeiro de 2014, mais um hospital foi habilitado na alta complexidade em oncologia, totalizando 278 serviços, considerados referência para o cuidado da pessoa com câncer.

No primeiro semestre de 2013 foram realizados 1.340.538 procedimentos quimioterápicos, o que corresponde a um acréscimo de 7% em relação a igual período de 2012. Para 2014, prevê-se a ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 10% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil.

Para ampliar a prevenção ao câncer e fortalecer a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, foram realizados mais de três milhões de exames de mamografia bilateral (1,6 milhão na faixa etária preconizada, de 50 a 69 anos) e mais de 7,4 milhões de exames citopatológicos (5,8 milhões na faixa etária preconizada, de 25 a 64 anos), nos três primeiros trimestres de 2013.

No âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, lançado em 2012, há a previsão de investimentos na ordem de R\$ 505 milhões para implantação de 80 Soluções de Radioterapia (41 novos serviços de radioterapia e a ampliação de 39 serviços de radioterapia em hospitais já habilitados) até 2014, abrangendo 65 Municípios em 22 Estados e o Distrito Federal. Essa medida contribui para a persecução das políticas nacionais voltadas para o desenvolvimento do País por meio do fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde com implantação de uma fábrica de equipamentos de radioterapia no País e desenvolvimento de fornecedores locais. Na primeira etapa de implementação do Plano, foi realizado o Pregão nº 11/2013, que possibilitou uma redução em 60% do valor global de referência (de R\$ 296,3 milhões para R\$ 119,99 milhões).





Para atender às prescrições medicamentosas específicas da Atenção à Pessoa com Câncer no âmbito do SUS, foi centralizada a compra, em 2012 e 2013, dos medicamentos L-asparagina e trastuzumabe. No período de maio a agosto de 2013, foram formalizados 21 contratos, correspondendo a mais de 54,3 milhões de unidades de medicamentos adquiridas. Além disso, encontram-se em análise 14 processos de aquisição, cuja contratação será de 46.203.048 unidades de medicamentos.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Para o desenvolvimento das ações estratégicas definidas no exercício de 2013, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e em consonância com as prioridades definidas no documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS), foram investidos R\$ 114 milhões em 11 Chamadas Públicas Nacionais, em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Dentre os temas fomentados destacam-se: Chamada MS-Fundação Gates (R\$ 17,4 milhões); Rede Nacional de Pesquisas sobre Política de Saúde: Conhecimento para Efetivação do Direito Universal à Saúde (R\$ 16 milhões); Novas Terapias Portadoras de Futuro (R\$ 18,75 milhões); Desenvolvimento de Inovações para Prevenção e/ou Tratamento de Câncer (R\$ 20 milhões); e Rede Nacional de Pesquisa Translacional em Doenças Endócrinas e Metabólicas (R\$ 7 milhões). Nesse período, ainda foram investidos R\$ 10 milhões para a formação da Rede Nacional de Pesquisa Transnacional de Acidente Vascular Cerebral. Essas iniciativas resultaram no fomento de 220 projetos de pesquisa contemplando temas estratégicos para a política de saúde do País.

A continuidade dos grandes estudos relacionados aos diferentes ciclos como o Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto (Elsa), o Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (Erica) e o Estudo Longitudinal de Saúde do Idoso (Elsi) foram garantidas com o repasse de recursos.

Visando estreitar a relação entre os gestores e a comunidade científica, realizou-se o evento nacional *Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS: integração entre conhecimento científico e políticas de saúde*. A expectativa para 2014 é fomentar 30 estudos estratégicos nacionais em temas contemplados na PESS, alinhando as prioridades do Governo Federal da área de saúde com as atividades de pesquisa científica e tecnológica.

d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde

Em 2013, ações voltadas para o fortalecimento dos laboratórios públicos, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e de suporte tecnológico, resultaram no desenvolvimento de projetos de reestruturação da infraestrutura, desenvolvimento e inovação e na qualificação da gestão. No ano foram contemplados 18 laboratórios públicos e 14 ICTs, que receberam investimentos na ordem de R\$ 165 milhões fomentando 40 projetos.

No âmbito das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2013, foram firmadas 52 parcerias relacionadas ao desenvolvimento de medicamentos e dispositivos médicos, sendo que desse total 26 contemplam produtos biológicos. Desses, 16 produtos são de última geração, sendo seis para câncer, quatro para artrite reumatoide, um para diabetes, um cicatrizante cirúrgico, um hormônio de crescimento e três imunoterapias (vacinas). Ainda neste bloco, foram firmadas duas parcerias visando à retomada da produção nacional de insulina humana.

Destaca-se ainda a obtenção do registro do medicamento antineoplásico Mesilato de Imatinibe para distribuição pública nas apresentações farmacêuticas de 100 mg e 400 mg. Dessa forma, em 2013, somaram-se 104 parcerias para o desenvolvimento produtivo, articuladas pela ação governamental, que compreendem 97 produtos sendo: 66 medicamentos, sete vacinas, 19 produtos para saúde e cinco de pesquisa e desenvolvimento.





Essas parcerias permitem negociar reduções progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida, incorporando economias significativas para o SUS estimada em cerca de R\$ 4,1 bilhões/ano. Contabiliza-se, ainda, como resultado dessas parcerias, R\$ 8,9 bilhões/ano em compras públicas.

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde

Para garantir a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2013 foram aprimorados os processos voltados a suprir as necessidades de medicamentos no atendimento básico e especializado, bem como aqueles demandados pelos programas estratégicos. Foi fomentado o acesso seguro e racional, incluindo o incentivo a arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos, além de ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) e do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS), na perspectiva de estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde.

Outra importante estratégia consiste na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço, com finalidade de expandir estes Programas prioritariamente para os Municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Em 2013 são 29.559 farmácias credenciadas atuando em 4.119 Municípios, além de 546 estabelecimentos da rede própria atuando em 432 Municípios.

Os resultados obtidos no âmbito da assistência farmacêutica na atenção básica incluem a abertura de 18 processos de compras para aquisição de anticoncepcionais, insulina NPH e regular, iodeto de potássio e *kits* de medicamentos para atendimento às calamidades públicas e ao sistema penitenciário. Em 2013, dez desses processos foram formalizados, resultando no fornecimento parcial de 18,19 milhões de *blisters* relacionados a medicamentos da saúde da mulher, 600 *kits* de medicamentos para calamidade pública, 3.034 *kits* de medicamentos para sistema penitenciário, 200 mil comprimidos de Iodeto de Potássio e 2.100.832 frascos de Insulina Regular e 5.269.800 frascos de Insulina NPH.

Em 2013 foram formalizados 43 contratos de compras no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf), que disponibiliza o tratamento, na forma de linhas de cuidado, para 79 doenças, correspondendo a mais de 200 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica atende às necessidades de programas de saúde referentes aos seguintes agravos e doenças de impacto na saúde pública: cólera, controle do tabagismo, dengue, doença de chagas, esquistossomose, febre maculosa, filariose, geohelmintíase, hanseníase, influenza, leishmaniose, lúpus/mieloma múltiplo/doença do enxerto contra hospedeiro, malária, meningite, tracoma, tuberculose, tuberculose multidroga-resistência. Em 2013, foram formalizados 12 contratos de compra, oito termos de cooperação com laboratórios oficiais, seis convênios com laboratórios oficiais e cinco aditivos relacionados a termo de cooperação com organismo internacional, todos para a produção de medicamentos, correspondendo a mais de 258,4 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

O apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS foi incrementado em 2013, com o repasse, Fundo a Fundo, de R\$ 6,2 milhões para sete Secretarias de Saúde Municipais, uma Estadual e a do Distrito Federal, objetivando a estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Outros 14 APLs (2012) estão sendo monitorados pelo sistema E-car e por meio de visitas técnicas. Também foram repassados R\$ 2,8 milhões para 21 Secretarias de Saúde Municipais e três Estaduais, visando ao apoio à estruturação e ao fortalecimento da Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos





Em 2013 o projeto Hórus Básico/Estratégico já contou com a adesão de 2.508 Municípios e 20 Estados. Destes, 1.240 Municípios, 19 Estados e o Distrito Federal já utilizam o sistema para gerenciamento dos serviços farmacêuticos. No ano, profissionais vinculados a 528 Municípios foram capacitados, na modalidade a distância, e estão aptos a utilizar a ferramenta.

f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde

No ano de 2013, 31 tecnologias avaliadas tiveram recomendação de incorporação no Sistema Único de Saúde (SUS), destacando-se: cadeiras de rodas especiais e acessórios, bengalas, procedimentos de adaptação postural e sistema de frequência modulada para pessoas com deficiência auditiva; diagnóstico de casos novos de tuberculose e detecção de resistência à rifampicina; novos medicamentos para tratamento da hipertensão arterial pulmonar; vacina HPV para prevenção de câncer de colo do útero; rituximabe para tratamento do linfoma não Hodgkin; cloridrato de erlotinibe para tratamento do câncer de pulmão avançado ou metastático; gefitinibe para tratamento do câncer de pulmão de células não pequenas.

Foram recebidas 294 demandas para incorporação de tecnologias. Dentre elas, 192 foram referentes às solicitações de inclusão de medicamentos, 42 produtos e 60 procedimentos no rol do SUS: 146 internas, provenientes do Ministério da Saúde e de Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e 148 demandas externas, provenientes da indústria farmacêutica, de órgãos do Poder Judiciário, de associações de pacientes e sociedades médicas. A maioria das demandas foi relacionada a especialidades de reumatologia, oncologia, infectologia e pneumologia.

Foram publicadas em 2013, durante o processo de avaliação das demandas de incorporação tecnológica 42 consultas públicas e mais de 1,9 mil contribuições foram recebidas de instituições de saúde, associação de pacientes, empresas, instituições de ensino, sociedades médicas, entre outros, sobre as tecnologias analisadas.

Para 2014, estão previstas atividades com vistas a: promover o acesso e o uso racional de medicamentos no SUS; atualizar a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e o Formulário Terapêutico Nacional; ampliar o acesso público a informações sobre desenvolvimento de tecnologias em saúde; incorporar tecnologias por meio de acordos de cooperação técnica com instituições com *expertise* na área; promover o acesso regulado à assistência à saúde mediante atualização e elaboração de novos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas; estabelecer procedimentos para acompanhamento de evoluções tecnológicas no campo da saúde e produzir informações estratégicas que subsidiem futuras avaliações e deliberações de incorporação.

g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde

O Poder Público adota a vigilância em saúde como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados ao setor, visando ao planejamento e à implementação de medidas de saúde pública para a proteção, a prevenção, a promoção e o controle de riscos relativos a agravos e doenças.

Em relação à dengue, no ano de 2013, detectou-se a entrada no País de um novo vírus em circulação (DEN4) e, conseqüentemente, a sua disseminação em áreas populosas. Ocorreu um aumento no número de casos e óbitos no ano: a notificação dos casos de dengue em 2013 foi de 6.437 casos graves, o que representa um aumento de 47% quando comparado com o mesmo período de 2012 (4.386). No entanto, quando se compara com o mesmo período dos anos de 2010 e 2011 (anos de surto), observa-se que em 2013 houve uma redução de 63% em relação a 2010 (17.451 casos graves) e de 39% em relação a 2011 (10.545 casos graves). No que diz respeito à mortalidade por dengue, nesse período foram confirmados 616 óbitos.





Quanto à tuberculose, foi introduzido novo tratamento com quatro drogas em dose fixa combinada, conhecido como “4 em 1”, elevando a eficácia e a adesão ao tratamento, resultando na diminuição do abandono em cerca de 14%.

Em relação à hepatite C, foram introduzidos medicamentos inibidores de protease (IP) como terceira droga de tratamento desta patologia, com possibilidade de cura, e que, se não tratada, pode causar grande impacto na vida dos portadores. Foi publicado o Suplemento 2 do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) que simplificou e ampliou o acesso ao tratamento para hepatite C (genótipo I e fibrose avançada) com os IP. O PCDT foi flexibilizado para aumentar o acesso ao tratamento e obteve enorme sucesso, triplicando o acesso em apenas dois meses de operação. O monitoramento do tratamento passou a ser feito por meio de exames de biologia molecular, distribuídos em mais de 43 laboratórios pelo País.

Na campanha nacional de vacinação contra poliomielite, foram administradas, aproximadamente, 12,5 milhões de doses da vacina, representando uma cobertura de 96,6%. Também foi realizada, no mesmo ano, a campanha nacional de vacinação contra a gripe, com distribuição de mais de 43 milhões de doses, resultando no alcance de 91,4% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis, ultrapassando a meta de 80%.

No ano de 2013, houve a introdução da vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela) ao Calendário Nacional de Vacinação do Programa Nacional de Imunizações, que substituiu a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças de 15 meses de idade. Houve, também, a ampliação da oferta de vacinas para determinadas faixas etárias ou grupos prioritários, sendo: hepatite B, para a faixa etária de pessoas entre 30 e 49 anos; Tríplice viral, para faixa etária de até 49 anos de idade; e influenza, para puérperas e grupos com morbidades, como diabetes, obesidade e doenças respiratórias, cardíacas, renais e hepáticas crônicas.

Também em 2013, o País passou a contar com um sistema estruturado para a vigilância e resposta à influenza, incluindo a implantação de novo protocolo para o tratamento da doença e ampliação e modernização da capacidade laboratorial de diagnóstico da influenza por biologia molecular de sete laboratórios em 2010, para 17 em 2013. Também foi garantido o tratamento para todas as pessoas com indicação. No total, foram distribuídos, aproximadamente, 2,2 milhões de doses do antiviral fosfato de oseltamivir aos Estados e Municípios, representando 100% a mais quando comparado com 2011.

O Brasil é pioneiro na adoção do tratamento como prevenção do HIV, estratégia que reduz a transmissão do agravo. As novas recomendações de terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV estão alinhadas com fortes evidências científicas de redução, indicando queda de até 94% na transmissão do HIV em pessoas em tratamento com carga viral indetectável. Elas preconizam o estímulo ao início imediato de terapia antirretroviral para todas as pessoas infectadas pelo HIV, independentemente do comprometimento das defesas do organismo.

Em 2013, o Brasil teve a menor incidência de malária dos últimos 30 anos. Além disso, houve redução de cerca de 37% (janeiro a outubro) nas internações por malária em relação a 2012.

Foi realizada, em 2013, uma campanha ampla de detecção da hanseníase e tratamento de parasitoses nas escolas. Em uma semana, cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes foram tratados com albendazol 400 mg, 237.208 alunos foram encaminhados para a rede básica de saúde e unidades de referência, e 283 casos novos de hanseníase foram confirmados em menores de 15 anos.

Como estratégia de fortalecimento da vigilância ambiental, foram desenvolvidas ações voltadas para a vigilância da qualidade da água para consumo humano. No ano de 2013, cerca de 67,2% dos Municípios cadastraram formas de abastecimento de água, avaliaram dados fornecidos pelos prestadores de serviço de abastecimento e monitoraram a qualidade da água.





As violências e os acidentes têm grande impacto nas políticas de saúde. Em relação à violência, foi elaborado normativo para a notificação intersetorial, cuja implantação dar-se-á em 2014, e anunciada a obrigatoriedade da notificação de casos de violências motivadas por homo/lesbo/transfobia. Ainda em 2013, o *Projeto Vida no Trânsito* objetivou a redução das mortes e lesões causadas por acidentes de trânsito. Nesse ano, o projeto foi expandido para todas as capitais, Distrito Federal e Municípios com mais de um milhão de habitantes.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), iniciada em agosto de 2013, é a mais completa pesquisa sobre as condições de saúde da população. A PNS é parte do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que são responsáveis por 72% dos óbitos no Brasil.

A promoção do conhecimento do estado de saúde do indivíduo é uma das estratégias de prevenção e controle de agravos. Nesse sentido, a incorporação de novas tecnologias se faz necessária para reduzir o tempo entre o diagnóstico e encaminhamento para tratamento, se necessário. Para tanto, em 2013 foi implantado o uso de testes rápidos na rotina de serviço e massificado o uso dessa tecnologia para testagem do HIV, sífilis, hepatites B e C e tuberculose.

Em 2013 foram habilitados 817 polos, totalizando 3.683 com os de 2011 e 2012. Desse total, 1.364 polos encontram-se em fase preparatória, estando em situação de habilitação para o recebimento da segunda parcela de recursos para a implantação, e 1.040 polos encontram-se com obras iniciadas. Como estratégia de promoção à saúde e redução dos fatores de risco para as doenças e agravos crônicos não transmissíveis, o Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso da população à promoção da saúde. Os demais se encontram em processo inicial de habilitação e 460 com obras concluídas.

Encontram-se habilitados 210 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), dentre os quais dez são voltados prioritariamente para a saúde do trabalhador rural. Ainda em 2013, avançou-se na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, instituída em 2012, que fortalece a vigilância, a promoção e a proteção da saúde desse segmento populacional.

Para 2014, as metas prioritárias para atuação em Promoção e Vigilância em Saúde são: i) ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, atingindo 26 unidades da Federação; ii) adquirir 15 milhões de doses de vacinas contra o papiloma vírus humano (HPV) para a imunização de adolescentes do sexo feminino de 11 a 13 anos de idade; iii) implantar a vacina contra hepatite A para crianças; iv) implantar a vacina contra coqueluche acelular para gestantes; v) reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2012 para 19/100.000 hab.; vi) ampliar para 70% o percentual de Municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de pentavalente em menores de um ano; vii) reduzir o número de óbitos e casos graves por dengue; viii) ampliar o número de academias de saúde habilitadas; e ix) promover a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde.

h) Alimentação e Nutrição

Em 2013, o Ministério da Saúde assinou novo acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia) para a redução de sódio nas categorias de produtos lácteos, produtos cárneos e sopas, estabelecendo-se metas nacionais para retirada de mais oito mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020, totalizando a retirada de 28,5 mil toneladas de sódio com todas as 15 categorias prioritárias de alimentos processados pactuadas desde 2011.

Em novembro de 2013 foi assinado o último termo da primeira fase de pactuações de metas para a redução de sódio em todas as categorias prioritárias, que representam mais de 90% do sódio consumido pela população a partir de alimentos processados. O termo de compromisso assinado é pela diminuição de sódio em laticínios, embutidos e refeições prontas,





em até 68% ao longo dos próximos quatro anos. Com isso, estão definidas metas de redução para massas instantâneas, pães de forma, bisnaguinhas, maionese, pão francês, bolos, misturas para bolos, biscoitos, salgadinhos e batatas fritas, temperos, caldos, cereais matinais, margarinas vegetais, sopas, produtos lácteos e cárneos.

Com relação à prevenção e controle da obesidade, foi aprovada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) a Estratégia Nacional para Prevenção e Controle da Obesidade no escopo do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, lançados em 2011.

Destaca-se também a organização da linha de cuidado às pessoas com sobrepeso e obesidade na Rede de Atenção à Saúde. Para tanto, foram publicadas importantes normativas para organização dessa linha de cuidado no SUS: Portaria nº 424, de 19 de março de 2013, que redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas; e Portaria nº 425, de 19 de março de 2013, que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade.

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Esse acompanhamento permite a estratificação de risco nutricional da população e o planejamento do cuidado em saúde. A média da cobertura municipal do Sisvan no primeiro semestre de 2013 foi de 17%.

A nova estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva está em fase de delineamento de diretrizes operacionais e logísticas, e deverá ser implementada em 2014 em duas frentes: i) no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre; e ii) no âmbito das Unidades Básicas de Saúde – público Bolsa Família com vistas à substituição do sulfato ferroso pelo novo produto. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio (60 dias/semestre). A prescrição deverá fazer parte dos cuidados previstos para as crianças.

i) Vigilância Sanitária

No contexto da vigilância sanitária, foi publicado o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que aprimora o processo regulatório atual e harmoniza as disposições legais existentes para o controle sanitário de produtos, bens e serviços, tendo como base o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico.

Em consequência dessa norma, foram atualizadas as regras para a anuência prévia de patentes de produtos e processos farmacêuticos, para priorização da análise de produtos farmacêuticos de interesse do SUS e que regulamentam o direito de acesso aos medicamentos inovadores ainda não disponíveis no mercado. Esses medicamentos beneficiarão pacientes portadores de doenças debilitantes e graves para as quais não exista terapêutica apropriada ou constate-se a sua insuficiência.

Foi estabelecida norma referente às boas práticas de produtos para saúde, com a definição de requisitos de qualidade que devem ser seguidos por fabricantes e empresas que comercializam produtos para saúde no Brasil. Nessa linha de ação e para melhor compreensão da indústria sobre a legislação e regras relacionadas aos padrões de qualidade de produtos e serviços do setor da saúde, foi lançado o Guia de Auxílio na Implantação de Boas Práticas em Produtos para Saúde.





Para contribuir com a redução dos prazos de análise de produtos, foi disponibilizada no portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a lista de pedidos que aguardam análise e os prazos médios praticados por essas análises.

Também em 2013 entrou em funcionamento o novo sistema de peticionamento eletrônico de bulas, que permite aos laboratórios farmacêuticos a notificação, de forma automática, das alterações nas bulas de medicamentos.

Outra inovação incorporada em 2013 permite que as empresas possam alterar a ordem dos pedidos de registro apresentados, podendo priorizar aquele que considerar mais importante ou mais inovador. Essas mudanças dão continuidade a um conjunto de medidas adotadas para aumentar a agilidade do setor, das quais também faz parte o Sistema de Registro Eletrônico de Medicamentos, que começou a funcionar em abril. Foram agilizadas as concessões de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) para farmácias e drogarias, de forma a eliminar atrasos na renovação dessas concessões.

Na área de produtos fitoterápicos tradicionais foi publicada a primeira regra voltada especificamente para os procedimentos de fabricação desses produtos, estabelecendo orientações de Boas Práticas de Fabricação.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, foi aprovada norma que racionaliza, simplifica e padroniza procedimentos e requisitos de regularização do microempreendedor individual e do agricultor familiar junto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

No contexto da função regulatória de inspeção de produtos em circulação no mercado e que são do interesse da saúde pública, destacam-se as seguintes realizações: analisadas 82.922 petições para autorização de funcionamento de empresas; inspecionadas 395 empresas; emitidos 1.810 certificados de boas práticas de fabricação, armazenamento e distribuição de medicamentos, produtos para saúde e insumos farmacêuticos; expedidas 313 resoluções para suspensão, interdição e apreensão de produtos; 12 empresas interditadas parcial ou totalmente e 296.954 licenças de importação concedidas.

Para 2014 está prevista a redução do tempo de registro de medicamentos no País, sem prejuízo à segurança sanitária, bem como a simplificação dos processos de notificação dos eventos adversos ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, resultando em um prazo de até 15 dias após a ocorrência. Os casos que resultarem em morte deverão ser notificados em até 72 horas.

No âmbito do Programa de Segurança do Paciente, novos planos serão implantados, tendo como princípios norteadores a melhoria contínua dos processos de cuidado e do uso de tecnologias da saúde, a disseminação sistemática da cultura de segurança, a articulação e a integração dos processos de gestão de risco, bem como a garantia das boas práticas de funcionamento do serviço de saúde.

j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde

O Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) qualificou 3.460 profissionais de saúde do SUS para atuação em atenção básica. Nos processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias, foram qualificados 15.766 profissionais e gestores de serviços de saúde.

Desde 2009, o Pró-residência vem consolidando a participação do Ministério da Saúde no processo de avaliação das necessidades de profissionais de saúde no País e indução da abertura de novas vagas de residência em regiões prioritárias e especialidades estratégicas. Em 2013 foram investidos R\$ 46,4 milhões em bolsas de residência médica, aumento de 129% no orçamento executado, e R\$ 36,3 milhões em bolsas de residência multiprofissional, aumento de 152% no orçamento executado.





Os programas de residência em saúde têm papel estratégico na formação dos médicos do País. Eles perfazem o montante de 5.011 programas ofertados por 550 instituições distribuídos em todos os Estados. Estão matriculados atualmente 30.407 médicos residentes sendo que 7.906 recebem bolsas. A residência multiprofissional ofertada em 13 áreas profissionais de saúde conta com seis mil residentes matriculados dos quais 3.602 são beneficiados com bolsas. O valor atual da bolsa residência foi reajustado para R\$ 2.976,26, aumento de 24%. O orçamento 2013 para pagamento de bolsas foi de R\$ 343 milhões.

Entre as perspectivas para 2014, destacam-se a qualificação de 2,5 mil trabalhadores atuantes na gestão do sistema e na educação em saúde, além de 3.613 novas bolsas de Residência Médica e 1.086 bolsas adicionais de Residência Multiprofissional em Saúde, referentes à abertura de novas vagas de residência para formação de especialistas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Pró-Saúde e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) são programas que visam induzir a transformação nos cursos de graduação, na perspectiva de formar profissionais de saúde capazes de responder as necessidades da população. Nestes Programas, em 2013 foram financiados 902 Grupos PET-Saúde, contabilizando 15.975 bolsistas.

O Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde, na forma de projeto-piloto para a região Nordeste. Foram matriculados 658 alunos no curso de especialização e 84 no curso de aperfeiçoamento, além de 400 alunos matriculados na continuação do curso a distância de atualização em gestão das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde.

Outro importante eixo para o fortalecimento das relações de trabalho na área da saúde é a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, cujo objetivo é criar novos espaços de negociação e interlocução. Em 2013 foram realizados oito seminários: três de abrangência estadual e cinco de abrangência regional, com cerca de 320 participantes representantes de gestores e de entidades sindicais da saúde.

k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação

A gestão governamental em saúde possui natureza complexa que abrange várias dimensões – ética, política, estratégica, técnica e administrativa. Nesse contexto multidimensional, visando ao fortalecimento da gestão participativa no âmbito do SUS, foram realizadas as seguintes ações:

- 11 Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde implantados e funcionando, com a participação de representantes das Secretarias de Saúde e de Movimentos Sociais nas seguintes unidades da Federação: Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. O processo de articulação com Estados e Municípios para a criação de comitês de Educação Popular e Equidade (populações negra, LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –, em situação de Rua e Campo e Floresta) é contínuo;
- Realizados três seminários locais no Maranhão, Rio Grande do Sul e Bahia, respectivamente, sobre a saúde das comunidades quilombolas, com a participação de gestores, trabalhadores da saúde, conselheiros e lideranças quilombolas; e
- Realizados três seminários nacionais com a participação de gestores e de lideranças dos movimentos sociais para discussão dos Planos Operativos das Políticas de Equidade das Populações: Negra, de Campo e Floresta, e LGBT.

O Sistema Nacional de Ouvidoria está organizado nas três esferas de governo havendo, atualmente, 1.263 ouvidorias implantadas. Em 2013, houve processo de implantação de ouvidorias em 84 Municípios do Ceará e 11 do Mato Grosso do Sul, e 205 Municípios capacitados no curso *Tecendo a Rede do Sistema Nacional de Ouvidoria*.





Com foco no aumento da transparência e qualidade da gestão do SUS em 2013, destacam-se também as ações do Disque-Saúde 136 e de ouvidoria ativa. Foi incentivada a manifestação espontânea dos cidadãos por meio do Disque-Saúde 136, carta, atendimento presencial e formulário eletrônico disponível no Portal da Saúde, além da implantação da Ouvidoria Ativa, envolvendo duas ações distintas:

- Carta SUS: Correspondência enviada pelo Ministério da Saúde aos cidadãos que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais/unidades de saúde públicas ou contratualizadas com o SUS. O objetivo dessa ação é fiscalizar a utilização dos recursos públicos de saúde, fortalecer a participação da população na gestão, monitorar as ações de saúde e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelo SUS. A referida ação teve início em janeiro/2012, já foram enviadas desde 2012 – 10.081.235 e em 2013 – 13.638.196, totalizando 23.719.431. No que se refere à pesquisa de satisfação do usuário, recebemos 1.392.299 cartões-resposta, por correio, Internet e telefone. Além disso, a Ouvidoria Geral do SUS já recebeu 6.292 manifestações entre denúncias, elogios, informações, reclamações, solicitações e sugestões, das quais 4.232 são denúncias; e
- Pesquisas: i) Pesquisa do Programa Rede Cegonha, com o objetivo de avaliar o impacto da implementação da Rede Cegonha nos Estados brasileiros, considerando o olhar de uma amostra representativa de mães que tiveram parto pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa foi iniciada em 10 de maio de 2012, contabilizando 197.854 questionários aplicados até 31 de dezembro de 2013. Para a aplicação dos questionários, foram realizados 741.660 contatos; e ii) Pesquisa de Avaliação da Internação do cuidado pós-alta de Acidente Vascular Cerebral e Infarto Agudo do Miocárdio, em adultos, com o objetivo de avaliar o atendimento recebido nos serviços públicos de saúde durante a internação e verificar o acompanhamento médico pós-alta do paciente. A pesquisa foi iniciada em 31 de maio de 2013, contabilizando 44,3 mil questionários aplicados até 31 de dezembro de 2013 e para a aplicação dos referidos questionários foram realizados 83.531 contatos.

Em relação ao acesso às informações do SUS, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no ano de 2013, ocorreram 2.222 registros, com 98,74% todos respondidos. Foram recebidas 101.352 ligações no Disque-Saúde 136, com 139.417 informações disseminadas em atendimento à Lei de Acesso à Informação.

Com relação à articulação interfederativa, consolidou-se em 2013 a adesão dos Municípios ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS (Sargsus), com 99% das Secretarias Municipais e 100% das Secretarias dos Estados e do Distrito Federal alimentando o sistema que auxilia na prestação de contas referente ao Relatório Anual de Gestão.

A auditoria do SUS realizou em 2013, por meio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), 1.661 Ações de Controle Interno do SUS, sendo 1.046 auditorias, 117 fiscalizações, 391 visitas técnicas e 107 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS); e 243 Cooperações Técnicas. Em um total de R\$ 3,3 bilhões auditados nos Programas Saúde da Mulher – CA de Mama, Saúde da Mulher – CA de Colo de Útero, Saúde não tem Preço – Farmácia Popular; como também, na vigilância em saúde – hanseníase, Aquisição e utilização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) – Cardiologia, Aquisição, utilização de OPM – Traumatologia-ortopedia, Carta SUS, dentre outros, houve R\$ 277 milhões de proposições de devolução.

A tecnologia aplicada à saúde é um ponto de fundamental importância para garantir o acesso da população ao SUS com qualidade e em tempo oportuno. Ultrapassando os limites da informática, as atividades desenvolvidas pelo DataSUS auxiliam no controle dos serviços e ações ofertadas ao cidadão, no atendimento recebido por ele nas unidades de saúde básicas ou de média e alta complexidade, no trabalho dos profissionais e na qualificação de sua relação com os pacientes, além do controle e processamento das contas da Saúde, integrando a União aos Estados e Municípios para o cumprimento de suas atribuições no SUS.





Entre os principais avanços conquistados pelo Departamento de Informática do SUS estão o avanço nas instalações de câmeras nos hospitais de referência do Sistema Único de Saúde para promoção do SOS Emergências, a depuração de 150 milhões de registros do Cartão Nacional de Saúde, a realização de investimentos de infraestrutura com a atualização tecnológica dos equipamentos de TI instalados nas salas-cofres de Brasília e do Rio de Janeiro, o desenvolvimento e a disponibilização do *software* de cadastramento de usuários do Cartão Nacional de Saúde na Internet (*Cadsus Web*) e o desenvolvimento do *Web Service* do *Cadsus Web*, promovendo a interoperabilidade de 13 sistemas do Ministério da Saúde com o *Cadsus Web*.

Para 2014, as perspectivas são: i) apoiar a implantação de 125 ouvidorias com sistema informatizado; ii) pactuar a assinatura do Contrato Organizativo de Ação Pública (Coap) em 50 Regiões de Saúde e disponibilizar em formato eletrônico o módulo quadrimestral, atendendo integralmente aos requisitos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; iii) realizar mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública; iv) realizar dez milhões de ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS; v) ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 100 mil entrevistas; e vi) evolução do *Cadsus Web* para a versão 5.0, a distribuição de 191 milhões de mídias plásticas (PVC) do Cartão Nacional de Saúde e de cerca de 30 mil impressoras de etiquetas, a promoção da interoperabilidade de outros dez sistemas do Ministério da Saúde com o *Cadsus Web* por meio do *Web Service*, a disponibilização do *Web Service* para sistemas de Estados e Municípios e implementação do serviço de banda larga em Unidades Básicas de Saúde por todo o Brasil.

1) Atuação Internacional

Dentre os mais de 100 projetos de cooperação, negociações multilaterais e intercâmbios internacionais, destaca-se, em 2013, as negociações, trocas de experiências e acordos firmados com países e organizações internacionais no âmbito do Programa Mais Médicos, contribuindo nas etapas de elaboração, execução e implementação do Programa.

No campo da cooperação internacional, ganham relevo ações de cooperação fronteiriça com Argentina, Bolívia e Guiana Francesa, com destaque particular para a Assinatura do Projeto Trilateral Alemanha – Brasil – Uruguai, com financiamento alemão de cinco milhões de euros para o fortalecimento dos sistemas de saúde na região fronteiriça Brasil-Uruguai. Além disso, houve ampliação da cooperação em bancos de leite humano, em particular na América Latina, além da cooperação com o Peru nas áreas de assistência farmacêutica e doenças crônicas não transmissíveis.

Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Brasil foi o que mais reduziu a mortalidade na infância (menores de cinco anos) entre nações da América Latina, Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) e alguns países de renda média alta (Objetivo 4). Quanto aos demais Objetivos vinculados à saúde (Objetivo 5 de melhorar a saúde materna e Objetivo 6 de combater o HIV/aids, a malária e outras doenças), os avanços foram significativos, sendo reconhecido o país com a menor taxa de incidência de tuberculose entre os Brics.

Nos fóruns multilaterais, o Brasil manteve seu protagonismo nos órgãos de saúde global, sendo reconduzido como membro do Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão diretivo constituído por 34 países, ainda compondo o Conselho Diretor da Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e ingressando como membro da Agência Internacional de Pesquisa do Câncer (Iarc).

O *Projeto de Cooperação Internacional em Saúde no Haiti*, o maior projeto de cooperação internacional brasileiro, está voltado ao enfrentamento do desafio de reconstrução do Haiti, após o terremoto de 2010, e permitiu ao poder público brasileiro construir, em 2013, três Hospitais Comunitários de Referência (do tipo Unidade de Pronto Atendimento – UPA), com capacidade para 40 leitos, e inauguração prevista para abril de 2014; um Instituto de Reabilitação (que atuará na reabilitação





de pessoas com deficiência nos campos da visão, audição, locomoção, pessoas amputadas, dentre outras), um laboratório de órteses e próteses, em regiões de alta densidade populacional e sem estrutura para o acesso aos serviços de atenção à saúde. Inaugurou também dois laboratórios de saúde pública para apoio à vigilância em saúde. Também foram formados agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem e inspetores sanitários.

m) Saúde Suplementar

Ao exercer o papel institucional de regulação e fiscalização da saúde suplementar, em 2013, o Governo recebeu 59.523 reclamações sobre a garantia de atendimento (4º ao 7º ciclo de monitoramento), e destas, 15.158, no 7º ciclo, ocorrido de junho a setembro de 2013. Devido aos problemas apontados pelos consumidores nestas reclamações, após devidamente averiguadas, 150 planos de 41 operadoras tiveram indicação de suspensão da comercialização no 7º ciclo de avaliação, que apresentou ampliação de escopo, avaliando também a cobertura assistencial. Essa é uma medida que protege 4,1 milhões de consumidores, beneficiários desses planos – o equivalente a 8,3% do total de beneficiários. Desde o primeiro ciclo, 700 planos de 89 operadoras foram atingidos pela medida regulatória. O índice da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de resolutividade de conflitos entre operadoras e beneficiários é de 84,2% (de um total de 71.432 notificações recebidas em 2013).

Com relação ao Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças e de Envelhecimento Ativo, em operação desde 2011, foram estimulados os hábitos saudáveis dos idosos, podendo oferecer prêmios e descontos de mensalidades. O monitoramento em 2013 demonstra um aumento de oito vezes em relação ao número de programas registrados em 2011, o que equivale a 997 programas, com a participação de 1,4 milhão de beneficiários.

O Risco Assistencial consiste em um processo periódico e sistemático de análise e produção de informações a partir das reclamações dos beneficiários e dos dados encaminhados pelas operadoras aos sistemas de informações da ANS, sendo divulgado a partir de 2012. De acordo com o resultado do processamento do risco assistencial de novembro de 2013, 69,60% das operadoras Médico-Hospitalares ativas apresentam baixo risco assistencial, 6,10% apresentam risco assistencial pré-moderado, 18,20% encontram-se na faixa de risco moderado e 5,07% encontram-se na faixa de risco alto.

A qualificação das operadoras do segmento suplementar da atenção à saúde é mensurada pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Esse índice é composto por 40% na dimensão atenção à saúde; 20% na econômico-financeira; 20% na estrutura e operação e 20% na satisfação dos beneficiários. O número de operadoras (médico-hospitalares e odontológicas) que obtiveram o índice nas duas melhores faixas, entre 0,60 a 1,00 subiu de 482 em 2010, correspondendo a 33.756.664 de beneficiários (56%), para 752 operadoras em 2013, com 47.871.564 de beneficiários (76%).

O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS gerou, em 2013, R\$ 175,62 milhões de inscrições em dívida ativa. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas no ano alcançaram R\$ 113,03 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R\$ 167,74 milhões. Desde 2011, houve arrecadação de 322 milhões.

Para 2014, projeta-se a ampliação do processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, alcançando 356.100 AIHs com processos concluídos.

A partir de janeiro de 2014, os beneficiários de planos de saúde individuais e coletivos terão direito a mais 87 procedimentos, incluindo 37 medicamentos orais para o tratamento domiciliar de diferentes tipos de câncer e 50 novos exames, consultas e cirurgias, de acordo com o novo rol, revisto em 2013, após ampla consulta à sociedade.





5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

A participação cidadã da população negra, que representa 50,7% da população brasileira, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, requer que as estratégias de desenvolvimento considerem aspectos histórico-culturais da desigualdade, no tocante à elaboração, execução e avaliação de políticas sociais e econômicas capazes de atacar as desigualdades étnico-raciais, incluindo as medidas afirmativas. Nesse contexto, foram desenvolvidas estratégias para a implementação de políticas de igualdade racial, com destaque para a institucionalização de mecanismos de monitoramento e avaliação e a regulamentação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), voltado à efetivação das políticas e serviços destinados à superação de desigualdades raciais.

O Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial – www.monitoramento.seppir.gov.br –, em sua primeira etapa lançada em 2013, contém informações de monitoramento e de diagnóstico, com dados territoriais, de duas políticas públicas consideradas estratégicas para a promoção da igualdade racial no Brasil: o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra.

O Sistema tem como público-alvo os gestores das três esferas governamentais, pesquisadores, beneficiários, bem como a sociedade civil, e foi desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Fundação Ford. A ferramenta permitirá a localização georreferenciada das comunidades em estágio de regularização fundiária e com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado. Será possível, ainda, cruzar os dados com o CadÚnico, já que todas as comunidades e territórios registrados passarão a ter um único código identificador. Tais dados serão úteis à inclusão dos setores censitários quilombolas no próximo Censo, conforme termo de cooperação com o IBGE.

Cabe mencionar o lançamento, em 2013, do Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça, que evidencia a distribuição percentual da população negra no País, conforme 316.574 setores censitários urbanos e rurais trabalhados pelo IBGE. Novos estudos sociodemográficos e análises espaciais vêm sendo desenvolvidos, além da inclusão de informações sobre áreas quilombolas na base territorial do IBGE.

No que concerne à regulamentação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituído pelo Estatuto de Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, foi publicado o Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, com o objetivo de descentralizar, de forma articulada entre as esferas de governo, as políticas de promoção da igualdade racial.

Entre 2012 e 2013, foram formalizados convênios com entes federados, com valor global de R\$ 5,9 milhões, consideradas as contrapartidas. Como resultado das parcerias, estão sendo desenvolvidas ações para a formação e capacitação de gestores e a estruturação e articulação estadual de organismos de promoção da igualdade racial.

a.1) Ações Afirmativas para a Igualdade Racial

O Estatuto da Igualdade Racial prevê a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores, nas esferas pública e privada, e define que os referidos programas constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias.





No campo da educação, como resultado da aplicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas para universidades federais e institutos federais, essas instituições já preencheram, no primeiro ano de vigência da Lei, um percentual superior às metas estabelecidas para o período. Do total de 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 vagas (32,5%) foram para estudantes cotistas. Do total, 17,8% atenderam especificamente ao grupo de pretos, pardos e indígenas (PPI) em todo território nacional com matrículas para 2013.

Destaca-se, ainda, que em 2013 o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria Normativa nº 21, que inclui a temática da educação para as relações étnico-raciais na formulação e produção de materiais didáticos e paradidáticos, bem como nas linhas e eixos de ação que compreendem o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Com o objetivo de promover a igualdade racial e enfrentar o racismo, foi também instituída a coleta do quesito raça-cor nos instrumentos de avaliação do MEC e no censo escolar.

O projeto *A Cor da Cultura* busca valorizar a contribuição da comunidade negra para a formação social brasileira, por meio de materiais didáticos e práticas pedagógicas disponíveis para a rede escolar. Em sua Fase III, a ser concluída em 2014, o projeto realizou formações para 2.052 educadores nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Pará. Outra ação é a publicação *Indicadores de Qualidade na Educação – Relações raciais na escola*, resultado de parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o MEC e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

No que tange ao mundo do trabalho, o Governo Federal mensurou as disparidades de acesso entre negros e brancos a cargos efetivos da administração pública federal (APF), por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, sistema que reúne informações sobre os servidores públicos civis do Poder Executivo Federal. A representação de negros é de cerca de 30%, embora representem 50,7 % da população brasileira.

O Programa Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, do Instituto Rio Branco, instituído com a finalidade de proporcionar maior igualdade de oportunidades de acesso à carreira diplomática, beneficiou 85 candidatos com bolsa no valor de R\$ 25 mil para custeio de cursos e aulas preparatórios ao concurso de admissão à carreira, além da aquisição de livros e material didático.

No campo da garantia de direitos, como resultado do Grupo de Trabalho sobre Indicadores de Racismo Institucional do Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras – projeto apoiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero da Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres) – foi publicado em 2013 o Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional, cujo objetivo é permitir o enfrentamento ao racismo institucional com base em diagnósticos, planos de ação e indicadores, assim como contribuir para a formulação e implementação dos compromissos apontados no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

Traduzindo sua adesão à Campanha *Igualdade Racial é Pra Valer*, a empresa Correios lançou em seu Edital 2013 de Seleção de Patrocínios, que contempla diversos segmentos de manifestações artístico-culturais, cotas de 10% para proponentes afrodescendentes. No mesmo sentido, o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania buscou ampliar a apresentação de propostas por parte de organizações e temática vinculadas à promoção da igualdade racial. Também a Casa da Moeda do Brasil aderiu, e por meio do Protocolo de Intenções assinado em julho, constituiu o Fórum da Diversidade e do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Etnia da empresa, que, além de ações de promoção da igualdade racial em seu quadro funcional, realizou programação com exibição de filmes e apresentações culturais em comemoração ao mês da Consciência Negra.





Em relação à segurança pública e acesso à justiça, foi incluído no manual Procedimento Operacional Padrão 2013 (POP) da abordagem policial, publicado pelo Ministério da Justiça, conteúdo referente à temática racial e, ao atendimento a grupos vulneráveis, a exemplo de jovens negros, comunidades tradicionais de matriz africana e ciganos.

Para 2014, prevê-se a operação do Disque Igualdade Racial, cujo objetivo é acolher manifestações de racismo e discriminação por meio do número de telefone de utilidade pública 138. Também foram capacitados 70 servidores em relação ao tema Identificação e Abordagem do Racismo Institucional.

Em 2013, a Seppir firmou um Protocolo de Intenções com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para fomento ao empreendedorismo negro, de pessoas e organizações da comunidade negra, com vistas à formalização e desenvolvimento de pequenos negócios e consequente geração de emprego e renda, no contexto das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional e fortalecimento de políticas de promoção da igualdade racial.

a.2) Povos de Cultura Cigana, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Outras Comunidades Tradicionais

Durante as comemorações do Dia Nacional dos Ciganos, em 24 de maio, realizou-se o evento Brasil Cigano - I Semana Nacional dos Povos Ciganos, que reuniu cerca de 300 pessoas de comunidades ciganas oriundas de 19 Estados e do Distrito Federal. Na ocasião, entidades, comunidades ciganas e instituições do Poder Público Federal debateram a pauta de reivindicações dos Povos Ciganos, com ênfase no acesso às políticas públicas de cultura, saúde, desenvolvimento social, combate à discriminação, defesa dos direitos humanos e valorização das culturas ciganas. Foi lançado, ainda, o *Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*, voltado a acampamentos, comunidades e gestores públicos sobre acesso a bens e serviços públicos para essa população, conforme os eixos Direitos humanos, Políticas sociais e de infraestrutura, Políticas culturais e Acesso à terra.

Em 2013, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que reúne ações emergenciais e de fomento à inclusão produtiva, à garantia de direitos, à proteção do patrimônio cultural e tradição africana no Brasil, bem como ao enfrentamento à extrema pobreza. O Plano envolve 14 instituições federais e aborda três eixos estratégicos: Garantia de direitos, Territorialidade e cultura e Inclusão social e desenvolvimento sustentável.

No que concerne à Garantia de Direitos e ao Fortalecimento Institucional dos Povos e Comunidades de Matriz Africana, investiu-se R\$ 1,1 milhão em projetos de sete associações representativas dessas comunidades, envolvendo 61 casas tradicionais de todas as regiões do Brasil, em ações de capacitação e valorização de práticas tradicionais alimentares e de saúde. Como parte da meta de elevar a escolarização das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, foi realizado um levantamento sobre o atendimento de crianças e adultos dessa população pelos sistemas educacionais de Estados, capitais e Distrito Federal, mapeando atividades inovadoras, normas ou regulamentações específicas e modelos de atendimento.

No eixo Territorialidade e Cultura, o Projeto *Encontro de Saberes* investiu cerca de R\$ 1,6 milhão em atividades de intercâmbio de conhecimentos do mundo acadêmico e dos saberes tradicionais, de matrizes indígenas, africanas e de outras comunidades tradicionais. O Projeto Rede de Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, por sua vez, implementou dez bibliotecas com acervo, mobiliário e computador, com investimentos de R\$ 300 mil. Como parte das ações desse eixo, houve ainda o tombamento da casa Ilê Axé Oxumaré, um dos resultados da criação do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que lançará em 2014 editais para premiação de instituições, mestres e mestras da ancestralidade africana.





Ainda no âmbito do Plano Nacional, no eixo Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, foram apoiados eventos para potencializar práticas e saberes dos povos tradicionais de matriz africana como promotores de saúde, entre eles o IV Encontro Nacional de Mulheres de Axé, o II Encontro Nacional de Homens de Axé, o I Encontro Nacional Juventude de Terreiros e o Projeto *Direito à Política de Saúde para os Povos de Comunidade de Terreiro*. Cabe destaque, ainda, à ação de distribuição de duas mil toneladas de alimentos, parceria entre Seppir, MDS e Conab, por meio da qual foram distribuídas 86.670 cestas de alimentos a 17,2 mil famílias, de janeiro a novembro de 2013. Essa é uma das medidas que visa garantir segurança alimentar para Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Também em 2013, foram atendidas mais três mil famílias tradicionais de matriz africana na Bahia vítimas de contaminação de chumbo no Município de Santo Amaro da Purificação.

No tocante às ações que envolvem a promoção e o fomento do patrimônio cultural da população negra, incluindo também as comunidades tradicionais de matriz africana e as produções culturais da população negra, foram apoiadas várias atividades, dentre as quais destacamos: i) Mostra Imagem dos Povos, com destaque para o cinema brasileiro de temática negro-africana e produzido por realizados negros, em Belo Horizonte/MG; ii) Edital Nufac para a realização de curso de formação profissional na área da cultura para jovens negros e negras, por meio da implantação de dez Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra (Nufac), corroborando com o Plano Juventude Viva; iii) Edital Ideias Criativas, que tem por objetivo a seleção de 38 projetos para a realização de atividades artísticas, socioculturais e formativas alusivas ao Dia da Consciência Negra; e iv) Lançamento do Escambo Cultural, projeto que visa ao intercâmbio entre jovens artistas e a promoção do debate sobre protagonismo juvenil na área da cultura.

a.3) Comunidades Quilombolas

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado em março de 2004, tem como objetivo articular e acompanhar políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida dos quilombolas. Nesse sentido, a Agenda Social Quilombola agrupa os seguintes eixos: i) acesso à terra; ii) infraestrutura e qualidade de vida; iii) inclusão produtiva e desenvolvimento local; e iv) direitos e cidadania.

No que se refere ao acesso à terra, em 2013, tem-se que: i) foram certificadas, em 2013, 259 comunidades remanescentes de quilombos, constituindo importante elemento no resgate da dívida histórica com os afrodescendentes; e ii) foram entregues 14 títulos definitivos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em três comunidades quilombolas do Estado do Sergipe, e numa comunidade do Pará pelo Instituto de Terras do Estado (Iterpa). Ainda foram publicados dez Decretos de Declaração de Interesse Social, para fins de desapropriação, de imóveis rurais abrangidos em territórios quilombolas, beneficiando 1.450 famílias em 21,8 mil hectares. Por fim, existem 164 editais de Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação (RTID) publicados desde 2005, em benefício de 22.069 famílias, em uma área de 1,7 milhão de hectares.

Cabe ressaltar, como estratégia de alavancar as ações referentes às comunidades quilombolas, a criação de Mesas Permanentes de Negociação Quilombola Nacional em diversos Estados. A primeira Mesa, de periodicidade mensal, ocorreu em 20 de agosto de 2013, tendo sido abertas Mesas Estaduais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pará e Maranhão com a mesma periodicidade e dinâmica intersetorial. A perspectiva é de que novas Mesas Estaduais sejam criadas em 2014. Esses fóruns incluem, além de representantes do Incra, membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério Público Federal (MPF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Assembleias Legislativas, comunidades quilombolas e organizações civis.





Em 2013 foi realizado o empenho para a recuperação de estradas nos Municípios de Candiota/RS e Barra do Turvo/SP, com recursos na ordem de R\$ 500 mil e R\$ 700 mil, respectivamente. As obras deverão ser realizadas em 2014 e beneficiarão comunidades quilombolas.

No eixo infraestrutura e qualidade de vida, destacam-se as ações de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos, coordenadas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tendo sido aportados, em 2013, R\$ 19,9 milhões, a fim de beneficiar 2.840 famílias quilombolas de 37 comunidades, localizadas em 29 Municípios. No total, foram investidos, desde 2004, R\$ 198,3 milhões em 347 Municípios, contemplando 577 comunidades e 53.522 famílias.

No âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2013 foram entregues 701 unidades habitacionais (UHs) quilombolas, sendo 28 no quilombo Chácara das Rosas, em Canoas/RS, primeiro quilombo urbano titulado do Brasil. Nesse ano foram contratadas mais 3.552 UHs e encontram-se em análise, ainda, projetos para a construção de 3.419 UHs, com previsão de investimento de R\$ 195 milhões.

Em 2013, foram desenvolvidas iniciativas voltadas ao fortalecimento da política habitacional em comunidades quilombolas e à capacitação técnica das associações para elaboração de projetos, quais sejam: elaboração da *Cartilha do Programa Minha Casa, Minha Vida Quilombola*, com previsão de publicação em março de 2014, e elaboração de acordo de cooperação para contratação de dez mil Projetos de Assistência Técnica Habitacional com as ações integradas do Programa Luz para Todos e Programa Água para Todos.

No tocante à eletrificação rural para comunidades quilombolas, o Programa Luz para Todos atendeu, até outubro de 2013, 117 mil quilombolas, totalizando 29.297 ligações realizadas e um investimento de R\$ 235,27 milhões desde o ano de 2004. No primeiro trimestre de 2014, terá início a eletrificação das Comunidades Kalungas Teresina, Cavalcante e Monte Alegre/GO e Kalunga do Mimoso (Paraná/TO), cuja demanda esteve inviabilizada pelo difícil acesso a essas comunidades. O início da obra está previsto para o primeiro semestre de 2014 e sua conclusão para o final deste ano.

No eixo Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva, foi lançado em 2013 o Selo Quilombos do Brasil, cuja expedição será associada ao Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf), a fim de promover a valorização etnocultural e propiciar novas possibilidades de comercialização de produtos. O selo de identificação social de produtos servirá como certificado de origem e identidade cultural para os mercados consumidores.

Ainda neste eixo, em 2013, 956 famílias quilombolas foram beneficiadas pelo Programa Cisternas, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco. O objetivo do Programa é viabilizar o acesso à água às famílias de baixa renda do semiárido brasileiro por meio do sistema de armazenamento por cisternas visando à inclusão produtiva das famílias.

Em 2013 foi concluída a *Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa Informação e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. A Pesquisa foi aplicada em 173 comunidades quilombolas tituladas, envolvendo todos os Estados que possuem comunidades tituladas.

No Eixo Direitos e Cidadania, cabe destaque para as ações nas áreas de educação e saúde, além do incremento do número de quilombolas no CadÚnico, público prioritário do Plano Brasil Sem Miséria. Atualmente 84 mil famílias quilombolas estão inscritas no CadÚnico, sendo que cerca de 73,6% em situação de extrema pobreza.

Com relação à educação, em 2013, 26 obras de construção de escolas quilombolas estiveram em execução. Ademais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) está direcionando ações para ampliar o fornecimento de alimentos produzidos pelos





produtores rurais quilombolas detentores da Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) às escolas quilombolas, no intuito de garantir uma alimentação de maior qualidade e que atenda às especificidades locais.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, foram contratados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para 3,4 mil quilombolas nos Estados de Alagoas, Pará, Piauí e Maranhão.

Foram iniciados Mutirões de Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para quilombolas, visando universalizar esse instrumento de acesso a políticas públicas para as comunidades certificadas, inclusive com o apoio do Incra, que agora passou a emitir DAP para este público por meio do sistema *DAPweb*.

Em 2013, o Programa Cisternas beneficiou 3.180 famílias quilombolas em 13 Estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins). O objetivo do Programa é viabilizar o acesso à água para o consumo de famílias de baixa renda, por meio do sistema de armazenamento por cisternas. Foi realizada força-tarefa para mapear as famílias quilombolas não contempladas, ação esta que continuará no primeiro semestre de 2014.

Dentre as ações previstas para 2014 com vistas à adoção de estratégias para a promoção do artesanato quilombola, destacam-se: o cadastramento dos artesãos quilombolas no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab); a emissão de Carteira Nacional do Artesão ou a Carteira Nacional do Trabalhador Manual; e o apoio a atividades de capacitação de multiplicadores no contexto dos cursos promovidos pelo Programa Artesanato Brasileiro (PAB).

a.4) Contexto Internacional

No âmbito das Nações Unidas, destaca-se a proclamação, pela Assembleia Geral da ONU, da Década dos Afrodescendentes (2015-2024), de acordo com a Resolução A/68/L.34, e a adoção, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, do projeto de resolução sobre Racismo e Educação. Ainda no plano multilateral, encontra-se em discussão o pós-ODM, ou seja, a definição de novas metas que sucederão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), assim como eventual definição de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que deve prever meta relativa ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial.

No plano regional, foi assinada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, primeiro instrumento sobre o tema na região. Também foi decretada pela Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) a Década dos Afrodescendentes na América Latina e Caribe, com início em 1º de janeiro de 2014.

No âmbito do Mercosul, por ocasião da XXIV Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercado Comum do Sul e Estados Associados (RAADH), foi criada uma instância para tratar do combate à discriminação e promoção da igualdade racial, tema que será aprofundado na próxima reunião da Comissão Permanente de Discriminação, Racismo e Xenofobia da RAADH, a realizar-se em Buenos Aires, no primeiro semestre de 2014.

b) Política para Mulheres

O crescente empoderamento da mulher, sua importância para a economia global e seu protagonismo nas mais diversas comunidades fazem com que a construção e a consolidação da equidade de gênero estejam no centro das políticas públicas.





Em 2013, comemoramos dez anos de uma nova estrutura de coordenação das políticas para as mulheres, que deu maior visibilidade e força ao tema, possibilitando importantes avanços.

b.1) Enfrentamento à Violência

No enfrentamento à violência contra a mulher, o grande marco de 2013 foi o lançamento do Programa Mulher, Viver sem Violência. O Programa, instituído pelo Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

O Programa está estruturado nos seguintes eixos: i) criação da Casa da Mulher Brasileira, nas capitais, e dos Centros de Atendimento às Mulheres, nas regiões de fronteiras secas; ii) ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; iii) organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; promoção de campanhas continuadas de conscientização; e iv) disponibilização de unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta. Em dois anos (2014-2015), estão previstos investimentos da ordem de R\$ 305 milhões. A implementação do Programa é feita mediante assinatura de termo de adesão com os governos estaduais e municipais das capitais e das cidades localizadas nas regiões de fronteira seca, em parceria com Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas estaduais. Em 2013, houve adesão dos seguintes Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, além do Distrito Federal.

A Casa da Mulher Brasileira, projeto inovador, será construída em 26 capitais da Federação e cada uma reunirá no mesmo espaço físico os serviços de justiça, segurança, defensoria, atendimento psicossocial e autonomia econômica, promovendo a articulação dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, como preconiza a Lei Maria da Penha. Serão investidos R\$ 116 milhões, incluindo construção, reforma e aquisição de equipamentos, mobiliários e transporte. Já houve repasse de terrenos da União, para a construção da Casa da Mulher Brasileira, em oito capitais: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Fortaleza, Maceió, São Luís e Campo Grande. Os editais de licitação para a construção ou reforma das Casas estão sob a responsabilidade do Banco do Brasil, conforme prevê a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Já foram lançados 26 editais e 13 resultaram em contratação (Brasília, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza, Teresina, São Luís, Campo Grande, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Boa Vista, Belém e Macapá).

Uma das portas de entrada das mulheres para acesso a direitos e a serviços de segurança pública, saúde e justiça é o serviço Ligue 180, que conta com mais de 3,3 milhões de atendimentos desde a sua criação, em 2005, até o primeiro semestre de 2013. Com média de dois mil registros por dia, o serviço terá um aumento da capacidade técnica para triagem e distribuição das demandas, a partir de 2014, quando haverá uma mudança de Ligue 180 para Disque 180, permitindo acionar de imediato as polícias militares de todo o País, como já ocorre com situações de tráfico de mulheres, com ativação de urgência para a Polícia Federal, e de cárcere privado, para o Ministério Público. Além disso, o serviço, que atualmente atende brasileiras na Espanha, Itália e Portugal, até o final de 2014, receberá demandas provenientes de outros países.

Quanto aos Centros de Atendimento às Mulheres nas fronteiras secas, os três centros negociados, localizados em Foz do Iguaçu/PR, Oiapoque/AP e Pacaraima/RR, receberão R\$ 440 mil cada um para fortalecimento e ampliação dos serviços. Mais sete Centros serão construídos em Bonfim/RR, Brasília/AC, Corumbá/MS, Jaguarão/RS, Ponta Porã/MS, Santana do Livramento/RS e Tabatinga/AM, com o montante de R\$ 3,5 milhões. Seis novos núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência nas fronteiras do Brasil com a Bolívia, Guiana, Colômbia, Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai serão





criados até o final de 2014. Esses recursos serão aplicados para melhorar o atendimento a migrantes em situação de violência e enfrentar o tráfico de mulheres, orientar a regularização de documentação, prestar atendimento psicossocial, disponibilizar assistência jurídica e fazer o encaminhamento à rede de serviços especializados. Estes centros especializados integram a implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que, lançado em 2013, objetiva a prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, a responsabilização dos autores e a atenção às vítimas, que, em sua maioria, são mulheres.

Com vistas à organização e humanização do atendimento nos serviços de saúde e à melhoria da qualidade na coleta de vestígios de crimes sexuais, outro eixo do Programa Mulher, Viver sem Violência, será realizada a adequação de espaços especializados nos Institutos Médicos Legais e na rede hospitalar de referência, formada por 94 unidades que funcionam 24 horas nas capitais, e a capacitação de profissionais da área de segurança pública e de profissionais do SUS, além da adequação dos espaços para a guarda das provas. Em 2013, foram veiculadas campanhas para conscientização da sociedade, tendo em vista a prevenção da violência, a exemplo de filme publicitário em canais de televisão da Campanha *Mercosul Livre do Tráfico de Mulheres* e da Campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais Forte*, de caráter permanente. No dia 12 de novembro desse ano, foi iniciada a veiculação do vídeo da Campanha do *Programa Mulher, Viver sem Violência*, voltado para a prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Foram entregues 30 unidades móveis para mulheres em situação de violência no campo e na floresta, duas para cada uma das seguintes unidades federativas: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe. Os demais Estados também receberão as unidades, totalizando 54 veículos adaptados para o funcionamento de escritórios móveis, com agentes da delegacia especializada, defensoria pública, operadores do direito e atendimento psicossocial, que circularão nas áreas rurais para apoiar a prestação de serviços de atendimento, acolhimento e orientação às mulheres em situação de violência. O Fórum Estadual do Campo e da Floresta contribuirá para acompanhar e estabelecer diretrizes para atuação das unidades móveis, com vistas a ampliar o alcance e proteção da Lei Maria da Penha para as mulheres do campo, da floresta, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e pescadoras.

Os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência que, em 2003, eram cerca de 330, atualmente somam mais de 1,2 mil, sendo: 382 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 128 Núcleos especializados em delegacias comuns, 222 Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 48 Defensorias Especializadas, 40 Promotorias Especializadas, 50 Juizados Especializados e 46 Varas Especializadas. Além desses, há mais de 200 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e doméstica e 15 serviços de educação e responsabilização dos agressores.

Foram estabelecidos convênios com entes federados para o fortalecimento de centros especializados, para a criação de novos serviços, além do fornecimento de equipamentos para Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams), Juizados, Núcleos Especializados dos Ministérios Públicos e das Defensorias estaduais. Os convênios visam também fortalecer políticas como, por exemplo, a Patrulha da Lei Maria da Penha, no Estado do Rio Grande do Sul, destinada a fiscalizar o cumprimento da medida protetiva e acompanhar mulheres que foram vítimas de agressão. No âmbito das parcerias com o setor privado, ressalta-se a adesão de empresas à Campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais Forte*.

b.2) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres

Para que a mulher possa sair da situação de violência em que se encontra, e assegurar a igualdade de gênero de maneira sustentável, é preciso que ela tenha autonomia econômica. Conforme mencionado anteriormente, a Casa da Mulher Brasileira atuará fornecendo orientações sobre trabalho, emprego e renda; sobre o acesso a vagas de emprego do Sistema





Nacional de Emprego, a programas de crédito produtivo, registro na Previdência Social, documentação civil; além de realizar encaminhamentos para cursos de formação e qualificação profissional. Haverá ainda informações sobre registros no Cadastro Único dos programas sociais do Governo.

No que se refere à autonomia, pode-se destacar alguns dos resultados já obtidos: i) na faixa de financiamento destinada à renda familiar de até R\$ 1,6 mil por mês, do Programa Minha Casa, Minha Vida, de janeiro a junho de 2013, 86,44% dos contratos foram firmados diretamente com mulheres, totalizando 66.223 contratos; ii) das mais de 800 mil matrículas efetuadas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria, 66% foram de mulheres; e iii) mais de 450 mil donas de casa de baixa renda estão seguradas pela Previdência Social.

Destaca-se, em 2013, a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos demais trabalhadores e trabalhadoras. As trabalhadoras domésticas, que representam 93% do total de trabalhadores domésticos do País, passaram a contar com 16 novos direitos, entre eles a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o pagamento adicional por horas de trabalho noturno. A proposta agora está em fase de regulamentação pelo Congresso.

Outro ponto primordial para igualdade de gênero e para autonomia econômica é o melhor uso do tempo. Em 2013, foi realizada, no Brasil, a 35ª Conferência Internacional *O valor do tempo: debatendo as desigualdades sociais*, revelando a liderança regional do País em pesquisas temáticas sobre o uso do tempo. O evento reuniu pesquisadores de 38 países.

Em outubro, foi publicado o resultado final do *Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais*, voltado exclusivamente para pessoas do sexo feminino que contribuem para o reconhecimento das mulheres nas artes visuais. Houve mais de mil inscrições e dez projetos foram premiados com R\$ 70 mil cada. Os trabalhos selecionados promovem a prática de linguagens artísticas, a reflexão crítica e a profissionalização dos processos de gestão cultural. Os projetos abrangem realização de exposições, mostras, oficinas, intervenções urbanas, publicações, produção crítica e documental e seminários.

Em 2013, foram investidos R\$ 960 mil no *Prêmio Carmem Santos de Cinema de Mulheres*, que incentiva as mulheres diretoras a produzirem filmes sobre igualdade de gênero. Foram recebidas 417 inscrições de trabalhos provenientes de todas as regiões do País.

Na área educacional, foi lançada a *Chamada Pública Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação*, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil.

Na área do esporte e lazer, após 12 anos sem a competição, em 2013, o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino voltou a ser disputado, acrescentando mais 2,5 meses ao calendário do futebol feminino, aspecto fundamental para fortalecer a profissionalização das mulheres nessa modalidade esportiva.

Com o objetivo de apresentar as políticas formuladas e receber contribuições para o seu aprimoramento, foi realizado, em novembro, o Seminário *Mulheres, Esporte e Lazer e Políticas Públicas*, que contou com a participação de gestoras estaduais e municipais de políticas para as mulheres e de esporte e lazer, atletas, organizações esportivas e outros setores interessados na inserção igualitária das mulheres. Em 2013, o Programa Segundo Tempo Forças no Esporte realizou ações para reforçar a participação feminina dentre as 12 mil crianças, jovens e adolescentes, de sete a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar e que estejam em situação de vulnerabilidade social, que participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho.





A 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, iniciada em setembro de 2013, conta com 86 organizações participantes, entre instituições e empresas públicas e privadas. O público envolvido por estas instituições chega a quase um milhão de pessoas, possibilitando que as políticas de igualdade e a proposta de relações não discriminatórias no mundo do trabalho alterem as relações de trabalho no Brasil. Outra ação relevante implementada foi a inclusão da categoria de igualdade de gênero nos negócios no prêmio Apex-Brasil. O prêmio é concedido a cada dois anos para as empresas que se destacam na contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Com a medida, as empresas exportadoras também serão premiadas pelas boas práticas de gênero.

Para estimular a autonomia econômica das mulheres rurais, 30 experiências inovadoras e sustentáveis de grupos de mulheres do campo e da floresta receberam o *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem um Brasil Sustentável*. Concorreram 517 trabalhos de grupos de extrativistas, agricultura familiar, assentadas pela reforma agrária, quilombolas, indígenas, entre outros.

Ainda na área rural, no Plano Safra 2012/2013, o limite do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil. 35% do Programa Garantia-Safra foi acessado por mulheres, totalizando mais de 340 mil mulheres. Uma inovação trazida pelo Plano Safra 2013/2014 para as mulheres rurais foi a prioridade de destinação de financiamentos do microcrédito produtivo orientado às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$ 30 mil.

Com relação ao crédito para as agricultoras familiares, do ano Safra 2012/2013, 46,8% do Pronaf B operacionalizado pelo Banco do Nordeste foi acessado pelas mulheres. Além disso, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio a 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com Ater especializada para mulheres e a capacitação de técnicos de entidades executoras de serviços de Ater selecionadas com o objetivo de apresentar a Ater especializada para Mulheres. Somados os resultados dos contratos de Ater vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de Ater, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas. Desse total, 30%, ou cerca de 330 mil, são mulheres rurais. Se considerarmos apenas 2013, a Ater atendeu 438 mil famílias – 43% de mulheres (ou seja, 188.340 mulheres). Foram lançadas também, em 2013, chamadas públicas para contratar serviço para mais 161,4 mil famílias, sendo 2.080 de mulheres; totalizando assim 190.420 mulheres atendidas.

Foi incorporada como uma das diretrizes das chamadas públicas de Ater Agroecologia o fortalecimento da gestão e o protagonismo social, reconhecendo as diversidades e especificidades de gênero, de geração, e das condições socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares, o atendimento de pelo menos 50% de mulheres e a destinação de pelo menos 30% do recurso para atividades específicas para as mulheres. 29% dos beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são mulheres.

Além disso, foi atingida a meta de um milhão de mulheres rurais com documentação expedida pelo Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR). No âmbito das ações de busca ativa, o PNDTR passou a contar com a participação dos gestores municipais do Cadastro Único. Foram realizados neste Programa 1.005 mutirões, em 658 Municípios, alcançando 165,7 mil mulheres.

No Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR) dos 101.981 contratos assinados desde a sua criação, em 2009, 78.924 foram realizados em nome da mulher, que figura como participante principal, representando 77,39% do total de operações contratadas.





Foi realizada a 9ª edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões. A premiação será em abril de 2014, quando será lançada a 10ª edição.

Em novembro de 2013, foi realizado o Seminário *Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres na Contemporaneidade*, onde foram discutidos, dentre outros, os temas *Autonomia das mulheres no contexto da crise econômica* e *Mulheres no mundo do trabalho: um retrato atual*. Em outubro de 2013, houve debate sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, em encontro que reuniu 250 convidados: gestores, profissionais, pesquisadores e lideranças juvenis. Além do Brasil, mais 13 países como Argentina, Colômbia, Cuba, Etiópia, Guiana, Moçambique, Nigéria e Tailândia participaram das atividades.

Sob a liderança do Brasil, documento da 12ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe manteve avanços e ultrapassou tendência de retração de agenda política. O Consenso de Santo Domingo definiu a posição da América Latina e Caribe sobre mulheres e novas tecnologias. No encontro de Santo Domingo, organizado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) com apoio da ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres), o Brasil transmitiu a presidência *Pro Tempore* da mesa-diretora da Conferência para a República Dominicana.

Em 2013, foi realizado o Prêmio *Mulheres Negras contam sua História*, um concurso nacional de redações e ensaios que contam a história e a vida de mulheres negras na construção do Brasil. As cinco melhores redações foram premiadas com R\$ 5 mil cada, e os cinco melhores ensaios, com R\$ 10 mil cada. O concurso nacional resultou na publicação do livro *Mulheres Negras contam sua História*. Além disso, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra, 25 de julho de 2013, ocorreu em Pelotas/RS o desfile de lançamento da grife Flores Negras, resultado do Projeto *Costurando o desenvolvimento: Uma ação das mulheres quilombolas do Extremo Sul do Rio Grande do Sul*. O Projeto abrangeu cinco comunidades quilombolas de três Municípios da região: Rincão das Almas e Torrão, de São Lourenço do Sul; Moçambique e Cerro das Velhas, de Canguçu; e Algodão, de Pelotas. Ao todo, foram beneficiadas diretamente 50 famílias e indiretamente, outras 130.

b.3) Gestão Transversal e Articulação Institucional das Políticas para Mulheres

No âmbito nacional, o ano de 2013 começou com um Encontro Nacional com os novos prefeitos, com ênfase na estruturação de políticas nos Municípios. Inserido no II Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, o evento *Municípios e Políticas para as Mulheres*, teve como foco as políticas para equidade de gênero.

Nesta mesma linha, em outubro de 2013, foi realizado o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs). O número de OPMs saltou de 13 para 603, desde 2004. Esses organismos têm um significado político, estratégico e de cidadania para as mulheres brasileiras.

Em março de 2013, foi aprovado o terceiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: PNPM 2013-2015. É possível a identificação do objeto de cada uma de suas 407 ações no Plano Plurianual (PPA). Essa identificação é importante para definir responsabilidades e permitir um melhor monitoramento pelo poder público e pelos movimentos sociais.

O Comitê responsável pelo monitoramento do PNPM foi ampliado pelo Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013, passando a contar com 32 membros efetivos representantes de órgãos governamentais, além das três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Além do fortalecimento do Comitê, necessário para a implementação transversal do PNPM, é fundamental a consolidação de instâncias voltadas para as políticas de igualdade de gênero em órgãos e ministérios, a





exemplo de assessorias, coordenações ou diretorias, de forma a internalizar a perspectiva de gênero nas políticas e ações governamentais. Hoje já existem 11 dessas instâncias em funcionamento e há um esforço contínuo de apoio e fomento à criação de novas unidades.

Outra importante realização de 2013 foi a conclusão do 1º Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), que será lançado no início de 2014. Criado pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010 e regulamentado pelo Decreto nº 8.131, de 24 de outubro de 2013, o Raseam reúne um conjunto de dados e indicadores referentes ao perfil demográfico e socioeconômico das mulheres brasileiras e será uma publicação de referência para o monitoramento da igualdade de gênero no Brasil, garantindo a sistematização e análise dos principais dados e indicadores que retratem a realidade das mulheres brasileiras em sua multidimensionalidade.

c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

O Governo Federal tem avançado na construção e implementação de uma política de Estado que respeite a diversidade cultural dos povos indígenas. Nesse sentido, o diálogo entre Governo e povos indígenas foi aprofundado por meio da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e dos Comitês Regionais, instâncias deliberativas de composição paritária que contribuem significativamente para o empoderamento dos Povos Indígenas no Brasil. Foram três os Comitês implantados em 2013, totalizando 30. Em 2014, está prevista a instalação dos restantes sete Comitês Regionais.

No escopo da articulação interinstitucional, em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), houve avanços na implementação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Gati) – fruto de parceria entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF), organizações indígenas regionais e organizações não governamentais –, que abrange oito núcleos regionais com 32 terras indígenas que são as áreas de referência do projeto. Também foi possível viabilizar a implementação da proposta de Curso de Formação Continuada em PNGATI para gestores indígenas e não indígenas. No total, foram iniciados três cursos no bioma Amazônia e um no bioma Mata Atlântica região Sul/Sudeste, com previsão, em 2014, de cursos nos biomas Caatinga e Cerrado.

Da colaboração entre a Funai e o MMA, resultou o lançamento de edital no valor de R\$ 4 milhões, com o objetivo de apoiar a elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas em diferentes regiões e biomas do Brasil. Foram aprovados 16 projetos, dois iniciados em 2013 e o restante previsto para 2014. O primeiro deles, na Terra Indígena *Maraiwatsede*/MT, do povo Xavante, extrusada no início de 2013; e o segundo nas Terras Indígenas Sai-Cinza e *Munduruku*/PA, do povo *Munduruku*.

Em 2013, foram diretamente apoiadas iniciativas de pesca e de beneficiamento do pescado, com a definição de estratégias para estruturação do Arranjo Produtivo Local do pescado entre indígenas do sul da Bahia e a elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu (*Arapaima gigas*) com o povo Paumari/AM. Outras estratégias têm por finalidade garantir a agregação de valor e a qualidade dos produtos indígenas a partir do conceito de Marcas Coletivas, a exemplo da criação do Entrepasto Apícola no Parque Indígena do Xingu/MT.

Com vistas à promoção da cidadania e fortalecimento das formas próprias de organização dos povos indígenas a partir da disseminação de informação sobre direitos e da participação social na formulação e monitoramento de políticas públicas, investiram-se recursos no apoio à participação indígena em mais de 100 eventos entre assembleias, seminários, oficinas e encontros de capacitação, participação em fóruns e conselhos de políticas públicas com enfoque em questões de gênero e geração, enfrentamento à violência e uso de álcool e outras drogas, processos educativos comunitários, fortalecimento das





organizações indígenas e especificidades de políticas públicas para povos indígenas. Foram apoiados financeiramente 1.450 estudantes indígenas matriculados em Instituições do Ensino Superior em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Apoios técnico e financeiro foram concedidos a projetos educativos comunitários de valorização cultural e sustentabilidade dos povos indígenas, a projetos político-pedagógicos de escolas indígenas, elaborados junto às secretarias estaduais e municipais de educação e instituições parceiras. Houve avanços na implantação dos territórios etnoeducacionais, sob responsabilidade do MEC, em articulação com a Funai.

Acordos de Cooperação Técnica com a Funai e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foram firmados com vistas ao aprimoramento do atendimento às famílias indígenas, à implementação de um modelo de consulta no âmbito do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e da execução do Programa Bolsa Família (PBF). São aproximadamente 120 mil famílias indígenas registradas no CadÚnico e cerca de 90 mil beneficiárias do PBF.

Em articulação com Estados, Municípios e outras organizações, realizaram-se mutirões para acesso à documentação básica, garantindo a cidadania dos povos indígenas. De janeiro a dezembro de 2013, foram emitidos cerca de 15 mil documentos civis, sendo 11 mil, aproximadamente, correspondentes a emissões de Registro Civil de Nascimento.

Na área da segurança alimentar e nutricional, parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) permitiu a distribuição de cerca de 227 mil cestas de alimentos para cerca de 50 mil famílias indígenas, em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

No licenciamento ambiental, buscou-se garantir a proteção territorial e o respeito aos direitos dos povos indígenas impactados por empreendimentos. Foram acompanhados aproximadamente 821 processos com diferentes graus de complexidade, referentes a empreendimentos de grande relevância, no âmbito, inclusive, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2013, continuou-se o desenvolvimento dos trabalhos pelo Museu do Índio no campo da conservação e tratamento de acervos, pesquisa, documentação e atividades de valorização cultural, visando disponibilizar aos índios o acesso às informações sistematizadas sobre as línguas e culturas de seus povos e aos registros documentais. Tais ações tiveram como objetivo a capacitação técnica dos pesquisadores indígenas, para que assumam a gestão de seus patrimônios culturais.

Na área da cooperação internacional, foi renovado o acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), voltado para a ampliação da capacidade da comunidade de pesquisadores indígenas e não indígenas para a documentação de línguas, culturas e acervos. As ações de atendimento direto ao público, no Museu do Índio, alcançaram 63.660 pessoas, incluindo a itinerância de suas exposições no Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Porto Alegre/RS e Tupã/SP. O público virtual alcançou 468.509 visitantes.

No contexto da política de proteção territorial, destacam-se os procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas concluídos entre janeiro e dezembro de 2013, que beneficiaram cerca de 20 povos indígenas, incluindo referências de grupos isolados. Espera-se o cumprimento da meta de 56 terras indígenas delimitadas até dezembro de 2015. Foram aprovados, ainda sete Relatórios Circunstanciados, já publicados nos diários oficiais da União e unidades federadas, a saber: Iguatemipegua I/MS, Caxixó/MG, Tupinambá de Belmonte/BA, Boa Vista do Sertão do Promirim/SP, Lago do Limão/AM, Jaraguá/SP e Tapeba/CE.

A delimitação das referidas Terras Indígenas (TIs) resultou no reconhecimento de 76.492 hectares, em benefício a uma população de cerca de 10 mil indígenas. Das terras indígenas reconhecidas, seis contemplam populações indígenas





historicamente marginalizadas, que vivem em situação de vulnerabilidade social e de confinamento territorial. Esse foi o caso, por exemplo, do povo *Guarani Kaiowá*, quando delimitada a Terra Indígena Iguatemipegua I/MS.

Além disso, foram concluídos os procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Mato Castelhana/RS, *Kaxuyana-Tunayana*/AM e PA, Riozinho/AM e Xacriabá/MG, bem como publicado o relatório circunstanciado de constituição da Reserva Indígena Taba dos Anacé/CE.

Foram encaminhados ao Ministério da Justiça (MJ), com vistas à expedição de Portaria Declaratória, quatro processos de demarcação de Terra Indígena: Irapuá/RS, *Kawahiva* do Rio Pardo/MT, *Paukalirajausu*/MT e *Taunay-Ipegue*/MS. O MJ também emitiu três portarias declaratórias, referentes às Terras Indígenas *Cue-Cué Marabitanas*/AM, Tremembé de Queimadas/CE e Guanabara/AM. Em abril de 2013, foi homologada a TI *Kayabi*/PA e MT.

No que se refere às ações de demarcação física e aviventação de limites em Terras Indígenas, destacam-se, em 2013, àquelas concluídas em sete TIs, quais sejam: TI *Awa*/MA, TI Caarapó/MS, TI Caramuru-Paraguassu/BA, TI Dourados/MS, TI Tubarão Latundê/RO, TI Xapecó (Pinhalzinho-Canhadão)/SC e TI *Xucuru-Kariri*/AL, resultando numa superfície de aproximadamente de 302.104 hectares e beneficiando uma população de quase 30 mil indígenas.

Para as ações de regularização dominial das terras indígenas, foram efetivados nos cartórios de imóveis os registros de sete Terras Indígenas, sendo seis na região Norte e uma no Centro-Oeste, totalizando a superfície de 1.072.480 hectares.

Na regularização fundiária, foram constituídos quatro grupos técnicos para os estudos de levantamento e avaliação de benfeitorias instaladas por não índios nas TIs: Caramuru/Paraguassu/BA, Buriti/MS, *Xucuru-Kariri*/AL e Cachoeira Seca/PA, com destaque para essa última, inserida nas condicionantes da UHE Belo Monte, além da TI Buriti, objeto de ações prioritárias do Governo Federal.

No processo de indenização de benfeitorias consideradas de boa-fé, foram constituídas quatro Comissões para as indenizações de não indígenas, com a continuidade ao processo de extrusão dos ocupantes não índios das Terras Indígenas *Apyterewa*/PA, *Krikati*/MA e *Pankararu*/PE, Serrinha/RS, Nonoai/RS e Morro dos Cavalos/SC. Houve também o procedimento judicial para pagamento de indenizações referentes às Terras Indígenas *Badjonkore*/PA, Comboios/ES, *Yanomami*/RR e Lago do Marinheiro/AM.

Quanto à Política de Proteção de Índios Isolados, foram realizados trabalhos de localização e proteção no Estado do Maranhão, tendo como resultado a localização de dois grupos de índios isolados. Além disso, foi possível articular com os demais órgãos de segurança o cumprimento da ação judicial de extrusão dos não índios da Terra Indígena *Awá*, cuja ação está prevista para o final do ano de 2013. A ação de desintrusão da TI *Awa-Guaja* vem sendo conduzida em caráter prioritário pelo Governo Federal, pois se trata de terra indígena regularizada que não está na posse plena das comunidades indígenas.

Destaca-se também a proteção dos povos *Yanomami* e *Ye'Kuana*, com o desenvolvimento de 11 ações de combate à extração mineral irregular, com a cooperação com órgãos de segurança, como Departamento de Polícia Federal, Exército Brasileiro, Ibama e Polícia Militar Ambiental.

Sobre a proteção dos povos indígenas de recente contato, foram instituídas três consultorias para os Programas Korubo e Zoé. Intensificou-se a implementação de ações de cunho educativo e intercultural, capacitando-se servidores, e promovendo articulações interinstitucionais, com órgãos federais, governos estaduais e municipais e Ministério da Saúde.





Foram realizadas cerca de 250 atividades de monitoramento territorial em 128 terras indígenas, em parceria com os órgãos de segurança pública, Forças Armadas e povos indígenas. Cabe destaque à ação realizada na TI *Marãiwatsédé*, que garantiu a posse plena dos 164.251 hectares ao povo Xavante, bem como a manutenção das ações de fiscalização na área, coibindo o desenvolvimento de atividades ilícitas por parte de não índios no interior da Terra Indígena.

Também foram realizadas ações de monitoramento territorial e fiscalização nas seguintes Terras Indígenas: TI *Apyterewa*, área de influência da UHE Belo Monte, com o apoio de duas bases permanentes; participação em etapas da Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, nas TIs Vale do Javari, *Yanomami* e Raposa Serra do Sol, para o combate de ilícitos na Faixa de Fronteira; ações intensivas de fiscalização e combate à extração de madeira nas TIs Caru, *Awá* e Alto Turiaçu; articulação de ações de fiscalização de pesca ilegal em TIs na região do Rio Negro; participação em etapas da Operação Ilea Pátria, coordenada pelo Ministério da Defesa, no Complexo do Alto Turiaçu e nas TIs Sete de Setembro e Zoró; implantação de base de proteção permanente no rio Curuçá, TI Vale do Javari e implantação de sala de situação para redução de conflitos territoriais na TI Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, com articulação institucional entre órgãos de segurança pública estadual e federal.

No contexto da parceria com os empreendimentos das UHE Santo Antônio e Jirau, foram realizadas vistorias em bases operacionais de proteção territorial implantadas e acompanhamento de ações de vigilância indígena, bem como a continuidade da coordenação das operações *Tekohá* e Extremo Sul, em articulação com a Departamento da Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública, ambas localizadas no Cone Sul do Mato Grosso do Sul, para redução de conflitos territoriais e ações de segurança pública.

No que se refere à agenda internacional, houve participação ativa em fóruns internacionais, atendendo às demandas dos órgãos de monitoramento de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Realizou-se, ainda, em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Oficina sobre povos isolados e de recente contato, com o objetivo de trocar experiências e capacitar os agentes de políticas públicas voltadas a esses povos.

No tocante às atividades transfronteiriças, além das operações realizadas pelos órgãos de defesa e segurança pública em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Estado brasileiro buscou, em 2013, consolidar canais de diálogo com os países vizinhos, especialmente na Amazônia, com vistas à cooperação bilateral e multilateral em temas ligados à soberania territorial – como vigilância e combate a atividades ilícitas em terras da União – e também à agenda social, como promoção de direitos de populações tradicionais e vulnerabilidade física, cultural e social, dentre as quais se incluem os povos indígenas em isolamento voluntário ou de contato recente. As principais iniciativas ocorreram no âmbito do Mercosul, da OTCA e de reuniões bilaterais com Peru, Equador e Colômbia.

Como perspectivas, para 2014, prevê-se: i) apresentação de proposta de criação de diretrizes para um sistema articulado de política indigenista; ii) realização de etapas preparatórias para a Conferência Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas e de Política Indigenista; iii) consultas públicas para a regulamentação do turismo em Terras Indígenas, em observância à Convenção nº169/OIT; iv) elaboração de proposta para o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena; v) participação dos povos indígenas na Conferência da ONU para os povos indígenas; vi) publicação de novo portal da Funai na Internet, com acesso, nos bancos e bases de dados, aos materiais digitalizados referentes ao conjunto de ações desenvolvidas pela Funai, além de informações sobre os povos e terras indígenas no Brasil; e vii) inauguração de nova exposição no prédio central do Museu do Índio, além da continuidade da política de divulgação da cultura indígena por meio de publicações bibliográficas e exposições itinerantes.





Até setembro de 2013, as Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em todos os Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI), 304.624 atendimentos médicos, 1.551.454 atendimentos de enfermagem, 454.290 atendimentos odontológicos e 2.895.524 atendimentos por técnicos de enfermagem. No tocante às ações de atendimento para grupos prioritários, foram realizados 35.932 atendimentos a gestantes e 65.167 atendimentos a crianças menores de um ano de idade. Com relação à atuação dos agentes de saúde indígena, foram realizadas, até novembro de 2013, 1.480.252 atendimentos às comunidades indígenas.

No que se refere às áreas de difícil acesso, foram desenvolvidas oito ações específicas de atendimento, três delas em parceria com o Ministério da Defesa. Com essa Operação, foram realizados pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena 1.441 atendimentos médicos, 2.253 atendimentos de enfermagem, 5.344 atendimentos por técnicos de enfermagem, 1.259 consultas odontológicas e 1.535 procedimentos odontológicos.

Ainda na saúde bucal, o Programa Brasil Sorridente Indígena, implantado inicialmente em três DSEIs em 2011, foi expandido para 16 DSEIs. Desde sua criação, o Programa ampliou a contratação de cirurgiões-dentistas e auxiliares em saúde bucal em 43% e 97%, respectivamente. Foram entregues 25 unidades odontológicas móveis, 82 consultórios odontológicos, 367 equipamentos odontológicos, além de distribuídos 718.698 kits de higiene bucal.

Além das ações de atenção primária, foram realizadas duas Expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de 698 cirurgias (médicas e odontológicas) e 3.479 atendimentos médicos, estando em curso a sistematização dos dados da terceira Expedição.

Quanto às ações de imunização em 2013, 84.102 crianças menores de sete anos encontram-se com esquema vacinal completo, o que corresponde a 72,1% da população. Somente durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 183.038 doses de vacina, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 (94,2%) aldeias e 142 (98,6%) polos-base. O percentual de cobertura vacinal alcançado na Campanha Nacional de Vacinação contra influenza foi 83,7%.

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados 149 médicos, sendo 24 originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica (Provab), e 125 do Programa Mais Médicos, que contarão com programa de especialização específico para a atuação na Saúde Indígena. Além disso, foram qualificados 653 profissionais em diversas áreas de atuação na Atenção a Saúde Indígena, com destaque aos profissionais que atuam na redução da Mortalidade Materna e Infantil.

Também foi implantado o Sistema de Informação da Assistência Farmacêutica (Hórus) nos 34 DSEIs, bem como 40 Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casais).

As principais metas para 2014 são: i) ampliação da cobertura vacinal para 77,5% da população indígena menor de sete anos, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde; ii) inserção de 20 DSEIs na participação das unidades componentes dos Planos de Ação da Rede Cegonha; iii) ampliação das ações de atenção primária nos DSEIs, por meio do aumento do número de atendimentos realizado por cada categoria profissional; iv) ampliação dos programas de provimento de profissionais para áreas de difícil acesso, com abertura de novas vagas para o Programa Mais Médicos e Provab; v) implementação de um programa específico para a qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento; vi) implantação de 220 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas; e vii) melhorias na rede física do subsistema de saúde indígena com a construção de 15 novos estabelecimentos de saúde, sendo três Casas de Saúde Indígena e 12 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), bem como reforma de 23 estabelecimentos de saúde, sendo dez Casas de Saúde Indígena e 13 UBSI.





6. Direitos Humanos

a) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Durante o ano de 2013, estavam em atividade vários Grupos de Trabalho (GTs) e Comissões Especiais (CEs) no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas Humana (CDDPH). Cabe destacar o GT Atingidos por Barragens, que tem como objetivo elaborar plano de ação e monitorar a implementação das recomendações do Relatório apresentado pela CE Atingidos por Barragens; a aprovação do relatório final do GT sobre a garantia do Direito Humano à Moradia Adequada, com diretrizes para a garantia do direito à moradia adequada, contemplando as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e localidades marcadas por desastres naturais; e a atuação da CE Urso Branco, criada para coordenar, supervisionar e monitorar a aplicação das medidas provisórias de proteção determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2002, concernentes ao Presídio Urso Branco, localizado em Porto Velho/RO. Dentre as instâncias criadas em 2013 estão o GT sobre Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil, o GT sobre Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade e o GT para acompanhar e monitorar a implementação do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

b) Pessoas com Deficiência

b.1) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite

O ano de 2013 contou com a adesão de mais cinco unidades da Federação ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que passa a contar com 25 Estados tendo sido realizados atos de adesão coletiva de Prefeituras ao Plano, totalizando cerca de 1.470 cidades, o que corresponde a mais de 26% dos Municípios.

Ao longo do ano, ocorreram avanços importantes nos quatro eixos do Viver sem Limite. No Eixo Acesso à Educação, pode-se destacar: i) 90% das Salas de Recursos Multifuncionais previstas, 13.437 salas, já receberam mobiliário, materiais pedagógicos e de acessibilidade; ii) do total previsto de ônibus acessíveis para o transporte escolar, 1.713 já foram adquiridos, dos quais 397 em 2013; iii) para a implantação da Escola Acessível, já foram atendidas mais de 27,6 mil escolas, que receberam recursos para a promoção da acessibilidade arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva; iv) 93% das universidades federais receberam recursos para a promoção de acessibilidade em seus *campi*; e v) aproximadamente 64% dos Municípios já aderiram ao Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola.

No Eixo Acessibilidade, i) o Programa Minha Casa, Minha Vida II contou com 717.162 moradias adaptáveis contratadas e 10.434 unidades adaptadas entregues; ii) com relação aos Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Treinamento de Cães-Guia, o centro de Camboriú/SC encontra-se em atividade desde 2012 e os centros de Muzambinho/MG, Urutaí/GO, Limoeiro do Norte/CE e Alegre/ES estão em fase de construção, com inauguração prevista para 2014; e iii) conforme Portaria Interministerial nº 604, de 24 de dezembro de 2013, o Governo Federal concedeu mais de R\$ 80 milhões para a linha de crédito facilitado com juros subsidiados, voltados à aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva, manutenção, reparo, revisão, avaliação, indicação e acompanhamento de uso dos produtos e recursos adquiridos, além de adaptação de imóvel residencial para adequação de acessibilidade.

No Eixo Inclusão Social, o Governo Federal repassou mais de R\$ 10 milhões para que os Municípios viabilizem a criação das Residências Inclusivas, tendo sido habilitadas 204 unidades, em 154 Municípios. Após o aporte inicial, a manutenção das residências caberá ao Município, por meio de incorporação dos custos ao orçamento do fundo de assistência social, com apoio técnico e financeiro dos governos estaduais.





O Eixo Atenção à Saúde contempla o atendimento odontológico, a reabilitação, implantação de oficinas ortopédicas, a triagem neonatal, incluindo os testes do pezinho, da orelhinha e do olhinho, englobando a atenção para todos os tipos de deficiência: auditiva, física, visual, intelectual, ostomia e múltiplas deficiências.

Em 2013, foram habilitados 425 Centros de Especialidades Odontológicas para o atendimento às pessoas com deficiência e equipados mais 81 centros cirúrgicos para realizar esse atendimento odontológico em todos os Estados. Também foi iniciado o curso de Qualificação Atenção e Cuidado da Saúde da Pessoa com Deficiência, que atualmente tem 5.674 trabalhadores da saúde bucal em processo de formação.

A implantação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) foi reforçada, tendo sido aprovadas, em 2013, 45 propostas para a construção de novos centros, além da construção de 33 oficinas ortopédicas fixas. Foram habilitados 102 Centros Especializados em Reabilitação, 21 Oficinas Ortopédicas Fixas, além de terem sido entregues 20 micro-ônibus e adquiridos 88 furgões adaptados para o transporte das pessoas com deficiência, dos quais 28 já foram entregues, com vistas a garantir o acesso às pessoas com deficiência aos estabelecimentos de saúde.

Em 2011, teve início a revisão do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), que propõe, além do diagnóstico de doenças genéticas e/ou congênitas (teste do pezinho), a inclusão da triagem neonatal para deficiências auditivas (teste da orelhinha) e deficiências oculares (teste do olhinho), a tempo de se intervir na evolução clínica das doenças. O Programa pretende expandir a triagem neonatal para seis doenças (fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase) a todas as unidades da Federação até o final de 2014.

Somam-se às quatro diretrizes terapêuticas publicadas em 2012 (Atenção à Saúde da Pessoa com Síndrome de *Down*; Atenção para Triagem Auditiva Neonatal; Atenção à Pessoa Amputada e Atenção à Pessoa com Lesão Medular), cinco novas diretrizes publicadas em 2013: Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral; Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo; Atenção à Reabilitação da Pessoa com Traumatismo Crânio-Encefálico (TCE); Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral (AVC); e Atenção à Saúde Ocular na Infância.

Quanto à triagem neonatal, destacam-se os avanços obtidos em relação ao teste do pezinho, uma vez que 15 unidades da Federação estão na Fase III e com previsão de migração para a Fase IV até o final de 2014, sendo que 12 Estados já realizam todos os testes previstos nessa fase. No tocante ao teste da orelhinha, 75 maternidades receberam recursos, e destas, oito já estão realizando os exames, sendo a meta para 2014 de 175 maternidades com propostas aprovadas.

b.2) Centrais de Intérpretes de Libras

Em 2013, foram distribuídos 37 kits para as Centrais de Intérpretes de Libras em 25 Estados, constituídos por carros, computadores, impressora, *webcam*, telefone e mobiliário.

O objetivo da implantação das Centrais é: i) garantir o atendimento de qualidade às pessoas com deficiência auditiva, por meio de serviços de tradução e interpretação; ii) viabilizar o acesso a serviços públicos e informações diversas; e iii) ampliar a comunicação e a interação entre ouvintes e surdos.

O modelo de unidade da Central de Interpretação de Libras prevê vinculação a órgãos dos governos locais, que devem fornecer recursos humanos, espaço físico e infraestrutura para o funcionamento de cada unidade, facilitando a disponibilização de informações sobre serviços públicos. O orçamento destinado à ação foi de R\$ 433,3 mil em 2013 e há previsão de equipagem de mais Centrais em 2014, com o aporte de R\$ 400 mil.





b.3) Acessibilidade

Em 2013, com o aumento da obrigatoriedade de disponibilizar audiodescrição na programação – de 2h para 4h semanais –, o Governo manteve seu compromisso de ampliar a acessibilidade na TV e, em 2014, deve incrementar ainda mais a oferta de legendas ocultas. Essas medidas têm sido reforçadas por ações de fiscalização e aplicação de multas às emissoras, pela ausência de recursos de acessibilidade.

Em relação aos transportes coletivos rodoviários, a partir do licenciamento de 2014, todos os ônibus deverão trazer nos documentos de porte obrigatório a indicação de suas características de acessibilidade, conforme Resolução Contran nº 402, de 26 de abril de 2012, e Deliberação Contran nº 132, de 20 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Veículos sem essa indicação não poderão ser licenciados pelos Departamentos de Trânsito nos Estados. Essa medida permitirá uma melhor fiscalização da acessibilidade no transporte coletivo e possibilitará uma melhor verificação da situação da adaptação da frota, que tem o prazo até dezembro de 2014 para se tornar totalmente acessível.

A fim de promover a acessibilidade nos prédios e serviços públicos federais, o Governo está capacitando servidores de diversos órgãos e entidades federais para que possam garantir acessibilidade física e atendimento adequado às pessoas com deficiência nos serviços disponibilizados ao público. Na primeira versão do curso, ministrado entre os meses de setembro e dezembro de 2013, em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Brasília, foram capacitadas cerca de 600 pessoas.

b.4) Aposentadoria para a Pessoa com Deficiência

No Dia Internacional de Luta das Pessoas com Deficiência, foi assinado o Decreto nº 8.145, de 3 de dezembro de 2013, que disciplina o exercício do direito à aposentadoria especial para pessoas com deficiência. A medida reduz em até dez anos o tempo de contribuição para aposentadoria.

Estão previstas três hipóteses para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, de acordo com o grau de deficiência a ser atestado por peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da realização de avaliação médica e funcional. Em situações graves, o tempo de contribuição passa a ser de 25 anos para homens e 20 para mulheres; em casos moderados, 29 anos para homens e 24 para mulheres; já nos casos de deficiência leve, 33 anos para os homens e 28 para as mulheres. No tocante à aposentadoria por idade, o segurado com deficiência poderá se aposentar aos 60 anos de idade, se homem, e 55, se mulher, com qualquer grau de deficiência, se comprovada a contribuição por pelo menos 15 anos e a existência da deficiência pelo mesmo período. A avaliação e a classificação da deficiência para fins de concessão da aposentadoria serão baseadas na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, na qual predomina a funcionalidade, não o diagnóstico em si.

b.5) Autismo

Com o intuito de fortalecer o diálogo com as entidades representativas da sociedade civil, foi realizado em 2013 o evento *Retratos do Autismo no Brasil*, com apresentação das políticas públicas voltadas a esse segmento. Na ocasião, foi lançada publicação de mesmo nome, que traça um panorama das experiências institucionais e profissionais sobre o autismo no País, bem como as lutas e avanços na construção de modelos diversos em atendimento e terapias, em face da complexidade dos sintomas do autismo.





b.6) Empregabilidade

No decorrer de 2013, houve quatro encontros da Câmara Técnica sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de analisar a situação de empregabilidade da pessoa com deficiência, os principais entraves enfrentados e as possíveis soluções para os problemas identificados. Participaram dos encontros representantes dos trabalhadores, sindicais e patronais, além de membros governamentais, da sociedade civil e parlamentares. O relatório final identifica problemas e aponta formas para viabilizar a empregabilidade de pessoas com deficiência.

b.7) Mulheres com Deficiência

No âmbito da XII Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech), foi realizada, em abril, a Roda de Conversa sobre políticas públicas e mulheres com deficiência. O evento contou com a participação de representantes governamentais, parlamentares, militantes, estudantes e a sociedade civil em geral. E, em novembro, ocorreu o *I Seminário Nacional de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência*, que teve como objetivo debater a transversalidade das políticas públicas voltadas para o segmento, contribuir para o seu fortalecimento e impulsionar a construção de uma rede nacional de mulheres com deficiência.

b.8) Estruturação de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência

Para fomentar a implantação e o fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios, foram repassados, em 2013, cerca de R\$ 1,38 milhão para apoio a 15 conselhos, sendo 11 estaduais e quatro municipais. Em 2014, com o objetivo de aprimorar a defesa dos direitos de pessoas com deficiência, o aporte de recursos, previstos em R\$ 2,25 milhões, aumenta o apoio para cada conselho, permitindo a equipagem de mais 15 conselhos e avançando qualitativamente nos esforços para capacitar os atores sociais que recebem demandas da sociedade civil organizada.

b.9) Plano Internacional

Em 2013, o Brasil logrou protagonizar passos importantes na construção da agenda internacional de promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Inicialmente, cabe registrar o empenho brasileiro nas negociações do Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades, durante a Conferência da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. O Tratado tem como eixo fundamental o compromisso de adoção, pelos países signatários, em suas legislações nacionais, de cláusulas obrigatórias de limitações aos direitos autorais relativas à produção de obras acessíveis. No âmbito dos direitos humanos, além de o Tratado ser o primeiro instrumento multilateral vinculante que limita direitos de propriedade intelectual, sua adoção fortalece os mecanismos disponíveis para que as pessoas com deficiência visual ou com impedimentos para leitura tenham seus direitos fundamentais garantidos, promovendo a superação de barreiras concretas ao seu pleno desenvolvimento.

Outro marco da atuação brasileira ocorreu em setembro, quando a sessão plenária da Reunião de Alto Nível sobre Desenvolvimento e Deficiência aprovou o documento que estabelece a acessibilidade da pessoa com deficiência como aspecto inerente ao desenvolvimento sustentável. A deliberação significa um êxito das posições defendidas pelo Brasil durante a realização do evento preparatório, a Consulta das Américas, realizado em maio, em Salvador/BA, com a participação de 20 países. O documento foi incorporado à resolução da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas e trata das diretrizes para assegurar que a inclusão das pessoas com deficiência seja devidamente inserida nos compromissos para a promoção de desenvolvimento a serem acordados após 2015.





c) Criança e Adolescente

c.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Em 2013, após aprovação no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, dividido nos seguintes eixos: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; Proteção e Defesa dos Direitos; Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes; Controle Social na Efetivação dos Direitos; e Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. O referido Plano, a ser divulgado nos Estados em 2014, contempla temas não abordados no anterior Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, como responsabilidade social, atendimento à pessoa que comete violência e proteção de crianças e adolescentes no sistema de segurança e justiça. O respectivo plano operativo, com definição de metas, responsáveis e prazos, encontra-se em elaboração junto à Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

No âmbito do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Pair), foram formalizados convênios com o Estado do Rio de Janeiro e com a cidade de Curitiba e, quanto às cidades em que o Pair já foi implementado, foi realizado, em março de 2013, um encontro nacional para fins de alinhamento metodológico. Em 2014, será feita a avaliação externa do Pair.

Ao longo do ano de 2013, foram realizadas campanhas educativas em datas comemorativas e grandes eventos – Dia da Internet Segura, Carnaval, Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Copa das Confederações –, bem como ações de mobilização do setor produtivo. A campanha do Governo Federal, sob o slogan *Proteja – não desvie o olhar* estimula a população a denunciar abusos pelo telefone, o Disque 100 antes e durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, uma grande campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nos locais de grande circulação de turistas. Foram distribuídos materiais publicitários nas seis cidades-sede do evento. Além dos turistas, o material também chegou a hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens e empresas de transportes.

Assinala-se, também, a realização, em novembro de 2013, de oficina do Grupo de Trabalho para a Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, com o objetivo de definir protocolos de escuta no sistema de justiça e outros órgãos voltados à garantia de direitos da criança e do adolescente.

c.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Em 2013, foram desenvolvidos projetos arquitetônicos referenciais de unidades de internação, unidades de internação provisória, casas de semiliberdade e núcleos de atendimento inicial, tendo sido formalizados quatro convênios para a construção de novas unidades de atendimento socioeducativo, sendo duas unidades no Ceará e duas unidades em Goiás. Está em curso a adequação de projetos de construção de unidades de atendimento socioeducativo a serem firmados em 2014, nos Estados do Amapá, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. O objetivo é desativar unidades consideradas impróprias, além de viabilizar a transferência de adolescentes em unidades superlotadas. Foram acompanhados, também, 28 convênios referentes à ampliação e/ou reforma de unidades já existentes.

No que diz respeito à formação de gestores e técnicos socioeducadores, foi firmada parceria com a Universidade de Brasília para o desenvolvimento de três modalidades de cursos a distância. Em 2014, pretende-se aumentar o acesso a esses cursos, com a instituição de Escolas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Também em parceria com universidades públicas, pretende-se desenvolver sistema de avaliação do Sinase, em cumprimento à Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.





Após consulta pública, sistematização das sugestões de âmbito nacional e interministerial e, por último, aprovação do Conanda, foi lançado em novembro de 2013 o Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo. O Plano foi construído em torno de quatro eixos temáticos – Gestão, Qualificação do atendimento, Participação e autonomia dos adolescentes e Sistemas de Justiça e Segurança –, subdivididos em 13 objetivos e 73 metas. Em 2014, terá início a articulação para implementação do Plano e para a formulação de planos estaduais. Paralelamente, serão incentivadas práticas de justiça restaurativa no âmbito do Sinase e a qualificação dos serviços de saúde e educação oferecidos a adolescentes em conflito com a lei. Nesse sentido, foram pactuadas novas vagas em cursos técnicos, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa que atendeu, em 2013, 2.532 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado.

Com o objetivo de fortalecer a implementação do Sinase e garantir o acesso às ações de saúde aos adolescentes privados de liberdade, o Ministério da Saúde habilitou nove Estados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória, totalizando 31 Municípios, 50 equipes de saúde – tanto de Equipes de Saúde da Família quanto das unidades socioeducativas – responsáveis pela atenção integral à saúde desses adolescentes, abrangendo, aproximadamente, 4 mil adolescentes.

c.3) Sistema de Garantia de Direitos

Para fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, é prioridade a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos Municípios – tarefa que está praticamente concluída, pois existem apenas 15 Municípios que ainda não possuem conselho tutelar.

Visando garantir condições adequadas de atuação dos Conselhos Tutelares, o Governo Federal está contribuindo para o funcionamento dos mesmos, por meio da doação de conjuntos de equipagem contendo um carro, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um refrigerador e um bebedouro, totalizando um investimento de R\$ 54 mil por Conselho. Em 2013, 901 Municípios foram contemplados com 1.122 kits de equipagem. A ação teve incidência em todos os Estados brasileiros, com exceção do Estado do Acre, que fora contemplado em 2011. Dos cerca de R\$ 60 milhões empregados na aquisição dos conjuntos, mais de R\$ 30 milhões provieram de emendas parlamentares.

Com o objetivo de garantir segurança, conforto e sustentabilidade ao atendimento a crianças e adolescentes, foi desenvolvido, em 2013, projeto arquitetônico referencial do Novo Conselho Tutelar, tendo sido iniciada a etapa de tratativas junto a 40 Municípios, para fins de construção do Conselho Tutelar Referencial, aí incluídas as 26 capitais e o Distrito Federal. O processo de formalização de convênios foi iniciado em novembro de 2013 e terá continuidade ao longo de 2014, tendo sido encaminhadas propostas de sete Municípios (Cuiabá/MT, Fortaleza/CE, Campo Alegre/AL, Rio Branco/AC, Macapá/AP, Salvador/BA e São Luís/MA).

O Governo Federal tem se empenhado na formação continuada dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, por meio do Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, proporcionando a esses atores a formação necessária para o aperfeiçoamento do exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos. Atualmente existem 16 Escolas de Conselhos, nas seguintes unidades da Federação: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina e Tocantins. Um marco do processo de fortalecimento das Escolas foi a instituição, em 2013, de um Grupo Gestor Nacional com a finalidade de implementar política nacional de formação continuada, bem como de fortalecer e valorizar a atuação dos referidos conselheiros.





c.4) Observatório da Criança e do Adolescente

Durante o ano de 2013, o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia) passou por intensos ajustes tecnológicos, o que possibilitou o início dos trabalhos de expansão de uso da ferramenta nos Municípios que não contam com Internet de alto desempenho, principalmente na região Norte do País.

O ano de 2013 marcou o início da implantação do Sipia do Sistema Nacional Socioeducativo em meio aberto e a expansão de seu uso pelos Conselhos Tutelares, com a adesão ao Sistema de mais 13 Estados, no qual há três mil Conselhos Tutelares cadastrados.

Um dos objetivos para 2014 é a integração do módulo Sinase do Sipia à plataforma do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei gerida pelo Conselho Nacional de Justiça e operada nas Varas de Infância e Juventude. Pretende-se, ainda, possibilitar a recepção, nos Conselhos Tutelares, da Ficha de Notificação Compulsória de Violências Contra Crianças e Adolescentes.

Os Observatórios dos Adolescentes, espaços de participação cidadã, estão em atividade em 12 Estados. Em 2014, a metodologia dos núcleos de adolescentes será revista e a ação será expandida para as 27 unidades da Federação.

c.5) Convivência Familiar e Comunitária

Em 2013, o Distrito Federal e os Estados do Amapá, Maranhão e Mato Grosso do Sul aderiram ao Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres. Manifestaram interesse na adesão outros 14 Estados: Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Buscou-se qualificar políticas estaduais e municipais, conforme diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, bem como fortalecer as redes locais de atendimento, por meio do apoio à elaboração de planos estaduais e municipais de convivência familiar e comunitária e de atenção à primeira infância. Adicionalmente, foi instituído o Comitê Nacional de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, que vem colhendo informações junto às redes estaduais e municipais de atendimento, a fim de subsidiar a formulação de políticas direcionadas a esse público. Para 2014, estão previstas ações de reordenamento das unidades de acolhimento institucional, conforme princípios da Resolução Conjunta Conanda/CNAS nº 001/2009 (Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes).

c.6) Ações de articulação

No final de 2012, foi firmada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo sido concluído, em 2013, o processo de elaboração de matrizes de ações, com definição de responsáveis e prazos de cumprimento, referentes a quatro temas: Convivência Familiar e Comunitária, Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo e Erradicação do Trabalho Infantil. Em 2014, terá início a implementação das matrizes e a mobilização para a instalação de comitês estaduais da Carta de Estratégias.

Em 2012, também foi lançada a Agenda de Convergência para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Grandes Eventos. Em 2013, membros da Agenda de Convergência atuaram nas cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e na Jornada Mundial da Juventude, quando foram instalados Comitês Locais de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, que realizaram Plantões Integrados, com serviços estaduais e municipais e do sistema de justiça. Adicionalmente, foram oferecidos Espaços de Convivência Temporários para acolher crianças e adolescentes perdidos ou em situação de violação de direitos, especialmente trabalho infantil. Em 2014, a experiência será repetida nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.





d) Programas de Proteção

Em 2013, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas atendeu cerca de 700 vítimas e testemunhas de crimes e, em parceria com o Governo Federal, foram mantidos programas estaduais no Distrito Federal e em 16 Estados (Amazonas, Acre, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Aqueles em que não há programa estadual instalado são atendidos pelo Programa Federal de Proteção a Testemunhas. Em 2014, prevê-se a implantação de dois novos programas nos Estados da Paraíba e Mato Grosso.

Destaca-se também a Resolução CNMP nº 93, de 14 de março de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público que estabelece a prioridade na tramitação do inquérito e do processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegida pelos respectivos programas.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) acompanhou 404 lideranças de direitos humanos, em especial, lideranças indígenas e quilombolas, defensores do meio ambiente, representantes LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e defensores da liberdade de expressão e comunicação. Em 2013, o PPDDH passou a funcionar no Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o governo estadual. Atualmente, existem programas nos Estados de Ceará, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Aqueles em que não há programa estadual instalado são atendidos pelo Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Em 2014, o PPDDH terá como prioridade a criação dos núcleos de inteligência estaduais e federal e a ampliação das equipes técnicas.

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) realizou a formação das equipes técnicas nos Estados onde o Programa foi expandido mais recentemente – Ceará, Paraíba e São Paulo – e em outros Estados onde já havia sido implantado – Alagoas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal –, de modo a fortalecer as ações de proteção. Além das 13 Coordenações Estaduais do PPCAAM existentes, o Núcleo Técnico Federal manteve o atendimento nos Estados em que não está instalado o Programa, promovendo cobertura plena para possíveis situações de ameaça de morte. O monitoramento dos trabalhos das unidades estaduais conveniadas teve continuidade, resultando na definição de recomendações para as equipes estaduais do Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Bahia e do Distrito Federal. Além disso, no mês de novembro de 2013, todas as equipes estaduais e parceiros gestores governamentais e não governamentais reuniram-se no Encontro Nacional do PPCAAM, a fim de compartilharem avanços e ações das equipes, bem como para unificar procedimentos que garantam a execução eficaz do Programa em âmbito nacional.

e) Erradicação do Trabalho Escravo

No ano de 2013, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) deu continuidade à capacitação e sensibilização dos agentes públicos envolvidos com o tema. Foram realizadas oficinas de capacitação para cerca de 400 juízes, procuradores e auditores do trabalho. Ainda nessa linha de atuação, foi firmado mais um termo de parceria, com o Conselho da Justiça Federal, para inserção da temática do trabalho escravo nos cursos de formação inicial dos magistrados. Além disso, a Conatrae publicou um Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes.

Foram também criadas Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae) nos Estados de Goiás, Espírito Santo e Ceará, totalizando 12 Comissões Estaduais, além da primeira Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo, no Município de São Paulo. Foi realizado, igualmente, o segundo Encontro de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo, em parceria com o governo do Maranhão. Na ocasião, ficou agendada para 2014 a realização do terceiro Encontro de Comissões Estaduais e Municipal, a ser realizado em São Paulo.





f) Saúde Mental

Em 2013, foi instalado o grupo de trabalho interministerial e intersetorial para a reativação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, resultando na ampliação de sua abrangência e atribuições, definidas no contexto de um Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental. Tal ampliação implica a constituição de uma instância de composição paritária entre instituições do Poder Público e da sociedade civil, que atuarão na articulação intersetorial para promoção, proteção, garantia e defesa dos direitos humanos do público-alvo de políticas de atenção à saúde mental. Para 2014, propõe-se a instalação e funcionamento do Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental e a realização de pesquisas, em cooperação com universidades federais, objetivando o fortalecimento do Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, especialmente para pessoas com transtorno mental em conflito com a lei.

g) Combate à Tortura

Coroando o empenho do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o ano de 2013 marcou a criação, por meio da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, integrado por um Comitê e por um Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013. O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura cria uma rede articulada, por meio de comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura. Tanto o Mecanismo Nacional quanto os mecanismos estaduais são órgãos compostos por peritos com a prerrogativa de realizar inspeções em estabelecimentos onde houver pessoas privadas de liberdade.

Com o intuito de elaborar diretrizes para a política de combate à tortura, foi realizado o I Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura, que contou com a participação de representantes de 21 Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Em parceria com o Conselho Nacional e Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e com Secretarias Estaduais, foram realizadas visitas a instituições de privação de liberdade em Rondônia, Distrito Federal e Tocantins, onde foram apuradas e constatadas violações de direitos. Também foi recebida visita do grupo de trabalho sobre detenções arbitrária da Organização das Nações Unidas, nas cidades de Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Campo Grande.

Foi lançada a Campanha *Tortura é crime contra humanidade. Ontem. Hoje. Sempre*, com a confecção de cartazes a serem dispostos nas unidades de privação de liberdade e em instituições públicas. Foram estabelecidos Grupos de Trabalho Interministeriais para formular estratégias nacionais para o sistema prisional e para a garantia de direitos às pessoas em privação de liberdade, incluindo: o Grupo de Trabalho para discutir a identidade, atribuições, carreira, formação e regulamentação dos agentes prisionais no Brasil; o Grupo de Trabalho Interministerial da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional; e o Grupo de Trabalho da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Prisional.

No âmbito internacional, o Brasil recebeu, em 2013, o segundo relatório do Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT) da Organização das Nações Unidas (ONU), contendo comentários às respostas encaminhadas pelo Brasil ao primeiro relatório do órgão, em 2012, elaborado após visita realizada ao País em 2011. A resposta brasileira ao segundo relatório do SPT está em fase final de elaboração.





Preparam-se para 2014 outras ações, tais como: a instalação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o lançamento do Guia de Monitoramento de Locais de Detenção e o lançamento do Curso EAD sobre Prevenção e Combate à Tortura, para profissionais de segurança pública. Pretende-se, ademais, apoiar a instalação de mecanismos e comitês estaduais de prevenção e combate à tortura.

h) População em Situação de Rua

Em 2013, foram formalizadas as adesões, dos seguintes Estados e capitais à Política Nacional para a População em Situação de Rua, além do Distrito Federal: Sergipe, São Paulo, Curitiba, Maceió e Goiânia. Além disso, foram instalados 15 Comitês locais, sendo 12 municipais, dois estaduais e um distrital.

Em 2013, foram recebidos 755 registros por meio do módulo específico da população em situação de rua no Disque Direitos Humanos – Disque 100. Esses registros compõem os relatórios estatísticos de violência e permitem o encaminhamento das denúncias para instituições competentes na defesa de direitos.

Fruto de parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi realizado o teste da pesquisa censitária sobre a população em situação de rua, com o objetivo de desenvolver metodologia de coleta de informações sobre essa população, para fins de inclusão no censo demográfico. Em articulação com o Grupo de Trabalho de Pesquisa de População de Rua, no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (Ciamp-Rua) com coordenação técnica do IBGE, o teste foi aplicado na região central do Município do Rio de Janeiro/RJ.

Visando à proteção dos direitos da cidadania, foram lançados em oito capitais os *Guias de Serviços para População em Situação de Rua*, contendo informações sobre Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), Centros Pop, defensorias públicas, postos de saúde, abrigos, dentre outros assuntos pertinentes.

Foram desenvolvidas medidas de aperfeiçoamento da inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que registrava, no final de 2013, 13.197 famílias cadastradas em Municípios com população acima de 100 mil habitantes.

O fortalecimento da rede de atenção às populações em situações de rua compreende a ampliação do acesso e a qualificação do cuidado integral à saúde, bem como o tratamento aos usuários dependentes de álcool, *crack* e outras drogas, por meio do financiamento para implantação e custeio dos Consultórios na Rua (CnaR). Atualmente, existem 90 Consultórios na Rua implantados, sendo 53 custeados pela Atenção Básica e 37 pela Saúde Mental. Só em 2013, foram credenciados 67. Em 2014, a expectativa é da implantação de mais 30 Consultórios na Rua, com atendimento da população específica.

i) Direitos da Pessoa Idosa

A fim de dar continuidade à política sobre o envelhecimento humano com qualidade de vida, foi lançada em maio de 2013 a *Campanha de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa* e, em 30 de setembro de 2013, foi editado o Decreto n.º 8.114, que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, cujo objetivo é conjugar esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a valorização e promoção dos direitos da pessoa idosa. O compromisso conta com uma Comissão Interministerial, responsável pelo monitoramento e avaliação das ações a serem promovidas no âmbito do Compromisso instituído e pela articulação dos órgãos e entidades governamentais envolvidos em sua efetivação.





No tocante a publicações, foram lançados em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud): i) o livro *Dez Anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso: Repertório e Implicações de um Processo Democrático*; ii) o livro *Estatuto do Idoso: Dignidade como foco humano*; e iii) o *Caderno de Políticas e Programas Pessoas Idosas no Brasil*.

No âmbito internacional, o Brasil integra grupo de trabalho que elabora a Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos da Pessoa Idosa, cujo objetivo é promover, proteger e assegurar o conhecimento, as condições de igualdade e liberdades fundamentais das pessoas idosas, além de contribuir com sua plena inclusão, integração e participação na sociedade. Seguindo esse objetivo, foi realizado, em setembro de 2013, o III Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das Pessoas Idosas, em Brasília, que contou com 300 participantes nacionais e internacionais, ligados aos conselhos da pessoa idosa, ministérios e órgãos que acompanham o Programa Ibero-Americano. Além do Encontro Ibero-Americano, a SDH coordenou a realização do II Fórum Nacional de Gestores Estaduais em Direitos da Pessoa Idosa e o II Encontro de Promotores, Delegados e Defensores.

Após mapeamento realizado em 2013, constatou-se que o Brasil conta com 79 Delegacias Especializadas em Atendimento das Pessoas Idosas. Em 2014, haverá continuidade do processo de criação de conselhos e de fundos estaduais e municipais dos idosos, assim como da implementação do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, a ser efetivado por meio da adesão de Estados e Municípios. Além disso, estão previstas: i) a realização da Conferência da Rede Técnica Intergovernamental Ibero-americana de Cooperação Técnica (Riicotec); ii) a edição do *Manual para o Enfretamento à Violência contra a Pessoa Idosa*, que será usado para capacitação dos agentes públicos estaduais e municipais; e iii) a finalização do processo de pesquisa, em parceria com o Pnud, sobre o perfil da pessoa idosa no período de 1950 até 2013.

j) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Em 2013, foi lançado o segundo relatório sobre violência homofóbica no Brasil, importante instrumento de monitoramento das políticas públicas para a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Em junho, foi lançado o Sistema Nacional LGBT, que visa articular as políticas públicas de Estados, Municípios e do Governo Federal para o enfrentamento da violência homo-lesbo-transfóbica e a promoção dos direitos de LGBT. Desde o lançamento do Sistema Nacional, foram instalados cinco conselhos municipais LGBT: Itapipoca/CE, Cariacica/ES, São João del Rei/MG, Alagoinhas/BA e em Teresina/PI. Foram implantados também quatro Comitês de enfrentamento à homofobia, nos Estados do Piauí, Pará, Rio Grande do Sul e Amazonas.

Para fins de combate à homofobia e de promoção dos direitos da população LGBT, foi realizado em 2013 o Seminário *Brasil-União Europeia sobre o Enfrentamento à Homofobia* e criado o Comitê de Gestores e Gestoras LGBT.

Está previsto para 2014 o financiamento de pelo menos três Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT em Estados e Municípios, assim como o desenvolvimento de painel de indicadores sobre os direitos de LGBT, com vistas a informar sobre as políticas existentes para LGBT no Brasil.

k) Centros de Referência em Direitos Humanos

Os Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) constituem projeto estratégico no âmbito da política de promoção e defesa dos direitos, com atuação no combate às violações de direitos humanos. A atual rede está presente em todas as regiões do País e compreende 31 Centros. A ampliação da rede para todas as capitais é uma das metas para o biênio de 2013/2014, tendo sido firmadas nove parcerias para implantação de novos Centros a partir de janeiro de 2014, nas cidades de: Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Chapecó/SC, Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Teresina/PI, Campo Grande/MS, Dourados/MS, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ. Ao final de 2014, haverá 40 Centros de Referência em Direitos Humanos em todos os Estados.





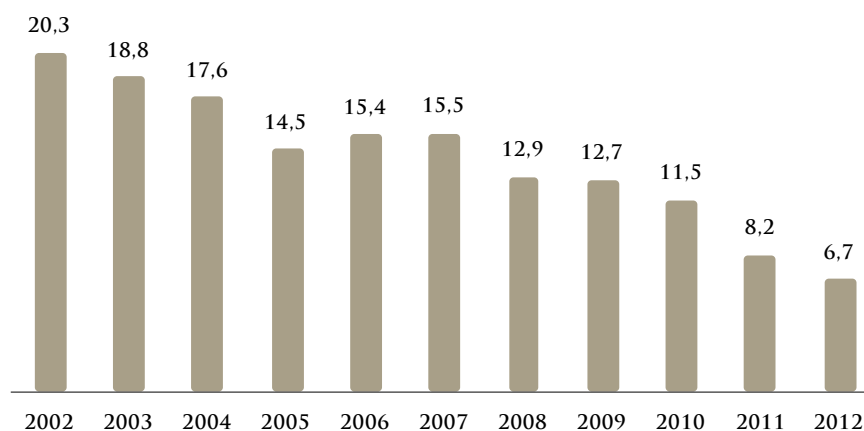
No ano de 2013, com maior número de Centros em funcionamento, houve expressivo aumento no número de atendimentos realizados, totalizando 91.662, assim distribuídos: i) Capacitação em Direitos Humanos: 26.160; ii) Orientação em Direitos Humanos: 35.078; iii) Atendimentos jurídicos: 9.632; iv) Atendimentos na área da Assistência Social: 12.511; v) Atendimentos psicológicos: 4.056; vi) Encaminhamento para emissão de CPF, RG, Título Eleitoral, Certidão de Casamento, Carteira de Trabalho e Registro Civil: 2.573; vii) Recepção de denúncias: 1.316; e viii) Mediação de conflitos: 712. É possível constatar a ampliação de atuação em temáticas de Direitos Humanos, envolvendo a garantia de direitos e o combate a diversos tipos de violação, entre as quais a imigração na fronteira do Acre com a Bolívia, com atuação do CRDH de Rio Branco/AC; o acompanhamento dos inqueritos e processos judiciais dos homicídios de pessoas em situação de rua ocorridos em Goiânia/GO, com atuação do CRDH desse Município; e a mediação de conflitos e participação de atividades com comunidades ciganas, com atuação do CRDH de Natal/RN.

1) Registro Civil de Nascimento

Para fins de mobilização para a promoção do Registro Civil de Nascimento (RCN) e da documentação básica, foi estimulada a implantação de serviços de registro de nascimento em unidades de saúde e, ao final de 2013, foi possível identificar a existência de 1.014 serviços, considerando tanto Unidades Interligadas, como Postos de Registro Civil. A existência desses serviços é vital para o combate ao sub-registro de nascimento. Destaca-se, também, a publicação do Provimento nº 28/2013/CNJ, de 05 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o registro tardio de nascimento, resguardando a especificidade dos registros indígenas, regulamentados pela Resolução Conjunta nº 03/2012. Também foi desenvolvido e testado o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), cujo projeto-piloto foi implementado na fase de teste. O Sirc propiciará a gestão da emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito, segundo modelos nacionais definidos pelo Decreto nº 7.231, de 14 de julho de 2010.

Nos últimos três anos, foram realizados 1.319 mutirões, nos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, além do Distrito Federal. O esforço permitiu verificar a redução acentuada do sub-registro, conforme o mais recente estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 20 de dezembro de 2013, que revê a série histórica dos indicadores Estimativa de sub-registro de Nascimento (nascidos vivos/ano).

Estimativas de Sub-registro de nascimentos Brasil - 2002-2012



Fonte: IBGE. Estatísticas do Registro Civil 2002-2012.





Igualmente importante para a diminuição da taxa de sub-registro é a redução drástica dos registros extemporâneos no Brasil. Ao se analisar os dados por lugar de residência da mãe: em 2002, essa taxa estava na ordem de 26,3%, caiu para 10,2% em 2007 e, em 2012, estava em 6,2%, indicando que é cada vez menor o estoque de população sem registro civil de nascimento.

Em 2014, serão priorizadas ações de promoção do registro de nascimento de indígenas, em regiões de fronteira, e no sistema carcerário brasileiro serão priorizadas, e terão continuidade as seguintes ações: i) a implantação das Unidades Interligadas, em parceria com o Ministério da Saúde e o Poder Judiciário; ii) a articulação e a realização de capacitações para a constituição e fortalecimento de Comitês Gestores Municipais de promoção do RCN; e iii) a realização de mutirões para emissão do RCN às pessoas sem o registro civil de nascimento nos bolsões de sub-registro indicados a partir de dados do CadÚnico/Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

m) Diversidade Religiosa

Em 2013, foi instituído o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa, com a finalidade de promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas e de disseminar uma cultura de respeito às diferentes crenças e convicções, atuando, também, para o fortalecimento da liberdade religiosa, do reconhecimento das diferenças culturais, da laicidade do Estado e da superação da intolerância religiosa.

Seguindo a recomendação III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), apoiou-se a criação de comitês de diversidade religiosa no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Pelotas/RS. Em 2014, prevê-se: i) a consolidação do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa; ii) o estímulo à criação, efetivação e consolidação de comitês de diversidade religiosa; e iii) a capacitação dos atendentes do Disque 100 para a sensibilização quanto à temática da diversidade religiosa no acolhimento de denúncias.

n) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Em 2013, a Ouvidoria avançou no diálogo com a sociedade civil e fortaleceu os canais de comunicação com os cidadãos, ampliando o acolhimento de denúncias de violações a direitos humanos. Foi implantado, ainda, o Projeto *Diálogos em Rede*, com o objetivo de qualificar e democratizar o processo de elaboração de políticas públicas de direitos humanos, por meio do financiamento de pesquisas aplicadas por universidades e com ampla participação social e debate sobre os resultados. Nessa primeira etapa, a pesquisa concentrou-se no mapeamento e diagnóstico das Redes Regionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que atuam no atendimento de demandas identificadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Em 2013, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e o Disque Direitos Humanos – Disque 100 realizaram 228.866 atendimentos, sendo que 182.877 deles (80%) foram registros de denúncia de violações de direitos humanos.

No que diz respeito às denúncias, verificou-se um aumento de 8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Das quase 183 mil denúncias registradas no período, 68% são relacionadas a violações de direitos humanos de crianças e adolescentes; 21% de idosos; 6% de pessoas com deficiência; 1% contra a população LGBT; 0,4% de população em situação de rua; e 1,6% de outros grupos sociais vulneráveis e assuntos relacionados a direitos humanos, como violações a comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, violência policial, tortura etc.

Cabe destacar a criação, em 2013, do módulo Pessoas em Privação de Liberdade no Disque Direitos Humanos – Disque 100, com o objetivo de qualificar as denúncias e compreender as violações ocorridas em espaços de privação de liberdade. No período de março a dezembro de 2013, as violações somaram 3.031 denúncias.





A Ouvidoria atuou, também, em contextos de violações de direitos humanos coletivos, na mediação de conflitos de repercussão nacional e acompanhamento de julgamentos simbólicos para crimes contra defensores de direitos humanos, tais como: conflitos com comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul; Comunidade do Horto (Rio de Janeiro); Ocupação do Cocó (Fortaleza); Vila Itororó (São Paulo); dentre outros. Destaca-se, ainda, a atuação direta em 179 conflitos agrários coletivos, com envolvimento de cerca de 20 mil famílias acampadas, com destaque para a região Norte, que representa 56% dos conflitos. Foram realizadas visitas em presídios nos Estados do Pernambuco, Tocantins, Rondônia e Santa Catarina além do Distrito Federal, para verificação de denúncias relacionadas a violações de direitos humanos praticadas contra reeducandos, bem como em unidades socioeducativas no Rio Grande do Norte, São Paulo, Amazonas e Espírito Santo, relacionadas à violência e tortura praticada contra adolescentes. A Ouvidoria teve atuação expressiva na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, com presença no Centro Integrado de Comando e Controle e nas seis cidades-sede, bem como na Jornada Mundial da Juventude.

Para 2014, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos pretende i) dar continuidade à segunda fase do Projeto *Diálogos em Rede*; ii) lançar, em parceria com o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, o relatório nacional de letalidade policial; iii) atuar nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, para a Proteção Integral aos Direitos Humanos; e iv) fortalecer os canais de denúncia de violações de direitos humanos, por meio da Ouvidoria e do Disque Direitos Humanos – Disque 100.

o) Direito à Memória e à Verdade e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Em 2013, as ações de busca, localização e identificação de mortos e desaparecidos políticos tiveram prosseguimento a partir da ampliação do Banco de Referências Genéticas, da Criação do Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense e da disponibilização de informações. Foi criada junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos uma equipe técnica multidisciplinar responsável pela pesquisa documental e coleta de informações. Houve ampliação das atividades do Grupo de Trabalho Araguaia, criado em 2011, com avanço nas pesquisas e buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, especialmente nos Estados do Pará e Tocantins.

Durante esse período, a Comissão Especial desenvolveu suas atividades em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, colaborando para o resgate da memória e verdade históricas. Entre as ações desempenhadas, cabe especial destaque à retificação do assento de óbito do jornalista Vladimir Herzog e à exumação dos restos mortais de João Goulart, a quem, decorridos 37 anos de sua morte, foram concedidas as honras de Chefe de Estado e devolvido o cargo de Presidente da República.

Em 2014, a Comissão Especial ampliará as atividades de busca e localização em todo o Brasil e preparar-se-á para dar seguimento ao legado deixado pela Comissão Nacional da Verdade, a partir da constituição do Observatório para a Memória, Verdade e Justiça no Brasil, na forma disposta na Diretriz 24, Objetivo Estratégico I, alínea “e” do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem por propósito examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre os anos de 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Em 2013, a Comissão Nacional da Verdade assinou acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que visa prestar suporte à estruturação da Comissão nos três principais eixos de trabalho da CNV: pesquisa, articulação com a sociedade e comunicação.

Em dezembro de 2013, por meio da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013, o prazo para atuação da Comissão Nacional da Verdade foi prorrogado até 16 de dezembro de 2014. Em 2014, a CNV apresentará seu relatório circunstanciado sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, contendo recomendações ao Estado brasileiro.





p) Atuação e Cooperação Internacional

No que se refere ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil no cenário internacional, encontram-se em fase de elaboração relatórios de progressos na realização dos direitos humanos à saúde, à educação e à previdência social, previstos no artigo 19 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o chamado Protocolo de São Salvador.

O Brasil voltou a ocupar, em 2013, um assento no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e seguiu atuando em favor das temáticas relativas aos direitos das pessoas com deficiência, LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais), idosos e crianças e adolescentes. Vale destacar a realização, pelo Brasil, de Painel sobre Combate à Violência Homofóbica à margem da 24ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Destaca-se, ainda, a Consulta Regional das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em Salvador/BA.

Houve visitas ao Brasil do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária e do Relator Especial sobre Liberdade de Expressão. O GT visitou, com o apoio governamental, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Campo Grande e Fortaleza, ocasião em que entrevistou autoridades do Executivo, operadores do direito e representantes da sociedade civil. Na ocasião, foram empreendidos esforços de articulação interinstitucional para a elaboração da segunda resposta ao Relatório ao Subcomitê de Prevenção à Tortura da Organização das Nações Unidas, que visitou o Brasil em setembro de 2011 e emitiu uma série de recomendações para o aprimoramento dos locais de privação de liberdade no País.

Em 2013, o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, apresentou seu relatório parcial no Encontro Internacional de Jornalismo Investigativo, com o apoio da Relatoria Especial para Liberdade de Expressão e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Realizou-se, ainda, o Seminário *Recomendações dos Órgãos de Tratados das Nações Unidas ao Brasil*.

Em relação às ações de cooperação internacional no plano multilateral, foi definido o primeiro projeto de cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com duração até 2015, envolvendo temas como os relatórios aos órgãos de tratados de direitos humanos, a prevenção à tortura, a proteção a defensores de direitos humanos, a promoção dos direitos de LGBT e indicadores de direitos humanos.

Foi estabelecido projeto de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, intitulado Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecida, com o objetivo de desenvolver subsídios voltados ao fortalecimento da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes.

No ano de 2013, o Governo Federal deu seguimento à cooperação jurídica internacional, no âmbito da Convenção de Haia de 1993, relativamente à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional; da Convenção de Haia de 1980, sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças; e da Convenção Interamericana de 1989, sobre Restituição Internacional de Menores.

O Governo Federal realizou dois seminários nacionais relacionados ao tema *Sequestro Internacional de Crianças*, um voltado para a mediação de conflitos nos casos de subtração de crianças e o outro voltado à capacitação de defensores públicos sobre o tema. O Governo também participou dos debates realizados pela Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, em especial daqueles relacionados à elaboração do Guia de Boas Práticas sobre a interpretação do artigo da Convenção de 1980, que trata sobre risco ao retorno, como nos casos de violência doméstica. Foi retomada a articulação com a Justiça Federal, para fins de concentração de competência para julgar ações de retorno de crianças aos países de residência habitual.





No âmbito da Adoção Internacional de Crianças, o Governo retomou os debates para a normatização dos procedimentos de credenciamento de organismos estrangeiros. Além disso, o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras estabeleceu um grupo de trabalho para propor melhorias ao Cadastro Nacional de Adoção, com a integração da lista de pretendentes à adoção internacional.

Em 2014, estão previstas a realização do III Seminário Internacional sobre o tema, a realização de eventos específicos para a magistratura no campo da adoção e subtração internacional de crianças, e a implantação do sistema informatizado de tramitação dos pedidos de cooperação jurídica internacional.

No tocante ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o Governo brasileiro segue empenhado em dialogar com a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos, como também em acompanhar as petições, casos e medidas que tramitam perante aquelas instâncias.

Com vistas a disseminar o conhecimento sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a consolidar uma cultura de Direitos Humanos no Brasil, foi realizado o Concurso Nacional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, cuja etapa final envolveu 150 pessoas, dentre as 32 equipes de 18 Estados, avaliadores, palestrantes e tutores. O Brasil foi um dos primeiros países da região a assinar a Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, durante a 43ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

No âmbito do Mercosul, o Governo seguiu atuando na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul, em particular na Comissão Permanente sobre Direito à Memória e à Verdade, onde encontra-se em negociação instrumento jurídico que facilitará o intercâmbio de informações referentes às graves violações de direitos humanos ocorridas na Operação Condor, na década de 1960.

As ações de cooperação com a União Europeia em 2013 também merecem destaque. Realizaram-se quatro eventos internacionais sobre temas de interesse comum: o *Seminário Brasil – União Europeia de Combate à Violência Homofóbica* e o *Seminário Regional Sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero*; o *Seminário Brasil – União Europeia de Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua*; e o *Encontro Brasil – União Europeia sobre Defensores de Direitos Humanos* no Ceará.

No âmbito da cooperação bilateral, deu-se continuidade às ações de cooperação com o Haiti e com El Salvador. Juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação, concluiu-se a parceria com o Haiti para o fortalecimento das políticas públicas e das ações da sociedade civil voltadas à promoção dos direitos da pessoa com deficiência. Em El Salvador, deu-se seguimento ao processo de transferência de conhecimentos e de tecnologias para a criação de um serviço para recebimento de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, nos moldes do Disque Direitos Humanos - Disque 100 e do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em 2014, terão início as ações do projeto de cooperação desenvolvido, em 2013, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com vistas a fortalecer a capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O projeto é voltado ao desenvolvimento de ações de formação em Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor Leste e Angola. Adicionalmente, deve ser firmado o projeto Fortalecimento de Políticas e Ações para a Prevenção, Mitigação, Preparação e Resposta de Desastres com Foco na Proteção Integral às Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas com Deficiência, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão.





Por fim, serão depositados junto à ONU, em 2014, os relatórios periódicos sobre o Documento Básico Comum, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, todos elaborados ao longo de 2013. Também será iniciada a preparação dos relatórios referentes ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e à Convenção sobre os Direitos da Criança, além de finalizado o relatório sobre o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil.

q) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos

Em 2013, a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul chegou à sua oitava edição. Assim como nas duas edições anteriores, foram realizadas exibições de filmes ligados à temática de Direitos Humanos nas 27 capitais. Com o intuito de descentralizar e popularizar o debate acerca dos direitos humanos, foram realizadas parcerias com mais de 600 locais de exibição, responsáveis por exibir os filmes escolhidos por curadoria especializada para receber o Prêmio *Diferença da TV Brasil*. Fruto de parceria da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) com a Universidade Federal Fluminense, o Ministério da Cultura e a Organização dos Estados Ibero-americanos, também foi implementado o projeto Inventar com a Diferença, que consiste na capacitação e acompanhamento de educadores de escolas públicas, a fim de produzirem, junto a seus alunos, trabalhos audiovisuais vinculados à temática de direitos humanos, os quais integrarão parte da programação da 9ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos.

A 19ª edição do *Prêmio Direitos Humanos* foi realizada em 2013, a fim de reconhecer e homenagear pessoas e entidades que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos direitos humanos. Por fim, o Governo Federal apoiou 29 projetos de formação em direitos humanos desenvolvidos por instituições não governamentais, Estados e Municípios. Trata-se de cursos de formação na perspectiva de gênero e em direitos humanos, voltados para profissionais, gestores, membros dos Conselhos estaduais e municipais de direitos humanos, promotores e defensores de direitos humanos.

Ainda em 2013, foi publicada a *Coleção Educação 12 Direitos – Por uma Cultura em Direitos Humanos*, que consiste em uma série de cadernos com informações e reflexões sobre os 12 direitos previstos no *Human Rights Instruments* das Nações Unidas, quais sejam: o direito ao mais alto patamar de saúde, à alimentação adequada, à educação, à moradia adequada, à participação em assuntos públicos, à opinião e à expressão, à liberdade e segurança, a um julgamento justo, a uma vida livre de violência e a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos e degradantes.

r) Mecanismos de Controle, Indicadores e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

Ao longo de 2013, o Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares foi atualizado de forma contínua, permitindo o acompanhamento, em tempo real, da universalização e consolidação desta importante rede de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que registrou ampliação de 5.904 para 5.930 unidades.

Vale destacar, ainda, a elaboração do Cadastro Nacional de Fundos Municipais e Estaduais da Infância e Adolescência, que reúne dados fiscais e bancários, os quais são encaminhados à Receita Federal para inclusão no Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Essa ação, que possibilitou mais de R\$ 30 milhões em doações para tais fundos, será reproduzida e ampliada para incluir fundos financiadores de outro segmento vulnerável, a pessoa idosa.

Em 2014, será realizada a terceira edição do bloco de Direitos Humanos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a primeira edição do bloco de Direitos





Humanos da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Os referidos questionários levantarão informações detalhadas sobre os equipamentos, serviços e estruturas municipais e estaduais de garantia de direitos.

No tocante ao III Programa Nacional de Direitos Humanos, houve avanços no processo de monitoramento, por meio de três estratégias coordenadas: reuniões do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3; encontros do Grupo de Trabalho composto por representantes governamentais e da sociedade civil, instituído no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; e oficinas ampliadas envolvendo redes e organizações de direitos humanos.

Paralelamente, foi criado o Observatório do PNDH-3, ferramenta por meio da qual qualquer cidadão pode verificar em que estágio se encontra a execução das ações programáticas do PNDH-3. Em 2014, o monitoramento do Programa por meio dessas estratégias será aprofundado, em diálogo permanente com a sociedade civil organizada, especialmente a partir dos subsídios fornecidos pelo Observatório do PNDH-3. A partir desse levantamento sobre o andamento das políticas públicas previstas, será possível discutir os avanços e gargalos da implementação do Programa.

7. Previdência Social

O maior desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade em harmonia com a missão da instituição que é “garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social”.

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a preços de outubro de 2013, a arrecadação líquida previdenciária acumulada de janeiro até novembro foi de R\$ 270 bilhões, um aumento real, já descontada a inflação, de 5,1 % em comparação com o mesmo período do ano de 2012. O valor acumulado com pagamento de benefícios previdenciários, incluindo sentenças judiciais e pagamento da compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios, foi de R\$ 326,3 bilhões, o que representou um incremento real da ordem de 5,9% em relação ao mesmo período de 2012. Dessa forma, a necessidade de financiamento no período de janeiro a novembro de 2013, em valores corrigidos pelo INPC, foi de R\$ 56,3 bilhões, um crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em valores nominais, a arrecadação líquida, de janeiro a novembro de 2013, foi de R\$ 265,4 bilhões, um aumento de 11,9% em comparação com o mesmo período de 2012. Já a despesa com benefícios cresceu 12,7%, na mesma comparação, alcançando R\$ 320,7 bilhões no período de janeiro a novembro de 2013. A necessidade de financiamento do RGPS foi, de janeiro a novembro de 2013, em valores nominais, de R\$ 55,3 bilhões. Cabe destacar que no período de janeiro a novembro de 2013, no setor urbano, houve um superávit da ordem de R\$ 12,7 bilhões em valores nominais, decorrentes de uma arrecadação de R\$ 259,9 bilhões e uma despesa da ordem de R\$ 247,2 bilhões.

Segundo cálculo feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 71,4% em 2012, superando os 70,7%, registrados em 2011. Quanto ao indicador de Cobertura Previdenciária das Trabalhadoras/Mulheres Ocupadas, também houve avanço: em 2012, alcançou 70,6%, contra 69,7% em 2011. Para os homens, a cobertura previdenciária aumentou de 71,4%, em 2011, para 71,9% em 2012. Cabe salientar que os dados da Pnad/IBGE de 2013 são disponibilizados apenas em 2014. Ainda de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da Pnad/IBGE, a proteção social da população idosa (acima de 60 anos) foi de 81,9%, em 2012, mesmo patamar observado em 2011.

A continuidade do processo de incremento da cobertura previdenciária, que vem desde 2003, reflete o bom desempenho do mercado formal de trabalho e também do resultado positivo de várias ações de inclusão previdenciária desenvolvida pelo Governo.





A ampliação da cobertura previdenciária alcança também a previdência privada. Após o período de intensa regulamentação para assegurar maior confiabilidade ao sistema, espera-se novo ciclo de crescimento dessa previdência. Tendo sido aprovada a instituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe) em 2012, o ano de 2013 foi de plena constituição e de busca por adesão, meta esta que continua válida para 2014, com grande potencial de trazer para o sistema um número significativo de participantes.

Em 2012, o número de participantes de previdência privada era de 2.392.348, e em junho de 2013, data da última apuração, totalizava 2.444.652, com um incremento de 2,2% em relação ao ano anterior.

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público destaca-se a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente, existem 2.018 RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas capitais e, por aproximadamente, um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte, que dão cobertura a cerca de dez milhões de beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários

a.1) Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho

Em 2013 houve avanços promovidos na legislação, em especial referentes a: i) a Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013, aguardando regulamentação, que trará inovações com relação à inclusão do empregado doméstico no âmbito previdenciário; ii) Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração de portos e instalações portuárias, normatizando a atividade portuária; iii) Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, na qual foram contempladas inovações em relação ao segurado especial; e iv) Lei Complementar nº 142, de 08 de maio de 2013, que regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência, segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com redução do tempo de contribuição.

Na mesma linha dos avanços legislativos, em continuidade à modernização dos sistemas e em busca da melhoria no processo de reconhecimento e manutenção dos direitos aos benefícios dos cidadãos vinculados ao RGPS, a Previdência Social tem trabalhado para tornar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) uma base de dados ampla e confiável, aplicando novos conceitos como indicadores de pendências e regras de disponibilização de dados.

Ainda, em 2013 foi publicado na página da Previdência Social o Módulo do CNIS – Segurado Especial, por meio do qual o próprio segurado ou as entidades representativas dos trabalhadores rurais, na condição de segurado especial, podem realizar a inscrição e a declaração anual, bem como um módulo específico a ser operacionalizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para que efetue a inscrição e a certificação eletrônica do período de exercício da atividade de segurado especial dos indígenas.

Também em 2013 iniciou-se a implantação do Projeto denominado Escrituração Digital das Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais (Esocial), que tem a finalidade de: i) garantir a melhoria dos dados de entrada no CNIS com qualidade; ii) reduzir a informalidade; iii) aprimorar o tratamento dos dados captados com redução da incidência de erros e fraudes; e iv) suprimir a vulnerabilidade no controle da transmissão da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), garantindo o reconhecimento dos direitos previdenciários de forma mais segura e ágil aos nossos beneficiários.

O Projeto denominado Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), que tem a finalidade de captar informações de Registro Civil de nascimento, casamento, óbito e averbações, a partir das informações dos cartórios com vistas a dar melhor





efetividades ao Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi). A partir de sua implementação o Governo objetiva: i) melhorar a rotina de cessação de benefícios nos casos de óbito; ii) disponibilizar dados do Registro Civil para o CNIS e para os processos de reconhecimento e manutenção de direitos; e iii) tornar-se mais um elemento para o Registro de Identificação Civil (RIC), com inserção do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no registro de nascimento.

No contexto de informações relacionadas ao servidor público, está em curso o projeto do Sistema dos Regime Próprio de Previdência Social (SRPPS), com ações para promoção do desenvolvimento harmônico e integrado dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com vistas a possibilitar a manutenção de bancos de dados atualizados e consistentes, e permitir a geração de informações advindas de tratamento e cruzamento de dados relativos a óbitos, benefícios e vínculos de todos os servidores, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes, vinculados a regime próprio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No escopo do projeto de construção do cadastro dos servidores públicos, o Sistema de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Siprev/Gestão) constitui-se em imprescindível ferramenta disponibilizada aos entes federativos para a gestão do passivo dos seus RPPS, aprimorando a concessão de benefícios e permitindo, com a redução dos riscos de pagamentos indevidos e a melhoria da base cadastral dos participantes, dimensionamento mais acurado dos compromissos atuariais dos planos. Novos módulos do Siprev/Gestão são oferecidos aos entes federativos, contemplando melhorias na performance e novos relatórios gerenciais que irão favorecer o cálculo atuarial. Já é realidade a melhoria da qualidade de dados dos servidores públicos brasileiros. Bases de 23 entes federativos além de 102 órgãos da União se encontram processadas no CNIS/RPPS, encontrando-se prontas para o cruzamento de informações por intermédio do Informe/RPPS (Informações Gerenciais).

Os anos 2012 e 2013, no âmbito da Previdência Complementar Fechada, foram marcados por avanços tecnológicos com vistas à melhoria da qualidade das informações recebidas acerca das avaliações atuariais de cunho obrigatório. Em 2014, como desafio, tem-se o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento atuarial do mercado de Previdência Complementar Fechada. A implementação de indicadores matematicamente construídos aumentará a capacidade de análises, tornando o controle atuarial mais ágil e eficaz.

a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização

Apesar da evolução favorável do emprego formal e da cobertura previdenciária, milhões de trabalhadores estão ainda sem proteção previdenciária. Em determinados grupos de trabalhadores, como trabalhadores por conta própria e domésticos, dois em cada três trabalhadores estão desprotegidos. Segundo os microdados da Pnad/IBGE 2009, ainda restam cerca de 27,8 milhões de trabalhadores sem proteção, sem considerar aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA) por desalento ou precariedade.

Os estudos para promoção de inclusão previdenciária apontaram os perfis da desproteção previdenciária no Brasil, com maior preponderância nos segmentos: i) de trabalhadores por conta própria e empregados domésticos; ii) dos mais jovens; iii) de setores como construção civil e comércio; e iv) de trabalho eventual ou curta duração. Nesse contexto, o Governo elaborou um Plano de Inclusão Previdenciária, fortalecendo a implementação da política nacional de inclusão e a fidelização no sistema previdenciário.

Em 2013 foram consolidados os procedimentos para aplicação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual (MEI) e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as donas de casa de família de baixa renda.





Com a medida foi ampliado o limite máximo de faturamento do MEI, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil, que já conta com 3,6 milhões de trabalhadores inscritos. Em relação aos chamados segurados facultativos de baixa renda, ou donas de casa de baixa renda, que também podem contribuir com a alíquota de 5% do salário mínimo desde final de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de setembro de 2013, 441 mil segurados facultativos de baixa renda realizaram essa contribuição simplificada. O perfil dos contribuintes tem sido predominantemente de pessoas do sexo feminino.

O Brasil possui 11 acordos em vigor que permitem aos cidadãos brasileiros residentes no exterior a totalização do tempo de contribuição no Brasil e no país de residência para fins de aposentadoria e recebimento de outros benefícios. Em 2013 foram iniciadas negociações com Israel e Suíça e finalizada a negociação da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com a Suíça. Para 2014 há previsão de entrada em vigor dos acordos com Canadá, Bélgica, Coreia, França e Quebec. No campo da cooperação em matéria previdenciária, o Brasil realizou intercâmbio de experiências com Alemanha, Espanha, Equador, Moçambique, Paraguai, Timor-Leste e União Europeia.

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) promove a inclusão previdenciária e social e amplia o número de pessoas, sobretudo segurados, conscientes dos seus direitos e deveres. Em 2013, foram ampliadas as parcerias com outros órgãos públicos e com a iniciativa privada ante a necessidade de inclusão e permanência de novos segmentos do setor informal da economia no sistema previdenciário. Até dezembro de 2013, foram realizadas cerca de 6,6 mil ações de educação previdenciária, beneficiando mais de 624 mil pessoas e 5,2 mil disseminadores do conhecimento e das informações previdenciárias.

Visando fundamentar a decisão por parte dos entes federativos e de seus servidores para eventual instituição de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e garantir a sua gestão sustentável, foram elaborados estudos técnicos sobre os aspectos jurídicos, financeiros, econômicos e de gestão pública envolvendo a instituição de RPPS.

O Programa de Educação Previdenciária, com enfoque na Previdência Complementar, busca divulgar, esclarecer e conscientizar o público em geral sobre os diversos aspectos desse regime, informando sobre os planos de benefícios que são administrados pelos fundos de pensão, e também sobre as vantagens oferecidas aos participantes e à sociedade.

Para 2014, o desafio da ampliação da cobertura e divulgação previdenciária foca principalmente na inclusão e na permanência dos participantes e assistidos, bem como no conhecimento do cidadão em relação à Previdência Complementar. As ações de educação previdenciária contribuem para tomadas de decisões mais conscientes por crianças, jovens e adultos.

Com o intuito de fortalecer e promover a expansão do sistema de Previdência Complementar à população ainda não coberta, busca-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de retenção e compartilhamento de riscos, bem como o avanço de novas modelagens de planos de benefícios, de modo a assegurar a um número cada vez maior de participantes uma aposentadoria que lhes permita manter o padrão de vida alcançado durante toda uma vida de trabalho.

b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários

b.1) Reconhecimento Automático de Direito

O Sistema Integrado de Benefícios (Sibe) está sendo construído e possibilitará ao servidor atuar na operacionalização e processamento do reconhecimento automático, manutenção e revisão do direito em um único sistema, com maior agilidade, transparência e segurança. Com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), investiu-se na iniciativa de identificar todos os segurados que teriam o direito de aposentadoria por idade. Com base em tais informações





criou-se um novo serviço, que consiste em notificar tempestivamente o segurado quanto ao seu direito de requerer o benefício. A notificação contendo orientações para o atendimento, informações cadastrais e renda mensal estimada é encaminhada no mês imediatamente anterior àquele em que o segurado completar a idade mínima exigida para aquisição do direito ao benefício.

A mudança na interpretação do inciso II do art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da fórmula de cálculo da renda mensal dos benefícios por incapacidade ou pensões por morte, promoveu ação específica de revisão dos benefícios, contemplando o reprocessamento de mais de 17,9 milhões de benefícios pagos pela Previdência Social, concedidos entre os anos de 2002 e 2009. Do total de benefícios revisados: i) 11,8 milhões não se enquadraram nos critérios da alteração legal; ii) 1,7 milhão não tiveram qualquer alteração na renda mensal dos requerentes; e iii) 3,7 milhões foram revistos e com diferenças a receber, dos quais 218 mil já tiveram o pagamento efetuado no primeiro lote no montante de R\$ 1,2 bilhão.

O pagamento dos valores atrasados seguirá cronograma estabelecido de 2013 até 2022, conforme o acordo firmado em 2012 e homologado pela Justiça Federal em São Paulo, por força de Ação Civil Pública. Em 2014 a previsão de pagamento é de R\$ 662 milhões, quando serão contemplados mais de 279 mil beneficiários. O processamento de outros 500 mil benefícios está previsto para ocorrer durante o 1º semestre de 2014. A revisão já processada acarretou um aumento de R\$ 49 milhões mensais na folha de pagamento de benefícios e, por ano, representará um incremento da ordem de R\$ 637 milhões, já incluído o 13º salário.

De janeiro a novembro de 2013 foi desembolsado pela Previdência Social o valor de R\$ 1,6 bilhão relativo ao fluxo de compensação previdenciária, representando aproximadamente 305 mil requerimentos pagos. O valor dos pagamentos realizados pelos entes federativos à Previdência Social (RGPS como regime instituidor), nesse período, foi de R\$ 68 milhões relativo a 25 mil requerimentos.

Em relação aos valores de estoque, os quais estão sendo pagos somente aos Municípios, entre março e novembro de 2013 foram desembolsados pela Previdência Social R\$ 388 milhões, relativos a 15 mil requerimentos, restando um saldo devedor para 2014 de R\$ 507 milhões, correspondentes a 56 mil requerimentos. Nesse período os valores pagos pelos entes federativos à Previdência Social representaram R\$ 4,1 milhões, relativos a 1.005 requerimentos.

b.2) Minimizar as Ocorrências de Litígios

Em 2013 foram realizadas diversas ações com vistas a atuar na solução dos conflitos na esfera administrativa as quais possibilitaram a integração com agentes externos como Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário.

A minimização da ocorrência de litígios, no âmbito da Previdência Complementar fechada, é feita de dois modos diferentes: i) o primeiro se dá por meio do exame prévio de legalidade prestado pelo órgão jurídico competente, nas hipóteses legais e regulamentares previstas, de modo a conferir base legal aos atos praticados pela administração pública e com isso diminuir a potencialidade de eventuais questionamentos judiciais; e ii) o segundo ocorre por meio do acionamento voluntário, pelas partes interessadas em Conciliação e Arbitragem que, nos termos da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, é um dos mecanismos aptos a dirimir os litígios que lhe forem submetidos, na forma da legislação nacional de arbitragem.

Em 2013, ainda no âmbito da Previdência Complementar, foram realizadas ações com vistas a melhor regulação e esclarecimento do mercado operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), como a aprovação de Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que versam sobre a atualização e o aprimoramento das regras para a retirada de patrocinador e de instituidor do Regime de Previdência Complementar; sobre os procedimentos contábeis das EFPC; e sobre o aperfeiçoamento dos procedimentos para equacionamento de déficit em planos administrados pelas EFPC.





Com vistas a subsidiar a defesa da União em processos judiciais no âmbito da Previdência do Servidor Público, em ações relacionadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) instrumento que atesta a conformidade da gestão dos RPPS com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que trata das normas gerais sobre a organização e funcionamento desses regimes, foram elaboradas em 2013, cerca de 300 informações em processos judiciais, e mais de 800 pareceres em resposta a consultas recebidas, visando orientar os entes federativos.

b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade

Para a efetivação do pagamento de 31 milhões de beneficiários, o Governo Federal mantém contrato com 17 instituições financeiras que dispõem de 43,8 mil unidades pagadoras distribuídas em todo o País. O montante financeiro desembolsado em novembro de 2013 superou R\$ 27 bilhões e para garantir a qualidade no pagamento está sendo desenvolvido um novo sistema de gestão da folha de pagamento de benefícios.

Com relação ao crédito consignado, que consiste na concessão e manutenção de empréstimo bancário ao segurado, até novembro de 2013, existiam 26,8 milhões de contratos ativos que totalizando R\$ 76,5 bilhões em créditos a serem descontados dos benefícios previdenciários, em até 60 meses. Para o gerenciamento do crédito consignado está sendo desenvolvido o novo sistema de Empréstimo Consignado *On-Line* (ECO), cujo início das operações está previsto para 2014.

Um avanço importante tocante à Previdência Complementar está relacionado à redução gradual do limite da meta atuarial dos planos de benefícios das entidades fechadas (EFPC) até o ano de 2018. A revisão na meta atuarial é necessária diante do novo cenário de taxas de juros mais baixas praticadas no mercado, que demandará, em 2014, em todas as ações de monitoramento das EFPC, avaliações mais criteriosas que resultem em formulação de propostas de melhorias dos controles adotados e de mitigação dos riscos existentes nas EFPC, visando alcançar a rentabilidade mínima que deve ser obtida pelas referidas entidades na aplicação dos recursos garantidores, de forma a assegurar o pagamento da aposentadoria complementar aos participantes e assistidos.

b.4) Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva

A qualidade da prestação de serviços, especialmente por meio da modernização do parque tecnológico e do desenvolvimento de novos sistemas corporativos, a exemplo do sistema de agendamento eletrônico, diminuiu filas, reduziu o tempo de atendimento e possibilitou o reconhecimento de direitos em menor espaço de tempo.

Para acompanhar a evolução tecnológica, foi lançada uma nova versão da Sala de Monitoramento do Atendimento da Previdência Social, mais moderna e funcional. A nova Sala garante aos gestores maior transparência e agilidade no acesso às informações institucionais e aos cidadãos, e a constante melhoria da qualidade do atendimento. A modernização tecnológica e de sistemas, o aumento na capacidade das centrais de teleatendimento e o acesso simplificado às informações e serviços previdenciários, entre outras iniciativas, promoveram a redução da burocracia, diminuição das filas, redução do tempo de espera do atendimento e maior celeridade no reconhecimento de direitos.

A Previdência Social é o segundo órgão com o maior número de demandas de solicitação de informações, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão. Em 2013, alcançamos 12.445 pedidos registrados e atendidos. O tempo médio de resposta ao cidadão é de 7,5 dias, com baixo número de interposição de recursos, indicando efetividade nas respostas encaminhadas.

Está em curso desde 2012 o projeto de gestão da informação corporativa que prevê, entre outras ações, a realização do piloto do Sistema e-DOC, que além de atuar na gestão de informações e documentação, promoverá a geração de documentos digitais natos o qual otimizará os processos de reconhecimento automático de direito.





Em 2013 foi implantado o sistema e-Recursos em todas as Juntas de Recursos, Composições Adjuntas e Câmaras de Julgamento da Previdência Social. De 1º de janeiro de 2013 a 11 de dezembro de 2013 foram julgados 95.409 processos de recursos e recebidos, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 111.530 novos processos.

Em 2013, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) disponibilizou no Portal da Previdência Social as ementas, as decisões, os relatórios e os votos dos recursos julgados desde 2010 e outras funcionalidades de interesse do cidadão, empresas e entes federativos, dando maior transparência das decisões da instância recursal.

b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social

O Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) tem como foco prover cada Município com mais de 20 mil habitantes, com uma Agência da Previdência Social, tendo sido investido R\$ 616,5 milhões. Com as obras de recuperação das unidades já existentes, o total de investimentos chega a R\$ 1,1 bilhão.

Dados de dezembro de 2013 apontam que foram inauguradas 71 novas unidades da Previdência Social, alcançando o total de 305 novas agências desde 2009, quando do início do projeto. O PEX tem como escopo consolidar o processo de criação de 720 novas agências até 2015. Em todo o País estão em funcionamento 1.538 agências.

A ampliação da rede de Agências da Previdência Social está expandindo sua capacidade de atendimento também por meio de convênios e acordos com governos municipais e estaduais, gerando parcerias com canais de relacionamento.

c) Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários

c.1) Mitigação dos Efeitos da Incapacidade Laboral

De janeiro a novembro de 2013, foram concedidos 2.402.004 benefícios por incapacidade. Ações de gerenciamento visando à melhoria da qualidade do processo de reconhecimento de direito previdenciário foram empreendidas, resultando na diminuição do tempo de espera para a realização da perícia médica, de 31 dias, em janeiro, para 22 dias, em novembro de 2013. Iniciou-se, também, a implantação de um novo modelo de avaliação da capacidade laboral, que opera mediante a recepção dos atestados médicos pelos meios convencional e eletrônico. Nesse mesmo período, foram reabilitados 14.913 segurados e concedidos 29.467 auxílios-acidente e 173.364 amparos à pessoa com deficiência.

No que se refere à reabilitação profissional espera-se a formação em 2014 de ampla rede de serviços de apoio para a reinserção integral do trabalhador no mercado de trabalho, a partir dos esforços que vêm sendo desenvolvidos de articulação intersetorial da seguridade social com os diversos setores e os entes federados.

Em 2013, diante da necessidade de regulamentar os conceitos de deficiência leve, moderada e grave para atendimento ao disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 142, de 08 de maio de 2013, elaborou-se instrumento de aplicação pela perícia médica da Previdência Social na avaliação do grau de deficiência para concessão de benefícios. Para 2014, estão previstas ações para reformulação do Seguro contra Acidentes do Trabalho (SAT).





c.2) Supervisão, Fiscalização e Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público, os mais de dois mil regimes próprios do servidor público, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme dados estimados para dezembro de 2013, administram um patrimônio de mais de R\$ 180 bilhões, dos quais R\$ 80 bilhões estão aplicados nos mercados financeiros e de capitais, e R\$ 100 bilhões em outros bens, valores e direitos, em fundos constituídos por imóveis, direitos de créditos decorrentes de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras, dentre outros. A supervisão desses regimes é efetuada por meio de fiscalização *in loco* ou de ações de monitoramento interno.

Para intensificar a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) têm sido implementados novos processos de trabalho nas auditorias diretas visando ao seu alinhamento aos pressupostos de uma supervisão baseada em riscos, com o desenvolvimento de ferramenta vinculada ao planejamento e auditoria prévia e à modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência (Cadprev). Essa modernização visa, entre outros: i) promover a melhoria da qualidade das informações dos Regimes Próprios; ii) eliminar a sobreposição dessas informações que são produzidas pelos entes federativos; iii) proporcionar maior confiabilidade no acompanhamento e supervisão desses regimes; e iv) reduzir custos mediante a realização de levantamentos prévios às auditorias diretas.

Para a modernização do Cadprev, foram aprimorados os módulos para informações relativas às aplicações dos recursos dos RPPS, às receitas e despesas previdenciárias e cadastramento de termos de acordos de parcelamento. A intensificação da fiscalização dos RPPS também está sendo promovida por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados, de forma a potencializar a ação fiscalizadora e corretiva do Estado.

Com relação à fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) projeta-se para 2014 um incremento de 10% sobre o número de ações fiscais a serem realizadas no segmento.

c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional

Foi incorporado em 2013, o mapeamento de processos internos e monitoramento de atividades, e a realização de estudos inerentes à elaboração da metodologia de gerenciamento de riscos na Previdência Social. Para 2014 terá continuidade o aperfeiçoamento dos processos internos com vistas a mitigar a materialização de erros administrativos e ilícitos contra a Previdência Social.

c.4) Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público foram realizadas iniciativas para promoção da sustentabilidade dos RPPS, entre as quais se destaca o projeto *Fortalecer os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)* que possui como escopo a ampliação da estrutura de supervisão, a busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, o aperfeiçoamento e o fortalecimento da legislação dos RPPS, o apoio e participação na reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União (RPPSU) e o incentivo à modernização da gestão dos RPPS.

Destacam-se como realizações os trabalhos de diagnóstico da atual situação dos RPPS dos Estados e capitais e a busca de alternativas para financiamento do sistema de previdência e equacionamento de déficits financeiros e atuariais. No âmbito da modernização da gestão dos RPPS, cita-se a Certificação Institucional, que contará com entidade reconhecida no mercado para estabelecer e certificar níveis de governança das unidades gestoras do RPPS, promovendo melhores práticas de gestão.





Ao longo dos últimos anos, os RPPS têm passado por mudanças estruturais decorrentes das reformas efetivadas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que resultaram, além de um processo de contínua evolução legislativa, em expressivos avanços na sua gestão. Porém, um dos fatores que impactam o equilíbrio financeiro e atuarial e a sustentabilidade dos RPPS é a necessidade de se efetivar a plena compensação financeira entre todos os regimes de Previdência Social, em decorrência da contagem recíproca do tempo de contribuição, prevista no art. 201, § 9º, da Constituição Federal. Atualmente essa compensação vem sendo efetuada apenas entre o RGPS e os RPPS, na forma da Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, pois a compensação entre os RPPS, embora prevista no art. 8º dessa Lei, ainda não foi viabilizada. A implantação do Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNIS/RPPS) permitirá a formação de banco de dados dos servidores públicos em âmbito nacional, abrindo espaço para que se desenvolva projeto específico voltado à criação de uma Câmara de Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência Social, que permita a compensação financeira entre todos os RPPS e destes com o RGPS.

Entre as propostas inovadoras pretendidas pela Previdência Social, será levado à discussão no ano de 2014 com os demais atores governamentais o projeto *PrevFederação*, fundamentado na perspectiva de criação de uma entidade fechada de previdência, nos moldes da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe), para atuar no âmbito da previdência complementar do funcionalismo público de Estados e Municípios. A criação dessa entidade tem o propósito de administrar planos de benefícios dos entes federados que não possuam escala para operar sua própria entidade fechada.

8. Cultura

a) Política Cultural

Com vistas ao atendimento do art. 216-A da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Ministério da Cultura tem realizado esforços no sentido de obter a adesão dos entes federativos ao SNC, ao mesmo tempo em que apoia a implementação de mecanismos e dispositivos que permitam sua operacionalização.

Já integram o Sistema Nacional de Cultura, em 2013, 26 Estados e o Distrito Federal. Na esfera municipal, a adesão alcançou 35,9%, resultado de ações voltadas a orientar os Municípios para integrarem o SNC e para a implementação dos componentes necessários para consolidar os sistemas municipais de cultura.

Para 2014, prosseguirão os esforços para alcançar a universalidade da adesão ao Sistema, bem como a estruturação dos componentes do SNC que permitam seu pleno funcionamento. Nesse sentido, estão previstas a capacitação de gestores e conselheiros e a realização de oficinas de treinamento e de debates sobre a transversalidade da cultura, entre outros projetos.

b) Cidadania e Diversidade Cultural

O Programa Cultura Viva (PCV) vem se consolidando como uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, caracterizada como uma política de fomento integrada, com a participação de órgãos federais parceiros, de entes federados e da sociedade civil.

O fortalecimento e a expansão do Programa decorrem do investimento de mais de R\$ 70 milhões a 14 Redes Estaduais e 19 Redes Municipais, fomentando 1.607 Pontos de Cultura. Em 2013 os Estados e Municípios parceiros lançaram editais para reconhecer 340 novos Pontos e um novo Pontão de Cultura. Nos exercícios de 2012 e 2013, 39 Pontões também receberam apoio financeiro.





Foram celebrados três novos convênios, totalizando investimento de mais de R\$ 60 milhões para execução até 2015. Com o convênio do Estado de São Paulo, serão reconhecidos e fomentados 160 novos Pontos de Cultura, e fomentadas 140 entidades já reconhecidas como Pontos de Cultura. Nos Municípios de São Paulo e São Luís serão fomentados outros 105 Pontos de Cultura. As Culturas Populares também foram contempladas, com um edital de premiação no valor de R\$ 4,9 milhões, que beneficiou 348 Mestres.

Para celebrar os dez anos do Programa Cultura Viva, em 2014, será realizada a Teia Nacional da Diversidade Cultural, que reunirá cerca de 2,5 mil pessoas no Rio Grande do Norte, com destaque para os representantes dos Pontos e Pontões de Culturas e dos segmentos beneficiários das políticas setoriais.

c) Economia Criativa

Com relação à economia criativa, destaca-se o Programa Rede Incubadoras Brasil Criativo, que visa fortalecer empreendimentos culturais. A Rede oferecerá aos agentes culturais qualificação e consultoria em inovação e empreendedorismo, direito e propriedade intelectual, e assessoria jurídica, contábil, de comunicação e *marketing*, com acompanhamento contínuo. Foram firmados convênios com Rio de Janeiro, Acre, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Paraná e Distrito Federal. Em 2014, o Programa terá início com a inauguração da Incubadora Pará Criativo e, ainda no primeiro semestre, serão inauguradas incubadoras de empreendimentos culturais e criativos em 12 capitais.

O conhecimento do setor da economia da cultura avançou com os Observatórios Estaduais de Economia Criativa (Obeces), unidades de pesquisas instaladas em universidades públicas responsáveis pela produção, sistematização, monitoramento e difusão de dados e informações estratégicas sobre a economia criativa brasileira. Em 2013 foram inaugurados os Obeces de Amazonas e Goiás. Foram investidos R\$ 3,9 milhões para a implantação dos seis observatórios atuais em parceria com universidades públicas.

Em 2014, estão previstas pesquisas sobre infraestrutura cultural e grau de institucionalidade da cultura nos governos estaduais e municipais, com previsão de investimento de R\$ 2,3 milhões. Também estão previstos acordos e parcerias com: i) Caixa Econômica Federal para ampliação do apoio aos empreendimentos com oferta de produtos e serviços financeiros; ii) Sistema Nacional de Emprego para capacitação e apoio ao setor da economia criativa; e iii) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para gestão do conhecimento, formação profissional e tecnológica e estudo das cadeias produtivas dos segmentos da economia criativa.

d) Fomento ao Livro e à Leitura

Em 2013, teve início o Projeto Mais Bibliotecas Públicas, que tem por objetivo mobilizar e articular os Municípios que ainda não têm bibliotecas ou que se encontram com esses equipamentos fechados, com vistas a estimular os governos locais sobre a importância e necessidade de democratização da leitura e da informação para a população brasileira. Foram apoiadas 100 bibliotecas comunitárias na modernização de acervos, espaços e formação de pessoal.

Para a divulgação da literatura brasileira no exterior foram concedidas 212 bolsas de tradução e publicação de autores brasileiros e 57 bolsas de intercâmbio de autores brasileiros no exterior, em 2013. O fomento à criação e à circulação literária por meio da concessão de bolsas para escritores, durante os anos de 2012 e 2013, beneficiou 50 autores.





Em 2013, foi dado prosseguimento ao projeto de construção do Circuito Nacional de Feiras de Livro e Festivais Literários, que visa mapear feiras e eventos de difusão do livro e do hábito da leitura. O mapeamento resultou no cadastramento de 216 feiras e eventos literários e na elaboração de um calendário nacional.

O projeto de Formação de Agentes de Leitura (Proler) teve prosseguimento, em 2013, por meio de convênios com 11 Estados e 188 Municípios, que contam com 1.313 agentes em campo. A expectativa para 2014 é realizar diagnóstico e avaliação dos resultados do projeto com vistas à sua ampliação, de forma a alcançar o número de 2,5 mil agentes em campo.

Para atender ao projeto de criação da Rede Popular do Livro Acessível, foi lançado em outubro de 2013, o edital de fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível. A proposta atenderá nove projetos, com um investimento total de R\$ 1,5 milhão para a ampliação do número de instituições produtoras de livro e do conteúdo disponível em formato acessível. Foi lançado também o Edital Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, o qual deverá, em 2014, modernizar dez bibliotecas públicas, transformando-as em referência nacional em acessibilidade para a área.

No que tange à formação de pessoal foram realizados dois importantes encontros, o III Fórum Nacional de Bibliotecas Públicas, em Florianópolis/SC e o XIX Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas Públicas, em Belém/PA.

Para 2014, projeta-se o lançamento do edital *Leitura para Todos*, voltado para o reconhecimento, fomento e premiação de 130 iniciativas de projetos sociais de promoção de leitura desenvolvidos por entidades da sociedade civil. A expectativa é criar uma rede de intercâmbio de saberes e de tecnologias sociais de leitura com as entidades civis premiadas e inscritas nesse processo de seleção.

e) Preservação do Patrimônio e da Memória Cultural

O grande destaque da preservação do patrimônio e da memória cultural, em 2013, foi o lançamento da nova etapa do PAC Cidades Históricas que contará com recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão. Ainda em 2013 iniciou-se a execução de R\$ 35 milhões em obras, com destaque para a restauração do Mercado Público Central de Porto Alegre/RS, a restauração do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro/RJ, e a restauração do galpão ferroviário da Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte/MG.

Além do orçamento do PAC Cidades Históricas, foram executados cerca de R\$ 30 milhões em diversas obras de restauração, destacando-se a recuperação e restauro da Estação Ferroviária de Urutaí/GO, da Igreja São Pedro dos Clérigos, em Recife/PE, do Forte Dom Pedro, em Caçapava/RS, da Capela de Nossa Senhora da Batalha em Cruz do Espírito Santo/PB, do casario do Centro Histórico de Salvador/BA e a entrega do Complexo Conventual Franciscano de Marechal Deodoro/AL.

O Programa de Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados, desenvolvido em parceria com o Banco do Nordeste, teve continuidade. Trata-se de uma linha de crédito destinada a pessoas físicas e jurídicas para a recuperação e adequação de imóveis tombados. Em 2013, a ação teve foco na região Nordeste, com disponibilização de aproximadamente R\$ 19 milhões.

Novos tombamentos foram aprovados, como o do Edifício A Noite (Estúdio da Rádio Nacional) no Rio de Janeiro/RJ, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz em São Paulo/SP e da Igreja do Divino Pai Eterno em Trindade/GO.

Outras medidas de reconhecimento e salvaguarda foram empreendidas, como o inventário do Complexo Cultural dos Bois-Bumbás no Médio Amazonas, a Identificação do Patrimônio Cultural Guarani *Mbyá*, o Projeto Música, Canto e Dança de comunidades afrodescendentes e o apoio aos planos de salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer o Queijo Mineiro e do Jongô





do Sudeste. Merece destaque a sexta edição do edital de projetos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que busca ampliar a participação da sociedade nas ações de identificação e promoção do patrimônio cultural imaterial.

Conforme previsão legal, foi iniciado o processo de revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil para o Ofício das Paineiras de Goiabeiras no Espírito Santo e para a Arte *Kusiwa*: pintura corporal e arte gráfica *Wajapi* no Amapá. Foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial a Festa do Senhor do Bonfim, na Bahia, e a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, no Rio de Janeiro.

Para a guarda, conservação e digitalização de documentos históricos, mais de 120 mil documentos estão sendo disponibilizados em meio digital, graças à cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Universidade de São Paulo (USP).

Para 2014, serão realizadas ações de proteção e preservação, no valor de R\$ 54 milhões, transformando os equipamentos culturais em espaços de referência na promoção, educação, informação sustentáveis.

Também estão previstos também, para 2014, investimentos da ordem de R\$ 185 milhões com recursos do PAC Cidades Históricas em 44 cidades, de 20 Estados, em obras em imóveis e espaços públicos tombados. O Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados também vai ampliar seu alcance por meio do PAC Cidades Históricas, com previsão de investimento da ordem de R\$ 300 milhões.

f) Memória e Cidadania

Em 2013 buscou-se promover, divulgar e consolidar os museus, ampliar a visitação e diversificar o público por meio da realização de ações anuais permanentes de promoção e divulgação. Eventos como a 11ª Semana Nacional de Museus e a 7ª Primavera dos Museus promoveram 6.575 atividades em mais de 1,2 mil instituições e proporcionaram um aumento considerável na visitação aos museus.

Importante mencionar a publicação do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto de Museus, institui a declaração de interesse público de bens culturais e a da obrigatoriedade do Registro de Museus e do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados.

Destaca-se também o Projeto *Conhecendo Museus*, série televisiva de documentários sobre museus brasileiros exibidos na TV Brasil, cuja terceira temporada já está em elaboração.

Como ações preparativas para a Copa do Mundo FIFA 2014, 12 projetos na área de museus contaram com patrocínio de R\$ 20 milhões da Petrobras, contribuindo para a divulgação da cultura brasileira no maior evento de 2014.

Na relação de ações do PAC Cidades Históricas, prevista para os próximos três anos, 39 museus foram contemplados com obras de recuperação dos edifícios.

Para 2014, aguarda-se o lançamento da nova edição do Cadastro Nacional de Museus. Mais de 27 museus receberam, ou possuem recursos assegurados, para projetos e obras de requalificação arquitetônica e expográfica até 2014. Serão distribuídos, ainda, 119 prêmios de fomento à memória.





g) Fomento e Regulação da Indústria Audiovisual

Contando com recursos da ordem de R\$ 660 milhões, as ações do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) vêm consolidando o Fundo como a mais expressiva fonte de recursos na forma de investimentos retornáveis para o desenvolvimento do setor audiovisual.

Deste montante, R\$ 400 milhões destinaram-se aos editais das linhas de investimento do FSA, de produção de longas-metragens e obras seriadas para televisão. A operação conta com novos mecanismos, tais como uma linha direcionada a apoiar projetos de linguagem inovadora e relevância artística e outra destinada ao financiamento da produção de conteúdos independentes para as grades de programação dos canais de TV aberta e por assinatura (R\$ 30 milhões).

O FSA inaugurou, ainda, dois módulos de investimento. Um deles dirige-se ao desenvolvimento de projetos, roteiros e formatos e pretende estimular a criação de laboratórios regionais para projetos e núcleos de criação em empresas de todo o País. O segundo focaliza o desenvolvimento regional e, entre outras ações, propõe a suplementação de recursos pelo FSA para os editais de produção audiovisual lançados por governos estaduais e municipais.

O Programa Cinema Perto de Você investiu cerca de R\$ 133 milhões no financiamento da abertura de 190 novas salas de cinema e apoiou a modernização de mais de 1.150 salas por meio de incentivos fiscais. Mais de 230 novas salas de exibição comercial foram abertas em 2013, sendo 55 nas regiões Norte e Nordeste.

O público dos filmes brasileiros representou mais de 18% dos bilhetes vendidos em território nacional – resultado obtido pelas 127 obras nacionais lançadas no mercado de salas de exibição do País. Em 2013 mais de 27 milhões de espectadores foram aos cinemas assistir obras brasileiras.

Em 2013 entraram em vigência plena as obrigações de carregamento de conteúdo brasileiro por programadores e empacotadoras de TV paga, com a Ancine atuando para que fossem cumpridos o conjunto dos dispositivos da Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011, e seu regulamento.

Observou-se, no primeiro semestre de 2013, o crescimento substantivo da quantidade total de horas de conteúdos audiovisuais brasileiros veiculados nos canais de televisão por assinatura monitorados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine): o aumento foi de 301,5% em relação ao primeiro semestre de 2011 e de 248% em relação ao 1º semestre de 2012. O crescimento deve-se em grande parte à Lei nº 12.485, de 2011.

As receitas do FSA em 2013, advindas do recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), atingiu uma arrecadação bruta da ordem de R\$ 1 bilhão.

Para 2014, o lançamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Audiovisual (Prodav) tem como desafio a ampliação das linhas de financiamento ao setor, de forma a impulsionar o desenvolvimento de sua cadeia econômica, assegurando à sociedade o acesso a conteúdo audiovisual brasileiro representativo de sua diversidade cultural.

h) Criação e Difusão de Bens, Serviços e Expressões Artísticas

O Governo promoveu, em 2013, uma série de eventos para a realização do Ano do Brasil em Portugal e do Ano de Portugal no Brasil. Foram apoiadas 110 atrações artísticas naquele país, envolvendo apresentações de trupes e grupos musicais, possibilitando a divulgação da cultura brasileira no exterior.





Por sua vez, o Programa de Cultura do Trabalhador possibilitará a democratização do acesso aos bens e produtos culturais. Seu principal instrumento, o Vale-Cultura, foi regulamentado pelo Decreto nº 8.084, de 26 de agosto de 2013, e pela Instrução Normativa do MinC nº 02, de 04 de setembro de 2013. Tais normas norteiam o cadastramento das operadoras e das empresas beneficiárias e o acompanhamento dos cadastros das receptoras junto às operadoras, de forma que o Programa passe a funcionar em breve.

Dentre as iniciativas para aumentar a fruição e o acesso da população aos bens culturais, merecem destaque: o Prêmio de Concertos Didáticos, concedido a 40 projetos para apresentação de concertos em escolas públicas; a seleção de 187 bandas de música para recebimento de instrumentos de sopro; o Prêmio Música Brasileira, concedido a 55 projetos com a finalidade de proporcionar a difusão de atividades e produtos ligados à música e sua distribuição no País; o apoio ao XX Festivale – Festival de Teatro do Vale do Paranhana/RS; o apoio à realização do Fórum Cultural Olímpico, na cidade do Rio de Janeiro/RJ; e as novas instalações da Escola Nacional de Circo, entre outros eventos.

Por ocasião da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 foi realizada, nos espaços expositivos da Funarte Brasília, a Mostra Bola na Rede, com obras de 24 artistas incluindo pinturas, vídeo, fotografias, objetos, instalações e intervenções. O evento contribuiu para a difusão da arte brasileira junto ao público visitante e a instituições nacionais e internacionais.

i) Centros de Artes e Esportes Unificados

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) integram o Eixo Comunidade Cidadã do PAC 2. Os CEUs agregam num mesmo espaço físico programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Para tanto, o repasse disponibilizado pela União engloba a construção da edificação e os recursos necessários para equipá-la.

O Programa prioriza comunidades com déficit de equipamentos culturais ou esportivos, o funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social, o atendimento à população de baixa renda, os locais com alta densidade populacional e a complementaridade a obras de urbanização do PAC ou do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A gestão dos CEUs deverá ser realizada pelo ente federado de forma compartilhada com a comunidade, potencializando seu uso e sustentabilidade. Para isso, deverão ser desenvolvidos processos de mobilização social e capacitação em gestão ao longo do período de implantação dos CEUs. Em 2013, foram iniciadas 81 obras, que, somadas àquelas iniciadas em 2012, totalizam 262 CEUs em construção. Está prevista a conclusão de 300 unidades de CEUs em 2014 e mais 50 unidades em 2015.

9. Esporte

a) Esporte e Inclusão Social

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social. Beneficiou, em 2013, cerca de 4,5 milhões de pessoas em 3.969 núcleos e 25.171 escolas, em mais de 3,6 mil Municípios. Desse total, 4,1 milhões de escolares são atendidos no âmbito do Programa Mais Educação e mais 400 mil crianças e jovens são beneficiadas por parcerias com os Estados e Municípios. Para 2014, pretende-se ampliar em um milhão os beneficiados nas diversas formas de execução do PST.





O PST realizou parcerias, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas, para atender 68.550 beneficiados, em 490 núcleos que estão em processo de formalização junto às prefeituras e governos estaduais.

Em consonância com PST, o Programa Forças no Esporte (Profesp) conta com a infraestrutura das organizações militares para atender crianças e adolescentes de sete a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social. As 12 mil crianças atendidas pelo Programa participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho. O Profesp tem ainda apoiado e incentivado novos talentos revelados no esporte, especialmente no atletismo. Em 2014, objetiva-se elevar o número de beneficiários para 15 mil crianças, jovens e adolescentes atendidos, em todo território nacional.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), que objetiva garantir o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, beneficiou, em 2013, 34.600 jovens e adultos em 103 núcleos distribuídos nos Municípios de diversas regiões do Brasil.

O Programa Vida Saudável, que promove acesso a idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer, alcançou a marca de 33 núcleos para atendimento de 6,6 mil beneficiados, por meio de parcerias com Municípios e instituições federais de ensino superior. Também foram formalizados 66 núcleos do Pelc – Todas as Idades e quatro núcleos de Pelc – Comunidades Tradicionais, direcionados a indígenas e quilombolas, totalizando 2,8 mil beneficiados. Para 2014, pretende-se atender cerca de 60 mil pessoas, por meio de 150 parcerias, para a implementação de núcleos de Pelc – Todas as Idades, Pelc – Comunidades Tradicionais e Programa Vida Saudável.

Quanto às competições esportivas no âmbito escolar, vale destacar o apoio à realização do Calendário da Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) 2012/2013, com diversos eventos, como a Reunião Técnica do Conselho Sul-Americano do Esporte; Campeonatos Brasileiros Escolares de Basquete, Vôlei de Praia, Karatê, Futebol de Campo; Seminário do Desporto Escolar; Mundiais Escolares de Basquete, Natação, Tênis, Futebol de Campo, Orientação e Vôlei de Praia, envolvendo 2.694 atletas; Seletiva Nacional da Gymnasiade – Jogos Escolares Mundiais na cidade de Brasília/DF, com 2,5 mil atletas, e a realização do XIX Jogos Sul-Americanos Escolares 2013, com 194 atletas.

Também foram apoiadas as Competições dos Colégios Militares, com 1,8 mil participantes, a XIX Edição dos Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá/MT, em novembro de 2013, com 1,6 mil atletas indígenas nacionais e 32 representantes de etnias internacionais de 16 países. Quanto ao esporte universitário, foram apoiados eventos nacionais e internacionais como a participação da delegação brasileira na 27ª Universíade de Verão, realizada na cidade de Kazan (Rússia), com 455 participantes, e na 26ª Universíade de Inverno, na cidade de Tretina (Itália), com 15 participantes.

Para 2014, o grande desafio é avançar na estruturação no Sistema Esportivo Brasileiro, com impactos na estruturação, organização e realização dos eventos esportivos de caráter escolar e de participação.

No âmbito da ciência e tecnologia, em 2013, foi reestruturada a Rede Cedes – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, tendo sido mantidas 12 parcerias de pesquisas na área de política pública de esporte e lazer. Foram apoiados eventos científicos em parceria com a Universidade de Brasília, para a realização do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte, envolvendo cerca de três mil participantes, e o Seminário Nacional Rede Cedes, envolvendo cerca de 90 pesquisadores. Importante parceria também para financiamento de pesquisas foi estabelecida junto ao Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext), com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social em suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.





Para fomentar a produção acadêmica da área do esporte, foi estabelecida parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no valor de R\$ 18 milhões, com a finalidade de executar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do esporte em suas diferentes dimensões. Para o Edital foram apresentadas 489 propostas.

Em 2014, estão previstas ações voltadas a ampliar as parcerias com CNPq e a Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) para o investimento na manutenção de centros de desenvolvimento de pesquisas nas universidades e o desenvolvimento de metodologias de monitoramento e divulgação dos resultados das pesquisas.

b) Esporte de Alto Rendimento

O Governo Federal, junto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), assumiu o compromisso de obter, para 2016, a classificação do Brasil entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro. Em parceria com o COB, o CPB, confederações esportivas, clubes, universidades e outras instituições ligadas ao esporte de alto rendimento, o Governo vem trabalhando para atingir essa meta.

Dentre as iniciativas em andamento, destaca-se o Plano Brasil Medalhas 2016, lançado oficialmente em setembro de 2012. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as tem e garantir outras medalhas em novas modalidades. É importante salientar que o Plano Brasil Medalhas é um acréscimo ao que já é feito pelo Governo e pela iniciativa privada, com vistas a complementar a preparação de atletas e equipes com chances de pódio nos Jogos de 2016.

O Plano prevê investimento adicional de R\$ 1 bilhão para incrementar 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016. Dois terços desse montante serão provenientes do Orçamento Geral da União e um terço de patrocínio de empresas públicas federais – recursos adicionais aos que elas já aportavam nas diversas modalidades. Serão destinados R\$ 690 milhões para preparação de atletas e seleções e R\$ 310 milhões para construção, reforma e equipagem de 21 centros de treinamento olímpicos e um paraolímpico, para 15 modalidades.

O Plano Brasil Medalhas começou a ser executado no início de 2013, com a assinatura de contratos de empresas estatais com diversas modalidades. A Caixa Econômica Federal assinou contrato de patrocínio com as confederações de Atletismo, Lutas Associadas, Ciclismo e Ginástica e com o CPB. A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) ficou responsável por judô, taekwondô e boxe, o Banco do Brasil pelo apoio ao handebol, vela e vôlei (quadra e praia), os Correios assinaram contratos com as modalidades de handebol, desportos aquáticos e tênis e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) patrocina a canoagem. Além disso, o Plano também conta com recursos de convênios do Ministério do Esporte com diversas confederações e com o CPB. E há, ainda, contratos com governos municipais e estaduais para construção, reforma e operação de centros de treinamento, como o Centro Paraolímpico Brasileiro, em São Paulo, sendo construído em parceria com o governo do Estado; o Centro Pan-americano de Judô, em Lauro de Freitas, parceria com o governo baiano; e o Centro de Formação Olímpica do Nordeste, em Fortaleza, parceria com o governo estadual.

Os atletas das modalidades coletivas contempladas pelo Plano Brasil Medalhas recebem ajuda de custo por meio dos contratos com as empresas estatais, já os de modalidades individuais passaram a ser apoiados pelo Programa Atleta Pódio, que contém a Bolsa Atleta Pódio, nova categoria da Bolsa Atleta. Somando modalidades individuais e coletivas, serão cerca de 300 atletas recebendo apoio direto, além dos demais apoios para viagens, treinamentos, competições, contratação de técnicos e equipes multidisciplinares e compra de materiais e equipamentos. As modalidades não abarcadas pelo Plano continuam recebendo apoio do Governo Federal pelas formas tradicionais (convênios, Lei de Incentivo ao Esporte, Bolsa Atleta e estruturação de centros de treinamento, entre outras formas de suporte).





O Programa Bolsa Atleta, em vigor desde 2005, tem como prioridade o investimento em atletas de esportes de alto rendimento, com prioridade para modalidades que compõem os programas dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos, com objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País. No exercício 2013, foram contemplados 5.691 atletas de esportes olímpicos e paraolímpicos e 866 de esportes não olímpicos. Além da Bolsa Atleta tradicional, em 2013, iniciou-se a execução da nova categoria Bolsa Atleta Pódio, que teve 157 planos esportivos aprovados, com valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil. Esta bolsa, que integra o Programa Atleta Pódio e o Plano Brasil Medalhas 2016, está prevista na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, e se destina a atletas de modalidades individuais com chances de disputar medalhas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Cabe ressaltar que os atletas não incluídos na categoria Bolsa Pódio continuam recebendo a Bolsa Atleta, desde que se mantenham em treinamento e competição e alcancem bons resultados.

A Rede Nacional de Treinamento tem por objetivo organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede vai integrar centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade. Para isso, a Rede Nacional requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

A estruturação da Rede deu os primeiros passos em 2013, articulando projetos esportivos e instalações físicas já existentes em diversos locais, entre as quais as estruturas construídas para os Jogos Pan-americanos de 2007 no Complexo Esportivo de Deodoro, que abarcam cinco modalidades (hipismo, tiro esportivo, hóquei sobre grama, pentatlo moderno e judô), e o Centro Olímpico do Espírito Santo (Coes), parceria com o governo capixaba, que desenvolve atividades para 400 atletas de base e de ponta em sete modalidades (boxe, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, taekwondô e vôlei de praia).

c) Futebol

Em 2013, durante o período de realização da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, o Governo Federal realizou as seguintes ações: i) reeditou a Exposição do Cinquentenário da Copa do Mundo de 1962, em Brasília/DF; ii) promoveu a realização da Copa Libertadores de Futebol Feminino com a participação das delegações de Paraguai, Equador, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile e Peru, em Foz do Iguaçu/PR; iii) estabeleceu parceria com a CBDE visando à realização da I Copa Brasil de Futebol de Campo Feminino Sub-17, em Aracajú/SE; e iv) lançou o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, o primeiro em 11 anos, com a presença de 20 equipes de 15 unidades da Federação.

Em relação à Defesa dos Direitos do Torcedor, foi dada continuidade ao projeto de classificação de estádios de futebol, incluindo 297 novos estádios, visando à identificação das melhorias necessárias à adequação desses estádios aos padrões de aceitabilidade nos aspectos de segurança, conforto, higiene e acessibilidade. Ressalta-se também a realização do Seminário Sul-Americano de Combate à Violência nos Eventos de Futebol, em São Paulo/SP, e 2º Seminário Norte Nordeste das Torcidas Organizadas, em Recife/PE.

Para 2014, pretende-se promover estudo sobre o Futebol Feminino, que servirá de subsídio para a implementação de políticas públicas de fortalecimento do futebol feminino brasileiro. Também serão realizados os seguintes eventos: Copa Brasil Escolar Sub-17 de Futebol Feminino; Estaduais Escolares Sub-17 de Futebol Feminino nas 27 unidades da Federação; Copa Brasil Escolar Universitária e Copa Libertadores de Futebol Feminino. Pretende-se também elaborar e editar norma para estádios de futebol, contendo os parâmetros necessários ao cumprimento das determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor, bem como manual de melhores práticas relacionadas à fiscalização e controle das ações e procedimentos de fiscalização do cumprimento do Estatuto do Torcedor.





d) Infraestrutura Esportiva

O investimento do Governo Federal em infraestrutura esportiva, em 2013, foi de R\$ 1,5 bilhão, aplicados na modernização, ampliação e construção de espaços destinados à prática de esporte, em mais de 1,5 mil Municípios. Para equipamentos na área de esporte educacional e de lazer, foram destinados R\$ 701,5 milhões do referido montante. Foram investidos R\$ 423 milhões para modernização da infraestrutura qualificada à prática do esporte de alto rendimento, com vistas à preparação de atletas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. E, ainda, foram destinados R\$ 124,7 milhões para a melhoria de Centros de Treinamentos para Seleções localizados em áreas públicas.

e) Lei de Incentivo ao Esporte

Em 2013, no âmbito da diversificação e ampliação das iniciativas de divulgação da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, foi criada a iniciativa Café com Incentivo, destinada a troca de experiências entre atletas famosos, proponentes e equipe técnica, que busca aproximar e fortalecer a relação entre o poder público e a sociedade civil organizada para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Nesse ano, foi realizada a 4ª edição do Prêmio Empresário Amigo do Esporte, voltada ao reconhecimento dos apoiadores de projetos esportivos, que contribuíram para desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional nas suas diversas modalidades e manifestações esportivas. As edições de 2010 a 2013 colaboraram para o incremento das doações e patrocínios, indistintamente, a projetos esportivos e paraesportivos, fundamentais para o fomento do esporte no País. A captação foi de R\$ 210,4 milhões, de um montante de R\$ 707,3 milhões autorizados.

Outra iniciativa foi a contratação de peritos pareceristas, com a intenção de enfrentar o passivo de projetos de primeira análise e de prestação de contas final, reforçando a equipe responsável no Ministério do Esporte. Em 2013 foram apresentados 1.619 projetos esportivos, sendo que 858 foram avaliados em primeira análise e 510 aprovados para publicação. Foi iniciada a execução de 285 projetos, correspondentes a R\$ 202,2 milhões investidos em 19 unidades da Federação. Em 2014, será desenvolvido um novo sistema de informação da Lei de Incentivo ao Esporte que facilitará o acompanhamento dos projetos, aprofundando o aumento da transparência e reforço da segurança da informação.

10. Grandes Eventos Esportivos

a) Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014

Um importante desafio do Governo, em 2013, foi a preparação e a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. O sucesso desse evento deveu-se em grande parte ao trabalho integrado das três esferas governamentais em todas as cidades-sede, com destaque para a coordenação das ações, no nível federal, por parte do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa). As ações foram além daquelas estruturais do primeiro ciclo de planejamento e incluíram também avanços nas áreas de telecomunicações e tecnologias da informação, turismo, segurança, promoção e comunicação, saúde, energia e cultura, bem como a preparação das estruturas temporárias demandadas para a realização do evento.

O Governo Federal deu continuidade, em 2013, aos investimentos públicos que viabilizarão a infraestrutura, serviços e operações essenciais para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, referentes aos três ciclos de planejamento das ações prioritárias para o evento, incorporadas à Matriz de Responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal. Também foram promovidas diversas atividades e iniciativas visando à aceleração, integração e consolidação de ações de curto e médio prazo que comporão os legados econômico, urbano, esportivo, de infraestrutura, de direitos de cidadania, educacional, sociocultural e ambiental da Copa do Mundo FIFA 2014 no País.





Em 2013, seis estádios foram entregues para a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. Em Brasília/DF, o Estádio Nacional; em Belo Horizonte/MG, o Estádio Mineirão; em Fortaleza/CE, a Arena Castelão; em Recife/PE, a Arena Pernambuco; no Rio de Janeiro/RJ, o Estádio Maracanã e, em Salvador/BA, a Arena Fonte Nova. Juntos, eles receberam 804 mil pessoas, nesse que é considerado um evento teste para a Copa do Mundo FIFA 2014. De acordo com a pesquisa do Ministério do Turismo e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), 93,3% dos torcedores aprovaram a qualidade e o conforto nessas arenas. As obras dos estádios das cidades-sede de Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Manaus/AM, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP tiveram grandes avanços em 2013 com conclusão prevista para o início de 2014. A Arena das Dunas, em Natal/RN foi inaugurada em 22 de dezembro de 2014.

No contexto do legado, iniciou-se o processo de inventário junto aos entes governamentais envolvidos. Foi adotada a seguinte definição de legado: as estruturas e resultados produzidos, direta ou indiretamente, pela realização de grandes eventos esportivos, em nível nacional e regional, tangíveis ou intangíveis, planejados ou não, que transformam de forma positiva e duradoura a sociedade que os sedia. O processo de inventariação do legado também permanecerá ativo após o evento, de forma a permitir a aferição dos resultados gerados ao País.

Um Grupo de Trabalho monitora os Planos Operacionais de Mobilidade desenvolvidos pelas 12 cidades-sede. Esses planos, avaliados em seis localidades durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, apresentaram resultados positivos referentes ao uso do transporte coletivo como principal meio de locomoção e indicaram pontos a serem aprimorados para a Copa do Mundo FIFA 2014. Durante o Mundial, os planos serão implementados de modo a oferecer aos espectadores locais e turistas deslocamento por transporte coletivo seguro e confiável.

As obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, que utilizam exclusivamente recursos de financiamento, resultarão em novos sistemas de transporte coletivos, sistemas viários e equipamentos com benefícios à população. Em 2013, essas obras passaram a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2013, foi concluída a primeira obra de mobilidade na cidade de Belo Horizonte/MG – empreendimento denominado Boulevard Arrudas / Tereza Cristina – que requalificou o espaço viário com obras estruturais, viárias e urbanísticas. A cobertura do rio, com estrutura em concreto armado, além do viaduto de transposição da linha férrea, possibilitou a implantação de um sistema viário que melhorou a mobilidade urbana facilitando a integração do oeste da Região Metropolitana ao Centro. Ainda em Belo Horizonte, outros quatro empreendimentos estão com execução superior a 80%, incluindo a implantação de BRTs (*Bus Rapid Transits*) e adequações de vias arteriais de grande capacidade e abrangência metropolitana.

Um empreendimento em Fortaleza/CE, o BRT Av. Alberto Craveiro, que liga o Corredor Raul Barbosa ao estádio, ultrapassou 90% de execução. Também em Fortaleza, a implantação do BRT Av. Paulino Rocha e duas novas estações do metrô ultrapassam 55% de execução.

No Rio de Janeiro/RJ, o BRT TransCarioca está com mais de 80% de execução e, quando concluído, irá interligar bairros do subúrbio carioca, desde a Barra da Tijuca até o aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, passando por Barra da Tijuca, Curicica, Ilha do Governador, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Penha, Olaria e Ramos. Este será o primeiro corredor de alta capacidade a cortar transversalmente a cidade.

Em Recife/PE, os cinco empreendimentos previstos estão com execução superior a 60%, dos quais dois BRTs e um corredor ultrapassam 60% realizados.





Na cidade de Curitiba/PR, vêm sendo implementados sete empreendimentos, entre eles um corredor ligando o aeroporto à Rodoferroviária, a modernização do sistema de controle e monitoramento de tráfego, o BRT, a requalificação do Terminal Santa Cândida e as obras nas Vias de Integração Radial Metropolitanas, para facilitar o acesso ao centro da cidade.

Em Cuiabá/MT, o Corredor Mario Andreazza apresenta execução de aproximadamente 85%. Em Brasília/DF, as obras de ampliação do acesso ao aeroporto encontram-se com 70% de execução.

No que se refere às telecomunicações, foi implantado, durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, *backbone* nacional de fibras ópticas. Mais de dois mil km de redes metropolitanas atenderam as demandas do evento, que alcançou audiência de mais de 60 milhões de telespectadores. As seis cidades-sede foram conectadas por infraestrutura com capacidade de transmissão de dados de 30 Gbps, permitindo transmissão de imagens em altíssima definição. Essa infraestrutura permanecerá como legado para as cidades-sede com abrangência nos Municípios localizados próximos a elas. A oferta de telefonia móvel sobre a faixa de 2,5 GHz para a utilização de tecnologias de quarta geração (4G) também entrou em plena operação e foi expandida para as 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Em novembro de 2013 o serviço já estava presente em 93 Municípios, possuindo mais de 920 mil assinantes.

Para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, as 12 cidades-sede estarão conectadas por uma infraestrutura de telecomunicações mais complexa e robusta, para atender as demandas de qualidade do evento. Essa suportará a transmissão das imagens dos jogos até o ponto central da FIFA, de onde serão distribuídas para um público previsto de metade da população mundial. Os compromissos de expansão da telefonia móvel 4G permitirão a plena operação deste serviço nas 12 cidades-sede, bem como em todas as capitais e Municípios com mais de 500 mil habitantes até maio de 2014. Destaca-se que, nos 12 estádios, haverá investimentos privados de aproximadamente R\$ 200 milhões para a implantação da infraestrutura necessária aos serviços de telefonia móvel e banda larga.

Em maio de 2013 foi instituído o plano operacional com as medidas de segurança a serem adotadas pelo setor elétrico para prover maior segurança elétrica às seis cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. Com o foco em garantir o suprimento de energia elétrica às 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o Grupo de Trabalho (GT Copa 2014) vem acompanhando as obras de transmissão e distribuição definidas. Das 142 obras de distribuição previstas para reforçar o suprimento de energia elétrica às 12 cidades-sede mais de 80 já se encontram concluídas. Até maio de 2014, está prevista a conclusão das demais obras e do plano operacional com as medidas de segurança a serem adotadas pelo setor durante o evento.

Para permitir maior fluxo de turistas, o Governo Federal vem realizando investimentos nos terminais de passageiros nos portos de Recife/PE, Natal/RN, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Santos/SP e Manaus/AM.

Também a infraestrutura aeroportuária vem sendo modernizada. O Projeto *Eficiência nos Aeroportos* gerou benefícios em 2012 aos clientes dos aeroportos de Fortaleza/CE; Confinos em Belo Horizonte/MG; Santos Dumont e Galeão no Rio de Janeiro/RJ; Guarulhos e Congonhas em São Paulo/SP. Em 2013 foram contemplados os aeroportos de Recife/PE, Salvador/BA e Porto Alegre/RS com resultados indicando que os percentuais de redução de tempo de processamento dos atos necessários para o fluxo dos passageiros, foram, respectivamente, de 14,89%, 33,17% e 9,64%. Em outubro de 2013 iniciou-se a implementação no Aeroporto de Curitiba/PR. Os Aeroportos de Manaus/AM e Cuiabá/MT serão contemplados no início de 2014. Com isso, todos os aeroportos das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 contarão com as melhorias obtidas com a implantação do Projeto. Também para a melhoria do desempenho da gestão aeroportuária estão sendo coletadas informações que objetivam avaliar 41 indicadores, de acordo com a percepção do passageiro em 15 aeroportos relacionados às cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Foi ainda publicado, no âmbito da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (Conaero), o Manual de Planejamento do setor de aviação civil para a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 de modo a harmonizar as ações dos agentes envolvidos nos aeroportos.





Na área da saúde pública, o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs) vem atuando nos processos de detecção, monitoramento e avaliação das situações de riscos e emergências em saúde pública nos locais dos grandes eventos. Em 2014, serão adotadas medidas com foco nos requisitos sanitários dos serviços de alimentação e de saúde oferecidos ao público, destacando-se a coordenação, apoio técnico e acompanhamento das ações de vigilância sanitária nas cidades-sede, além da capacitação intensificada dos profissionais que trabalham na detecção e resposta a eventos de interesse em saúde pública em portos, aeroportos e fronteiras.

Com relação à segurança, foram empregados mais de 6.054 policiais integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, além dos policiais civis e militares dos Estados e do Distrito Federal que somaram 40.893 na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude. Cabe ainda ressaltar a elaboração do manual de atuação do controle de armas em grandes eventos e o cadastramento biométrico dos vigilantes que trabalharam nos estádios.

Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs) das 12 cidades-sede estarão em funcionamento na Copa do Mundo FIFA 2014. Com operação integrada, os Centros comporão o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), que acompanhará e coordenará em tempo real todos os acontecimentos relativos à segurança dos jogos. O SICC permite que as decisões sejam tomadas mediante a utilização de informações centralizadas fornecidas pelos distintos órgãos envolvidos com a segurança pública.

b) Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos 2016

O cenário olímpico e paraolímpico nacional passa atualmente por uma de suas fases de maior importância na história: o Ciclo Rio 2016, que se encerra com a realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro (RJ).

Conforme compromisso assumido com o Comitê Olímpico Internacional (COI) à época da candidatura da cidade do Rio de Janeiro, caberia ao Governo Federal, entre outras tarefas, o financiamento da construção e ampliação de todas as instalações esportivas dos parques olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro para os Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos Rio 2016. Porém, a prefeitura do Rio de Janeiro viabilizou parte das obras da Barra da Tijuca por meio de Parceria Público-Privada (PPP) reduzindo o montante de recursos que seria aportado pelo Governo Federal. Dessa forma, no caso das obras da Barra, restou ao ente federal financiar quatro instalações: Centro de Tênis, Velódromo, Arena de Handebol e Centro de Esportes Aquáticos. O valor estimado para as quatro instalações é de aproximadamente R\$ 641 milhões. Outras obras para os Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos Rio 2016 na Barra da Tijuca estão em andamento, como o Centro Principal de Imprensa (MPC), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a Vila dos Atletas e três pavilhões esportivos.

No parque olímpico de Deodoro foi realizada a licitação do projeto conceitual de todas as instalações esportivas e as obras estão previstas para começar em 2014. Ali serão realizadas competições de 11 modalidades olímpicas e quatro paraolímpicas. As instalações construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007, como o Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, o Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes e a piscina do pentatlo moderno passarão por adequações para sua utilização nos Jogos Olímpicos. Três novas instalações permanentes serão construídas: a Arena Deodoro (esgrima e basquete), a pista de BMX e o circuito de canoagem *slalom*. Os campos de hóquei sobre grama serão substituídos, em atendimento aos requisitos da Federação Internacional da modalidade. O circuito de *mountain bike* e a arena de pentatlo moderno (hipismo, corrida e tiro) e rúgbi serão temporários. Todas as instalações de Deodoro e da Barra vão compor o futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT) para atletas de alto rendimento, principal legado esportivo dos Jogos para a cidade e o País.





Em 10 de dezembro de 2013, o Ministério do Esporte anunciou a lista de 163 Municípios selecionados para receber 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) em todos os Estados e no Distrito Federal. O CIE integra o PAC 2, com orçamento de R\$ 967 milhões para as 285 unidades, e compõe o legado dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Os Centros farão parte da Rede Nacional de Treinamento, na base da estrutura, e se destinam à descoberta de talentos.

11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica

Lançado em 2003 com o objetivo de levar o acesso à energia elétrica ao meio rural, o Programa Luz para Todos (LpT) beneficiou 15 milhões de brasileiros do meio rural com mais de três milhões de ligações e investimentos que ultrapassam R\$ 22 bilhões em dez anos. Das 257.602 famílias sem energia elétrica que se encontravam em situação de extrema pobreza, identificadas no Censo 2010, 159.143, ou seja, cerca de 62%, foram atendidas.

Para o ano de 2014, a expectativa é que o LpT execute 261 mil novas ligações e proporcione o acesso gratuito à eletricidade a mais de um milhão de moradores rurais. No âmbito do PAC2, considerando o período de 2011 a 2014, de um total previsto de 716 mil, o LpT atendeu até dezembro de 2013 a 455 mil famílias rurais.

Desde o seu início até 2013, as obras do LpT geraram cerca de 466 mil postos de trabalho, diretos e indiretos, assim como a utilização de 7,8 milhões de postes, 1,1 milhão de transformadores e 1,5 milhão de km de cabos elétricos. Para atender comunidades isoladas, principalmente na região amazônica, foram utilizadas tecnologias inovadoras como 88 mil metros de cabos subaquáticos e 37 mil postes de fibra de vidro.

O acesso à energia elétrica tem proporcionado melhora significativa nas condições de vida da população permitindo a fixação do homem no campo, o funcionamento de escolas no período noturno, a utilização de irrigação para agricultura, além da possibilidade de utilização de eletrodomésticos. Em pesquisa realizada em 2013, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), constatou-se que 81,1% dos atendidos pelo LpT adquiriram aparelhos de TV, 78% compraram geladeira, 62,3% passaram a utilizar celulares e 24,9% fazem uso de bomba d'água, facilitando a rotina diária dos habitantes do meio rural.

Também a Tarifa Social de Energia Elétrica, regulamentada pelo Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, ao final de setembro de 2013, beneficiava mais de 12,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Brasil.

12. Inclusão Digital

As iniciativas na área de inclusão digital, por parte do Governo Federal, visam garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e segmentos excluídos.

a) Cidades Digitais

A implantação do Cidades Digitais, criado em 2011, busca a modernização da gestão municipal e o desenvolvimento local por meio de uma rede de telecomunicações. As seguintes ações vêm sendo desenvolvidas: i) instalação de rede de fibra ótica e de pontos de conexão à Internet em órgãos e equipamentos de uso público; ii) instalação de aplicativos e capacitação de servidores, com o objetivo de melhorar a gestão municipal; e iii) atendimento aos cidadãos das cidades selecionadas. A primeira chamada pública de Municípios foi realizada em 2012, a partir da qual foram selecionadas propostas de 80 cidades. A implantação da infraestrutura contratada deverá ser entregue em meados de 2014.





No início de 2013, foi instituída a segunda chamada pública para o processo de habilitação e seleção de novas propostas para implantação de Cidades Digitais. Foram inscritas 1.905 propostas, apresentadas por um total de 1,9 mil Municípios e o Distrito Federal. Após análise, foram selecionadas 262 propostas de Municípios com até 50 mil habitantes e com baixa densidade de acesso à banda larga. A meta é alcançar 342 Municípios com investimentos da ordem de R\$ 245 milhões até o final de 2014, beneficiando 10,1 milhões de pessoas.

b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão

Foram mantidos, em 2013, por meio de contratos com operadoras, no âmbito do Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac), 13 mil pontos de presença para acesso à Internet, os quais se encontram disponibilizados em espaços de uso público, que incluem escolas e Telecentros, localizados preferencialmente em áreas remotas, além de postos de fronteira das forças armadas, atendendo aos interesses estratégicos e de segurança do País e disponibilizando 53 conexões à Internet para comunidades quilombolas. Em face do encerramento dos contratos firmados com as operadoras que fornecem esse serviço, foi realizada nova licitação para contratação de 21 mil conexões, que se destinarão a escolas, postos de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), prefeituras, postos de fronteira, reservas ambientais, terras indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos entre outros, bem como, a 13 mil Unidades Básicas de Saúde, tendo em vista uma parceria firmada com o Ministério da Saúde.

c) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação

Foi realizada chamada pública de universidades para desenvolvimento de projetos de extensão com foco na juventude rural, objetivando a criação de estímulos para permanência do jovem no campo. Com isso, vêm sendo desenvolvidas atividades de formação envolvendo comunidades de agricultores familiares em 12 Estados; 45 assentamentos da reforma agrária de 13 Estados; e comunidades indígenas das etnias Guarani, Pataxó, Macuxi, Aticum, Piratapua, Potiguara e Fulni-ô, localizadas em sete Estados.

O Projeto Inclusão Digital para a Juventude Rural capacitou, no total, 840 jovens em quatro Estados para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Também foram implementados projetos em parceria com universidades federais para inclusão digital de cerca de dez mil jovens residentes em comunidades rurais.

As ações de Telecentros buscam cumprir os acordos firmados e repactuar outros, de modo a garantir o funcionamento dos espaços de acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet, disponíveis para diversos usos dentro de uma concepção que compreende: i) instalação de equipamentos e aplicativos; ii) fornecimento de conexão; e iii) capacitação de usuários potenciais desses espaços públicos de acesso à Internet. Tendo como base essa perspectiva foram requalificados, implantados e apoiados com capacitação e conexão um total de 7,3 mil Telecentros em parceria com prefeituras, organizações privadas sem fins lucrativos e órgãos do Governo Federal.

d) Redes Digitais da Cidadania

As Redes Digitais de Cidadania consistem em atividades de extensão e pesquisa em parceria com as fundações estaduais de amparo à pesquisa de oito unidades da Federação para apoio a projetos de inclusão digital com foco em: i) capacitação de técnicos e gestores municipais no uso das TIC; ii) uso das TIC para o trabalho, emprego e renda; iii) TIC direcionadas para a preservação, promoção e acesso à cultura; iv) TIC direcionadas à gestão e comercialização da produção na agricultura familiar; v) qualificação do uso das TIC nos espaços públicos de uso da Internet; e vi) capacitação de micro e pequenos empresários no uso das TIC.





Esse conjunto de ações voltadas para atividades de extensão e pesquisa acadêmica têm caráter piloto e o objetivo é possibilitar a capacitação de um público estimado de dez mil pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, e coletar informações e subsídios sobre o impacto das TICs para a melhoria de vida desses grupos populacionais. A partir do material produzido e consolidado, tem-se como objetivo formular uma política sustentável, de longo prazo, para a inclusão digital com foco na formação em larga de escala da parcela da população que, na ausência do Estado, tende a ficar excluída das possibilidades abertas pelas TIC que se renovam a cada dia, em ritmo acelerado.

13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça

a) Segurança Pública

Um importante avanço no ano de 2013 foi a publicação do Decreto nº 8.075, de 14 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, pela qual foi instituído Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). Em 2013 houve também o lançamento do *site* Sinesp, que permite a consulta pública a dados estatísticos sobre a criminalidade no País, e do aplicativo para *smartphone* Sinesp Cidadão, que possibilita a realização de consultas de dados de veículos nacionais por todos os cidadãos. Para 2014 está prevista a ampliação dos serviços disponibilizados no *Site* Sinesp e o desenvolvimento de um sistema informatizado para registro dos procedimentos policiais, bem como o lançamento do Portal Sinesp, com informações detalhadas e atualizadas em tempo real, voltado para o uso dos profissionais de segurança pública de todo o País.

Objetivando dar sequência às ações de segurança pública nas regiões fronteiriças, em 2013 foram celebrados 11 convênios para estruturação de sistemas de videomonitoramento, com a previsão de instalação de 624 câmeras fixas abrangendo 75 Municípios. Existem hoje em funcionamento na região 74 Núcleos de Inteligência e 73 Gabinetes de Gestão Integrada Municipais. Os dados enviados pelos Estados fronteiriços e consolidados até o mês de outubro de 2013 indicam que foram realizadas 2.901 operações integradas; apreendidos 87.532 kg de drogas ilícitas e 5.891 armas de fogo; lavrados 23.867 autos de prisão em flagrante; elaborados 28.014 laudos periciais; feita a abordagem de 2.846.254 pessoas e de 1.866.471 veículos; e instaurados 120.108 inquéritos policiais. A fim de acompanhar a implementação dessa política estratégica, foram visitados os 184 Municípios prioritários do Programa Enafron e capacitados 913 profissionais de segurança pública que atuam na região.

Para 2014, com a implementação do sistema de radiocomunicação digital será possível a integração entre os órgãos estaduais de fronteira e os órgãos federais atuantes região. Também será realizada a aquisição direta de cerca de 14 mil coletes balísticos, 7.939 pistolas .40 e 22 escâneres veiculares. Reforçadas também as ações integradas de capacitação, monitoramento e avaliação da estratégia. Está prevista ainda, uma pesquisa sobre segurança pública na região de fronteira.

O Programa de redução da criminalidade violenta, denominado Brasil Mais Seguro, foi instituído em junho de 2012. Nesses 16 meses de execução do Programa, o Estado de Alagoas registrou redução de 13% nos índices de homicídios; na capital, Maceió essa redução foi de 21%. Em 2013 o Programa foi expandido para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Goiás, para apoiar ações para melhoria da investigação dos homicídios, reaparelhamento das agências centrais de inteligência policial, com indução de criação de núcleos regionais ou descentralizados de inteligência policial e para capacitação profissional.

Juntamente com tais pactuações, ocorreram investimentos por meio de repasse de recursos, via convênio, para todos os Estados, voltados para aparelhamento das instituições da Perícia Forense e também para estruturação ou melhoria das delegacias de homicídios. Houve também investimentos na capacitação dos profissionais de segurança pública envolvidos no processo de produção da prova técnica e em polícia comunitária, e na elaboração e publicação de manuais técnicos que contenham procedimentos operacionais padronizados e normativas técnicas para a melhoria da investigação policial.





Estão previstas doações de diferentes equipamentos tecnológicos para todas as unidades da Federação, com previsão de investimento federal de mais de R\$ 480 milhões para 2014. Em 2013, os recursos empenhados no Programa superaram R\$ 258 milhões.

No âmbito das atividades de capacitação continuada, foram capacitados em 2013 aproximadamente 100 mil profissionais de segurança, em ações desenvolvidas presencialmente e a distância, voltadas essencialmente para qualificação na atividade investigativa, aprimoramento da segurança nas fronteiras, direitos humanos e uso diferenciado da força. Foram desenvolvidas pesquisas voltadas para a atualização das informações sobre as instituições de segurança, sendo inédita a elaboração de um primeiro diagnóstico da atividade de perícia criminal no País, e também estudos avaliativos de projetos de segurança desenvolvidos pelo Governo Federal.

Ao longo do exercício de 2013, a Força Nacional de Segurança Pública atuou em 21 unidades da Federação desenvolvendo operações ambientais; de proteção em áreas indígenas; de proteção a testemunhas; de apoio a operações aéreas; em situações de crise no sistema penitenciário; e no apoio aos órgãos estaduais, distritais e federais de segurança pública por ocasião da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Jornada Mundial da Juventude.

Em 2013 foram treinados 1.061 profissionais de segurança pública, entre policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e peritos para atuação na Força Nacional, sempre dentro dos preceitos recomendados pela Organização das Nações Unidas.

Também são desenvolvidas e apoiadas diversas ações de prevenção à violência e à criminalidade que se relacionam com outras políticas públicas intersetoriais, tais como as temáticas de enfrentamento à violência contra a mulher, crianças e adolescentes; população em situação de rua; população de LGBT (Lésbicas, *Gays*, Travestis, Transexuais e Transgêneros); e negros.

Nas atividades de segurança privada, destaca-se a regulamentação da fiscalização; a atualização dos cadastros de estoque de armas de fogo dos revendedores autorizados e o desenvolvimento do sistema Gestão Eletrônica de Segurança Privada (Gesp). Em 2014, espera-se a finalização do Programa Hórus, voltado para a elaboração de retrato falado de criminosos em alta definição.

Na área de investigação e combate ao crime organizado, vem sendo reprimidas todas as formas de desvios de recursos públicos, crimes previdenciários e cibernéticos e fraudes bancárias, tendo sido deflagradas, no período, aproximadamente 65 operações policiais de repressão a esses delitos, envolvendo mais R\$ 400 milhões.

Na área de inteligência da Polícia Federal, em 2013 a ferramenta Sinapse, que provê integração dos processos de busca e investigação nos Bancos de Dados da Polícia Federal, foi aprimorada com a inclusão de novos bancos de dados. O Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (Sisvant), que provê vigilância e monitoramento de alvos e ações da Polícia Federal, tais como tráfico de drogas, apreensões, patrulhamento de fronteiras e cobertura de grandes eventos, passou a operar de forma ininterrupta, com a assinatura do contrato de manutenção, tendo sido realizadas diversas operações, sobretudo em regiões de fronteira. Houve também relevante atuação na área de inteligência estratégica, antiterrorismo e contrainteligência policial por ocasião dos grandes eventos, principalmente em parceria com agências internacionais.

Na área técnico-científica, em 2013 houve significantes avanços na implantação de Banco de Dados de Perfis Genéticos, em especial o de pessoas condenadas e o de crianças desaparecidas; no aperfeiçoamento do Sistema de Movimentação e Transmissão de Dados Bancários (Simba) e no processo de acreditação dos laboratórios de Genética Forense e de Química Forense da perícia criminal. Houve a ampliação das atividades relacionadas à cooperação técnica, com a renovação do Projeto Brasil-Bolívia, que prevê apoio técnico ao sistema de controle integrado de redução de cultivos de cocaína. Cabe destacar a aquisição de diversos equipamentos de última geração para uso em situações com suspeitas de bombas e explosivos, visando





à atuação do Governo nos grandes eventos. Em 2014, espera-se a conclusão da obra de reforma e ampliação do Instituto Nacional de Criminalística (INC), que será o maior centro de difusão de ciências forenses do País e que irá abrigar o futuro Banco Nacional de Dados de Bombas e Explosivos.

O Registro de Identificação Civil (RIC), projeto iniciado em 2012, foi desenvolvido a fim de disponibilizar aos cidadãos documento de identidade dotado da segurança necessária para o pleno exercício da cidadania, evitando assim o uso ilegal de seus dados pessoais para a prática de crimes diversos. Além disso, o novo Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil objetiva facilitar a identificação de pessoas desaparecidas, de vítimas do tráfico de seres humanos e de vítimas de acidentes de grandes proporções. Em 2014, prevê-se a definição de procedimentos de coleta de dados biográficos e biométricos pelos institutos de identificação do País, o que contribuirá para a futura uniformização dos dados de identificação civil. Também se pretende concentrar esforços para avançar na integração de cadastros de cidadãos em bases de dados federais.

b) Segurança nas Rodovias

O Plano Nacional de Enfrentamento a Violência no Trânsito alinhado à Década de Redução de Acidentes da ONU (2010-2020) tem por objetivo reduzir os índices de morbimortalidade (mortes por pessoas acidentadas) nas rodovias federais. Os esforços do Governo Federal em alterar a legislação de trânsito (Lei Seca), somados ao aumento das ações de fiscalização proporcionaram, em 2013, uma redução de 6,4% na quantidade de acidentes em relação à frota de veículos nacional; de 8,3% em relação aos feridos e de 10,1% na quantidade de mortos, além de uma ampliação de 7% nas prisões por crime de trânsito. Foram realizados 1.523.334 testes de alcoolemia, o que corresponde a um aumento de 135% em relação à quantidade realizada em 2012.

Entre as principais ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Plano em 2013, que terão continuidade em 2014, destacam-se: i) a operação Rodovida que consiste na intensificação de fiscalização integrada com Estados e Municípios em trechos críticos e nos períodos de maior ocorrência de acidentes; ii) curso de técnicas de policiamento e fiscalização de transporte terrestre, curso de perícias de acidentes, especialização de gestores regionais, curso de atendimento pré-hospitalar e curso de atualização em emergência para helicóptero *Bell 407*; iii) ações e campanhas voltadas à educação de trânsito; iv) implantação de rádio digital, sistema de geoprocessamento, sistema de educação a distância; e v) aquisição de viaturas, radares, etilômetros e coletes balísticos.

Em 2013 as atividades de policiamento nas rodovias federais resultaram na apreensão de cinco toneladas de cocaína e 107,7 toneladas de maconha. Foram detidas 28.759 pessoas e apreendidas 1.431 armas de fogo, além de 4.162 veículos roubados que foram recuperados. Nas operações de enfrentamento aos crimes ambientais, foram recuperados 8.740 animais silvestres e apreendidos mais de 100.425 m³ de madeira. Em relação à exploração de crianças e adolescentes, destaca-se o encaminhamento de 484 vítimas de crimes aos conselhos tutelares ou delegacias.

Em 2013 ocorreu o ingresso de 692 novos policiais, totalizando 10.131 servidores, o que possibilitou o reforço de segurança nas regiões de fronteiras. Os policiais lotados nestas regiões contribuirão diretamente para o aumento da capacidade de fiscalização, propiciando maior efetividade no combate ao tráfico de armas e drogas, contrabando e descaminho, aos crimes ambientais e tráfico de pessoas, que são característicos destas regiões. Em 2013, também houve a nomeação de 71 servidores administrativos.

Já estão em fase de instalação 24 pontos de monitoramento do Sistema Alerta Brasil, que permite a realização da fiscalização eletrônica de veículos e a consulta automática de dados junto aos sistemas do Governo. Como parte do projeto de Sistemas Móveis, estão sendo adquiridos dispositivos *smartphones*, com o propósito de melhorar a comunicação entre os policiais e permitir o acesso aos bancos de dados de segurança pública, tornando mais célere o processo de consulta de veículos e o preenchimento de notificações de infração.





c) Sistema Penitenciário Brasileiro

Em 2013 deu-se continuidade ao projeto de melhoria do sistema penitenciário brasileiro por meio das ações do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, lançado em novembro de 2011.

No que concerne ao incremento de vagas nos sistemas prisionais estaduais, foi contratada com 11 unidades da Federação, em 2013, a construção de 21.505 novas vagas, com estimativa de entrega até o final de 2014. Com os contratos de repasse firmados pela União as unidades da Federação deverão concluir os projetos executivos e realizar a licitação das obras. Também foram doados 215 veículos tipo furgão-cela a todas as unidades da Federação para o correto transporte de presos.

Foi desenvolvido o Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), em cumprimento às disposições da Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, sobre o acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. Trata-se de sistema informatizado destinado ao acompanhamento da execução penal, que enviará avisos eletrônicos aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, advogados e diretores de estabelecimentos prisionais, informando dos prazos previstos para o término da pena, progressão de regime, livramento condicional e demais benefícios penais. Em janeiro de 2014, o sistema entrará em operação em projeto-piloto com 12 Estados.

Já na área de reintegração social do preso, foi realizado em 2013 o aparelhamento de três Estados (Amapá, Rio de Janeiro e Roraima) com centros de referência de assistência à saúde materno-infantil em estabelecimentos penais e foram firmados quatro novos instrumentos com os Estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Amazonas para atender ao programa de capacitação profissional e implementação de oficinas permanentes (Procap). Além disso, houve a pactuação entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde da nova Política de Atenção Integral à Saúde às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), incluindo a população carcerária no Sistema Único de Saúde.

Parceria com o Ministério da Educação matriculou 18.566 presos nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Além disso, o Projovem Urbano foi expandido ao público prisional, com adesão dos Estados do Acre, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Norte e meta de formação de 700 presos.

No que diz respeito à capacitação dos servidores em exercício nas áreas penais, com a criação da Escola Nacional de Serviços Penais (Espen), foi possível firmar parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a fim de oferecer o I Curso de Especialização em Gestão em Saúde no Sistema Prisional, no qual serão formados 500 servidores estaduais e federais, com conclusão em agosto de 2014. Celebrou-se parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visando à oferta de dez mil vagas, distribuídas inicialmente em quatro cursos: Formação de Tutores a Distância; Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis; Gerenciamento de Crises e Mediação de Conflitos; e Políticas Públicas no Sistema Prisional.

Em se tratando de alternativas penais, foi dada continuidade à Política Nacional de Alternativas Penais, com o financiamento junto às Secretarias de Justiça das unidades da Federação de centrais integradas de alternativas penais em cinco Estados (Alagoas, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte), que, além de acompanhar os cumpridores de penas e medidas alternativas, passarão a acompanhar os cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão. Há de se ressaltar ainda o início do ciclo de financiamento de projetos voltados para a monitoração eletrônica de pessoas em cumprimento de medidas cautelares, presos provisórios e população carcerária vulnerável, como idosos e pessoas portadoras de doenças graves. Serão instalados centros de monitoração eletrônica nos Estados de Alagoas, Paraíba, Bahia e Goiás para o acompanhamento de 1.050 presos.

No tocante às assistências social e jurídica oferecidas aos presos custodiados no Sistema Penitenciário Federal, o Projeto *Visita Virtual e Videoconferência Judicial* conquistou em 2013 o 2º lugar no 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal,





promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em virtude dos resultados alcançados, foi possível reduzir em 90% a realização de audiências presenciais com os presos do Sistema Penitenciário Federal. Em relação à assistência à saúde, prevê-se para 2014 a implementação do Projeto *Telessaúde*, já desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, o qual visa melhorar o atendimento de saúde aos presos custodiados nas penitenciárias federais. Merece destaque de igual forma, o Projeto *Remição pela Leitura*, que possibilita a remição do tempo de pena dos presos participantes. Para obter o benefício, é preciso elaborar resenha de uma obra literária, que posteriormente será aprovada por uma comissão julgadora para que a pena seja efetivamente remida, após a homologação pelo juiz de Execução Penal.

Ainda com relação às atividades desenvolvidas pelo Sistema Penitenciário Federal, é preciso destacar a criação da Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária e a realização de cursos de inteligência junto à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e outros órgãos de segurança pública. Estas iniciativas visam gerar bases sólidas aos Governos Federal e Estaduais, no que tange ao enfrentamento ao crime organizado, processando e difundindo conhecimentos referentes às organizações criminosas, seus integrantes e as implicações de suas atividades no sistema penitenciário.

Vale ressaltar ainda que neste exercício foi realizada a licitação para a construção da 5ª Penitenciária Federal, em Brasília/DF, cujas obras serão iniciadas em meados de 2014. A nova unidade federal terá a função de ser local de triagem para os presos que ingressarem no sistema penitenciário federal, além de contar com celas para réus colaboradores e mulheres.

Por fim, na área de participação e controle social, foi dada continuidade às seguintes estratégias de trabalho em 2013: i) fomento à criação e fortalecimento dos conselhos da comunidade e dos conselhos penitenciários; ii) realização do I Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais Penitenciários; iii) apoio à realização de encontros estaduais de conselhos da comunidade nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; iv) fomento à criação e fortalecimento das ouvidorias do sistema penitenciário e realização do III Encontro Nacional das Ouvidorias do Sistema Penitenciário; v) ações de combate à tortura e às violações de direitos humanos; vi) implementação do formulário conjunto de inspeções em estabelecimentos penais; e vii) coordenação da III Reunião de Especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) para Revisão das Regras Mínimas de Tratamento dos Presos, que ocorrerá no Brasil em janeiro de 2014. Em 2014, as estratégias terão continuidade com prioridade para a implementação da Rede de Participação e Controle Social do Sistema Prisional por meio de mecanismos de comunicação, articulação e cooperação.

d) Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

Em 2013, foi lançado o III Plano Nacional de Combate à Pirataria (2013-2016) e desenvolvidas ações no sentido de celebrar acordos de cooperação entre órgãos de diferentes países, promovendo o intercâmbio de informações, troca de experiências e fortalecimento dos diálogos institucionais.

Foi lançado ainda o Diretório Nacional de Titulares de Marcas, sistema de informação desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) que visa otimizar os procedimentos fiscais e administrativos nos casos em que houver indícios de contrafação, ou seja, produção comercial de um artigo sem autorização da entidade que detém a sua propriedade intelectual, por meio de acesso exclusivo às bases de dados do INPI por parte dos agentes de fiscalização. A primeira fase de implementação do projeto-piloto está prevista para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, com a capacitação de agentes públicos da Receita Federal do Brasil, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.

Além disso, foram assinados acordos de cooperação técnica e operacional com as prefeituras de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Osasco, Salvador, Manaus, Cuiabá, Vitória e Porto Alegre, além de Brasília visando à implantação e desenvolvimento do projeto Cidade Livre de Pirataria. Foram também realizados cursos de capacitação de 300 agentes





públicos em Cuiabá, Salvador, Manaus e Porto Alegre, e ainda em Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Embaixada japonesa, respectivamente. Para 2014, pretende-se ampliar os acordos de cooperação com os Municípios.

Ainda em 2013, foi realizada a 3ª edição do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria, reconhecendo e premiando entidades públicas e privadas que atuam no enfrentamento à pirataria e outros delitos contra a propriedade intelectual. Por fim, o lançamento da *Cartilha contra Pirataria nas Licitações Públicas*, com recomendações baseadas na Lei nº 8.666, de junho de 1993, para que os órgãos públicos adotem precauções no sentido de evitar a aquisição de produtos falsificados ou com outras irregularidades.

Para 2014 está prevista a criação do observatório do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP), um portal de comunicação informativo e interativo com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da presença do Conselho no ambiente digital. Além disso, será realizada a pesquisa nacional *Radiografia da Pirataria* que visa à realização de levantamento do consumo de produtos piratas no País, possibilitando a articulação de políticas públicas mais adequadas para enfrentar o problema. Será também realizado seminário na área da fronteira Brasil-Paraguai para discutir propostas que contribuam para o fortalecimento do enfrentamento da pirataria e demais delitos transfronteiriços, além de sugerir medidas que visem incentivar o desenvolvimento econômico daquelas áreas.

e) Cidadania e Acesso à Justiça

Com o objetivo de consolidar e efetivar a cidadania, garantindo o acesso à justiça foi desenvolvido o *Atlas de Acesso à Justiça*, um serviço público digital que apresenta indicadores nacionais, informações de endereços do sistema de justiça e conteúdos educativos sobre direitos.

No intuito de incentivar a redução de litígios e uma cultura do consenso, a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), iniciativa da Secretaria da Reforma do Judiciário, realizou cursos presenciais e a distância, capacitando mais de dois mil profissionais, em que contou com a distribuição de exemplares do Manual de Mediação Judicial e de cartilhas. Em agosto de 2013, a I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação promoveu discussões e trocas de experiências exitosas em métodos consensuais de solução de conflitos. Por fim, foi realizado o *Intercâmbio de experiências entre o Poder Público e a Iniciativa Privada*, para disseminar as boas práticas de solução consensual e extrajudicial de conflitos que instituições financeiras já adotaram e estipular a implementação dessas práticas, capazes de reduzir o volume de processos judiciais envolvendo os bancos e, neste sentido, desafogar o Poder Judiciário.

Estão em processo de instalação nas cidades de Maceió e João Pessoa, com inauguração prevista em abril de 2014, a Casa de Direitos, que são estruturas que disponibilizam serviços públicos para facilitar a promoção de políticas de Acesso à Justiça e cidadania nas comunidades de baixa renda, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em dezembro de 2013, foi inaugurada a 1ª Casa de Direitos do Brasil, na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

No âmbito do Brasil Mais Seguro, Programa prioritário de redução de homicídios, foram firmados três acordos de cooperação com os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, além da repactuação do acordo com o Estado de Alagoas. Foram instaladas duas Câmaras de Monitoramento nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, com a finalidade de integrar o sistema de justiça criminal e dar celeridade na persecução e execução penal. Além disso, estão sendo capacitados magistrados e servidores do Tribunal do Júri e Execução Penal.

Estão em funcionamento no País cerca de 64 núcleos de justiça comunitária em 14 Estados, equipamento público que tem por objetivo a coesão social e a promoção da paz, por meio de atividades de informação jurídica, mediação comunitária e





animação de redes sociais. Em 2013 foram investidos cerca de R\$ 3,5 milhões para a implementação de nove novos núcleos e pretende-se alcançar 83 núcleos até o final de 2014.

Foi assinado em outubro de 2013, com os órgãos do sistema de justiça e o Governo Federal, o Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, que tem por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes pela elaboração e ajuste de políticas públicas e para a implementação de outras medidas administrativas que visem a assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial da juventude negra brasileira, nos campos da segurança pública, do acesso à Justiça e da melhoria dos serviços prestados pelas instituições do sistema de justiça.

A fim de garantir a ampliação do acesso universal à Justiça, em especial da assistência jurídica gratuita à população de menor renda, a Defensoria Pública da União (DPU) realizou, em 2013, mais de 1,4 milhão de atendimentos, incluindo cerca de cinco mil cidadãos beneficiados com conciliações extrajudiciais em decorrência da realização de termos de cooperação com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Caixa Econômica Federal (Caixa), o que possibilitou diminuir o volume de demandas judiciais e tornar mais rápido o atendimento aos assistidos nas questões relacionadas à previdência social e obtenção de empréstimos bancários.

Destaque também para o projeto DPU Itinerante, que contribuiu ao levar assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas do País e para a implantação das salas de visitas virtuais em todas as 27 capitais e nas cidades de Mossoró/RN, Cascavel/PR e Guarulhos/SP, com o objetivo de atender os cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais que não possuem condições econômicas para visitas presenciais. Em 2013, mais de 600 mil cidadãos receberam assistência dos defensores públicos federais lotados nas 64 unidades da DPU.

Na esfera legislativa, cumpre ressaltar a promulgação da Emenda Constitucional nº 74, de 6 de agosto de 2013, que estende às defensorias públicas da União e do Distrito a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, prerrogativas já concedidas às defensorias estaduais.

Para 2014, os principais projetos elencados no plano estratégico da DPU são: i) ampliação do atendimento ao cidadão com a instalação de novas unidades no interior do País; ii) implantação de serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal; iii) criação de serviço de orientação e agendamento de assistência jurídica por telefone; iv) expansão do atendimento especializado a vítimas de discriminação racial para todas as regiões do País; v) atuação institucional por meio de todas as unidades da DPU no enfrentamento ao tráfico de pessoas; e vi) inclusão da assistência jurídica gratuita entre os serviços prestados pela rede de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Com a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição a Comissão de Anistia vem, ao longo de sua criação, cumprindo o seu papel. A política nacional de reparação aos anistiados políticos reside principalmente na reparação material e moral.

A política de reparação econômica, de caráter indenizatório, prevê o pagamento da prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que conseguem comprovar vínculos empregatícios à época das violações de seus direitos, e a reparação em prestação única aos anistiados que não comprovam a perda de tal vínculo. Entre janeiro e dezembro de 2013, a Comissão julgou 1.848 processos de anistia política. Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 72 mil requerimentos. Cerca de 63 mil processos já foram apreciados, restando, portanto, dez mil pedidos a serem julgados.





No que tange à política de reparação moral, a Comissão de Anistia atua frente a projetos relevantes, tendo realizado em 2013: i) Marcas da Memória – execução de 24 convênios com organizações da sociedade civil focadas na temática da anistia, além de três termos de cooperação com entidades públicas federais; ii) Trilhas da Anistia – três monumentos foram inaugurados em Belo Horizonte, Ipatinga e Curitiba; iii) Clínicas do Testemunho – quatro clínicas estabelecidas no ano de 2012 realizaram diversas atividades, tais como atenção terapêutica às vítimas, capacitação de profissionais e promoção de eventos de divulgação pública do projeto e sua metodologia, abrindo espaço para o debate e reflexão sobre as marcas psíquicas deixadas pela violência de Estado; iv) 11 Caravanas de Anistia, que percorreram as diversas regiões do Brasil; v) conclusão do acordo com a entidade italiana *Fondazione Lelio e Lisli Basso*, que tinha como objetivo digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que consistiu em sessões de denúncia à repressão latino-americana no período entre 1974 e 1976; vi) contratação de *hardwares* e *softwares* para a implementação do Memorial Virtual da Comissão de Anistia, a fim de possibilitar à sociedade o acesso às informações contidas em seu acervo, criando assim condições para a produção de pesquisas sobre as perseguições políticas ocorridas entre 1946 e 1988; vii) assinatura de Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília (UnB) para que essa instituição atue, por 24 meses, como primeira sede da secretaria executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLJAT), mantendo o Observatório RLAJT; e viii) obras de reforma e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia Política do Brasil, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, além da contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico.

Em 2014, a apreciação dos requerimentos de anistia política continuará a ser priorizada, e espera-se que todo o acervo da Comissão de Anistia seja digitalizado, potencializando os fluxos de trabalho relacionados à atividade de julgamento. Além disso, nesse ano em que se completam 50 Anos do Golpe, a Comissão pretende dar continuidade às ações de memória, consolidando projetos já em andamento e implementando novos, tais como o Memorial Virtual da Comissão de Anistia e o Observatório RLAJT.

f) Cooperação Internacional

No tocante à formalização de tratados e acordos internacionais, em 2013 passou a vigorar no Brasil o acordo sobre cooperação em matéria de combate à criminalidade com a Espanha e em matéria penal com Honduras e Reino Unido da Grã-Bretanha e, em matéria civil, com o Marrocos e o Líbano.

No que se refere à cooperação jurídica internacional, no ano de 2013, foram processados 3.029 documentos referentes a pedidos em matéria cível e 1.122 em matéria penal, destacando-se a repatriação de mais de US\$ 7 milhões em bens e valores ilícitamente desviados para o exterior. Pretende-se para 2014 estabelecer e aprimorar as relações de cooperação internacional, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis; fomentar a negociação de novos acordos de cooperação jurídica internacional, sobretudo com os países de fronteiras, e impulsionar a promulgação de acordos já negociados e que atualmente se encontram sob o trâmite legislativo.

No que tange aos direitos e garantias dos migrantes no Brasil, o Governo Federal atuou nas seguintes frentes: i) atendimento das demandas emergenciais dos haitianos instalados na fronteira do Acre com a Bolívia; ii) promoção de iniciativas de diálogo social para diagnóstico das principais barreiras de acesso a direitos e serviços públicos pelos migrantes e pelas entidades envolvidas; e iii) desenvolvimento de plataforma de participação e acesso a informação sobre migrações e refúgio, como instrumento de transparência e controle social da política migratória.

Ainda em matéria de direitos e garantias dos migrantes, especificamente em relação às ações de cooperação internacional, foi assinado o Acordo sobre Residência Permanente para Livre Circulação de Pessoas com o Uruguai e o Acordo para Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Índia. Também foram promulgados diversos tratados sobre a temática dos direitos e garantias dos migrantes.





Ao longo do ano foram concedidas 36.370 permanências e prorrogação de permanências e entregues 5.200 protocolos provisórios de refúgio e reconhecidos 664 novos refugiados.

Para 2014, vislumbra-se: i) a revisão da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que trata da situação jurídica do estrangeiro no Brasil que culminará em novo marco legal para as migrações; ii) a instituição da Política e do Comitê de Acompanhamento Social (Casc) – fórum em que diversas entidades sociais que trabalham com o tema das migrações poderão acompanhar as ações realizadas pelo Governo e contribuir para a construção de uma política migratória inclusiva e participativa; iii) a ampliação do Programa de reassentamento brasileiro de jovens congoleses; e iv) a assinatura de acordos de residência com países da África, Ásia e Américas para facilitação do ingresso e permanência de migrantes no Brasil.

No que se refere às principais atividades em relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, no ano de 2013, destacam-se: a publicação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP) e a instalação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação; a institucionalização da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap); o lançamento da Campanha Coração Azul; a publicação do *Relatório Nacional dos Dados Existentes sobre Tráfico de Pessoas no Brasil de 2005 a 2011*; a publicação da Pesquisa *Enafron – Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteiras*; e a implantação dos postos avançados de atendimento humanizado ao migrante no Estado do Amazonas.

No âmbito de foros internacionais que tratam do mesmo tema, foi elaborada uma matriz que sintetiza o grau de implementação de políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e instituído plano de ação para os próximos dois anos. Também foi firmado o Projeto *Itineris* com a Comissão Europeia e o *International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)*, com o objetivo principal de fortalecer institucionalmente os núcleos e postos avançados de enfrentamento ao tráfico de pessoas, apoiados pelo Governo. Cabe, ainda, menção o Projeto Migrações Transfronteiriças, aprovado pelo fundo da União Europeia, que tem como objetivo fortalecer a capacidade do Governo brasileiro para melhor gerenciar os fluxos migratórios, com foco em potenciais vítimas de tráfico.

Em 2014, haverá a continuidade dos projetos em implementação e execução das seguintes ações na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas: i) implantação de dez postos avançados de atendimento humanizado ao migrante em Municípios vulneráveis da fronteira; ii) realização de capacitação de agentes públicos para enfrentamento ao tráfico de pessoas; iii) publicação de relatórios de progresso sobre a implementação do II PNETP; e iv) ampliação de campanhas de sensibilização e apoio e fomento de projetos em relação ao tema.

Por meio do projeto de cooperação internacional de fortalecimento da justiça brasileira, firmado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), foram concluídas em 2013 importantes ações, especialmente quanto aos seguintes temas: i) atuação da Advocacia Popular; ii) utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais; iii) conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de justiça; iv) atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos e conflitos fundiários agrários e tradicionais; e v) impacto no sistema processual dos tratados internacionais.

Ainda no campo da cooperação internacional em matéria de Justiça, cabe destacar o intercâmbio de boas práticas e a busca de soluções coordenadas para a superação de obstáculos compartilhados pelos diversos países no que tange à democratização do acesso à Justiça, com ênfase em foros regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sulamericanas (Unasul).





g) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas

O Programa *Crack, é Possível Vencer*, é dividido em três eixos: prevenção, cuidado e autoridade. Nas ações do eixo prevenção foram ofertadas 327 mil vagas desde o início do Programa, para a capacitação de profissionais de diversas áreas de atuação, tais como educadores de escolas públicas, profissionais de saúde, assistência social e segurança pública, operadores do direito, lideranças comunitárias e membros de conselhos de controle social, trabalhadores e voluntários de comunidades terapêuticas e lideranças religiosas.

Foram implantados também 51 Centros Regionais de Referência (CRR) em instituições de ensino superior públicas com o objetivo de qualificar profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública e do sistema de justiça que atuam com usuários de *crack* e outras drogas e seus familiares. Esses 51 centros ofertaram 27,9 mil vagas com investimentos na ordem de R\$ 14,5 milhões.

Em 2013 também foram apresentadas as conclusões do Diagnóstico Nacional sobre o Consumo de *Crack* e outras Drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de *Princeton*. O Diagnóstico foi composto por duas partes: uma estimativa quantitativa dos usuários de *crack* nas capitais e uma pesquisa que detalhou em profundidade o perfil dessas pessoas no Brasil.

Em 2013, o Programa *Crack, é Possível Vencer* foi ampliado para os Municípios com população acima de 200 mil habitantes. Desses, 118 realizaram adesão, com pactuação de metas de expansão da rede de saúde, segurança pública e de assistência social até 2014. As ações visam aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas e ampliar atividades de prevenção. No eixo cuidado-saúde, é pactuada a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD III – 24 horas), dos leitos em hospitais gerais, das Unidades de Acolhimento, dos Consultórios na Rua, de vagas de residência médica (psiquiatria e saúde mental) e de vagas em cursos de formação e qualificação para os profissionais de saúde que atendem a população com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas.

Com relação à criação de vagas em comunidades terapêuticas, foi lançado edital em 2013, para habilitação e pré-qualificação de entidades voltadas para o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de *crack* e outras drogas, com o objetivo de aumentar a oferta de vagas para o acolhimento gratuito e de qualidade a usuários e dependentes. O primeiro edital teve 255 instituições pré-selecionadas, e permitiu a formalização de 252 contratos, totalizando 5,5 mil vagas, no valor de R\$ 69 milhões. O novo edital teve 165 instituições cadastradas, e espera-se que a assinatura dos novos contratos em 2014 permita alcançar até dez mil vagas.

Para ampliar os canais de comunicação com a população, o Governo Federal investe na divulgação do serviço de utilidade pública Disque 132 (Vivavoz – Serviço de Orientações e Informações sobre Drogas). O atendimento telefônico do Disque 132 é gratuito, aberto a toda população brasileira, sem a necessidade de identificação. A central oferece orientações e informações sobre drogas, lícitas e ilícitas, condução de usuários em crise, indicação de centros de tratamento, esclarecimento de dúvidas sobre o consumo, prevenção, tratamento e serve de fonte de pesquisas escolares e acadêmicas. O serviço atende durante 24 horas por dia, sete dias da semana. Em 2013, foram registradas 284,2 mil ligações e realizados 40,7 mil atendimentos.

Outros canais de comunicação importante são o *site Crack, é Possível Vencer*, com atualização constante, que contou com 1.232.657 acessos no ano de 2013, e o Observatório do *Crack, é Possível Vencer*, que apresenta, em linguagem cidadã, os serviços e equipamentos oferecidos a sociedade e o balanço do Programa.

Para 2014, está prevista a capacitação de mais de 148 mil profissionais de diversas áreas de atuação, no eixo prevenção. Também estão previstas a manutenção e ampliação de 30 CRR que já encerraram os cursos para formação permanente dos





profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde, assistência social, sistema de justiça e segurança pública com usuários de *crack* e outras drogas, totalizando a oferta de mais 18 mil vagas para capacitação presencial. Além disso, busca-se a implantação de cinco novos CRR nos Estados em que ainda não existem polos de formação, gerando 1,5 mil novas vagas.

No eixo autoridade do Programa *Crack*, *é Possível Vencer*, em 2013 foi possível firmar termo de adesão ao Programa com 13 Estados, totalizando a adesão das 27 unidades da Federação, bem como de 118 Municípios prioritários. Foram entregues 64 bases móveis com sistema de videomonitoramento para todas as capitais, além de 134 veículos e 132 motocicletas. Foi iniciada ainda a implantação do sistema de videomonitoramento fixo, o qual deverá ser finalizado no primeiro trimestre de 2014. Além disso, em 2013, foram capacitados 3.417 profissionais de segurança pública para operação das bases móveis e 469 novos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).

Em 2014, serão capacitados mais 4,05 mil profissionais de segurança pública e 2,27 mil novos instrutores do Proerd. Além disso, serão entregues equipamentos aos Municípios que fizeram a adesão ao Programa, tais como bases móveis com videomonitoramento, veículos e pontos de videomonitoramento fixo.

Para mapear mais detalhadamente a situação e o perfil dos usuários de drogas no País, bem como acompanhar e avaliar os projetos que estão sendo desenvolvidos, está prevista para 2014 a realização das seguintes pesquisas: II Relatório Brasileiro sobre Drogas; I Levantamento sobre o Uso de Drogas no Sistema Carcerário; o III Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil; e a primeira pesquisa de avaliação da efetividade das comunidades terapêuticas.

No combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, destacam-se os investimentos para a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (Gise) e o consequente acréscimo no índice de apreensão de entorpecentes. As apreensões de drogas superaram os resultados de anos anteriores, dando-se destaque para a apreensão de dinheiro em espécie, que ultrapassou o montante de R\$ 21,8 milhões, enquanto que o total de patrimônio apreendido com organizações criminosas de tráfico de drogas, entre dinheiro, bens móveis e imóveis, atingiu o patamar de R\$ 80 milhões. O Programa, que priorizou investimentos na capacitação do policial e na atividade investigativa, trouxe resultados efetivos principalmente na repressão às organizações criminosas que atuam no tráfico de cocaína. Em paralelo, destacam-se as ações de erradicação da maconha, que possibilitaram a extração de mais de 838 mil pés de maconha, que equivalem a algo em torno de 250 toneladas de maconha que deixaram de ser introduzidas no comércio ilegal, representando um aumento de 35% em relação ao ano anterior.





IV - INFRAESTRUTURA PARA TODOS:
DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA



IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

1. Energia

a) Energia Elétrica

No ano de 2013, as diretrizes da política para o setor elétrico, estabelecidas com o advento do modelo instituído pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, foram aprimoradas com a edição da Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, a qual dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais e a modicidade tarifária.

Além disso, foram desenvolvidas ações para fortalecer a infraestrutura energética, compatibilizando os níveis de oferta e demanda por energia elétrica, tendo em vista a trajetória de crescimento econômico esperada para os próximos anos e implementados os projetos estratégicos de geração e transmissão, que compõem a carteira de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

A matriz energética brasileira, no ano de 2013, apresentou a proporção de 42% de fontes renováveis, contrastando com 8% da participação dessas fontes para os países ricos e 13% em relação à média mundial, o que caracteriza o Brasil como possuidor de uma matriz essencialmente limpa. Estima-se que as fontes renováveis responderam, em 2013, por 88% da matriz de oferta total de eletricidade, enquanto que no mundo o indicador é de 20%. Essa configuração da matriz energética se traduz em baixos indicadores de emissão de CO₂ pelo uso de energia. Enquanto no Brasil o indicador é de 1,53 tCO₂ por cada tep (tonelada equivalente de petróleo) consumida, no mundo esse indicador é de 2,4 tCO₂/tep, ou seja, 57% superior.

Também em 2013 foram incorporados 6.508 Megawatt (MW) de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo 5.864 MW em operação comercial e 644 MW atestados como aptos para operação comercial, atingindo-se assim o patamar de 126 mil MW de capacidade instalada de geração até dezembro de 2013. Somente no período de 2011 a 2013, foram instalados 14.690 MW, sendo que atualmente estão em construção cerca de 36 mil MW.

A previsão de expansão da oferta de geração para o ano de 2014 é de 6.000 MW, sendo 2.898 MW de fonte hídrica, 1.492 MW de térmica e 1.610 MW de eólica.

Em 2013 foram incorporados 9.928 km de novas linhas de transmissão ao SIN, totalizando até dezembro de 2013 aproximadamente 117 mil km de capacidade instalada no Sistema Elétrico Brasileiro (SEB), o que corresponde a um aumento de 53% em relação aos 76 mil km de linhas de transmissão existentes em 2002.

No triênio recente, 2011 a 2013, entraram em operação 16.122 km de linhas de transmissão e atualmente estão em licenciamento ou construção cerca de 26 mil km de novas linhas de transmissão.

No ano de 2014, o Ministério de Minas e Energia (MME) tem como meta a implantação de mais 6.813 km de linhas de transmissão licitadas e autorizadas, sendo que os principais destaques são: i) na região Norte, a integração do sistema isolado do Amapá ao SIN, por meio da Linha de Transmissão (LT) 230 kV Jurupari-Macapá, e a obtenção de licença de instalação da LT 500 kV Manaus-Ecuador-Boa Vista, com início das obras previsto para 2014, que permitirá ligar o Estado de Roraima ao SIN; ii) na região Nordeste, a previsão de conclusão das LTs Extremoz II-João Câmara II e LT Igarorã-Bom Jesus da Lapa II, ambas em 230 kV e necessárias para ampliação de oferta da geração provenientes das usinas eólicas; iii) na região Sul, a conclusão da LT 500 kV Salto Santiago-Itá-Nova Santa Rita C2, planejada para ampliar a capacidade de suprimento aos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; e iv) na região Sudeste, a conclusão da LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 vai melhorar o desempenho do atendimento à demanda do Estado de Minas Gerais.



a.1) Geração e Transmissão

Geração

No ano de 2013, dentre os empreendimentos que entraram em operação, são destaques: a Usina Hidroelétrica (UHE) Santo Antônio, que dos 3.568 MW previstos na usina, 1.201,5 MW já entraram em operação, sendo 501,9 MW somente em 2013; a finalização da motorização da UHE Estreito com a entrada em operação da Unidade Geradora (UG) 08 de 135,9 MW; UHE Jirau com a operação comercial da primeira unidade com 75 MW, a operação comercial das UHEs Garibaldi e São Domingos, motorização da casa de força principal da UHE Simplício e da Usina Termelétrica (UTE) Porto de Pecém II.

Em 2013 tiveram início as obras de 68 usinas monitoradas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) sendo uma hidrelétrica, sete termelétricas e 60 parques eólicos, destacando-se a UTE Pernambuco III – 200,8 MW, a UTE MC2 Nova Venécia 2 – 176,2 MW, a UTE Mauá 3 – 583 MW e a UHE São Roque – 135 MW. Destaque para a usina termonuclear Angra 3 (1.405 MW) que está com 46,4% de andamento físico, e previsão para entrada em operação comercial em junho de 2018.

Para 2014 está previsto o acréscimo de mais 6 mil MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica no País. Dentre os principais empreendimentos de geração previstos para 2014, destacam-se:

- Entrada em operação de unidades geradoras das UHEs do rio Madeira (Jirau, com 22 máquinas – 1.650 MW, e Santo Antônio, com 16 máquinas – 1.157,7 MW);
- Conclusão da UTE Maranhão III – 449 MW; e
- Complexos Eólicos de Santa Clara, com 180 MW; Morro dos Ventos, com 145 MW e Faisa, com 136 MW.

Transmissão

O Sistema Interligado Nacional (SIN) alcançou a marca dos 117 mil km instalados em 2013, com a implantação até 31 de dezembro de mais 9.928 km de linhas de transmissão. Já no período de 2003 a 2013, foram incorporados ao SIN um total de 41 mil km de linhas de transmissão com incremento de 53% em relação ao existente em 2002. Este excepcional reforço nas instalações da Rede Básica permite maior flexibilidade operacional, além do aumento da capacidade de transferência de energia entre as regiões, e melhor otimização da diversidade hidrológica.

No ano de 2013, dentre os empreendimentos que entraram em operação, são destaques:

- Entrada em operação do primeiro bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), a LT 600 kV, Coletora Porto Velho-Araraquara 2 C1, com 2.375 km de extensão, planejado para transportar a energia proveniente das usinas hidrelétricas do rio Madeira para os grandes centros de consumo na região Sudeste;
- Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus: (LT 500 kV Tucuruí-Xingú-Jurupari-Oriximiná-Silves-Lechuga), totalizando 1.085 km, conectando Manaus ao Sistema Interligado Nacional; e
- Energizações das novas Subestações (SE): SE Pecém II (3600 Megavolt Ampère – MVA), no Ceará; SE Itapeti (1200 MVA), em São Paulo; e SE Lechuga (1800 MVA), em Manaus.



Para o ano de 2014, destacam-se o andamento dos seguintes empreendimentos:

- Interligação Tucuruí-Macapá (LT 230 kV Jurupari-Laranjal-Macapá), totalizando 339 km, que permitirá a interligação do sistema isolado de Amapá ao SIN; e
- Interligação das Usinas do rio Madeira: terá continuidade com a implantação do segundo bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), a LT 600 kV Coletora Porto Velho – Araraquara 2 C2, com 2.375 km de extensão, para o escoamento da totalidade da energia gerada nas usinas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), em Rondônia.

Para atender à expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), foram arrematados na modalidade de leilão, em 2013, 8.134 km de linhas de transmissão e 10.331 MVA de transformação, incluindo obras para aumentar a segurança eletroenergética nos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, e Tocantins.

a.2) Prorrogação das Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica.

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, de 2013, dispondo sobre a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, introduzidas pela Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 e implementadas pela Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012.

Das mais de quatrocentas emendas apresentadas pelos parlamentares, várias foram acatadas, como a inclusão das permissionárias entre os beneficiados pelas cotas de energia mais barata, a previsão legal de indenização dos ativos das concessionárias de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, a redução da taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica e os mecanismos de incentivos para o desenvolvimento da energia solar.

Assim, ficou confirmada a possibilidade de os titulares de concessões de geração, transmissão e distribuição – outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, e não licitadas pela União, vincendas a partir de 2015 – requererem a prorrogação de seus prazos por até 30 anos, evitando a perda dos ativos de suas empresas, que, em conformidade com a legislação e regulamentação até então vigentes, deveriam retornar à União, situação em que esses concessionários ficariam com o ônus do passivo referente a empregados e outros bens não servíveis à prestação do serviço de energia elétrica.

Em contrapartida, foi interrompida a continuidade da remuneração de investimentos já amortizados dessas instalações, beneficiando a modicidade tarifária, e favorecendo a continuidade da prestação dos serviços de energia elétrica. As concessões das empresas que não aderiram às condições estabelecidas para a prorrogação serão licitadas. Estão já em andamento os preparativos para a realização do primeiro certame para a definição do novo concessionário de alguns desses empreendimentos.

Foi também implementada a regulamentação da Lei nº 12.783, de 2013, estabelecendo que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) custeará, além de suas demais finalidades, os descontos das tarifas de uso e de energia elétrica de segmentos específicos de consumo e produção de energia elétrica. Esses descontos deverão ser retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição, por ocasião da revisão extraordinária, reduzindo o subsídio cruzado entre os consumidores da área de concessão de distribuição.





Foi formalizada, no MME, a prorrogação de 100% das concessões de transmissão e cerca de 60% de geração de energia elétrica que venceriam entre 2015 e 2017, resultando em benefício aos consumidores de energia elétrica com um efeito médio de redução de 20,2% nas tarifas.

Será objeto de testes ao longo do ano de 2014, devendo entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, o sistema de “bandeiras tarifárias”, o qual permitirá às distribuidoras a cobrança de uma tarifa inicialmente menor, e somente se necessário, se não ocorrerem chuvas nos reservatórios de energia elétrica, a mesma terá elevação em razão do aumento da geração térmica.

a.3) Internalização de Mecanismos de Aversão a Risco nos Programas Computacionais

Em 2013, a Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), resultado dos estudos da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (CPAMP) – iniciados em 2009 – determinou o desenvolvimento e implementação de metodologia para a incorporação de mecanismos de aversão a risco internamente aos programas computacionais de estudos energéticos e de formação de preço.

Nesse sentido, a CPAMP, coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, em atendimento ao disposto na referida Resolução, definiu tanto a metodologia para internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais, para estudos energéticos e formação de preço, quanto os parâmetros associados, sendo a metodologia escolhida, aquela que apresentou o melhor resultado entre o aumento da segurança e os impactos nos custos do sistema, ou seja, a de Valor Condicionado a um dado Risco (CVaR).

As novas versões dos programas computacionais *Newave* e *Decomp*, com a internalização da metodologia CVaR, foram homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e estão sendo utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) desde setembro e dezembro de 2013, respectivamente.

A utilização das novas versões dos programas *Newave* e *Decomp* proporcionará um aumento da segurança energética do País, bem como uma sinalização econômica mais realista com relação à formação do preço de liquidação no mercado de curto prazo, além de maior coerência entre as atividades de planejamento e operação. Releva destacar, ainda, que, com a utilização das novas versões dos programas computacionais, o despacho de usinas termelétricas acionadas fora da ordem de mérito será reduzido a eventos muito raros e, conseqüentemente, o custo adicional com esse despacho será baixo.

a.4) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram realizados, em 2013, quatro leilões de geração de energia, totalizando 3.388 (Megawatt) MW médios de energia contratada:

- 16º Leilão de Energia Nova (A-5/2013): realizado no dia 29 de agosto de 2013, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2018, contratou 748,70 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 1.265,5 MW, provenientes de nove usinas térmicas a biomassa (393,7 MW médios), de oito pequenas centrais hidrelétricas (92,3 MW médios), da UHE Foz do Apiacás (22,9 MW médios) e da UHE Sinop, localizada no Estado do Mato Grosso, com 400 MW de capacidade instalada, 239,8 MW médios de Garantia Física; e comercializou 215,8 MW médios ao preço de R\$ 109,40/MWh (Megawatt-hora). O preço médio ao final do certame foi de R\$ 124,97/MWh, alcançando um deságio médio de 10,74%. O investimento será da ordem de R\$ 5 bilhões;





- 17º Leilão de Energia Nova (A-3/2013): realizado no dia 18 de novembro de 2013, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2016, contratou 380,20 MW médios de energia elétrica, com capacidade instalada total de 867,60 MW, provenientes de 39 usinas eólicas, localizadas na Bahia (4), no Ceará (4), em Pernambuco (4), no Piauí (8) e no Rio Grande do Sul (19). O preço médio ao final do certame foi de R\$ 124,43/MWh, alcançando um deságio médio de 1,25%. O investimento será da ordem de R\$ 3,4 bilhões;
- 18º Leilão de Energia Nova (A-5/2013): realizado no dia 13 de dezembro de 2013, com a viabilização de 119 projetos que somam 3.507 MW em potência instalada. A tarifa média ao final do certame foi de R\$ 109,93 por MWh, o que representou um deságio médio de 8,67%, correspondente a uma economia de R\$ 3,4 bilhões para os consumidores brasileiros. A hidrelétrica de São Manoel (700 MW potência) teve a concessão ofertada no certame e foi arrematada pelo consórcio Terra Nova (EDP e Furnas), com tarifa de R\$ 83,49 por MWh, o que representa um deságio de 22% em relação ao preço-teto estabelecido para o projeto; e
- 5º Leilão de Energia de Reserva (Leilão de Energia de Reserva 2013): realizado em 23 de agosto de 2013, resultou na contratação de 66 usinas Eólicas (700,7 MW médios e 1.505 MW de capacidade instalada total). O preço médio da energia contratada foi de R\$ 110,51/MWh, alcançando um deságio médio de 5,55%. As usinas serão instaladas nos Estados de Bahia (28), Ceará (6), Pernambuco (7), Piauí (14), Rio Grande do Norte (7) e Rio Grande do Sul (4). Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 5,45 bilhões. Para a conexão dos empreendimentos de geração ao SIN, a contratação das usinas no leilão levou em conta a capacidade de escoamento de energia elétrica nas transformações e nas linhas de transmissão da Rede Básica e de fronteira, considerando as instalações de rede com entrada em operação até 1º de setembro de 2015.

Em relação às linhas de transmissão, foram realizados quatro leilões em 2013, totalizando 8.134 km de linhas e 25 subestações, com acréscimo de 10.331 MVA de capacidade de transformação.

- Leilão de Transmissão nº 01/2013: ocorrido em 10 de maio de 2013, contratou 4.101 km de linhas de transmissão, em sistema de 500 kV, a serem implantados nos Estados do Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Tocantins, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2015. Os investimentos, estimados em R\$ 4,1 bilhões, gerarão 13.820 empregos diretos durante a fase de construção;
- Leilão de transmissão nº 02/2013: ocorrido em 12 de julho de 2013, contratou 889 km de linhas de transmissão e dez subestações, que acrescentarão 2.925 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV, 345 kV e 500 kV, a serem implantados no Distrito Federal e nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2015. Os investimentos, estimados em R\$ 870 milhões, gerarão 3.350 empregos diretos durante a fase de construção;
- Leilão de transmissão nº 07/2013: ocorrido em 14 de novembro de 2013, contratou 2.613 km de linhas de transmissão e 12 subestações, que acrescentarão 6.906 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV, 440 kV e 500 kV, a serem implantados nos Estados do Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2016. Os investimentos, estimados em R\$ 3,4 bilhões, gerarão 11.320 empregos diretos durante a fase de construção; e
- Leilão de transmissão nº 13/2013: ocorrido em 13 de dezembro de 2013, contratou 531 km de linhas de transmissão e duas subestações, que acrescentarão 500 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230 kV e 500 kV, a serem implantados nos Estados do Ceará, Maranhão e Minas Gerais, com entrada em operação comercial prevista a partir do ano de 2015. Os investimentos, estimados em R\$ 341 milhões, gerarão 1.290 empregos diretos durante a fase de construção.



a.5) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

No ano de 2014, estão previstos leilões A-5 de compra de energia elétrica, que serão entregues em 2019, respectivamente, provenientes de novos empreendimentos de geração hidrelétrica, que terão como objeto as UHEs São Luiz do Tapajós (7.880 MW), Água Limpa (320 MW), Riacho Seco (240 MW), Telêmaco Borba (109 MW), Davinópolis (107 MW), Castelhana (64 MW) e Estreito Parnaíba (56 MW), totalizando 8.776 MW.

Além desses leilões, está previsto o Leilão para Concessão da usina hidrelétrica denominada UHE Três Irmãos, localizada no rio Tietê, Estado de São Paulo, com capacidade instalada de 807,5 MW, e consequente alocação de cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência, conforme Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013.

Para 2014, estão previstos cinco leilões de linhas de transmissão e subestações, dois previstos para o primeiro semestre de 2014 e três para o segundo semestre de 2014. Esses leilões estão de acordo com a programação de outorgas de transmissão, o documento de *Consolidação de Obras de Rede Básica – 2013*, com vistas a ampliar a capacidade de transmissão do SIN, em especial das regiões Norte, Nordeste, Sul, e Sudeste. No primeiro semestre 2014, serão licitados 6.525 km de linhas de transmissão e 17.550 MVA de transformação, totalizando um investimento da ordem de R\$ 8,3 bilhões, destacando-se a licitação do ELO HVDC \pm 800 kV de Belo Monte, com 2.140 km e 7.850 MVA de transformação, e investimento previsto de R\$ 4,2 bilhões.

a.6) Planejamento do Setor Energético

Em 2013, foi elaborado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2022 (PDE 2022), a ser publicado em 2014. Submetido à consulta pública, o referido Plano indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação no período decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico, social e ambiental, servindo como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem assim para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor energético.

No ano de 2013, foi iniciada a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050), objetivando a realização de estudos prospectivos de demanda e oferta de energia que possibilitem subsidiar alternativas de políticas energéticas *vis-à-vis* a hipótese de esgotamento dos recursos energéticos atualmente conhecidos. O PNE 2050 atualiza o PNE 2030 e deverá estar concluído no 1º semestre de 2014. O PNE 2050, bem como os estudos que o acompanham, é de fundamental importância para as decisões de políticas públicas e definições dos rumos da política energética.

Trata-se de um estudo de longo prazo, envolvendo todo o setor energético, e que inclui cenários demográficos, econômicos e de desenvolvimento tecnológico. O horizonte até 2050 permite indicar os melhores caminhos e estratégias para essa evolução.

Disseminação de Informações Energéticas

Em 2013 foi publicado o *Balanço Energético Nacional*, ano base 2012, contendo as estatísticas de oferta e demanda de energia, tendo sido produzidos diversos boletins de energia, anuais e mensais, cobrindo informações sucintas do Brasil e suas regiões, e do mundo, de maneira a subsidiar o planejamento e gestão do Governo. O intercâmbio de informações energéticas com organizações internacionais, tais como a Agência Internacional de Energia (IEA), a Organização Latino-Americana de Energia (Olade), o Conselho Mundial de Energia (WEC), e as Nações Unidas (ONU), contribui para negociações comerciais entre países e blocos econômicos possibilitando ainda ao Governo brasileiro acesso às estatísticas energéticas dos demais países.



a.7) Eficiência Energética

De acordo com a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia, 10% do consumo de energia elétrica em 2030 deverá ser atendido por programas de Eficiência Energética. Para o alcance dessa meta, diversas iniciativas estão em andamento, tais como o Projeto Esplanada Sustentável (PES), que visa maior eficiência no consumo de energia de prédios da administração pública federal (APF). No ano de 2014, está prevista a adoção da obrigatoriedade do uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para Edificações Públicas.

Em 2013, a Lei de Eficiência Energética (Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001) completou 12 anos de existência. Durante esse período, sob a coordenação do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética (CGIEE), foram regulamentados oito tipos de equipamentos, e estima-se que os resultados decorrentes dessas regulamentações contribuirão, no mínimo, com cerca de 20% das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Energia no horizonte 2030, para eficiência energética. Com base no *Plano de Ação do CGIEE*, espera-se para 2014, o início de nova fase na implementação da Lei de Eficiência Energética, com seu amadurecimento e consolidação.

a.8) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

O atendimento às metas de geração e transmissão de energia elétrica e as condições socioambientais dos empreendimentos do setor elétrico são objeto de acompanhamento e monitoramento, bem como, a articulação com concessionários, órgãos ambientais e gestores de questões socioambientais, referentes às unidades de conservação e ao patrimônio cultural, étnico, antropológico e social.

As ações de monitoramento alcançaram 573 empreendimentos outorgados ou autorizados do setor elétrico, sendo 178 linhas de transmissão/subestações, 21 Usinas Hidrelétricas, 340 Usinas Eólicas e 34 Usinas Termelétricas.

Em fase de planejamento, com vistas ao seu licenciamento ambiental, encontram-se um total de 38 projetos sob acompanhamento, dos quais: sete projetos estão com Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) concluídos e em análise nos órgãos ambientais; onze projetos com EIAs em fase de elaboração e dois projetos no aguardo de Termo de Referência para elaboração dos estudos ambientais; e quatro aproveitamentos se encontram com as Licenças Prévias emitidas e aptos a participação dos certames para venda de energia. Os demais projetos aguardam o início dos processos de licenciamento ou da definição de procedimentos específicos para condução de questões socioambientais para sua continuidade. Estão sendo acompanhados também quatro Estudos de Inventário Hidrelétrico.

Em 2013, para os empreendimentos de geração hidrelétrica destacam-se a emissão das Licenças de Instalação das UHEs São Roque (135 MW), Baixo Iguaçu (350,2 MW) e a Licença de Operação para a UHE Garibaldi (177,9 MW); bem como a realização das audiências públicas para o AHE São Manoel (700 MW).

Em relação aos empreendimentos de transmissão de energia elétrica, destacam-se as emissões da Licença de Instalação da LT Salto Santiago-Itá-Nova Santa Rita e das Licenças de Operação para os seguintes empreendimentos: i) Interligação Tucuruí-Macapá-Manaus: Tucuruí-Xingu-Jurupari, LT Jurupari-Oriximiná, LT Oriximiná-Silves-Eng. Lechuga-Manaus; e ii) Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara: LT Coletora Porto Velho- Araraquara 2, nº 1, Corrente Contínua em 600kV.





a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no cumprimento de sua missão, define regras técnicas e econômicas para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, fiscaliza o seu cumprimento, tanto sob a ótica técnica e comercial quanto econômico-financeira, promove a mediação de conflitos e operacionaliza as decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica.

No exercício de 2013, foram realizados 53 processos de reajuste tarifário de distribuidoras (29 concessionárias e 24 permissionárias) e 76 processos de revisão tarifária (32 de concessionárias de distribuição, 35 permissionárias e nove agentes de transmissão de energia elétrica). Além disso, houve prorrogação das tarifas de dez distribuidoras de energia elétrica (duas concessionárias e oito permissionárias). Como consequência da Lei nº 12.783, de 2013, foram realizados 101 processos de revisão tarifária extraordinária de distribuidoras (63 concessionárias e 38 permissionárias), que resultaram na redução de 20,2% de efeito médio nas contas de luz. Em 2014, a sociedade será chamada a dialogar com o objetivo de aprimorar a metodologia de cálculo das revisões tarifárias.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, de um total previsto de 2.528, foram realizadas 1.627 fiscalizações em 2013, sendo 632 fiscalizações econômico-financeiras, 262 fiscalizações dos agentes de distribuição e 111 de transmissão e 622 fiscalizações de geração. Para 2014, estão programadas 929 fiscalizações. As fiscalizações são realizadas principalmente pela Aneel, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Dentre as fiscalizações realizadas, destacam-se: fiscalização, *in loco*, de 132 usinas da expansão da oferta, tendo sido realizado o monitoramento a distância em todas as usinas por meio da análise dos relatórios de progresso das obras, enviados mensalmente pelos agentes; fiscalização *in loco* de 41 usinas estratégicas no SIN em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção; fiscalização de oito usinas para o teste de *black start*; fiscalização *in loco* ou por monitoramento de 37 conjuntos de obras do Programa de Expansão da Transmissão (PET)/Programa de Melhoria de Instalações Sistemáticas (PMIS), relacionadas a integrações de usinas, atendimento a cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, instalações estratégicas e interligações regionais; fiscalização *in loco* de 20 instalações de transmissão do SIN com repercussão em Estados e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e interligações regionais nos aspectos relacionados à operação e manutenção dos equipamentos de transmissão, incluindo verificação da existência de dispositivos referentes aos esquemas especiais de proteção; e acompanhamento da apuração das causas e dos efeitos de perturbações no sistema elétrico nacional que provocaram desligamentos com repercussão sistêmica, sendo realizadas 19 fiscalizações de ocorrências em 2013.

Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), e a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural, regularizadas recentemente.

Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por monitoramento contábil, econômico e financeiro, de todos os agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cuja situação determinou a decisão de intervenção administrativa tomada pela Aneel. Ainda como destaque, cita-se a fiscalização do Controle Patrimonial em dez concessionárias, assim como da revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, para a adequação das normas brasileiras de contabilidade a referências internacionais.





Para 2014, registra-se o desafio da aferição dos itens da Conta de Variação da Parcela A (CVA) em 63 concessionárias, em subsídio ao processo de reajuste tarifário, como também a fiscalização do Controle Patrimonial em 48 concessionárias, e ainda, a implantação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, revisado, adequando-se as normas brasileiras de contabilidade às internacionais.

No âmbito da Ouvidoria setorial da Aneel, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores e as atividades de análises técnicas realizadas, por delegação, pelas Agências Estaduais Conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade de atendimento. Em 2013, foram atendidas 1.001.864 ligações.

As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Nesse campo, destaca-se a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores – Pesquisa Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) – e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Em 2013, foram realizadas 137 audiências e consultas públicas à sociedade. Dentre os temas apresentados, estão: i) regulamentação da metodologia e das metas para os indicadores de qualidade relacionados ao tratamento das reclamações; ii) agenda regulatória para o biênio 2014/2015; iii) realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR); iv) prorrogação do cronograma de transferência dos ativos de iluminação pública, dos procedimentos para prestação de atividades acessórias, revisões tarifárias do terceiro ciclo; e v) temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo dos leilões de transmissão e geração de energia elétrica e das Curvas de Aversão a Risco de Racionamento (CAR), entre outros. Destaca-se, ainda, a realização de consulta pública com vistas a iniciar o debate à proposta de metodologia de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica que ocorrerão a partir de 2015. Para 2014, estão previstas cerca de 80 audiências e consultas públicas.

b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

b.1) Implantação do Modelo de Partilha de Produção e 1ª Rodada de Licitação do Pré-sal

A partir da descoberta da província petrolífera do Pré-sal, em 2007, o Brasil vem aprimorando o marco regulatório para exploração e produção de petróleo e gás natural de forma a induzir o desenvolvimento da indústria nacional, aumentar a produção de hidrocarbonetos e direcionar parcela mais significativa da renda petrolífera para a sociedade brasileira.

Seguindo essa linha diretiva, em 22 de dezembro de 2010 foi promulgada a Lei nº 12.351, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do Pré-sal e em áreas estratégicas.

A partir dessa Lei, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) emitiu a Resolução CNPE nº 4, de 22 de maio de 2013, que autorizou a realização da 1ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do Pré-sal, e a Resolução CNPE nº 5, de 25 de junho de 2013, com a aprovação dos parâmetros técnicos e econômicos desta rodada. Além desses, o Ministério de Minas e Energia (MME) emitiu a Portaria MME nº 218, de 20 de junho de 2013, contendo diretrizes para a realização do certame.

Em 21 de outubro de 2013 foi realizada a 1ª Rodada de Licitações sob o regime de partilha de produção, com a oferta da área de Libra, com estimativa de volumes recuperáveis entre oito bilhões e 12 bilhões de barris de petróleo. O pico de produção para



essa área deverá ser da ordem de 1,4 milhão de barris/dia, no ano de 2030. Foram habilitadas para o certame 11 empresas, sendo a proposta vencedora a do consórcio formado pela Petróleo Brasileiro S.A. (40%), Shell Brasil Petróleo S.A. (20%), Total S.A. (20%), CNPC International Ltd. (10%) e CNOOC International Limited (10%). Esse consórcio ofertou o valor mínimo requerido de 41,65% do excedente em óleo para a União e foi responsável pelo pagamento de R\$ 15 bilhões como bônus de assinatura, além de assumir o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R\$ 610,9 milhões.

As empresas ainda terão que cumprir cláusula contratual que estabelece parâmetro de conteúdo local de 37% para a fase de exploração e, para a fase de produção, de 55% para os módulos implantados até o ano de 2021, e de 59% para os módulos com início de produção a partir de 2022. Estima-se a necessidade de 12 a 18 plataformas para o desenvolvimento da produção em Libra, com a expectativa de geração de cinco mil empregos diretos para a construção de cada uma dessas plataformas. A adoção da política de conteúdo local garantirá a geração de emprego com alta qualificação e renda no território nacional e poderá ainda contribuir para que a indústria brasileira fornecedora de bens e serviços se torne competitiva em nível mundial. A cerimônia de assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013. A primeira perfuração por parte do consórcio vencedor no Campo de Libra deve ocorrer no início de 2015 e, cumprido o programa exploratório mínimo, a produção deve ser iniciada em cinco anos.

Da renda petrolífera esperada de Libra, estima-se que cerca de 75% ficarão com o Estado brasileiro, por meio do bônus de assinatura, de tributos, de *royalties* e do excedente em óleo.

Dessa forma, apenas com a área de Libra, as três esferas de governo, União, Estados e Municípios, deverão receber recursos da ordem de R\$ 1 trilhão nos próximos 35 anos, sendo que R\$ 638 bilhões serão destinados à saúde e à educação e R\$ 368 bilhões serão destinados ao Fundo Social.

No intuito de defender os interesses da União nas áreas contratadas na região do Pré-sal, foi criada a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural - Pré-sal Petróleo S.A. (PPSA), que fará a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos que sejam devidos à União. Em 2014, a PPSA terá sua implantação concluída, devendo, para tanto, contratar técnicos especializados do setor petróleo e gás para garantir o cumprimento de seu objeto social em relação à gestão dos contratos de partilha de produção.

b.2) Rodadas de Licitação de Blocos Exploratórios na Modalidade de Concessão

No dia 14 maio de 2013, foi realizada a 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, no modelo de concessão, com a oferta de 289 blocos em bacias maduras e em áreas consideradas de novas fronteiras tecnológicas e de conhecimento. Os blocos ofertados se localizam em 23 setores de 11 bacias sedimentares, quais sejam: Barreirinhas; Ceará; Espírito Santo; Foz do Amazonas; Pará-Maranhão; Parnaíba; Pernambuco-Paraíba; Potiguar; Recôncavo; Sergipe-Alagoas; e Tucano Sul. Participaram do processo licitatório 39 empresas oriundas de 12 diferentes países, entre elas a Petrobras, que arrematou 34 blocos. Como resultado, foram assinados 118 contratos de concessão, com arrecadação de R\$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura e o compromisso de investimento mínimo de R\$ 5,76 bilhões nas atividades de exploração.

Além disso, com vistas ao incremento do conhecimento geológico das bacias de novas fronteiras e à manutenção das atividades de produção nas bacias maduras, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013, a 12ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios, também sob o regime de concessão, tendo como foco a oferta de áreas com potencial para a descoberta de gás natural. Foram ofertados nessa rodada 240 blocos terrestres, que perfazem área 168,3 mil km², distribuídos nas Bacias do Acre,



do Parnaíba, do Parecis, de Sergipe-Alagoas, do Recôncavo, do São Francisco e do Paraná. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) habilitou, para participar do certame, 21 empresas, de diferentes nacionalidades. Do total ofertado, 72 blocos foram arrematados por 12 empresas, das quais quatro são estrangeiras. A assinatura dos contratos de concessão dessa Rodada proporcionará receitas de R\$ 165 milhões advindas de bônus de assinatura e R\$ 503 milhões de investimento mínimo nas atividades de exploração.

b.3) Estudos e Planejamento no Setor Petróleo e Gás Natural

No exercício de 2013, o Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) concluíram o estudo denominado *Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás*, que constitui base de informações a serem utilizadas no processo de planejamento do setor petrolífero nacional, conforme Portaria MME nº 350, de 10 de outubro de 2013.

Este instrumento estabelece zonas de interesse para o aproveitamento racional do potencial brasileiro no setor de petróleo e gás natural, tanto no âmbito de exploração & produção (*upstream*) quanto no de refino (*midstream*) e de abastecimento (*downstream*).

Os estudos integrantes do Zoneamento possuem previsão de atualização bienal e serão importantes ferramentas para o planejamento energético. Tal estudo também será utilizado para o planejamento na definição de áreas prioritárias para o desenvolvimento das atividades vinculadas à indústria do petróleo e gás natural, para as discussões sobre temas de ordenamento territorial e socioambientais, na definição das áreas prioritárias para os estudos e pesquisas geológicas a serem desenvolvidas no território nacional, e ainda nos estudos relacionados às Avaliações Ambientais de Área Sedimentar (AAAS), instituídas pela Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012.

Visando aumentar o conhecimento geológico das bacias sedimentares nacionais foram adquiridos 3.137 km lineares de dados sísmicos nas bacias sedimentares do Acre, Amazonas e Parnaíba (Estados do Acre, Pará, Maranhão e Piauí); coletadas mil amostras de solo nas bacias sedimentares do São Francisco e Tacutu (Estados da Bahia e Roraima); realizada a perfuração de um poço estratigráfico no norte da Bacia Sedimentar do São Francisco (Estado da Bahia) e nesta mesma bacia está em andamento o estudo de sistemas petrolíferos em cooperação com a Universidade Federal da Bahia (UFBA); processados 10 mil km² de sísmica tridimensional com objetivo no Pré-sal das bacias sedimentares de Campos e Santos; e, além disso, também foram processados dados sísmicos antigos das bacias sedimentares do Amazonas, Solimões, Paraná, Parnaíba, São Luís e Marajó (Estados do Pará, Amazonas, Paraná, Maranhão e Piauí) num total de 202.143 pontos de tiro.

Ainda em 2013, foi contratada a realização de aquisição de 2,2 mil km de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia Sedimentar dos Parecis (Estado do Mato Grosso) e a aquisição de 5 mil km de sísmica de reflexão bidimensional terrestre na Bacia Sedimentar do Paraná (Estado do Mato Grosso do Sul). Foi contratada também a coleta de mil testemunhos de fundo oceânico na Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas e a sondagem de 300 estações de magnetotélurico e transiente eletromagnético nas bacias sedimentares dos Parecis e do Paraná (Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná).

b.4) Arcabouço Institucional, Legal e Regulatório do Setor de Petróleo e Gás

No intuito de direcionar a destinação das receitas petrolíferas pelos entes federados, propiciando o melhor uso desses recursos e permitindo que a receita finita do petróleo possa proporcionar resultados duradouros para a população brasileira, o Governo Federal encaminhou o Projeto de Lei nº 5.500, de 2013, contendo regras para aplicação de parcela das receitas do petróleo e





do gás natural (*royalties* e participação especial), pela União e pelos entes federados, para a área da educação. O Congresso Nacional aprimorou o texto encaminhado e aprovou a Lei nº 12.858, sancionada em 9 de setembro de 2013, destinando tais recursos para as áreas de educação e saúde.

Convém destacar-se, ainda, a instituição do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), feita por intermédio do Decreto nº 8.127, de 22 de outubro de 2013, com vistas a permitir a atuação coordenada de órgãos da administração pública e entidades públicas e privadas para melhorar a capacidade de monitoramento e ampliar a velocidade de resposta em incidentes de poluição por óleo que possam afetar as águas sob jurisdição nacional, minimizando danos ambientais e evitando prejuízos para a saúde pública.

Ainda no exercício de 2013, por meio da Resolução CNPE nº 1, de 7 de fevereiro de 2013, foi estabelecida a política para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, além de estabelecer outras providências. Conforme o art. 3º da referida Resolução, será instituída comissão com a finalidade de acompanhar as ações no âmbito dessa política.

b.5) Reservas, Exploração e Produção

O Brasil possuía, em 31 de dezembro de 2012, reservas provadas de hidrocarbonetos de 18,19 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Ademais, nesse mesmo período apenas os blocos em exploração inseridos no Pré-sal, com avaliação já realizada, apresentavam estimativas de volumes recuperáveis entre 28,5 bilhões e 39,1 bilhões de boe.

A produção de petróleo e Líquido de Gás Natural (LGN), até novembro de 2013, ficou na média de 2,093 milhões de barris/dia. A produção média de gás natural brasileira, no mesmo período, totalizou 76,81 milhões de m³/dia, representando um incremento de 11% em relação ao mesmo período de 2012. Esse acréscimo decorre do aumento da produção dos campos de Lula, Gavião Real, Baleia Azul, Canapu, Jubarte e Mexilhão.

Tendo em vista os projetos de desenvolvimento da produção em implantação no País, espera-se que a produção de petróleo e gás natural, que atualmente é de 2,499 milhões de barris de óleo equivalente por dia (média até novembro de 2013), atinja 5,9 milhões de boe/dia até 2022, o que representará um aumento de aproximadamente 125% em relação à produção atual. Para este cenário, o Pré-sal responderá pela maior parte deste incremento na produção nacional, o que demandará elevados investimentos em exploração, produção e na indústria fornecedora de bens e serviços. Até novembro de 2013, as jazidas na sequência Pré-sal contribuíram com uma média de 396,7 mil boe/dia, o que representou aproximadamente 15,9% da produção nacional de hidrocarbonetos.

Em relação aos blocos exploratórios em atividade para petróleo e gás natural, em 2013 a ANP registrou 132 notificações de descobertas, sendo 70 em terra e 62 em mar. No mesmo período, a Agência recebeu 12 declarações de comercialidade.

Concluiu-se, em 2013, a perfuração de 510 poços, entre exploratórios e de produção, com uma média de 137 de sondas atuando no País. Destaca-se, nesse sentido, que a perspectiva de investimentos, no período de 2013-2017, para exploração e produção de petróleo pela Petrobras é de US\$ 147,5 bilhões.

Além da construção de oito plataformas do tipo FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência), que foram iniciadas em 2011, visando ao uso no desenvolvimento da produção nas áreas do Pré-sal, deverão ser construídas mais 21 FPSOs, no período de 2013 a 2018, o que contribuirá para o incremento na capacidade de produção de mais de 2,3 milhões de barris/dia de petróleo e 85 milhões de m³/dia de gás natural ao final desse período.





Cinco plataformas iniciaram a produção no ano de 2013. Em 5 de janeiro, entrou em funcionamento a plataforma Cidade de São Paulo, com capacidade para processar, diariamente, 120 mil barris de petróleo e 5 milhões de m³ de gás natural; em 16 de fevereiro, a plataforma Cidade de Itajaí, com capacidade para processar, diariamente, 80 mil barris de petróleo e 2 milhões de m³ de gás natural; em 6 de junho, a plataforma Cidade de Paraty, com capacidade para processar, diariamente, 120 mil barris de petróleo e 5 milhões de m³ de gás natural; em 11 de novembro, a plataforma P-63, com capacidade para processar, diariamente, 140 mil barris de petróleo e 1 milhão de m³ de gás natural; em 18 de dezembro, a plataforma P-55, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural. Destaca-se, ainda, a conclusão das plataformas de perfuração P-59 e P-60, construídas para perfurar poços em águas rasas.

Além disso, a plataforma P-58, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural, chegou à locação no Campo de Jubarte, na Bacia de Campos, em 13 de dezembro de 2013, após as obras de integração da plataforma no Estaleiro Honório Bicalho, em Rio Grande/RS.

Estão previstos para iniciar a produção, em 2014, além da P-58, cuja operação deverá ser iniciada em janeiro, outros quatro empreendimentos: i) a plataforma P-62, com capacidade para processar, diariamente, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural; ii) a plataforma P-61, a primeira do tipo TLWP (*tension leg wellhead platform*) no País, que irá operar em conjunto com a P-63 no Campo de Papa-Terra; iii) a plataforma Cidade de Ilha Bela, no Pré-sal, com capacidade para processar, diariamente, 150 mil barris de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural; e iv) a plataforma Cidade de Mangaratiba, também no Pré-sal, com capacidade para processar, diariamente, 150 mil barris de petróleo e 8 milhões de m³ de gás natural.

b.6) Contrato de Cessão Onerosa

A Petrobras apresentou no dia 19 de dezembro de 2013 a declaração de comercialidade das acumulações de Franco e Sul de Tupi, sugerindo Búzios e Sul de Lula, respectivamente, como nomes para os novos campos. Campo de Búzios (Franco) tem estimativas de 3,058 bilhões de barris de óleo equivalente (óleo entre 26° e 28° API). Durante a execução do Plano Exploratório Obrigatório de Franco, a Petrobras adquiriu dados sísmicos 3D em toda a área, perfurou dois poços obrigatórios e seis adicionais, com o objetivo de delimitar e caracterizar os reservatórios da jazida. Além disso, foi realizado um teste de formação estendido no Campo Sul de Lula (Sul de Tupi), que tem volume contratado por meio da Cessão Onerosa de 128 milhões de barris de óleo equivalente (óleo de boa qualidade, 27° API). A Petrobras adquiriu dados sísmicos 3D em toda a área e perfurou um poço, conforme previsto no Plano Exploratório Obrigatório.

b.7) Refino, Petroquímica e Logística

No setor de refino, destaca-se a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com investimentos na ordem de R\$ 35,8 bilhões, que se encontra na fase de implantação e tem previsão de partida em novembro de 2014. Menciona-se, também, a refinaria Premium I, no Maranhão, com investimentos da ordem de R\$ 41 bilhões, que se encontra na fase de terraplanagem, com previsão de início para outubro de 2017, e a refinaria Premium II, no Ceará, cujo terreno já se encontra de posse da Petrobras e que deverá iniciar suas operações também em dezembro de 2017, com alocação de cerca de R\$ 20,2 bilhões de investimentos. Essas iniciativas aumentarão a capacidade de refino em 1,46 milhão de barris por dia (bpd), o que representa um acréscimo de 80% na atual capacidade de processamento do Brasil.

No setor petroquímico, destaca-se a continuidade dos empreendimentos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj – Trem 1) e da Petroquímica Suape (PE), com investimentos da ordem de R\$ 26,5 bilhões e R\$ 8,8 bilhões, respectivamente.





Em relação à logística de transporte marítimo de petróleo e derivados, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) vem desempenhando papel fundamental na revitalização da indústria naval brasileira. O Programa está ampliando a frota de transporte marítimo de petróleo e derivados com a construção de 46 navios com capacidade total de, aproximadamente, 4 milhões TPB (Tonelagem de Porte Bruto). Atualmente, todos os 46 navios já foram contratados, sendo sete navios entregues e nove navios em construção. Os investimentos previstos são superiores a R\$ 12 bilhões. Destaque-se que, em 2013, foram entregues quatro navios: em 17 de janeiro, o navio Rômulo Almeida; em 20 de maio, o navio Zumbi dos Palmares; em 10 de outubro, o navio José Alencar; e em 16 de dezembro, o navio Dragão do Mar.

Para o ano de 2014, estão previstas as entregas de seis navios: em junho, o navio Anita Garibaldi e o navio Henrique Dias; em agosto, o 1º navio gaseiro Oscar Niemeyer; em setembro, o 5º navio do tipo Suezmax; e em novembro, o navio Irmã Dulce e o 2º navio gaseiro.

b.8) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

No decorrer do ano de 2013, foram concluídos três novos pontos de entrega (PE) de gás natural na Malha Sudeste (PE UFN III, PE Pindamonhangaba e PE UTE Baixada Fluminense). Adicionalmente cabe destacar o andamento das obras do Gasoduto Gasfor II no Ceará, da adequação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA), além do projeto de ampliação da capacidade de processamento do Terminal de Cabiúnas e da construção da unidade de processamento e gás natural UPGN Comperj, no Estado do Rio de Janeiro. A previsão é que em 2014 sejam concluídos o Gasfor II, a adequação na UTGCA e o PE Barra Mansa.

Em relação à malha de gasodutos, foi realizada em 2013 a primeira proposição de construção de um gasoduto de transporte, o Itaboraí-Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, cuja licitação para concessão será realizada em 2014. Para a expansão futura, a atual legislação do setor prevê a publicação do *Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do País (Pemat)*, que deverá apontar as necessidades de ampliação de gasodutos e de construção de novos em um horizonte de dez anos. A primeira edição do Pemat, em fase final de elaboração, será publicada em meados de 2014.

Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito

No tocante à regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL), destaca-se a construção do Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBahia), com início de operação previsto para janeiro de 2014. O projeto do terminal é constituído por um píer e um gasoduto de aproximadamente 45 km interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu, além de um navio com capacidade para regaseificar, diariamente, até 14 milhões de m³ de gás natural.

Fertilizantes Nitrogenados

A carteira de projetos de fertilizantes nitrogenados acompanhados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) é composta das Unidades de Fertilizantes Nitrogenados UFN III, UFN IV e UFN V, além da Unidade de Produção de Sulfato de Amônio na Fábrica de Fertilizantes Fafen/SE e da Unidade de Produção de Arla 32 (Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo) na Fábrica de Fertilizantes Fafen/BA, perfazendo um total de R\$ 12,5 bilhões em investimentos.

Dos empreendimentos com obras em andamento, destaca-se a Unidade de Produção de Sulfato de Amônio, localizada no Município de Laranjeiras em Sergipe, que se encontra em fase final de construção e montagem (C&M) e tem sua conclusão prevista para abril de 2014. Destaca-se, também, a Unidade de Produção de Ureia e Amônia de Três Lagoas (UFN III), em Mato Grosso do Sul, cuja conclusão está prevista para setembro de 2014.





Para contribuir com a implantação de novos empreendimentos de fertilizantes no País, considerando o caráter estratégico e a grande dependência do produto importado, foi criado o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (Reif), por meio da Lei nº 12.794, de 02 de abril de 2013. O Regime beneficiará pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para implantação ou ampliação de infraestrutura para produção de fertilizantes e de seus insumos.

b.9) Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural e Conteúdo Local de Bens e Serviços

Os contratos de concessão e de partilha para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural incluem a cláusula de conteúdo local sobre as fases de exploração e desenvolvimento da produção, visando assegurar preferência à contratação de fornecedores brasileiros sempre que suas ofertas apresentem condições de preço, prazo e qualidade equivalentes às de outros fornecedores convidados a apresentar propostas.

Nesse sentido, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) foi instituído contando com múltiplas iniciativas conectadas no sentido de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil. O Programa completou dez anos de atividades em dezembro, com um conjunto de resultados que demonstra sua importância para o desenvolvimento da indústria fornecedora nacional, na qual se insere a indústria de construção naval e *offshore*.

No ano de 2013, diversas ações do Prominp merecem destaque, entre elas: i) a substituição competitiva de importados, como a nacionalização de equipamentos; ii) a atração de empresas estrangeiras de alta tecnologia, em especial de equipamentos submarinos; iii) o apoio a arranjos produtivos locais e ao desenvolvimento de micro e pequenos fornecedores na cadeia de petróleo, gás natural e naval; iv) a formação de mais de cinco mil alunos no Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), totalizando mais de 97 mil alunos formados no período de junho de 2006 até o final de 2013; e v) a consolidação do Programa Progredir, que permite acesso a empréstimos a menores taxas de juros, com mais de 1,4 mil operações realizadas desde o início do Programa, em setembro de 2011, até o final de 2013, totalizando R\$ 7,7 bilhões em financiamentos concedidos.

b.10) Biocombustíveis

O Brasil ocupa posição de destaque no cenário internacional dos biocombustíveis como segundo maior produtor, responsável por aproximadamente 22,5% de toda produção mundial. No mercado interno, os biocombustíveis são extremamente importantes. A biomassa de cana representa 15,4% da matriz energética nacional, superando até a energia de fonte hidráulica dentre as energias de fontes renováveis. A participação dos biocombustíveis contribui para manter o alto índice (42,4%) de fontes renováveis da matriz energética nacional.

Na matriz veicular, o Brasil mantém a vanguarda mundial na utilização de biocombustíveis, na qual o etanol e o biodiesel são responsáveis por cerca de 20% do total de combustíveis utilizados em todo o País.

Em 2012 a produção brasileira de etanol foi de 23,5 bilhões de litros. Naquele período, o País consumiu 19 bilhões de litros e exportou o volume excedente. Dados estimados para 2013 indicam produção de cerca de 27 bilhões de litros, um aumento da ordem de 17% em relação a 2012. Impulsionada pela expansão do consumo de óleo diesel, a produção de biodiesel também cresceu 7,5% em 2013, relativamente a 2012, com a produção e o consumo de 2,9 bilhões de litros desse biocombustível.





No âmbito interno, o Governo acompanha permanentemente o mercado de biocombustíveis, mantém diálogo com os agentes produtivos, busca aperfeiçoar os marcos regulatórios, apoiar iniciativas de melhoria das condições de trabalho na colheita da cana-de-açúcar e adotar medidas visando atender regularmente a demanda, além de fiscalizar preços e qualidade dos produtos vendidos ao consumidor final. Numa perspectiva de médio e longo prazos, o Governo também acompanha e apoia o desenvolvimento de biocombustíveis de segunda geração e do bioquerosene de aviação, este já utilizado em um voo comercial em 2013.

Tendo como alvo a transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas globais, o Governo brasileiro busca expandir a produção e o consumo em países com potencial produtivo, notadamente os em desenvolvimento. Com essa finalidade promoveu, em conjunto com o *Global Bioenergy Partnership* (GBEP – Parceria Global de Bioenergia, um fórum internacional de cooperação voluntária na área de desenvolvimento sustentável da bioenergia), a Semana de Bioenergia, em março de 2013. Desse evento participaram cerca de 30 países, dos cinco continentes, tendo por foco a sustentabilidade em seus pilares ambiental, social e econômico. Com esse mesmo alvo, o Brasil vem atuando regularmente no âmbito do Mercosul, tendo participado da X Reunião do Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis, realizada no Uruguai.

Etanol

Além de dar continuidade a encontros, diálogos e troca de informações com representantes do setor produtivo, iniciados em 2011, visando subsidiar decisões governamentais frente às condições de oferta, demanda e logística de distribuição de etanol, foram adotadas importantes medidas para estimular o desenvolvimento do mercado desse biocombustível. Nessa linha, cabe registrar o aumento de 20% para 25% da mistura de etanol anidro à gasolina, ampliando o mercado interno e estimulando investimentos. Também merecem destaque a redução a zero da alíquota efetiva de PIS/Cofins do etanol (Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013).

Ainda no elenco das medidas de fomento à produção desse biocombustível, em 2013 foram estabelecidas condições mais favoráveis ao financiamento da estocagem de etanol, visando regularizar a oferta. Foi também reduzida a taxa de juros aplicável aos financiamentos para renovação e implantação de novos canais, objetivando estimular o aumento da produção e da produtividade.

No âmbito das obras de infraestrutura listadas no PAC 2, destaca-se o início da operação, em agosto de 2013, do primeiro trecho do Sistema Logístico de Etanol GO-MG-SP que liga a cidade de Ribeirão Preto a Paulínia, com capacidade de movimentar 12 bilhões de litros de etanol por ano. A iniciativa faz parte de parceria formada pela Petrobras com empresas privadas.

Como medida de médio e longo prazos, destacam-se as ações para o crescimento sustentável da produção com foco em ganhos de produtividade, redução de custos e aumento do fator de utilização promovido pelo Programa de Apoio à Inovação dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (Paiss). Os recursos previstos, da ordem de R\$ 4,2 bilhões, financiarão 24 iniciativas para a produção de etanol de segunda geração (produzido a partir da biomassa da cana-de-açúcar), esperando-se, para 2015, a produção de 168 milhões de litros de etanol por meio dessa tecnologia inovadora.

Biodiesel

O biodiesel é o mais novo biocombustível integrante de nossa matriz energética, misturado compulsoriamente ao óleo diesel fóssil desde janeiro de 2008. Nesse curto espaço de tempo, a meta de mistura de 5% de biodiesel ao diesel (B5) foi antecipada em três anos para janeiro de 2010, sendo comercializada nos mais de 39 mil postos de revenda no território nacional. Esse avanço coloca o País em posição de destaque no cenário mundial do biodiesel, atrás apenas dos Estados Unidos (maior consumidor) e da Argentina (maior produtor).





Em 2013, a capacidade nominal instalada atingiu 7,5 bilhões de litros, com 58 usinas autorizadas a produzir e a comercializar biodiesel nos leilões públicos. Embora, atualmente, 45 usinas sejam detentoras do selo Combustível Social, o que representa 91,6% da capacidade produtiva do setor, destaca-se que 98,9% do total de biodiesel comercializado nos leilões públicos foram oriundos de usinas detentoras desse certificado. O selo Combustível Social representa importante mecanismo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), concebido para promover a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva desse biocombustível e a redução de disparidades regionais.

Em 2013, o Brasil avançou na consolidação do modelo de comercialização de biodiesel. O Governo realizou estudos e audiências com os principais elos da cadeia produtiva, incluindo análise multicritério de impacto regulatório do PNPB, com o objetivo de aperfeiçoar o funcionamento do mercado, avançar no controle da qualidade desse biocombustível e avaliar a progressão do teor de mistura de biodiesel ao diesel de origem fóssil. A Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (Ceib), em 2013, acompanhou e analisou as propostas de aperfeiçoamento e flexibilização do selo Combustível Social e dos leilões de compra de biodiesel, dando ainda continuidade à interlocução com as partes interessadas envolvidas na cadeia de produção, armazenagem e distribuição de biodiesel, colhendo subsídios para revisão e atualização da proposta técnica de aperfeiçoamento do marco regulatório do biodiesel.

Importante medida implantada em 2013 foi a redução da periodicidade dos leilões públicos de três para dois meses e a alteração da sistemática desses certames, na qual as distribuidoras de combustíveis, por intermédio da Petrobras, indicam os volumes que estão dispostas a comprar de cada produtor. Essa medida resultou no aumento da competição do setor, bem como na valorização da relação cliente/fornecedor, estimulando a consolidação de um mercado mais organizado, valorizando fatores relativos ao atendimento de padrões de qualidade, regularidade de entrega e confiança contratual no relacionamento entre usinas de biodiesel e distribuidoras de combustíveis.

Da mesma forma, foi estabelecido o modelo de leilão para formação de estoque de segurança baseado na modalidade de opção de compra. Nesse modelo, ao invés de adquirir fisicamente o produto e transportá-lo até as suas instalações, o adquirente firma um contrato comercial em que o biodiesel continua no estoque regular do produtor, mas fica disponível para ser entregue ao adquirente, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, caso este exerça a opção dentro do prazo contratual. Com o novo modelo, obteve-se melhoria da logística e consequente redução de custos no setor.

Para 2014, o Governo avalia a possibilidade de aumentar o percentual de mistura de biodiesel ao diesel, visando reduzir importações de diesel mineral, obter maior valor agregado com o óleo e o farelo e ampliar os benefícios sociais e ambientais decorrentes do uso de biodiesel. Além disso, o Governo tem atuado no sentido de promover a diversificação das matérias-primas e o fortalecimento da inserção da agricultura familiar e de regiões carentes na cadeia produtiva do biodiesel.

Atualmente, cerca de 100 mil agricultores familiares de 75 cooperativas da agricultura familiar estão inseridos na cadeia produtiva do biodiesel, com a aquisição de matérias primas que somam mais de R\$ 2 bilhões. A expectativa para 2014 é que o PNPB atenda 110 mil famílias em 80 cooperativas da agricultura familiar, contando com o suporte de assistência técnica e extensão rural.

b.11) Fiscalização do Setor de Petróleo e Gás Natural

Em 2013, no âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural e das atividades de exploração e produção em plataformas, para um total previsto de 5.060 ações de fiscalização foram realizadas 6.806 ações, principalmente por meio de Termo de Cooperação com a Diretoria de Portos e Costas (DPC) do Comando da Marinha. As atividades de distribuição e revenda foram alvo de 16.958 ações de fiscalização contra uma meta anual prevista de 15 mil ações.





No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não conformidade ficou em torno de 1,6%, confirmando a tendência de declínio observada nos exercícios anteriores. Em 2013, até outubro, foram analisadas 222.167 amostras de combustíveis.

c) Geologia e Recursos Minerais

A estratégia governamental para o setor de mineração está desenhada no sentido de aumentar a competitividade, ampliar a participação do setor na economia e promover o desenvolvimento sustentável na atividade minerária.

Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) da mineração e da transformação mineral atingiu o valor de US\$ 88 bilhões, com participação de 3,9% no PIB nacional. No mesmo ano, o valor da produção mineral nacional foi de US\$ 51 bilhões, confirmando a posição do Brasil entre os cinco maiores produtores de bens minerais do mundo.

O setor figura ainda como um dos mais importantes para a balança comercial brasileira, com destaque para as exportações de minério de ferro e seus concentrados, que em 2013 responderam por 87% das exportações minerais de bens primários, o equivalente a 13,4% do total exportado pelo País naquele ano.

c.1) Novo Marco Regulatório da Mineração

A gestão pública do setor mineral, em 2013, promovida pelo MME e suas entidades vinculadas, consistiu em importantes ações para fortalecer, ampliar e promover a participação setorial no desenvolvimento socioeconômico do País.

O novo marco regulatório da mineração, proposta de modernização da legislação mineral brasileira, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados e tem como principais pontos: a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e da Agência Nacional de Mineração (ANM), em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); a melhoria da sistemática de outorga de direitos minerários; e uma nova política de *royalties* para o setor.

Com o objetivo de discutir e avaliar o novo marco regulatório, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial do Projeto de Lei (PL) nº 37/2011. No âmbito da Comissão foram realizadas, em 2013, dezesseis audiências públicas em Brasília e 16 encontros regionais nos Estados, em que estiveram presentes o MME e as entidades vinculadas do setor mineral, além dos diversos atores que compõem a indústria mineral nacional.

No plano institucional, está prevista para 2014 a realização de um estudo visando à reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), frente à proposta de implementação de uma nova legislação mineral.

c.2) Geologia e Recursos Minerais

A promoção do conhecimento geológico do território e do potencial mineral brasileiro, atribuição da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), é base essencial à indústria mineral e ao desenvolvimento do País, estando vinculada às políticas para o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Em 2013, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), foram investidos em geologia cerca de R\$ 192 milhões, o que possibilitou avanços nos mapeamentos geológicos e de recursos minerais em todas as regiões do País. Nesse ano, foram realizados importantes avanços, tais como levantamentos aerogeofísicos, com investimento superior a





R\$ 53 milhões e cobertura de 326.259 km² de área recoberta. Somam-se a isso a realização, em 2013, de análises geoquímicas em mais de 97.715 km², a partir de coleta e análise de amostras de sedimentos de corrente, solo, água, rocha e minérios.

Para 2014, destaca-se a expectativa de realizar produção de informações geológicas sobre 380 mil quilômetros quadrados e levantamentos aerogeofísicos em 166 mil quilômetros quadrados do território brasileiro.

c.3) Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Em conformidade com o Programa Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que integra o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o MME desenvolveu, em 2013, atividades para aprimorar a gestão dos recursos minerais no País. Nesse sentido destacam-se: a instituição de Grupo Interministerial de Trabalho para a normatização da Rochagem no Brasil, com aprovação da Lei nº 12.890, de 10 de dezembro de 2013, que inclui os reminalizadores na categoria de insumo destinado à agricultura; a realização de estudos de análise e prospecção de cenários futuros para usos e aplicações de elementos terras-raras no País, além da aprovação do Edital do Fundo Setorial Mineral (CT Mineral), para pesquisa e qualificação profissional na área dos minerais terras-raras; e a realização de oficinas de trabalho em Arranjos Produtivos Locais (APLs) e do X Seminário Nacional de APLs de Base Mineral.

Os objetivos setoriais previstos para 2014, no PPA 2012-2015, também incluem o estabelecimento de políticas de incentivo à implantação de uma cadeia de terras-raras no País; a ampliação dos trabalhos da Rede APL Mineral; e a realização de estudos e projetos visando à implantação das Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs), o que envolverá a avaliação de parâmetros técnicos, econômicos, socioambientais e demográficos de geração de renda e riqueza a partir dos bens minerais e de seus impactos nos outros setores econômicos.

2. Transportes

Em 2013, os investimentos na área do Ministério dos Transportes tiveram continuidade contribuindo para o necessário avanço do desenvolvimento econômico do País e a melhoria da qualidade de vida da população. Foram investidos R\$ 16.347 milhões conforme a seguir: Transporte Rodoviário – R\$ 8.363 milhões; Transporte Ferroviário – R\$ 2,5 milhões; Transporte Hidroviário – R\$ 128 milhões; Fundo da Marinha Mercante – R\$ 4.981 milhões e Outros Investimentos – R\$ 375 milhões.

Os empreendimentos de transportes do Governo Federal, consubstanciados na carteira do PAC 2012-2015, visam alterar o perfil atual da matriz logística brasileira, em prol de uma maior participação dos modais ferroviário e hidroviário.

Um dos focos da atual estratégia é o de priorizar os grandes gargalos de infraestrutura de transportes por meio de ações integradas ou pontuais que buscam privilegiar o aumento da capacidade em vias nacionais. Para isso, busca-se aumentar a participação da iniciativa privada tanto no processo de financiamento quanto na construção e operação de importantes projetos de infraestrutura de transportes. Este é o sentido da instituição do Regime Diferenciado de Contratações Integrado (RDC Integrado), em 2011, do Programa de Investimentos em Logística, lançado ao longo de 2012, e da publicação do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. Para incorporar a taxa de risco no processo orçamentário dos projetos, como previsto no Decreto, foi desenvolvido um novo modelo para a análise quantitativa de riscos em orçamentos de obras de infraestrutura.





A partir da instituição do RDC Integrado tem-se a possibilidade de uma mesma empresa executar o projeto de engenharia e a obra associada. Vale lembrar que no RDC Integrado não é possível incorporar aditivos contratuais em nenhuma etapa do empreendimento. Um exemplo de utilização do RDC Integrado é o Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), lançado em 2013, que sucede os antigos Programas Prosinval e Prodefensas. O Programa contempla ações que promovem a padronização da sinalização rodoviária, sob uma ótica de desempenho aprimorada. Por um período de cinco anos, as empresas contratadas terão seu desempenho constantemente avaliado com vistas ao alcance de padrões de excelência.

Ainda em 2013, para aprimorar e fortalecer a relação entre o interesse público e o privado em futuras parcerias, no âmbito do Programa de Investimento em Logística (PIL), foram aperfeiçoados os mecanismos de garantia de execução contratual e instituída a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal pelo Decreto nº 8.129, de 23 de outubro de 2013. No que se refere às garantias, o proponente de uma concessão do PIL deve apresentar uma declaração de instituição ou entidade financeira que o assessor, atestando viabilidade e exequibilidade do plano de negócios apresentado. Na prática o Governo passou a contar com uma espécie de seguro de garantia de execução contratual. Já no tocante ao aprimoramento da participação do setor privado na operação de infraestrutura de transportes, destaca-se a instituição da política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal com esperado impacto positivo em futuros leilões do setor de infraestrutura ferroviária.

Com o aprimoramento da contratação, da gestão e do processo de concessão de infraestrutura de transportes, espera-se, para os próximos anos, uma maior participação do capital privado no setor de infraestrutura de transportes. O montante de investimentos rodoviários contemplados pelo PIL deve atingir R\$ 46 bilhões no período de 30 anos de concessão, correspondendo à expansão, recuperação e manutenção da malha em 6.837,4 km. No que concerne ao setor ferroviário, a nova previsão é de investimentos da ordem de R\$ 99,6 bilhões, totalizando 11 mil km de expansão da malha. Na mesma linha, os investimentos privados previstos para no setor portuário, com arrendamentos e Terminais Privados, são da ordem de R\$ 54 bilhões. Por fim, no setor aeroportuário, a previsão de investimentos é de R\$ 9,15 bilhões apenas nos aeroportos de Confins (MG) e Galeão (RJ).

a) Planejamento

Dentre as principais ações de planejamento desenvolvidas em 2013 no âmbito da Política de Transportes destacam-se:

- A elaboração de estudos iniciados em 2012 para a reimplantação dos trens de passageiros nos seguintes trechos. Estudos concluídos em 2013: Capão do Leão, Pelotas e Rio Grande até o Balneário de Cassino, no Estado do Rio Grande do Sul; Conceição da Feira, Salvador e Alagoinhas, no Estado da Bahia; Estudos com conclusão prevista para 2014: Codó/MA, Teresina/PI e Altos/PI; Itapecuru Mirim-São Luiz, no Estado do Maranhão, em execução pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- O lançamento, em fevereiro de 2013, do Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), composto de um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e da indicação de áreas propícias para instalações portuárias;
- A divulgação, em agosto de 2013, do estudo *Caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros na Região Amazônica*, que avaliou a qualidade dos serviços prestados por terminais e embarcações da região;
- A conclusão do Plano Hidroviário Estratégico (PHE) estabelecendo cenários de evolução da demanda do transporte hidroviário a médio e longo prazos capazes de orientar os investimentos necessários; e





- Início da elaboração de estudos e pesquisas para desenvolvimento de metodologia para implantação de Centros de Integração Logística (CIL), com o objetivo de subsidiar políticas públicas voltadas à promoção da intermodalidade no transporte de cargas.

A elaboração de estudos e pesquisas, iniciados em 2012 com conclusão prevista para 2014, subsidiará o aprimoramento da Política de Outorgas das Rodovias Federais e propiciará o aperfeiçoamento das técnicas de gestão pública na área. Em 2014, terá início ainda o desenvolvimento de estudos de avaliação ambiental, que incorporará a dimensão ambiental ao planejamento estratégico setorial, de modo a alinhar a carteira de projetos aos objetivos do desenvolvimento sustentável. Ademais, em 2014, os estudos para a implantação do Museu Ferroviário Nacional serão complementados com um levantamento do acervo documental de caráter histórico e cultural.

b) Transporte Rodoviário

O conjunto das obras de infraestrutura rodoviária prioriza assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto, além do aumento de capacidade de transporte. Em 2013 foram investidos R\$ 8,4 bilhões.

b.1) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade

Pertencentes à carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos voltados à adequação e construção de rodovias objetivam o escoamento da produção, a ampliação da fronteira agrícola, a integração nacional e a interligação com os países da América do Sul. Em 2013 foram adequados e duplicados 219,1 km e construídos 485,8 km.

Destacam-se as seguintes obras, por região:

Região Norte:

- BR-153/TO, travessia de Miranorte (7 km) – obra concluída em 2013;
- BR-156/AP, trecho Ferreira Gomes-Oiapoque (308,9 km) – liberadas as condicionantes indígenas em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014;
- BR-163/PA, trecho Divisa MT/PA-Santarém (947 km) – executados 83,2 km de pavimentação em 2013, com previsão de execução de 50 km em 2014;
- BR-230/PA, trecho Divisa TO/PA-Rurópolis (855 km), incluindo o acesso a Miritituba (32,2 km) – executados 102,68 km de pavimentação em 2013, com previsão de execução de 150 km em 2014;
- BR-319/RO, ponte sobre rio Madeira (1,8 km) – executados o correspondente a 12% da obra em 2013, perfazendo o total de 98% concluído, com previsão para conclusão em 2014;
- BR-364/AC, trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul (504,8 km) – executados 11,04 km em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014; e
- BR-429/RO, trecho Presidente Médici-Costa Marques (304,3 km) – executados 38,3 km em 2013, com previsão de conclusão de 15 pontes em 2014.



**Região Nordeste:**

- BR-101/AL, trecho Divisa PE/AL-Divisa AL/SE (248,5 km) – executados 69,1 km de duplicação em 2013, com previsão de execução de 80 km em 2014;
- BR-101/PE, trecho Divisa PB/PE – Divisa PE/AL (191,6 km), incluído Contorno de Recife – concluído o trecho de duplicação da Divisa PB/PE – Igarassu e contratada a execução das obras do contorno de Recife em 2013, com previsão de execução de 60 km de duplicação e 15 km do Contorno de Recife em 2014;
- BR-101/RN, trecho Natal-Divisa RN/PB (81 km) – aberto edital para contratação da execução das obras complementares das marginais e viadutos entre Natal e Parnamirim em 2013, com previsão de execução de 10 km das marginais e 30% do viadutos em 2014;
- BR-101/SE, trecho Divisa AL/SE-Divisa SE/BA (204,3 km), incluindo o contorno de Aracaju – executados 6,7 km de duplicação em 2013, com previsão de execução de 77 km em 2014;
- BR-110/RN, trecho Mossoró-Campo Grande (78 km) – executados 36,6 km de construção e pavimentação em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-235/BA, trecho Divisa SE/BA-Divisa BA/PI (664 km) – contratado um lote em 2013, com previsão de contratação de mais dois lotes em 2014 e execução de 10 km em 2014;
- BR-235/PI, trecho Gilbués-Divisa PI/MA, Santa Filomena (130,2 km) – executados 25 km de construção em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- BR-324/BA, Via Expressa Porto de Salvador (4,3 km) – obra concluída em 2013;
- BR-408/PE, adequação de trecho Carpina – Entroncamento BR-232 (41,9 km) – executados 20,7 km e concluídas quatro obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão em 2014; e
- BR-418/BA, trecho Caravelas – Entroncamento BR-101/BA (72,8 km) – executados 3,3 km em 2013, com previsão de conclusão em 2014.

Para 2014, estão previstas, ainda, conclusão dos contornos das cidades de Mossoró (BR-304/RN) e de Campina Grande (BR-230/PB) e conclusão da duplicação da ponte sobre o rio Jaguaribe, em Aracati (BR-304/CE).

Região Sudeste:

- BR-050/MG, trecho Uberlândia-Araguari-Divisa MG/GO (68,4 km) – executados 16,4 km de duplicação em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-101/ES, duplicação do contorno rodoviário de Vitória (25,5 km) – obra concluída em 2013;
- BR-146/MG, construção e pavimentação Passos-Bom Jesus da Penha – licitação concluída em 2013, em 31 de outubro de 2013, com previsão de início em 2014;
- BR-262/MG, adequação de capacidade da travessia urbana de Uberaba (16,5 km) e marginais (11,3 km) – executados 2,3 km na marginal direita e 2,7 km na marginal esquerda em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-364/MG, Trecho Entroncamento BR-153/MG - Gurinhatã-Divisa MG/GO (222,5 km) – executados 11,2 km de pista simples em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;





- BR-365/MG, trecho Uberlândia-Entroncamento BR-153 (Trevão) (95,3 km) – executado 1 km de duplicação em 2013, com previsão de início das obras de arte especiais e do Trevão em 2014; e
- BR-493/RJ, construção do arco rodoviário do Rio de Janeiro (97 km) composto pelo trecho Entroncamento BR-040/RJ-Entroncamento BR-101/RJ (71 km), no qual foram executados 28 km de pavimentação em 2013 e pelo trecho Entroncamento BR-101/RJ (Manilha)-Santa Guilhermina (26 km), com previsão de início em 2014.

Região Sul:

- BR-101/SC, trecho Palhoça-Divisa SC/RS (248,5 km) – concluída a duplicação, 20% da ponte de Laguna e iniciados o Túnel do Formigão e a travessia de Laguna em 2013, com previsão de conclusão da Ponte de Laguna em 2014;
- BR-163/PR, contorno oeste de Cascavel (23,03 km) – obra concluída em 2013;
- BR-282/SC, adequação de travessia urbana – Município de Lages (SC) (5,9 km) – executados 1,2 km de pista principal, 3,3 km da via lateral direita, 1,2 km da via lateral esquerda e concluído um viaduto em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- BR-376/PR, contorno rodoviário de Maringá (17,6 km) – obra concluída em dezembro de 2013;
- BR-386/RS, trecho Tabai-Estrela (33,8 km) – executados 3,9 km de pavimentação e concluídas as obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014;
- BR-392/RS, trecho Pelotas-Rio Grande (85 km), incluído o Contorno de Pelotas – executados 13,5 km de pavimentação e 28% do Contorno de Pelotas em 2013, com previsão de conclusão da duplicação em 2014;
- BR-448/RS, trecho Sapucaia – Porto Alegre (22,3 km) – executados 10 km de construção em pista dupla e concluídos quatro viadutos em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- BR-480/SC – acesso norte de Chapecó (7,6 km) – executados 5,3 km da pista principal, 2,6 km da via lateral direita e 3,8 km da via lateral esquerda, com previsão de conclusão em 2014; e
- BR-487/PR, pavimentação Cruzeiro do Oeste-Tuneiras do Oeste (18,7 km) – obra concluída em 2013.

Região Centro-Oeste:

- BR-060/GO, trecho Goiânia-Abadia de Goiás-Jataí (315,4 km) – executados 27,22 km de duplicação, em 2013, com previsão de execução de 26,16 km e conclusão da obra em 2014;
- BR-158/MT, trecho Ribeirão Cascalheira-Divisa MT/PA (481,3 km) – executados 15 km de construção e pavimentação em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014;
- BR-163/364/MT, trecho Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil (378,4 km) – executados 45 km de duplicação em 2013, com previsão de execução de 90 km em 2014; e
- BR-242/MT, trecho BR-163/MT (Sorriso)-BR-158/MT (Querência) (481,1 km) – executados 90 km em 2013, com previsão de execução de 40 km em 2014.





b.2) Manutenção de Rodovias

A manutenção das rodovias brasileiras encontra-se estruturada em programas de manutenção, restauração, conservação e sinalização. Em 2013, 52.235,8 km da malha rodoviária federal pavimentada foram contemplados, conforme detalhamento a seguir, o que corresponde a cerca de 95% da malha:

- **Crema 1ª etapa e Crema 2ª etapa:** estão cobertos por este Programa 35.755,9 km de rodovias pavimentadas, por meio de contratos de dois anos e de cinco anos de duração e que preveem a realização de obras de recuperação do pavimento e execução dos serviços de manutenção e de conservação rotineira durante todo o prazo contratual;
- **Restauração Tradicional:** encontram-se em execução 2.712,4 km de obras de restauração do pavimento de rodovia, por meio da modalidade de serviços de restauração tradicional, em que são previstas intervenções substanciais da pista existente;
- **Conservação Tradicional:** estão cobertos 13.767,5 km de rodovias pavimentadas por meio da contratação de serviços de conservação preventiva e rotineira; e
- **BR-Legal- Segurança e Sinalização:** no âmbito do Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais (Prodefensas), foram executados, em 2013, 114 km de fornecimento e substituição de defensas. Quanto ao Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária (BR-Legal), que vem sendo implantado em substituição ao Programa de Sinalização nas Rodovias Federais (Prosinal) e Prodefensas, foram assinados, em 2013, 32 contratos referentes à 1ª Etapa, compreendendo uma extensão total de 17.573,3 km de rodovias federais. Para 2014, está prevista a assinatura de mais 82 contratos, que perfazem uma extensão de 41.968,0 km.

b.3) Operação Rodoviária

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) tem como objetivo principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Este Programa tem como meta a instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. Em 2013, foram instalados 429 equipamentos de controle de velocidade, com meta de instalação de mais 957, em 2014, perfazendo a totalidade de equipamentos previstos no Programa.

No tocante ao Plano Nacional de Pesagem (PNP), que visa fiscalizar o excesso de peso transportado na malha rodoviária federal, destaca-se que estão em operação 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV). A finalidade dos PPV é submeter à pesagem todos os veículos de transportes de carga e de passageiros, visando coibir o excesso de peso nas rodovias. Nesses postos, em 2013, foram fiscalizados 10,4 milhões de veículos. Em dezembro de 2013, foi publicado o Edital 0686/13-00 para licitação, por meio do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), dos projetos de construção e execução dos serviços de apoio técnico à operação de seis novos postos de fiscalização de excesso de peso.

Por meio dessa nova contratação, os postos passarão por um processo de modernização e serão denominados de Posto Integrado Automatizado de Fiscalização (Piaf). Para 2014, está prevista a licitação de mais 32 Piafs, e ainda, o início da reforma dos atuais PPVs que apresentarem viabilidade para operar de acordo com o novo modelo de fiscalização proposto.





b.4) Concessões Rodoviárias

O Programa de Concessões Rodoviárias tem como diretrizes principais a provisão de uma malha rodoviária ampla e de maior capacidade, moderna e integrada, cadeias de suprimentos eficientes e competitivas, além de modicidade tarifária.

Em 2013, o trecho BR-101/ES/BA, de 475,9 km, pertencente à Fase II da 3ª etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais, trecho não inserido no escopo do PIL, foi somado às 14 concessões já existentes referentes às 1ª e 2ª etapas, totalizando 5.239,7 km de rodovias concedidas.

Com a implantação do PIL, a partir de agosto de 2012, houve uma ampliação dos projetos de concessões rodoviárias, englobando as Fases I e III da 3ª etapa do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. A Fase I, composta por dois lotes referentes à BR-040/DF/GO/MG e BR-116/MG, perfaz um total de 1.753,5 km e a Fase III, composta por sete lotes referentes às BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO e rodovia TO-080; BR-050/GO/MG; BR-163/MT; BR-163/MS e BR-060/153/262/DF/GO/MG, perfaz um total de 5.273,1 km. O escopo quantitativo do PIL rodoviário, em 2013, contempla, portanto, nove lotes, com uma extensão total de 6.837,4 km.

O lote da BR-050/GO/MG foi leiloado com sucesso em setembro de 2013, com assinatura do contrato em dezembro de 2013. Os lotes da BR-163/MT, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-040/DF/GO/MG e BR-163/MS tiveram os leilões realizados com sucesso entre novembro e dezembro de 2013.

No âmbito do PIL, em 2013, foram realizadas audiências públicas para o aprimoramento dos estudos de viabilidade e das minutas de editais e de contratos, que na sequência foram submetidos à análise do Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão de controle externo, até o presente momento, aprovou os documentos referentes aos lotes: BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO e da BR-116/MG. Os documentos referentes aos lotes BR-101/BA; BR-262/ES/MG; BR-153/TO/GO e da BR-116/MG deverão ser novamente submetidos ao TCU após revisão de modelagem. É importante ressaltar que os lotes BR-163/MS e BR-153/TO/GO sofreram alteração em relação ao escopo inicialmente divulgado. Foram excluídas as rodovias BR-267/MS e BR-262/MS, bem como a rodovia TO-080, respectivamente. Essa alteração foi submetida à nova audiência pública.

Os lotes da BR-101/BA, BR-153/TO/GO, BR-262/ES/MG e BR-116/MG têm previsão de leilão para 2014.

Concluindo, pode-se destacar, dentre as características qualitativas dos lotes rodoviários do PIL, a ampliação de capacidade de rodovias pela duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos), com início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração Rodoviária (PER).

Destacam-se ainda diversas obras de grande relevância e que resultarão em benefícios aos usuários das rodovias concedidas, gerando melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto:

- Ampliação da Avenida do Contorno, em Niterói – BR-101/RJ (2,4 km), executados 57% da obra em 2013, previsão de conclusão em 2014;
- Duplicação da BR-101/RJ trecho Macaé-Campos (105,7 km), executados 42 km da obra em 2013, com previsão de conclusão em 2014;



- Duplicação da Serra do Cafezal, na rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP, executados 3,96 km da obra em 2013, com previsão de execução de 2,04 km em 2014;
- Duplicação da BR-116/PR, trecho Curitiba-Mandirituba (25,4 km), executados 5,04 km da obra em 2013, com previsão de continuação da execução da obra em 2014;
- Execução da nova subida Serra de Petrópolis, na rodovia BR-040/RJ (21 km), com execução de 4,2 km da obra em 2013, com previsão de continuação da execução da obra em 2014; e
- As obras previstas para serem iniciadas em 2014 são: construção do contorno de Florianópolis na BR-101/SC, na qual foi proposto novo traçado do contorno e que se encontra em fase de audiência pública; duplicação do trecho na Serra das Araras, na rodovia BR-116/RJ/SP, explorada pela Concessionária Nova Dutra e implantação da ligação da Ponte Rio-Niterói com a Linha Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro, a ser executada pela Concessionária da Ponte.

Para as concessões da 2ª etapa foram firmados em 2013 oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para execução das obras com cronogramas em atraso.

b.5) Transporte de Cargas

O transporte rodoviário autorizado de cargas, atividade econômica realizada por terceiros mediante remuneração, depende de prévia inscrição do interessado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC).

Estão regularmente inscritos no RNTRC, até dezembro de 2013, 902.856 transportadores, sendo 756.867 autônomos, 145.621 empresas e 368 cooperativas, com uma frota total de 2.058.866 veículos.

O Pagamento Eletrônico de Frete (PEF) visa formalizar o relacionamento entre embarcadores e transportadores rodoviários de cargas, tendo como foco os transportadores autônomos, as empresas de transporte rodoviário com até três veículos e as cooperativas cadastradas no RNTRC. Em 2013 foram habilitadas duas empresas administradoras de meio de pagamento eletrônico, totalizando 20 empresas. Entre janeiro e dezembro de 2013, foram cadastradas 5.311.994 operações de transporte.

Foram habilitadas, até 2013, cinco empresas para o fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório, cujos modelos devem ser, obrigatoriamente, aceitos em todas as praças de pedágio.

Quanto ao transporte rodoviário internacional de cargas, até dezembro de 2013 foram concedidas 410 habilitações a empresas brasileiras e 148 a estrangeiras. Atualmente, 692 empresas brasileiras estão autorizadas a transportar para território estrangeiro e 1.196 empresas estrangeiras estão autorizadas a transportar para o Brasil, com uma frota de 55.269 veículos brasileiros e 43.453 veículos estrangeiros.

A respeito do Transporte Multimodal de Cargas, o exercício da atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) depende de prévia habilitação e registro. No ano de 2013 foram habilitadas 63 OTM, dentre os quais um foi amparado pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, perfazendo um total de 447 habilitados.

No que se refere à fiscalização do transporte rodoviário de cargas (TRC), no ano de 2013, foram realizadas 20.273.692 fiscalizações, com percentual de 23,63% superior, em relação ao mesmo período de 2012. Do total de fiscalizações realizadas



nesse período, 20.102.360 referem-se à modalidade Excesso de Peso, sendo 20.090.034 fiscalizações em balanças rodoviárias e 12.326 fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal. Foram fiscalizados ainda 84.376 veículos quanto à regularidade no RNTRC e 31.215 veículos quanto ao PEF. No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 26.096 veículos. Na modalidade Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (Tric) 26.714 veículos foram fiscalizados. Ressalta-se ainda 2.335 fiscalizações referentes ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (TRPP). A partir dessas ações de fiscalização no TRC foram lavrados 159.782 autos de infração o que representa, em relação ao mesmo período de 2012, uma redução de 3,41%.

b.6) Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros

A rede do transporte interestadual de passageiros vem sendo ampliada e dinamizada por meio do Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Propass Brasil). Notadamente, em relação aos serviços interestaduais operados por ônibus rodoviários, após a aprovação final do Plano de Outorga pelo Ministério dos Transportes, foi publicado o Edital de Licitação nº 1/2013, em 29 de agosto de 2013, dando início ao processo licitatório de todo o sistema interestadual operado por ônibus rodoviário, com previsão de atendimento a quase 55 milhões de passageiros/ano, por meio de 2.110 linhas.

No ano de 2013 foram fiscalizados 326.553 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip). Do total de fiscalizações do Triip, 273.717 referem-se a veículos fiscalizados em Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA), localizados em terminais rodoviários de passageiros, 33.310 são referentes a veículos fiscalizados em Comandos Operacionais em rodovias, 1.666 veículos foram fiscalizados em atendimento a Ordens de Serviço, 1.029 veículos fiscalizados nas dependências de empresas (FDE) e outros 16.831 veículos fiscalizados na Ponte Internacional da Amizade. Essas ações resultaram na lavratura de 37.734 autos de infração no Triip.

c) Transporte Ferroviário

A existência de malha ferroviária com abrangência nacional confere ao País uma elevada capacidade de transporte, com baixo custo operacional e alta eficiência energética, contribuindo para aumentar a competitividade nos mercados internos e externos. As externalidades positivas advindas da maior utilização do transporte ferroviário impactam a geração de empregos diretos e indiretos em todo o Brasil. Em 2013 foram investidos R\$ 2,5 bilhões.

c.1) Expansão da Malha

O Brasil está realizando importantes empreendimentos visando à expansão de sua malha ferroviária que, quando plenamente concluídos, integrarão todas as regiões do País. Os projetos ferroviários em curso como parte dessa iniciativa são:

Ferrovias Norte-Sul

- Tramo Central: Palmas/TO-Uruaçu/GO (575 km) – o início das obras complementares, para conclusão do empreendimento, se deu em agosto de 2013, com execução de 3,22%. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 93,2%. Há previsão de conclusão das obras e início de operação para 2014; e
- Tramo Sul: Uruaçu/GO-Anápolis/GO (280 km) – houve execução de 12% das obras complementares, para conclusão do empreendimento, excluindo o Pátio de Anápolis que teve uma execução de 14,9%, em 2013. Há previsão de conclusão das obras complementares e início da operação para 2014.



**Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul**

- Trecho Ouro Verde/GO-Estrela d'Oeste/SP (681 km) – foram executados 42,9% de infraestrutura, 1% de superestrutura e 26% de obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014.

Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)

- Trecho Ilhéus/BA-Caetitê/BA (537 km) – foram executados 25% de infraestrutura e 28,9% de obras de arte especiais em 2013, com previsão de conclusão da obra em 2014; e
- Trecho Caetitê/BA-Barreiras/BA (485 km) – não houve execução em 2013 em razão da suspensão dos contratos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para que fossem feitas sondagens de verificação do solo. A previsão para 2014 é de execução de 35% das obras dos quais 37,5% de infraestrutura e 50,5% de obras de artes especiais.

Ferrovia Nova Transnordestina:

- Trecho Missão Velha/CE-Salgueiro/PE (96 km) – obra concluída em 2013;
- Trecho Salgueiro/PE-Trindade/PE (163 km) – executados 99% da infraestrutura, 98% das obras de arte especiais e 70% da superestrutura em 2013, com previsão de conclusão em 2014;
- Trecho Trindade/PE-Eliseu Martins/PI (420 km) – executados 42% da infraestrutura e 35% das obras de arte especiais (OAEs) em 2013;
- Trecho Salgueiro/PE-Suape/PE (522 km) – executados 55% da infraestrutura, 53% das obras de arte especiais e 35% da superestrutura em 2013; e
- Trecho Pecém/CE-Missão Velha/CE (527 km) – executados 4% da infraestrutura e 3% das obras de arte especiais em 2013.

Ferronorte

- Trecho Itiquira/MT-Rondonópolis e Pátio de Rondonópolis (91 km) – obra concluída em 2013.

c.2) Adequação da Malha

Em 2013, foram concluídas as obras de adequação ferroviária no Município de Paverama/RS e adequação ferroviária no Município de Santa Maria/RS. Além disso, foram concluídos os seguintes projetos: transposição sobre Via Férrea no Município de Dois Córregos/SP, contorno ferroviário no Município de Santos Dumont/MG, adequação ferroviária em Jaú/SP, adequação ferroviária em Botucatu/SP e obras de arte especiais no município de Rolândia/PR.

Com previsão de conclusão em 2014, destacam-se: a construção do Terminal Intermodal de Campo Grande (MS), a construção do contorno ferroviário e pátio de Tutóia, no Município de Araraquara/SP, a adequação ferroviária e pátio Anísio Braz no Município de Barra Mansa/RJ e a construção de contorno ferroviário no Município de Três Lagoas/MS.

c.3) Regulação

A agenda regulatória para o biênio de 2013/2014 referente ao transporte ferroviário foi aprovada por meio da Resolução nº 4.057, de 25 de março de 2013, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A agenda do transporte ferroviário de cargas é composta por 16 temas, nos quais se destacam: i) o regulamento de segurança na circulação de trens; ii) a padronização dos sistemas de sinalização de comunicações ferroviárias; e iii) o regulamento do operador ferroviário independente (OFI),





componente do novo modelo de acesso ao Subsistema Ferroviário Federal adotado no PIL. Mais quatro temas relacionados a este assunto foram incluídos na revisão da agenda: implantação e operação de terminais, regras sobre operações acessórias, regras para venda de capacidade operacional e regras sobre usuário investidor.

Consolidou-se, em 2013, a política de livre acesso ao subsistema ferroviário federal, com a publicação do Decreto nº 8.129, de 2013, com vistas à promoção de competição entre operadores ferroviários e à garantia de acesso de usuários e operadores ferroviários a toda a malha. E em atendimento à nova regra regulatória que prevê metas anuais de produção e de redução de acidentes, as concessionárias de serviços de transporte ferroviário deram prosseguimento ao Plano Trienal de Investimentos (PTI) para o período 2014-2016, com previsão de investimentos privados na ordem de R\$ 15 bilhões.

c.4) Concessão

O Programa de Concessões de Ferrovias tem como diretrizes principais a provisão de uma rede ferroviária ampla, moderna e integrada – cadeias de suprimentos eficientes e competitivas e modicidade tarifária.

Em cumprimento aos contratos de concessão, foi efetuada a revisão anual das tabelas de referência do serviço de transporte ferroviário concedido. Também foram autorizadas as seguintes obras e projetos:

- América Latina Logística (ALL) – Malha Paulista (190 km): duplicação do trecho Boa Vista/SP-Evangelista de Souza/SP – previsão de execução de 104 km em 2014; e
- Estrada de Ferro Carajás (991 km): Linha Tronco, com extensão de 891 km – executados 65 km em 2013, com previsão de duplicação de 85 km em 2014; e ramal Sudeste do Pará, com extensão de 100 km – com previsão de execução de 25 km em 2014;

No setor ferroviário, o PIL prevê investimentos de R\$ 99,6 bilhões em construção e/ou melhoramentos de 11 mil km de linhas férreas, conforme trechos: Açailândia/MA-Porto de Vila do Conde (Barcarena)/PA; Anápolis/GO-Estrela d'Oeste/SP-Panorama/SP-Dourados/MS; Lucas do Rio Verde/MT-Campinorte/GO-Palmas/TO-Anápolis/GO; Vila Velha/ES-Rio de Janeiro/RJ; Feira de Santana/BA- Ipojuca/PE; Uruaçu/GO-Corinto/MG-Campos/RJ; Mairinque/SP-Rio Grande/RS; Belo Horizonte/MG-Candeias/BA; Maracaju/MS-Engenheiro Bley/PR-Paranaguá/PR; Ferroanel de São Paulo/SP.

c.5) Transporte de Cargas e Passageiros

Ao longo de 2013 foram realizadas diversas parcerias e acordos de cooperação técnica com órgãos e entidades de diferentes esferas de Governo com o objetivo de realizar estudos de viabilidade para prestação de serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros.

Em maio de 2013, foi contratado, com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, um Consórcio de empresas que será responsável pela elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Socioambiental e Jurídico-legal (EVTESAL), do transporte ferroviário de cargas e passageiros no corredor Brasília/DF-Anápolis/GO-Goiânia/GO. Os estudos estão em andamento e deverão ser concluídos no segundo semestre de 2014.

Foi assinado, também, um Acordo de Cooperação Técnica entre os Ministérios da Integração Nacional, dos Transportes e os Governos do Distrito Federal e de Goiás, com o objetivo de avaliar a viabilidade técnica da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros entre as cidades de Luziânia/GO e Brasília/DF. Em junho de 2013 publicou-se o Edital de Licitação para contratação de





empresa especializada para realizar tal estudo. Concluído o processo licitatório, em dezembro de 2013, foi firmado contrato com o consórcio vencedor. O estudo será iniciado em janeiro de 2014, com previsão de conclusão para novembro de 2014.

Em setembro de 2013, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Minas Gerais, com o objeto de verificar a viabilidade da prestação de serviços de transporte ferroviário regular de passageiros utilizando a infraestrutura existente na região metropolitana de Belo Horizonte.

As ações preparatórias para implantação do Trem de Alta Velocidade (TAV) entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas estão em andamento com a realização de estudos socioambientais necessários ao licenciamento ambiental: estudos de fauna, flora, limnologia/qualidade de água, patrimônio arqueológico e áreas contaminadas.

d) Transporte Hidroviário

O incremento da participação do modal hidroviário é importante para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros e o fortalecimento econômico nacional. Em 2013 foram investidos R\$ 127,9 milhões.

d.1) Manutenção e Adequação das Hidrovias

Em 2013, visando atender ao disposto nas diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário (PNTH), foram executadas ações pontuais para garantir a manutenção da navegabilidade em mais de 6 mil km de hidrovias federais, além de investimentos em 800 km de extensão de hidrovias estaduais. Dentre essas ações, destacam-se: sinalização, balizamento, destocamento, dragagens, batimetrias e elaboração de cartas náuticas.

Concomitantemente, estão sendo realizados sete Estudos de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental (EVTEA) dos principais corredores hidroviários nacionais (Madeira-Mamoré-Guaporé; Amazonas; Paraná-Tietê; Tapajós-Teles Pires-Juruena; Brasil-Uruguai; Parnaíba e São Francisco) e, em outros dois corredores hidroviários os EVTEA estão em vias de contratação (Paraguai e Tocantins-Araguaia).

Foi concluído o projeto para o derrocamento dos pedrais localizados na Hidrovia do Tocantins, destacando-se o Pedral do Lourenço. A execução das obras de derrocamento dará segurança e confiabilidade ao transporte fluvial pela hidrovia do Tocantins e propiciará a integração logística do corredor Norte aos do Centro-Sul, Sul e Sudeste. Prevê-se, assim, uma alternativa para o fluxo de carga a partir da região Norte (Vila do Conde) com eliminação de gargalos logísticos em nível nacional.

Estão também em fase de elaboração de projeto os seguintes portos e terminais fluviais: Belém (terminal Condor), Abaetetuba, São Miguel do Guamá, Viseu, Cametá, Tucuruí, Conceição do Araguaia, Juruti, Oriximiná e Óbidos – todos no Estado do Pará, bem como Guajará Mirim no Estado de Rondônia.

Foram realizadas ainda, em 2013, ações de sinalização, balizamento e dragagem no rio Paraguai; manutenção de sinalização no rio Paraná; dragagem no rio Madeira, em Tamanduí; dragagem e sinalização no rio São Francisco e dragagem no rio Taquari.

Além disso, estima-se a aplicação de R\$ 900 milhões na hidrovia do Tietê. Em 2013 foi concluída a dragagem do canal de Igaracu. Para 2014, estão previstas a conclusão de cinco obras de adequação de pontes, melhorias em eclusas, o início das obras do atracadouro de espera de Bariri e a ampliação do vão da ponte Ayrosa Galvão.





Destacam-se para 2014, intervenções pontuais visando à manutenção das condições de navegação nas hidrovias nacionais, em atendimento às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, bem como a continuidade dos empreendimentos previstos no PAC, desde a elaboração dos EVTEs das Hidrovias do Amazonas, Madeira, Tapajós, Paraná, Parnaíba, São Francisco e Mercosul até a execução de dragagens e sinalização Hidrovias do Madeira, Tapajós, Paraná, São Francisco e Mercosul e os investimentos na Hidrovia do Tietê.

d.2) Construção de Terminais Fluviais

A existência de grande concentração de rios associada à rede rodoviária reduzida faz com que o transporte hidroviário na Região Norte seja a principal forma de locomoção e abastecimento entre as comunidades da região. O transporte hidroviário tem, portanto, impacto significativo na economia local, incentivando a atividade pesqueira, o turismo e o acesso sustentável aos produtos da floresta. Para melhorar as condições de acessibilidade, conforto e segurança do transporte hidroviário, diversas instalações portuárias estão em construção, em estágios diversos de execução:

- **Amazonas:** em 2013, foram concluídos os empreendimentos nos Municípios de Beruri, Tapauá, Boa Vista do Ramos, Carauari, Guajará, Itapiranga, Ipixuna, Canutama, Codajás e Coari. Encontram-se em fase de construção as obras nos Municípios de Barreirinha; Eirunepé; São Gabriel da Cachoeira; Itamarati; Careiro da Várzea; Iranduba/Solimões; Apuí; Japurá; Fonte Boa; Tonantins; São Paulo de Olivença; Novo Aripuanã; e Borba. Em fase de licitação, em 2013, encontram-se as obras dos Municípios de Anori, Anamá e Alvarães. Os projetos básico e executivo de engenharia das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), para atender aos Municípios de Envira e Silves, no Estado do Amazonas, encontram-se em análise para a aprovação. Para o ano de 2014, será publicado o edital de contratação das obras de IP4 dos Municípios de Parintins (Vila Amazônia), Tefé (Lago), bem como das obras remanescentes de Lábrea, Autazes, Tabatinga, Itacoatiara e Manacapuru;
- **Pará:** foi realizada campanha de levantamentos preliminares (topografia e batimetria) das áreas propícias para receber IP4, nos Municípios de Conceição do Araguaia, Tucuruí, São Miguel do Guamá, Viseu, Augusto Correa, Belém, Juruti, Cametá, Abaetetuba, Altamira e Oriximiná. Os editais para contratar os projetos de engenharia, bem como as obras, serão publicados em 2014; e
- **Rondônia:** em 2014, serão realizados os levantamentos para licitar a obra do IP4 do Município de Guajará-Mirim, que será integrada ao Convênio com o Governo do Estado de Rondônia para ampliação do Porto Organizado de Porto Velho.

e) Fomento à Indústria Naval

As ações de fomento à indústria naval brasileira propiciam alternativas logísticas mais baratas, além de mais eficientes do ponto de vista energético para o País. A atual carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) compõe-se de 402 projetos contratados com os agentes financeiros, no total de R\$ 40 bilhões. Atualmente, estão em construção 168 projetos com valor de R\$ 16,6 bilhões, abrangendo 160 embarcações e oito obras de construção, ampliação e modernização de estaleiros. Os investimentos abrangem os Estados do Amazonas, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ainda compõem a carteira do Fundo outros 234 projetos contratados, sendo três intervenções em estaleiros e 231 embarcações, cujas obras ainda não iniciaram, mas que representarão investimentos de R\$ 23,4 bilhões.

Em 2013, foram concluídas 77 embarcações e quatro projetos em estaleiros, com valor total de R\$ 3,9 bilhões. No que tange a desembolsos do FMM, o montante liberado atingiu o patamar recorde de R\$ 5 bilhões. Para os próximos anos, esse ritmo tende a ser acelerado, considerando o aumento da capacidade de produção (novos estaleiros), os financiamentos já contratados, bem





como as novas prioridades concedidas pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, que, atualmente perfazem R\$ 20,9 bilhões, abrangendo 250 projetos, sendo oito estaleiros e 242 embarcações.

O Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef I e II) já conta com sete embarcações finalizadas. Em 2013, foram concluídos os petroleiros Zumbi dos Palmares e Dragão do Mar e o navio de produtos José Alencar. Atualmente, estão em construção mais 16 embarcações para o transporte de petróleo e derivados, além de três comboios hidroviários para o transporte de etanol ao longo do Rio Tietê no âmbito do Promef Hidrovias.

Em 2013, o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante priorizou recursos para o projeto de construção de oito navios-sonda, para a exploração de óleo e gás na plataforma continental brasileira, em estaleiros nos Estados da Bahia, Pernambuco e Espírito Santo.

f) Incentivos para Investimentos no Setor Transportes

f.1) Debêntures de Infraestrutura

A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, criou incentivo fiscal para o financiamento de investimentos em infraestrutura junto ao setor privado e o Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, definiu como prioritárias as áreas de transportes e logística. O incentivo consiste na isenção ou redução do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos na aquisição de debêntures emitidas para financiar investimentos de infraestrutura.

A Portaria MT nº 009, de 27 de janeiro de 2012, estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em infraestrutura no setor de transportes e determina providências no sentido de divulgar o instrumento para o setor de transportes e logística, de modo que as primeiras emissões do setor ocorreram em seguida às alterações da Lei.

Foram aprovados, em 2013, sete projetos de investimentos para emissão de debêntures de infraestrutura, dos quais três realizaram a emissão com êxito na captação de R\$ 2,4 bilhões. Houve um aumento do valor emitido de 355% em relação a 2012, ano em que houve três emissões no valor R\$ 675 milhões.

Os recursos captados com as debêntures financiarão parte dos investimentos em infraestrutura de rodovias e ferrovias em melhores condições, já que o aumento da rentabilidade concedido pelo incentivo atrai maior número de investidores e aumenta a competição pelos papéis resultando na redução do custo de captação das concessionárias.

Os recursos advindos com as emissões de debêntures do setor de transportes, desde a criação do incentivo em 2011, e os volumosos investimentos previstos nas concessões rodoviárias e ferroviárias, apontam para a intensificação do uso das debêntures incentivadas para captação de recursos em 2014, resultando no crescimento do financiamento privado nos investimentos.

f.2) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura

A Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, criou o Regime Especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (Reidi), que consiste na suspensão da incidência da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as





aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, prestação de serviços e materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica habilitada.

Desde a criação do incentivo até dezembro de 2013 foram aprovados, no âmbito do Ministério dos Transportes, catorze projetos de investimentos para o enquadramento no Regime Especial, sendo que em 2013 foi aprovado um projeto para o enquadramento no Reidi de Construção de Ramal Ferroviário no Estado do Maranhão, com valor estimado das obras previstas no projeto de R\$ 152,7 milhões. A desoneração do Reidi implica a redução do custo estimada em R\$ 14 milhões.

O referido ramal conectará a Unidade Industrial de Celulose localizada no Município de Imperatriz/MA, à margem direita do rio Tocantins, com a Ferrovia Norte-Sul, no Município de João Lisboa, com extensão total de 24 quilômetros.

A perspectiva para 2014 é de aumento do número de projetos submetidos à aprovação do Ministério dos Transportes para enquadramento no Reidi devido aos leilões de concessões de rodovias e ferrovias que vêm sendo realizados.

3. Portos

Os portos brasileiros são responsáveis por mais de 95% do fluxo de comércio exterior do País, sendo, portanto um setor estratégico para o desenvolvimento nacional. Entre 2001 e 2012, houve um crescimento de 78,6% na movimentação de carga. Para o período 2012-2030, a projeção indica que a movimentação total tenha um incremento da ordem de 150%.

Neste contexto, as políticas e diretrizes do Governo Federal para o desenvolvimento do setor portuário contemplam o planejamento e o desenvolvimento institucional, bem como a melhoria da gestão e a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e da superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos.

a) Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário

a.1) Novo Marco Regulatório do Setor Portuário Nacional

A Medida Provisória nº 595, de 06 de dezembro de 2012, que introduziu o novo marco regulatório do setor, foi convertida na Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, e regulamentada por meio do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

Diversos dispositivos, tanto da Lei quanto do Decreto exigem regulamentações complementares, por meio de portarias ministeriais e interministeriais, resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e mesmo decreto presidencial. Até dezembro de 2013, a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) expediu 11 normativos e espera-se, em 2014, completar o conjunto de normas necessário à aplicação e ao funcionamento pleno do novo marco regulatório do setor.

Ressalte-se que a nova legislação manteve as diretrizes que visam ao aperfeiçoamento do modelo institucional do setor, com foco no aumento da movimentação de cargas, na redução de custos e no aumento da eficiência, com vistas a eliminar as barreiras ao fluxo do comércio exterior brasileiro.





a.2) Investimentos Privados nos Portos: Arrendamentos Portuários e Anúncios Públicos de Terminais de Uso Privado

A SEP/PR, juntamente com a Antaq, conduz duas ações complementares para a ampliação de capacidade do sistema portuário nacional: o Programa de Arrendamentos Portuários e Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs). Essas ações prevêm o montante de recursos privados para serem investidos da ordem de R\$ 54,2 bilhões até 2017, dentro do Programa de Investimentos em Logística, conduzido pelo Governo Federal.

O Programa de Arrendamentos Portuários visa à celebração de contratos de arrendamento, sempre precedida de licitação, em áreas localizadas dentro dos portos organizados. Na primeira fase do Programa, estão sendo desenvolvidos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para 159 áreas passíveis de serem arrendadas nos portos públicos brasileiros, relativas a contratos de arrendamento vencidos ou a vencer até 2017, com a previsão de investimentos de aproximadamente R\$ 17,2 bilhões.

Os referidos estudos foram divididos em quatro blocos, quais sejam:

1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO	4º BLOCO
Santos/SP	São Sebastião/SP	Maceió/AL	Rio Grande/RS
Vila do Conde/PA	Salvador/BA	Suape/PE	Porto Alegre/RS
Santarém/PA	Aratu/BA	Recife/PE	Imbituba/SC
Belém/PA	Paranaguá/PR	Cabedelo/PB	Itajaí/SC
Miramar/PA		Fortaleza/CE	São Francisco do Sul/SC
Outeiro/PA		Itaqui/MA	Rio de Janeiro/RJ
		Santana/AP	Niterói/RJ
			Itaguaí/RJ
			Vitória/ES
			Manaus/AM

Os blocos de arrendamento estão sendo objeto de consulta e audiência públicas, com o objetivo de colher subsídios junto à sociedade e, em especial, ao setor produtivo. Para o primeiro bloco, a consulta pública foi realizada entre os dias 12 de agosto de 2013 e 6 de setembro de 2013, a audiência pública do Porto de Santos (SP) ocorreu em 30 de agosto 2013 e a dos Portos do Estado do Pará, em 2 de setembro de 2013. Quanto ao segundo bloco de arrendamentos, o período de consulta pública foi de 30 de setembro de 2013 a 25 de outubro de 2013 e as audiências públicas para o Porto de São Sebastião (SP), Porto de Salvador/Aratu (BA) e Porto de Paranaguá (PR) ocorreram nos dias 17 de outubro de 2013, 18 de outubro de 2013 e 21 de outubro de 2013, respectivamente.

A entrega dos estudos do primeiro bloco de arrendamentos para análise do Tribunal de Contas da União (TCU) aconteceu em 11 de outubro de 2013. A expectativa é que a publicação dos editais de licitação para esse bloco ocorra em meados de 2014.

Com relação aos Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de TUPs, prevê-se que, mediante autorização, sempre precedida de chamada ou de anúncio públicos, instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados possam ser exploradas pelos agentes econômicos habilitados no processo de autorização.





A partir do segundo semestre de 2013, SEP/PR e Antaq passaram a realizar os referidos Anúncios Públicos. Os dois primeiros conjuntos de Anúncios, que possuíam maior expectativa do mercado, apresentaram os seguintes resultados:

ANÚNCIOS PÚBLICOS	PROponentes Interessados	PROponentes HABILITADOS	INVESTIMENTOS PREVISTOS	Nº DE UFs CONTEMPLADAS
Julho/2013	56	34	R\$ 5,68 bilhões	11
Agosto/2013	12	5	R\$ 137,2 milhões	3

Nos meses subsequentes, os Anúncios aconteceram à medida que os interessados apresentaram seu pleito à Antaq. Em 2013, foram realizados um total de 50 Anúncios Públicos contemplando 81 empreendimentos, distribuídos em 18 unidades da Federação, com investimentos previstos que somam R\$ 16,52 bilhões. Esses pleitos, abrangem 79 novas autorizações, uma ampliação de área maior que 25% e uma troca de perfil de carga.

Além dos pedidos para instalação de novos empreendimentos, foi autorizada a ampliação de área, menor que 25%, do TUP-Ultrafértil, em São Paulo, que independe de publicação de Anúncio Público, conforme previsto no novo marco regulatório. Ainda nessa esteira, está em curso o processo de ampliação do TUP-Brasfels, no Rio de Janeiro. Juntos esses TUPs representam investimentos da ordem de R\$ 2,28 bilhões.

a.3) Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional

Com o novo marco regulatório do setor portuário, o papel da SEP/PR como órgão planejador e formulador de políticas para o setor ficou definido de forma mais precisa, reforçando o trabalho de planejamento de longo prazo iniciado em 2010.

Em 2012, foi elaborado e entregue à sociedade o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) e os 15 Planos Diretores Estratégicos (Planos Mestres) dos principais portos públicos nacionais.

Em 2013, foram concluídos os Planos Mestres dos seguintes portos localizados em: Manaus/AM; Belém/PA, Santarém (PA) e Vila do Conde/PA; Porto de Paranaguá/PR e Antonina/PR; Porto de Santana/AP; Cabedelo /PB; Porto Alegre/RS; Pelotas/RS e Rio Grande/RS.

Com a nova legislação do setor, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZs) ficou a cargo das respectivas Autoridades Portuárias, cabendo à SEP/PR sua aprovação. A compatibilização entre o planejamento nacional, a cargo da SEP/PR (PNLP e Planos Mestres), e o planejamento local, de responsabilidade das Autoridades Portuárias (PDZs), será mediada por portaria ministerial da SEP/PR.

Ressalte-se que esses planos seguem as diretrizes do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conit) e se alinham com o PNLT.

a.4) Inteligência Logística Portuária

O Programa Inteligência Logística Portuária é composto por quatro projetos, em fase de desenvolvimento: i) Sistema de Atendimento Portuário Unificado – Porto Sem Papel (PSP); ii) Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações (VTMIS); iii) Cadeia Logística Portuária Inteligente; e iv) Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária (Infraport).





O Porto Sem Papel (PSP) tem a finalidade de desenvolver um sistema capaz de permitir a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária por meio de uma janela única, a padronização de documentos com a eliminação de papéis e a consequente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. Em 2013, o PSP cumpriu a meta estipulada de implantação do sistema em 35 portos brasileiros, já no 1º semestre. A criação da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), com o objetivo de harmonizar as atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias, visa contribuir para o objetivo de promover a desburocratização dos procedimentos de estadia dos navios nos portos brasileiros, perseguido pelo PSP e possibilitando a integração entre os sistemas dos vários anuentes portuários.

O *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS) objetiva implantar um monitoramento ativo do tráfego aquaviário, ampliando a segurança da navegação e a proteção do meio ambiente, além de aumentar a eficiência das operações portuárias. A primeira fase do projeto, iniciada em dezembro de 2011, visa à implantação do sistema em cinco portos brasileiros: Salvador/Aratu (BA); Vitória (ES); Itaguaí (RJ); Rio de Janeiro (RJ); e Santos (SP). Em 2012, iniciou-se a segunda fase, que consiste no desenvolvimento das ações preparatórias necessárias à implantação em mais 12 portos: Manaus (AM); Belém (PA); Vila do Conde (PA); Itaqui (MA); Suape (PE); Fortaleza (CE); Paranaguá (PR); Antonina (PR); São Francisco do Sul (SC); Itajaí (SC); Imbituba (SC); e Rio Grande (RS).

Os editais de licitação do VTMIS dos portos de Vitória (ES), Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ) foram publicados entre maio e junho de 2013, porém revogados para adequação dos instrumentos convocatórios, e republicados em janeiro de 2014. Quanto aos portos de Salvador/Aratu (BA) e de Itaguaí (RJ), os estudos conceituais para serem submetidos à Marinha do Brasil (MB), fase preparatória para a licitação, estão em fase final de conclusão, prevista para meados de 2014.

O projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente consiste em um sistema para o rastreamento e monitoramento da carga com destino final aos portos, sequenciamento e ordenamento do acesso terrestre de veículos, atendimento das exigências e regulamentações internacionais de segurança e disponibilização de informações com antecedência para a comunidade portuária e anuentes. O sistema será desenvolvido e implantado em 12 portos nacionais: Santarém (PA); Itaqui (MA); Pecém (CE); Fortaleza (CE); Suape (PE); Salvador (BA); Vitória (ES); Itaguaí (RJ); Rio de Janeiro (RJ); Santos (SP); Paranaguá (PR); e Rio Grande (RS).

Em 2013, as ações preparatórias para a implementação do projeto avançaram tanto no desenvolvimento do sistema de informação PortoLog – modelo de gestão do projeto –, como na conclusão de estudos necessários à implantação do projeto nos portos de Santos (SP), Fortaleza (CE), Pecém (CE) e Paranaguá (PR) e Vitória (ES).

O Projeto Infracport objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, por meio da aquisição e implantação de um sistema corporativo integrado governamental nas respectivas Autoridades Portuárias. O projeto, iniciado em fevereiro de 2012, será implementado nas sete Companhias Docas vinculadas à SEP/PR.

O sistema foi homologado em setembro de 2013, e o treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção, concluídos em novembro. Para 2014, espera-se a aquisição de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para dar suporte à utilização do sistema em cada companhia ainda no primeiro semestre, bem como ao uso pleno do sistema pelos gestores da SEP/PR e das Companhias Docas.





a.5) Modernização da Gestão nas Companhias Docas

O Programa Modernização da Gestão Portuária visa à reestruturação estratégica, de gestão e de processos das Companhias Docas vinculadas à SEP/PR, por intermédio da realização de diagnóstico e implantação de melhorias, seja nos processos internos da empresa (estruturas organizacionais, modelos de governança e demais aspectos da administração portuária), seja nos processos logístico-portuários, como entrada e saída de embarcações, liberação de cargas e passageiros e acessos terrestres.

Projeto-piloto do Programa está sendo implantado na Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), que administra os portos de Natal (RN), de Areia Branca (RN) e de Maceió (AL) e, posteriormente será implementado em outras Companhias Docas, como Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e Companhia Docas do Ceará (CDC).

Para os portos administrados pela Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia Docas do Pará (CDP), a estratégia da SEP/PR reside na contratação de uma empresa de consultoria para implementar o novo modelo de gestão, a partir de uma série de incentivos para a administração, com metas corporativas e financeiras. A contratação da referida empresa de consultoria redundou na edição, em 20 de dezembro de 2013, de Pregão Eletrônico de nº 09/2013, restando o recebimento de propostas das empresas interessadas previsto para o mês de janeiro de 2014.

Em 2014, como parte do trabalho de modernização da gestão nas companhias, dois artigos da Lei nº 12.815, de 2013 devem ser regulamentados. Em atenção ao art. 64, decreto presidencial introduzirá regras para os termos e as condições do Compromisso de Metas e Desempenho Empresarial a ser pactuado entre a SEP/PR e as companhias vinculadas. A regulamentação deste instrumento se fará por meio de Portaria Interministerial SEP-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a ser editada no início de 2014. Em complemento a esta iniciativa, deverá ser introduzido o honorário variável mensal dos dirigentes de Companhias Docas, eliminando-se a indexação a índices inflacionários dos honorários dos dirigentes destas companhias.

A segunda regulamentação que busca dar agilidade às ações de gestão das Companhias Docas refere-se à edição de Regulamento Simplificado de Contratação, previsto no art. 63 da nova Lei dos Portos, cujo resultado será uma maior agilidade na contratação de obras, serviços e aquisições por parte das administrações portuárias.

Esse conjunto de ações visa criar um ambiente de fortalecimento institucional para que as entidades tenham condições de exercer com plenitude o papel de Autoridade Portuária, pautado nas melhores práticas de governança corporativa.

b) Praticagem

Instituída por meio do Decreto nº 7.860, de 06 de dezembro de 2012, a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem (Cnap) tem o papel de propor medidas para apoiar a Autoridade Marítima – Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil (DPC/MB) a exercer seu papel de regulação econômica do serviço de praticagem. Os trabalhos da Cnap buscam aperfeiçoar o marco regulatório, a fim de reduzir ineficiências e gerar transparência e segurança institucional para o desenvolvimento do setor portuário nacional. Ressalte-se que a atribuição legal para assuntos praticagem é da DPC/MB, sendo a Cnap um fórum técnico para estudos, análises e proposições.

A comissão, presidida pelo DPC/MB, é composta pela SEP/PR, no papel de Secretaria Executiva; pelo Ministério dos Transportes (MT); pelo Ministério da Fazenda (MF), por meio da Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae/MF); e pela Antaq.





Como resultado dessa política de regulação dos serviços de praticagem, cabe mencionar o início do processo seletivo para contratação de novos Práticos em novembro de 2012, cujo resultado final foi homologado em 19 de dezembro de 2013. No âmbito da Cnap, foi concluída, em maio de 2013, a Consulta Pública nº 1/2013, da Metodologia de Regulação de Preços dos Serviços de Praticagem, e sua respectiva publicação, em junho de 2013, pela Autoridade Marítima, por meio da Portaria DPC/MB nº 284, de 26 de setembro de 2013. Atualmente encontra-se aberto o prazo para recebimento de contribuições da Consulta Pública nº 2/2013, referente aos preços máximos das Zonas de Praticagem de Santos (ZP-16), Vitória (ZP-14) e Salvador (ZP-12).

c) Gestão Ambiental Portuária

A SEP/PR desenvolve um conjunto de projetos e ações referentes à gestão ambiental portuária, das quais se destacam: i) Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos; ii) Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP); e iii) medidas institucionais para o aperfeiçoamento da legislação ambiental que afeta o setor portuário nacional, em especial a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, referente ao processo de licenciamento ambiental.

O PRGAP, instituído pela Portaria Interministerial MMA/SEP nº 425/2011, de 26 de outubro de 2011, consiste na elaboração de estudos ambientais, visando à emissão pelos órgãos ambientais competentes da licença ambiental de operação a portos administrados pelas Companhias Docas. O Programa conta com dez portos beneficiados: Areia Branca (RN), Natal (RN) e Maceió (AL), vinculados à Codern; Aratu (BA), Salvador (BA) e Ilhéus (BA), vinculados à Codeba; Vitória (ES), vinculado à Codesa; Rio de Janeiro (RJ) e Itaguaí (RJ), vinculados à CDRJ; e Santos (SP), vinculado à Codesp.

Em 2013, foi obtido o licenciamento de operação do Porto de Vitória (ES) e concluídos os estudos dos portos de Ilhéus (BA), do Rio de Janeiro (RJ) e de Itaguaí (RJ), dos quais o do porto baiano foi protocolado no órgão ambiental em fevereiro de 2013.

O Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos compreende um conjunto de ações que visa promover a conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais, das vigilâncias sanitária e agropecuária, relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos. O Programa será aplicado em 22 portos marítimos brasileiros.

As ações serão distribuídas em três fases. Concluída em maio de 2013, a primeira consistiu na elaboração de inventário e diagnóstico da situação atual de geração e movimentação de resíduos e efluentes, resultando em 22 *Manuais de Boas Práticas*, que contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. A segunda fase, iniciada em julho de 2013, caracteriza-se pela elaboração de projetos específicos à implantação das práticas indicadas nos manuais. A terceira fase, prevista para a partir de julho de 2014, corresponde à implantação das ações e obras projetadas na segunda fase, de acordo com as características de cada porto.

d) Programas e Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos

d.1) Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II

A Lei nº 12.815, de 2013, instituiu, ainda, o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária II (PND II), com vistas a manter as condições de profundidade e segurança estabelecidas no projeto de dragagem implantado. No PND II permanece





o conceito de “Dragagem por Resultado”, instituído pelo PND I, compreendendo, em síntese: i) aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação; ii) serviços de sinalização e balizamento; iii) serviços de monitoramento ambiental; iv) contratação em blocos (mais de um porto, em um mesmo contrato); e v) possibilidade de realização de licitações em âmbito internacional e de utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de que trata a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011.

d.2) Investimentos do PAC e PAC Copa

Estão sendo implementadas diversas ações nos portos brasileiros que visam capacitá-los a atender ao incremento da demanda por movimentação de cargas, impulsionada pelo crescimento econômico por que passa o País. Em 2013, alcançaram-se no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do PAC Copa e demais projetos os seguintes resultados:

Projetos e obras concluídos em 2013:

PAC Copa:

- Execução das obras de construção do Terminal Marítimo de Passageiros, instalação de estacionamento, pavimentação e urbanização do entorno do Terminal no Porto do Recife (PE).

PAC:

- Recuperação do Berço 201 do Porto de São Francisco do Sul (SC);
- Recuperação, alargamento e ampliação do cais comercial do Porto de Vitória (ES);
- Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos (SP), no Município de Guarujá (Margem Esquerda 1ª fase); e
- Projeto de construção de píer de atracação e ponte de acesso no Terminal Alamoá.

Projetos em andamento:

PAC Copa:

- Construção do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Fortaleza (CE) – 71% realizados;
- Construção do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN) – 68% realizados;
- Construção do Terminal de Passageiros do Porto de Salvador (BA) – 52% realizados;
- Alinhamento do Cais de Outeirinhos para promover a atracação de navios de grande porte, inclusive de navios de passageiros, no Porto de Santos (SP) – 46% realizados; e
- Reformulação dos armazéns 0, 3 e 4 para Terminal Internacional de Passageiros no Porto de Manaus (AM), compreendendo: recuperação estrutural dos cais flutuante do *Roadway* e Torres, restauração de armazéns, urbanização de pátios para estacionamento, construção de passarelas climatizadas para pedestres nas pontes de acesso (*Roadway* e Torres) – obras iniciadas em Novembro de 2013.





PAC:

- Construção do acesso rodoviário do Porto de Suape (PE) – 90% realizados;
- Construção do Berço 108 do Porto de Itaqui (MA) – 47% realizados;
- Construção de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE) – 28% realizados;
- Estudos e projetos para implantação do Porto de Águas Profundas do Estado do Espírito Santos – 95% realizados;
- Construção de berço nos *dolphins* do Atalaia, com retroárea, no Porto de Vitória (ES) – iniciada a elaboração do projeto executivo, com previsão de conclusão em julho de 2015;
- Reforço do píer de acostagem na Alamoia, no Porto de Santos (SP) – 5% realizados;
- Obra de dragagem de aprofundamento do acesso aquaviário ao Porto de Vitória (ES) – 42% realizados;
- Adequação dos molhes do Porto de Barra de Furado (RJ) – concluir os estudos e o projeto executivo e iniciar a primeira fase das obras; e
- Obra de dragagem de Aprofundamento, Porto de Imbituba (SC) – previsão de conclusão em 2014.

Demais projetos em andamento:

- Modernização do Terminal Portuário de Uso Misto do Pecém/CE – 70% realizados.

Projetos em licitação:

- Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 e Recuperação do Terminal de Múltiplo Uso 1 no Porto de Santarém (PA);
- Reforço estrutural do Cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ);
- Reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os Armazéns 12A ao 23, no Porto de Santos (SP); e
- Projeto de implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos (SP), no Município de Guarujá (Margem direita – 2ª fase).

Para o ano de 2014, pretende-se ainda:

- Iniciar e concluir a restauração do leito marítimo em área adjacente ao Molhe Leste do Porto do Rio Grande (RS);
- Iniciar o alinhamento e reforço do Berço 4 do Porto de Itajaí (SC) e modernização do Cais Público do Porto Novo em Rio Grande (RS);
- Iniciar a construção do pátio de estocagem para cargas pesadas no Cais Comercial do Porto de Vitória (ES);
- Elaborar Projeto de Dragagem de Manutenção e iniciar obra de Aprofundamento dos Canais de Acesso e Bacia de Evolução, no Porto de Paranaguá (PR);
- Elaborar projeto e iniciar obra de Dragagem de Manutenção no Porto de Rio Grande (RS);
- Iniciar a dragagem de adequação da navegabilidade no Porto do Rio Janeiro (RJ);
- Iniciar a dragagem de manutenção no Porto de Santos (SP);





- Iniciar a dragagem de manutenção no Porto de Fortaleza (CE);
- Iniciar obra de dragagem de aprofundamento do segundo berço (externo) do Terminal de Granéis Líquidos (TGL), no Porto de Maceió (AL);
- Iniciar obra de dragagem e derrocamento de áreas, no Porto de Itaguaí (RJ);
- Conclusão dos estudos para a construção do acesso e arrendamento do terminal de múltiplos usos do Porto de Suape (PE);
- Iniciar a dragagem dos berços dos cais 6 e 7 do Porto de Suape (PE); e
- Iniciar estudos para adequação do terminal de passageiros e para ampliação da capacidade de movimentação de carga do Porto de Santana (AP).

Portos Fluviais:

- Iniciar a construção do Terminal Hidroviário de Manaus Moderna, no Porto de Manaus (AM) – valor estimado R\$ 105 milhões;
- Iniciar a construção do Terminal Hidroviário Itacoatiara Novo, no Porto de Itacoatiara (AM) – valor estimado R\$ 27 milhões;
- Reforma e adequação do Porto de Porto Velho (RO) – valor estimado R\$ 27,3 milhões;
- Implantação do porto fluvial no rio Guaporé, no Porto de Guajará-Mirim (RO) – valor estimado R\$ 17,2 milhões;
- Execução de estudos e projetos para implantação de um Porto em Marabá (PA) – valor estimado R\$ 5 milhões; e
- Construção de Terminal Hidroviário no Porto de Altamira (PA) – valor estimado R\$ 14 milhões;

e) Regulação e Fiscalização do Setor Portuário

A Lei nº 12.815, de 2013 e o Decreto nº 8.033, de 2013 trouxeram aprimoramentos ao marco regulatório do setor, conferindo maior segurança jurídica, promovendo maior competição e redefinindo as competências institucionais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que passou a centralizar a regulação e a fiscalização de todos os agentes do modal aquaviário: Autoridade Portuária, Arrendatários, Operadores Portuários, Terminais de Uso Privado (TUP), Estações de Transbordo de Carga (ETC), Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4), Instalações Portuárias de Turismo (IPT) e Empresas Brasileiras de Navegação (EBN).

Em vista da mudança no cenário institucional, estão sendo revistos o Regimento Interno, o Planejamento Estratégico e a estrutura organizacional da Agência e será contratada consultoria especializada para rever os principais processos de trabalho, os fluxos procedimentais, a estrutura organizacional e a alocação da força de trabalho.

Em 2014, serão realizadas as licitações relativas aos arrendamentos nos Portos Organizados e as seguintes ações previstas: i) análise e instrução dos requerimentos de adesão ao Reidi, tendo em vista a edição da Resolução Antaq nº 3.106, de 16 de outubro de 2013 em conformidade com a Portaria SEP nº 124, de 29 de agosto de 2013, que estabelece os procedimentos para aprovação dos projetos de investimento em infraestrutura portuária; ii) contratação de pesquisas para obter indicadores de satisfação dos usuários dos serviços prestados pelas empresas reguladas pela Agência; e iii) apresentação do Planejamento Plurianual das Fiscalizações do Triênio 2014-2016, iniciativa relevante considerando o aumento significativo dos quantitativos de regulados, como consequência do novo cenário regulatório.





e.1) Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura dos Transportes Aquaviários

No segundo semestre de 2013, duas propostas de norma foram submetidas à audiência pública: a Resolução Antaq nº 3.066, de 18 de setembro de 2013, que dispõe sobre a autorização para construção, exploração e ampliação de TUP, ETC, IP4 e IPT; e a Resolução nº 3.093, de 08 de outubro de 2013, que estabelece procedimentos para a elaboração de projetos de arrendamento e aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos Portos Organizados.

Adicionalmente, foram realizadas duas audiências públicas para a obtenção de contribuições para o aprimoramento das minutas jurídicas (edital de licitação, contrato de arrendamento e seus respectivos anexos), necessárias à realização do certame licitatório nos portos organizados de Santos (SP), Belém (PA), Santarém (PA), Vila do Conde (PA) e Terminais de Outeiro (PA), Paranaguá (PR), Salvador (BA) e São Sebastião (SP).

Importante salientar, ainda, que a Antaq publicou 50 Anúncios Públicos para outorga de construção ou ampliação de Terminais de Uso Privado. Em 2013, foram celebrados quatro Contratos de Adesão e um Termo Aditivo para ampliação de Terminal já Autorizado, cujos investimentos previstos são da ordem de R\$ 2,48 bilhões.

No âmbito da navegação marítima e de apoio, foram emitidas 55 outorgas de autorização nas modalidades de navegação de Longo Curso, Apoio Marítimo, Apoio Portuário e Cabotagem, referentes a 35 novas empresas brasileiras de navegação autorizadas; e processadas 1.847 solicitações de liberação de carga prescrita à bandeira brasileira, para embarcações estrangeiras pertencentes a empresas estrangeiras de navegação que operaram no tráfego entre portos brasileiros e portos estrangeiros. A partir de maio de 2014, as empresas autorizadas a operar na navegação marítima e de apoio e na navegação interior deverão repassar informações mensais sobre suas operações e os valores cobrados pelos serviços efetuados por meio da ferramenta intitulada Sistema de Desempenho da Navegação (SDN).

Foram publicadas em junho de 2013 as Normas de Afretamento para a navegação de longo curso e liberação do transporte de carga prescrita à bandeira brasileira, para a navegação de cabotagem, para a navegação de apoio marítimo e para a navegação de apoio portuário, que introduziu alguns aperfeiçoamentos regulatórios e instituiu o Sistema de Gerenciamento de Afretamento na Navegação Marítima e de Apoio (Sama).

Em fevereiro de 2013, foi concluído o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH) e disponibilizados relatórios técnicos e executivos de cada uma das seis hidrovias analisadas: Solimões-Amazonas, Tocantins-Araguaia, São Francisco, Paraguai, Paraná-Tietê e Sul. Os estudos comprovaram o grande potencial de transporte das riquezas do País por hidrovia, além de apontar novas áreas para novos terminais hidroviários ao longo das principais hidrovias nacionais.

Também em 2013, foram emitidas 28 novas outorgas de autorização para operadores na navegação interior e foram aditados 40 Termos de Autorização, para operação de transporte hidroviário misto, de travessia e de carga.

Um dos destaques do ano de 2013 na navegação interior foi a divulgação, no mês de agosto, do estudo *Caracterização da oferta e da demanda do transporte fluvial de passageiros na Região Amazônica*. Desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Pará, o estudo produziu, pela primeira vez, uma estimativa da demanda de passageiros, obteve o perfil socioeconômico dos usuários e avaliou a qualidade dos serviços prestados por 106 terminais de passageiros e 602 embarcações da região. O conjunto das conclusões do estudo – que apontou uma movimentação anual de cerca de nove milhões de passageiros – contribuirá para a formulação de políticas públicas para a navegação interior e para a melhoria do padrão de atendimento aos usuários das embarcações e dos terminais.





e.2) Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transportes Aquaviários

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou, em 2013, 802 fiscalizações, sendo 191 ações de fiscalização em instalações portuárias, 433 na navegação interior e 178 fiscalizações na navegação marítima e de apoio. Das ações de fiscalização, 370 foram arquivadas sem pendências por parte dos regulados, correspondendo a 46,1% do total.

Como desdobramento, foram instaurados 69 processos administrativos de apuração de irregularidades – Processos Administrativos Contenciosos e Contenciosos Simplificados, sendo 27 na área portuária e 42 nas áreas de navegação marítima e interior; e celebrados 58 Termos de Ajuste de Conduta (TAC), 13 portuários e 45 na navegação marítima e interior.

Importante registrar que, em cumprimento ao Termo de Cooperação firmado entre a Antaq e a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), foram realizadas 16 auditorias. As auditorias visam checar a conformidade das instalações portuárias com as exigências internacionais da Organização Marítima Internacional (IMO), impostas pelo Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-Code).

4. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

O transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária, é grande vetor de desenvolvimento do País. O transporte aéreo é, ainda, imprescindível à integração nacional, pois ele é o único meio rápido de acesso a diversas regiões isoladas.

O indicador utilizado para mensurar o aumento da demanda pelo transporte aéreo doméstico de passageiros – número de passageiros pagantes multiplicado por quilometragem voada – apresentou incremento de 238% para os meses de janeiro a novembro de 2013, quando comparados ao mesmo período de 2003. O índice de ocupação das aeronaves, por sua vez, passou de 60,05% em 2003 para 75,84% em 2013. O crescimento médio do transporte aéreo desde 2003 representou mais de 3,5 vezes o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e mais de 14 vezes o crescimento médio da população no mesmo período.

Em 2013, contudo, observou-se aumento do preço das passagens aéreas domésticas, conforme dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cujo valor real médio foi 4,15% superior ao valor relativo ao primeiro semestre do ano de 2012, em decorrência de questões relativas à estrutura de custos das empresas aéreas, aspectos tributários, cambiais e, também, reflexo do custo do querosene de aviação, precificado por parâmetros internacionais.

Ainda assim, o aumento da renda média do brasileiro nos últimos anos permitiu a inclusão de novos usuários no setor de transporte aéreo, o que torna imprescindível a continuidade dos investimentos na adequação e expansão da infraestrutura e regulação do mercado de aviação civil no País.

a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos

Dando continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), criada por meio do Decreto nº 7.554, de 15 de agosto de 2011, os comitês técnicos apresentaram diversas realizações durante o ano de 2013.

O Projeto Eficiência nos Aeroportos, que busca a otimização do fluxo dos passageiros nos aeroportos, gerou benefícios aos clientes. Os aeroportos de Fortaleza (CE), Confins (MG), Santos Dumont (RJ), Galeão (RJ), Guarulhos (SP) e Congonhas (SP) foram contemplados em 2012 com o Projeto e apresentaram ganhos significativos de desempenho. Na sequência, em 2013, os aeroportos de Recife (PE) e Salvador (BA) também integraram o Projeto. A melhoria global média no desempenho dos





processos, que reflete o percentual de redução de tempo de processamento dos atos necessários para o fluxo dos passageiros, foi, respectivamente, de 14,89% e de 33,17%. No Aeroporto de Porto Alegre (RS), a melhoria global média no desempenho dos processos foi de 9,64%. A implantação do Projeto no Aeroporto de Curitiba (PR) foi iniciada em outubro de 2013. Os aeroportos de Manaus (AM) e Cuiabá (MT) serão contemplados no início de 2014.

O Governo Federal, em parceria com a *International Air Transport Association* (Iata) e demais atores do setor, iniciou, em maio de 2013, a implementação do projeto-piloto de cadeia logística de carga aérea segura (*Secure Freight*) no Aeroporto de Guarulhos (SP), com o objetivo de realizar a inspeção da carga fora do aeroporto e garantir que ela permaneça estéril até o seu destino, trazendo maior celeridade e segurança ao processo.

A partir do dia 15 de maio de 2013, por deliberação da Conaero, os órgãos anuentes responsáveis pelo processo de liberação de cargas começaram a funcionar durante 24 horas nos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Manaus (AM) e Galeão (RJ), que responderam por 76% de toda a carga aérea movimentada no País no ano de 2012.

Coordenou-se com êxito o planejamento das ações do setor de aviação civil para a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Jornada Mundial da Juventude, realizadas, respectivamente, nos meses de junho e julho de 2013, eventos que trouxeram ao setor aeroportuário grande movimentação de aeronaves e passageiros, nacionais e internacionais, além de exigir tratamento diferenciado para os diversos tipos de clientes de cada evento. Nas duas operações, foram coordenados 32 aeroportos com a alocação de 38.095 *slots* (horários de voos). Os níveis de atendimento dos serviços prestados aos passageiros obtiveram melhorias no período: a média do tempo de restituição de bagagem foi reduzida em 7,5%, em comparação com o feriado de carnaval de 2013 e houve também melhoria na pontualidade das chegadas. Houve redução de 14,9% para 11,9%, comparando-se junho de 2012 com junho de 2013 nos atrasos na chegada superiores a 30 minutos.

As novas regras sobre o acesso ao transporte aéreo de Passageiros com Necessidade de Assistência Especial foram publicadas para melhorar a qualidade do atendimento prestado às pessoas com deficiência, pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo, pessoas com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que, por alguma condição específica, tenha limitação na sua autonomia como passageiro.

No mês de fevereiro de 2013, iniciaram-se discussões com a sociedade para a regulamentação de novos procedimentos de utilização de horários e partidas (*slots*) em aeroportos que operam no limite de sua capacidade (coordenados) ou que sejam considerados de grande relevância para a malha aérea no Brasil (aeroportos de interesse). A minuta de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi submetida à audiência pública. O objetivo da nova norma da Anac é incentivar a melhor utilização dos *slots* pelas companhias aéreas, estimulando-se a eficiência e a concorrência e promovendo o acesso de novas companhias aos aeroportos com infraestrutura saturada. A partir das contribuições recolhidas durante a audiência, estão sendo promovidos estudos e visitas técnicas para aprimoramento da norma a ser publicada.

No mês de abril de 2013, foi realizada audiência pública sobre proposta de norma a respeito das condições gerais de transportes aplicáveis ao transporte aéreo doméstico e internacional de bagagem. As sugestões estão em análise na Anac.

Foram negociados Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA) que buscaram ampliar a conectividade do Brasil com o exterior, sendo os principais com os seguintes países: Aruba, Iêmen, Filipinas, Turquia, Luxemburgo e Cabo Verde. Além desses, foi firmado um ASA com a Comunidade Econômica e de Desenvolvimento da África Ocidental (Cedeao). A negociação dos acordos visa expandir a oferta de serviços aéreos aos cidadãos brasileiros por meio do incremento de capacidade e frequências, ampliação dos quadros de rota e a conquista de novos direitos de tráfego.





No plano internacional, destaca-se também a participação da delegação brasileira na Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), agência especializada da ONU. Quatorze documentos de trabalho (*Working Papers* e *Information Papers*) foram preparados pelo Brasil. A ampla participação do País nos debates no âmbito da Oaci corrobora o desenvolvimento regulatório do setor, em harmonia com os preceitos definidos internacionalmente. Registre-se que o Brasil obteve o maior número de votos para composição do Grupo I do Conselho, órgão diretivo da Oaci.

Ainda na esfera internacional, importante registrar que o Brasil apresentou à Oaci seu Plano de Ação para a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor.

b) Segurança, Fiscalização e Capacitação

Em outubro, foi publicada a agenda regulatória da Anac, para o ano de 2014, com o objetivo de direcionar o desenvolvimento e a atualização das normas do setor de forma transparente e com participação da sociedade. A agenda contém ao todo 28 temas prioritários para 2014. Com a contribuição de representantes da sociedade, estabeleceram-se diretrizes para as atividades normativas da Agência, com vistas a garantir a melhoria contínua dos processos organizacionais e do planejamento interno.

Em 2013, houve participação em importantes eventos, como a Reunião da Cúpula Panamericana de Segurança Operacional, cujo objetivo foi compartilhar estratégias para abordar áreas de risco para a segurança operacional na aviação, o Seminário Latino Americano de Suprimentos e Serviços para a Aviação, e o Seminário sobre qualidade de serviços aeroportuários, em parceria com o Governo dos Estados Unidos.

Visando à formação e capacitação de recursos humanos especializados para a atuação em aeroportos regionais, firmaram-se parcerias para ofertar cursos de capacitação de gestores de aeroportos regionais e de formação de bombeiros de aeródromos. Ao término de 2013, a expectativa é ter concluída a formação de mais de 740 profissionais. Em 2014, espera-se capacitar mais de 1,2 mil profissionais de aeroportos regionais, em diversas especialidades como gestão aeroportuária, operações aéreas, manutenção aeroportuária, segurança operacional e resposta às emergências aeroportuárias.

Na esteira de inovadoras melhorias operacionais que visam aumentar a eficiência e garantir elevados níveis de segurança operacional da atividade da navegação aérea, iniciou-se a ação que tem por objetivo apoiar e fomentar Grupos de Pesquisa de Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) que proponham soluções na área de tráfego aéreo que auxiliem a autoridade aeronáutica na sua responsabilidade pela implantação das referidas melhorias.

As ações de órgãos federais, municipais e concessionárias, foram coordenadas para a implantação, melhoria e operação de equipamentos ILS (*Instrument Landing System*) em diversos aeroportos. Espera-se que até o fim do primeiro semestre de 2014, tenham início as operações dos novos equipamentos de ILS nos aeroportos de Guarulhos (SP) – categoria III –, Porto Alegre (RS) – categoria II –, Joinville (SC), Uberlândia (MG) e Vitória (ES) – categoria I –.

c) Outorgas a Aeródromos Civis Públicos

Com a publicação do Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, que regulamentou o modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização, foram recebidos oito requerimentos formais, dos quais três já resultaram na publicação de Plano de Outorga Específico pela Secretaria de Aviação Civil (SAC/PR), sendo que os demais casos encontram-se em andamento.





Além disso, foi aprovado, por meio da Portaria da SAC/PR nº 110, de 08 de julho de 2013, o Plano Geral de Outorgas (PGO) para a exploração de aeródromos civis públicos, importante documento da política pública setorial que estabelece as diretrizes e os modelos de exploração de aeródromos civis públicos em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil (Pnac).

Em relação ao processo de delegação da exploração de aeródromos civis públicos aos demais entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios), foram assinados, em 2013, cento e cinquenta e oito termos de convênio, incluindo os processos de modernização das delegações existentes, a regularização de aeródromos civis públicos explorados sem instrumento de delegação e a celebração de convênios de novos aeródromos em processo de homologação.

d) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária

Teve continuidade o processo de concessão para exploração da infraestrutura aeroportuária, iniciado em 2012, com a realização do leilão para a concessão do Aeroporto de Guarulhos e do Aeroporto de Campinas, ambos no Estado de São Paulo, e do Aeroporto de Brasília, no Distrito Federal. O trabalho de acompanhamento periódico das obras e demais obrigações contratuais relativos a essas concessões aponta que os cronogramas têm sido cumpridos conforme o esperado. Desde o segundo semestre de 2012 e durante todo o ano de 2013, foram executadas as obras exigidas nos respectivos contratos de concessão: melhorias de pista, construção de pátio de aeronaves, *taxiways*, ampliação de áreas de segurança operacional, construção de novos terminais de passageiros e reforma/expansão das infraestruturas existentes, e novos estacionamentos para veículos, entre outros. Ademais, os investimentos anunciados até 2014 pelos três consórcios vencedores, com vistas ao atendimento da crescente demanda por transporte aéreo, bem como a realização da Copa do Mundo, superaram as exigências do edital.

Após o sucesso da primeira rodada de concessões, realizou-se em 22 de novembro de 2013, o leilão de concessão do Aeroporto do Galeão (RJ) e do Aeroporto de Confins (MG). O valor adjudicado para o aeroporto do Galeão foi de R\$ 19,02 bilhões e o valor para Confins foi de R\$ 1,82 bilhão, o que representa um valor 3,52 vezes maior que o valor mínimo de R\$ 5,9 bilhões definido pelo Governo para as duas concessões.

Assim como na primeira rodada, as concessões foram feitas por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais a Infraero possui participação de 49% e que terão como principais responsabilidades a ampliação da infraestrutura e a gestão dos aeroportos.

O modelo trouxe alguns aprimoramentos com relação às concessões anteriores. Nessa nova rodada, foi exigido que o operador aeroportuário tivesse experiência em pelo menos um aeroporto com movimentação mínima de 22 milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para o Galeão, e 12 milhões de passageiros em um único ano, nos últimos cinco anos, para Confins. Além disso, o operador deveria deter pelo menos 25% de participação societária no consórcio vencedor. Os prazos de concessão serão de 25 anos para o Galeão e de 30 anos para Confins.

Previsões iniciais indicam investimentos da ordem de R\$ 9,15 bilhões nesses dois aeroportos, sendo R\$ 5,65 bilhões no Galeão e R\$ 3,5 bilhões em Confins. Esses investimentos incluirão a ampliação dos terminais de passageiros com construção de novas infraestruturas e expansão das existentes, melhorias e construção de novas pistas de pousos e decolagens, novos estacionamentos e pátios para aeronaves.

Concedida à iniciativa privada em 2011, a construção do novo Aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte/São Gonçalo do Amarante – Governador Aluizio Alves atenderá a região da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. A previsão é que o aeroporto esteja operando em abril de 2014. No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa), destinado à





construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com Estados da Federação, no exercício de 2013, foram aprovados os projetos dos convênios de Linhares/ES, Cabo Frio/RJ, Cascavel/PR, e Santo Ângelo/RS, sendo que esse último teve autorização para início da obra.

O Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos, anunciado em 20 de dezembro de 2012, contempla, dentre outras vertentes, investimentos em construção, reforma, ampliação, modernização de 270 localidades/aeroportos regionais.

Nesse contexto, foi publicada, em 20 de junho de 2013, a Lei nº 12.833 (conversão da Medida Provisória nº 600, de 20 de setembro de 2012) que, entre outras providências, alterou a Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, no que se refere à gestão e administração dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), e o Decreto nº 8.024, de 04 de junho de 2013, que estabelece que o Banco do Brasil S.A. poderá, em nome da União, adquirir bens e contratar obras e serviços de engenharia e técnicos especializados, voltados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos. Em junho de 2013, foram publicados, respectivamente, a Portaria Interministerial SAC/PR-MF nº 360, de 19 de junho de 2013, que define a remuneração do Banco do Brasil S.A. pela prestação dos serviços, e foram estabelecidas em contrato as obrigações, regras, diretrizes e procedimentos para a gestão e administração de recursos do FNAC.

O estudo de projeção de demanda para cada um dos aeroportos/localidades constantes no Programa foi concluído em julho de 2013. A previsão de início das contratações das obras e aquisição de equipamentos é maio de 2014. Para 2014, também está prevista a entrega de 86 Caminhões Contra Incêndio de Aeródromo (CCI), a partir do 1º trimestre, com vistas a aumentar o nível de proteção contra incêndio dos aeródromos constantes no Programa.

Saliente-se, ainda, a importância das obras e investimentos realizados nos aeroportos operados pela Infraero, durante o ano de 2013, com destaque para os aeroportos localizados em: Salvador/BA, Macapá/AP, Curitiba/MT, Vitória/ES, Carajás/PA, Ilhéus/BA, Uberlândia/MG, Belo Horizonte/Pampulha/MG, Petrolina/PE, Santarém/PA, Palmas/TO, Marabá/PA, Macaé/RJ, Joinville/SC, Foz do Iguaçu/PR, Porto Velho/RO, Rio de Janeiro/Galeão e Florianópolis/SC.

Em relação à logística de carga, foram movimentadas pelos terminais de carga (Rede Teca) da Infraero 353,1 mil toneladas de carga, possibilitando uma arrecadação de R\$ 268 milhões até o mês de setembro de 2013.

Entre as principais obras concluídas em 2013 na Rede Infraero, destacam-se i) as obras de ampliação do pátio de aeronaves dos aeroportos de Salvador (BA), Macapá (AP) e Carajás (PA); ii) reforma e ampliação do terminal de cargas do aeroporto de Curitiba (PR); iii) reforma e adequação do sistema de balizamento da cabeceira da pista do aeroporto de Uberlândia/(MG), iv) recuperação do pavimento do pátio norte e sinalização, bem como a construção da nova torre de controle, incluindo o acesso viário, do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte/MG; v) intervenções realizadas nos terminais de passageiros dos aeroportos de Petrolina/PE, Santarém/PA e Marabá/PA; e vi) obras de manutenção operacional efetivadas nos aeroportos de Palmas/TO, Macaé/RJ, Altamira/PA e Campina Grande/PB. Até o final de 2013, estima-se que tenham sido concluídas as intervenções relacionadas ao terminal de passageiros, pátio e pistas dos aeroportos de Foz do Iguaçu/PR, Galeão (RJ), Vitória/ES, Porto Velho/RO, Petrolina/PE, Porto Alegre/RS, Campo Grande/MS e de Navegantes/SC.

Por fim ressalta-se a retomada, em 2013, das obras de construção do terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia (GO); o início das obras para ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS); e os projetos básico e executivo para ampliação da pista de pouso e decolagem, implantação da pista de táxi e área de teste de motores e restauração da pista de pouso e decolagem, pista de táxi e pátio de aeronaves para o Aeroporto de Aracaju (SE).





5. Comunicações

O Governo tem trabalhado para ampliar as políticas públicas de comunicação, meio fundamental para o desenvolvimento econômico com inclusão social, assim como para o exercício pleno da cidadania e da democracia.

Fazendo frente às recentes denúncias de espionagem, o Decreto nº 8.135, de 04 de novembro de 2013, prevê a obrigatoriedade da adoção de serviços de correio eletrônico e suas funcionalidades complementares oferecidos por órgãos e entidades da administração pública federal e a dispensa de licitação para contratação de redes de telecomunicações de propriedade do Governo. Com isso, os *e-mails* trocados dentro da rede de Governo estarão protegidos de violações externas, desde que não caiam em redes abertas de comunicação eletrônica, garantindo ao Estado brasileiro a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações na troca de comunicações eletrônicas.

No âmbito internacional, o Brasil tem assumido a liderança nas discussões sobre um novo modelo mundial de governança da Internet, com vistas a democratizar a gestão da rede e garantir a privacidade dos usuários. Nesse sentido, o País sediará conferência internacional para debater o novo modelo de governança global da Internet, em abril de 2014, na cidade de São Paulo/SP, em parceria com a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN)*, entidade estadunidense que atualmente administra a Internet. A ideia do encontro surgiu a partir do discurso proferido pela Presidenta da República na abertura da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), em Nova York, sobre o tema.

a) Radiodifusão

a.1) Televisão Digital

O ano de 2013 foi extremamente significativo para a consolidação do processo de implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), especialmente em razão das alterações regulatórias e da aceleração de digitalização das geradoras e das retransmissoras dos sinais de televisão aberta.

Nesse sentido, diversas ações foram realizadas a fim de proporcionar os benefícios do SBTVD à população usuária dos serviços de TV Digital, garantindo, ao mesmo tempo, que todos continuem recebendo o sinal de televisão mesmo após o processo de desligamento da transmissão analógica, que terá início em janeiro de 2015.

No que se refere às questões regulatórias, com a publicação do Decreto nº 8.061, de 29 de julho 2013, o processo do desligamento do sinal analógico de TV, anteriormente fixado para 30 de junho de 2016, passou a ser escalonado a partir de 1º de janeiro de 2015, com encerramento em 31 de dezembro de 2018, mediante cronograma.

Em linha com esse cronograma está sendo elaborado o Plano de Comunicação com o objetivo de informar a população sobre o processo de desligamento do sinal analógico de TV, e o Projeto de *Call Center/Help Desk* com capacidade de atender e informar todos os envolvidos. Será ainda realizado estudo da política de subsídios destinada às famílias que não disponham das condições para adquirirem o aparelho adequado à recepção do sinal de TV digital. Até dezembro de 2013, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) promoveu o replanejamento de 6.503 canais de televisão, objetivando a melhoria do espectro para a transição do sistema analógico para o digital.

Foram conduzidos, em 2013, testes para verificar a taxa mínima necessária para a transmissão de programação com boa qualidade técnica visual em *Standard Definition (SD)* e *Full High Definition (Full HD)* no sistema de radiodifusão de sons e imagens digital. A partir da definição dessas taxas, os canais públicos e as emissoras educativas que aderirem ao Canal da





Cidadania terão segurança para determinar a configuração mais adequada às características das suas programações, bem como às características das localidades em que prestam serviço. O trabalho foi baseado em recomendações da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e apresenta resultados obtidos a partir de avaliações subjetivas, com a participação de um grupo de pessoas classificando a qualidade das imagens dos vídeos em diferentes taxas, e de análises objetivas, realizadas por meio de *software* que simula a percepção da imagem pelo ser humano.

Atualmente, 90% das emissoras e mais de 54% das retransmissoras analógicas, em caráter primário, já foram consignadas a operar com tecnologia digital. Tão logo concluído o trabalho de replanejamento de canais de televisão pela Anatel, serão consignadas cerca de 7 mil retransmissoras que precisam de um canal digital para operar.

É importante registrar que todas as TVs, a partir de 32", e 10% dos celulares fabricados no Brasil já contemplam a tecnologia do *middleware* de interatividade Ginga.

No âmbito internacional, em 2013, deu-se seguimento à cooperação técnica em matéria de TV Digital aos países latino-americanos e africanos que adotaram o padrão Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-T) e em agosto de 2013, um representante do Governo brasileiro assumiu a Secretaria Geral do Fórum ISDB-T Internacional.

Durante o ano de 2013, foram realizadas, ainda, audiências públicas sobre TV Digital com enfoque especialmente na transição e na destinação da faixa de 700 Megahertz (MHz) e, em 2014, a publicação do cronograma de transição da TV Digital e a licitação da faixa de 700 MHz enviairão do Governo mais debates com a sociedade.

a.2) Rádio Digital

Os estudos técnicos visando à digitalização dos serviços de radiodifusão sonora tiveram avanços no ano de 2013, com estabelecimento de duas linhas de trabalho visando ao estudo dos diversos tipos de área de cobertura, e à ocupação do espectro de radiofrequência, tendo em vista o congestionamento do espectro nos grandes centros urbanos.

Os trabalhos realizados no âmbito do conselho consultivo do rádio digital indicaram a necessidade de execução de novos testes, já que a cobertura do sinal, na maior parte dos testes iniciais, ficou aquém da esperada, inclusive, da cobertura do sinal analógico. Melhores resultados poderão ser obtidos com mudanças na configuração dos dois sistemas testados, DRM (europeu) e HD Radio (americano).

a.3) Migração das Emissoras de Rádio que Operam na Faixa Amplitude Modulada para a Faixa Frequência Modulada

O Decreto nº 8.139, de 08 de novembro de 2013, que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora OM, atende a uma antiga solicitação dos radiodifusores, qual seja, a migração das emissoras de rádio que operam na faixa AM para a faixa FM.

A migração das outorgas de serviço em OM na faixa AM para o serviço na faixa FM permitirá a sobrevivência de várias entidades, uma vez que o comprometimento do acesso da população à programação gerada, seja pela qualidade do sinal, seja pela opção dos fabricantes na produção de receptores somente para a faixa FM, tem resultado em perda de audiência, inviabilizando a sustentabilidade desses veículos, com possível impacto na pluralidade dos meios de comunicação.





Com essa mudança, espera-se que as 1.772 emissoras que operam na faixa AM em todo o Brasil recuperem a sua audiência. Para isso, as emissoras terão prazo máximo de um ano para requerer a mudança da frequência de AM para FM, cabendo ao poder concedente avaliar, caso a caso, a demanda de acordo com o plano básico de distribuição dos canais. Se deferido o requerimento, será emitida autorização para que as emissoras possam continuar operando simultaneamente nas duas faixas, por um período de até cinco anos, prazo final para a migração definitiva.

a.4) Rádio, Televisão e Retransmissora de Televisão

No exercício de 2013, foram celebrados contratos de outorgas com 45 emissoras de rádio e com uma de TV. Ainda foram autorizadas 38 retransmissoras de televisão (RTV), contribuindo para que mais de 97% da população do País recebam o sinal de televisão em sua residência.

A atualização e modernização das normas de radiodifusão trouxeram ganhos, destacando-se a simplificação de procedimentos e estabelecimento de regras para as emissoras iniciarem a operação dos serviços de radiodifusão e seus ancilares em caráter provisório, estabelecendo tratamento isonômico entre as emissoras e permitindo que a população tenha acesso mais tempestivo aos serviços que a emissora almeja lhe prestar.

Com a edição da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, a União promoveu a desoneração da folha de pagamento de diversos setores da economia, dentre eles, das empresas de radiodifusão e jornalísticas. E com a Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, que alterou o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), foi dispensada a necessidade da prévia anuência do poder concedente para a modificação do quadro diretivo das entidades detentoras de outorgas de serviços de radiodifusão, promovendo maior celeridade ao processo.

Em 2014 será dado prosseguimento aos trabalhos para o desenvolvimento de metodologia para a realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das outorgas com vistas ao estabelecimento de proposta de cálculo do preço mínimo da outorga, tornando-o mais compatível com a realidade do mercado.

Em 2014, está previsto o lançamento do Plano Nacional de Outorga para RTV e para radiodifusão comercial, este último condicionado à aprovação da metodologia mencionada. Serão realizadas ainda novas rodadas para outorga de RTVs secundárias no País com o objetivo de possibilitar maior oferta dos sinais de televisão no interior do País mediante procedimento específico para esse tipo de outorga.

No que tange à radiodifusão pública, em 2013, foram consignados mais 12 canais públicos, sendo 67% deles para localidades do Norte e Nordeste. São serviços de radiodifusão sonora em FM, de retransmissão de sons e imagens e de radiodifusão de sons e imagens digitais.

Em relação à Radiodifusão Educativa, houve prosseguimento na análise dos processos relativos aos avisos de habilitação publicados nos anos de 2011 e 2012. Em 2013, 7,96% dos Municípios detinham pelo menos uma emissora de Radiodifusão Educativa. Para 2014, a meta é avançar no sentido de se atingir o índice de pelo menos 20% dos Municípios até 2015.

a.5) Radiodifusão Comunitária

No ano de 2013, catorze avisos de habilitação foram publicados, contemplando 740 Municípios, incluindo um aviso de habilitação que abrangeu Municípios localizados em áreas de assentamento e de influência da BR-163. Este aviso integra umas das ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), uma vez que cada emissora local poderá





promover o convívio social, prestar serviços de utilidade pública e contribuir para democratização dos meios de comunicação especialmente por serem as rádios comunitárias importantes instrumentos de cidadania.

Até dezembro de 2013, foram outorgadas 107 novas autorizações para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Em 2013 foi lançado o Plano Nacional de Outorga (PNO 2014), que contemplará, nos avisos de habilitação ao longo do ano, Municípios onde ainda exista demanda por novas outorgas para estes Serviços.

a.6) Canal da Cidadania

Com a publicação da Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, em 18 de dezembro de 2012, estabeleceu-se o prazo para que os Estados, Municípios e o Distrito Federal, ou fundações e autarquias a eles vinculadas, solicitem autorizações para explorar o Canal da Cidadania. Os Municípios ou fundações e autarquias a eles vinculadas terão prioridade até 18 de junho de 2014 e, após esse prazo, os Estados e o Distrito Federal ou fundações e autarquias a eles vinculadas poderão solicitar a autorização.

Visando acelerar a implantação do Canal da Cidadania nos Municípios, foi publicada a Portaria/MC nº 57, de 13 de março de 2013. A partir dessa alteração, as emissoras educativas que já possuem outorgas para transmitir o sinal de TV Digital, desde que vinculadas a governos estaduais e municipais, podem solicitar autorização para utilizar o recurso da multiprogramação, funcionando nos moldes do Canal da Cidadania. Assim, nas capitais do País e em outras localidades marcadas pelo congestionamento do espectro de frequências, seria possível dispor, no curto prazo, da programação institucional de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos conteúdos produzidos pela comunidade, ampliando o pluralismo na TV Digital brasileira.

Até dezembro de 2013, cento e cinquenta e dois Municípios tinham demonstrado interesse em executar o serviço, encontrando-se os processos em análise técnica e jurídica. Após a conclusão dos processos de outorga solicitados pelos Municípios, pelo Distrito Federal, pelos Estados ou pelas fundações e autarquias a eles vinculadas, serão abertos avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias, que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

a.7) Loudness

Foi realizada consulta pública sobre proposta de norma relativa a variação de volume entre a programação de rádio e TV e os intervalos comerciais veiculados durante a exibição da programação das TVs abertas, chamado mundialmente de *loudness*.

Ao longo de 2012 e 2013, foram realizados testes na TV Brasil (sinais analógico e digital) e Rádio Nacional FM, emissoras pertencentes à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Os resultados obtidos demonstraram que essas emissoras, mesmo sem fazer um controle rigoroso do áudio, atendiam ao disposto na Portaria MC nº 354, de 11 de julho de 2012, que regulamentou a padronização do volume de áudio nos intervalos comerciais da programação dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Depois da realização desses testes, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, promoveu duas alterações na legislação que trata de *loudness*. A primeira é que as regras sobre elevação injustificada do áudio passaram a se aplicar apenas aos serviços de radiodifusão transmitidos por tecnologia digital (e não mais a todos os serviços de radiodifusão) e a segunda que as sanções cabíveis passaram a observar o princípio de gradação válido para outras infrações cometidas pelas emissoras de radiodifusão.





a.8) *Very High Frequency* – VHF Alto

Com a publicação da Portaria MC nº 14, de 06 de fevereiro de 2013, indicando uma possível destinação futura da faixa de 698 MHz a 806 MHz para sistemas de telecomunicações móveis, foram iniciados estudos para verificar as condições necessárias para utilizar a faixa de *Very High Frequency* (VHF) alto na radiodifusão de sons e imagens digitais, atualmente em funcionamento apenas na faixa de *Ultra High Frequency* (UHF).

A utilização dessa faixa permitirá a disponibilização de sete canais para acomodar aqueles que eventualmente sejam afetados pelo replanejamento do espectro nas localidades com congestionamento na faixa destinada ao serviço de televisão ou para expandir o próprio serviço no futuro, inclusive para a implantação dos canais públicos previstos no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006.

a.9) Fiscalização dos Serviços de Radiodifusão

As ações de fiscalização dos serviços de radiodifusão, buscando garantir a prestação de serviços em conformidade com as normas legais e regulamentares, atingiram, em 2013, o índice de 56% de fiscalização das emissoras de rádio e TV.

O Plano Anual de Fiscalização (PAF) para o ano de 2014, lançado em julho de 2013, consolida a estratégia de fiscalizar todas as estações de radiodifusão brasileiras até o final de 2015. A Portaria MC nº 1.613, de 09 de agosto de 2012, criou os sorteios para o acompanhamento da radiodifusão (SAR), tendo sido realizados até dezembro de 2013, dez sorteios para definir os Municípios para fiscalização de todas as entidades executantes dos serviços de radiodifusão, licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório. Também foram fiscalizadas todas as emissoras localizadas em todas as capitais brasileiras.

Também foram regulamentados, em 2013, os procedimentos relativos à aplicação de sanções administrativas às entidades exploradoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, no que se refere a infrações relativas ao conteúdo da programação veiculada e aos aspectos legais, contratuais e societários, aumentando, assim, a transparência quanto aos processos adotados pelo MC.

Como resultado do fortalecimento da ação fiscalizatória, até dezembro de 2013, foram publicadas 1.205 portarias de sanções administrativas, o que corresponde a um acréscimo de 61% em relação ao ano de 2012. As sanções de multa aplicadas totalizam mais de R\$ 4,1 milhões (o que equivale a um aumento em torno de 217% das multas aplicadas em 2012). Além das sanções de multa, foram aplicadas 44 advertências; vinte e sete suspensões; uma cassação e uma revogação de portaria de autorização. Esses totais não incluem a aplicação de sanções referentes a infrações de aspectos técnicos, que são de competência da Anatel.

b) Infraestrutura de Telecomunicações

Um conjunto de ações voltadas para a expansão e desenvolvimento da infraestrutura de telecomunicações vem sendo realizado. No último trimestre de 2011, as empresas concessionárias do serviço de telefonia fixa na modalidade local – Oi/Brasil Telecom, Vivo/Telefônica, CTBC/Algar e Sercomtel – mediante Termos de Compromisso – iniciaram a oferta de serviço de acesso à Internet de pelo menos 1 Mbps (megabits por segundo) por até R\$ 35,00. A meta atual é de ampliar a disponibilidade destes serviços nas localidades-sede de todos os Municípios até o fim de 2014, incluindo as cidades-sede da Copa do Mundo da FIFA 2014, cujo prazo é até 30 de junho de 2014. No final do segundo trimestre de 2013, essa oferta estava disponível em 3.214 Municípios, em 25 Estados e no Distrito Federal, contabilizando 2,343 milhões de clientes, o que representa mais de 10% do total de acessos de Internet banda larga fixa no Brasil.





Além da oferta de varejo, os Termos de Compromisso permitiram a ampliação da oferta de banda larga também no atacado, alcançando 4.130 Municípios e beneficiando pequenos e médios provedores e prefeituras.

Ao longo de 2013, houve significativo avanço no processo de implantação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que integrará a rede da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) com a contratação da Visiona Tecnologia Espacial, *joint-venture* entre Embraer e Telebras, em novembro de 2013, para desenvolver as atividades de integração do sistema satelital e para realizar as atividades de absorção da tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico nacional nessa área.

Estima-se que tal satélite, cujo lançamento está previsto para 2016, servirá para atender a dois mil Municípios em complemento à rede terrestre da Telebras, em especial na região Norte do País. Além de oferecer serviços de acesso à Internet em banda larga e de prover a comunicação entre os órgãos e entidades da administração pública federal (APF), o satélite garantirá a soberania do País em suas comunicações satelitais militares.

Atualmente, os satélites que prestam serviço no Brasil ou são controlados por estações que estão fora do País ou possuem o controle de atitude em mãos de empresas de capital estrangeiro, com riscos de interrupções dos serviços em uma situação de conflito internacional ou decorrente de outros interesses geopolíticos ou econômicos.

Nas comunicações estratégicas em banda Ka, todo o controle de segurança será realizado pelas estações *gateways* e a comunicação entre essas estações e os terminais de usuários será controlada por um mecanismo de segurança de identificação de terminais. Todo o controle e os registros de identificação serão controlados pela Telebras.

Além de capacitação e treinamento específico das equipes de operação do SGDC, o projeto inclui também um plano de absorção e transferência de tecnologia a ser conduzido pela Agência Espacial Brasileira (AEB), cuja adesão foi condição obrigatória aos fabricantes interessados em fornecer o satélite para o Sistema SGDC.

Além de garantir segurança às comunicações militares e estratégicas de Governo, o SGDC atenderá às necessidades do Programa Nacional de Banda Larga (PNLB), levando conexão de alta qualidade e a baixo preço aos Municípios mais remotos, aonde não chega a rede de fibra óptica da Telebras. O satélite vai também garantir a segurança das comunicações nas áreas do Pré-sal.

Em 2013, a Telebras, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), sob coordenação do Ministério das Comunicações, deram início ao desenvolvimento do projeto Conectar, em Cachoeira Paulista/SP. Esse projeto inovador conta com a parceria de empresas especializadas nacionais e visa agregar tecnologia espacial de fronteira a um sistema de telecomunicação embarcado em um balão troposférico, permitindo a oferta de banda larga a localidades carentes de infraestrutura de redes do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM). O balão é içado a 240 metros de altitude e fornece cobertura *WiFi* em um raio de aproximadamente 70 km. A próxima etapa do Conectar será a realização de uma série de estudos para tentar prolongar o período de suspensão do balão, para que seja superior a uma semana. Em 2014 serão desenvolvidos protótipos industriais para cobertura de regiões carentes do País, incluindo a região amazônica.

No âmbito internacional, em 2013 deu-se continuidade às ações para concluir as conexões terrestres com Argentina, Uruguai e Paraguai, no âmbito do projeto de criação de um anel óptico sul-americano. Ainda durante o ano de 2013, a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) deu continuidade às negociações para construção de novos cabos submarinos e para ampliação





das saídas transoceânicas, sobretudo para os Estados Unidos e para a Europa. As parcerias firmadas com empresas da América Latina, da África e da Europa para viabilizar cabos ópticos submarinos, proporcionam autonomia de comunicação internacional e a redução dos custos de Internet. Tem-se a expectativa de que os projetos sejam alavancados em 2014.

Nos últimos três anos a infraestrutura de rede de fibra óptica da Telebras cresceu de 400 km para 25 mil km, interligando todas as regiões do País. Atualmente a empresa possui 1.265 provedores cadastrados, que manifestaram interesse por 285 gigabits. A rede da Telebras tem um potencial de atendimento de 1.938 Municípios, englobando uma população de 125 milhões de pessoas. A rede é estratégica, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, chegando aos Municípios mais distantes e, com isso, melhorando a qualidade dos serviços oferecidos e reduzindo preços aos consumidores finais.

A aprovação do Projeto de Lei Geral de Antenas (PL 5013/2013) será um passo importante para harmonizar a legislação nacional referente ao procedimento de licenciamento para a implantação de infraestrutura de telecomunicações, em especial sobre antenas. A necessidade de atendimento da demanda adicional resultante dos grandes eventos de caráter internacional que ocorrerão no Brasil e a perspectiva de disponibilização de novas faixas de radiofrequência reforçam a sua relevância para viabilizar a expansão da infraestrutura no País.

O desenvolvimento do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) representou um avanço significativo no acesso à banda larga desde 2010, ano de lançamento do Programa em direção a sua principal meta de alcançar 70% dos domicílios com acesso à Internet até 2015.

Os acessos de banda larga fixa aumentaram 45%, passando de 15,3 milhões em dezembro de 2010 para 22,2 milhões em novembro de 2013. Entre dezembro de 2010 e novembro de 2013, a quantidade de acessos móveis – acessos de voz e dados do Serviço Móvel Pessoal (SMP) – cresceu 33%, passando de 203 milhões para 271 milhões. Considerando-se tanto as tecnologias móveis quanto as fixas, a banda larga passou de 36 milhões para 118,3 milhões acessos, o que representa um crescimento de 230%, num período de três anos, resultado esse acentuado no caso da Internet em banda larga móvel (3G e 4G), em que o número de acessos foi de 21 milhões para 96 milhões, um aumento de 367%; e o número de Municípios com o serviço de banda larga móvel subiu de 824 para 3.161, um crescimento de 284%. Em novembro de 2013, a TV por assinatura estava presente em 17,9 milhões de domicílios brasileiros, um acréscimo de 8,2 milhões de domicílios em relação a dezembro de 2010.

Evolução dos Acessos à Internet – Fixa e Móvel – Em milhões de acessos

INTERNET	2009	2010	2011	2012	2013(**)
Acessos banda larga	21,7	35,9	59,3	79,0	118,3
Total de acessos banda larga fixa	13,0	15,3	18,1	19,8	22,2
Total de acessos banda larga móvel	8,7	20,6	41,1	59,2	96,1
Acesso banda larga móvel (3G)	8,7	20,6	41,1	59,2	95,5
Acesso banda larga móvel (4G)	-	-	-	-	0,65
Acessos sistemas máquina a máquina (M2M)(*)	-	-	-	6,75	8,03

Fonte: Anatel.

Notas: (*) Os terminais de dados M2M não são classificados como banda larga; e

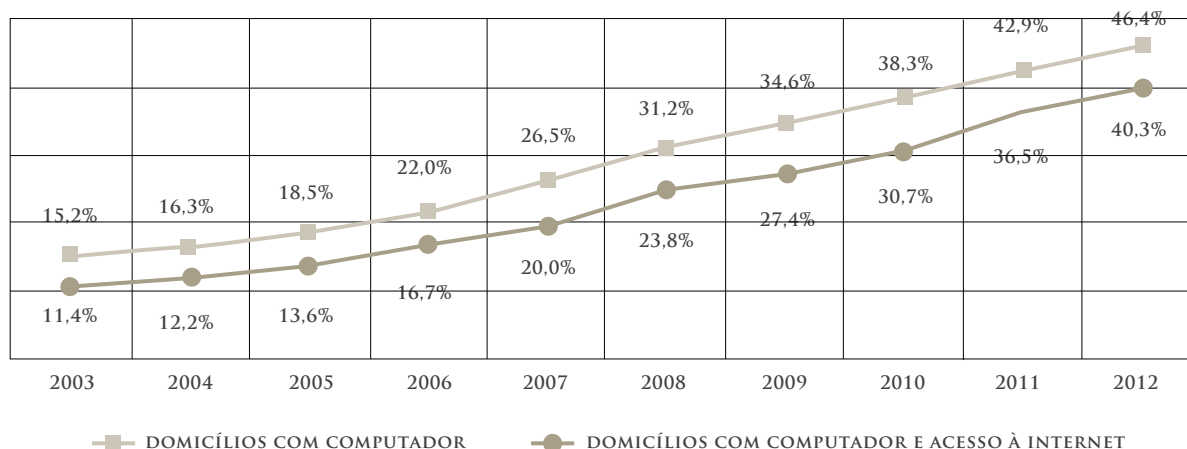
(**) Dados com posição até novembro de 2013.





A evolução do setor também se reflete nos indicadores de penetração domiciliar de equipamentos e serviços de telecomunicações. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2010 e 2012, a proporção de domicílios com microcomputador passou de 38,27% para 46,36%. Além disso, a proporção de domicílios com acesso à Internet passou de 30,7% para 40,29%. Com vistas a possibilitar a captura de dados sobre os acessos por telefone celular, *tablet* e outros equipamentos eletrônicos, houve a adaptação do questionário da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, de forma a permitir a identificação dos equipamentos eletrônicos utilizados para acessar a Internet e diferenciar conexões discadas, de banda larga fixa e de banda larga móvel.

Penetração dos Serviços de Internet no Brasil - Proporção de domicílios com serviços de Internet ou microcomputador disponível (%)^(*)



Fonte: PNAD (2012); IBGE. Elaboração: Ministério das Comunicações.

Nota: (*) Esse número não reflete a real penetração domiciliar da Internet, uma vez que só considera os acessos realizados por meio microcomputador, ignorando acessos por telefone celular, *tablet* e outros equipamentos eletrônicos.

O espectro para a banda larga móvel 4G foi lançado em março de 2013 e já está presente em 66 cidades. No edital foram incluídas obrigações de cobertura com voz e dados em um raio de 30 km a partir da sede de cada Município do País. Cerca de 80 mil escolas rurais serão atendidas gratuitamente em decorrência do leilão. Até dezembro de 2014, 60% dos Municípios deverão ser atendidos pelas operadoras de acordo com as obrigações de cobertura rural.

Em 2014, o Governo pretende revisar as metas e ações do PNBL, de forma a alinhar o desenvolvimento das políticas às novas demandas da sociedade.

c) Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento das Telecomunicações

Com o objetivo de promover maior crescimento da infraestrutura de telecomunicações do Brasil, incentivar o aumento do investimento por parte das empresas e aumentar o acesso aos serviços e dispositivos de telecomunicações pela população brasileira, foram empreendidos esforços nas seguintes ações estratégicas com foco na desoneração tributária:





c.1) Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga

Para acelerar a implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga, foi criado o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPNBL-Redes) pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012. A medida estimula a antecipação de investimentos, no decorrer da vigência do regime, por meio da suspensão dos impostos federais IPI, PIS/Pasep e Cofins na aquisição de materiais de construção, equipamentos e componentes de infraestrutura e de redes. De forma semelhante, a contratação dos serviços destinados às obras civis, no âmbito do projeto executado por pessoa jurídica beneficiária do REPNBL-Redes, também será desonerada de PIS/Pasep e Cofins, com concessão incentivos fiscais da ordem de 10% do investimento total para a construção, até 2016, de infraestrutura de telecomunicações.

O regime especial foi regulamentado por meio do Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013, e da Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013. O prazo para a submissão dos projetos que inicialmente era até 30 de junho de 2013 foi ampliado para 30 de junho de 2014, dando oportunidade para que mais projetos sejam apresentados. Adicionalmente, o REPNBL-Redes visa à internalização da produção industrial por meio do estabelecimento de percentuais mínimos de conteúdo nacional nos projetos apresentados e a massificação do acesso à banda larga e à elevação dos padrões de qualidade das telecomunicações no Brasil.

No primeiro ano de vigência da iniciativa, foram submetidos 623 projetos, representando um investimento da ordem de R\$ 15 bilhões por parte das operadoras de telecomunicações. A expectativa é que até o fim da vigência do regime especial, em 31 de dezembro de 2016, os projetos incentivados pelo REPNBL-Redes representarão um volume de investimento superior a R\$ 30 bilhões.

c.2) Debêntures para Infraestrutura

No intuito de fomentar investimentos em infraestrutura de banda larga, o Governo Federal estabeleceu um novo mecanismo de incentivo para a captação de recursos privados de longo prazo e, assim, possibilitar que as prestadoras de serviço de banda larga tenham fontes alternativas aos financiamentos oferecidos pelo Governo Federal para os investimentos em infraestrutura.

A medida atinge diretamente a receita líquida dos investidores. Todos os projetos que cumpram os requisitos mínimos para a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura, considerados prioritários para os setores de telecomunicações e radiodifusão, poderão lançar, conforme as regras da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), debêntures que serão tributadas com alíquota zero sobre os rendimentos de pessoas físicas e de 15% sobre as pessoas jurídicas. No ano de 2013, foi aprovado um projeto de implantação de infraestrutura prioritária em telecomunicações no valor de R\$ 1,2 bilhão e está em processo de análise outro projeto com estimativa inicial no valor de R\$ 1,7 bilhão em investimentos.

c.3) Desoneração de Smartphones

Iniciativa que visa facilitar o acesso, pela população, a equipamentos como os *smartphones* foi propiciada pela inclusão dos referidos aparelhos na “Lei do Bem” pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e regulamentada pelo Decreto nº 7.981, de 08 de abril de 2013. A Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013, especificou as características mínimas que os aparelhos celulares devem apresentar para usufruir dos benefícios fiscais.

A desoneração dos *smartphones* é uma política vinculada à Política Nacional de Inclusão Digital, e sua aplicação tem como principal objetivo tornar esse tipo de equipamento de acesso à banda larga móvel mais acessível para a população brasileira.





Tal política tem estimulado a troca do equipamento celular 2G para 3G, ampliando a quantidade de dispositivos capazes de oferecer acesso à banda larga móvel.

c.4) Desoneração de Terminais de Comunicação Máquina a Máquina

A ampliação da utilização da máquina a máquina (M2M) adiciona facilidades significativas na gestão de sistemas inteligentes em diferentes áreas, tais como segurança pública, agricultura e o setor energético. A evolução e o surgimento de novas aplicações M2M resultantes da desoneração serão acompanhados por uma câmara de gestão e acompanhamento do desenvolvimento desses sistemas. Esse acompanhamento identificará o surgimento de aplicações específicas para atender setores considerados estratégicos pelo Governo, como saúde, educação, segurança e monitoramento de infraestrutura.

c.5) Desoneração de Serviços Prestados em Área Rural e Locais Remotos

A Lei nº 12.715, de 2012, concedeu isenções fiscais aos tributos federais sobre telecomunicações associadas à faixa de 450 MHz. Em 2014, pretende-se ampliar essa desoneração para todos os serviços de interesse coletivo – Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), desde que prestados na área rural ou em locais remotos, e para todas as faixas de radiofrequência. Assim, será possível fornecer acesso às telecomunicações em locais onde a infraestrutura de telecomunicações atual ainda não alcança.

d) Política Produtiva e Tecnológica

As ações do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) têm por objetivo ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações e suprir o País de conhecimento, principalmente em áreas estratégicas para as Telecomunicações, como comunicações ópticas, comunicações digitais sem fio, redes de transportes de dados e comunicações estratégicas.

Em 2013 foram realizados investimentos de R\$ 52 milhões com recursos não reembolsáveis em chamadas públicas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD).

Quanto aos recursos reembolsáveis, trabalhou-se no apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação nas empresas brasileiras da cadeia de Telecomunicações, com o incentivo ao seu adensamento e ampliação da competitividade, por meio do Programa Inova Telecom. Para atendimento desta iniciativa foram repassados R\$ 200 milhões à Finep com vistas à contratação dos projetos que serão apresentados em 2014. Cumpre destacar que o Programa Inova Telecom prevê investimentos de R\$ 1,5 bilhão de 2014 a 2018.

Ainda no ano de 2013, foram divulgados resultados de um estudo voltado a avaliar a aplicação de recursos nos projetos financiados de 2001 até 2011, em especial quanto aos seguintes indicadores: i) a taxa de retorno dos investimentos demonstrou que de 2001 a 2011, para cada R\$ 1 investido pelo Fundo, as instituições, em média, retornaram R\$ 4,88 em faturamento na indústria brasileira; e ii) quanto à capacitação de recursos humanos, constatou-se que devido aos investimentos do Funttel, 861 profissionais trabalharam em projetos que abrangem novas tecnologias no Brasil.

Para 2014, está prevista a continuidade e ampliação da ação de capacitação de profissionais que trabalham em projetos que envolvem novas tecnologias no Brasil, bem como a avaliação contínua da aplicação dos recursos do Funttel.





e) Regulação dos Serviços de Telecomunicações

Durante 2013, avanços importantes na implementação das políticas públicas estabelecidas para o setor de telecomunicações, em especial com relação ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) foram alcançados na regulação dos serviços de telecomunicações, com vistas à universalização e à ampliação do acesso aos serviços. Em abril de 2013, concluiu-se a conexão gratuita de mais de 65 mil escolas públicas urbanas à Internet.

Dentre as ações realizadas em 2013, destacam-se:

- Antecipação do cronograma de atendimento do Acesso Individual Classe Especial (Aice): mais conhecido como telefone popular para todas as famílias incluídas no Cadastro Único do Governo Federal, em continuidade ao cumprimento à política de universalização do acesso à telefonia fixa, visa à progressiva universalização do acesso individualizado do STFC por meio de condições especiais, como a redução no valor da assinatura básica vigente para R\$ 9,50 ao mês;
- Obrigatoriedade de oferta do serviço de telefonia fixa nas áreas rurais por meio de planos de serviços: os usuários vinculados aos acessos rurais terão suas chamadas tarifadas como locais dentro de toda a área de numeração na qual estão localizados. A oferta dos Planos será obrigatória a partir da cobertura da faixa de 450 MHz pelas prestadoras vencedoras do edital da banda larga urbana e rural;
- Instalação e manutenção de Conselho de Usuários: instituída a obrigatoriedade, não apenas para as concessionárias de telefonia fixa, mas também para as prestadoras de telefonia fixa em regime privado, de telefonia móvel, de TV por assinatura e dos serviços de Comunicação Multimídia e Móvel Especializado com mais de um milhão de clientes, computados nacionalmente. Cada empresa deverá ter um conselho de usuários, composto por usuários e representantes de entidades de defesa do consumidor eleitos pela sociedade, em cada região do País, com exceção para as regiões em que houver menos de 50 mil assinantes, onde a implantação é facultativa. As primeiras eleições para implantação dos Conselhos de Usuários serão concluídas até maio de 2014;
- Implementação do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (Snoa): esse sistema é uma espécie de bolsa de valores virtual, na qual são negociados insumos de telecomunicações, como torres, dutos, linhas dedicadas (EILD), interconexões, acesso local e *roaming* – infraestruturas essenciais, principalmente, para agentes que estão chegando ao mercado brasileiro. Todas as negociações de atacado são centralizadas nessa plataforma, o que assegura maior transparência nas relações comerciais de produtos de atacado do setor de telecomunicações;
- Regulamentação sobre a destinação da faixa de 700 MHz: com a decisão, os benefícios do dividendo digital, resultante da transição da TV Analógica para a TV Digital poderão ser auferidos pela sociedade. O regulamento contribuirá para a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações e a promoção das políticas públicas estabelecidas para inclusão digital;
- Novas regras para o Serviço Limitado Privado (SLP): com a finalidade de viabilizar a implementação de políticas públicas de inclusão digital, estimulando, em especial, o Programa Cidades Digitais;
- Revisão das regras do Serviço de Comunicação Multimídia: um dos principais objetivos da revisão, com vistas a dar suporte à oferta de conexão à Internet em banda larga, consistiu em reforçar diversos direitos dos usuários desse serviço, principalmente no que se refere aos aspectos de atendimento;
- Implementação do nono dígito no Serviço Móvel Pessoal (SMP): o nono dígito será implementado em todo o País até o fim de 2016. O acréscimo do dígito nove à esquerda dos números de telefones celulares propiciou o aumento da capacidade de numeração de 37 milhões para 90 milhões de números em cada código nacional; e





- Implementação da liberdade tarifária nas chamadas internacionais: como resultado, as concessionárias poderão oferecer preços melhores nestas chamadas por meio da oferta de planos de serviço mais flexíveis, de acordo com a demanda de mercado.

Ainda em elaboração, destacam-se os seguintes normativos: i) o que trata da obrigatoriedade de produção de telefones celulares que permitam a acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências visuais; ii) o que trata do compromisso de aquisição de produtos de tecnologia nacional, estabelecendo contrapartidas que buscam fortalecer a indústria brasileira; e iii) a revisão dos contratos de concessão do STFC, com o objetivo de atualizar o conjunto de regras que orientam a prestação do serviço no regime público e alinhá-lo com a realidade do setor, tendo como referência futuros cenários de prestação do serviço.

No ano de 2013, foram realizadas 11.937 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos em todas as regiões do País, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado e o controle do espectro. Foram interrompidas 711 estações de telecomunicações que operavam de forma irregular e a Anatel, neste período, instaurou 3.851 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados) e encerrou 4.044 Pados.

f) Serviços Postais

f.1) Universalização dos Serviços Postais

A universalização do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços postais busca a expansão dos serviços de atendimento e de distribuição postal de modo a aproximá-lo do cidadão. A infraestrutura nessa área permite a conjugação do atendimento dos serviços postais e financeiros, este último por intermédio do Banco Postal.

No ano de 2013, o atendimento foi expandido para mais 459 distritos que não contavam com serviços postais básicos cuja população perfaz um total de mais de 3,1 milhões de habitantes, conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, superando a meta de 450 distritos estabelecida para o ano.

Por meio da sua rede de atendimento, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) está presente em mais de oito mil localidades, ou seja, em 85,78% das localidades brasileiras, considerando o total de distritos-sede e distritos (com população igual ou superior a 500 habitantes). Até dezembro, as agências da ECT totalizaram 11.966 unidades, entre próprias e terceirizadas, por meio das quais foram atendidas as demandas de serviços postais transportando mais de 6,5 bilhões de objetos.

Para 2014, está prevista a expansão a mais 450 distritos. Nesse contexto, a agência comunitária é o modelo mais utilizado para viabilizar a universalização postal, notadamente voltada para localidades rurais. A meta global até 2015 é a prestação de serviço de atendimento postal a 4.261 distritos (com população igual ou superior a 500 habitantes), dos quais 80,09% já foram alcançadas.

f.2) Atuação no Âmbito Internacional

Neste ano de 2013, de acordo com a Portaria MC nº 276, de 17 de setembro de 2013, foi estabelecida a política postal internacional brasileira e as respectivas diretrizes e procedimentos a serem aplicados no âmbito das organizações intergovernamentais e das relações intragovernamentais, no que se refere a temas postais, objetivando aprimorar as relações junto a países e organizações em que o tema postal seja tratado, permitindo consolidar a presença brasileira no cenário internacional. Além disso, o Governo Federal participou dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da União Postal Universal (UPU) e da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), organismos que regulam as relações intergovernamentais em matéria postal.



f.3) Serviços de Interesse Coletivo

Dentre os serviços de interesse coletivos apoiados pela ECT, em 2013, cabe ressaltar: i) continuidade do Programa Leve-Leite, que distribuiu mais de 18,5 milhões de quilos de leite em pó, entregues a aproximadamente 815 mil alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo/SP; ii) operação especial para garantir a distribuição dos cartões de inscrição e das provas do Exame Nacional do Ensino (Enem) 2013, que distribuiu mais de 16,1 milhões de provas para mais de sete milhões de inscritos; iii) operação Programa Medicamento em Casa; iv) operação 2013/2014 do Programa de distribuição de livros didáticos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que atende 140 mil escolas nos 5.570 Municípios, com a previsão do envio de 136 milhões de exemplares, beneficiando diretamente 38 milhões de alunos da rede pública de ensino; e v) operacionalização do Programa de Assistência Humanitária em situações de desastres naturais, mantendo os Centros de Distribuição com o serviço de armazenamento e entrega de *kits* assistenciais em todo o território nacional.

g) Conteúdos Digitais Criativos

Deu-se início, em 2013, à implantação de dois centros de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos nas cidades de Recife/PE e Porto Alegre/RS. No âmbito Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil), lançado em dezembro de 2012, foram instalados dez laboratórios de testes de conteúdos interativos para TV Digital (Ginga BR Labs) em emissoras públicas de sete Estados: Bahia; Amazonas; Tocantins; Rio Grande do Sul; São Paulo; Minas Gerais; e Goiás.

Esses laboratórios estarão conectados a um repositório de conteúdos, o Intercambio de Conteúdos Digitais interativos (ICDi), que vai funcionar como uma central de aplicativos, promovendo a divulgação dos programas e facilitando o contato entre emissoras e desenvolvedores, funcionando como um repositório de conteúdos digitais voltado não apenas para o intercâmbio de aplicações por parte de emissoras de TV, mas também para qualquer desenvolvedor ou produtor disponibilizar obras de sua autoria no ambiente digital. Também em 2014, prevê-se o fomento ao desenvolvimento de aplicativos e jogos eletrônicos para dispositivos móveis, por meio de concursos, bem como terá início a implantação de mais um centro de produção e pós-produção de conteúdos digitais criativos em mais um Estado da região Sudeste.

6. Saneamento

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, definem as competências de cada ente federado no setor de saneamento. À União compete o estabelecimento de diretrizes gerais para a execução da política pública, enquanto às administrações locais, titulares dos serviços de saneamento, competem a organização, o planejamento e a oferta dos serviços à população, que devem ser prestados de forma integral, com equidade, sustentabilidade e eficiência operacional. Contudo, a Constituição Federal também define como competência comum dos entes da Federação a promoção de programas destinados à melhoria das condições de saneamento básico.

Em consonância ao preceito constitucional, a União tem envidado esforços para apoiar os titulares dos serviços na melhoria das condições de saneamento básico, na realização de obras de infraestrutura e no aperfeiçoamento da capacidade local de planejamento e gestão dos serviços.



As iniciativas da União em saneamento básico, realizadas em conjunto com os entes federados, têm por objetivo promover a universalização do acesso aos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo das águas pluviais urbanas, por meio da ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios a tais serviços.

Assim, com o objetivo de reduzir o déficit de cobertura dos serviços de saneamento, o Governo Federal tem realizado importantes investimentos em infraestrutura no setor, onde se destacam as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em conjunto com tais investimentos, também têm sido realizadas medidas de melhoria de gestão do setor, por meio de planejamento, regulação, incentivo a atividades de controle social, capacitação de gestores locais e apoio à participação comunitária na formulação da política de saneamento básico.

a) Medidas de Melhoria de Gestão

As medidas de melhoria de gestão em saneamento básico referem-se a ações de planejamento, capacitação, regulação e outras, para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos investimentos em infraestrutura. Em 2013, o Governo Federal deu passos importantes na implementação de tais medidas, especialmente quanto ao planejamento do setor em escala nacional.

Os principais instrumentos de planejamento da política de saneamento básico são: o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab); os Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride); e os Planos Municipais de Saneamento Básico.

A formulação do Plansab, iniciada em 2008, foi coordenada pelo Ministério das Cidades (MCidades) e contou com a participação de diversos órgãos e entidades federais e do Conselho das Cidades em todo o processo. A formulação do Plano foi precedida de amplo diagnóstico das condições do saneamento básico no Brasil, o que incluiu a análise do *deficit* no acesso a tais serviços e das dificuldades a serem enfrentadas para o alcance da universalização, além da avaliação político-institucional do setor. Em 2012, a proposta do Plansab foi submetida à consulta pública que contou com expressiva participação da sociedade, da qual resultaram 649 contribuições ao texto do Plano, apresentadas por 108 diferentes autores.

Em 2013, o Plansab foi apreciado e aprovado pelos Conselhos Nacionais da Saúde, de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e pelo Conselho das Cidades, tendo sido instituído pela Portaria Interministerial nº 571, de 06 de dezembro de 2013, definindo as metas para o saneamento em todo o País para os próximos 20 anos, com investimentos estimados em R\$ 508 bilhões. Em 2014, será iniciado o processo de acompanhamento da agenda de implementação desse Plano Nacional.

Em relação aos Planos Regionais das Rides, no exercício de 2013 foi celebrado acordo de cooperação técnica entre o Governo Federal e instituições de pesquisa que serão responsáveis pela elaboração do estudo denominado *Diagnóstico do saneamento básico das Rides*, abrangendo as seguintes Rides: Distrito Federal e Entorno; Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA; e Polo Grande Teresina/PI, as quais abrangem 45 Municípios, pertencentes a seis Estados e o Distrito Federal. Esse Diagnóstico será constituído por três partes: Diagnóstico Analítico (técnico, social, econômico e institucional) da situação do saneamento básico nas Rides; Visão Estratégica, com a identificação das condições a serem enfrentadas e a formulação de prognósticos para a política pública e os serviços públicos de saneamento básico para os próximos 20 anos; e Plano Regional de Saneamento Básico das Rides. Para 2014, é prevista a conclusão da primeira parte do Diagnóstico e o início do módulo *Visão Estratégica*.





Quanto às ações de planejamento municipal, durante o ano foi dada continuidade ao apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, que, nos termos da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, são de formulação obrigatória pelos titulares dos serviços de saneamento. Em 2013, o Governo Federal apoiou a elaboração de 92 Planos referentes a Municípios e a consórcios municipais. Além de tal assistência financeira direta, foram realizadas atividades de capacitação em Planos Municipais, a exemplo dos Seminários Regionais sobre Política e Planos de Saneamento, em 11 edições, em diversas capitais do País. Os seminários contaram com a presença de mais de 950 participantes, entre gestores, técnicos dos poderes municipal, estadual e federal, além de representantes da sociedade civil e prestadores de serviços.

Além das atividades de capacitação acima mencionadas, foram realizados os cursos *Contratos de Programa de Saneamento Básico*, oferecidos aos Municípios, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Tais cursos tiveram por finalidade fornecer elementos práticos e teóricos relativos aos instrumentos contratuais celebrados com os prestadores de serviços de saneamento (contratos de concessão ou de programa). Em 2013, foram realizadas três edições do curso: em Salvador/BA, incluindo participantes dos Municípios dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Sergipe e Bahia; em João Pessoa/PB, com a presença de representantes dos Municípios de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão; e em São Paulo, com a presença de representantes de aproximadamente 30 Municípios paulistas, além da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps), Associação Paulista de Municípios e Tribunal de Contas de São Paulo, dentre outras entidades. As três edições contaram com a presença de aproximadamente 240 participantes.

Também durante o ano de 2013, foi ofertado o curso *Planejamento, Orçamentação, Licitação e Execução de Obras Públicas*, com o objetivo de capacitar os agentes públicos no planejamento e condução de processos licitatórios, com foco na elaboração de orçamentos para licitação de obras de saneamento básico executadas com recursos federais, e nos procedimentos a serem seguidos no planejamento, licitação, contratação e execução de obras públicas. Os cursos foram realizados em Brasília/DF, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Salvador/BA, Belém/PA e Goiânia/GO e contaram com a presença de mais de 450 participantes.

Em 2014, será dada continuidade à realização de ações de capacitação, e mantido o apoio institucional à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento.

Em junho de 2013, foram publicados os *Diagnósticos dos Serviços de Água e Esgotos*, e do *Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos*, ano de referência 2011, com base nos dados coletados por meio do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico (SNIS). O Sistema contém informações e indicadores atualizados anual e ininterruptamente sobre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário (desde 1995) e de manejo de resíduos sólidos urbanos (desde 2002), a partir de dados fornecidos pelos Municípios ou pelos prestadores de serviços de saneamento. Em 2013, foram coletadas informações acerca de 4.941 Municípios, em relação aos serviços de abastecimento de água, de 2.925 Municípios, para os serviços de esgotamento sanitário e de 2.100 Municípios, no que se refere aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. Em 2013, deu-se início à coleta de dados do SNIS, ano de referência 2012, que terá sua publicação realizada no primeiro semestre de 2014.

Em 2013, foi iniciado o Projeto de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) na Área de Saneamento Básico – Projeto Interáguas/Saneamento, no âmbito do Acordo de Empréstimo 8074-BR-Bird, firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O Interáguas tem por objetivo oferecer assistência técnica ao Governo brasileiro, com foco em ações de apoio ao planejamento, à melhoria da gestão, ao fortalecimento institucional e à elaboração de estudos e projetos. A finalidade é a de aperfeiçoar a articulação e coordenação das entidades e órgãos





brasileiros que atuam com recursos hídricos. O Interágua se estrutura em cinco componentes: Gestão de Recursos Hídricos; Água, Irrigação e Defesa Civil; Saneamento Básico; Coordenação Intersetorial e Planejamento Integrado; e Gerenciamento, Monitoria e Avaliação. No âmbito do Ministério das Cidades, espera-se dar início à implementação do Projeto Interágua/Saneamento em 2014.

b) Investimentos em Saneamento Básico

O Governo Federal tem, ao longo da última década, ampliado os recursos disponíveis para investimento em saneamento básico, por meio do repasse de recursos onerosos e não onerosos. Por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), esse processo intensificou-se, com o aumento do número de empreendimentos e projetos apoiados, elevando a média dos recursos destinados ao setor, de R\$ 4,6 bilhões anuais (2000 a 2006) para R\$ 12,1 bilhões anuais (2007 a 2012), valores corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) para 2012.

b.1) Investimentos do PAC 1

No âmbito do Ministério das Cidades, o PAC 1 Saneamento (período 2007-2010) contratou 100% dos investimentos previstos para apoio aos Municípios localizados em regiões metropolitanas ou com população acima de 50 mil habitantes. Atualmente, esses investimentos são da ordem de R\$ 36,8 bilhões.

Dentre os diversos empreendimentos do PAC 1 concluídos em 2013, podem ser citados como exemplo, os seguintes:

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água em Boa Vista/RR – 2ª etapa: com investimentos da ordem de R\$ 39,2 milhões, foram realizadas a recuperação de duas Estações de Tratamento de Água, a ampliação de adutora de água tratada e construção de reservatórios de distribuição, além da substituição e a implantação de rede de distribuição e ligações domiciliares, beneficiando mais de 28 mil famílias da cidade de Boa Vista;
- Saneamento Integrado e Urbanização de Jardim Catarina em São Gonçalo/RJ: com investimentos da ordem de R\$ 25 milhões, foram executadas obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação da Favela Jardim Catarina, em São Gonçalo/RJ, beneficiando mais de duas mil famílias; e
- Ampliação e melhoria das Estações de Tratamento de Esgoto São João e Bonsucesso – Esgotamento sanitário em Guarulhos/SP: com investimentos da ordem de R\$ 87,4 milhões, o empreendimento compreendeu a construção de Estações de Tratamento de Esgoto, beneficiando em torno de 30 mil famílias em Guarulhos.

A execução média dos empreendimentos do PAC 1 situa-se em torno de 64% e já foram concluídas 541 obras, correspondentes a investimentos da ordem de R\$ 7,4 bilhões.



Total de Investimentos do PAC 1, por modalidade, número de empreendimentos, contratados e em contratação, sob gestão do Ministério das Cidades

MODALIDADE	Nº DE EMPREENDIMENTOS	INVESTIMENTO PAC 1 (R\$ MILHÕES)*
		CONTRATADO
Abastecimento de Água	451	8.249,95
Desenvolvimento Institucional	37	1.125,40
Esgotamento Sanitário	548	14.597,40
Estudos e Projetos	167	170,49
Manejo de Águas Pluviais	205	5.237,81
Manejo de Resíduos Sólidos	85	179,09
Saneamento Integrado	134	7.260,11
Total geral	1.627	36.820,28

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Base: Banco de Dados de Saneamento do Ministério das Cidades (BDSAN), atualizado em 15 de janeiro de 2014.

Nota: (*) Valores do PAC 1 estão apresentados em termos de Valor de Investimento (União + contrapartida).

b.2) Investimentos do PAC 2

O PAC 2 disponibilizou recursos da ordem de R\$ 45,8 bilhões para o setor de saneamento básico para os anos de 2011 a 2014. Desse total, R\$ 41,8 bilhões sob coordenação do Ministério das Cidades (MCidades), e R\$ 4 bilhões, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para apoio às intervenções em Municípios de pequeno porte.

Em 2013, foi concluído o terceiro processo seletivo de propostas para intervenções em abastecimento de água e de esgotamento sanitário, iniciado em 2012, que atendeu Municípios com população superior a 250 mil habitantes, capitais ou Municípios localizados nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre/RS, Curitiba/PR, São Paulo/SP, Campinas/SP, Baixada Santista/SP, Rio de Janeiro/RJ, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Recife/PE, Belém/PA e na Rde/DF e Entorno. Foram selecionadas 232 propostas, com um valor total de R\$ 16,9 bilhões.

Ainda em 2013, foi realizado o quarto processo seletivo de propostas de intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário, que selecionou 310 propostas perfazendo um valor total de repasse da ordem de R\$ 10,5 bilhões.

Assim, conforme apresentado na tabela a seguir, do total de R\$ 44 bilhões já selecionados no PAC 2, foram contratados R\$ 29,8 bilhões (67,8% dos recursos selecionados), com destaque para ações de esgotamento sanitário com 41,6% dos recursos; manejo de água pluviais, com 25,5%; e abastecimento de água, com 23,1%, o que reflete na melhoria das condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos domicílios urbanos.

Cabe ressaltar, também, o aumento de investimentos na gestão de riscos e prevenção de desastres naturais. No ano de 2013, foram selecionadas, em caráter extraordinário, doze propostas de intervenções em manejo de águas pluviais, totalizando R\$ 1,6 bilhão.



Os empreendimentos contratados pelo PAC 2 contam com uma execução média de 6%, que representa desembolsos da ordem de R\$ 2,6 bilhões.

Total de Investimentos do PAC 2, por modalidade, número de empreendimentos, contratados e em contratação, sob gestão do Ministério das Cidades

MODALIDADE	Nº DE EMPREENDIMENTOS	INVESTIMENTO PAC 2 (R\$ MILHÕES)**		
		CONTRATADO	EM CONTRATAÇÃO	TOTAL
Abastecimento de Água	361	6.273,15	3.926,16	10.199,32
Desenvolvimento Institucional	9	337,28	-	337,28
Esgotamento Sanitário	426	10.997,14	7.323,88	18.321,03
Estudos e Projetos	440	507,99	137,11	645,11
Manejo de Águas Pluviais	137	9.486,61	1.764,89	11.251,50
Manejo de Resíduos Sólidos	6	636,65	-	636,65
Redução e Controle de Perdas	2	25,72	-	25,72
Saneamento Integrado	54	1.612,69	1.009,84	2.622,53
Total geral	1435	29.877,27	14.161,90	44.039,18

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Base: Banco de Dados de Saneamento do Ministério das Cidades (BDSAN), atualizado em 15 de janeiro de 2014.

Nota: (**) Valores do PAC 2 estão apresentados em termos de Valor de Repasse (União).

Dentre os diversos empreendimentos em execução no âmbito do PAC 2, alguns merecem ser destacados, entre eles:

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário beneficiando as regiões de Contagem/MG e Belo Horizonte/MG: com repasse da União da ordem de R\$ 82 milhões, o empreendimento envolve intervenções no sistema de coleta de esgotos, além de obras de drenagem e pavimentação, elevando para 95% o percentual de cobertura de coleta de esgotos na região, beneficiando mais de 23 mil famílias;
- Esgotamento Sanitário das Zonas Sul e Norte de Natal/RN: trata-se de três contratos, com repasse total da União da ordem de R\$ 510 milhões, para execução de obras de implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Natal/RN. Em conjunto, os três empreendimentos beneficiarão diretamente mais de 123 mil famílias; e
- Implantação do Sistema de Abastecimento de Água em Macapá/AP: o empreendimento em contratação, com repasse da União previsto da ordem de R\$ 133 milhões, consiste em obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Macapá, com metas de redução de perdas e de universalização do acesso.

Para o exercício de 2014, o Governo Federal concentrará seus esforços na execução dos empreendimentos já contratados, assim como na efetivação da contratação dos empreendimentos selecionados em 2013.

O aumento dos investimentos promovido pelo PAC tem contribuído para a melhoria dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) aponta que o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna aumentou de 45,1 milhões de domicílios urbanos em 2008 (92,1% de cobertura) para mais de 50,4 milhões em 2012 (93,3% de cobertura). Isso representa um acréscimo de mais de 5,3 milhões de domicílios





urbanos com acesso à rede geral de água. As regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram o maior aumento da quantidade de domicílios com acesso à água entre 2008 e 2012 (mais de 2,1 milhões e 1,3 milhão, respectivamente). Em relação à cobertura do esgotamento sanitário (rede e fossa), 39,9 milhões de domicílios urbanos possuíam acesso à rede geral de esgoto ou fossa séptica em 2008 (81,7% de cobertura), número que passou a ser de 45,9 milhões em 2012 (85% de cobertura). Ou seja, cerca de seis milhões de domicílios urbanos passaram a ter acesso a estes serviços entre 2008 e 2012. A ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário, especialmente a implantação de redes e estações de tratamento, impacta diretamente na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, trazendo melhoria à saúde pública.

Dos projetos selecionados pelo PAC 2 direcionados aos investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário e apoio a gestão dos sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário aos Municípios com até 50 mil habitantes, temos: i) contratação de 368 projetos de sistemas de abastecimento de água para pequenas comunidades do total de 923 projetos selecionados; e ii) contratação de 695 projetos de esgotamento sanitário de pequenas comunidades do total de 811 projetos selecionados.

A Funasa tem atuado também na capacitação de equipes técnicas municipais visando à melhoria da gestão dos serviços de saneamento. Foram realizados 60 cursos, os quais capacitaram 1.949 técnicos de 835 Municípios. Para apoiar os Municípios na elaboração de planos municipais de saneamento básico, a Funasa vem estabelecendo parcerias com entidades locais. Foram celebradas parcerias nos Estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí e Santa Catarina, com benefício de 174 Municípios. Para meados de 2014 prevê-se a formalização de parcerias em benefício dos Estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Sergipe.

7. Habitação

a) Política Nacional de Habitação

A Política Nacional de Habitação, o arcabouço institucional do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), que integra as três esferas de Governo, e o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) oferecem as diretrizes para os programas e ações implementadas no setor habitacional com o objetivo de promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente ao de baixa renda. Para tanto, o Governo atua sobre dois eixos prioritários: o enfrentamento do passivo urbano por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Habitação – Urbanização de Assentamentos Precários, e o atendimento à demanda por habitação e produção de novas unidades, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Para esses dois eixos estão previstos investimentos da ordem de R\$ 305 bilhões no quadriênio 2011-2014, além de medidas de apoio ao desenvolvimento institucional dos integrantes do SNHIS e cooperação técnica.

Em urbanização de assentamentos precários, os investimentos do PAC (etapas 1 e 2) são da ordem de R\$ 34,5 bilhões, e devem beneficiar mais de 1,8 milhão de famílias. Por sua vez, o PMCMV realizou investimentos que ultrapassam a marca de R\$ 194 bilhões desde o seu lançamento, em março de 2009, com a meta de contratar 3,75 milhões de moradias até 2014. Outra fonte de recursos relevantes para o setor habitacional é o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que até dezembro de 2013 totalizou investimentos da ordem de R\$ 253,8 bilhões.

Um marco importante alcançado no ano de 2013 foi a edição da Portaria MCidades nº 317, de 19 de julho 2013, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados e medidas compensatórias nos casos de deslocamento involuntário de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas provocados por obras e serviços realizados no âmbito dos programas e ações sob gestão do Ministério das Cidades, vinculados às áreas de habitação, saneamento ambiental ou transporte e mobilidade urbana.





b) PAC Urbanização de Assentamentos Precários

O Governo realiza investimentos em intervenções de urbanização de assentamentos precários visando selecionar propostas com ações necessárias à melhoria das condições de habitabilidade e do espaço urbano por meio da aquisição, construção e melhoria habitacional, execução de infraestrutura e saneamento ambiental, construção de equipamentos comunitários, recuperação das áreas degradadas e implementação de trabalho social e regularização fundiária.

Os programas e ações governamentais integrantes do eixo PAC/Habitação contrataram recursos da ordem de R\$ 18,8 bilhões na primeira etapa do Programa (quadriênio 2007-2010), de acordo com o último balanço. Desse total, os recursos contratados pelo Orçamento Geral da União (OGU), totalizaram R\$ 9,4 bilhões que, somados aos recursos de Financiamento (R\$ 4,4 bilhões) e de Contrapartida (R\$ 5,0 bilhões), superaram em 12% a meta inicial de R\$ 16,9 bilhões.

A produção habitacional necessária para a urbanização dos assentamentos precários está sendo realizada por meio do PMCMV na continuidade do PAC – quadriênio 2011-2014. No lançamento dessa etapa, R\$ 30,5 bilhões foram previstos para investimentos em urbanização de tais assentamentos, sendo R\$ 18,8 bilhões para a produção habitacional pelo PMCMV, R\$ 8,2 bilhões do OGU e R\$ 3,5 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Até dezembro de 2013 foram selecionados e contratados R\$ 12,7 bilhões, estando contratados R\$ 11,2 bilhões desse montante.

c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas

Na segunda etapa do PAC, que compreende o quadriênio 2011-2014, foi prevista a alocação de R\$ 176 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), tendo sido contratados R\$ 75 bilhões em 2011, R\$ 76,5 bilhões em 2012, e, até dezembro de 2013, R\$ 102,2 bilhões, totalizando para o triênio 2011-2013 o valor de R\$ 253,8 bilhões. Para o mesmo período, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinou R\$ 79 bilhões para a contratação de financiamentos a pessoas físicas e, ainda, R\$ 30 bilhões para a concessão de subsídios a famílias com rendimento mensal limitado a R\$ 3.275,00.

d) Programa Minha Casa, Minha Vida

Em seu quinto ano de existência, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) contabiliza mais de três milhões de unidades habitacionais contratadas em 5.272 Municípios. Isso significa dizer que, aproximadamente, em 95% dos Municípios há pelo menos uma unidade habitacional financiada pelo Programa. Se considerarmos apenas as famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 – faixa 1 do Programa – são 4.219 Municípios atendidos.

Dos 100 Municípios com piores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), noventa e um já foram atendidos pelo Programa nas modalidades da Faixa 1 e 95% dos Municípios que fazem parte do Programa Territórios da Cidadania têm unidades contratadas pelo PMCMV (1.774 Municípios de 1.852).

Ao todo, são mais de 1,5 milhão de moradias entregues e com investimentos que ultrapassam a marca de R\$ 194 bilhões. Ao final da segunda etapa do Programa, em dezembro de 2014, serão 3,75 milhões de unidades contratadas, o que beneficiará, aproximadamente, quinze milhões de pessoas.

As importantes conquistas sociais promovidas pelo Programa não se restringem às famílias beneficiadas com a moradia. O Minha Casa, Minha Vida tem impacto significativo na economia do País. A cada R\$ 1 milhão investido do Programa



são mantidos ativos 32 postos de trabalhos diretos e indiretos, com geração de renda direta e indireta anual adicional de R\$ 744 mil para esse conjunto de postos, segundo estudo realizado pelo Ministério das Cidades (MCidades) com apoio da Confederação Nacional de Serviços.

A demanda por materiais de construção e serviços alcançou R\$ 9,2 bilhões no primeiro semestre de 2013. Nesse ano as despesas com materiais devem alcançar R\$ 11,2 bilhões. Em 2013, o Programa deve sustentar cerca de 1,3 milhão de postos de trabalhos diretos e indiretos na cadeia de construção. O Produto Interno Bruto (PIB) gerado pelas atividades fomentadas pelo Programa atingiu R\$ 12,2 bilhões no primeiro semestre de 2013. No ano, a renda gerada pelo Programa deve atingir R\$ 29,8 bilhões, o que equivale a 0,6% do PIB brasileiro no ano.

Contratação (2009-2013) – PMCMV Unidades Contratadas

ANO DE ASSINATURA	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	TOTAL
	(RF DE ATÉ R\$ 1.600,00)	(RF DE ATÉ R\$ 3.275,00)	(RF DE ATÉ R\$ 5.000,00)	
2009	143.314	98.915	46.384	288.613
2010	333.911	275.345	103.232	712.488
2011	104.321	325.575	77.776	507.672
2012	386.401	316.679	97.600	800.680
2013	559.432	278.375	92.369	930.176
Total Geral	1.527.379	1.294.889	417.361	3.239.629

Fonte: Ministério das Cidades (MCidades), em 31 de dezembro de 2013.

RF: Renda Familiar.

Contratação/entrega por faixa de Renda (PMCMV I e II - 2009-2013)

FAIXA	UNIDADES CONTRATADAS	UNIDADES ENTREGUES
Até R\$ 1.600,00	1.527.379	459.648
Até R\$ 3.275,00	1.294.889	919.950
Até R\$ 5.000,00	417.361	129.922
Total Geral	3.239.629	1.509.520

Fonte: Ministério das Cidades (MCidades), em 31 de dezembro de 2013.



Contratação por região (PMCMV I e II - 2009-2013)

REGIÃO	UNIDADES CONTRATADAS			
	FAIXA 1	FAIXA 2	FAIXA 3	TOTAL GERAL
Centro Oeste	140.194	179.073	50.395	369.662
Nordeste	606.141	253.332	73.275	932.748
Norte	187.598	36.749	21.727	246.074
Sudeste	429.538	487.548	215.582	1.132.668
Sul	163.908	338.187	56.382	558.477
Total Geral	1.527.379	1.294.889	417.361	3.239.629

Fonte: Ministério das Cidades (MCidades), em 31 de dezembro de 2013.

Em 2013, foram promovidos os seguintes aperfeiçoamentos no PMCMV:

- A meta de contratação, até dezembro de 2014, do PMCMV II (2011-2014) inicialmente prevista para dois milhões de unidades foi ampliada, em 2012, para 2,4 milhões de unidades e, no ano de 2013, para 2,75 milhões;
- Os agricultores familiares assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foram incluídos entre os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Realizado processo de habilitação de novas entidades privadas sem fins lucrativos para operarem os programas de habitação de interesse social geridos pelo MCidades;
- Alterações nos normativos do PMCMV – Empresas, programa destinado a famílias com renda até R\$ 1.600,00 mensais, nos quais se destacam: ampliação da área de atuação do Programa promovendo também o atendimento aos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes; previsão de aporte de recursos para edificação dos equipamentos públicos para atender às demandas geradas pelos empreendimentos do Programa; possibilidade de acréscimo de revestimento de piso nas áreas privativas da unidade habitacional e nas áreas de uso comum em edificações multifamiliares em todas as unidades do Programa;
- Desde junho de 2013, por meio do Minha Casa Melhor, todas as famílias que conquistaram sua casa ou apartamento pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e que estão em dia com as prestações do seu imóvel podem utilizar um crédito especial de até R\$ 5 mil para comprar diversos produtos, entre móveis e eletrodomésticos e tecnologias assistivas. As famílias que já residem no imóvel recebido do Programa podem comprar os bens em mais de 13 mil lojas credenciadas pela Caixa Econômica Federal em todo o Brasil, com desconto de 5% sobre o preço à vista. O crédito conta com prazo de 48 meses para pagamento, com juros de 5% a.a.;
- Revisão da linha programática do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) destinada a pessoas jurídicas do ramo da construção civil, que possibilitou ampliar o prazo de amortização da dívida, de 60 (sessenta) para 96 (noventa e seis) meses, e revogou o percentual máximo de financiamento de 60% (sessenta por cento) do valor de venda ou avaliação, o menor, das unidades habitacionais a serem produzidas, parâmetro que passou a ser estabelecido diretamente pelos agentes financeiros, com base na análise de capacidade de pagamento; e





- Revisão da linha programática do FGTS destinada a pessoas físicas organizadas sob a forma associativa, que passou a contemplar, exclusivamente, entidades privadas ou públicas, sem fins lucrativos, reservando às empresas do ramo da construção civil o papel de gerenciadoras de obras e serviços, quando contratadas para tal.

e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

As ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica buscam fortalecer as capacidades administrativas do setor público e dos agentes integrantes do Sistema Nacional Habitação de Interesse Social (SNHIS). Para tanto, são apoiadas a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e a criação de conselhos e fundos de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios e fomentados estudos e iniciativas de cooperação técnica.

Até outubro de 2013, 5.435 Municípios já haviam aderido ao SNHIS, dos quais 985 encontram-se regulares, ou seja, cumprem todos os requisitos que os habilitam a receber recursos do FNHIS. Mais de dois mil contratos para apoio à elaboração de PLHIS foram firmados com Municípios nos 26 Estados, totalizando investimento da ordem de R\$ 275,4 milhões oriundos do FNHIS.

Para 2014, serão alocados R\$ 387 milhões no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) com o objetivo de servir de suporte para apoio à Habitação de Interesse Social (HIS), Desenvolvimento Institucional, Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), Planos e Projetos, assistência técnica, monitoramento e avaliação para o fortalecimento da Política Nacional de Habitação (PNH).

Em 2013 foram realizadas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de pesquisas e avaliações na área habitacional de interesse social, destacando-se: i) estabelecida parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para realizar pesquisa de pós-ocupação em empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); ii) promovidos *workshops* e reuniões técnicas para aprimorar a sustentabilidade e a qualidade do PMCMV, contando com especialistas de centros de excelência nacionais e internacionais; iii) apoio ao lançamento de Chamada Pública pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) de subvenção econômica em apoio à inovação por empresas do setor da construção civil, abrangendo também inovações de projetos; iv) realização de parcerias para viabilizar o PMCMV + Sustentável, que visa demonstrar os ganhos em eficiência energética, sustentabilidade e qualidade do ambiente construído a partir de soluções de projetos adequadas ao contexto urbano e bioclimático dos empreendimentos; e v) realização de atividades de cooperação no âmbito do Grupo de Trabalho em Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo Ibas – Índia, Brasil e África do Sul.

f) Qualidade e Produtividade

As ações orçamentárias de qualidade e produtividade, contempladas no Programa Moradia Digna, representam a interlocução do Governo com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil habitacional, com o objetivo primordial de elevar a qualidade e a produtividade no setor da construção civil.

Em 2013, o Governo inseriu na regulamentação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) destinado a Municípios com população inferior a 50 mil habitantes as mesmas exigências de qualidade e produtividade, implantadas em 2012, no PMCMV, visando dar continuidade ao processo de melhoria da qualidade e produtividade das obras dos programas habitacionais de interesse social.

Para 2014, propõe-se desenvolver novos requisitos para o atendimento à Norma Brasileira (NBR) 15.575 – Norma de Desempenho, exigida a partir de julho de 2013, por meio de decisões pactuadas entre o Governo e o setor da Construção Civil. Prevê-se ainda foco, em 2014, para o estabelecimento de modelo, formalização e fortalecimento de acordos para a integração





das políticas sociais e urbanas em territórios impactados com ações e programas habitacionais, visando alcançar cidades inclusivas e participativas, produtivas com baixo impacto ambiental, seguras e resilientes.

8. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

No âmbito do Planejamento e Gestão Territorial Urbana, a União manteve seu compromisso de apoio aos entes federados visando à mitigação dos problemas relacionados à urbanização, como a falta de Regularização Fundiária Urbana, existência de áreas urbanas degradadas ou subutilizadas e a existência de barreiras que dificultem a locomoção dentro das cidades.

No Programa Papel Passado, destaca-se, no exercício de 2013, a linha de ação de apoio direto aos entes federados e entidades privadas sem fins lucrativos. Serão contempladas propostas de ações de regularização fundiária em assentamentos urbanos de 71 Municípios, com investimento total de R\$ 29,4 milhões.

No que diz respeito ao Planejamento Territorial e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa foram disponibilizados: i) curso EAD (Ensino a distância) de Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade para gestores públicos e demais profissionais da área de planejamento urbano, no qual estão inscritos 1.385 participantes, dos quais 142 já concluíram o curso; ii) distribuição para 327 prefeituras do Caderno Técnico sobre *Outorga Onerosa do Direito de Construir*; e iii) processo seletivo de instituições de ensino superior para elaboração e distribuição de Cadernos Técnicos.

Em relação ao planejamento metropolitano, buscou-se a realização de atividades no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais da União Europeia para o debate do Substitutivo do Projeto de Lei nº 3.460 de 2004, que institui diretrizes para a Política Nacional de Planejamento Regional Urbano e que cria o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas. Em maio de 2013, foi realizado o segundo *workshop* sobre Política Metropolitana, propiciando uma ampla discussão do Governo sobre o tema.

No que se refere aos Projetos Urbanos Integrados de Reabilitação Urbana, durante o ano de 2013, continuou-se com as atividades iniciadas no ano anterior, sendo que a partir da parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e com a Caixa Econômica Federal (Caixa) foram realizadas capacitações e publicados materiais didáticos. Foram realizadas duas oficinas regionais sobre Implementação de Ações de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e Cidades Históricas nas cidades de Belém/PA e Curitiba/PR, com capacitação de 100 pessoas, e também um Seminário Nacional em Brasília/DF, que contou com 300 pessoas.

Iniciado em 2012, o curso EAD de Reabilitação Urbana já capacitou cerca de 1.230 servidores da Caixa Econômica Federal e quase 300 agentes públicos e privados.

Em relação às ações que tratam da acessibilidade, foram contratados cinco projetos no ano de 2013 nas cidades de Teresina/PI (um projeto), Recife/PE (três projetos) e Maceió/AL (um projeto) que estão enquadradas no âmbito do PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades.

No âmbito das ações do Programa Viver sem Limite, foram finalizadas as vistorias decorrentes do Grupo de Trabalho para a verificação das condições de acessibilidade em aeroportos brasileiros situados nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea) será realizado curso de capacitação a fim de que quaisquer obras realizadas com recursos do Ministério das Cidades tenham os aspectos de acessibilidade garantidos. Em agosto de 2013 foi realizado o Seminário Nacional de Acessibilidade, no qual foram capacitadas cerca de 300 pessoas.





Foram apoiados, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), dezessete projetos e 22 programas de extensão universitária com ênfase nas diversas áreas do desenvolvimento urbano. Por meio do Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), foram capacitados mais de dez mil técnicos e gestores municipais em cursos a distância, e dois mil técnicos em cursos presenciais, em temas relacionados à política urbana, no qual tem destaque a implantação da etapa a distância do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, cujo objetivo é promover melhorias na implementação e apresentação de projetos pelos Municípios.

Em 2014, será dada continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de dez cursos a distância, e do Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext), com a implementação de 19 projetos e 16 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Está prevista, igualmente, a continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos voltado a projetos urbanos nas áreas de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, acessibilidade e regularização fundiária.

9. Mobilidade Urbana

Em 2013, foram lançados pelo Governo Federal os macrodesafios do Pacto da Mobilidade contemplando três principais eixos: redução de tarifa para os usuários, maior controle social e mais qualidade nos serviços de transporte público coletivo. No que se refere à melhoria da qualidade dos serviços de transporte público coletivo, a União anunciou a disponibilização de mais R\$ 50 bilhões para desenvolvimento de melhorias na mobilidade urbana das cidades brasileiras. Em 2014 está previsto encerrar o processo de seleção dos empreendimentos vinculados à melhoria da qualidade do transporte público e viabilizar a contratação das operações selecionadas no Pacto da Mobilidade.

Os investimentos federais em infraestruturas de sistemas de transporte público coletivo urbano são realizados com recursos provenientes majoritariamente do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). As obras serão selecionadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a previsão é beneficiar os Municípios mais populosos, principalmente aqueles com mais de 700 mil habitantes, e as oito maiores regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Curitiba.

Referem-se a empreendimentos para implantação ou melhorias de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal de caráter urbano mais eficientes, seja sobre pneus – tais como Corredor de Ônibus, BRT (*Bus Rapid Transit*), VLP (Veículo Leve sobre Pneus); sobre trilhos – tais como Metrô, Trem Urbano, Monotrilho, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), APM (*Automated People Mover* – ex. Aeromóvel); e hidroviário e outras tecnologias similares. Desses recursos, já foram anunciados valores superiores a R\$ 21,02 bilhões a serem aplicados no Rio de Janeiro, em São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Paulo, cidades do Grande ABC Paulista, Campinas, Guarulhos, Osasco, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Recife e Curitiba.

O objetivo dos investimentos é contribuir com a implantação de infraestruturas nos diversos modos de transporte em extensões estimadas a seguir apresentadas:





Quadro Extensão das Infraestruturas de Transporte

TIPO	MODO	EXTENSÃO
Trilhos 578 km	Metrô	275 km
	VLT	171 km
	Trem urbano	45 km
	Monotrilho	67 km
	Aeromóvel	20 km
Pneus 2.257 km	Corredor de ônibus	1.510 km
	BRT	589 km
	Via urbana	158 km
Fluvial 11 km	Corredor fluvial	11 km

Fonte: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (Semob)/Ministério das Cidades (MCidades). Dados de 2013.

O aumento na dotação dos recursos para a mobilidade urbana teve início com a indicação do País como sede da Copa do Mundo FIFA 2014. As obras dos empreendimentos selecionados, envolvendo recursos totais de investimento de R\$ 12 bilhões incluindo as contrapartidas, encontram-se em andamento e permanecerão como legado para a população.

O PAC Mobilidade Grandes Cidades tem o objetivo de requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo urbano e intermunicipal em cidades com mais de 700 mil habitantes. Em abril de 2012, realizou-se a seleção de projetos com valores de investimento, incluindo as contrapartidas dos demais partícipes, da ordem de R\$ 32,49 bilhões. Em 2013, foram assinados 22 termos de compromisso e nove contratos de financiamento correspondendo, respectivamente, a R\$ 3,52 bilhões e repasse de R\$ 3,43 bilhões de empréstimo, perfazendo R\$ 6,95 bilhões que correspondem a 31% das propostas selecionadas. Também foram contratadas 11 operações para elaboração de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo, perfazendo 91,7% do total previsto em operações dessa natureza, e desenvolvidos procedimentos para contratação das operações que pretendam utilizar Parcerias Público-Privadas (PPP).

Para 2014, no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, planeja-se contratar as operações para execução de infraestrutura dos empreendimentos selecionados que possuem projeto básico finalizado, contratar a maior parte dos empreendimentos sobre trilhos desse Eixo e trabalhar em conjunto com entes federados no processo de contratação dos empreendimentos de forma a obter o início de obras dos empreendimentos com corredores – modo de transporte sobre pneus.

No que se refere ao PAC Mobilidade Médias Cidades, são desenvolvidas ações estruturantes para o sistema de transporte coletivo urbano por meio de qualificação e ampliação de infraestrutura de mobilidade urbana em cidades entre 250 mil e 700 mil habitantes. A partir da seleção realizada em março de 2013, foram eleitas 63 propostas que beneficiam 59 Municípios, com alocação de R\$ 7,2 bilhões em financiamento. O valor total a ser contratado em 2014, considerando as contrapartidas dos proponentes, alcança R\$ 8,05 bilhões. As propostas estão em processo de validação, habilitação e verificação das condições de endividamento dos proponentes para a assinatura dos contratos de financiamento, conforme calendário estabelecido.





Desde 2010, o Governo Federal vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas. Em março de 2013, foi publicada seleção da 2ª etapa do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, beneficiando 331 Municípios com a seleção de 488 propostas perfazendo R\$ 8,2 bilhões de recursos proveniente do Fundo e Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em fase de contratação. A 3ª etapa, com seleção publicada em outubro de 2013, elegeu 1.222 propostas que beneficiam 1.088 Municípios. Essas contratações objetivam proporcionar à população local beneficiada ambiente urbano dotado de infraestrutura completa da via e de saneamento, por meio da execução de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Foi instituído Grupo Técnico (GT) composto por representantes de entidades ligadas ao setor de transporte para a elaboração de proposta de Sistema de Informações de Mobilidade Urbana (Simu). O sistema tem como objetivo principal o armazenamento e compartilhamento de informações para auxiliar na elaboração de políticas públicas sobre o tema. Foi estabelecida agenda de reuniões ordinárias do GT, iniciadas em abril e com proposta concluída em dezembro de 2013, contendo os elementos necessários à implantação do Simu. Em 2014 está previsto iniciar o processo efetivo de implantação do sistema, acrescentando estudos de parcerias técnicas com instituições públicas e privadas a fim de se estabelecer o uso das ferramentas mais adequadas na consecução dos objetivos propostos.

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, foram realizados seminários de sensibilização junto aos gestores municipais e sociedade civil com o objetivo de dar conhecimento sobre a Lei de Mobilidade Urbana e suas diretrizes, visando fomentar a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana. Em 2013 foram realizados seminários nas cidades de Campinas/SP, Brasília/DF, Parauapebas/PA e Porto Alegre/RS.

Para fortalecer a divulgação e conscientização da Lei da Mobilidade Urbana, para o ano de 2014, estão previstos o desenvolvimento e distribuição de manuais, cartilhas e material de divulgação sobre a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, além da realização de mais 21 seminários de sensibilização. Também estão previstos cursos presenciais e a distância para capacitação dos técnicos municipais da área de transportes e a formatação de programa de assistência técnica para auxiliar de forma continuada os Municípios durante as diversas fases de execução da elaboração dos Planos de Mobilidade.

Em 2014 será realizado o monitoramento do Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM) de forma a avaliar as reduções das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Gases de Efeito Local (GEL) advindas das execuções das implantações de infraestruturas de sistemas de transporte e de mobilidade urbana mais eficientes e da transferência modal.

a) Transporte Metroferroviário

Nas seleções nacionais que contemplam infraestrutura de mobilidade urbana constam diversos empreendimentos de transporte sob trilhos. Nesse sentido, destacam-se aqueles selecionados no Rio de Janeiro (VLT Centro/Porto) e Salvador (Metrô – Linha 2 e conclusão e extensão da Linha 1) cujos Termos de Compromissos foram assinados em 2013. Os procedimentos para a celebração de cooperação para o Monotrilho Linha 18 – bronze de São Paulo estão em andamento.

Destaca-se ainda Belo Horizonte, beneficiado com recursos para projeto do metrô, em andamento, e os demais sistemas já selecionados: Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro (Monotrilho Niterói/São Gonçalo – Linha 3 do Metrô) e Brasília (expansão do Metrô).





No que tange à atuação da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb), a obra de expansão do Trecho São Leopoldo-Novo Hamburgo, na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS é um empreendimento que prevê, no total, mais 9,3 km da Linha 1, atingindo 43 km de extensão de Porto Alegre a Novo Hamburgo. A obra teve início de execução efetiva a partir da sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2009. Todo o trecho é estruturado em via elevada, e duas estações das cinco previstas já estão em operação (Rio dos Sinos, em São Leopoldo e Santo Afonso, em Novo Hamburgo).

Ao final do mês de dezembro de 2013, a obra atingiu o percentual de 98,04% de execução. Concluídos os testes de sinalização entre Santo Afonso e Novo Hamburgo. Iniciada a operação assistida em 1º de dezembro de 2013, em horário reduzido e sem cobrança de tarifa. Concluídas as obras civis e as instalações dos sistemas operacionais, exceto o Sistema de Controle de Tráfego e Energia (SCTE), que tem previsão de conclusão para maio de 2014. A previsão de início da operação comercial é para meados de 2014. As novas instalações já possuem acessibilidade universal, bicicletários e espaços comerciais.

Destaca-se, ainda, a obra de implantação do sistema de veículos sobre trilhos elevados entre a Estação Aeroporto e o Terminal 1 do Aeroporto Internacional Salgado Filho em Porto Alegre/RS. A obra encontra-se 99,2% concluída. Além de ter o diferencial do baixo custo de implantação e operação em relação a modais similares, o Aeromóvel é 100% brasileiro. Os veículos suspensos, movidos a ar, permitirão integração e acesso rápido e direto dos usuários do metrô ao terminal aeroportuário. O trajeto de quase um quilômetro será percorrido em 90 segundos. A linha contará com dois veículos que funcionarão alternadamente conforme a demanda. A cerimônia de início da operação assistida aconteceu em 10 de agosto de 2013, em Porto Alegre. A operação segue ocorrendo com o veículo A100, que transporta 150 passageiros, em regime gratuito com horário das 6h30min às 16h nos dias úteis. O segundo veículo do Aeromóvel, o A200, com capacidade para 300 pessoas, deve passar da fase de testes estáticos para os testes dinâmicos na via durante o primeiro trimestre de 2014.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera os sistemas de trens urbanos em Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, realizou, com recursos do Governo Federal, investimentos para expansão, recuperação ou modernização dos sistemas, propiciando melhoria na eficiência de qualidade dos serviços bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas. Em 2013, a demanda atingiu o total de 170,33 milhões de passageiros transportados, com uma média de 564.523 de passageiros por dia útil, representando um incremento de 15,5% em relação ao valor alcançado em 2012. Destaca-se que, a partir de novembro, foi superado o patamar de 600 mil passageiros transportados por dia útil.

Em Recife – Linhas Centro e Sul, o Projeto como um todo, incluindo a contratação dos novos Trens Unidades Elétricos (TUEs) atingiu 90% de avanço físico em 2013. As obras civis e os Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) atingiram nesse ano o acumulado de 98% das ações previstas. Foram entregues 14 TUEs, que estão operando em sua totalidade, faltando a entrega de um TUE para janeiro de 2014. Foram entregues os dois últimos VLTs para o trecho Cajueiro Seco-Cabo. A Estação Cosme e Damião foi concluída em abril. Em andamento a duplicação do trecho Cajueiro Seco/Cabo, que atingiu, em 2013, avanço físico de 59% no Lote 1 e 56,5% no Lote 2.

Na Linha 1 – Eldorado/Vilarinho de Belo Horizonte encontra-se em andamento a fabricação dos dez TUEs com quatro carros cada, que foram contratados em dezembro de 2012 com recursos do PAC-Equipamentos. Está prevista para 2014 a disponibilização do primeiro truque (conjunto de rodas, sapatas de freio, rolamentos, molas e eixos, entre outros) para testes e a entrega do primeiro TUE.

No Projeto do metrô Lapa/Pirajá de Salvador foram emitidos certificados que atestam a conclusão dos serviços previstos para o Tramo I, trecho Lapa/Acesso Norte, apto ao início da operação assistida, após a realização dos testes e ajustes dos seis trens elétricos já entregues pela contratada. Prevê-se a imediata retomada da conclusão do Tramo I, com o início da operação de Lapa, possivelmente até estação Retiro no primeiro semestre de 2014, para atender a demanda da Copa do Mundo FIFA 2014.





Na modernização/recuperação do trem de subúrbio no trecho Calçada-Paripe em Salvador, encontra-se em conclusão a recuperação de dois TUEs, com previsão de entrega no final de 2014.

Em Fortaleza – Linha Sul, no ano de 2013 foram entregues mais seis TUEs, completando 18 unidades entregues em outubro de 2013, fabricadas na Itália, das quais nove unidades estão em montagem ou testes. Prevê-se a entrega de mais dois TUEs em janeiro 2014 e os cinco restantes até agosto de 2014, totalizando 25 TUEs. Concluiu-se as obras do trecho subterrâneo da estação José de Alencar à estação Chico da Silva (antiga João Felipe), sendo inauguradas essas duas estações em julho de 2013. Dessa forma, a operação assistida em todo o trecho se tornou uma realidade, da estação Carlito Benevides (antiga Vila das Flores) à estação Chico da Silva.

Desde 2009, a ação de modernização do sistema em Maceió vem desenvolvendo atividades de adequação do sistema para operar com a nova frota de oito VLTs, já entregues, como continuidade às obras de recuperação da via permanente. Iniciou-se em 2013 a elaboração de Projeto Executivo das obras civis da Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Maceió. Foram realizadas licitações e firmados contratos para a remodelação da via permanente em dois trechos de via, aquisição e aplicação de solda aluminotérmica em diversos trechos remodelados, recuperação de pontilhão e construção de muro de contenção.

Os sistemas de João Pessoa e Natal tiveram sua inclusão no PAC – Equipamentos, em 2012, com aquisição para Natal de 12 VLTs e duas locomotivas, e oito VLTs para João Pessoa.

Em função da aquisição dos VLTs, foram firmados contratos para recuperação de locomotiva e aquisição de torno mecânico do sistema de João Pessoa e contratos para aquisição de equipamentos para locomotivas, recuperação de motores de tração, aquisição de fixações e AMVs (aparelhos de mudança de vias) na recuperação do sistema de Natal.

No que diz respeito à adequação e à acessibilidade nos sistemas de trens urbanos em 2013, o valor total de R\$ 980 mil foi aplicado em Belo Horizonte na contratação de obra civil de adequação das estações São Gabriel, Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar e na revisão dos projetos executivos das estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial. Em João Pessoa, foram concluídas as adequações à acessibilidade nas Estações de Santa Rita e Cabedelo.

10. Trânsito

O Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Parada pela Vida tem como meta a redução do número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito em 50%, até 2020. Em 2013, foram realizadas 15 campanhas com a finalidade de convidar a sociedade a fazer parte da mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro, a saber: Campanha de Carnaval, Feriado da Semana Santa, Campanha Motociclista, Campanha O Pedestre, Campanha Prevenção de Acidentes, Campanha Bebida no Trânsito Mata, Campanha *Corpus Christ*, Campanha dos Caminhoneiros, Campanha São João, Campanha Férias, Campanha Transporte Clandestino, Campanha Manifesto, Campanha Semana Nacional de Trânsito, Campanha Celular e Campanha Resgate-Samu/Resgate Hospital.

A Semana Nacional Trânsito foi realizada, no mês de setembro de 2013, de forma integrada com os órgãos estaduais e municipais de trânsito e demais entidades, com a intenção de mobilizar a população em torno de atividades sobre o trânsito com o tema: *Álcool, outras drogas e a segurança no trânsito. Efeitos, responsabilidade e escolhas.*

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito criado para incentivar, valorizar e contribuir para a formação de hábitos e a adoção de comportamentos que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano, alcançou sua 13ª edição em 2013. Foram inscritos 648 trabalhos voltados para o tema trânsito e premiados 21 participantes nas categorias: Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educador, Educação no Trânsito, Comunicação e Cidadania, envolvendo alunos, educadores e órgãos de trânsito do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).





O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) regulamentou a Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012 – Lei Seca, que amplia o controle e as sanções sobre o uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência, definindo os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização, por meio da Resolução Contran nº 432, de 23 de janeiro de 2013. A principal mudança está na situação na qual, se o condutor apresentar sinais de alteração da capacidade psicomotora ou haja comprovação dessa situação por meio do teste de etilômetro e houver encaminhamento para a realização do exame de sangue ou exame clínico, não será necessário aguardar o resultado desses exames para fins de autuação administrativa.

Além disso, o Contran, vencidos os embates jurídicos, restabeleceu os procedimentos para fiscalização do tempo de direção e descanso do motorista profissional na condução dos veículos de carga com peso bruto total superior a 4.536 kg e de passageiros com mais de dez lugares.

Também estabeleceu condições para fiscalização pelas autoridades de trânsito, em vias públicas, das emissões de gases de escapamento de veículos automotores.

Em relação à segurança veicular, o Contran ratificou a decisão da obrigatoriedade, partir de 2014, do uso do equipamento suplementar de segurança passiva (*Air Bag*), na parte frontal dos veículos, e o uso do sistema antitravamento das rodas (ABS) para 100% dos veículos novos nacionais e importados.

Além disso, vem sendo promovida atualização e modernização dos normativos de segurança veicular, tais como os novos regulamentos para veículos de transporte coletivo, implantação de regulamento de eficiência de frenagem em motocicletas e os requisitos de desempenho na ocorrência de impactos laterais, capotamento e acidentes envolvendo pedestres e crianças.

Em 2013, foi realizado o acompanhamento de ensaios em 18 laboratórios de segurança veicular no Brasil e no exterior, de diversas montadoras de veículos, totalizando 46 laboratórios já avaliados desde 2011. Tal atividade possibilitou verificar as condições de ensaio e os critérios de aprovação dos diversos veículos homologados para circular no País, destacando os ensaios de *crash-test*, que são ensaios de segurança realizados a partir do impacto de um veículo contra uma barreira com o intuito de analisar o seu comportamento estrutural e o atendimento aos requisitos de proteção dos ocupantes na ocorrência de uma colisão.

No exercício de 2013, setenta e sete Municípios foram integrados ao SNT, totalizando 1.374. Esses Municípios integrados contam com 135.874.166 pessoas, as quais representam 71,23% da população brasileira e 61.371.373 veículos registrados no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), representando 81,15% da frota brasileira. Como forma de apoiar a implantação de sistemas municipais de trânsito, foi realizada reunião com os conselhos estaduais de trânsito e espera-se, em 2014, aumento no número de Municípios integrados.

No que se refere às ações específicas de educação para o trânsito, foi realizado projeto de capacitação com cursos direcionados a instrutores, examinadores de trânsito e professores da rede pública de ensino. Para o ano de 2014 está prevista articulação com o Ministério da Educação (MEC) para a formação de 20 mil professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementação das Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e Pré-Escola.





V - SOBERANIA NACIONAL:
PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO



V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política Externa

O Brasil é uma democracia sólida, eficiente na conciliação de crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, e capaz de promover, de forma consistente, o desenvolvimento sustentável. O País pratica a paz e compartilha sua prosperidade com seus vizinhos, privilegia a solução pacífica dos conflitos internacionais e figura entre as poucas nações que mantêm relações diplomáticas com todos os 193 membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

A política externa brasileira é um componente essencial do projeto nacional de desenvolvimento. Cabe à diplomacia brasileira identificar e entender os fatores externos que, positiva ou negativamente, possam afetar nosso processo de desenvolvimento. Por meio de sua política externa, o Brasil reflete os mesmos valores e as mesmas prioridades que o mobilizam no plano doméstico. O Brasil de hoje projeta-se no mundo de forma aberta e plural.

Ao longo de 2013, o Brasil atuou de forma dinâmica com o objetivo de desenvolver plenamente suas relações bilaterais com parceiros em todos os continentes, desenvolvidos ou em desenvolvimento. O País manteve presença ativa, igualmente, nos organismos regionais e multilaterais de que faz parte.

Para dar execução à política externa brasileira, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) conta com uma rede de Postos estruturada em 227 repartições diplomáticas e consulares em todos os continentes. Brasília, com 133 Embaixadas Residentes, é hoje a 12ª capital em número de repartições diplomáticas instaladas. Em 2013, foi aberta na capital brasileira a Embaixada do Afeganistão e iniciaram-se as providências para a abertura da Embaixada da Estônia. No exterior, o Governo brasileiro estabeleceu duas novas Embaixadas cumulativas: Juba, no Sudão do Sul, cumulativa com a Embaixada em Adis Abeba, na Etiópia; e Nuku'alofa, em Tonga, cumulativa com a Embaixada em Wellington, Nova Zelândia. Adicionalmente, três Vice-Consulados foram elevados a Consulados: Paso de los Libres e Puerto Iguazú, na Argentina, e Salto del Guairá, no Paraguai.

A modernização do sistema de administração da rede de Postos constituiu preocupação permanente ao longo do ano de 2013. No que se refere especificamente à execução orçamentária e financeira no exterior, vinte novos Postos foram integrados ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), elevando para 62% os gastos dos Postos que passaram a ser executados diretamente no Sistema.

Em 2013, o Instituto Rio Branco realizou o 77º Concurso para ingresso na carreira de Diplomata. Foram aprovados 30 candidatos. No mesmo ano, cursaram o Instituto Rio Branco, como bolsistas do Governo brasileiro, 12 diplomatas de nove países, dos quais sete de países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), um da Guiné Equatorial, um da República Democrática do Congo, um do Suriname e dois da Argentina.

a) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade

Em setembro de 2013, a Presidenta da República abriu o debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, destacando a gravidade das denúncias concernentes a atividades de uma rede global de espionagem eletrônica, as quais provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública brasileira e internacional. A Presidenta salientou o fato de que foram objeto de espionagem eletrônica não apenas dados pessoais de cidadãos em todo o mundo, mas também comunicações de representações diplomáticas e informações empresariais de alto valor econômico e estratégico. Na oportunidade, qualificou essas atividades de espionagem como clara afronta ao Direito Internacional e violação aos direitos humanos e a direitos civis fundamentais dos cidadãos. A Presidenta afirmou que as tecnologias de telecomunicações e de informação não deveriam se converter em um novo campo de batalha entre os Estados, havendo anunciado que o Brasil apresentaria propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e o uso democrático da Internet.



Em seu pronunciamento, a Presidenta fez referência à escolha da Agenda de Desenvolvimento pós-2015 como tema da sessão 2013 da Assembleia Geral para ponderar que os resultados da Conferência Rio+20, quando a questão da pobreza foi colocada no centro da agenda do desenvolvimento sustentável, deveriam ser tomados como eixo para esse debate. Mencionou, nesse contexto, os significativos avanços já alcançados pelo Brasil no combate à pobreza, à fome e à desigualdade.

No plano econômico, a Presidenta reconheceu haver passado a fase mais aguda da crise internacional, mas sublinhou o fato de que a situação da economia mundial ainda é frágil e que os níveis de desemprego no mundo continuam inaceitáveis. Reiterou, a esse propósito, a posição brasileira favorável a uma ação coordenada, em escala global, destinada a reduzir o desemprego e a restabelecer o dinamismo do comércio internacional. A participação nos debates dos fóruns e organismos internacionais é especialmente importante no atual contexto, em que os países que sofreram os efeitos da crise internacional buscam voltar a uma situação de maior normalidade na economia global. Uma característica importante dessas discussões é a congregação de diferentes visões, em particular aquelas das economias emergentes que anteriormente possuíam voz limitada na governança econômica mundial.

No plano político, a Presidenta referiu-se à crise na Síria, convertida no maior desastre humanitário deste século, para defender uma saída negociada para o conflito. A Presidenta excluiu a possibilidade de aceitação de qualquer saída militar para a crise, o que somente traria mais instabilidade e sofrimento à região, sobretudo se perpetrada por meio de ações unilaterais, conduzidas ao arrepio do Direito Internacional.

No que tange à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o Brasil trabalhou intensamente em favor da implementação de suas decisões. Destacam-se, nesse sentido, os esforços para assegurar a criação do Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Foro Político de Alto Nível sobre desenvolvimento sustentável. O Brasil cumpriu compromisso voluntário assumido durante a Rio+20 e doou cerca de US\$ 6 milhões ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) para apoiar projetos em países em desenvolvimento. Adicionalmente, o Brasil lançou, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Centro Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+20), com sede no Rio de Janeiro/RJ, o qual atuará na produção e difusão de conhecimento e soluções práticas em matéria de sustentabilidade.

Quanto ao regime internacional de combate à mudança do clima, o Brasil participou da negociação de novo instrumento jurídico ao amparo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Em 2013, realizou-se em Varsóvia, em novembro, a 19ª Conferência das Partes (COP-19) da UNFCCC resultando em progresso na negociação do referido instrumento. Esse processo terá continuidade em 2014, na COP-20, a realizar-se em Lima, com a expectativa de que possa ser concluído por ocasião da COP-21, a ser realizada em Paris, em 2015.

O Brasil manteve, em 2013, participação intensa nos diversos foros internacionais dedicados à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais. No que se refere às espécies ameaçadas de extinção, o País liderou esforços internacionais para a inclusão de tubarões e arraias no rol de espécies protegidas sob as regras da Convenção sobre Comércio de Espécies da Fauna e Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção (Cites). Em 2014, o Brasil participará da 16ª Conferência das Partes da Cites.

No que se refere à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, o Brasil participou, em 2013, da primeira sessão plenária da Plataforma Intergovernamental para a Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, organismo internacional cujo objetivo é promover a interface entre as ciências e as políticas públicas voltadas para a conservação da biodiversidade. Em 2014, o País participará da 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da 8ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

O País continua comprometido com seu Programa Antártico, a despeito das dificuldades resultantes do incêndio da Estação Antártica Comandante Ferraz. Em 2013, foram instalados na Antártica os chamados Módulos Emergenciais, que garantirão



a continuidade das pesquisas brasileiras até que a nova base esteja concluída. Em 2014, o Brasil sediará a XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártida.

O Brasil tem participado de forma ativa dos principais foros internacionais sobre temas de energia, inclusive dos grupos temáticos no âmbito do G20. Aspecto basilar da atuação externa brasileira nesse campo é a promoção da integração energética regional, capaz de maximizar a segurança energética e de induzir o desenvolvimento da região. Encontra-se em curso esforço com vistas à elaboração de um Tratado Energético Sul-Americano, que deverá estabelecer o arcabouço jurídico necessário ao aprofundamento da integração energética, à melhoria da segurança jurídica dos contratos no setor e ao incremento dos fluxos de comércio na área de energia. Prosseguem, igualmente, os esforços brasileiros destinados a transformar os biocombustíveis em *commodity* internacional. O Brasil também manteve participação no âmbito do *Global Bioenergy Partnership* (GBEP), exercendo a vice-presidência de seu Comitê Gestor. Foram estabelecidos 24 indicadores de sustentabilidade para a produção e o uso da bioenergia, equitativamente distribuídos entre os critérios ambiental, econômico e social. Atualmente estão sendo implementados projetos-pilotos de aplicação desses indicadores em distintos países e desenvolvidas ações de capacitação para a produção sustentável de bioenergia.

A diplomacia brasileira manteve-se atuante, igualmente, na promoção da agenda multilateral do desarmamento. Em março de 2013, o Brasil tomou parte da Conferência de Oslo sobre o Impacto Humanitário do Uso de Armas Nucleares, reunião que contou com a participação de representantes governamentais, da sociedade civil e da academia. O Brasil participou, ainda, da segunda reunião do Comitê Preparatório da Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em abril, e da Sessão de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Desarmamento Nuclear, em setembro. Em todas as oportunidades, o País renovou seu apoio à negociação de novos instrumentos jurídicos voltados para a eliminação dos armamentos nucleares.

O País continuou a envidar esforços para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), criada por iniciativa brasileira, em 1986. Em janeiro de 2013, realizou-se, em Montevidéu, a VI Reunião Ministerial da Zopacas, tendo o País propugnado, em conjunto com parceiros sul-americanos e africanos, pela consolidação do Atlântico Sul como uma Zona de Paz livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa.

Em linha com seu compromisso com a defesa da manutenção da América Latina e do Caribe como zona livre de armas nucleares, o candidato brasileiro para a Secretaria Geral do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe foi eleito para mandato de quatro anos.

Comprometido com o objetivo de prevenir o tráfico ilícito de armas pequenas, armamento leve e munições, o Brasil participou da II Conferência das Nações Unidas que concluiu o Tratado sobre Comércio de Armas Convencionais, em março de 2013. O País firmou o texto no mesmo dia em que o instrumento foi aberto a assinaturas e deu início aos procedimentos internos necessários a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional.

O Brasil manteve-se comprometido, ainda, com a Aliança das Civilizações, que realizou seu V Fórum Internacional em Viena, em fevereiro de 2013. Os objetivos da iniciativa estão em sintonia com a visão brasileira de promoção do diálogo e da paz, o que faz com que o Brasil se tenha tornado um importante parceiro da Aliança ao longo dos anos.

Na área de direitos humanos e temas sociais, o Brasil assumiu, em 2013, posição destacada, sediando a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (CGTI), que contou com a participação de representantes de 154 países. Na Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, resultante da Conferência, destaca-se a aceitação, no âmbito internacional, do conceito de erradicação sustentada do trabalho infantil, objetivo a ser alcançado mediante a aplicação duradoura e consistente de políticas integradas de proteção social.



No campo dos direitos humanos, mereceu destaque em 2013, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), a contribuição brasileira à conclusão exitosa do processo de reforma da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), bem como de fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Esse processo culminou na realização da Assembleia Geral Extraordinária da OEA em março de 2013, em Washington, com participação brasileira. Em dezembro de 2013, Brasília/DF sediou o primeiro Fórum Mundial de Direitos Humanos.

A reação do País à revelação do uso de ferramentas massivas de monitoramento do tráfego de informações e de comunicações pela Internet, com seus efeitos sobre o direito à privacidade e sobre as liberdades de opinião e de expressão também foi suscitada pelo Brasil ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. O Brasil propôs à Assembleia Geral da ONU, em conjunto com a Alemanha, projeto de Resolução sobre o Direito de Privacidade na Era Digital, o qual foi aprovado em 18 de dezembro de 2013 por consenso entre os 193 Estados-membros da ONU.

Em junho de 2013, realizou-se a XLIII Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (Agoea), na Guatemala. Na mesma ocasião, a OEA aprovou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, assim como a Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância. O Brasil presidiu, durante três anos, o Grupo de Trabalho da OEA que negociou o texto das Convenções e foi um dos primeiros países a assiná-las. O tema central da XLIII Agoea foi *Por uma Política Integrada frente ao Problema Mundial das Drogas nas Américas*.

O Governo brasileiro contribuiu, em 2013, para a garantia dos direitos humanos em situação de emergência, conciliando medidas emergenciais e estruturantes e pautando a cooperação humanitária brasileira pela promoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental. No mesmo ano, o País empreendeu 95 ações de cooperação humanitária, perfazendo o montante total superior a US\$ 25 milhões, beneficiando 40 países da América Latina, África e Ásia.

Na área da cooperação para o enfrentamento aos ilícitos transnacionais, avançou-se na consolidação do Conselho sobre o Problema Mundial das Drogas e do Conselho em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional, ambos da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A Representação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime em Brasília foi elevada, em maio de 2013, à categoria de Escritório de Ligação e Parceria, com a missão de apoiar as iniciativas regionais de combate às drogas e aos ilícitos transnacionais.

Sobre transparência e combate à corrupção, o Brasil deu significativa contribuição aos trabalhos da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, realizada no Panamá, em novembro de 2013. Em outubro, participou da II Reunião de Alto Nível da Parceria de Governo Aberto, realizada em Londres e no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o País participou das atividades do Grupo de Trabalho sobre Suborno. Em 2014, o Brasil deverá receber missão de peritos da OCDE no contexto da avaliação da implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.

Durante a XXIII Cúpula Ibero-Americana, no Panamá, em novembro de 2013, decidiu-se adotar periodicidade bianual para futuras cúpulas e discutiu-se a conveniência de reformar a Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), com vistas a conferir mais paridade de participação entre as duas regiões. Debateu-se, ainda, proposta de aumento da parcela latino-americana no orçamento da Segib com vistas a refletir o maior peso econômico do grupo latino-americano no âmbito da comunidade ibero-americana.

A V Cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada em Durban, em março de 2013, contou com a participação da Presidenta da República. Na oportunidade, o mecanismo comprometeu-se com o fortalecimento de dois de seus pilares: a coordenação em temas da governança mundial e a consolidação de uma agenda própria de cooperação entre os membros do Brics. De especial destaque foram as decisões no sentido de estabelecer-se um Arranjo Contingente de



Reservas, no valor de US\$ 100 bilhões, que funcionará como mecanismo de salvaguarda para eventuais crises de balanço de pagamentos, e de criar um novo Banco de Desenvolvimento, cujo capital inicial foi estimado em US\$ 50 bilhões. O Brasil será responsável pela organização das reuniões dos *think tanks* e do VI Fórum Acadêmico dos Brics, de 17 a 19 de março de 2014.

Em 2013, quando comemorou seu décimo aniversário, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (Ibas) promoveu reuniões dos Grupos de Trabalho que compõem sua vertente de cooperação setorial, bem como de dois de seus foros voltados para a sociedade civil (mulheres e governança local). Houve avanço, ainda, na negociação do acordo que formalizará o Fundo Ibas para o Alívio da Fome e da Pobreza.

A Presidenta da República participou da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África (ASA), realizada na Guiné-Equatorial, em fevereiro de 2013. Na reunião, que contou com a presença de 39 Chefes de Estado e de Governo, o Brasil atuou como Coordenador Regional Sul-Americano.

Em cumprimento às decisões adotadas na III Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), realizada em Lima, em 2012, foram realizadas as atividades previstas no calendário aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo, dentre as quais a I Reunião de Ministros da Energia da Aspa (Abu Dhabi, janeiro de 2013), o II Fórum Inter-regional de Chefes de Escritórios de Propriedade Industrial de Países Sul-Americanos e Árabes (Rio de Janeiro, junho de 2013) e a II Reunião de Ministros da Educação (Lima, outubro de 2013).

b) Integração Regional

No âmbito do Mercosul, avançou-se no processo de ampliação do bloco. Ocorreram de forma regular os trabalhos concernentes à adesão ao bloco da Bolívia, que deverá converter-se futuramente no sexto Estado Parte do Mercosul. No primeiro semestre de 2013, foram assinados os Acordos de Associação da Guiana e do Suriname ao Mercosul. Assim, todos os países sul-americanos se encontram hoje vinculados ao bloco, seja como membros plenos, seja como associados. Ainda no primeiro semestre de 2013, o Mercosul tornou-se membro observador do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica).

Os Estados Partes do Mercosul dedicaram particular empenho à normalização da participação do Paraguai nas atividades do bloco. Com esse objetivo, foi adotada, em junho de 2013, a *Decisão Presidencial sobre o fim da suspensão do Paraguai do Mercosul*.

Ainda em relação ao Paraguai, fato de especial relevância foi a inauguração, em outubro de 2013, da linha de transmissão elétrica entre Itaipu e a cidade de Villa Hayes, nas cercanias de Assunção, realizada, em parte, com recursos de contribuições brasileiras ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Com valor aproximado de US\$ 550 milhões, a obra ampliará o acesso da população e dos agentes econômicos paraguaios à energia elétrica produzida pela Usina de Itaipu.

Em 2013, a Unasul desempenhou papel relevante no tratamento de temas políticos de interesse regional. A Unasul serviu de espaço de coordenação regional no contexto das denúncias relativas a atos de espionagem perpetrados contra países sul-americanos e seus nacionais. Em agosto, os membros da Unasul alcançaram consenso em favor da reincorporação do Paraguai à União, o que se daria a partir da data da posse do novo Presidente paraguaio, Horacio Cartes.

Na vertente social, a Unasul concluiu a regulamentação do Foro de Participação Cidadã, canal permanente de informação e consulta governo-sociedade civil. O formato do Foro permitirá que as propostas apresentadas pela cidadania recebam consideração adequada e resposta efetiva dos Conselhos Ministeriais e das demais instâncias governamentais dos países que integram a União.



A Presidenta da República participou, em janeiro de 2013, da I Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) em Santiago. A Cúpula definiu prioridades no que tange ao diálogo político e à cooperação em temas de especial interesse, com destaque para questões relativas a desenvolvimento social, energia, cooperação entre os mecanismos sub-regionais de integração, coordenação nas Nações Unidas e cultura.

Ao longo de 2013, o Brasil prestou amplo apoio à Presidência *Pro Tempore* cubana da Celac, em especial na organização de reuniões sobre ciência e tecnologia e sobre agricultura familiar, respectivamente em Foz do Iguaçu/PR e Brasília/DF. A II Cúpula da Celac, a realizar-se em janeiro de 2014, em Havana, terá como tema principal a luta contra a fome, a pobreza e as desigualdades na América Latina e no Caribe.

Na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), avançou, em 2013, o processo de incorporação da Nicarágua como 14º país-membro da organização. Trata-se de mais uma evidência da atratividade da Aladi para novos membros latino-americanos, como já havia atestado, em 2012, a adesão do Panamá à Associação.

Em 2013, foi ainda ampliada a atuação brasileira com os países vizinhos em torno de projetos conjuntos de infraestrutura, capazes de potencializar a integração produtiva com os demais países sul-americanos, no marco da realização de esforços compartilhados com o objetivo de ampliar a competitividade das economias da região. Destacaram-se, nesse contexto, os entendimentos relativos à integração da malha ferroviária havidos com Argentina, Paraguai e Peru, bem como aqueles destinados à ampliação da capacidade portuária do Atlântico Sul, mantidos com o Uruguai.

c) Relações Bilaterais

O Brasil teve, em 2013, atuação diplomática intensa em todas as regiões do mundo, fortalecendo sua presença no plano internacional.

As relações bilaterais com os países da América do Sul, da América Central e do Caribe continuaram a ocupar posição privilegiada na estratégia de inserção do Brasil. Ao longo de 2013, a Presidenta da República realizou visitas a sete países sul-americanos: Argentina, Chile, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Com a Argentina, destacam-se os seguintes avanços: i) a realização de reunião em nível de Vice-Chanceleres para tratar dos projetos estratégicos de cooperação bilateral nas áreas nuclear, espacial, defesa, indústria aeronáutica, infraestrutura e comunicações; ii) a aprovação de linha de crédito do BNDES para o financiamento das obras de soterramento da linha ferroviária Sarmiento, na Província de Buenos Aires, as quais contam com a participação de empresas brasileiras; iii) a realização da primeira reunião da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Argentina; e iv) a continuidade das negociações em torno da instituição do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) estando em andamento tratativas para a inclusão de operações de serviços não financeiros, além daquelas vinculadas ao comércio de bens.

Brasil e Uruguai aprovaram Plano de Ação bilateral que contempla 40 ações em áreas como a livre circulação de bens e serviços, a integração produtiva e projetos de infraestrutura, dentre os quais a construção da nova ponte sobre o rio Jaguarão, a implantação da hidrovía Uruguai-Brasil e a reativação da interconexão ferroviária Cacequi-Santana do Livramento-Rivera-Montevideú. Foi assinado, ainda, acordo que estabelece mecanismo simplificado para a concessão de residência permanente a nacionais brasileiros e uruguaios que queiram fixar moradia no outro país.

As relações com o Paraguai ingressaram em nova etapa em 2013, e o Brasil tem incentivado a plena reintegração do Paraguai aos foros regionais. A Presidenta da República compareceu à cerimônia de posse do Presidente Cartes, recebeu-o em visita de Estado a Brasília e acompanhou o mandatário paraguaio na inauguração da linha de transmissão elétrica de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes.



Com a Bolívia, merece destaque a cooperação bilateral para o combate a ilícitos internacionais, que possibilitou a devolução ao Brasil de 375 veículos brasileiros roubados e levados para território boliviano. Avançaram, ainda, iniciativas diversas de integração fronteiriça, com a realização das reuniões inaugurais dos Comitês de Cáceres/San Matías, em abril, e de Guajará-Mirim/Guayaramerín, em novembro de 2013.

A Presidenta da República realizou visita ao Chile, em janeiro de 2013, quando participou de reunião com o Presidente Sebastián Piñera à margem da I Cúpula Celac. Por ocasião da visita, foram analisados aspectos da integração física na região e firmados instrumentos como o Acordo de Cooperação Antártica e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Educacional.

O ano de 2013 marcou o retorno dos voos diretos entre o Brasil e o Equador. Foram retomadas, também, as atividades do Grupo de Trabalho de Transportes, que se reuniu em setembro para examinar o projeto do Eixo Multimodal que ligará o porto de Manta, no Pacífico, à cidade de Manaus/AM.

Em 2013, o Brasil iniciou com o Peru programa de transferência de tecnologia para a produção de medicamentos no país andino e para a formação de profissionais peruanos em saúde pública e gestão hospitalar. Em novembro, a Presidenta da República realizou visita oficial ao Peru, ocasião em que foram assinados acordos em matéria de telecomunicações e termo de cooperação sobre a transferência ao Peru do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) da rede escolar.

As relações com a Colômbia continuaram a estreitar-se em 2013. Em agosto, a XV Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração ensejou oportunidade para contatos diretos entre autoridades locais e federais dos dois países sobre o tema do desenvolvimento fronteiriço. No âmbito cultural, após ter participado como país homenageado da XXV Feira do Livro de Bogotá, em 2012, o Brasil aceitou convite para ser o país homenageado do Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá-2014. Os Governos brasileiro e colombiano elaboraram, em conjunto, programa de cooperação para o desenvolvimento rural, questão prioritária para a Colômbia na preparação da etapa pós-conflito com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

As relações com a Venezuela mantêm-se em patamar de interação e complementariedade. A Presidenta da República esteve presente nas exéquias do Presidente Chávez, em março de 2013, e na posse do Presidente Maduro, em abril de 2013. O Presidente Maduro realizou visita ao Brasil para, entre outros objetivos, preparar o exercício da Presidência *Pro Tempore* venezuelana do Mercosul. Visitas ministeriais e de altos funcionários dos dois países promoveram a troca de experiências sobre zonas econômicas especiais e sobre políticas industriais, e deram início a projeto de integração produtiva baseado em interesses complementares dos dois países.

Com o Suriname, o Brasil avançou no tratamento da cooperação técnica bilateral nas áreas de defesa, saúde e agricultura. O Brasil apoiou a Presidência *Pro Tempore* surinamesa da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), inclusive por meio da cessão de funcionário diplomático a Paramaribo pelo prazo de um ano e de três helicópteros das Forças Armadas brasileiras, por ocasião da Cúpula, em agosto de 2013.

Em relação à Guiana, os Chanceleres dos dois países criaram, em julho de 2013, a Comissão Mista Brasil-Guiana para Desenvolvimento de Infraestrutura. O Brasil deu seguimento às ações de seu extenso programa de cooperação técnica com a Guiana, sobretudo na área agrícola, mas também nos campos policial e consular.

O relacionamento com os países da América Central continuou a estreitar-se. Em 2013, Guatemala e Honduras adotaram o Sistema Nipo-Brasileiro de TV Digital Terrestre (ISDB-T), somando-se à Costa Rica que já havia feito a mesma opção.

O Brasil reuniu-se com os países caribenhos à margem da XVI Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (Caricom), em Porto de Espanha (Trinidad e Tobago), em maio de 2013. Na ocasião, foi anunciada



a iniciativa Brasil-Caricom de Fortalecimento de Capacidades e Competências na Área Agrícola. Em setembro de 2013, a Fundação Alexandre de Gusmão realizou o I Curso para Diplomatas do Caribe. No âmbito bilateral, foram realizadas visitas ao Brasil do Primeiro-Ministro do Haiti e dos Chanceleres de Cuba, Jamaica e Barbados.

A Presidenta da República manteve reunião com o Presidente do México, Enrique Peña Nieto, à margem da Cúpula da Celac, em janeiro de 2013, e o Chanceler mexicano realizou visita ao Brasil em maio. São crescentes os investimentos brasileiros no México, incluindo financiamentos aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em montante superior a US\$ 1 bilhão nos últimos anos. A cooperação técnica com aquele país também se dinamizou, com destaque para projeto de formação de técnicos em agricultura, pecuária e silvicultura tropical, de particular interesse para o lado mexicano.

Com os Estados Unidos (EUA), foram realizadas ao longo do ano de 2013 reuniões de diferentes mecanismos de diálogo periódico bilateral, como: i) a X Reunião do Diálogo Comercial, em fevereiro; ii) a VIII Reunião do Fórum de Altos Dirigentes de Empresas e a II Reunião do Diálogo Estratégico de Energia, ambas em março; iii) a VI Reunião do Grupo Diretor do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade, em julho; iv) a II Reunião da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais, em setembro; v) a III Conferência Brasil-EUA de Inovação, em setembro; e vi) Reunião do Diálogo Econômico-Financeiro entre os dois países, em outubro. Continuaram a ser desenvolvidas, ainda, outras iniciativas ao amparo da Parceria em Aviação, visando ao aprimoramento do ambiente regulatório nos dois países, à troca de experiências na formação de pessoal e à promoção de sua cadeia industrial aeronáutica.

No primeiro semestre de 2013, Brasil e Canadá realizaram a II Reunião do Diálogo de Parceria Estratégica, a III Reunião do Diálogo-Político-Militar, a VI Reunião de Consultas Humanitárias e a II Reunião do Comitê Conjunto para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Canadá é o principal destino de investimentos diretos brasileiros no exterior e deverá, brevemente, tornar-se o segundo maior destino de estudantes brasileiros do Programa Ciência sem Fronteiras.

No que se refere ao continente europeu, a Presidenta da República realizou, em 2013, visitas a Itália, Portugal, Rússia e Vaticano. O Vice-Presidente da República visitou Alemanha, França, Hungria, Portugal e Reino Unido. Visitaram o Brasil os chefes de Estado ou de Governo de Alemanha, Macedônia, Noruega, Rússia, Suécia e Vaticano, bem como os Ministros das Relações Exteriores de Andorra, Bélgica, Geórgia, Luxemburgo, Portugal e Rússia, o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão Europeia.

Nas relações com a França, registraram-se avanços importantes em projetos estratégicos de cooperação nos domínios da defesa e de altas tecnologias. Merecem registro especial a cooperação estabelecida no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), o Programa de Helicópteros (H-XBR), pelo qual as Forças Armadas do Brasil deverão adquirir 50 helicópteros EC-725, e a escolha do grupo francês Thales para o fornecimento ao Brasil de seu primeiro satélite geoestacionário para uso dual (civil e militar).

Com o Reino Unido, aprofundou-se o diálogo político em matérias relativas à paz e segurança internacional, em especial no tema da prevenção da violência sexual em conflitos armados, que tem no Brasil e no Reino Unido seus principais promotores, à prosperidade global e ao desenvolvimento sustentável. Entre outros domínios de cooperação, merece destaque o da educação, com a participação do Reino Unido no Programa Ciência sem Fronteiras.

Com a Alemanha, merecem registro as tratativas conduzidas ao longo do ano entre a organização social Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e a Sociedade Fraunhofer no campo da inovação, com vistas a criar maior sinergia entre as pequenas e médias empresas dos dois países, a cooperação em ciência e tecnologia e a participação da Alemanha no Programa Ciência sem Fronteiras. O Vice-Presidente da República participou em Frankfurt, em outubro de 2013, da inauguração da Feira do Livro, evento que teve o Brasil como país homenageado.



Com Portugal, a visita da Presidenta da República, em junho de 2013, e a realização simultânea da XI Cimeira Brasil-Portugal permitiram avanços no campo da educação, com a assinatura de ato bilateral que facilita o reconhecimento mútuo de diplomas, sobretudo na área de Engenharia. De maneira mais ampla, merece registro o crescente interesse de investidores brasileiros no processo de privatizações em Portugal.

Em sua viagem à Santa Sé, em março de 2013, a Presidenta da República participou das cerimônias de entronização do Papa Francisco. O Papa Francisco, por sua vez, realizou viagem ao Brasil em julho, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude.

Em sua viagem a Roma, a Presidenta da República reuniu-se também com o Presidente da Itália, Giorgio Napolitano. Brasil e Itália realizaram, em outubro de 2013, em Roma, a V Reunião do Conselho Ítalo-Brasileiro de Cooperação, com a participação do Secretário Geral das Relações Exteriores. Na oportunidade, foi tratada a ampla agenda de cooperação bilateral nas áreas econômico-comercial, financeira, previdenciária, cultural, educacional, de defesa e de saúde.

Nas relações com a Suécia, destacou-se a seleção da aeronave sueca Saab Gripen NG (*New Generation*) como vencedora da concorrência internacional do Programa F-X2, que visa à aquisição de 36 caças multimissão que deverão equipar a Força Aérea Brasileira pelos próximos 30 anos.

Com a Rússia, foi realizada a Sexta Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação, copresidida pelo Vice-Presidente da República e o Presidente do Governo da Federação da Rússia, em fevereiro de 2013, em Brasília/DF. O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia realizou visita de trabalho ao Rio de Janeiro/RJ em junho de 2013. O Chanceler brasileiro, por sua vez, realizou visita oficial a Moscou em novembro de 2013.

As relações com a Ucrânia, que recebeu visita do Chanceler brasileiro em julho de 2013, aprofundaram-se em diversas vertentes, notadamente na cooperação espacial (projeto Alcântara/Cyclone-4) e de saúde (produção de insulina humana no Brasil com tecnologia ucraniana). Realizou-se em Brasília, em novembro de 2013, a VI Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial entre os dois países.

Durante o ano de 2013, o Governo brasileiro manteve relacionamento estratégico com a União Europeia (UE). Em janeiro de 2013, a Presidenta da República recebeu os Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia para a realização da VI Cúpula Brasil-UE. Na ocasião, decidiu-se pela criação de um grupo de trabalho *ad hoc* sobre temas econômicos, com ênfase nas áreas de investimento e de competitividade. O grupo objetiva incrementar os contatos entre as áreas de indústria, comércio e inovação de Brasil e UE, bem como atuar como catalisador das negociações do Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE.

Com a Turquia, os diversos contatos mantidos ao longo do ano permitiram aprofundar o diálogo político em temas relativos à paz e à segurança global. No plano bilateral, entrou em vigor, em novembro de 2013, o Acordo para Evitar a Dupla Tributação.

As relações Brasil-África foram aprofundadas e diversificadas ao longo de 2013. A Presidenta da República realizou três viagens ao continente, para participar da III Cúpula América do Sul-África (Asa) na Guiné Equatorial, em fevereiro; para participar da V Cúpula dos Brics na África do Sul, em março; e para participar das comemorações do Jubileu de Ouro da União Africana, na Etiópia, em maio. Buscou-se intensificar o comércio com a África, que se multiplicou por cinco nos últimos dez anos. Numerosas empresas, instituições científicas e entidades da sociedade civil brasileira continuaram a atuar em importantes projetos para o desenvolvimento do continente.

Com a África do Sul, deu-se continuidade ao aprofundamento da Parceria Estratégica com a realização da V Reunião da Comissão Mista de Cooperação Bilateral, marcada pelo avanço do diálogo nas áreas de ciência e tecnologia, defesa e cultura,



entre outras. Em dezembro de 2013, a Presidenta da República viajou a Joanesburgo, acompanhada dos ex-Presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, para participar da cerimônia de exéquias do ex-Presidente Nelson Mandela. Em seu discurso, a Presidenta da República afirmou que a luta de Mandela e do povo sul-africano transformou-se em paradigma não só para a África, mas também para todos os povos que lutam pela justiça, pela liberdade e pela igualdade.

Com relação a Moçambique, intensificou-se o diálogo em torno da cooperação bilateral, especialmente no que tange à saúde pública, à agricultura e à educação. No âmbito da Parceria Estratégica com Angola, foram discutidos o desenvolvimento e a consolidação da cooperação em defesa e o aprofundamento do debate sobre temas migratórios.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil acompanhou os desdobramentos da crise política na Guiné-Bissau, tema que ocupou o centro dos debates da XVIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, em Maputo (Moçambique), e participou da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada em Lisboa (Portugal).

A Presidenta da República visitou a Nigéria, em fevereiro de 2013, ocasião em que foi criado o Mecanismo de Diálogo Estratégico bilateral. A primeira reunião do referido Mecanismo, presidida pelos Vice-Presidentes brasileiro e nigeriano, foi realizada em Brasília, em novembro de 2013.

O Brasil recebeu, em 2013, a inédita visita de um Presidente do Egito, ocasião em que os dois países aprofundaram seu diálogo no campo da cooperação para o desenvolvimento, em especial em sua vertente social. Desde então, o Brasil tem acompanhado com especial atenção a situação política no Egito e manifestado sua expectativa de rápido retorno do país à plena vigência da ordem democrática.

O ano de 2013 foi dos mais importantes em termos de intercâmbio de visitas de alto nível entre o Brasil e os países do Oriente Médio, como exemplificam as viagens do Vice-Presidente brasileiro ao Sultanato de Omã, aos Emirados Árabes Unidos, e à Israel e à Palestina. No contexto das referidas visitas, foram assinados cinco acordos bilaterais, em alguns casos inaugurando o arcabouço jurídico bilateral do Brasil com alguns daqueles países.

O Brasil indicou oficialmente o Embaixador no Cairo (Egito) como Representante Especial do Brasil junto à Liga dos Estados Árabes, o que deverá incrementar o diálogo político com aquela Organização e conferir *status* diferenciado ao País naquele âmbito.

O Brasil mantém seu tradicional compromisso com a paz e a estabilidade do Líbano, país com o qual partilha importantes laços culturais, ancorados na grande comunidade de descendentes de libaneses no Brasil, estimada entre sete e dez milhões. O Brasil, em 2013, manteve sua participação ativa na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

A grave situação na Síria provocou a morte de mais de 100 mil pessoas e lançou 2,2 milhões de sírios à condição de refugiados. Em 2013, o Brasil contribuiu com US\$ 400 mil para os esforços de assistência humanitária a refugiados sírios, por intermédio do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados. O País defende solução negociada para o conflito, havendo repudiado, a cada episódio, a violência e as violações dos direitos humanos ocorridas em território sírio, em especial o uso de armas químicas em agosto. O País apoiou as iniciativas do Representante Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes em prol de uma solução política para o conflito, bem como o acordo para eliminação do arsenal químico sírio firmado entre os Estados Unidos e a Rússia.



Nesse período, o Brasil manteve sua posição de apoio à pronta retomada das negociações diretas entre Israel e Palestina. Criticou a paralisação do Quarteto para o Oriente Médio e reiterou a condenação da construção de assentamentos nos territórios palestinos, prática contrária ao Direito Internacional.

Ao longo de 2013, o Brasil deu continuidade à intensificação de suas relações com países da Ásia e da Oceania.

A Presidenta da República e o Presidente da China mantiveram dois encontros em 2013, em março e setembro, o que evidencia a importância atribuída por ambos ao desenvolvimento das relações bilaterais, marcadas, em 2012, pelo estabelecimento da Parceria Estratégica Global e a criação do Diálogo Estratégico Global entre os dois países. Em novembro, o Vice-Presidente da República realizou visita oficial à China, ocasião em que presidiu a III Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a Cosban, mecanismo que rege os mais diversos aspectos do relacionamento bilateral. No sentido de aprofundar a cooperação financeira entre Brasil e China, em março de 2013, foi assinado o contrato de *swap* de moedas locais entre o Banco Central do Brasil e o *People's Bank of China* com valor total equivalente a aproximadamente US\$ 30 bilhões, pelo prazo de três anos, com possibilidade de renovação. A utilização dos recursos é orientada, principalmente, para facilitar o comércio bilateral.

As relações Brasil-Japão foram marcadas pela visita ao País, em setembro de 2013, do Ministro dos Negócios Estrangeiros japonês. Destaca-se, ainda, a realização no Brasil da IV Reunião do Grupo de Notáveis Brasil-Japão, foro dedicado à elaboração de análises e propostas para o aprofundamento das relações bilaterais, com foco em comércio e investimentos.

No que tange às relações com a Coreia do Sul, o ano de 2013 marcou o cinquentenário da imigração coreana para o Brasil, cujas comemorações incluíram a inauguração, em São Paulo/SP, do Centro Cultural Coreano. Em outubro, realizou-se, em Brasília/DF, a IV Reunião do Comitê Conjunto de Promoção de Comércio e Investimentos e Cooperação Industrial Brasil-Coreia do Sul. No âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, a Coreia do Sul recebeu mais de 323 estudantes brasileiros desde o início do Programa e ofereceu estágios em grandes empresas do país.

O diálogo político com países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) intensificou-se em 2013, com diversas visitas ministeriais nas duas direções. No que se refere à Índia, ocorreu em Brasília/DF, em outubro, a VI Reunião da Comissão Mista Ministerial, ocasião em que foram assinados instrumentos tais como o acordo sobre a transferência de pessoas condenadas e o ajuste ao acordo para evitar dupla tributação.

Em março de 2013, o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia realizou visita oficial ao Brasil. Na ocasião, foram identificadas oportunidades de ampliação dos fluxos de comércio e de investimentos, especialmente no setor agropecuário, bem como de fortalecimento da cooperação nas áreas de turismo, esportes e cultura.

Em junho de 2013, foi realizada a VI Reunião do Conselho de Chanceleres do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal), em Bali (Indonésia), na qual foram aprovadas medidas para dinamizar e atualizar a estrutura do Foro, tendo sido analisadas, inclusive, iniciativas destinadas a ampliar a participação da sociedade civil e do empresariado na Focalal.

d) Negociações Econômico-comerciais

Em 2013, o Brasil manteve-se firme em seu compromisso com o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC). O candidato brasileiro foi eleito para a Direção-Geral da Organização e o País participou do processo negociador com vistas à adoção de um pacote de resultados por ocasião da 9ª Conferência Ministerial da Organização, realizada em Bali, em dezembro. A expectativa brasileira é de que os entendimentos em Bali contribuam para restaurar a capacidade negociadora da OMC e permitir a retomada das negociações para a conclusão da Rodada de Doha.



Em 2013, teve lugar o VI Exame de Política Comercial do Brasil. Esse exercício de transparência, que, no caso do Brasil, ocorre a cada quatro anos, envolveu diversos órgãos do Governo, sob a coordenação da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Foram elaborados dois relatórios e o Brasil respondeu a 779 perguntas de mais de 30 delegações sobre os mais variados temas, como desempenho macroeconômico, infraestrutura, defesa comercial, tributação e licenciamento de importações.

Em 2013, o Brasil buscou, igualmente, participar de forma ativa no debate acerca das distorções no comércio internacional provocadas pelas flutuações das taxas de câmbio. Em outubro, o Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC decidiu dar continuidade às discussões sobre taxas de câmbio e comércio internacional, com ênfase no objetivo de fortalecer a coerência entre a OMC e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em consonância com linha de trabalho proposta pelo Brasil. Mesmo em um contexto internacional adverso, o Brasil manteve seu *status* de credor do FMI, tendo apoiado o reforço da capacidade financeira do FMI por meio de aportes realizados em Direitos Especiais de Saque (DES), espécie de moeda do Fundo.

Em 2013, o Brasil informou a OMC sobre a modernização do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial. O Governo vem atuando nas investigações iniciadas em outros países e que possam resultar em decisões prejudiciais às exportações brasileiras.

Buscando garantir condições equânimes de competitividade para os exportadores nacionais, o País acompanhou as iniciativas de diálogo relativas a créditos à exportação no âmbito da OMC, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Grupo de Trabalho Internacional de Créditos à Exportação, cuja próxima reunião ocorrerá no Brasil, em janeiro de 2014.

Também foram priorizadas, em 2013, nas esferas bilateral e multilateral, iniciativas em prol do agronegócio brasileiro e da liberalização do comércio agrícola internacional. Realizou-se em Belo Horizonte/MG, a sessão de comemoração do cinquentenário da Organização Internacional do Café. Na OMC, o País manteve atuação de relevo no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias.

Ainda no contexto multilateral, o País acompanhou os trabalhos dos diversos comitês da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e dos órgãos normativos internacionais de referência em matéria sanitária e fitossanitária – *Codex Alimentarius*, Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e Convenção Internacional de Proteção de Vegetais). No plano bilateral, após dificuldades geradas pela notificação de um caso de encefalopatia espongiforme bovina no Brasil, que resultou na imposição, por alguns países, de restrições às exportações de carne bovina do País, foi possível obter decisão da OIE de manter o risco sanitário brasileiro no nível mais baixo possível, bem como a reabertura dos mercados de Chile, Egito, Irã, Jordânia e Peru.

No que tange às disputas na OMC, durante o ano de 2013, foi encerrado contencioso entre Brasil e Estados Unidos (EUA) sobre suco de laranja, com a condenação do método de cálculo norte-americano (*zeroing*) que inflava artificialmente o direito *antidumping* aplicado contra o produto brasileiro, o que facilitou o acesso ao mercado norte-americano em condições mais competitivas. O Governo continuou engajado na busca de uma solução satisfatória para o contencioso do algodão com os Estados Unidos, tendo reativado o processo interno para identificação de contramedidas comerciais que poderão ser adotadas pelo Brasil, em 2014, na hipótese de que a futura legislação agrícola norte-americana, em debate no Congresso daquele país, não respeite as decisões da Organização Mundial do Comércio (OMC) no caso “EUA – Algodão”.

No âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi), o Brasil contribuiu de maneira decisiva para a conclusão, em junho de 2013, do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Deficiências para o Acesso ao Texto Impresso. As negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil, em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. O Acordo foi assinado pelo Governo brasileiro em 28 de junho de 2013 e aguarda ratificação.



O Brasil trabalhou para o aprofundamento da cooperação com a OCDE na discussão de políticas públicas relacionadas à promoção do desenvolvimento. Nesse contexto, o País foi nomeado para integrar o comitê diretor do Projeto Beps (Erosão da Base e Transferência de Lucros), voltado para a cooperação em matéria fiscal, bem como do Pisa (Programa para Avaliação Internacional dos Estudantes). O País recebeu, em 2013, visita oficial do Secretário Geral da OCDE.

A Presidenta da República participou, em setembro de 2013, da Cúpula de Líderes do G20 em São Petersburgo, Rússia, quando, entre outras ações, aprovou-se o Plano de Ação de São Petersburgo, que prevê a implementação de estratégias abrangentes para a promoção do crescimento e do emprego. Na ocasião, foi endossado o Plano de Ação sobre Beps, relativo aos desafios gerados pela prática de transferência de lucros por multinacionais para países de menor tributação.

Por ocasião das comemorações do Cinquentenário da União Africana, a Presidenta da República anunciou, em maio de 2013, a renegociação da dívida de 12 países africanos com os quais o Brasil mantém vínculos históricos de amizade e de cooperação econômica. Em 2013, foram assinados três contratos de reestruturação da dívida, os quais envolvem a recuperação de aproximadamente US\$ 32,04 milhões. Além disso, foram encaminhados pelo Poder Executivo, para autorização do Senado Federal, os resultados das negociações de reestruturação de dívidas com outros seis países africanos, envolvendo a recuperação de créditos da ordem de US\$ 137,8 milhões. Ao implementar essa decisão, o Governo brasileiro atuou em estreita coordenação com a comunidade internacional, que recomenda as operações de reestruturação de dívida para beneficiar os países pobres altamente endividados, segundo os padrões do Clube de Paris e do Banco Mundial.

No decorrer de 2013, o Governo brasileiro promoveu reuniões com a sociedade civil e o setor privado a fim de assegurar a transparência do processo negociador em curso com a União Europeia. Com base no resultado da consulta pública junto ao setor privado, o Conselho Deliberativo da Camex aprovou a oferta nacional sobre as condições de acesso ao mercado brasileiro, a serem apresentadas ao lado europeu como parte da oferta do Mercosul, nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras públicas.

No ano de 2013 foram realizadas 24 missões de promoção comercial no exterior em 22 países, sendo algumas delas no contexto de viagens de autoridades governamentais: três presidenciais (Nigéria, Etiópia e Peru), duas missões vice-presidenciais (Omã e Emirados Árabes Unidos), e duas ministeriais (Nigéria e Argélia/Marrocos). Adicionalmente, o Itamaraty apoiou 16 missões organizadas por instituições empresariais, tais como a Apex-Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), federações de indústria e comércio estaduais e associações setoriais. No que tange à realização de feiras no exterior, foram apoiados 128 eventos nos mais diferentes setores econômicos, tais como alimentos, energia e meio ambiente, médico e saúde, turismo, calçados, entre outros.

A corrente de comércio exterior brasileira em 2013 atingiu o valor de US\$ 481,8 bilhões, com crescimento de 2,6% em relação a 2012. A América do Sul representou 15% do comércio exterior do Brasil, sendo que 83% de nossas exportações para a região foram compostas por produtos industrializados. O comércio exterior do Brasil manteve o equilíbrio na distribuição entre seus parceiros: em 2013, a União Europeia respondeu por 20,4% do total do comércio; a China, por 17,3%; e os Estados Unidos, por 12,7%.

e) Cooperação Técnica e Esportiva

Em 2013, o Brasil executou 141 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e no Caribe, em benefício de 21 países, nos setores de agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, trabalho e emprego. Na África, o Brasil desenvolveu cooperação técnica bilateral com 27 países, incluindo projetos, atividades isoladas e cursos de capacitação. Foram executadas 84 iniciativas de cooperação bilateral.



O Brasil continuou suas atividades de cooperação no Oriente Médio e na Ásia, com projeto em execução no Sri Lanka e missões de prospecção em Fiji, Mianmar, Tailândia e Vanuatu.

Parcerias triangulares foram executadas com Alemanha, Austrália, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Suíça, totalizando 43 projetos em andamento e mobilizando recursos brasileiros no valor de US\$ 1,9 milhão, complementando a cooperação técnica Sul-Sul do Brasil. As áreas de atuação da cooperação trilateral concentram-se nos países africanos de língua portuguesa e nos países da América Latina.

No âmbito das parcerias mantidas com organismos internacionais, a exemplo de Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), existem atualmente 48 ações em andamento, envolvendo recursos no valor de US\$ 4,4 milhões. O Brasil desenvolveu 228 projetos de cooperação técnica com 21 instituições.

No que tange aos esportes, articulou-se a vitoriosa campanha de Brasília/DF para sediar a *Universíade 2019* – evento esportivo universitário bianual, que congrega cerca de dez mil atletas de todo o mundo. O Brasil também sediou a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, os Jogos Escolares Mundiais e, à margem dos XII Jogos dos Povos Indígenas do Brasil, o Fórum Social dos Povos Indígenas lançou a proposta de realizar no Brasil, em 2015, a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas.

Em 2013, foram implementados acordos de cooperação para a realização de megaeventos esportivos assinados com África do Sul, Alemanha, Austrália, Canadá, China, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia. Esses acordos permitem intercâmbio de informações em áreas relativas a planejamento estratégico, segurança, meio ambiente, transportes, alfândega, comunicações, diplomacia, mídia, infraestrutura, legado, cerimonial, protocolo, vistos e estratégias de projeção de imagem e reputação do país-sede.

f) Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Diplomacia Cultural

Foi priorizada a promoção do Programa Ciência sem Fronteiras, tendo sido realizadas, em 2013, ações em 28 Embaixadas e Consulados brasileiros, voltadas para a orientação e o apoio aos bolsistas. Em 18 postos prioritários, dentre os quais Paris, Londres, Washington e Seul, foram designados assistentes técnicos para dedicarem-se exclusivamente aos assuntos do Programa Ciência sem Fronteiras e à organização do Programa de Apoio ao Estudante Brasileiro.

No plano cultural foi mantida a prioridade da diplomacia brasileira à promoção da língua portuguesa e à difusão da imagem e da cultura do Brasil, nas suas mais diversas manifestações e em toda sua diversidade. Em 2013, o Brasil participou de 29 feiras e festivais nas áreas da literatura, artes visuais e artes cênicas, em 23 países. Destacam-se a participação do Brasil, como país homenageado, na Feira Internacional do Livro de Frankfurt, bem como a realização do Mês do Brasil na China e do Ano do Brasil em Portugal. Em 2013, foi celebrado, em mais de 20 postos, o centenário do nascimento do poeta e diplomata Vinícius de Moraes. Em 2014, o Brasil será o país homenageado do Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá, da Feira do Livro de Bolonha e da Feira do Livro de Gotemburgo. Ademais, está prevista a realização dos Dias do Brasil na Rússia.

Para atender ao crescente interesse pela cultura brasileira e por seu idioma, deu-se continuidade à expansão da Rede Brasileira de Ensino no Exterior, com a abertura do Centro Cultural Brasil-Argentina, em Buenos Aires, um dos mais amplos da rede. Em apenas dois meses de funcionamento, o Centro já atraiu cerca de 500 alunos. Também em 2013, foi inaugurado o Centro Cultural em Tel Aviv (Israel), cujo funcionamento pleno está previsto para 2014.



Com o objetivo de aumentar a visibilidade da Rede de Centros e Núcleos de Estudo, bem como dos leitorados brasileiros, e a intensificar o diálogo entre as distintas unidades que a compõem, foram criados dois canais de comunicação na Internet, voltados precipuamente a docentes e discentes da Rede.

O apoio à distribuição internacional de filmes brasileiros garantiu a apresentação de 18 filmes nacionais, inéditos em seis países, três dos quais foram lançados no circuito de exibição comercial. Viabilizou-se a montagem de estandes em quatro grandes mercados audiovisuais estrangeiros, entre os quais se destacam o *Mercado Internacional de Curtas-metragens de Clermont-Ferrand*, na França, e o *American Film Market*, nos EUA, para o qual se garantiu a ida de nove produtores brasileiros.

Manteve-se o Programa de Apoio à Capacidade de Jovens Talentos, por meio da organização de três oficinas de roteiro no Brasil e o auxílio à ida de 25 profissionais do setor para eventos correlatos no exterior.

Em 2013, foi apoiada a realização, no âmbito do Programa de Divulgação da Realidade Brasileira, de 168 eventos de divulgação da cultura nacional em 58 países em cinco continentes. Em sintonia com as principais diretrizes da política externa brasileira, as programações culturais têm privilegiado a interação e a troca de ideias e experiências entre acadêmicos, escritores, artistas e intelectuais do Brasil com suas contrapartes e com o público interessado da América do Sul, dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e da África.

Teve seguimento a série de publicações *Textos do Brasil*, realizadas em diversos idiomas e distribuídas gratuitamente. Em 2013, produziu-se a matriz gráfica das três próximas edições, que versarão sobre as novas tendências artísticas da música popular brasileira (MPB), publicidade e arte contemporânea. Também foi mantida a publicação da coleção *Mundo Afora*. Em 2013, foi lançada edição dedicada a políticas de incentivo à inovação.

Em 2013, foram realizados diálogos bilaterais na área de ciência e tecnologia com Alemanha, Canadá, China, Itália, Países Baixos e União Europeia e, específicos sobre inovação, com França, Portugal e Reino Unido. Destacou-se, ainda, a realização, pela primeira vez no Brasil, da VI edição do Fórum Mundial da Ciência, em novembro, no Rio de Janeiro/RJ.

No que tange à governança da Internet, o Brasil teve participação ativa nos fóruns globais de discussão sobre o tema, entre os quais o Fórum de Governança da Internet, a Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a União Internacional de Telecomunicações (IUT), além da já referida participação do País na abertura da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas convocando os países a estabelecerem um marco civil internacional para a Internet.

No âmbito regional, o Brasil assumiu a presidência do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet, no marco do Plano de Ação para a Sociedade de Informação na América Latina e Caribe. Foi proposta, ainda, a criação de Grupo de Trabalho do Mercosul sobre Governança, Privacidade, Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica, com vistas a dar seguimento à decisão sobre repúdio à interceptação de dados e comunicações eletrônicas, bem como fomentar iniciativas regionais para incrementar a autonomia tecnológica e a segurança das comunicações na região.

g) Temas Consulares e Comunidades Brasileiras no Exterior

Além da assistência regular prestada em suas sedes, a rede de postos consulares brasileiros atendeu, em 2013, a cerca de 29 mil nacionais em 19 países, por meio de 149 consulados itinerantes. Trata-se de atividade de especial relevância, uma vez que leva serviços diretamente aos brasileiros que vivem em locais mais distantes das sedes dos postos consulares.



Na esfera migratória, concluiu-se em 2013 o programa de jornadas conjuntas Brasil-Paraguai no território daquele país, tendo sido concedidos, ao amparo do Acordo de Residência e Regularização Migratória do Mercosul, mais de 15 mil vistos temporários ou definitivos de residência para nacionais brasileiros radicados no Paraguai. Esses brasileiros passaram a gozar de igualdade de direitos civis, direito à reunião familiar, livre circulação, acesso ao trabalho regular e à previdência social, agilidade na tramitação da documentação requerida para investimentos, entre outros benefícios.

Foram criados, em 2013, oito novos Consulados Honorários, nas cidades de Nevsehir (Turquia), Erbil (Iraqe), Pucallpa (Peru), Maribor (Eslovênia), Córsega (França), Marraqueche (Marrocos), Bucaramanga (Colômbia) e Montego Bay (Jamaica). Ao longo do ano, o Brasil anuiu à abertura de mais de uma dezena de novos Consulados e Consulados Honorários estrangeiros no País, com vistas a facilitar o recurso de brasileiros e estrangeiros aos serviços consulares oferecidos em território nacional.

A permissão de saque do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) por brasileiros que se encontram no exterior foi estendida, em 2013, a brasileiros residentes em países como Áustria, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal e Suíça.

Teve continuidade a negociação de acordos bilaterais e multilaterais de previdência social que permitem aos cidadãos brasileiros residentes no exterior a contabilização de tempo de serviço no Brasil e no país de residência para fins de aposentadoria e recebimento de outros benefícios. Registrou-se a entrada em vigência do acordo com a Alemanha, foram iniciadas negociações com Israel e Suíça e finalizou-se a negociação da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e do texto do acordo com a Suíça.

Foram aperfeiçoados, em 2013, o regimento e o estatuto do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) e 50 Conselhos Locais de Cidadãos ou de Cidadania manifestaram interesse em integrar o novo CRBE, comprometendo-se com agenda de trabalho. Realizou-se em novembro, na Bahia, a IV Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, reunindo 50 porta-vozes dos conselhos locais e representantes de órgãos governamentais com competência para implementar políticas em benefício das comunidades emigradas.

No contexto do Programa Mais Médicos, foi criado o Visto Temporário de Aperfeiçoamento Médico (Vicam), que vem sendo concedido aos médicos estrangeiros selecionados. Registre-se que apenas a Embaixada em Havana concedeu, desde agosto, cerca de seis mil vistos para médicos de nacionalidade cubana, que participam do Programa por meio de cooperação do Brasil com a Organização Pan-Americana de Saúde.

No contexto de maior afluxo de migrantes, a maioria deles haitianos, no Acre e no Amazonas, realizou-se, em maio de 2013, Reunião Regional de Cooperação, que contou com a participação de representantes da Bolívia, Equador, Haiti, Peru e República Dominicana. Desde janeiro de 2012, as Embaixadas do Brasil nesses países concederam mais de 6,5 mil vistos especiais permanentes de caráter humanitário a cidadãos haitianos.

A aprovação legislativa do Acordo sobre Garimpo Ilegal abriu caminho para a assinatura de Regime de Circulação Transfronteiriça de pessoas entre São Jorge do Oiapoque (Guiana Francesa) e Oiapoque/AP, o que favorecerá o aprofundamento da integração naquela região. Por ocasião da visita do Presidente francês ao País, em dezembro de 2013, foi assinado o Acordo Férias-Trabalho entre Brasil e França.

Na área de cooperação jurídica internacional, foram celebrados acordos de transferência de pessoas condenadas com a Índia e a Polônia e negociados tratados com Japão, Hong Kong e Suíça. No que tange ao auxílio jurídico mútuo em matéria civil, foi assinado acordo com o Marrocos. No que respeita à extradição, foi concluída negociação com Hong Kong e prosseguiram negociações com a Alemanha e a Áustria. No âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, buscou-se negociar acordo bilateral de auxílio jurídico mútuo em matéria penal com seis países fronteiriços: Argentina, Bolívia, Guiana, Paraguai, Uruguai e Venezuela.



O Sistema Consular Integrado ampliou sua rede de proteção ao cidadão brasileiro em 2013, atingindo 182 postos com serviços consulares. Foram emitidos nesse ano 1,8 milhão de documentos de forma eletrônica, em material de segurança, controlados centralmente e acompanhados a distância.

2. Soberania

a) Planejamento na Área de Defesa

No ano de 2013, foi priorizado o desenvolvimento de instrumentos de planejamento e gestão estratégica para a Defesa Nacional. Nesse sentido, foi definida a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa (Sisped), que servirá como vetor para o planejamento e a gestão estratégica dos instrumentos de defesa, bem como de base para a sistemática de planejamento estratégico-militar desenvolvida pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Inicia-se em 2014 a informatização do Sisped.

Em 2013, foi concluída a primeira versão do Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (Paed) e definidos os cenários econômicos para o seu financiamento no período entre 2014 e 2033. Importante instrumento de planejamento do Governo na área de defesa, o Paed, com foco prioritário na recuperação da capacidade operativa das Forças Armadas (FA), consolida os planos de articulação e de equipamento das três Forças e do Ministério da Defesa, com destaque no fortalecimento da base industrial nacional de defesa e nos benefícios sociais diretos e indiretos que os projetos da área oferecem.

Em 2013, o Congresso Nacional aprovou os textos revisados da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), bem como o Livro Branco de Defesa (LBD), documentos estratégicos no que concerne à defesa do País. As matérias aprovadas reafirmam a postura do País quanto às prioridades da defesa nacional, ao fomento à indústria nacional e ao relacionamento com as demais nações.

Foram distribuídos 5,5 mil exemplares do LBD, além da publicação da versão eletrônica no *site* do Ministério da Defesa na Internet contribuindo para sua divulgação e para o incremento da transparência e da participação da sociedade na temática da defesa no Brasil, revestindo-se de fundamental importância para o aumento da confiança entre os países.

Uma das diretrizes da END é capacitar a indústria nacional para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. Nesse sentido, o Decreto nº 8.122, de 16 de outubro de 2013, regulamentou o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), cuja principal finalidade é a de eliminar a diferença de tributação entre produtos de defesa (Prode) nacionais e importados. Ficam, assim, estabelecidas regras diferenciadas para a produção e aquisição de produtos de defesa, a fim de assegurar a manutenção da indústria nacional. A intenção é evitar a importação de produtos de alto valor agregado e estimular o potencial econômico interno para transformar o País em exportador desse seleto nicho de produtos no mercado mundial de defesa. Em 28 de novembro de 2013, foram publicadas as primeiras portarias que credenciam Empresas Estratégicas de Defesa e classificam Produtos Estratégicos de Defesa.

b) Proteção da Amazônia

b.1) Projeto Cartografia da Amazônia

No âmbito do projeto de Cartografia da Amazônia, estão sendo mapeados 1,8 milhão de quilômetros quadrados de um total de 5,2 milhões existentes. Com essa finalidade, foram destinados, em 2013, recursos para a construção de embarcações, produção de cartas náuticas e modernização de aeronaves. Nesse contexto, em 2013, a construção do Navio Hidroceanográfico Fluvial Rio Branco atingiu 50% de execução; os Avisos Hidroceanográficos Fluviais Xingu, Rio Negro e Solimões e uma aeronave modelo R99 modernizada foram incorporados, respectivamente, à Marinha e à FAB; houve o mapeamento de 180 mil quilômetros quadrados



de áreas de não floresta; e foram produzidas cartas relativas à cartografia geológica. Para 2014, está prevista a incorporação do Navio Hidroceanográfico Fluvial Rio Branco, que permitirá a conclusão dos levantamentos cartográficos náuticos, a continuidade do mapeamento de áreas de florestas e a continuação da realização dos levantamentos aerogeofísicos.

b.2) O Programa Calha Norte

Criado em 1985, o Programa Calha Norte (PCN) tem por finalidade promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da região Norte, bem como contribuir para a defesa nacional e proporcionar assistência à população da região. Abrangendo, atualmente, 194 Municípios situados na faixa de fronteira nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, o PCN vem cumprindo seus objetivos por meio de diversas ações, tais como obras de rodovias, portos, escolas, hospitais, redes de energia elétrica e construção e manutenção das instalações que reforçam a segurança das fronteiras e o combate ao narcotráfico.

No conjunto das atividades executadas, em 2013, no âmbito da vertente militar do PCN foram desenvolvidas diversas iniciativas nas unidades militares localizadas na área de abrangência do Programa, destacando-se: i) aquisição e manutenção de embarcações para o 4º e 9º Distritos, compreendendo a aquisição de uma draga com 300 metros de tubulação para a Base Naval de Val-de-Caes e instalação de separadores de água e óleo para os Navios Patrulha Fluviais “Roraima”, “Rondônia” e “Amapá”, sediados no 9º Distrito Naval; ii) início da construção das instalações do serviço de sinalização náutica da Marinha em Manaus/AM; iii) continuidade das obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em Barcelos/AM; iv) adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF); v) reforma do Destacamento de São Salvador/AC; vi) adequação e manutenção das pequenas centrais hidrelétricas instaladas em PEF; vii) recuperação e pavimentação na área do 4º Batalhão de Aviação do Exército (4º BAvEx), em Manaus/AM; viii) recuperação dos hangares da Base Aérea de Belém/PA; ix) reforma das estruturas do sistema de fornecimento de água da Vila Militar Ajuricaba, em Manaus/AM; x) construção de uma lancha de Apoio Logístico que propiciará suporte às ações fluviais relacionadas às atividades desenvolvidas pela Comissão de Aeroportos da Amazônia (Comara); e xi) instalação de laboratórios de análises clínicas e aquisição de motores de popa para equipar embarcações de pequeno porte.

c) Defesa Terrestre

O Governo Federal vem prosseguindo, nos últimos anos, com o processo de transformação do Exército Brasileiro com a adoção de um conjunto de ações necessárias ao aperfeiçoamento de suas estruturas operacionais objetivando efetivar a prontidão da Força em qualquer área de interesse estratégico do Brasil.

Nessa linha de atuação, a implantação do projeto-piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) teve prosseguimento, em 2013, com a construção e a adaptação de suas instalações em Campo Grande e em outras cidades do Mato Grosso do Sul e a aquisição de equipamentos de alta tecnologia (tais como binóculos termais multifuncionais, outros optroônicos como óculos de visão noturna e equipamentos de monitoramento do espectro eletromagnético) que permitem a atuação rápida e oportuna de radares de vigilância terrestre e aérea de baixa altura e de sistemas de veículos aéreos remotamente pilotados.

Em seu segundo ano de implantação, o Projeto Estratégico Defesa Cibernética, coordenado pelo Exército Brasileiro, destacou-se na coordenação e na integração da segurança e na defesa cibernética durante os grandes eventos ocorridos em 2013, tais como a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a XXVIII Jornada Mundial da Juventude. Os avanços do referido projeto, em 2013, compreendem o início do funcionamento do simulador de operações cibernéticas; a aquisição de um computador de alto desempenho, a ser utilizado em pesquisas na área de defesa cibernética; e o Projeto de Rádio Definido por *Software* que contribuirá para a interoperabilidade das Forças e proporcionará um grande ganho na segurança das comunicações e nos contra-ataques de guerra eletrônica e cibernética.



No Projeto Proteger, destinado à defesa de estruturas estratégicas do País, deu-se continuidade às ações de proteção da geração e transmissão de energia, de mananciais de água e de sistemas de transporte e de comunicações, contemplando a aquisição e distribuição de viaturas operacionais, instrumentos de pontaria e precisão para o armamento do Exército e de equipamentos especializados para tropas antiterrorismo. Para 2014, está prevista a execução da primeira fase de implantação do Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências, que visa a uma maior capacidade de pronta resposta às operações de proteção de estruturas vitais do País e da sociedade.

Quanto ao Projeto de Recuperação da Capacidade Operacional do Exército (Recop), foram adquiridos e modernizados itens importantes do material de emprego militar, a exemplo de viaturas terrestres e fluviais, sistemas de mísseis de médio e longo alcance, armamento e munição, equipamentos, pontes modulares de emprego militar e civil, além de material para postos de saúde de campanha.

Em 2013, foi dada continuidade aos Projetos Guarani, Astros 2020 e Defesa Antiaérea, por meio do desenvolvimento de produtos nacionais de defesa e aquisição de equipamentos. Essas ações, desenvolvidas no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), têm como objetivo dotar o Exército Brasileiro de equipamentos que proporcionem, respectivamente, elevada capacidade dissuasória, mobilidade aos módulos básicos de combate e proteção das estruturas estratégicas terrestres, prosseguirão em 2014, a fim de recuperar a capacidade operacional da Força Terrestre para o atendimento às suas missões constitucionais.

d) Defesa Aérea

O Governo brasileiro, nos últimos anos, vem investindo na modernização e na aquisição de helicópteros e aviões de transporte, de combate e de patrulha; no aperfeiçoamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); e na ampliação da capacitação científico-tecnológica da Força Aérea Brasileira (FAB).

No âmbito do F-X2, contrato que tem por objeto a aquisição de 36 aeronaves caças para defesa aérea, cabe ressaltar que, em 2013, o Governo brasileiro fez a opção pelo modelo sueco Gripen NG, da empresa Sueca Saab, com o objetivo de dotar a Força Aérea de caças mais modernos. As negociações dos contratos de financiamento e comerciais serão realizadas em 2014. Esse modelo de aquisição também prevê transferência de tecnologia.

No que se refere à revitalização e modernização da frota de aeronaves da FAB, em 2013, deu-se continuidade à execução dos Projetos F5-BR e A-1 (AM-X). No âmbito do Projeto F5-BR, mais cinco aeronaves F5-E foram entregues à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) para execução dos serviços e padronização. Em 2014, serão encaminhadas àquela empresa as últimas seis unidades que serão modernizadas até 2016. No que diz respeito ao Projeto A-1, em 2013, foi entregue à Embraer mais um lote de oito unidades, totalizando 22 aeronaves entregues para revitalização.

Quanto ao Projeto P-3BR, foram incorporadas à FAB o total de três aeronaves em 2013, modernizadas pela empresa EADS (*European Aeronautic Defence and Space Company* – corporação europeia do ramo aeroespacial). A quarta, por ser a última da frota, apresentou um número considerável de itens não disponíveis no mercado, razão pela qual tem a incorporação à FAB prevista para o primeiro trimestre de 2014.

O Projeto E-99M, que prevê a modernização de cinco aeronaves E-99, jatos Embraer EMB-145 com equipamentos de Alerta Aéreo Antecipado e Controle, permitirá à FAB manter e ampliar a sua capacidade de execução de missões de controle, alarme em voo, reconhecimento eletrônico e, em caso de necessidade, como posto de comando. Em julho de 2013, foi entregue à Embraer a primeira aeronave para ser modernizada. A expectativa é de que a nova tecnologia dos aviões E-99 esteja disponível para a Copa do Mundo FIFA 2014.





Ainda no que se refere à modernização de aeronaves, cabe destacar que, em 2013, os esquadrões de transporte aéreo e de patrulha ganharam mais segurança com a incorporação à frota da FAB de 12 unidades modernizadas, sendo 11 do tipo C-95M Bandeirante e uma P-95M Bandeirante-Patrulha. Para 2014, a previsão é de recebimento de mais 14 unidades da aeronave C-95M e uma do modelo P-95M.

O Projeto Super Tucano AL-X foi concluído. As últimas quatro aeronaves foram incorporadas em 2013, completando 99 aeronaves produzidas pela Embraer e em operação na FAB.

O Projeto H-XBR prevê o recebimento de 50 helicópteros EC-725 de um consórcio constituído pelas empresas Helibras (brasileira) e Eurocopter (franco-alemã), sendo 16 helicópteros para cada uma das Forças e dois para a Presidência da República. Esses helicópteros inicialmente foram desenvolvidos e produzidos na França e, paulatinamente, a produção está sendo transferida para o Brasil, mediante a capacitação da indústria nacional de defesa para a efetiva transferência de tecnologia e ampliação da capacidade brasileira no campo aeronáutico. Até 2013, foram recebidos oito helicópteros pela FAB, dos quais quatro serão para uso da Força Aérea, dois do Exército e dois da Marinha. Para o ano de 2014, há previsão de recebimento de mais 13 helicópteros, sendo quatro deles totalmente produzidos no País.

Em 2013, foi concluído o processo de seleção e as negociações contratuais do Projeto KC-X2, que contempla a conversão de duas aeronaves de grande porte para substituir os antigos aviões reabastecedores KC-137, desativados em 2013. A empresa escolhida foi a *Israel Aerospace Industries* (IAI), que converterá duas aeronaves comerciais Boeing 767-300ER de acordo com os requisitos formulados pela FAB, que incluem a transferência de conhecimentos de engenharia e de processos industriais. A primeira aeronave deverá ser entregue para operação em 2014.

No que concerne ao cargueiro KC-390, que substituirá o C-130 Hércules, foi finalizada, em março de 2013, a revisão crítica do Projeto, iniciando-se a fase de construção dos protótipos cujo primeiro voo está programado para o segundo semestre de 2014.

Ainda, em relação às aquisições de meios aeronáuticos, destaca-se, em 2013, o recebimento de um sistema com duas aeronaves remotamente pilotadas mais conhecidas por Veículos Aéreos Não Tripulados (Vant). Além disso, foi concluída a sétima campanha de ensaios do Projeto DPA-Vant em outubro de 2013, com o objetivo de desenvolver um demonstrador de tecnologia de um sistema de decolagem e pouso automáticos especificamente para o Vant.

Em paralelo à aquisição de aeronaves, deu-se prosseguimento, em 2013, à implantação da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa, bem como à ativação de unidades militares de autodefesa, além da aquisição de quatro radares antiaéreos modelo Saber M-60, havendo previsão de sua utilização na segurança de estádios durante a Copa do Mundo FIFA 2014.

No que diz respeito ao desenvolvimento do míssil *A-Darter*, fruto de uma parceria entre Brasil e África do Sul, em 2013, foi atingida a etapa final da campanha de ensaios para verificação de cumprimento de requisitos e avaliação de desempenho e executados os treinamentos específicos de simulação em ambiente infravermelho e exposição à produção de detectores. Em 2014, planeja-se a execução da fase de desenvolvimento da industrialização do projeto, concomitante com o final da campanha de ensaios do míssil, para comprovação de requisitos técnicos, que serão realizados na África do Sul com a participação de equipes de ensaio brasileiras.

No Campo Aeroespacial, destacam-se, em 2013, as seis missões de rastreamento, coordenadas pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), dos foguetes lançados pela Agência Espacial Europeia (ESA). Nesse contexto está incluído o rastreamento de veículos de transporte de satélites, para utilização nacional, tais como o *Star One C3*, Amazonas e seis Brasilsats. Em 2014, o Centro prevê a realização de mais nove missões de rastreamento de foguetes lançados pela ESA, a partir da Guiana Francesa. Outras importantes conquistas na área aeroespacial foram o término da construção da nova torre móvel de integração





do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que o capacitou para o lançamento de foguetes; e a conclusão da campanha de ensaios de separação em solo dos quatro propulsores do primeiro estágio do foguete VLS-1, com 100% de sucesso.

Destaca-se na área de ciência e tecnologia aeroespacial a inauguração, em julho de 2013, do Laboratório de Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial (Labsia), ligado ao Projeto de Sistemas Inerciais para Aplicação Aeroespacial, concebido com o objetivo de capacitar o Brasil para fabricar sistemas inerciais para satélites e foguetes, uma área estratégica para o Programa Espacial Brasileiro.

Também merecem destaque o lançamento do foguete de sondagem VS-30, da Operação Mapheus 4, do Centro Espacial de Esrange, em Kiruna, Suécia, e o lançamento de um foguete de treinamento intermediário, ambos com o objetivo de capacitar os recursos humanos e os meios operacionais da unidade para obter qualificação e certificação nessa atividade.

No que diz respeito à segurança de voo e ao controle do espaço aéreo brasileiro, em 2013, houve continuidade do processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab); implementação de novos conceitos para navegação aérea e retificação das rotas nacionais e internacionais que cruzam o espaço aéreo brasileiro; e redimensionamento das regiões de informação de voo e de defesa aérea, além das atividades rotineiras de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos.

Em prosseguimento às atividades de vigilância e monitoramento do tráfego aéreo brasileiro, serão desenvolvidos, no decorrer de 2014, vários projetos, podendo ser citados como principais: i) o início da implantação, em escala nacional, de meios para Vigilância Dependente Automática (ADS); ii) o início da implantação, também em escala nacional, de sensores e emissores de sinais de dados digitais, voltados para a meteorologia e informação aeronáutica; iii) a implantação de novas torres de controle em Santa Cruz/RJ, Aracaju/SE, Recife/PE e Brasília/DF, bem como a modernização de *software* nos órgãos de controle de Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Confins (Belo Horizonte/MG), Curitiba/PR, Pirassununga/SP, Recife/PE, Belém/PA e Campo Grande/MS e a substituição de radares de vigilância em Salvador/BA, Porto Velho/RO, Barra do Garça/MT, Pico do Couto/RJ, São Roque/SP e Morro da Igreja/SC; iv) a implantação de radar meteorológico na Chapada dos Guimarães/MT, assim como a substituição de equipamentos e sistemas de navegação aérea, aproximação e pouso em várias localidades; v) a substituição de várias estações meteorológicas de altitude e de superfície; e vi) a implantação, no Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea, de novo sistema de controle do fluxo aéreo.

Outro importante acontecimento na área do controle do espaço aéreo, em 2013, foi a capacitação tecnológica instalada no laboratório de leitura e análise de dados de gravadores de voo do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), única instalação desse tipo e finalidade na América do Sul, que permite a leitura dos gravadores de voo, conhecidos como “caixa preta”.

e) Defesa Naval

Em prosseguimento às ações governamentais em prol da defesa naval, foram envidados esforços no sentido de adquirir e modernizar os meios navais e aeronavais, com o intuito de reaparelhar a Marinha do Brasil, de modo a garantir a segurança das águas fluviais do território brasileiro e da navegação aquaviária. Nesse sentido, o reaparelhamento da Marinha do Brasil, por meio de seus programas específicos, avançou em 2013.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) ampliou a participação de empresas brasileiras que atuam de forma direta, indireta, esporádica ou temporária no Programa. Atualmente, estão envolvidas mais de 600 empresas no fornecimento de bens e serviços em três áreas específicas: i) implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e da Base Naval; ii) construção de quatro submarinos convencionais (S-BR); e iii) projeto e construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).



Em setembro de 2013, foi iniciada na empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (Nuclep) a construção do segundo submarino convencional. Em julho de 2013, foi concluída a fase de concepção do projeto do submarino com propulsão nuclear, com duração prevista de aproximadamente dois anos. Ainda em 2013, houve a abertura da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), que é uma das células de fabricação dos submarinos, em Itaguaí/RJ.

Em 2013, prosseguiram as tratativas referentes ao Programa de Desenvolvimento de Meios de Superfície (Prosuper) que contempla a obtenção de 11 navios, sendo cinco navios-patrolha de 1,8 mil toneladas de deslocamento, cinco fragatas de 6 mil toneladas e um navio de apoio logístico de cerca de 23 mil toneladas, a serem construídos por estaleiros brasileiros e estrangeiros. O Programa inclui, também, transferência de tecnologia, apoio logístico, requisitos de nacionalização e compensações.

Ainda em 2013, no âmbito do reaparelhamento da Marinha, houve a entrega do terceiro navio-patrolha oceânico de 1,8 mil toneladas, o Araguari; e a continuação da construção de cinco navios-patrolha de 500 toneladas, com previsão de entrega de duas unidades em 2014. Encontra-se também em construção o navio de pesquisa hidroceanográfico Vital de Oliveira, com a conclusão prevista para o final de 2014, equipado com laboratórios e equipamentos de última geração, com capacidade para acomodar cerca de 50 pesquisadores e operar a profundidades de até 4 mil metros. O navio atuará como uma importante plataforma científica e tecnológica na realização de levantamentos geológicos do fundo do mar.

Com relação à retomada da construção das Corvetas Classe Barroso, foram concluídos os novos estudos de viabilidade, em maio de 2013. A Marinha contratará um escritório brasileiro para elaborar os projetos de detalhamento e de execução.

Quanto à aquisição de meios aeronavais, deu-se prosseguimento, em 2013, ao processo de aquisição de seis helicópteros de múltiplo emprego MH-16, da empresa norte-americana *Sikorsky Aircraft Corporation*. Quatro já foram recebidos em 2012 e os dois restantes têm previsão de entrega para 2015.

No que concerne aos meios de fuzileiros navais, a Marinha recebeu, em 2013, mais cinco viaturas blindadas especiais sobre rodas 8x8 – Piranha IIIC, conforme contrato celebrado com a empresa suíça Mowag que prevê a fabricação de 30 unidades. As demais têm previsão de recebimento em 2014. No exercício de 2013, prosseguiu-se com o projeto de modernização de 30 viaturas blindadas especiais sobre lagartas M113-MB1, em parceria com a empresa *Israel Military Industries Ltd.*, que já concluiu a modernização de sete unidades, devendo as demais serem modernizadas em 2014.

O projeto de delineamento da arquitetura de alto nível do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), ferramenta de monitoramento e controle das águas jurisdicionais brasileiras e das áreas internacionais de responsabilidade do País, foi concluído. Está prevista para 2014 a realização de licitação para contratação de empresa nacional da base industrial de defesa para a execução do projeto.

Sobre o patrulhamento naval, em 2013, merecem destaque as operações realizadas nas áreas marítimas no entorno das plataformas de petróleo no litoral dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, que contribuíram para a segurança das atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia Azul e para a garantia da soberania nas águas jurisdicionais brasileiras, e as duas operações de fronteiras marítimas realizadas com o propósito de auxiliar na prevenção e na repressão de delitos transfronteiriços e ambientais, nos Estados do Maranhão e Pará.

f) Segurança da Navegação Aquaviária

Ao longo de 2013, o Governo Federal empreendeu inúmeros eventos, por intermédio da Marinha do Brasil, visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio. Destaca-se a realização da Operação Verão 2012/2013,



cujas ações de fiscalização foram intensificadas devido ao aumento da movimentação de embarcações de esporte e recreio e de transporte de passageiros no período de férias e feriados prolongados. Também foram incrementadas as ações educativas e de prevenção da poluição hídrica em marinas, iates clubes, colônias de pesca, bem como a repressão ao uso de bebidas alcoólicas por condutores de embarcações.

g) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti e Outras Missões de Paz

O Brasil tem atuado com contingentes de tropa em duas missões específicas da Organização das Nações Unidas (ONU): a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

A Minustah, que está sob o comando militar brasileiro, é atualmente, a quinta maior Operação de Manutenção da Paz da ONU. Na missão, atuam 1,4 mil militares das Forças Armadas Brasileiras, sendo um Batalhão de Infantaria de Força de Paz; uma Companhia de Engenharia e militares do Estado-Maior da Minustah. Atualmente, a missão é reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas com significativo avanço em suas propostas, tendo contribuído para a estabilização político-institucional do Haiti e de seu desenvolvimento social e econômico.

O País lidera a Força-Tarefa Marítima que compõe a Unifil e contribui com a nau-capitânia da missão, a Fragata União. O contingente brasileiro empregado é de 254 militares da Marinha do Brasil, que atuam desde novembro de 2011. Atualmente, a Unifil está empenhada em negociar o estabelecimento conjunto de medidas de segurança marítima que visam minimizar as situações de confronto entre Israel e Líbano.

Além da Minustah e da Unifil, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil participam de 11 diferentes missões de paz da ONU e, na condição de observadores, em missões de desminagem da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos, conduzidos pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. O Brasil manteve também importante presença em nove missões de paz e missões de desminagem da OEA, nos seguintes países: Sudão do Sul (Unmiss); Libéria (Unmil); Costa do Marfim (Unoci); Chipre (Unficy); Líbano (Unifil); Guiné Bissau (Uniob-gis); Saara Ocidental (Minurso); Peru/Equador, Colômbia (Desminagem); Sudão (Unisfa) e no Haiti.

Em 31 de dezembro de 2013, foi encerrada a Missão de Assistência para Remoção de Minas na América do Sul (Marminas), realizada no Equador e no Peru. O Brasil participou dessa missão com o envio de três militares, incluindo o chefe da Missão.

Deverá ser mantida, em 2014, a participação brasileira em Operações de Manutenção da Paz da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), em prol da busca de solução de problemas no âmbito internacional.

h) Operações Combinadas / Conjuntas

No contexto do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), destacam-se: i) Operação Sentinela, de caráter permanente e com foco em ações de inteligência; ii) Operação Ágata, de caráter pontual e temporário, com foco em ações interagências para combater delitos transfronteiriços e ambientais; e iii) Operação Fronteira Blindada, também de caráter pontual e temporário, com foco em ações de controle aduaneiro.

A sétima Operação Ágata ocorreu no período de 18 de maio a 5 de junho de 2013. As ações de reforço na fiscalização integraram um efetivo de 25 mil militares durante os 19 dias que resultaram na apreensão de mercadorias contrabandeadas e ilícitas. A Operação Ágata 8 está prevista para ser realizada em 2014, abrangendo toda a fronteira terrestre do Brasil.



Em relação às operações de adestramento conjunto das Forças Armadas, no ano de 2013, foi realizada a Operação Laçador, com abrangência dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e parte do Oceano Atlântico.

No que tange às operações combinadas, realizou-se, em 2013, o exercício multinacional denominado Operação Panamax 2013, com participação do Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Estados Unidos. No âmbito da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), no contexto dos exercícios da Série Felino, realizou-se exercício no campo de instrução da Marinha do Brasil, na região de Itaoca/ES, que contou com a participação de 37 oficiais estrangeiros dos Estados-membros da CPLP, exceto Guiné-Bissau. Ainda no plano internacional, a Marinha realizou, em conjunto com a Armada da República Argentina, a Operação bilateral Fraternal-XXXI/2013, na área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e Puerto Belgrano, e a Operação Fraternal Anfíbia/2013, com diversas atividades de intercâmbio entre os Fuzileiros Navais da Marinha Brasileira e a Infantaria de Marinha Argentina.

i) Atividades de Comunicação, Comando e Controle

O Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), base física do SismC2, foi concebido em 1983 para prover as Forças Armadas de um sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança, atendendo às necessidades da estrutura militar de guerra. Caberá ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) prover as comunicações para a ampliação do emprego do Siscomis, em Banda X, e comunicações estratégicas e expansão do Plano Nacional de Banda Larga (PNLB), em Banda Ka, para o Governo.

O Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) promoverá a padronização e parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas, estando prevista para 2014 a consolidação do seu conceito operacional.

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), baseado em satélites de órbita baixa, agrega todas as necessidades de sistemas espaciais das Forças Armadas e da sociedade civil, proverá serviços de observação terrestre, telecomunicações, mapeamento de informações, posicionamento, monitoramento do espaço e operação de sistemas espaciais. Em 2013, as ações no âmbito do Pese permitiram a realização da concepção do Centro de Operações Espaciais (Cope) para operação conjunta com a Telebrás do SGDC, bem assim o início da concepção da primeira frota de satélites do Pese – Carponis, que fornecerá ao Brasil satélites ópticos de observação de alta resolução para emprego militar e civil. No ano de 2014, o Pese iniciará a implantação da primeira frota de satélites Carponis, do Cope e da concepção da segunda frota de satélites Lessônia, satélites radar de observação de alta resolução para emprego militar e civil.

j) Atuação Subsidiária das Forças Armadas

As Forças Armadas vêm atuando em ações de apoio a órgãos, entes e entidades do Governo, em atividades de assistência a comunidades carentes; apoio à Defesa Civil em situações emergenciais e de calamidades; no combate a crimes ambientais; apoio na realização de grandes eventos; na garantia da lei e da ordem; ajuda humanitária em âmbito nacional e internacional e na realização de obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse contexto, as Forças Armadas apoiaram as ações realizadas em 2013 nas comunidades indígenas das regiões do Rio Negro e Alto e Médio Purus. Além disso, o Ministério da Defesa coordenou o apoio logístico para a ação da Organização Não Governamental Expedicionários da Saúde, no atendimento clínico, cirúrgico e odontológico nas regiões do Javari e na Comunidade de Surucucu, no Município de Alto Alegre/RR.



No que se refere ao apoio à Defesa Civil, as Forças Armadas Brasileiras empreenderam ações de assistência, auxiliando o socorro às vítimas do incêndio da Boate Kiss, em janeiro de 2013, na cidade de Santa Maria/RS, e da população atingida pelas inundações das cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Alvorada e Campo Bom, no Estado do Rio Grande do Sul, e da cidade de Duque de Caxias/RJ. As Forças também atuaram na cidade de Petrópolis/RJ para atender às vítimas de deslizamentos de terra ocorridos no mês de março de 2013.

Também foi realizado apoio logístico das Forças Armadas na Operação Hileia Pátria, realizada nos Estados do Pará, Mato Grosso, Amazonas, Rondônia e Maranhão, no período de junho a novembro de 2013, que teve como objetivo combater o desmatamento ilegal em áreas federais protegidas na Região Amazônica.

Nessa mesma linha de atuação, a Marinha do Brasil empregou viaturas blindadas do Corpo de Fuzileiros Navais para apoiar os órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, na retomada das comunidades que estavam sob o domínio de facções criminosas no Complexo do Caju e no Complexo do Lins de Vasconcelos. Em apoio à realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), as Forças Armadas atuaram no sistema organizado pelo Ministério da Educação para garantir a segurança das provas aplicadas em 2013, cabendo ainda às Forças o transporte aéreo e fluvial de provas do Enem e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) para localidades de difícil acesso da Região Amazônica.

Na esfera internacional, o Governo brasileiro prestou ajuda humanitária à Argentina, em auxílio às enchentes ocorridas na região de *Mar del Plata*, em maio de 2013, oportunidade em que foram transportados e entregues, pelo Navio Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia, da Marinha brasileira, 19,6 mil *kits* contendo colchões, travesseiros, roupas de cama e cobertores.

No âmbito do PAC, cabe destaque para o papel da engenharia de construção do Exército Brasileiro, no apoio ao desenvolvimento nacional. Dentre as principais atividades realizadas estão a revitalização das margens do rio São Francisco; a finalização das obras no Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN) e no Aeroporto de Caravelas (BA); a implantação de 84 km e reparações da BR-418, na Bahia; a duplicação da BR-101/NE, no trecho da divisa Pernambuco/Paraíba até Lucena/PB e as obras no trecho Sergipe, também na BR-101; a recuperação da BR-230/PA; a recuperação da BR-163/AM/PA/MT; os serviços no Aeroporto de Rio Branco (AC); a recuperação da BR-364/RO; e as obras de recuperação na BR-135/PI.

Destacam-se, também, a perfuração de 60 poços de água na região Nordeste e o projeto Portais Ambientais da BR-319 no Amazonas destinado ao monitoramento e controle da erosão, da supressão da vegetação e ao gerenciamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos da BR-319. Em 2014, estão previstas as obras de reforma e adequação do terminal pesqueiro de Cabedelo/PB; a construção das estradas de acesso ao Eixo Leste – Projeto de Integração do Rio São Francisco; as obras de conservação da BR-401/RR; a reparação e ampliação do Aeroporto de Alegrete (RS); e as obras de conservação da BR-367/MG e da BR-307/AM.

k) Atividades de Inteligência

As atividades de inteligência foram realizadas em apoio aos eventos de grande porte realizados em 2013, além da produção de conhecimentos e informações sobre assuntos de relevância nacional, visando assessorar o processo decisório do Governo Federal. Em subsídio às ações governamentais, foram monitorados, em parceria com os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), cerca de 700 cenários de segurança institucional, assegurando fluxo contínuo de informações estratégicas, por meio do Sistema Georreferenciado da Presidência da República (GeoPR). Também foram desenvolvidos programas específicos para temas estratégicos, tais como segurança da informação e das comunicações no âmbito da administração pública federal; prevenção a ataques cibernéticos; e ameaças aos Programas Aeroespacial e Nuclear brasileiros, entre outros.



Em 2014, as atividades dos Centros de Inteligência Nacional e Regionais darão apoio à segurança pública e à defesa de área voltadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014, garantindo, ainda, celeridade ao provimento de informações ao credenciamento e à atualização das análises de riscos às infraestruturas estratégicas nas 12 cidades-sede dos jogos. Será ainda dado prosseguimento ao trabalho de capacitação de recursos humanos visando à preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

1) Segurança da Informação

Em face dos desafios apresentados no cenário internacional quanto à violação de dados de instituições e à privacidade de cidadãos brasileiros, o Governo Federal tem adotado medidas que assegurem a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações de interesse do Estado brasileiro, em especial, no que se refere à segurança cibernética. O Decreto nº 8.135, de 04 de novembro de 2013, estabelece medidas que dispõem sobre as comunicações de dados no âmbito da administração pública federal (APF), evidenciando a relevância do tema para a segurança nacional.

Consonante com este esforço, o Comitê Gestor de Segurança da Informação, órgão de assessoramento da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, em 2013, atualizou e propôs novas normas relativas ao arcabouço de diretrizes de segurança da informação e comunicações para serem seguidas pelos órgãos da APF. Também foi realizado, em 2013, o curso de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações com uma turma de 216 pós-graduandos.

No segmento de tratamento de incidentes de redes, o Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal (Ctir Gov) promoveu o intercâmbio científico-tecnológico junto a centros, nacionais e internacionais, apoiando órgãos e entidades da APF nas atividades de tratamento de incidentes, além de monitorar e analisar tecnicamente cerca de 16 mil notificações anuais de incidentes de segurança em redes da APF.

Em 2013, 45 fóruns estratégicos nacionais e sete internacionais tiveram a participação do Governo visando à troca de experiências e de conhecimento, bem como ao fortalecimento de *networking* em segurança da informação, segurança cibernética e proteção das infraestruturas críticas de informação.

Corroborando com a gestão da segurança da informação e comunicações no âmbito da APF, o Núcleo de Segurança e Credenciamento finalizou, em julho de 2013, a normatização da estrutura de credenciamento de segurança do Governo Federal nos temas de credenciamento de segurança e criptografia, procurando garantir a cadeia de confiança do Estado brasileiro no tratamento da informação classificada.

Para 2014, as metas previstas são: i) elaborar Normas Complementares na área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC) para a APF; ii) propor procedimentos técnicos e de gestão de segurança e credenciamento, bem como assessorar os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal nas questões do acordo de cooperação internacional de troca de informação sigilosa; iii) coordenar as ações voltadas para a proteção das grandes redes computacionais do Governo contra ataques cibernéticos, assim como articular com as Equipes de Tratamento de Incidentes de Redes (ETIRs) e Gestores de SIC dos órgãos e entidades da APF para prevenção de incidentes de segurança e superação das vulnerabilidades e intercâmbio de experiências; iv) participar em fóruns, eventos, missões nacionais e internacionais para intercâmbio de experiências e de informações; v) articular o desenvolvimento de soluções criptográficas e assessorar na sua implementação junto aos órgãos e entidade da APF; e vi) promover a realização de cursos de capacitação e de mestrado profissional em gestão de SIC.



VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA



VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

1. Informação ao Cidadão

No ano de 2013, as ações desenvolvidas visaram garantir ao cidadão o acesso à informação. O Poder Executivo Federal ampliou e aperfeiçoou canais de informação e de prestação de contas à sociedade sobre políticas, planos, programas, ações e projetos governamentais, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

Diferentes ferramentas e canais de comunicação – tais como imprensa, publicidade, patrocínios, eventos e comunicação digital – foram utilizados para levar informações sobre direitos e orientação destinadas a estimular o cidadão a buscar os benefícios sociais oferecidos pelas políticas públicas, especialmente voltadas para a erradicação da extrema pobreza e geração de oportunidades para todos.

Atualmente 9.963 veículos de comunicação constam do cadastro de veículos do Governo Federal. O cadastro em ambiente digital, a partir do segundo semestre de 2013, confere mais agilidade e transparência no cadastramento, uma vez que os próprios veículos podem consultar e atualizar seu cadastro. Além disso, como medida de ampliação do potencial de cobertura das ações de comunicação, foram incluídas emissoras de rádio dos Municípios com mais de cinco mil habitantes. Aprimoramentos também foram implementados para o cadastramento, garantindo padronização das informações cadastrais e negociais.

Em 2013, foram realizadas 86 ações de publicidade institucional e de utilidade pública. Dentre as campanhas de utilidade pública, destacam-se as de *Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes*, da *Comissão Nacional da Verdade*, da *Juventude Viva* e da *Mulher – Mulher, Viver sem Violência* – que buscou promover mudança de comportamento e atitude, evidenciando canais de atendimento/denúncia e serviços especializados para enfrentamento à violência contra as mulheres. Ainda em 2013, as campanhas de utilidade pública abordaram temas como trânsito e acesso ao ensino superior.

No âmbito das campanhas institucionais, os destaques foram: *Redução do Custo da Energia Elétrica*, *Copa do Mundo FIFA 2014*, *Mais Médicos para o Brasil*, *Medidas para Enfrentamento da Seca no Semiárido* e a campanha que divulgou informações regionais sobre ações, programas, obras e medidas do Governo Federal, reafirmando o compromisso de promoção de um país mais competitivo, inclusivo e com amplas oportunidades para todos.

As propostas de patrocínio realizadas pelas empresas estatais cada vez mais têm se alinhado às políticas públicas e diretrizes do Governo Federal contemplando a promoção e defesa dos direitos das minorias, a geração de trabalho e renda, o desenvolvimento ambiental, produtivo e econômico, o incentivo ao esporte, a infraestrutura e a preservação, promoção e acesso à cultura. Destaque para os investimentos na área de Esporte (33%), com projetos como Judô Brasil 2016, Projeto Atletismo do Brasil – 2013 a 2016, patrocínio à Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) e Basquete Brasileiro Ciclo Olímpico, alinhados ao Plano Brasil Medalhas.

Os eventos institucionais contribuíram para a disseminação das informações de Governo e das diretrizes de comunicação, com destaque para: i) expansão do Plano Brasil Sem Miséria; ii) 10 Anos do Bolsa Família; iii) Programa Mais Médicos; iv) comemoração de um milhão de Financiamentos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); v) lançamento do Programa Minha Casa Melhor; vi) dois anos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);





vii) sanção do Projeto de Lei de distribuição dos *royalties* do petróleo para Educação e Saúde; viii) 10 Anos do Programa Luz Para Todos; e ix) o evento cívico de 7 de Setembro de 2013.

Em 2013, foram contratadas duas empresas especializadas em pesquisas de opinião pública com o objetivo de avaliar a percepção da população quanto aos programas e ações governamentais e subsidiar as ações de comunicação do Governo Federal. Foram realizadas 34 pesquisas, abrangendo temas variados e de interesse da sociedade, tais como: avaliação de Governo, serviços e políticas públicas disponibilizadas à população, avaliação da conjuntura econômica e social, manifestações públicas, Copa do Mundo FIFA 2014, desigualdade econômica e hábitos de consumo de mídia.

A interatividade da Presidenta da República com a população brasileira marcou também o ano de 2013. Além das já consagradas ferramentas de comunicação – o rádio, no programa *Café com a Presidenta* e a coluna *Conversa com a Presidenta*, canal de comunicação pelo qual são respondidas perguntas de leitores de jornais de todas as regiões do País, destacam-se as entrevistas às rádios locais de todas as regiões do Brasil e a reativação do perfil da Presidenta no *Twitter*, o @dilmabr aproximando a Presidenta da República das demandas da sociedade.

A Presidenta da República, em 2013, concedeu 60 entrevistas para 52 diferentes emissoras de rádio de 32 cidades, em 12 Estados, que tiveram oportunidade de tratar junto à Chefe do Poder Executivo Federal sobre assuntos de interesse local. Seu perfil na rede social contava com mais de dois milhões de seguidores. Foram ainda veiculadas 53 edições da coluna *Conversa com a Presidenta* e 53 edições do programa *Café com a Presidenta*, com 54 programas, incluindo um regional.

A interação da sociedade com o Governo também se estendeu aos ministérios, com a realização de 42 programas de rádio *Bom Dia Ministro* e de dez edições do *Programa Brasil em Pauta*. Ainda em relação à imprensa, somam-se mais de 26 mil jornalistas que recebem, diariamente, informações referentes às ações do Governo, por meio do informativo *Notícias do Dia* – em 2013, com 325 edições e 1.066 notas.

No ano de 2013, prosseguiu-se com o projeto de divulgação do Brasil no exterior com a celebração de acordos entre o Governo brasileiro e os estrangeiros, que envolvem temas como comércio e economia, saúde, educação, tecnologia, desenvolvimento agrário, guerra cibernética e acordos de cooperação, com destaque para a renegociação de dívidas externas de 12 países africanos. A Presidenta aproximou-se ainda mais da imprensa estrangeira quando das visitas internacionais, concedendo entrevistas coletivas no Chile, Nigéria, Itália, África do Sul, Venezuela, Etiópia, Portugal, Uruguai, Paraguai, Suriname, Rússia e Estados Unidos.

Para além dos temas econômicos, foram de particular interesse da mídia internacional em 2013: i) a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014; ii) a Celebração dos dez anos de lançamento do Programa Bolsa Família e seus resultados em termos de redução da pobreza; iii) o lançamento do Programa Mais Médicos; iv) a Realização da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, tema no qual o Brasil é liderança reconhecida internacionalmente; e v) a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19).

No decorrer de 2013, foram contabilizadas aproximadamente 15 mil matérias publicadas sobre o Brasil em diversos veículos internacionais como *The New York Times*, *The Washington Post*, *Clarín*, *El Mercurio*, *The Guardian*, *Le Monde*, *El País*, *The Asahi Shimbun*, *China Daily*, *Reuters*, *Associated Press*, *AFP*, entre outros. Além disso, visando maior interação com o público internacional presente nas redes sociais, foram publicados, em 2013, 1.582 *posts* na conta institucional do *Facebook* e do *Twitter* da





Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) Internacional (*BrazilGovNews*). As políticas públicas do Governo tiveram ampla divulgação junto a públicos estratégicos no exterior mediante diferentes atividades: 11 teleconferências com porta-vozes do Governo Federal, 12 encontros com correspondentes da imprensa internacional, 14 participações em eventos internacionais, duas viagens de familiarização de jornalistas estrangeiros e 23 treinamentos de porta-vozes.

O relacionamento com a imprensa é baseado no constante aperfeiçoamento da transparência ativa e na igualdade de acesso às informações de natureza pública, observadas as especificidades de cada veículo. O trabalho iniciado em 2012, na busca de maior celeridade na divulgação espontânea de informações de interesse da sociedade, sobretudo por meio da Internet, incluídas as mídias sociais, fez aumentar o acesso às ferramentas sociais em 2013. Por meio da conta de *Twitter* @imprensa/PR, as ações e políticas de Governo são divulgadas para mais de 140 mil seguidores. O Blog do Planalto, voltado a outros públicos da sociedade, teve 1,2 milhão de acessos aos 1.224 *posts* publicados, incluídos 468 vídeos, com 2,6 milhões de visualizações, e seu perfil no *Twitter* @blogplanalto superou 213 mil seguidores.

O Portal Brasil aumentou em 117,7% o número de visitas, passando de 12,7 milhões em 2012 para mais de 26 milhões em 2013. No ano, foram publicadas 10.104 notícias. O perfil do Portal Brasil no *Twitter* chegou a 221.617 seguidores e o *Facebook*, lançado em setembro de 2013, alcançou mais de 90 mil seguidores.

Lançado em setembro de 2013, o novo Portal Brasil tem como objetivo ser a principal fonte de informação pública na Internet, porque agrega, em tempo real, todas as notícias divulgadas pelas assessorias de comunicação dos ministérios. Conta, ainda, com conteúdos da TV NBR, com destaque para as transmissões ao vivo. Estreando uma página no *Facebook*, o novo Portal Brasil pretende ser a porta de entrada da relação do cidadão com o Governo Federal, reunindo num único local informação, serviço, prestação de contas e participação social. Por meio do Portal Brasil, o cidadão poderá enviar perguntas, sugestões ou críticas que serão respondidas pela assessoria da Presidência da República.

Outra realização importante foi a criação da identidade digital de Governo com a definição de um padrão visual e de navegabilidade para os sítios e portais. O Portal Brasil, o Portal Planalto e o *site* Secom adotaram esses padrões, fazendo com que o cidadão tenha uma experiência comum ao acessar esses *sites*, além de serem responsivos, ou seja, eles se adaptam aos formatos de tela de *smartphones* e *tablets*.

O ano de 2013 foi marcado pela continuidade da reorganização interna da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) com prioridade na diversificação e ampliação das receitas, racionalização dos custos, busca da qualidade técnica e operacional, evolução da audiência e qualificação profissional do quadro de empregados.

Em 2013, a EBC levou a comunicação pública por meio de suas emissoras de rádio e televisão aberta a 3.580 Municípios e houve expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, ampliando seu alcance para 52 geradoras, 727 retransmissoras de TV aberta terrestres.

A programação da TV Brasil foi também disponibilizada para 15 milhões de assinantes de TV a cabo e para aproximadamente 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica. A TV Brasil Internacional exibiu conteúdos para 65 países de quatro continentes, atendendo à demanda de informação dos brasileiros que residem no exterior e de países de língua portuguesa.





As pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras, em 2013, incluídas as suas regiões metropolitanas em quatro regiões do País, indicaram que cerca de 2,5 milhões de pessoas nessas localidades assistiram diariamente à programação da TV Brasil, via televisão aberta. A programação direcionada ao público infantil diariamente é assistida por aproximadamente 1,2 milhão de telespectadores.

A TV Brasil passou a oferecer legendagem oculta em 99,2% da sua programação, atendendo às necessidades de pessoas com deficiência auditiva, além de cinco horas e meia semanais, em média, de audiodescrição, superando a previsão legal de quatro horas semanais, recurso direcionado às pessoas com deficiência visual.

A Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 foi o grande destaque da Rede de Rádios. Por ocasião de sua realização, foi executado o projeto-piloto de Centro Aberto de Mídia (CAM), instalado no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro/RJ, em seus 21 dias de funcionamento foram realizadas diversas atividades, a exemplo de coletivas e *briefings* de imprensa, das quais participaram autoridades governamentais e jornalistas da imprensa nacional e internacional. O projeto propiciou também a visita de correspondentes da imprensa internacional por meio de *press tour* a projetos sociais em curso no Rio de Janeiro/RJ, além de conhecimento sobre o patrulhamento da costa brasileira em grandes eventos, realizado pela Marinha do Brasil.

A programação realizada no CAM repercutiu na imprensa internacional, produzindo 417 matérias, das quais 61 foram reportagens originais em agências de atuação internacional, e 337 reproduções dessas reportagens em outros veículos da imprensa estrangeira. No Brasil, foram 60 notícias diretamente relacionadas às atividades do Centro, envolvendo 41 veículos da mídia impressa, portais de notícias e *sites*, cujo público somado foi estimado em 3,6 milhões de leitores.

Dois grandes eventos internacionais foram realizados no ano de 2013, o Colóquio Internacional de Ouvidorias de Comunicação Pública e o IV Fórum Internacional de Mídias Públicas da América Latina, que contou com a participação de representantes de países das Américas e da Europa.

Destaca-se também o Projeto Brasil 4D, que tem o objetivo de promover o desenvolvimento com democracia e diversidade por meio das tecnologias digitais. Foi realizado em 2013 o primeiro teste com 100 famílias beneficiárias do Plano Brasil Sem Miséria residentes em João Pessoa (PB), propiciando o uso da televisão digital para realizar interação das famílias selecionadas com as informações e serviços públicos disponibilizados por meio da TV. Os resultados apontaram benefícios como a facilidade no uso da televisão como ferramenta de acesso, assim como a redução de tempo e despesas com deslocamentos para obtenção de informações e acesso aos serviços públicos que faziam parte dos testes. Para 2014, estão previstos dois novos testes em grandes capitais brasileiras para consolidar a tecnologia como instrumento de inclusão.

O planejamento para o ano de 2014 priorizará os eventos jornalísticos de repercussão internacional, como a cobertura da Copa do Mundo FIFA 2014 e das eleições no Brasil, e a realização do *Public Broadcasting International* (PBI) no Rio de Janeiro/RJ, que contará com a participação de altos representantes de emissoras públicas de televisão de todo o mundo.

Em continuidade ao projeto de digitalização do sistema brasileiro de transmissão de televisão, em 2014, será transferida do Rio de Janeiro/RJ para Brasília/DF a central de transmissão técnica de televisão da EBC, inaugurando a emissão do sinal digital em sua totalidade pela TV Brasil. Como forma de enriquecer ainda mais a programação infantil da TV Brasil, que já é referência, em 2014 serão lançados novos programas com foco na valorização da diversidade cultural regional e também na ecossustentabilidade.





A partir dos subsídios colhidos na experiência-piloto do CAM, será realizada ação semelhante por ocasião da Copa do Mundo FIFA 2014, abarcando todo o período de realização do mundial. Para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, estão previstas elaboração de plano estratégico e plano de ação, cuja execução terá início em 2014, estendendo o calendário de atividades até o ano de realização do evento.

2. Democracia e Diálogo

No mês de junho de 2013, o Brasil passou por grandes mobilizações. É possível que elas traduzam o processo de mudança que ocorre no Brasil nos últimos dez anos, que combinou ampliação de liberdades democráticas e inclusão social com crescimento econômico e geração massiva de empregos. As manifestações mostram que o País vive um momento de reposicionamento da sociedade, que exige não apenas passe livre, melhores serviços públicos e mais transparência, mas, sobretudo, mais participação no processo decisório. Mostram que o desejo não se limita à continuidade das mudanças, mas reclamam sua ampliação e agilização. Esse é o recado das ruas – e o Governo Federal está preparado não apenas para ouvir, mas também para dialogar, bem como vem trabalhando para ampliar os direitos sociais.

Nesse contexto, o Governo Federal trouxe propostas concretas e disposição para implementar políticas que dizem respeito à responsabilidade fiscal, à reforma política, à melhoria da saúde, do transporte público e da educação. O Congresso Nacional votou propostas importantes, que transformam a corrupção em crime hediondo; que garantem os *royalties* do petróleo e o fundo social do Pré-sal para educação e saúde; o Programa Mais Médicos e a manutenção do poder de investigação do Ministério Público. Há a proposta de transformar o transporte público em direito social garantido pela Constituição e surgem, no âmbito estadual e municipal, iniciativas para garantir o passe livre estudantil.

O Governo está consciente da importância do atual momento histórico e dos impasses colocados ao País. Para resolvê-los, entende que o diálogo com todos os segmentos da sociedade é o caminho para melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

O ano de 2013 apresentou importantes avanços no aprimoramento do diálogo entre Governo e sociedade civil, com reforço do princípio da participação social como forma de consolidação da democracia e afirmação da cidadania. O Governo Federal aprimorou os processos de interação do Estado com a sociedade civil e criou as condições institucionais para a prática da democracia participativa. A crescente participação social nas decisões governamentais vem contribuindo para dar maior legitimidade às políticas públicas, ao incorporar as diferentes realidades socioeconômicas, culturais e regionais que caracterizam a população e o território brasileiros.

Em 2013, foram efetivadas novas formas de articulação e mobilização políticas, unindo redes e ruas, com avanços na proposição de metodologias e plataformas de participação digital *on-line*, abrindo o precedente para disponibilização de consultas públicas e trilhas de participação social para construção colaborativa de políticas públicas com a sociedade. A pauta da soberania digital envolvendo esses processos também foi de grande relevância, potencializada pelo discurso da Presidenta da República na Organização das Nações Unidas (ONU) e pela determinação de uso de *softwares* livres e auditáveis pela administração pública federal (APF).

A adoção de estratégias de participação social no Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal teve avanços importantes no ano, a partir de processo inédito de discussão virtual do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2014. Composto por cerca de 100 representantes de conselhos nacionais e entidades da sociedade civil, o grupo virtual apresentou propostas





que foram processadas no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Também foi integrado a esse processo, na forma de emendas da sociedade civil, o conjunto de propostas desenvolvido em 2011 e 2012 pelo grupo de trabalho criado para discussão do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, no que foi considerado matéria da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), inaugurando a apresentação ao Congresso Nacional de um PLDO com dispositivos propostos pela sociedade civil.

Aprofundando a participação da sociedade no processo de construção orçamentária, foi realizado debate virtual para apresentação de propostas quantitativas a respeito das ações que compuseram o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2014. Além disso, em julho de 2013, foi realizada audiência pública: *Diálogos Governo Sociedade sobre o Orçamento Federal* antes do envio ao Congresso Nacional do PLOA 2014.

Durante o IV Fórum Interconselhos, realizado em setembro de 2013, foi divulgado o *Relatório de Monitoramento das Agendas Transversais do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015*, reunindo resultados do conjunto dos compromissos de Governo Federal relativos a temas de natureza transversal e multissetorial, tais como juventude, mulheres, igualdade racial, população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), população de rua, criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas. O evento contou com a participação de 200 representantes de conselhos nacionais e movimentos sociais. O IV Fórum Interconselhos inaugurou as ações do monitoramento participativo e da participação social na gestão do PPA 2012-2015, que prosseguiram com a análise das agendas no âmbito dos Conselhos Nacionais. A perspectiva para 2014 é aprofundar essa participação, com a manifestação da sociedade sobre a execução das ações governamentais e com a preparação do processo participativo a ser adotado na elaboração do PPA 2016-2019.

Também como resultado de processo de construção coletiva, foi lançado em 17 de outubro de 2013, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil Agroecológico). O Plano foi elaborado por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) – que conta com representantes do Governo e da sociedade.

Outro importante avanço foi a consolidação e ampliação dos Planos de Mobilização e Participação Social, que viabilizaram a participação da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, programas e iniciativas prioritárias do Governo. Dentre as ações desenvolvidas estão a terceira e quarta edição do evento *Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria*, tendo como pauta os resultados do plano de superação da extrema pobreza e os desafios e perspectivas até 2014, além do compartilhamento das experiências adquiridas nos dois anos de atividades do referido Plano. Os diálogos continuarão em 2014 como canal periódico de discussão entre a sociedade civil e o Governo Federal sobre o tema.

Também em 2013 foi realizado o evento *Diálogos Governo – Sociedade Civil: Mais Médicos*, com o objetivo de aprofundar a interlocução com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil sobre os desafios do Programa, aprimorar sua implantação e ampliar o engajamento por meio da participação social. Transmitido ao vivo pela Internet, o evento contou com a presença de 50 representantes de movimentos sociais urbanos e do campo, ONGs, conselhos, centrais sindicais, comunidades religiosas e entidades de usuários da saúde.

O encontro *Diálogos Governo Sociedade Civil: Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP)*, realizado em março de 2013, teve como objetivo a elaboração do 2º Plano de Ação Brasileiro sobre Governo Aberto, iniciado





com o Diálogo Virtual promovido sobre os temas da OGP. No final desse ano, foi lançado o Portal OGP Brasil, no qual podem ser encontradas informações específicas sobre a atuação do País na OGP, ofertando à população possibilidades de acompanhamento da implantação do Plano. Em 2014, nova metodologia participativa será adotada para a formulação do 3º Plano de Ação do Governo.

O Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), teve continuidade com a abertura de mais uma turma do curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em Democracia, República e Movimentos Sociais, com oferta de 150 vagas para todo o País. Ainda no âmbito desse Programa, foram oferecidas 225 vagas para os cursos de aperfeiçoamento em movimentos sociais, ONGs, terceiro setor e participação social, que abrangeram aspectos teórico-conceituais e trajetória no Brasil contemporâneo, educação popular e a comunicação para a mobilização social.

Em 2013, de 10 a 13 de dezembro, foi realizado o Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), iniciativa construída de forma colaborativa, por meio de um amplo processo de mobilização de redes e movimentos de direitos humanos, do qual fizeram parte mais de 700 instituições públicas e da sociedade civil, nacionais e internacionais. O Fórum foi precedido por diversas atividades de mobilização, organizadas em parceria com instituições nacionais e internacionais, em todas as regiões do Brasil e em países como Argentina e Venezuela. E sua realização contou com cerca de dez mil participantes.

Ao longo de 2013, teve seguimento a realização das auditorias participativas, a fim de identificar os impactos sociais causados pelas obras da Copa do Mundo FIFA 2014, com vistas a contribuir para a preservação de direitos humanos e sociais das pessoas afetadas pelas adequações que vêm sendo realizadas para o evento. Para 2014, está prevista a consolidação dos relatórios, assim como a realização de monitoramento dos resultados obtidos inclusive com a realização da Mesa de Diálogo Estado e sociedade civil a respeito dos principais temas de políticas públicas sobre a Copa do Mundo FIFA 2014.

A fim de institucionalizar essas instâncias e mecanismos de participação social, foi colocada em consulta pública minuta de decreto que institui a Política Nacional de Participação Social e está em construção o portal www.participa.br.

a) Conferências Nacionais, Mesas de Diálogo e Outros Diálogos com a Sociedade

Em 2013, foram realizadas dez conferências nacionais, sendo que algumas foram precedidas por etapas virtuais, municipais, estaduais e regionais. Para 2014, estão previstas dez conferências nacionais, das quais três possuem data estabelecida.





CONFERÊNCIAS REALIZADAS EM 2013	DATAS/ LOCAIS	TEMA CENTRAL
1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional	Etapa nacional: 18 a 22 de março, em Brasília/DF	<i>Desenvolvimento regional para a integração nacional.</i> Promoção de debate nacional para subsidiar a definição de princípios e diretrizes para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).
2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	Etapa nacional: 14 a 17 de outubro, em Brasília/DF	<i>Brasil rural com gente, do jeito que a gente quer.</i> Construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), materializando concepções, princípios e diretrizes estratégicos da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), e com indicação de metas de curto, médio e longo prazos. Durante a sua preparação, um dos destaques foi a realização da I Conferência Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais.
4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente	Etapa nacional: 24 a 27 de outubro, em Brasília/DF	<i>Vamos cuidar do Brasil.</i> Divulgar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e consolidar a articulação institucional envolvendo a União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de soluções para os problemas causados pela gestão inadequada dos resíduos, que compromete a qualidade de vida dos brasileiros.
3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Etapa nacional: 5 a 7 de novembro, em Brasília/DF	<i>Democracia e desenvolvimento sem racismo: por um Brasil afirmativo.</i> Mobilizou cerca de 15 mil pessoas em mais de 500 Municípios, distribuídos em 25 Estados, além do Distrito Federal.
5ª Conferência Nacional das Cidades	Etapa nacional: 20 a 24 de novembro, em Brasília/DF	<i>Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!</i> Proposta de consolidação da Reforma Urbana por meio da instituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU).
4ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente	Etapa nacional: 25 a 29 de novembro, em Brasília/DF	<i>Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis.</i>
3ª Conferência Nacional de Cultura	Etapa nacional: 27 de novembro a 1º de dezembro, em Brasília/DF	<i>Uma política de Estado para a Cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura.</i> Contou com a participação de mais de 1.745 pessoas entre delegados e observadores e promoveu discussões sobre a evolução e a integração de políticas de cultura das esferas municipal, estadual e federal no âmbito do SNC.
5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena	Etapa nacional: 2 a 6 de dezembro, em Brasília/DF	<i>Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: direito, acesso, diversidade e atenção diferenciada.</i>
6ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais	Etapa nacional: 3 a 5 de dezembro, em Brasília/DF	<i>2ª Geração de políticas para APLs: competitividade e sustentabilidade.</i> Ações de Formação e Capacitação; Governança e Cooperação; de acesso à Inovação Tecnológica e a Serviços de Crédito e Financiamento.
9ª Conferência Nacional de Assistência Social	Etapa nacional: 16 a 19 de dezembro, em Brasília/DF	<i>A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).</i> Tendo como eixos: i) Cofinanciamento obrigatório da Assistência Social; ii) Gestão do Suas: Vigilância Socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação; iii) Gestão do Trabalho; iv) Gestão dos Serviços, Programas e Projetos; v) Gestão dos Benefícios no Suas; e vi) Regionalização.





Merece destaque a representação na Conferência Nacional de Igualdade Racial, cujas plenárias de segmentos de comunidades tradicionais contou com 150 representantes de comunidades quilombolas de 24 Estados; 160 representantes de Comunidades de Matriz Africana de todas as unidades da Federação e 220 representantes de povos ciganos de 18 Estados.

Para 2014, estão agendadas as seguintes conferências nacionais:

CONFERÊNCIAS PREVISTAS PARA 2014	ETAPA/ PREVISÃO DE DATAS/LOCAIS	TEMA CENTRAL
2ª Conferência Nacional de Educação	Etapa nacional: 17 a 21 de fevereiro, em Brasília/DF	<i>O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular; cooperação federativa e regime de colaboração.</i>
2ª Conferência Nacional de Defesa Civil	Etapa nacional: 27 a 30 de maio, em Brasília/DF	<i>Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil: um novo paradigma para o Estado brasileiro – Eixos: Gestão do risco de desastres; Integração de Políticas Públicas; Gestão do Conhecimento.</i>
3ª Conferência Nacional de Economia Solidária	Etapa nacional: 26 a 29 de novembro, em Brasília/DF	<i>Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.</i>

Ainda serão objeto de definição de data e escopo as conferências previstas para 2014: i) 1ª Conferência Nacional de Turismo; ii) 1ª Conferência Nacional de Defesa do Consumidor; iii) 4ª Conferência Brasileiros no Mundo; iv) 1ª Conferência Nacional de Previdência Social; v) 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca; vi) 4ª Conferência Nacional de Esporte; e vii) 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

No âmbito das mesas de diálogo – instâncias de negociação entre a sociedade e o Governo com o objetivo de buscar o entendimento sobre os mais diferentes temas – destaca-se a *Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção*, instituída pelo Decreto de 1º de março de 2012, que acompanhou a instalação de 29 comissões de trabalhadores em canteiros de obras do País e que, atualmente, conta com 39 obras, 22 empresas signatárias beneficiando aproximadamente 135 mil trabalhadores. Na aprovação da Lei dos Portos, a mediação da *Mesa Nacional dos Portuários* garantiu, por meio do diálogo, os direitos da categoria e o entendimento entre todos os envolvidos.

A formulação da Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB) vai ao encontro da disposição do Governo Federal de contemplar os direitos das pessoas atingidas por empreendimentos que envolvam a construção de barragens para geração hidrelétrica. Minuta da PNAB, dialogada com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi finalizada.

A *Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais*, instalada em 2012, é instância de articulação interministerial, cujo objetivo é aperfeiçoar as estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação das respostas governamentais às demandas apresentadas pela sociedade civil. A Mesa é parte da estratégia do Plano de Ação do Brasil na Parceria para o Governo Aberto (OGP). Em 2013, foram encaminhadas mais de 582 demandas oriundas dos movimentos sociais a diferentes órgãos. Foram realizadas, ainda, mesas específicas para monitorar ações sobre as pautas do campo, dos movimentos urbanos e de direitos humanos, dos povos e comunidades tradicionais e movimentos extrativistas. Em 2014, pretende-se avançar no aperfeiçoamento de sua metodologia de funcionamento, incluindo a criação de painel de indicadores para o monitoramento





de quatro eixos: participação social, resultados parciais, resultados finais e eficácia. Também vem sendo utilizado o Sistema de Monitoramento das Demandas Sociais, o qual tem por base os relatórios de avaliação e monitoramento do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, congregando as respostas aos movimentos, entidades e organizações da sociedade civil com a execução das políticas públicas governamentais.

O Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) articulou diversas ações do Governo Federal com vistas à inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis. As duas principais ações advindas desta articulação foram o lançamento, em 31 de julho de 2013, do Cataforte III (Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias), articulando oito órgãos do Governo Federal com vistas a promover capacitação, assessoramento técnico e infraestrutura a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, em alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Fruto deste processo, foram selecionadas 33 redes de empreendimentos de catadores que serão atendidas pelo Programa durante um período de três anos. Outra ação de destaque foi o Prêmio Pró-Catador, dado a Municípios que conceberam e executaram as melhores práticas de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis. Os prefeitos dos Municípios vencedores e catadores receberam o prêmio no Natal dos Catadores e da População de Rua com a Presidenta, em dezembro de 2013. Para 2014, o CIISC planeja implementar ações de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis, com especial atenção às áreas de encerramento de lixões, com ênfase na formação e estruturação de associações e cooperativas.

Em 2013, teve continuidade o processo de regulamentação dos procedimentos de consulta prévia, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa Convenção compõe um conjunto de normas e instrumentos internacionais de defesa dos direitos dos povos indígenas e tribais, juntamente com a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, os Pactos Internacionais dos Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A referida Convenção foi incorporada à legislação brasileira em 2003, somando-se aos princípios e garantias já previstos na Constituição Federal de 1988. A Convenção assegura, entre outros, o direito dos povos interessados, indígenas e tribais, de serem consultados antes da tomada de decisão sobre medidas legislativas, como projetos de lei e outros atos normativos, ou medidas administrativas, como a instalação de obras, projetos de desenvolvimento e outras medidas executivas que possam afetar seus modos de vida de forma significativa. Além dos povos indígenas, também são reconhecidas como sujeitos de direito da Convenção 169 no Brasil as comunidades quilombolas.

No âmbito da regulamentação dessa Convenção, foram realizadas nove reuniões informativas com comunidades quilombolas de todo o Brasil, com a participação de cerca de 530 representantes de comunidades de 24 Estados em que residem remanescentes de quilombos. Ademais, o conteúdo da Convenção 169, traduzido para as línguas ticuna, terena e guarani, foi levado, por meio de momentos informativos, a pelo menos 14 diferentes encontros, entre reuniões de comissões e oficinas com jovens indígenas, e duas outras reuniões inteiramente dedicadas ao assunto (Parque do Xingu e Alto Solimões). Como próximos passos, para 2014 espera-se a conclusão do processo com a pactuação de pelo menos mais três reuniões macrorregionais com os povos indígenas, além dos encontros devolutivos com as entidades representativas das comunidades quilombolas e comunidades tradicionais.

No que diz respeito aos procedimentos de regularização fundiária das terras indígenas, foi concluída com êxito, no início de 2013, a desintrusão da Terra Indígena *Maraiwatsede*, no Município de Alto Boa Vista/MT, beneficiando cerca de mil indígenas do Povo Xavante. Para a realização dessa atividade, o Governo garantiu um processo pacífico, assegurando os direitos territoriais dos povos indígenas e o reassentamento dos ocupantes não indígenas com perfil de reforma agrária. Durante o processo, foram feitos diálogos com as entidades sociais da região e sindicatos dos trabalhadores rurais com o





Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), definindo as áreas de assentamento rural e urbano para onde os ocupantes com perfil de reforma agrária poderiam ser transferidos. O sucesso da experiência trouxe subsídios para próximos processos de desinstituição a serem realizados. Merece destaque, ainda, a homologação da Terra Indígena *Kayabi*, nos Estados de Mato Grosso e Pará, e a construção de um novo e bem equipado posto de saúde para esta comunidade. É importante ainda lembrar os esforços do Governo Federal para, a partir do diálogo entre os diversos atores envolvidos, solucionar a questão fundiária dos Guarani e Terena, no Estado do Mato Grosso do Sul.

b) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A implantação de políticas públicas assertivas, a participação social e o envolvimento de prefeituras têm ajudado o Brasil a ter sucesso no cumprimento dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Sob o foco dos Objetivos do Milênio, foi lançada a Agenda de Compromissos dos ODM – Governo Federal e Municípios – 2013/2016. Mais abrangente do que o compromisso de cumprimento dos ODM, cujo prazo é 2015, a Agenda de Compromissos apresenta um pacto entre o Governo Federal e os Municípios para a execução de ações que possam melhorar a vida da população e contribuir para avaliar o impacto das políticas públicas no território.

O Prêmio ODM Brasil, que vai contemplar 30 práticas de organizações sociais e de prefeituras, terá sua 5ª edição em 2014 – coroando iniciativas exitosas já implantadas. Com o fortalecimento dos ODM nas cidades e com a participação social, o Brasil se prepara para entrar em uma nova era, preconizada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), que estão sendo discutidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Será também elaborado o *5º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, destacando as ações adotadas nas áreas de combate à pobreza, melhoria na educação, igualdade de gênero, queda nos índices de mortalidade infantil, saúde materna, combate à Aids, malária e outras doenças, sustentabilidade ambiental e parceria global para o seu cumprimento e os resultados alcançados.

c) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

O ano de 2013 marcou uma década de atuação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em prol do desenvolvimento brasileiro, mediante a participação social e o diálogo entre o Governo e sociedade. Nesse período, o CDES assessorou a Presidência da República em temas importantes da agenda nacional e internacional e contribuiu para a implementação de projetos relevantes para o País. Além disso, retomou o debate do tema do desenvolvimento, em suas múltiplas dimensões – econômica, social, cultural e ambiental, tendo como foco o longo prazo.

Para celebrar os dez anos, o CDES promoveu o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento e sediou a Oficina da Rede de Conselhos Econômicos e Sociais da América Latina e do Caribe (Cesalc). Na ocasião, debateu-se o contexto das novas transformações brasileiras e os pactos propostos para viabilizá-las, quais sejam: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte público, educação, investimentos e acompanhamento dos grandes eventos.

Em 2013, o CDES manteve o empenho em compartilhar a experiência de diálogo e em fortalecer laços com órgãos similares. Com esse objetivo, participou do 2º Encontro dos Conselhos Econômicos e Sociais Brasileiros, que discutiu a participação popular





e cidadã na gestão pública, bem como a necessidade de desenvolver métodos eficazes para acompanhar as recomendações emitidas pela sociedade. No cenário internacional, apoiou e participou de atividades como a VI Cúpula Brasil-União Europeia, Oficinas no Programa EUROsocial, o *workshop* O Impacto dos Conselhos Econômicos e Sociais na região da América Latina e do Caribe e o encontro internacional da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis). Por fim, priorizou o fortalecimento da construção da cooperação continental por meio da Cesalc.

3. Relações Institucionais

a) Agenda Legislativa

A produção legislativa de 2013 contabiliza a conversão em lei de 32 medidas provisórias, a sanção de 27 projetos de lei de autoria do Poder Executivo e a confirmação de 67 autoridades indicadas pelo Poder Executivo, além da aprovação de cinco acordos internacionais.

Na área social, entendida em sentido amplo e compreendendo, desse modo, as áreas de saúde e educação, o Plano Brasil Carinhoso, instituído pela Lei nº 12.817, de 5 de junho de 2013, ampliou o número de famílias alcançadas pelo Programa Bolsa Família, para superação da extrema pobreza. Outra importante medida dirigida principalmente aos segmentos mais vulneráveis da população foi a desoneração tributária dos produtos que compõem a cesta básica, determinada pela Lei nº 12.839, de 9 de julho de 2013, que reduziu a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno dos produtos integrantes da cesta básica e sobre a importação destes produtos.

O segundo semestre de 2013 trouxe iniciativas ainda mais significativas para a área social. A Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, estabeleceu os percentuais da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural a serem aplicados pelos entes federados – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – nas áreas de educação (75%) e na saúde (25%). O Congresso aprovou o Minha Casa Melhor, autorizando, por meio da Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, o financiamento pela Caixa Econômica Federal (Caixa) de bens de consumo duráveis, inclusive bens de tecnologia assistiva, para os participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Outro aspecto dessa lei a ser destacado foi a simplificação do processo de certificação de entidades beneficentes de assistência social sem fins lucrativos, que prestam serviços nas áreas de educação, saúde ou assistência social.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Congresso aprovou o Programa Mais Médicos, um conjunto de ações lançado pelo Governo Federal em resposta à demanda social pela oferta de serviços públicos nas regiões periféricas das grandes cidades e no interior do País. A Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, tratou das dívidas das entidades de saúde privadas filantrópicas e das entidades de saúde sem fins lucrativos, em grave situação econômico-financeira, garantindo a prestação de serviços no âmbito do SUS.

Com relação a medidas voltadas à agricultura familiar, destacam-se a Lei nº 12.806, de 7 de maio de 2013, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que ampliaram o valor do Benefício Garantia-Safra, concedido a agricultores familiares afetados pela seca, e o valor do Auxílio Emergencial Financeiro, destinado a famílias de baixa renda situadas em Municípios atingidos por desastres naturais. A preocupação com a situação dos produtores do semiárido nordestino permeia ainda a citada Lei nº 12.844, de 2013, que, alterada pela Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, autorizou a criação de linhas de crédito para renegociação das dívidas de agricultores situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a concessão de desconto para liquidação dessas dívidas.





Outras medidas voltadas à agricultura foram aprovadas pelo Congresso Nacional, como a Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013, que autorizou a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de capital de giro e de investimentos em capital fixo a agricultores de Municípios atingidos por desastres naturais.

Especificamente em relação aos produtores de cana-de-açúcar e de seus derivados, sobressaem a Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, e a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. A primeira estabeleceu a geração de crédito presumido para produtores de álcool, descontado do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda do produto no mercado interno. A segunda, por seu turno, autorizou a concessão de subvenção aos produtores de cana-de-açúcar e de etanol afetados pela seca no Nordeste.

As áreas de infraestrutura e logística ocuparam também lugar de destaque na agenda do Governo e na produção legislativa do ano. A Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013, autorizou a concessão de subvenção ao BNDES, com vistas ao financiamento de obras em rodovias e ferrovias e de investimentos em bens de capital, com o objetivo de estimular a competitividade da indústria brasileira por meio da modernização do parque industrial e do incentivo à inovação tecnológica.

A Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, estabeleceu, por sua vez, novo marco regulatório para o setor portuário, aprimorando o arranjo institucional do setor e disciplinando a exploração das instalações portuárias. Os aeroportos foram igualmente objeto de inovações legislativas e aqui se faz referência específica à Lei nº 12.833, de 2013, que autorizou a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) para modernização, construção, ampliação ou reforma de aeroportos públicos, com aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para aquisição de bens e contratação das obras e serviços de engenharia. Há de se registrar também a Lei nº 12.873, de 2013, que autorizou a concessão de subvenção ao BNDES para o financiamento de investimentos no sistema nacional de armazenagem de grãos.

Com relação à ordem econômica e ao sistema financeiro, destacam-se as seguintes leis sancionadas no decorrer de 2013: i) a Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, que criou a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, vinculada à Presidência da República, com atribuições relacionadas à formulação de políticas de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao segmento do artesanato; ii) a Lei nº 12.832, de 20 de junho de 2013, que alterou o regime de tributação dos valores recebidos a título de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, tornando-o mais benéfico para os trabalhadores; iii) a Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013, que alterou as estruturas de capital das instituições financeiras em atendimento aos requisitos de risco e liquidez estabelecidos pelos Acordos de Basileia III; e iv) a Lei nº 12.865, de 2013, que incluiu a regulação de setores de serviços de pagamento, principalmente cartões e meios eletrônicos de pagamento, entre as atribuições do Banco Central do Brasil.

A produção legislativa do ano de 2013 concorreu ainda para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios recebessem auxílio da União, nos termos da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e da Lei nº 12.859, de 10 de setembro 2013. A primeira estabeleceu o parcelamento de débitos dos entes, de suas autarquias e fundações públicas, relativos a contribuições previdenciárias, enquanto a segunda concedeu auxílio financeiro aos Municípios, para incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos municipais.

Finalmente, o Congresso aprovou duas leis que fazem parte da agenda legislativa do Executivo voltada à integridade da administração pública: a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que definiu as situações que configuram conflito de





interesses durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal, regulando, inclusive, as competências para fiscalização, avaliação e prevenção desses conflitos; e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que possibilitou a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

No tocante às matérias para o ano de 2014, foram identificadas como prioritárias: i) o Projeto de Lei nº 2.126, de 2011, denominado Marco Civil da Internet; ii) a Proposta de Emenda à Constituição nº 197, de 2012, que modifica a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias incidentes sobre operações de comércio eletrônico; iii) o Projeto de Lei nº 6.025, de 2005, que institui o novo Código de Processo Civil; iv) o Projeto de Lei nº 6.738, de 2013, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos promovidos no âmbito da administração pública federal; e v) o Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos. Também deverão merecer atenção especial a Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999, que fortalece os mecanismos de combate ao trabalho escravo; e o Projeto de Lei nº 5.013, de 2013, que dispõe sobre normas gerais associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País.

b) Articulação Federativa

Nas últimas eleições houve renovação de 72% dos gestores municipais. Uma mudança profunda no perfil de prefeitos que colocou na ordem do dia um conjunto de desafios relacionados à capacitação, à assistência técnica e, em especial, à ambientação dos novos dirigentes com os parceiros institucionais da Federação.

Com a posse dos eleitos, em janeiro de 2013, o Governo Federal buscou aprimorar sua interlocução com os novos dirigentes municipais por meio do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, realizado no período de 28 a 30 de janeiro, em Brasília/DF, sob o lema *Municípios fortes, Brasil sustentável*. O Encontro reuniu representantes de mais de cinco mil Municípios, em um total de 17 mil participantes, para incentivar parcerias voltadas à promoção do crescimento econômico do País com inclusão social, equilíbrio ambiental e participação cidadã.

Na oportunidade, foram apresentados os programas prioritários do Governo Federal, executados em parceria com os governos municipais, como o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), os programas voltados à prevenção de desastres naturais, além de iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Aquisição de Máquinas e Equipamentos. Também foram apresentadas boas práticas de Municípios e consórcios intermunicipais, e oferecidas oficinas técnicas sobre o sistema de convênios e contratos de repasse, bem como de outros instrumentos de modernização administrativa.

Destaque-se também no evento a ampla divulgação do Portal Federativo, que registrou aumento de 132,4% no número de visitas – de 39,9 mil acessos em 2012 para 92,8 mil acessos em 2013 –, demonstrando um contínuo avanço na comunicação digital entre o Governo Federal, os Estados e os Municípios. As informações publicadas no portal também foram compartilhadas nas redes sociais, com mais 28 mil seguidores, reforçando o compromisso com a inovação e o aperfeiçoamento das relações federativas.

Em continuidade ao apoio oferecido aos Municípios durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, o Governo Federal, em parceria com governos estaduais e associações municipais, promoveu encontros com prefeitos nos 26 Estados.





Os encontros reuniram mais de 30 mil pessoas, das quais quatro mil prefeitos. Para cada Estado, foi organizada uma programação alinhada às necessidades regionais. Os participantes também contaram com oficinas de capacitação técnica e salas de atendimento individualizado por Município, que perfizeram quase 30 mil atendimentos nos 26 Estados.

Por ocasião dos encontros estaduais de prefeitos, foram ainda organizados os fóruns dos gestores federais nos Estados, com o objetivo de ampliar os espaços de debate e cooperação entre os órgãos federais no que diz respeito ao atendimento das demandas dos Estados e Municípios. Em 2013, foram instalados 27 Fóruns dos Gestores Federais, um para cada Estado e para o Distrito Federal.

Destaque-se ainda, em 2013, a participação na XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios, com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos, durante a qual o Governo Federal anunciou, dentre outras iniciativas, o repasse aos Municípios de auxílio financeiro no valor de R\$ 3 bilhões, em duas parcelas, sendo a primeira para setembro de 2013 e a segunda, para abril de 2014.

No campo da cooperação técnica internacional, deu-se início à execução dos quatro projetos de cooperação entre cidades brasileiras e suas contrapartes de países em desenvolvimento, selecionados em 2012, na chamada pública realizada na modalidade Sul-Sul. Os projetos e as respectivas cidades envolvidas, que contam com o financiamento do Governo Federal até o final de 2014, são: i) *Colaborando com a construção de uma cidade de sonho*, Xai-Xai (Moçambique) – Vitória (Brasil); ii) *Cidades “espertas” na América Latina: desenvolvimento integrado de serviços de atendimento ao cidadão*, Rosário (Argentina) – Curitiba (Brasil); iii) *Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural Fronteiriço*, Cerro Largo (Uruguai) – Bagé (Brasil); e iv) *Apoio técnico para estruturação do observatório de segurança cidadã e violências do município*, Morón (Argentina) – Canoas (Brasil).

Em abril de 2013, foram lançadas as Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADTs), que visam à articulação dos PPAs Federal, estaduais e municipais de forma que as visões estratégicas, os objetivos e as metas desses planos sejam convergentes. O objetivo das Agendas é potencializar os impactos positivos das intervenções públicas e a parceria entre os entes federados a fim de influenciar novos ciclos de investimento que contribuam para a redução das desigualdades sociais e regionais de forma ampla e coordenada. Ao todo, o Programa conta com a adesão do Distrito Federal e mais 20 Estados.

Em apoio à elaboração e gestão de Planos Plurianuais Regionais Participativos, em outubro de 2013, foi firmado acordo de cooperação técnica entre o Governo Federal e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para a transferência de tecnologia e conhecimento. Com a cooperação, pretende-se alcançar até 30 consórcios intermunicipais multifinalitários do País, até junho de 2014. Desses, o Plano Plurianual Regional Participativo 2014-2017, que vai orientar a atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC nos próximos quatro anos, foi lançado em dezembro de 2013.





VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE
NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO



VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

1. Transparência na Administração e Controle Social

Desde a entrada em vigor, em maio de 2012, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), o Governo Federal ampliou de 193 para 283 o número de postos de atendimento presencial ao cidadão, denominados Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC). Para melhorar o atendimento eletrônico, foram instituídas novas funcionalidades no sistema que centraliza todos os pedidos de acesso à informação e os recursos impetrados pelos cidadãos no âmbito do Poder Executivo Federal (e-SIC). Além disso, foram publicadas listas com as informações classificadas e já desclassificadas (aquelas antes consideradas reservadas, secretas ou ultrassecretas) nos órgãos e entidades, bem como desenvolvidos relatórios eletrônicos para que o cidadão acompanhe, em tempo real, as estatísticas de solicitações, respostas, recursos e reclamações recebidas.

Até dezembro de 2013, o e-SIC recebeu mais de 140 mil pedidos de acesso, dos quais mais de 97% foram respondidos. Desses, apenas 9,7% tiveram a resposta negada, por motivos como: i) os dados solicitados eram de natureza pessoal e, portanto, legalmente impedidos de serem fornecidos; ii) os documentos pedidos eram sigilosos; iii) os dados exigiam tratamento; ou iv) os pedidos eram genéricos ou incompreensíveis. Outros 14% não puderam ser atendidos por não se tratarem de matéria da competência legal do órgão demandado ou porque as informações solicitadas não existiam. A Lei de Acesso à Informação estabelece o prazo de 20 dias para o órgão responder à demanda do cidadão, podendo ser prorrogado por mais dez dias. A administração pública federal (APF), no entanto, tem levado em média apenas 12,5 dias para atender aos pedidos.

Para garantir a melhoria contínua na implementação da referida Lei nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal em 2014, o Governo prevê o desenvolvimento de um sistema *web* de monitoramento com base em indicadores de excelência e a criação de uma rede para intercâmbio de experiências entre os SIC, além do acesso público ao banco de dados que armazena os pedidos de acesso à informação e as respostas concedidas por meio do sistema eletrônico.

Com o objetivo de transferir aos Estados e Municípios tecnologias e conhecimentos desenvolvidos pelo Governo Federal durante a implantação da LAI, e dessa forma, garantir ao cidadão os instrumentos de acesso à informação também em nível local, foi lançado, em janeiro de 2013, o Programa Brasil Transparente. Essa parceria realiza-se mediante a oferta dos seguintes serviços: i) capacitação técnica presencial sobre a Lei, seu regulamento e mecanismos de transparência; ii) capacitação a distância sobre acesso à informação; iii) material técnico para gestores de entes da Federação; e iv) cessão do código-fonte do *software* utilizado pelo Governo para o recebimento de pedidos de acesso a informação (e-SIC).

O Programa conta com 1.303 parceiros, entre prefeituras e câmaras municipais, governos estaduais e assembleias legislativas, estendendo-se a 1.194 Municípios. Em 2013, com o apoio das unidades regionais da Controladoria Geral da União (CGU), 172 ações de capacitação do Brasil Transparente foram realizadas nos Estados, totalizando 6.839 servidores capacitados presencialmente. Na modalidade a distância, 2.943 gestores municipais se inscreveram no curso a respeito da LAI. Além disso, 67 entes públicos receberam o código-fonte do e-SIC para disponibilizar o sistema eletrônico de acesso à informação em sua localidade.

Também em 2013, as ações para educação a distância em acesso à informação e participação social no controle de gastos públicos alcançaram, no total, 4,3 mil pessoas, o que representa um incremento de 22,8% em relação ao exercício de 2012. Apenas no Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, que capacita o corpo técnico dos entes federados para o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle interno, gestão e prestação dos serviços públicos, foram contemplados 3.926 agentes públicos em 328 Municípios.



Na promoção do controle social, foi atualizada a ação de capacitação presencial do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, com foco na instrumentalização dos conselhos de políticas públicas e da sociedade civil para o efetivo exercício de seu papel na fiscalização do gasto público. Além disso, articulou parcerias para viabilizar a execução dos principais projetos voltados para a promoção da cultura cidadã junto ao público infantojuvenil, a exemplo do concurso de desenho e redação, que envolveu escolas e estudantes dos ensinos fundamental e médio. Também tornou possível a produção do material gráfico do projeto *Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania* que proporciona recurso pedagógico para a abordagem da temática no contexto escolar a professores e alunos na faixa etária de seis a dez anos.

Como principal instrumento de transparência ativa, o Portal da Transparência do Governo Federal – www.portaldatransparencia.gov.br – publica diariamente informações sobre a aplicação de recursos do Poder Executivo Federal. O volume de recursos apresentado até o final do exercício superou os R\$ 12 trilhões e a média mensal de visitas ao Portal em 2013 atingiu 909 mil, incremento superior a 33% em relação à média mensal de acessos em 2012. A reformulação do Portal, em andamento, ampliará a oferta de informações e o número de usuários beneficiados, tornando-o mais interativo e acessível, com o compartilhamento de suas informações em redes sociais e a permissão de acesso por meio de plataformas móveis como *smartphones* e *tablets*.

Na esfera internacional, o Brasil permaneceu no Comitê Diretor da Parceria para Governo Aberto, *Open Government Partnership* (OGP), iniciativa internacional lançada em 2011 sob a liderança brasileira e estadunidense, com o objetivo de difundir e incentivar práticas governamentais como a transparência orçamentária, o acesso público à informação e a participação social. Em 2013, o Brasil dirigiu o subcomitê de critérios e padrões da parceria e apoiou a organização dos grupos de trabalho para acesso à informação e transparência fiscal, criados para promover o intercâmbio de experiências entre países. Também apresentou seu segundo plano de ação para a OGP, que contém 52 compromissos, dos quais 20 foram originados de propostas da sociedade, a partir de encontro presencial e diálogos virtuais que propiciaram o engajamento de cerca de 80 organizações da sociedade civil. Para 2014, será constituído grupo de trabalho com a participação da sociedade civil para o monitoramento das ações e a construção da metodologia que será utilizada para o terceiro plano.

No Portal do Governo Eletrônico - www.governoeletronico.gov.br - foram disponibilizadas onze consultas públicas com conteúdos sobre especificações técnicas e compras de tecnologia da informação (TI) e, também, uma consulta sobre a regulamentação do sistema de promoção da igualdade racial. As consultas tiveram mais de 300 contribuições do público interessado. A partir dos conteúdos administrados no Portal do Governo Eletrônico, foi criado um perfil na rede social *Twitter*, que alcançou mais de 30 mil seguidores em 2013. Para 2014, está prevista a reformulação do Portal para criação de um observatório de boas práticas em Governo Eletrônico da APF, dentre outras melhorias.

No campo da acessibilidade, foram adotados itens padrões do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG) na Identidade Digital do Governo. Testes realizados nos *sites* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apresentaram uma melhora de 70% de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais. Esta solução deverá ser refletida nos demais portais de Governo em 2014.

No Portal Brasileiro de Dados Abertos, atualizações tecnológicas foram feitas para melhorar a navegação, pesquisa e visualização das informações nele inseridas e sua adaptação à Identidade Digital do Governo. O Portal possui 106 conjuntos de dados, que se referem a orçamento, convênios, dados de equipamentos públicos (escolas, hospitais) e de transferências voluntárias, entre outros. Em 2014, serão publicadas informações sobre licitações, fornecedores, catálogos de materiais e serviços, atas de registro de preços e contratações.



O apoio aos órgãos, na publicação de dados no formato aberto e todas as recomendações e metodologia referentes a este tema, estão centradas na Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (Inda). Em 2014, serão lançados um modelo de licenciamento padrão para dados abertos, garantindo o direito de livre utilização de todos os dados públicos, e um modelo de maturidade de dados abertos, que permitirá a avaliação da qualidade e melhoria dos dados publicados pela administração pública, bem como será ofertada capacitação para disseminar a utilização desse modelo pela sociedade.

No âmbito da transparência das informações orçamentárias, conforme compromisso assumido junto ao OGP, foi implementada infraestrutura para abertura dos dados do orçamento, permitindo o *download* dos arquivos referentes ao orçamento dos exercícios de 2000 a 2013 em formato *Resource Data Format* (RDF). Além disso, foi implementado o módulo do acesso público no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) que permite consultas aos dados do cadastro de ações e geração de relatórios.

Realizou-se ainda o *workshop* sobre Transparência Orçamentária em países de língua portuguesa com a participação de representantes do Governo e da sociedade civil dos seguintes países: Angola, Brasil, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Para democratizar as informações sobre os recursos alocados nas políticas públicas do Governo, foi editada a quarta versão da revista *Orçamento Federal ao Alcance de Todos*, com emprego de linguagem acessível. Nessa quarta versão, é possível encontrar o valor previsto no projeto de lei do orçamento federal de 2014, além dos recursos previstos para todas as unidades da Federação. A versão eletrônica está disponível no Portal do Orçamento Federal – www.orcamentofederal.gov.br.

Para a gestão e a tramitação de processos e documentos de forma inteiramente eletrônica, internamente e entre quaisquer entes federativos, mediante assinatura digital, encontra-se em desenvolvimento o projeto *Processo Eletrônico Nacional*. O processo vem sendo elaborado em parceria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o Governo do Distrito Federal, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Comissão de Valores Mobiliários e a Receita Federal do Brasil, com implantação prevista em 2014.

2. Planejamento, Gestão e Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social atingiram R\$ 34,9 bilhões no período de janeiro a outubro de 2013, superando em 17,5% registrado no mesmo período de 2012. Destacam-se os pagamentos de R\$ 11,6 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e de R\$ 7,1 bilhões destinados a ações do Ministério dos Transportes, que juntos representam mais de 53,6% da despesa do PAC. Com a implantação do PAC, a taxa de investimento total do Governo, incluindo as Empresas Estatais, situa-se em patamar superior a 3% do Produto Interno Bruto (PIB) desde 2010. Para 2014 estão previstos para o PAC aproximadamente R\$ 63,3 bilhões no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 72,7 bilhões de Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Para novas operações de crédito destinadas a projetos de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas selecionados para o PAC, o limite de contratação foi ampliado de R\$ 2,4 bilhões em 2012 para R\$ 4,6 bilhões em 2013. O montante destinado ao financiamento de contrapartida das obras do PAC, do PMCMV e dos projetos de mobilidade urbana diretamente associados à Copa do Mundo FIFA 2014 alcançou R\$ 7 bilhões e, ainda durante o ano de 2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou em R\$ 7,2 bilhões a linha de financiamento para os investimentos de mobilidade urbana, atingindo o limite global de R\$ 19,4 bilhões. Ademais, foi estendido o período para contratação dos recursos do Programa Caminho da Escola e reduzido o *spread* bancário máximo das operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no âmbito do Programa, que passou de 4% a.a. para 2% a.a.





No âmbito do PAC 2, 69% das obras previstas foram concluídas até agosto de 2013, uma evolução significativa frente à conclusão de 38,5% registrada até o mesmo mês de 2012. Para a conclusão dessas obras foram investidos R\$ 488,1 bilhões. A previsão é que, em 2014, as obras concluídas representem investimentos de R\$ 708 bilhões, o equivalente a 74,1% do previsto para o período 2001-2014.

No eixo transportes, foram concluídos empreendimentos no valor de R\$ 37,6 bilhões em obras por todo o País. Foram concluídos 2.634 km em rodovias e 639 km de ferrovias, dentre os quais, a extensão da Ferronorte, entre Rondonópolis/MT e Alto Araguaia/MT, e o Pátio Intermodal de Rondonópolis, facilitando o escoamento da produção de grãos do Mato Grosso até o Porto de Santos (SP). Também foram concluídos 20 empreendimentos em 12 portos do País. A capacidade dos aeroportos brasileiros aumentou em 14 milhões de passageiros por ano, com a conclusão de 21 obras, entre elas, a ampliação do pátio de aeronaves dos aeroportos de Macapá/AP e de Salvador/BA. Em Hidrovias, são 11 empreendimentos concluídos, incluindo seis terminais hidroviários no Estado do Amazonas e dois no Pará.

Com R\$ 161,1 bilhões em ações concluídas, o eixo Energia promoveu o acréscimo de 9.231 Megawatts (MW) no parque gerador brasileiro. Destaca-se a entrada em operação da primeira unidade geradora (75 MW) da hidrelétrica de Jirau em Rondônia que terá potência instalada de 3.750 MW. Para levar toda essa energia aos mercados consumidores, fortalecendo e expandindo o Sistema Interligado Nacional (SIN), foram concluídas 26 linhas de transmissão, totalizando 8.270 km de extensão e 29 subestações. Na área de exploração e produção de petróleo, foram concluídos 23 empreendimentos, quatorze em refino e petroquímica, sete em fertilizantes e gás natural e o primeiro trecho do sistema logístico de Etanol, construído entre as cidades paulistas de Ribeirão Preto e Paulínia.

O eixo PAC Cidade Melhor concluiu, com investimentos de R\$ 1,9 bilhão, 753 empreendimentos de saneamento, 46 de drenagem e oito de contenção de encostas. Também foram concluídos o Aeromóvel em Porto Alegre/RS, a modernização da Linha Oeste do metrô de Fortaleza/CE, o trem de subúrbio Calçada Paripe, em Salvador/BA, e a Via Urbana Boulevard Arrudas, em Belo Horizonte/MG.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), desde o início, contratou três milhões de unidades em mais de 94% dos Municípios e entregou 1,39 milhão de moradias, beneficiando cinco milhões de brasileiros. Somente no MCMV 2 foram contratadas dois milhões de moradias. Ainda nesse programa, 1.279 empreendimentos de urbanização em assentamentos precários foram concluídos, e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo realizou mais de 1,2 milhão de contratos para construção, aquisição ou reforma de moradias.

No Eixo PAC Água e Luz Para Todos foram concluídas ações no valor de R\$ 6,3 bilhões. O PAC 2 realizou mais de 413 mil novas ligações do Programa Luz para Todos, beneficiando 1,6 milhão de pessoas. Nas bacias do São Francisco e Parnaíba, mais de 202 localidades tiveram sistemas de abastecimento de água implantados e 49 obras de sistemas de esgotamento sanitário foram construídas. Contribuindo para melhorar o abastecimento de água, foram concluídos 606 empreendimentos em áreas urbanas e 24 empreendimentos de recursos hídricos.

Com vistas a viabilizar a participação privada em projetos de infraestrutura pública, foram concluídos, em 2013, os estudos de demanda, socioambiental, arquitetura e engenharia do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (Cefan/Marinha) e realizada a avaliação econômica e modelagem econômico-financeira dos projetos Abastecimento e Gerenciamento de Frota (Agefrot), Próprios Nacionais Residenciais (PNRs) e Complexo Naval em Itaguaí. O Projeto Parques Nacionais no Ceará e no Piauí teve estudo de demanda, arquitetura e socioambiental concluído e o Projeto Novo Colégio Militar de Manaus/AM já possui estudo de demanda, socioambiental e de engenharia finalizados. A expectativa para 2014 é que todos estes projetos tenham seus estudos concluídos e que seja publicado o edital de licitação de pelo menos um deles.





a) Gestão do Plano Mais Brasil

O Governo Federal deu prosseguimento às atividades de monitoramento e de avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, tendo sido encaminhado ao Congresso Nacional o primeiro *Relatório de Avaliação* do novo PPA, ano-base 2012.

As mudanças metodológicas do PPA 2012-2015 permitiram aprimorar o monitoramento dos programas temáticos, dando mais transparência à implantação e aos resultados das políticas públicas por meio de uma análise situacional aprofundada sobre cada objetivo, meta ou iniciativa individualizada do Plano. A partir dos resultados do monitoramento, foi elaborado o *Relatório Anual de Avaliação* encaminhado ao Congresso Nacional, que também contou com uma avaliação da dimensão estratégica do Plano.

Para a avaliação da dimensão estratégica do PPA, ano-base 2013, está sendo desenvolvido processo de monitoramento com a participação de representantes de diferentes segmentos sociais e da academia, buscando-se também garantir a representatividade de todas as regiões do País. As oficinas já realizadas contaram com 223 participantes.

Em prosseguimento ao processo de participação social no monitoramento do PPA 2012-2015, foi realizado o IV Fórum Interconselhos. O Fórum contou com a participação de representantes de conselhos nacionais da sociedade civil. Nele foram apresentados os relatórios de monitoramento das Agendas Transversais relativas a: políticas para as mulheres; igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais; crianças e adolescentes; juventude; idosos; pessoa com deficiência; população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros); povos indígenas e população de rua. As Agendas Transversais são documentos que reúnem o conjunto de compromissos do PPA 2012-2015 relacionados a cada um desses públicos.

Com relação ao diálogo federativo em torno do planejamento, foram intensificados os trabalhos de construção das *Agendas de Desenvolvimento Territorial* (ADTs), na busca da articulação dos PPAs federal, estaduais e municipais. Até o momento, 21 Estados e o Distrito Federal aderiram a essa iniciativa, que, a partir da identificação dos empreendimentos estruturantes para os respectivos entes, potencializa a entrega de bens e serviços à sociedade.

Ainda no âmbito das ADTs, foi constituído o Programa de Apoio à Elaboração e Implementação de PPAs Municipais. Foram oferecidos, em 2013, dois módulos presenciais, para treinar multiplicadores estaduais e de associação de Municípios para a elaboração de PPAs e confecção de projetos, tendo sido realizada oficina direcionada aos Municípios com mais de 200 mil habitantes. Em 2014, serão ofertados outros dois módulos que tratarão de monitoramento e avaliação de PPA, além da oferta de conteúdos para a modalidade ensino a distância (EAD), que permitirão maior alcance do Programa. Foi assinado Termo de Cooperação com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com vistas ao envolvimento dos consórcios públicos nas ADTs e à busca de articulação para a construção de um Sistema Nacional de Planejamento.

Com o objetivo de manter o PPA aderente à realidade das políticas públicas, foi encaminhado e aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei de Revisão do PPA 2012-2015, com a incorporação de políticas relevantes do Governo Federal, como o Programa de Investimento e Logística, lançado pela Presidenta em dezembro de 2012.

Está prevista para 2014 a construção de um *site* na Internet, com um aplicativo para navegação entre os atributos do PPA e verificação de seus respectivos resultados. Essa ferramenta também possibilitará a disseminação de políticas federais direcionadas aos Estados e Municípios, com painéis e infográficos.



b) Melhoria e Inovação da Gestão Pública

Foi realizada, em 2013, a 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública que apontou tendências e diretrizes para o futuro da gestão pública, por meio do intercâmbio de experiências e concepções existentes nos cenários nacional e mundial. Com 2,1 mil participantes, o evento teve a presença de especialistas nacionais e internacionais.

Teve início o ciclo de eventos *Gestão em Destaque* com a finalidade de divulgar as boas práticas do Governo e a Agenda de Ações para a Melhoria e Modernização da Gestão, com a realização de três encontros: Dados Abertos, Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe). Os eventos contaram com público presente de mais de 500 pessoas. Para 2014, está prevista a realização de dez encontros.

Com vistas à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos, com priorização dos estratégicos, foram reestruturados 31 órgãos e entidades da APF. Também foi criada a Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República com competência para a formulação e coordenação de políticas e diretrizes para o apoio à expansão e formalização de micro e pequenas empresas.

Para melhorar a gestão das estruturas organizacionais do Governo Federal, está em desenvolvimento o projeto do novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg). A primeira fase, que consiste no novo cadastro das estruturas organizacionais e dos cargos e funções comissionados alocados nos órgãos e entidades, foi concluída e se encontra em ambiente de produção, para fase de testes. A segunda fase, que tem como principal produto a gestão do fluxo de análise das propostas de estruturas organizacionais e cargos e funções encaminhados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem previsão de conclusão para o início de 2015.

Com relação ao novo Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe), que visa prover a administração pública com uma solução de gestão de pessoas ágil e segura, foram finalizados o desenvolvimento dos módulos de ações judiciais, a migração das funcionalidades do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) para a nova estrutura do Sigepe e a construção dos Portais do Servidor, de Informações Gerenciais e de Gestão de Pessoas. A conclusão do projeto e entrega de todas as funcionalidades está prevista para o exercício de 2017. Foi executado, ainda, o projeto-piloto Assentamento Funcional Digital (AFD) em vinte Unidades Pagadoras (Upag), que prevê a digitalização das pastas funcionais dos servidores. Em 2014 terá início a digitalização das pastas funcionais das demais Upag que não participaram do projeto-piloto.

O Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil, cooperação entre a União Europeia (UE) e o Brasil, que visa o intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo, apoiou 76 ações de inovação e melhoria de políticas públicas conduzidas pelos Ministérios e agências do Governo Federal, com resultados nas áreas de gestão de pessoas, meio ambiente, cultura, direitos humanos e agricultura.

No âmbito dos programas de cooperação internacional, foram encerrados em 2013 o Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios (Promoex), com objetivo de fortalecer o sistema de controle externo, e o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Administração e Planejamento dos Estados (Pnage), que visava à melhoria das administrações públicas estaduais. O Promoex apoiou 32 Tribunais de Contas, alcançando 95% de execução com um repasse, por meio de convênios, de R\$ 56,2 milhões, além de R\$ 49,2 milhões despendidos a título de contrapartida. O Pnage apoiou 26 Estados e o Distrito Federal, alcançando 89% de execução, por meio de contratos de repasse, de R\$ 116,2 milhões, além de R\$ 89,2 milhões despendidos a título de contrapartida.



No âmbito do Programa de Modernização dos Instrumentos e Sistemas da Gestão da Administração Pública Federal (Prosis) foi efetuada a aquisição de equipamentos para modernização dos sistemas de planejamento e orçamento do Governo Federal e aperfeiçoamento da gestão de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Em 2013, foi realizado o primeiro pedido de desembolso ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de US\$ 2,5 milhões e a prestação de contas referente à contrapartida antecipada no valor de US\$ 2,6 milhões.

De forma a promover a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal (APF), o Projeto Esplanada Sustentável (PES) resultou em uma economia de R\$ 2,6 milhões, considerado o segundo semestre de 2012, tendo sido revertido R\$ 1,3 milhão aos órgãos habilitados. Essa primeira etapa contou com a participação de 21 órgãos localizados na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF.

c) Gestão de Logística

No âmbito da gestão de logística do Governo Federal, várias iniciativas foram tomadas em 2013, tanto para a desburocratização quanto para a melhoria da gestão e a promoção da transparência na aplicação dos recursos públicos.

Na área de normatização de assuntos de logística, foram editados diversos atos estabelecendo regras e procedimentos aos gestores públicos, dentre os quais: i) a regulamentação do Sistema de Registro de Preços (SRP), instituindo a Intenção de Registro de Preços (IRP); ii) a definição de regras e critérios para elaboração de orçamento de referência para contratação de obras e serviços de engenharia; iii) a alteração de regras para pagamento de fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf); e iv) a alteração de procedimentos operacionais do Pregão Eletrônico e do Regime Diferenciado de Contratações (RDC).

Para coibir o uso de robôs, que podem influir na isonomia e competitividade nas licitações realizadas por meio do Portal de Compras Governamentais (Comprasnet), foram determinados intervalos mínimos de lances nos pregões eletrônicos. Também foi criada funcionalidade para viabilizar a consulta de sócios comuns de empresas participantes de um mesmo pregão e procedida modernização do referido portal, tornando-o mais amigável, acessível e com melhor interação entre órgãos e usuários.

Foi reformulado o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). A nova versão do SCDP, em plataforma livre, poderá ser utilizada a partir de janeiro de 2014, possibilitando a execução financeira de viagens para o exterior; a conexão com o Banco Central do Brasil para consultar a cotação de moedas estrangeiras; a emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU); e o controle do teto orçamentário e financeiro.

Foi realizado o I Encontro de Logística, com participação presencial de cerca de 400 gestores e capacitados 5,1 mil gestores sobre normas e operacionalização de sistemas de logística.

O Governo deu continuidade ao processo de contratações conjuntas (compras compartilhadas), com o objetivo de reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços, o retrabalho das áreas de logística e a adoção de padrões nas aquisições, promovendo melhoria do planejamento das necessidades dos órgãos federais. Foi realizado o pregão de contratação de serviço telefônico fixo comutado (fixo-fixo e fixo-móvel) para as cidades de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, com participação de 70 órgãos. A economia gerada para a administração pública foi de 49,55% em relação às médias dos contratos em vigor nos órgãos partícipes.





Realizou-se também a contratação conjunta de ativos de rede com a participação de 34 órgãos públicos federais e a aquisição de mais de 8,2 mil equipamentos. O valor final da licitação totalizou R\$ 42 milhões, propiciando uma economia de 65% aos órgãos intervenientes. No primeiro semestre de 2014, serão concluídos os processos de contratações conjuntas de *notebooks* e *desktops*, equipamentos de videoconferência e telefonia móvel, para mais de 130 órgãos já interessados.

Para o ano de 2014, está programada a implantação da Central de Compras e Contratações e serão desenvolvidas e implantadas estratégias de aquisição e contratação para outros bens e serviços de uso em comum, tais como: passagens aéreas, energia elétrica, água e esgoto, serviços postais e de correios, serviços terceirizados, frota, mobiliário e material de expediente.

d) Gestão e Governança das Empresas Estatais Federais

O Governo Federal tem buscado a melhoria dos processos de gestão e governança das empresas estatais federais, bem como a adaptação das empresas aos novos marcos regulatórios da infraestrutura. Nesse sentido, estão sendo adotadas medidas para a modernização da gestão das Companhias Docas, com a instituição de um regime próprio de contratação; a definição de regras para a contratualização de termos de compromissos de resultados entre as Companhias e a Secretaria de Portos da Presidência da República; e a implantação de novos planos de cargos e salários, adequados à nova realidade do setor portuário.

Para o Sistema Eletrobras, foram aprovados instrumentos que visam adequar os custos das empresas ao novo marco tarifário. Foi efetuado o processo de readequação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) às mudanças decorrentes da concessão de aeroportos até então por ela administrados. Além disso, foram atualizadas as regras estatutárias da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., como a previsão de práticas de governança nos moldes do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa).

Foram autorizadas 28,4 mil vagas para as estatais em setores estratégicos ao desenvolvimento do País. Entre eles, destaque para as 16,9 mil vagas em hospitais universitários que firmaram contratos com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). A aprovação do aumento das vagas nas empresas estatais ocorreu, basicamente, em substituição de empregados terceirizados e para atender à demanda por aumento na prestação de serviços públicos.

Destaca-se também a introdução de novas regras na política de remuneração variável para os diretores das estatais, visando alinhá-la às diretrizes do acionista controlador e à condução de estratégias sustentáveis de longo prazo. Além disso, foram apresentadas às empresas estatais federais novas orientações sobre destinação do lucro e aumento de capital para tornar o procedimento mais transparente e alinhado às peças orçamentárias da União.

O volume de investimentos das empresas estatais alcançou o patamar histórico de R\$ 121,8 bilhões, dos quais R\$ 113,5 bilhões em investimentos diretos e R\$ 8,3 bilhões por meio de empresas coligadas e sociedades de propósito específico. O percentual de execução do Orçamento de Investimentos atingiu a expressiva marca de 92,1%. Visando ao aprimoramento do acompanhamento das empresas estatais, foram desenvolvidos no Sistema de Informações das Estatais (Siest) novos módulos da área de pessoal, que estarão plenamente implementados em 2014, quando também serão desenvolvidos os módulos para o monitoramento e a avaliação de performance das empresas.

e) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

A Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC) tem por competência assessorar a Presidenta da República nos temas da eficiência governamental e competitividade, acompanhando alguns projetos prioritários de melhoria





da gestão do Governo Federal, tais como: a implantação da Central de Compras e Contratações para a contratação dos objetos de uso em comum entre órgãos e entidades da administração pública federal (APF); e a institucionalização do planejamento e da gestão estratégica e promoção da melhoria de processos nos órgãos e entidades da APF que permitam a melhoria do atendimento à sociedade. Em 2014, os órgãos e entidades terão à disposição serviços de consultoria para apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica e outros voltados à melhoria de processos.

A CGDC também acompanha projetos como a revisão da estrutura para adequação ao novo modelo de negócio da Infraero com a implantação do gerenciamento matricial da receita e da despesa e a implantação de um escritório de projetos. Nos Correios, apoiou o desenho operacional visando à melhoria do Índice de Qualidade (IQA), a reformulação dos processos prioritários, a implantação do gerenciamento matricial da receita e da despesa e de um escritório de projetos. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), atuou no redesenho de processos de autorização de medicamentos e reestruturação organizacional. Tais projetos têm previsão de serem concluídos em julho de 2014.

Outros projetos também compõem a Agenda de Ações para Modernização e Melhoria da Gestão Pública, que abrange: i) o Aperfeiçoamento do Guia de Serviços com vistas à reestruturação e atualização de conteúdo do Portal de Serviços do Governo Brasileiro disponível na Internet – www.servicos.gov.br; ii) a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (Inda), que define políticas de abertura de dados públicos; iii) a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), que busca a integração dos dados geoespaciais existentes nas diversas instituições do Governo, proporcionando sua disseminação e uso; iv) a Melhoria da Qualidade de Gastos da Folha de Pagamentos com a supressão de pagamentos indevidos e instituição de mecanismos de prevenção a fraudes; v) a Consolidação da Legislação de Pessoal, que busca sistematizar o arcabouço vigente referente a recursos humanos na APF; vi) o Processo Eletrônico e Protocolo Integrado com a definição de normas, diretrizes e ações para a utilização de documentos e processos produzidos de forma eletrônica, oferecendo também à sociedade um canal eletrônico de consultas sobre processos e documentos protocolados; vii) a Melhoria do Sistema de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), para aprimorar a gestão das transferências voluntárias da União; viii) o Assentamento Funcional Digital (AFD), que cria um repositório digital dos documentos das pastas funcionais dos servidores vinculados ao Poder Executivo; e ix) o Planejamento Estratégico da força de trabalho, que busca o desenvolvimento de um modelo permanente para as unidades da APF direta, autárquica e fundacional.

Em 2013, com o apoio da Câmara, foram realizados: i) os projetos relacionados à revisão, padronização e otimização dos processos de trabalho e de gestão nos Ministérios da Justiça e da Saúde; ii) a implantação do Escritório de Projetos para dar suporte ao processo de modernização da gestão pública, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e iii) o acompanhamento do planejamento e da gestão estratégica no Ministério da Cultura e no Ministério dos Transportes, cuja previsão de término é dezembro de 2014, com destaque para o apoio à estruturação da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL).

3. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal

A gestão de pessoas no Governo Federal tem como uma de suas principais diretrizes a democratização das relações de trabalho, reconhecendo e valorizando os servidores públicos federais, além de fortalecer as carreiras e os planos de cargos dos órgãos e entidades federais com vistas ao aprimoramento dos serviços públicos.

Dentro da perspectiva de consolidação do processo de democratização das relações de trabalho, foram realizadas 156 reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), instrumento de gestão com papel pacificador dos conflitos inerentes às relações de trabalho. As negociações envolveram cerca de 50 mil servidores civis (ativos, aposentados e pensionistas) e 1.243 servidores anistiados, resultando em cinco Termos de Acordo com as entidades sindicais representativas dos





servidores públicos civis do Poder Executivo. Os reajustes acordados foram de 15,8%, parcelados para 2014 e 2015, referentes, especialmente, às carreiras que não concluíram a negociação em 2012, com impacto orçamentário na despesa primária de R\$ 342,3 milhões, em 2014, e de R\$ 496 milhões, em 2015.

Em 2014, o Governo dará continuidade à MNNP para as categorias que não fecharam acordo até 2013, bem como às reuniões com grupos de trabalho resultantes dos Termos de Acordo assinados em 2012 e 2013. Além disso, será dado prosseguimento à discussão da proposta de regulamentação da negociação coletiva (Convenção nº 151, da Organização Internacional do Trabalho – OIT) e do direito de greve no serviço público.

No tocante à estruturação de carreiras, foram editadas cinco leis e dois decretos, que beneficiaram aproximadamente 358 mil servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Federal e da área de segurança pública do Governo do Distrito Federal.

Dando continuidade à política de gestão e recomposição da força de trabalho, em 2013, foram autorizados concursos para 26.976 cargos e o provimento de 28.475 cargos efetivos. Dentre os provimentos autorizados, destacam-se os destinados à implementação das políticas prioritárias, como as de economia, seguridade social e educação, tais como: 8.940 docentes para as instituições federais de ensino; 2.050 profissionais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e 1.080 cargos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Para reforçar o quantitativo de pessoal dos órgãos e entidades das áreas de infraestrutura, foi realizado o concurso e o provimento de 221 cargos de Analista de Infraestrutura e para diminuir a carência de quadros especializados na área social foi realizado o primeiro concurso e o provimento de 888 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS). Neste último caso, houve priorização dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com 616 vagas para substituição de consultores e terceirizados em situação irregular, além de reforço da força de trabalho de outros nove órgãos.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI), instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004, para revisão dos atos administrativos referentes aos anistiados, de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, foram julgados 661 requerimentos e publicadas portarias de deferimento de retorno de 462 servidores. Ademais, a Comissão Interministerial de Rondônia (CIR) reconheceu os vínculos dos primeiros 33 servidores que serão transpostos do exterritório de Rondônia para a União.

Em 4 de fevereiro de 2013, entrou em funcionamento o Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo. Entre as vantagens do novo regime, pode-se citar o estímulo à poupança de longo prazo, a proteção à renda do servidor e a reversão, ao longo dos anos, do déficit previdenciário. Com as novas regras, o servidor que quiser se aposentar com uma renda adicional ao teto do RGPS deve aderir à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), que já administra dois planos de benefícios previdenciários, para servidores do Executivo e do Legislativo, no âmbito federal. Em 2013, foram aprovados o Estatuto da entidade, os regulamentos dos planos de benefícios e a política de investimentos. Foi também organizado projeto para desenvolvimento de funcionalidades no Siape, onde os servidores poderão realizar adesão à fundação via Internet.

Para disseminar informações sobre o novo Regime de Previdência Complementar, foram proferidas palestras para 57 órgãos, com público estimado de 6.775 pessoas e promovidos, em sete capitais brasileiras, cursos de curta duração para 700 servidores da área de gestão de pessoas. Para 2014, a disseminação de informações será intensificada de forma a resultar na expansão das adesões à Fundação.





Foram instituídas as Diretrizes Gerais para Promoção à Saúde do Servidor e capacitados 600 servidores para a utilização dos Módulos de Promoção à Saúde e de Exames Médicos Periódicos. Ainda no campo da atenção à saúde do servidor, está em processo de consolidação o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (Siass), que hoje conta com 113 unidades implantadas, e beneficia cerca de 429 mil servidores federais, atingindo 72% dos servidores ativos da APF. Para qualificar o trabalho dos profissionais de saúde que atuam nas unidades Siass foram realizadas as seguintes ações principais: capacitação de 100 gestores e técnicos, das regiões Sul e Norte (semipresencial); formação de 200 especialistas, médicos e cirurgiões dentistas, em Perícia Oficial em Saúde, por meio de EAD, com 360 horas; e realização do III Fórum de Perícia Oficial em Saúde da APF, que reuniu cerca de 400 profissionais.

No âmbito da segurança do trabalho, foi publicada a Orientação Normativa sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios X ou substâncias radioativas.

Ainda em 2013, registra-se a publicação do Decreto s/nº, de 7 de outubro, que estabelece a forma de patrocínio da União, suas autarquias e fundações à Autogestão em Saúde (Geap), permitindo à União firmar um convênio único e facilitando o acesso de mais servidores aos planos de saúde administrados pela operadora, se assim o desejarem.

Para melhor atender, orientar e direcionar os órgãos Setoriais e Seccionais do Sistema de Pessoal Civil (Sipec), foi implantada a Central de Atendimento do Sipec – Alô Segep, a qual atendeu mais de 100 mil acionamentos em 2013. Foi também realizada a capacitação de 1,1 mil servidores das áreas de gestão de pessoas em 2013.

No que se refere ao aperfeiçoamento da gestão da folha de pagamento, foram implementadas trilhas de auditoria nas rubricas que representam aproximadamente 80% do total das despesas com pessoal, no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), com vistas a regularizar inconsistências em dados cadastrais e financeiros que compõem a folha de pagamento. Como resultado direto, destaca-se a economia efetiva de mais de R\$ 50 milhões anuais com o processamento das trilhas de auditoria e implantação de restrições sistêmicas. Em relação ao cruzamento mensal de dados entre o Siape e a base de dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social (Sisobi), no ano de 2013, foi obtida economia de R\$ 234,7 milhões. Para o ano de 2014, serão priorizadas ações voltadas à auditoria preventiva da folha de pagamento buscando minimizar a ocorrência de pagamentos indevidos.

Foi implantada, em março de 2013, uma nova sistemática de recadastramento dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis da União. Como principais resultados do recadastramento em 2013, têm-se: 581.981 convocados; 554.448 recadastrados; 10.776 suspensões de pagamento; e 8.160 pagamentos restabelecidos. Em 2013, foi conduzido projeto visando aprimorar e automatizar os processos de trabalho de cadastramento e recadastramento das entidades consignatárias que operam ou que venham a operar no Siape.

Ainda como ações para fortalecer a política nacional de desenvolvimento de pessoal, foram capacitados aproximadamente 40 mil servidores públicos, visando à melhoria da gestão das políticas públicas da APF, sendo 27.402 em cursos a distância e 8.927 em cursos presenciais voltados para o desenvolvimento técnico e gerencial. Foram finalizadas a Especialização em Gestão Pública (8ª edição) e a Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social (2ª edição). Para 2014, serão concluídas as especializações em Gestão Pública (9ª edição), Gestão de Pessoas no Serviço Público (4ª edição) e Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos (1ª edição).

No âmbito do Programa de Cooperação EUROsociAL II, financiado pela Comissão Europeia, foi realizada a oficina de Coordenação de Políticas de Proteção Social. Pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), foram realizados dois



Cafés com Debate; o 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal e a premiação das dez iniciativas vencedoras do 17º Concurso Inovação. Para 2014, está prevista a premiação das experiências selecionadas do 18º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Como expectativa para 2014, acontecerá a publicação dos livros: *Planejamento Estratégico Governamental em ambiente democrático: lições da América Latina*; *Contribuições para a Gestão de Políticas de Direitos Humanos no Brasil*, bem como de livro digital da *Oficina de Coordenação de Políticas de Proteção Social*, do Programa EUROsocial II.

4. Informatização de Serviços Públicos e Informação

O Portal do *Software* Público Brasileiro (SPB) – www.softwarepublico.gov.br – modelo de licenciamento e de gestão das soluções desenvolvidas na administração pública, começou a ser reestruturado em 2013. A abrangência do Portal será ampliada sob a égide de um conceito de Infraestrutura Nacional de Ativos Digitais, que sustentará a construção e evolução de aplicativos de dados abertos. Outra contribuição para remodelação do Portal foi a criação de Grupos de Trabalho para a construção, de forma colaborativa, da evolução, adaptação e melhoria de *softwares* de interesse para uso da administração pública. Com essa ação, que se estenderá pelo ano de 2014, será possível avançar na redução de custos com licenças de *software* e na racionalização da contratação de serviços associados.

Foi reformulado e lançado em setembro de 2013, o Portal Guia de Serviços Públicos do Governo Federal – www.servicos.gov.br –, com melhorias na qualidade das informações sobre os serviços públicos prestados pelos órgãos ou entidades da APE. O ambiente continuará sendo o repositório de informações das cartas de serviços dos órgãos, instituídas pelo Decreto nº 6.932, de 11 agosto de 2009. Para 2014, prevê-se novas funcionalidades no Portal, tais como o compartilhamento autorizado de informações do cidadão com outros órgãos de governo e as informações de georreferenciamento sobre a localização de equipamentos públicos e os serviços prestados. Será ainda disponibilizada uma interface para que os órgãos enviem informações para os cidadãos cadastrados no Portal Guia de Serviços, permitindo ao cidadão o recebimento de informações de seu interesse pessoal ou coletivo.

O Governo Federal continuou a investir no processo de aprimoramento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), destacando-se a publicação da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 274, 1º de agosto de 2013, que dispôs sobre a simplificação do processo de realização dos empenhos necessários à celebração de convênios, contratos de repasse e termos de parceria. Deu-se continuidade ao processo de implantação da Escola a Distância e a capacitação de aproximadamente 3,5 mil usuários. Vêm sendo desenvolvidos trabalhos para promover a integração do Siconv com os sistemas estaduais de execução financeira com o objetivo de otimizar a execução das transferências operacionalizadas pelo sistema. Foram celebrados, em 2013, 8.853 contratos de repasse, convênios e termos de parcerias, totalizando o montante de R\$ 9,1 bilhões.

Com o objetivo de aumentar a interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, foi publicada a 2ª versão do Vocabulário Controlado (VCGE) e a versão da arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade (e-PING), onde estão definidas as premissas, políticas e especificações técnicas que buscam estabelecer as condições de interação do Poder Executivo Federal com os demais poderes e esferas de Governo e com a sociedade em geral. Em 2014, será lançada nova versão da e-PING e estão previstas capacitações sobre os temas SOA (arquitetura orientada a serviços) e interoperabilidade.

A alteração no modelo de negócios da Infovia Brasília proporcionou redução média dos preços dos serviços em 35%, a qual será aplicada aos 90 órgãos contratantes, após a revisão ou término dos contratos vigentes. Destaca-se a alteração dos valores do serviço de Internet corporativa, que tinham uma variação de R\$ 364,50 a R\$ 665,50 por megabit e passaram para R\$ 130 por megabit, e também a isenção total na cobrança do serviço de voz sobre IP da rede.



Para aprimorar a segurança da informação e das comunicações na administração pública, foi editado o Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013, que dispõe sobre as comunicações nos órgãos públicos e sobre a dispensa de licitação nas contratações de órgãos e entidades das administrações públicas para o fornecimento de serviços de comunicação de dados com vistas à preservação da segurança nacional. Grupo de trabalho vem trabalhando para o estabelecimento da abrangência, dos procedimentos e dos prazos para a operacionalização do disposto no referido normativo.

Visando apoiar os gestores de tecnologia da informação, o Governo Federal disponibilizou em 2013 o “kit gestor”, composto por guias normativos e melhores práticas e publicou a versão revisada do *Guia de Comitê de TI* para apoio ao fortalecimento da governança de tecnologia da informação do Governo Federal. Para 2014, está prevista a publicação do *Modelo de Governança de TI* do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) e a nova versão do *Guia de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação* (PDTI) e o desenvolvimento do novo Portal do SISP, com maior facilidade no compartilhamento de informações e documentos.

O Arquivo Nacional realizou, em 2013, 834.581 atendimentos, dos quais 26.060 nas modalidades presencial e a distância e 808.521 por meio dos *sites*. Órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), o Arquivo Nacional tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação e apoiando as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa de seus direitos.

No exercício de 2013, a gestão de documentos federais se deu por meio do atendimento a 150 órgãos e entidades da administração pública federal (APF), totalizando 697 orientações técnicas relativas à elaboração, análise para aprovação e aplicação de códigos de classificação, tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgãos e entidades extintos. No contexto do programa permanente de preservação digital do Arquivo Nacional (AN Digital), concluiu-se o projeto Especificação de Requisitos do Sistema de Preservação Digital.

Com relação ao patrimônio arquivístico nacional, foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão, por meio da preservação de 871 fundos arquivísticos sob a guarda do Arquivo Nacional, destacando-se aqueles relativos à temática de interesse da Comissão Nacional da Verdade.

Cabe destacar a continuidade das ações do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – *Memórias Reveladas* no apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de informações contidas em diversos acervos sob a guarda de instituições parceiras da Rede Memórias Reveladas. Atualmente, seu banco de dados possui 430.941 registros de informações inseridas pelos parceiros do Centro de Referência. Nas salas de consulta foi disponibilizado banco de dados com representantes digitais de documentos do período da ditadura militar sob guarda da instituição. No que se refere à divulgação nas redes sociais, o *Memórias Reveladas*, em sua página criada em janeiro de 2013, alcançou a marca de 4,5 mil seguidores.

Para 2014, serão desenvolvidas as seguintes ações, entre outras: fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da administração pública federal (Siga); tratamento e digitalização de documentos; e reformulação do portal e dos sítios eletrônicos da instituição, garantindo a todos mais acesso à informação.

5. Gestão do Patrimônio da União

A Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU), desde sua instituição em 2003, vem privilegiando ações de apoio às políticas públicas de inclusão social e as relativas à viabilização de investimentos em infraestrutura.



Na execução da PNGPU, destacaram-se ações de caracterização de imóveis para apoio aos programas de regularização fundiária, provisão habitacional, demarcação das áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais em situação de conflito fundiário e projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao longo de 2014, está prevista a identificação de cerca de 1,5 mil km em terrenos de marinha, que deverão ser utilizados em projetos como regularização de portos, construção de hidrelétricas e reserva ecológica.

No âmbito das políticas de Regularização Fundiária e de Provisão Habitacional de Interesse Social, foram destinados cerca de 3,2 milhões de m² para atendimento de aproximadamente 13 mil famílias. Quanto às ações para inclusão socioterritorial da população ribeirinha que vive em áreas da União, foram incluídas 6.661 famílias nos cadastros do Governo Federal, a partir do processo de identificação e da entrega de Termos de Autorização de Uso Sustentável (Taus), garantindo seu direito à moradia nas regiões do Arquipélago do Marajó (PA) e do Sul do Amazonas, territórios prioritários de atuação do Plano de Ação, Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), além de outras áreas nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e São Paulo.

Como forma de regularizar e posteriormente destinar os imóveis pertencentes à União, foram incluídos 25.323 imóveis na base cadastral da União, equivalente a 12.370 km² de área dominial, o que representa um incremento de 12% de imóveis em relação a 2012. Em apoio ao desenvolvimento local, foram destinados a Estados e Municípios 180 imóveis da União, priorizando projetos voltados à educação, à saúde, à assistência social, à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas.

Relativamente aos projetos especiais vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, destaca-se a parceria com o Estado do Rio de Janeiro, com ênfase no projeto denominado Porto Maravilha, e a disponibilização de áreas para complementação das ações de infraestrutura urbana nas demais cidades-sede.

Em apoio ao Programa Casa da Mulher Brasileira, foram destinados oito imóveis da União para a construção de centros nos Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Roraima e Distrito Federal. Nestes centros serão ofertados, de forma intensa, serviços públicos de segurança, saúde, emprego, acolhimento e assistência social.

Com relação ao aumento da carteira imobiliária da União, foram incorporados 1.624 novos imóveis, adquiridos pela União mediante diversas modalidades (recebimento em doação, compra, desapropriação, sucessão etc.). Imóveis oriundos das extintas Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) e Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) foram destinados aos Programas Minha Casa, Minha Vida e Casa da Mulher Brasileira.

Quanto às ações desenvolvidas para fiscalização do uso dos imóveis da União, foi aprimorado o arcabouço normativo de forma a realizar mil vistorias que priorizaram a preservação dos imóveis públicos, evitando irregularidades de obras e aterros em áreas constitucionalmente definidas como de bens de uso comum da população.

A arrecadação de receitas patrimoniais pelo uso de imóveis da União foi de R\$ 977,5 milhões, aumento de 17,6% em relação a 2012. Para melhorias na forma de cobrança pela redução de alíquotas, remissão e parcelamento de dívidas para os ocupantes dos imóveis da União foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.627, de 2013.



6. Cooperação Internacional e Captação de Recursos Externos

Em 2013, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) recomendou a preparação de 35 projetos, no total de US\$ 9,4 bilhões. Desse total, 28 projetos, com o montante de US\$ 8,6 bilhões, têm como mutuários Estados e Municípios. Nos últimos dois anos, tem-se verificado maior diálogo entre os Estados e os organismos internacionais de crédito para obtenção de financiamento do tipo Empréstimo para Desenvolvimento de Políticas Públicas (DPL), cujo desembolso é mais célere por estar vinculado ao alcance de indicadores em setores previamente acordados. Nessa modalidade, a Cofix aprovou 11 operações para Estados, totalizando R\$ 3,65 bilhões. Outra modalidade que tem se mostrado atraente aos entes subnacionais são os empréstimos para reestruturação de dívida, que nos últimos dois anos somaram cerca de US\$ 4,5 bilhões. Isso permitiu que os Estados diminuíssem o montante e alongassem o prazo de pagamento com juros, abrindo espaço orçamentário para outros investimentos necessários para o desenvolvimento.

No âmbito do Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul (Cosiplan), foram definidos os projetos que farão parte do novo Eixo Amazonas ampliado. A questão do financiamento foi tema da Declaração de Chefes de Estado em Paramaribo, restando ao Cosiplan, em coordenação com o Conselho de Economia e Finanças da Unasul, a formulação de mecanismos para financiar os projetos de infraestrutura.

Com relação ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), destaca-se a assinatura do Convênio para o projeto de integração do Saneamento Básico dos Municípios de Aceguá/RS e Aceguá (Uruguai), no valor de US\$ 7,6 milhões, e a contratação de mais três projetos, que somam US\$ 160 milhões e beneficiam Uruguai e Argentina, contribuindo para a convergência estrutural no Mercosul. Além disso, deu-se continuidade à implementação de outros seis projetos brasileiros financiados com recursos do Focem, no valor de cerca de US\$ 40 milhões.

7. Produção e Disseminação de Dados

Embora seja considerável o progresso alcançado em diversas áreas, ainda temos desafios a vencer para tornar realidade os princípios acordados na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994). Para tanto, a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento foi reativada (Decreto nº 8.009, de 15 de maio de 2013), contribuindo para a formulação de políticas e para a implementação de ações integradas relativas à população e ao desenvolvimento. A composição da Comissão, que reúne 14 órgãos do Governo Federal e nove entidades da sociedade civil, reflete a transversalidade dos temas abordados e o engajamento que requerem. Também merece destaque nesse campo a realização, no Uruguai, em agosto de 2013, da primeira Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, que aprovou o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento, com importante contribuição do Brasil.

No intuito de se ampliar o conhecimento da realidade do País, foi realizada a coleta e divulgação dos primeiros resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Em 2014, será dado prosseguimento à implantação do novo sistema de pesquisas domiciliares, com a divulgação regular de resultados básicos sobre o tema trabalho a partir da Pnad Contínua e preparação de novos resultados da pesquisa. Será também implementado o Sistema Contínuo de Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF Contínua), que prevê pesquisas completas a cada cinco anos e simplificadas anualmente, com o início da coleta da POF Completa 2014-2015.

Teve início a divulgação dos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços que, junto aos indicadores da indústria, comércio, agropecuária, preços e mercado de trabalho, complementam o conjunto de informações necessárias ao acompanhamento de curto prazo da economia do País.



Os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic 2012) também foram divulgados, contribuindo para a consolidação e ampliação de um sistema avançado de informações sobre gestão governamental das políticas públicas, que passou a abranger não apenas o nível municipal, contemplado desde 1999 pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), mas também o estadual.

Foi iniciada a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2013), para investigar o acesso ao serviço de saúde, morbidade e tópicos específicos de crianças até dois anos de idade, idosos e exames de caráter preventivo de doenças típicas da população feminina. A divulgação dos primeiros resultados da PNS deve acontecer em 2014 e sua realização está prevista para ser quinzenal. Também serão divulgados, em 2014, os resultados da Pesquisa de Entidades Privadas de Assistência Social (Peas).

Deu-se prosseguimento ao projeto de implantação da *Série de Contas Nacionais – referência 2010*, atendendo às recomendações internacionais do manual das Nações Unidas e à necessidade de incorporação de nova classificação de atividades e produtos, de novas fontes de dados disponibilizadas sobre a economia brasileira, bem como de resultados de pesquisas realizadas, visando ao estabelecimento de marcos estruturais. Os primeiros resultados da série serão divulgados em 2014.

Foi dada continuidade ao planejamento do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA), que aprimora a produção de estatísticas do setor. No contexto da reformulação das estatísticas da agropecuária, o teste piloto da Pesquisa Nacional da Atividade Agropecuária (PNAG) está previsto para 2014. Resultado de sua liderança na produção de estatísticas na área rural, o Brasil foi indicado em 2013 como integrante da Comissão de Estatística das Nações Unidas, para mandato de quatro anos – 2014 a 2017.

A divulgação de resultados do Censo Demográfico 2010 foi concluída com três publicações e vários estudos temáticos. Adicionalmente foram também divulgados o *Atlas do Censo Demográfico 2010* e a *Malha das Áreas de Ponderação: Municípios acima de 190 mil habitantes*. O Brasil tornou-se referência na organização de seus recenseamentos, tendo sido celebrada cooperação técnica e empréstimo de equipamentos de coleta eletrônica de dados em atendimento às solicitações de Angola, Senegal, Haiti, Moçambique, Cabo Verde e Etiópia.

Serão desenvolvidas, em 2014, atividades preparatórias da Contagem Populacional de 2015 e do Censo Agropecuário em 2016, com montagem de mais de seis mil postos de coleta em todos os Municípios, assim como será atualizada a base territorial, composta pelos mapas dos 5.570 Municípios e seus setores censitários, pelo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos e outros cadastros que representam a Divisão Territorial Brasileira.

No campo das geociências, o Brasil expandiu cerca de 15% da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS (RBMC), principal estrutura geodésica de referência no País, que possibilita maior apoio a projetos científicos nacionais e globais, georreferenciamento de imóveis rurais, geração e transmissão de energia, controle de frota viário, aéreo e marítimo, entre outros. Para 2014, pretende-se avançar no planejamento da estrutura de controle maregráfico e de altitudes para apoio a projetos relacionados à adaptação e mitigação dos impactos da elevação global do nível do mar na Zona Costeira brasileira, além de atender às demandas ambientais futuras, especialmente no cenário de mudanças climáticas, bem como na melhoria da precisão de altitudes em todo o País, em especial na região Norte.

Foi divulgada a Base Cartográfica Contínua na escala de 1:250.000 de todo o território nacional, bem como a Base Cartográfica Contínua na escala de 1:100.000 dos Estados de Pernambuco e Tocantins. Destacaram-se, ainda, as seguintes atividades: i) divulgação dos Mapas físicos da Série Regional: Norte, Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste; ii) divulgação do Mapa Político do Brasil na escala de 1:5.000.000; iii) disponibilização dos mapas de 209 Municípios que sofreram alterações em seus



limites territoriais e de cinco novos Municípios instalados em 2013; iv) lançamento das publicações *As Ligações Aéreas 2010*, *Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais*; e v) lançamento dos mapas de *Densidade Demográfica de 2010*, *Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos*, e *Cobertura e Uso da Terra do Brasil, Rio Grande do Sul, Amazonas e Rondônia*.

Para 2014, estão previstas a implementação das seguintes ações: i) disponibilizar a nova versão da Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala de 1:1.000.000, o Mapa Político do Brasil na escala de 1:2.500.000 e as cenas ortoretificadas da Base Cartográfica Contínua do Estado do Piauí na escala de 1:100.000 ; ii) disponibilizar o Mapa da Cobertura e do Uso da Terra do Estado do Mato Grosso e o Mapa de Hidrogeologia da região Sul, com base nos estudos temáticos de geologia, geomorfologia, solos e vegetação; iii) disponibilizar aproximadamente 40 mil espécimes da flora brasileira, via *Web*; iv) lançar a publicação *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável Brasil 2014*; v) concluir a Política Nacional de Geoinformação (PNGeo); e vi) validar e confeccionar bases cartográficas de 286 Municípios e do processamento de imagens para a geração de ortofotos e Modelo Digitais de Elevação, para a elaboração dos Mapas de Suscetibilidade a Risco e Desastres.

Foi dada continuidade às atividades do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), que congrega os gestores de vários órgãos da Administração para disseminação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde), iniciando as discussões sobre a criação da Política Nacional de Geoinformação (PNGeo). Foi oferecido também treinamento para 65 instituições públicas federais, 13 estaduais e quatro municipais. Esses treinamentos capacitaram cerca de 270 servidores. Foram envidados esforços com vistas a ampliar a base de informações publicadas na Inde, utilizando estratégias de adesão que se apoiam em outras iniciativas de Governo. A Inde recebeu, também, o Prêmio *MundoGEO#Connect* neste ano, sendo reconhecida como a Melhor Iniciativa de Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) na América Latina.

Ainda com relação à divulgação de dados, destacam-se: i) unificação das bases de dados existentes sobre justiça e segurança pública (Ipeajus); ii) gestão e aperfeiçoamento do banco de dados Ipeadata; iii) aperfeiçoamento do Sistema de Indicadores de Percepção Social; iv) desenvolvimento do Ipeageo, sistema que permite a qualquer usuário acessar e manipular banco de dados estatísticos; e v) o Ipeamapas que localiza espacialmente os principais dados econômicos e sociais do País.

A publicação *Brasil em Desenvolvimento* possui a territorialidade como tema transversal. Em 2014, prevê-se a edição 2013/2014 do *Brasil em Desenvolvimento* e o relançamento do projeto de *Cátedras Latino-Americanas e Caribenhas* em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que irá criar uma rede de até 32 pesquisadores estrangeiros sobre os assuntos de interesse do Brasil no continente.

8. Regulação de Mercados

a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

Dando continuidade ao processo de fortalecimento institucional das agências reguladoras, foram desenvolvidas as seguintes atividades no âmbito do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg): quinta edição do curso *Regulação – teoria e prática*; fortalecimento da cooperação com o Reino Unido e com a União Europeia; fortalecimento da parceria com a Rede Latino-Americana e do Caribe de Melhoria Regulatória e Competitividade; e, apoio ao VIII Congresso Brasileiro de Regulação. Foram, ainda, concluídos três estudos contratados em 2012: estudo sobre os contratos de gestão firmados pelas agências reguladoras federais; diagnóstico da alocação dos quadros efetivos, comissionados e terceirizados das agências reguladoras federais; e diagnóstico do processo de formulação e análise de políticas públicas em mercados regulados.



A quinta edição do curso *Regulação – teoria e prática* ocorreu em agosto de 2013. O curso foi ministrado por professores da *London School of Economics and Political Science* e da *Hertie School of Governance* de Berlim e contou com a participação de 80 servidores de agências federais, estaduais e municipais, além de servidores de ministérios supervisores, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do Ministério Público da União (MPU).

No âmbito do Programa de intercâmbio e cooperação com o governo britânico, foram realizadas três atividades. A primeira foi a contratação de especialista para realizar a análise de viabilidade da implantação do registro eletrônico em saúde, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O impacto regulatório foi avaliado por meio da metodologia de análise custo-benefício. O resultado desse trabalho foi apresentado no II Seminário Internacional sobre Registro Eletrônico em Saúde na Saúde Suplementar – em março de 2013. A segunda atividade foi a avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel por meio da utilização da Análise Multicritério, que também contou com a colaboração de especialistas internacionais.

Também foi realizado em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro o evento *Building Bridges: Regulatory Business in Brazil*, em parceria com a Amcham-Brasil, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional de Saúde, e teve como público-alvo o setor empresarial.

A cooperação com a União Europeia vem sendo operacionalizada por intermédio do Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais. Entre as atividades realizadas, destacam-se: i) seminário sobre Avaliação de Impacto; ii) *workshop* sobre avaliação de impacto; iii) visita técnica à Direção de Regulação Inteligente e Programa de Trabalho da União Europeia; e iv) contratação de perito local e externo para realizar estudo sobre avaliação de impacto e sobre elaboração legislativa.

O processo de fortalecimento da Rede Latino-Americana e do Caribe de Melhora Regulatória e Competitividade (Latin-Reg) vem se baseando no intercâmbio de boas práticas regulatórias. Em março de 2013, foi realizada a II Reunião da Latin-Reg, que teve o objetivo de fortalecer o entendimento a respeito da Rede e do intercâmbio de boas práticas em regulação entre os países participantes: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Peru. Procurou-se somar esforços para compartilhar experiências voltadas para a melhoria da qualidade regulatória e da competitividade na América Latina e Caribe e apresentar iniciativas e os avanços obtidos na reforma regulatória e na melhoria da qualidade da regulação nos países que fazem parte da Latin-Reg.

Em 2014 será dado prosseguimento aos esforços com vistas a estimular a reforma e a melhoria da governança regulatória na administração pública brasileira e apoiar sua disseminação nos demais níveis de governo (estadual, distrital e municipal); consolidar e expandir a utilização de ferramentas de aprimoramento da qualidade regulatória nas instituições reguladoras brasileiras; e atuar para fortalecer a agenda internacional voltada para o aperfeiçoamento da regulação e da competitividade na América Latina e Caribe.

b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

A estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente exigem permanente monitoramento e supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o aperfeiçoamento da regulação prudencial. Destacam-se as seguintes ações em 2013:

- Adoção de um novo modelo de supervisão do SFN, caracterizado por um robusto, complexo e intrusivo processo de captura de dados e informações junto ao universo fiscalizável e a outras fontes externas, produzindo constantes informações em duas vertentes: macroprudencial, subsidiando a tomada de decisões para assegurar a estabilidade do



sistema, e microprudencial, visando garantir a solvência e a liquidez de cada entidade supervisionada. O novo modelo é ainda marcado pela segregação de equipes especializadas em supervisão prudencial e em supervisão de conduta, alinhado ao modelo internacionalmente denominado *Twin Peaks*, que tem como objetivo resguardar a autonomia de ambas as áreas e propiciar uma atuação efetiva da supervisão;

- Incorporação de novas análises que permitiram uma melhor identificação, mensuração e monitoramento de riscos decorrentes das exposições de operações ativas, passivas e de instrumentos financeiros derivativos;
- Aprimoramento da regulamentação da oferta e divulgação de pacotes de serviços relacionados à conta de depósitos, proporcionando melhores condições para o cliente comparar as ofertas das diversas instituições financeiras. As instituições financeiras devem ainda, previamente à contratação de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, entregar ao cliente a planilha de cálculo do custo efetivo total da operação e incorporar tal demonstrativo, de forma destacada, aos respectivos contratos, permitindo a identificação e avaliação, pelo cliente, dos custos incorridos na operação;
- Revisão dos limites de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. O limite máximo do valor de avaliação de imóveis para financiamento passou de R\$ 500 mil – valor fixado em março de 2009 – para R\$ 650 mil, podendo chegar a R\$ 750 mil para imóveis localizados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. Igualmente, o valor máximo de financiamento, anteriormente fixado em R\$ 450 mil passou a ser representado em termos percentuais, não podendo ser superior a 80% do valor de avaliação do imóvel, podendo chegar a 90%, se adotado o Sistema de Amortização Constante para pagamento da operação;
- Estabelecimento de princípios e objetivos a serem observados pelos arranjos e instituições de pagamento, ou seja, os mecanismos de pagamento de varejo, as regras e as instituições que permitem ao cidadão realizar pagamentos sem intermediação de uma instituição financeira; e
- Aprimoramentos na estrutura de capital, segundo as recomendações e o cronograma de implantação de Basileia III, referentes à definição do capital, ao requerimento de capital e à divulgação de informações.

c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Do ponto de vista institucional, foram definidos os direcionadores estratégicos que nortearão a atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ao longo dos próximos anos na gestão das atividades de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários. Os 15 objetivos que devem ser alcançados até o ano de 2023 estão detalhados no Planejamento Estratégico disponível em www.cvm.gov.br.

Em 2013, deu-se continuidade ao planejamento das atividades de supervisão segundo o modelo baseado em risco, com priorização de mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas e representam potencialmente dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações preventivas de supervisão realizadas ao longo de 2013 foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bial 2013-2014.

A respeito das atividades de regulação do mercado, merece destaque o aperfeiçoamento da regulamentação dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC); a possibilidade de constituição de fundos de investimento de índices de mercado baseados em índices de renda fixa; e a regulamentação do dever de verificação da adequação de um produto, serviços ou operação ao perfil do cliente.



Com relação às atividades de proteção e orientação aos investidores, destaque para o livro *Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro*. A obra traz informações sobre a estrutura e o funcionamento do mercado de valores mobiliários em linguagem didática e está disponível ao público de forma gratuita no Portal do Investidor – www.portaldoinvestidor.gov.br – e no site institucional da CVM. Outra obra lançada pela CVM em 2013, foi o 5º Boletim de Proteção do Consumidor/Investidor, intitulado *O Acionista e o Direito à Informação*, com o objetivo de apresentar ao cidadão orientações gerais sobre as informações que as companhias abertas devem divulgar ao mercado e à sociedade.

Ainda no âmbito da proteção do investidor, a Instrução CVM nº 529, de 1º de novembro de 2012, tornou obrigatório o estabelecimento de serviços de ouvidoria pelas instituições participantes do mercado de valores mobiliários. A CVM realiza o monitoramento da qualidade dos serviços prestados pelas ouvidorias.

No que tange à atuação internacional, em 2013, foram iniciadas as atividades do Comitê 8 da Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco). O Comitê tem por tema central a educação de investidores e é coliderado pela CVM.

Quanto à aderência aos princípios globais definidos pela Iosco, as práticas de regulação do mercado de valores mobiliários são avaliadas a cada cinco anos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Na mais recente avaliação, realizada em 2012, num total de 37 princípios, a CVM teve 31 considerados como total ou amplamente implantados.

Por fim, a Comissão Europeia considerou a regulação da CVM que trata dos auditores independentes no Brasil em linha com as regras vigentes na União Europeia (UE). Esta equivalência permite que países-membros atenuem a aplicação de certas provisões de registro e supervisão de auditores brasileiros que emitam parecer relativo a demonstrações financeiras preparadas por entidades sediadas fora da UE e cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação em mercados regulados em um país-membro.

d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro

Os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta são operados por 119 sociedades seguradoras, 112 resseguradores, 18 sociedades de capitalização, 24 entidades abertas de previdência complementar e mais de 82 mil corretores de seguros.

Entre janeiro e novembro de 2013, esses mercados contabilizaram R\$ 165,4 bilhões em receitas, alcançando 3,8% do PIB, sem considerar os recursos captados pelos planos de saúde e pela Previdência Complementar Fechada. Nesse período, as reservas técnicas totais constituídas somaram, aproximadamente, R\$ 472,6 bilhões.

O mercado de resseguros, até novembro de 2013, atingiu a cifra de R\$ 6,5 bilhões em prêmios, o que representa crescimento de 30% em relação ao mesmo período de 2012, demonstrando a continuidade do intenso processo de expansão do setor. Observa-se, também, a ampliação das aceitações, pelas companhias resseguradoras locais, em negócios do exterior, e a transformação do IRB Brasil Resseguros S.A., fundado em 1939, em empresa privada, a partir de 1º de outubro de 2013.

No âmbito da regulação de produtos e de conduta de mercado, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) estabeleceu, em 2013, dois focos de atuação: a proteção e o esclarecimento do consumidor e o incentivo à provisão pelo setor segurador de produtos adequados às novas demandas, nas quais se incluem as de origem governamental.



Nesse contexto, merecem destaque o conjunto de normas que regula o seguro de garantia estendida e os demais ramos de seguro comercializados por meio das redes varejistas, denominados seguros massificados, e a normatização da distribuição, cessão, subscrição e publicidade na comercialização de títulos de capitalização.

A melhoria do atendimento às reclamações dos consumidores também foi objeto de normativo, com o estabelecimento da obrigatoriedade da instituição de ouvidorias por todas as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

Alinhados com os programas de inclusão financeira do Governo Federal, foram editados normativos que permitiram a oferta de produtos de microsseguro, destinados à população de baixa renda e para microempreendedores.

Com o objetivo de ampliar as formas de oferta de produtos, foi disciplinada a utilização de meios remotos nas operações de seguro e previdência complementar aberta. Essa medida, conjugada com a consolidação do Registro Eletrônico de Produtos (REP), permitirá que o consumidor adquira produtos de seguro e previdência de forma remota de maneira segura e que tenha acesso às condições gerais dos produtos contratados.

Também foram revistas as regras para operação do seguro de riscos de petróleo e do seguro garantia, com o objetivo de adequar os produtos ao ambiente de negócios atual.

Na área de eficiência da supervisão, entre as ações realizadas em 2013, destaca-se a busca pela adequação dos procedimentos e normas aos padrões internacionais de supervisão, inclusive em relação à supervisão de grupos e cooperação nacional e internacional. Além disso, foram estabelecidas novas regras prudenciais, tanto em relação ao requerimento de capital quanto à liquidez exigida das instituições supervisionadas.

Foram desenvolvidos estudos para a implantação de um sistema eletrônico de emissão de apólices e endossos e de registro de movimentações de sinistros, que permitirá o aperfeiçoamento do monitoramento e dos controles da Susep e possibilitará o compartilhamento de informações mais precisas com outras entidades dos Governos Federal, estadual e municipal.

Foi concluída a implantação dos procedimentos para expedição de documentos para as empresas supervisionadas por meio do *site* da Susep na Internet e estabelecidos critérios e requisitos para a designação, atuação e remuneração dos profissionais nomeados pela Susep para condução das liquidações de empresas supervisionadas.

e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

Agente promotor da advocacia da concorrência, o Ministério da Fazenda emitiu mais de 300 pareceres sobre regras regulatórias, atuou por meio das manifestações nas audiências públicas propostas pelas agências reguladoras, e realizou análises sobre possíveis efeitos anticoncorrências de normativos instituídos por entes públicos de esferas subnacionais, bem como de minutas de edital de licitação e de contrato de permissão de serviços públicos, com recomendações de aperfeiçoamento.

No âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) regido pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, foram realizadas, em 2013, diversas ações que também contribuíram para o fortalecimento da política de defesa da concorrência do País.



Em sua atuação repressiva, foram julgados, 38 processos administrativos de apuração de condutas anticompetitivas. Houve condenação em 22 processos e as multas aplicadas somam cerca de R\$ 493,9 milhões, 440% a mais do que o valor de multas impostas em 2012. Além disso, foram assinados 53 Termos de Cessação de Condutas, acordos firmados com acusados por suposta infração à ordem econômica determinando o fim da prática investigada e de seus efeitos lesivos à concorrência. Tendo como prioridade o combate a cartéis, foram realizadas ainda duas operações de busca e apreensão em 29 locais distribuídos em seis Estados.

Quanto a sua atuação preventiva, o Conselho analisou 454 Atos de Concentração (ACs) como operações de fusão e aquisição de empresas – número sensivelmente menor do que a média histórica, graças aos novos critérios de notificação que elevaram os limites de faturamento das empresas que são obrigadas a submeter operações à análise do Cade. Tal alteração tem permitido concentrar esforços em casos complexos e de maior impacto econômico.

Em relação à atuação educativa, diversas ações para difusão da cultura da concorrência foram promovidas, dentre elas a reativação do Programa de Intercâmbio do Cade (PinCade), voltado para estudantes de graduação e pós-graduação, a fim de estimular discussões e estudos acadêmicos sobre o tema. Encerrando o calendário comemorativo pelo seu cinquentenário, o projeto Cade 50 Anos foi concluído com o lançamento de livro sobre a história da instituição e a evolução da política de defesa concorrencial no Brasil disponível em www.cade.gov.br.

Para 2014, têm-se como prioridade continuar o fortalecimento da política de combate a condutas anticompetitivas e difusão da cultura da concorrência. São projetos prioritários para o exercício: a criação da Escola Nacional de Defesa da Concorrência (Endec); o Projeto Cade sem Papel, que visa implementar o sistema de notificação e tramitação eletrônica de processos administrativos; e a estruturação do Laboratório de Inteligência do Cade, para aprimorar o combate a cartéis.

f) Defesa do Consumidor

Destaca-se em 2013 a instituição do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março 2013, fundamentado nos eixos: prevenção e redução de conflitos, regulação e fiscalização, e fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

No âmbito do Plandec, foi lançado o Programa de Fortalecimento do SNDC, com vistas à ampliação do atendimento aos consumidores em todo o País e o acordo de Cooperação Nacional pela Proteção ao Consumidor e Acesso à Justiça entre o Poder Executivo e órgãos do sistema de Justiça.

Foi discutida a elaboração e implementação do Decreto de Produtos Essenciais, a regulamentação do comércio eletrônico, e enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.196, de 2013, que fortalece os Procons e torna ainda mais efetivo o atendimento aos consumidores no Brasil. Também ocorreram reuniões técnicas nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, para implementação de ações de proteção ao consumidor no âmbito do turismo.

O Observatório Nacional das Relações de Consumo consolidou-se como importante eixo de discussões em torno dos problemas enfrentados por consumidores de serviços regulados, com destaque para a instituição de metodologia específica para construção de uma Proposta de Análise de Impacto Regulatório sob a perspectiva dos direitos do consumidor, e a inclusão de mecanismos de controle social do consumidor nos contratos de concessão, permissão, autorização, dentre outras modalidades.



A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) capacitou, ao longo do ano de 2013, um total de 3.050 técnicos e agentes de defesa do consumidor, bem como cidadãos. O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) ampliou sua base de dados e atualmente consolida mais de dez milhões de atendimentos a consumidores de Procons de 26 unidades da Federação, integrando 333 cidades.

A atuação fiscalizatória voltou-se ao reforço do direito básico do consumidor à informação e proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, com a autuação de 14 grandes empresas que violaram dispositivos do Código de Defesa do Consumidor por falhas de informações na comercialização de seus produtos e serviços, culminando na aplicação de multas que ultrapassaram R\$ 15 milhões.

Já no âmbito internacional, destaca-se a inclusão da proposta brasileira de Convenção sobre Cooperação em Respeito da Proteção dos Consumidores Turistas e Visitantes Estrangeiros na Conferência de Direito Internacional Privado da Haia (CHDIPr).

Por fim, cumpre salientar o lançamento da campanha *Você sabe o valor do seu dinheiro*, primeira iniciativa nacional de conscientização das pessoas sobre os direitos e deveres de cada um na hora de adquirir produtos e serviços.

Para 2014, está prevista a ampliação do atendimento aos consumidores brasileiros, por meio do Programa de Fortalecimento do SNDC e da implantação do ProconWeb, que ampliará os canais de comunicação e atendimento entre os consumidores e os órgãos públicos e entidades de defesa do consumidor; a implantação do Sistema de Informações de Acidentes de Consumo (Siac); a implantação de Câmaras Técnicas de Consumo e Turismo nos Estados que sediarão grandes eventos esportivos entre os anos de 2014 e 2016; e a intensificação dos cursos presenciais e à distância da ENDC, por meio da oferta de 4,5 mil vagas em cursos de formação, oficinas temáticas e cursos voltados para órgãos reguladores.

9. Política Fiscal

a) Arrecadação Tributária Federal

Em 2013 a arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu, no período de janeiro a novembro de 2013, o montante de R\$ 984,01 bilhões, o que representa uma variação real acumulada de 3,94% quando comparada com o valor alcançado em 2012, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

- Adesão aos parcelamentos de débitos em conformidade com a Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, que resultou em recolhimentos, em novembro de 2013, de um montante de R\$ 20,36 bilhões;
- Redução nos valores recolhidos a título de ajuste anual do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), nas empresas que recolhem o tributo por estimativa do Lucro Real;
- Recolhimentos extraordinários, no mês de maio, de R\$ 4 bilhões, relativos à Imposto de Renda – Pessoa Jurídica (IRPJ)/CSLL e ao Programa de Integração Social (PIS)/ Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- Desonerações tributárias, em especial da folha de pagamentos e do PIS/Cofins;
- Crescimento de 1,09% na produção industrial, no período de dezembro de 2012 a outubro de 2013;
- Aumento nominal de 11,62% na massa salarial de dezembro de 2012 a outubro de 2013 em relação a igual período anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE);



- Crescimento de 3,58% no volume de vendas de bens e serviços, no período de dezembro de 2012 a outubro de 2013; e
- Crescimento, no período de fevereiro a novembro de 2013, dos valores recolhidos do IRPJ/CSLL, pagos na modalidade estimativa mensal, pelos contribuintes que apuram o Lucro na modalidade Lucro Real.

As medidas de desoneração tributárias estabelecidas em 2013 de maior relevância foram as seguintes: substituição da contribuição previdenciária patronal incidente sobre folha por contribuição incidente sobre faturamento; redução das alíquotas de PIS/Cofins, para os produtos da cesta básica; e tributação exclusiva na fonte dos valores recebidos pelas pessoas físicas, decorrente das participações de Lucros e Resultados.

b) Resultado Fiscal

Em 2013, o Governo Federal obteve resultado primário que superou os R\$ 73 bilhões assumidos como compromisso para o ano. Não obstante as desonerações tributárias concedidas para estimular os investimentos privados, em meados de 2013 o Governo Federal avaliou ser possível ampliar o seu esforço fiscal em R\$ 10 bilhões de forma a contrabalançar a expectativa de um resultado primário mais modesto dos entes subnacionais que estavam realizando investimentos em maior intensidade.

A ampliação do esforço fiscal em termos de superávit primário visou sinalizar para a sociedade o compromisso deste Governo com a solidez fiscal. Como consequência, experimentamos mais um ano de queda da dívida líquida do setor público, que em novembro alcançou 33,9% do Produto Interno Bruto (PIB), confirmando trajetória descendente desde 2002.

Além da avaliação positiva estrita dos indicadores fiscais, as medidas adotadas pelo Governo em 2013, como as desonerações tributárias, ainda que tenham se refletido em redução de receitas federais no curto prazo, contribuíram para aumentar a competitividade das empresas brasileiras e para estimular os investimentos privados.

No mesmo caminho, os leilões de aeroportos, rodovias, energia e da exploração de petróleo no campo de Libra, além de possibilitarem a geração de receitas para o Governo ao longo do tempo, as quais poderão ser investidas em áreas como educação e saúde, refletem claramente a confiança do setor privado nas perspectivas de retorno e de crescimento do País.

Para 2014, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, estabelece a meta de superávit primário do Governo Federal em R\$ 116,1 bilhões, equivalente a 2,15% do PIB projetado, sendo que para o setor público consolidado não financeiro o superávit primário buscado poderá alcançar R\$ 167,4 bilhões (3,10% do PIB). Tais valores são consistentes com a continuidade da trajetória de queda da dívida líquida do setor público não financeiro como proporção do PIB, e confirmam o compromisso do Governo com a estabilidade macroeconômica e o crescimento sustentado.

c) Administração da Dívida Pública

O gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF) tem como objetivo suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos de forma a não apenas viabilizar o financiamento público, mas também estimular a alocação de poupança em condições favoráveis para assegurar o crescimento do investimento de longo prazo no País.

Em 2013, os indicadores da DPF no Plano Anual de Financiamento, o qual informa ao mercado as diretrizes da estratégia



de financiamento do Tesouro Nacional para o ano, demonstram continuidade no processo de melhoria do perfil da dívida soberana. Destaca-se a continuidade do processo de aumento na participação dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços, que já respondem, em conjunto, por mais de 70% da composição total da DPF. Essa melhoria na composição reduz a exposição da dívida pública brasileira a eventuais oscilações na taxa de juros de curto prazo e concorre para a melhoria nas condições de refinanciamento. No mesmo sentido, a estrutura de vencimentos da dívida também apresentou avanços, com o indicador de prazo médio superando o patamar de quatro anos. Esses progressos refletem a gradual, contínua e consistente melhora do perfil da dívida pública brasileira.

Merecem destaque as duas emissões externas realizadas no ano, ambas de títulos referenciados em dólares para o prazo de dez anos. A primeira, ocorrida em maio, correspondeu à reabertura do título Global 2023, no valor de US\$ 800 milhões. O papel proporcionou uma taxa de retorno 2,75% a.a. ao investidor, valor apenas 0,98 pontos percentuais acima do título do Tesouro americano com vencimento em fevereiro de 2023, menor diferença da história para esse tipo de emissão. A segunda colocação, ocorrida em outubro, fez parte de uma operação de gerenciamento de passivo externo, que também retirou do mercado alguns papéis mais antigos. Contando com forte demanda dos investidores internacionais, o título emitido, Global 2025, pagou uma taxa de retorno de 4,305% a.a e atingiu um volume de US\$ 3,25 bilhões.

Em 2014, o Governo dará continuidade ao processo de interlocução com os diversos segmentos representativos do mercado financeiro, dentre outras iniciativas, com vistas a ampliar e diversificar a base de investidores, conservar a transparência de suas atuações e assegurar a adequada oferta de títulos públicos. A atuação do Tesouro Nacional será no sentido de aperfeiçoar ainda mais o perfil de endividamento do Governo federal, em linha com os resultados obtidos em anos anteriores.

d) Apoio aos Estados e Municípios

Os níveis de transferências a Estados e Municípios continuam crescentes em razão da elevação da arrecadação, que até o mês de dezembro de 2013 teve um crescimento nominal de 7,88% para o Imposto sobre a Renda (IR) e de 5,71% para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quando comparados a 2012. Em razão disso, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) apresentaram elevação de 7,55% no exercício. Para o período de janeiro a dezembro, o FPM alcançou o montante de R\$ 58,8 bilhões em 2013, enquanto que em 2012 foram repassados R\$ 54,7 bilhões. O FPE teve o montante de repasses da ordem de R\$ 53,3 bilhões em 2013, enquanto no ano anterior foram transferidos R\$ 49,5 bilhões.

O Fundo IPI-Exportação alcançou em 2013 o montante de R\$ 3,57 bilhões, o que, comparado ao valor de R\$ 3,39 bilhões verificado em 2012, aponta crescimento anual de 5,31%. Essa elevação ocorreu mesmo considerando a manutenção do período da redução de IPI concedida pelo Governo para estimular a geração de empregos e o crescimento econômico.

Vale ressaltar o repasse de R\$ 1,5 bilhão aos Municípios como auxílio financeiro com o objetivo de incentivar a melhoria da qualidade dos serviços públicos, com critérios de distribuição iguais aos do FPM. Outra parcela equivalente deverá ser repassada no início de 2014, conforme o art. 7º da Lei 12.859, de 10 de setembro de 2013.

Para 2014, a expectativa é que continue a haver crescimento nas transferências aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal.

Finalmente, registra-se que, ao longo de 2013, com base no acompanhamento dos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados com o Governo Federal, possibilitou-se a realização de operações de crédito, permitindo a contratação de financiamentos para viabilizar investimentos, mantendo a solidez da posição fiscal de tais entes. Esses investimentos englobam ações importantes





inseridas no PAC, como aquelas relacionadas à melhoria da mobilidade urbana, bem como obras necessárias para a realização dos eventos esportivos como a Copa do Mundo FIFA 2014.

e) Dívida Ativa da União

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2013, até o mês de novembro, o estoque da Dívida Ativa da União (DAU), administrado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), atingiu o montante de R\$ 1,27 trilhão, sendo R\$ 275 bilhões de créditos de natureza previdenciária e R\$ 995 bilhões de créditos de natureza tributária não previdenciária e natureza não tributária. Em montante total, a DAU teve um incremento, em 2013, de 9,81%.

Quanto à arrecadação, em dados consolidados até novembro de 2013, os ingressos atingiram R\$ 22,1 bilhões, o que significa um incremento de 76,42% frente ao mesmo período do ano anterior. Vale destacar que, do montante registrado, R\$ 1,76 bilhão são provenientes de depósitos judiciais. A arrecadação regular por meio de pagamentos diretos e parcelamentos ordinários de créditos previdenciários, tributários e não tributários atingiu R\$ 6,6 bilhões, um incremento de 17,70 % em relação a 2012.

Em atendimento ao Programa de Aprimoramento dos Procedimentos de Cobrança e Recuperação da Dívida Ativa, o Ministério da Fazenda implantou o projeto de protesto extrajudicial das certidões de dívida ativa, que encaminha certidões da dívida ativa aos tabelionatos de forma totalmente eletrônica. Foram protestadas, até dezembro de 2013, 45.610 certidões de dívida ativa, tendo sido recuperado o montante de R\$ 35,6 milhões, o que representa um percentual de 15,86% de recuperação sobre o total protestado, em termos de valor.

Entre as ações para o aprimoramento dos parcelamentos da DAU, foi desenvolvido o sistema *Parcweb*, que administra os parcelamentos ordinários e simplificados de créditos previdenciários inscritos em dívida ativa da União. Foi implantado, também, o Sistema de Parcelamento (Sispar), para controle e administração dos parcelamentos de inscrições não previdenciárias. O Sispar constitui um sistema de parcelamento parametrizado, que permite a rápida inclusão de novas modalidades de parcelamento que venham a ser criadas pela legislação ordinária, otimizando, assim, recursos e esforços.

Sob o enfoque do desempenho da atuação exclusiva em face dos grandes devedores, conforme dados obtidos até o mês de novembro de 2013, os números representativos do estoque de créditos inscritos em dívida ativa da União, apenas no que diz respeito aos créditos de natureza tributária não previdenciária e de natureza não tributária, eram de R\$ 692 bilhões, que correspondem a 70% do total do estoque de créditos cobrados pela PGFN.

Com relação à recuperação dos créditos, em 2012, a cobrança dos grandes devedores alcançou o valor de R\$ 725,9 milhões, ao passo que, até o mês de novembro de 2013, a recuperação de créditos de natureza tributária não previdenciária e natureza não tributária já atingiu o importe de, aproximadamente, R\$ 959 milhões.

No que tange ao volume de garantias da satisfação dos créditos cobrados em face dos grandes devedores, também se denota o incremento dos números entre os anos de 2012 e 2013, isso porque, em dezembro de 2012, o valor de R\$ 33,2 bilhões estava suspenso em função da existência de alguma modalidade de garantia do crédito inscrito em dívida ativa da União. No que concerne ao mês de novembro de 2013, o volume de garantias atinente aos créditos cobrados em face dos grandes devedores de natureza tributária não previdenciária e natureza não tributária correspondeu à quantia de R\$ 37,9 bilhões. Ressalte-se que os presentes números não consideram as inscrições em dívida ativa da União que estão suspensas em virtude da adesão a algum parcelamento ou de determinação judicial.





Ainda sob o enfoque do Programa de estratégias diferenciadas de cobrança em face dos grandes devedores, foi editada, em 2013, a versão revisada no *Manual de procedimentos para a localização de bens e devedores*, na busca contínua de conferir maior eficiência na atuação em face dos grandes devedores no âmbito da PGFN.

f) Programa Nacional de Educação Fiscal

O objetivo da educação fiscal é conscientizar a sociedade a respeito da importância social dos tributos e da correta aplicação dos recursos públicos. Em 2013, foram capacitados 15 mil disseminadores de educação fiscal nas unidades da Federação, totalizando mais de 135 mil disseminadores formados desde 2002, ano de implantação do Programa. No referido exercício, foi implantado o curso Formação em Finanças Públicas e Educação Fiscal, voltado para as prefeituras. Em São Paulo, primeiro Estado a realizar o curso, houve participação de 52 prefeituras. Os Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Tocantins, Pará e Goiás estão inscritos para também receberem o curso no primeiro semestre de 2014.

10. Prevenção e Combate à Corrupção

a) Ações de Prevenção da Corrupção

No ano de 2013, foram publicadas duas importantes leis para prevenir e combater a corrupção no Brasil. A primeira delas foi a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, conhecida como Lei de Conflito de Interesses, que define as situações que configuram esse tipo de conflito durante e após o exercício de cargo ou emprego no Poder Executivo Federal. Em vigor desde 1º de julho de 2013, a referida Lei estabelece formas de o agente público prevenir a ocorrência do conflito, prescrevendo a devida punição àquele que se encontrar em alguma dessas situações. Visando permitir a sua imediata implantação, foi editada a Portaria Interministerial MP/CGU nº 333, de 19 de setembro de 2013, que regulamentou a consulta sobre a existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada. O Sistema Eletrônico de Conflito de Interesses (SeCI), em desenvolvimento, permitirá, a partir de 2014, a gestão dessas consultas, além da regulamentação de outros aspectos da Lei, como o recebimento de presentes de quem tenha interesse em decisão do agente público.

A outra medida consiste na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Em vigor a partir de 28 de janeiro de 2014, representa importante ferramenta no combate a atos lesivos praticados em benefício ou interesse de empresas, ao prever a imposição de fortes penalidades, como multa que pode alcançar o valor de 20% do faturamento bruto e a dissolução compulsória da empresa infratora. Essa Lei também tem papel relevante na promoção da ética e da integridade no setor privado, ao considerar, no momento de aplicação das sanções, a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia. Para aprofundar tais avanços no marco legal brasileiro, foram desenvolvidos esforços para a regulamentação da Lei e a capacitação de órgãos e instituições responsáveis pela investigação e persecução de atos de corrupção e suborno transnacional, incluindo a troca de experiências com outros países, como os Estados Unidos e Reino Unido.

Como instrumento de promoção da integridade no setor privado, ressalta-se o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética). Em 2013, foram realizadas duas rodadas de avaliação do Cadastro. Das nove instituições avaliadas, três foram admitidas no Pró-Ética, composto atualmente por mais de 15 empresas, organizações de grande porte tanto do setor público quanto do privado, cuja lista se encontra disponível em www.cgu.gov.br.

No plano internacional, o Brasil passa pela terceira fase de avaliação da implementação da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Controladoria-Geral da União (CGU) responde pela coordenação da participação



brasileira nessa avaliação, mediante a aplicação de questionários e o acompanhamento de visita *in loco* por avaliadores externos. A visita tem como fim coletar informações junto a atores relevantes para complementar as informações do questionário acerca da implementação da citada Convenção. O processo de avaliação termina com a apresentação do relatório final do Brasil perante os países -membros da Convenção, em junho de 2014.

Em 2013, durante a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, o Brasil finalizou o processo de avaliação de Trinidad e Tobago, da qual participou como integrante do subgrupo de análise da Comissão de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento (Mesicic). Em 2014, integrará o subgrupo de análise do Suriname, procedendo à avaliação do questionário e à visita *in loco*, com o Paraguai.

Ainda no âmbito internacional, o Governo participou da I Reunião Especializada de Ministros e Altas Autoridades de Prevenção e Luta contra a Corrupção da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), contribuindo na elaboração da declaração de Santa Cruz de la Sierra, a ser ratificada pelas partes, na qual estão previstas medidas importantes, a exemplo do desenvolvimento de princípios comuns que impeçam o ingresso nos seus territórios de agentes públicos e particulares sancionados ou processados por corrupção. Na região Latino-americana e Caribenha, colaborou ainda com El Salvador na criação de portais de transparência, e com a Colômbia, na criação de cadastros de empresas descomprometidas com as questões e preceitos éticos.

Por fim, o Brasil se fez representar na 5ª sessão dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Uncac), realizada em novembro de 2013 na Cidade do Panamá, e se prepara para finalizar a sua avaliação no marco do mecanismo para a revisão da implementação da referida convenção. Ainda no plano global da Convenção da Uncac, esteve presente em cooperação com o governo da Tunísia a fim de compartilhar as experiências brasileiras em relação à transparência de gastos e combate ao conflito de interesses, e em evento do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) para exposição do Cadastro Pró-Ética como ferramenta de estímulo à integridade no setor privado.

b) Controle Interno

Visando fomentar a melhoria contínua da gestão e da prestação dos serviços públicos, a estratégia de atuação do controle interno em 2013 foi implementada sob quatro linhas de atuação: i) avaliação da execução de programas de Governo; ii) avaliação da gestão dos administradores; iii) ações investigativas; e iv) orientação preventiva aos gestores públicos. No total, foram realizadas mais de sete mil auditorias e fiscalizações em órgãos federais, estaduais, municipais e entidades sem fins lucrativos que receberam recursos públicos federais.

Por meio da atividade de Avaliação da Execução de Programas de Governo, foram realizadas, aproximadamente, cinco mil verificações *in loco* sobre aplicação dos recursos públicos federais, que resultaram na avaliação de 52 políticas públicas e na publicação de 17 relatórios de avaliação, disponíveis no *site* da CGU. Em 2013, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, o qual se encontra na 38ª edição, com 2.084 fiscalizações em Municípios envolvendo recursos federais de cerca de R\$ 20 bilhões.

Embora muitos dos benefícios decorrentes das atividades de controle interno não possam ser quantificados, foi possível contabilizar, em 2013, benefícios financeiros da ordem de R\$ 2,1 bilhões. Dentre os benefícios resultantes das recomendações expedidas, destacam-se: i) redução, pelo Ministério da Fazenda, no valor das tarifas pagas às instituições financeiras para prestação de serviços de arrecadação de receitas federais; ii) revogação de edital do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) para construção e operação de postos de pesagem veicular; iii) suspensão de pagamentos referentes ao



Programa Saúde da Família devido à identificação de irregularidades; iv) introdução de mecanismos de transparência por meio da Portaria MCidades nº 262, de 7 de junho de 2013, que estabelece regras e procedimentos para propostas selecionadas no PAC Grandes Cidades que pretendam utilizar parceira público-privada; e v) publicação de instrução normativa contendo parâmetros mais objetivos para definição dos valores das multas decorrentes de infrações ambientais.

No âmbito da avaliação da gestão dos administradores públicos, que envolve atividades relacionadas à comprovação da legalidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, foram realizadas auditorias anuais de contas em 532 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e em torno de 1,7 mil auditorias ou fiscalizações com foco na avaliação dos controles internos administrativos, na análise preventiva de editais, no acompanhamento das determinações e recomendações dos controles externo e interno e na regularidade das transferências voluntárias e das licitações.

Ainda na linha de Avaliação da Gestão dos Administradores, o controle interno acompanhou 62 operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional, por meio da realização de 169 auditorias; realizou auditoria em mais de 2 mil processos de tomadas de contas especiais, em sua grande maioria certificada e encaminhada ao Tribunal e Contas da União (TCU) para julgamento, com potencial de retorno aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 2,5 bilhões; e efetuou a análise de 98 mil atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal. No âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), as ações investigativas consistem em trabalhos especiais, dotadas de processos, procedimentos e instrumentais específicos, os quais propiciam condições para o desenvolvimento de trabalhos com enfoque no combate à corrupção, sendo executadas em três frentes distintas de trabalho: auditorias especiais, operações especiais e demandas externas.

Seguindo a linha das ações investigativas, destacam-se: i) realização de auditoria especial no Ministério das Comunicações; ii) auditoria nos processos de credenciamento de empresas de vistoria e inspeção veicular no âmbito do Departamento Nacional de Trânsito; iii) auditoria especial em 25 termos de parceria firmados pelo Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Pronasci; e iv) investigação de mais de 600 denúncias e representações, nas quais foram fiscalizados mais de 240 Municípios.

Ainda em 2013, a partir de parceria estabelecida com diversos órgãos e entidades públicas, foram realizadas 16 operações especiais de investigação que contaram com a participação da CGU.

Por meio de procedimentos de orientação e capacitação fortaleceu-se o controle preventivo, com valorização das iniciativas de interação com os gestores públicos federais de forma a promover a melhoria da gestão de recursos públicos. Na linha de orientação preventiva aos gestores públicos, foram distribuídos manuais e cartilhas sobre diferentes temas, e capacitados mais de 11 mil servidores públicos federais.

c) Ações de Correição

Em 2013, o Governo Federal aprimorou os mecanismos institucionais de forma a aprofundar as relações de apoio e orientação aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Correição. Com o Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013, a Corregedoria-Geral da União (CRG) foi contemplada com a criação de duas coordenações-gerais: a de Monitoramento de Processos Disciplinares e a de Responsabilização de Entes Privados. Essa última atua na responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.



No tocante à responsabilização administrativa de pessoas jurídicas, com o objetivo de punir os entes que cometem fraudes de grande repercussão em procedimentos licitatórios, estão sendo analisadas proposições de declaração de inidoneidade de mais de 20 empresas. Ainda em relação à responsabilização, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas (Ceis), disponível em www.portaldatransparencia.gov.br, registrou o total de 5.584 penalidades a empresas.

Como medida de maior celeridade processual e fomento ao uso da videoconferência no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, foi determinada pela Instrução Normativa CGU/CRG n° 5, de 19 de julho de 2013, a redução de dez para três dias úteis o prazo para intimação da pessoa a ser ouvida em audiências pelo sistema de videoconferência.

Em 2013, a responsabilização administrativa de agentes públicos do regime estatutário foi consolidada por meio da aplicação de 529 apenações expulsivas, traduzidas em 429 demissões, 51 cassações de aposentadoria e 49 destituições de cargo em comissão, em todo o Poder Executivo Federal. No âmbito da CGU, foram instaurados 46 procedimentos administrativos disciplinares. Nesse mesmo período, foram realizadas 32 inspeções correcionais e instaurados 330 processos de acompanhamento de procedimentos disciplinares.

O fortalecimento do sistema de correição em 2013 ocorreu pela criação de novas unidades seccionais de corregedorias, dentre elas as corregedorias seccionais dos Ministérios da Fazenda e da Saúde e da Casa da Moeda do Brasil.

d) Ouvidoria

Para a melhoria da interlocução entre o Estado e a sociedade, ao longo de 2013, foi executada a Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco), cujo objetivo é a capacitação e formação em ouvidoria. Foram oferecidos cursos na modalidade a distância, com a disponibilização de dois módulos, totalizando 240 horas-aula. Ao longo do ano, foram realizadas mais de 300 inscrições no Profoco. Em 2014 será disponibilizado o terceiro módulo na modalidade presencial.

Entre outras competências, pela sua atuação na orientação dos órgãos do Poder Executivo Federal, alcançou-se o número de 280 ouvidorias nos diversos órgãos e entidades federais.

Foi realizada, em 2013, consulta pública sobre a norma disciplinadora do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas, em parceria com o Ministério da Justiça. Com o tema *Rumo ao Sistema Participativo* e com o objetivo de disseminar o trabalho das Ouvidorias Públicas, em especial para Estados e Municípios, o projeto Caravanas das Ouvidorias resultou na realização, em 2013, de cinco encontros regionais com a participação de diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

Durante 2013, a Ouvidoria-Geral da União (OGU) recebeu, mediante documentos eletrônicos e atendimentos presenciais, 11.505 demandas provenientes de pessoas naturais e jurídicas, sendo 9.676 (84,1%) classificadas como denúncias, notadamente relacionadas às áreas de saúde, educação e assistência social, e 1.829 (15,9%) como manifestações de ouvidoria, englobando reclamações, elogios e sugestões. Adicionalmente, o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) da CGU recebeu e deu tratamento a 1.388 pedidos de acesso à informação, os quais foram respondidos no prazo médio de 16 dias.

Com a vigência da Lei de Acesso à Informação, a CGU tornou-se competente para analisar e julgar recursos em face de negativa de acesso à informação pelos órgãos e entidades da administração pública federal (APF). Do total de 1.223 recursos direcionados para a CGU em 2013, 390 tiveram solução favorável ao solicitante da informação, sendo dado provimento a 173 recursos e os demais 217 recursos atendidos antes do julgamento, em razão da reconsideração do órgão recorrido. De outro modo, 833 recursos tiveram solução desfavorável ao solicitante, sendo que 216 recursos não ultrapassaram o juízo de admissibilidade (recurso não



conhecido), por não atenderem aos pressupostos recursais básicos, e 617 foram julgados e desprovidos, mantendo-se a decisão do órgão recorrido porque suas razões de negativa de acesso estavam respaldadas pela Lei.

A Ouvidoria do Servidor ampliou em 36% a rede de ouvidores da APE, crescendo para 87 unidades operacionais no Executivo Federal. Foram recepcionadas no Portal da Ouvidoria do Servidor 5.226 mensagens e, desse total, 85% foram concluídas, com resolubilidade das demandas. Foram realizadas capacitações de novos operadores e concluídos estudos para a modernização, minimização de custos e racionalização do desenvolvimento do Sistema de Ouvidoria (SISOuvidor), criado para tratamento e armazenamento das demandas dos servidores.

Em 2014, pretende-se ampliar a rede de Ouvidoria do Servidor, ofertar capacitação aos órgãos que venham fazer parte da rede de Ouvidorias, modernizar o SISOuvidor e atuar na consolidação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas, que visa fortalecer o conjunto de ouvidorias públicas.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

Em 2013, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) produziu mais de dois mil relatórios de inteligência financeira, os quais relacionaram aproximadamente 50 mil pessoas físicas ou jurídicas, e consolidaram perto de 100 mil comunicações de operações financeiras. Os relatórios foram elaborados com base em cerca de 8,5 milhões de comunicações de operações financeiras reunidas em banco de dados. Desse total, mais de 1,2 milhão foram novas comunicações recebidas em 2013, provenientes dos setores econômicos obrigados a comunicar, nos termos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

A atuação do Coaf, com o Ministério Público e autoridades policiais, possibilitou, em 2013, o bloqueio judicial de R\$ 927 milhões, relacionados a investigações sobre lavagem de dinheiro. Para 2014, um dos desafios será produzir inteligência financeira de modo ainda mais eficiente e eficaz, sob a égide do novo marco regulatório, a Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012.

Na vertente de fiscalização dos segmentos econômicos regulados pelo Coaf, foram abertas 26 Averiguações Preliminares (AP) para verificação de conformidade das obrigações de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Nesse mesmo período, foram concluídas 27 AP abertas em anos anteriores, das quais nove resultaram em Processo Administrativo Punitivo. A atuação do órgão resultou na aplicação de multas pecuniárias que totalizaram R\$ 624 mil. Um dos desafios em 2014 será qualificar o cadastro de pessoas obrigadas reguladas pelo Coaf, da ordem de 130 mil pessoas físicas e jurídicas, e assim permitir a adoção de ações sistêmicas, pré-fiscalizatórias, junto a esses segmentos.

Na esfera internacional, o Coaf empenhou-se na defesa do segundo e terceiro relatórios de seguimento do Brasil no processo de avaliação mútua conduzido pelo Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), principal organismo internacional antilavagem de dinheiro, que congrega atualmente 34 países-membros, entre os quais o Brasil. Nesse contexto, o Coaf apresentou, perante o Gafi, a relação de ações realizadas e os avanços alcançados pelo País na correção de deficiências identificadas no sistema brasileiro de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Ao longo de 2014 serão desenvolvidas ações que promovam, de forma coordenada com outros órgãos governamentais, a discussão de propostas normativas que tratam da tipificação criminal do financiamento do terrorismo.

No âmbito do Ministério da Justiça destaca-se o trabalho realizado de coordenação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Como resultado de uma das ações realizadas em 2013, o Brasil deu início à implantação do Projeto de Bens Apreendidos e Confiscados na América Latina (Bidal), em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA), com objetivo de propor a criação de órgão encarregado da administração dos bens apreendidos



em processos penais. Também foi intensificada a implantação de laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro e a corrupção, passando de 16 para 29 unidades, com o investimento de R\$ 24,5 milhões. No mesmo ano foram analisados 531 casos e identificados cerca de R\$ 1,2 bilhão em ativos com indícios de ilicitude.

Ainda em 2013, mais de 1,7 mil agentes públicos foram capacitados no âmbito dos cursos do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD) e do Programa Nacional de Difusão de Cooperação Jurídica Internacional (Grotius Brasil) do Ministério da Justiça.

Para o exercício de 2014, as prioridades em matéria de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro são o aprimoramento da ENCCLA; a articulação com os órgãos parceiros, intensificando o corte do fluxo financeiro das organizações criminosas; a expansão da Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab), passando de 29 para 43; a intensificação do processo de capacitação de agentes públicos para os temas combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e difusão da cooperação jurídica internacional.

11. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que tem por função precípua representar, judicial e extrajudicialmente, a União e suas autarquias e fundações, o que abrange os três Poderes e o Ministério Público da União, bem assim a competência de prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

No ano de 2013, a atuação da AGU elevou significativamente o percentual de decisões favoráveis à União, de 38% em 2012 para 47% em 2013, não computada nesta estatística matéria tributária, adiante detalhada. Apenas nas decisões julgadas totalmente improcedentes, com trânsito em julgado, evitaram-se condenações da União no valor de R\$ 7 bilhões. Por sua vez, a atuação contenciosa na defesa das autarquias e fundações permitiu uma economia estimada em mais de R\$ 49,6 bilhões, com um percentual de êxito superior a 46% na atuação em tribunais superiores, computando-se somente as vitórias integrais, excluídas as vitórias parciais.

Dentre as principais ações da AGU realizadas em 2013, relativas à defesa judicial da União no Supremo Tribunal Federal (STF), destacam-se:

- ADI nº 2.588, em que foram acolhidos parcialmente os argumentos apresentados pela União, para conferir interpretação conforme a Constituição no sentido de que o art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, que dispôs sobre a determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não se aplica às empresas coligadas localizadas em países sem tributação favorecida, mas se aplica às empresas controladas localizadas nos “paraísos fiscais”, assim definidos em lei;
- ADI nº 2.198, em que foi reconhecida a constitucionalidade da Lei Federal nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, que autoriza o Tribunal de Contas da União (TCU) a criar o sítio eletrônico Contas Públicas para a divulgação de dados tributários e financeiros dos Entes federados;
- RE nº 578.543 e RE nº 597.368, nos quais foram reconhecidos que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU/Pnud) detém, a seu favor, imunidade de jurisdição e imunidade de execução, conferidas por meio de tratados internacionais devidamente incorporados ao ordenamento pátrio, por meio dos quais se compromete o Estado Brasileiro a não exercer sua jurisdição, salvo se aquela Entidade a esta renunciar;



- MS nº 32.070, em que houve indeferimento de pedido liminar em mandado de segurança impetrado visando a impedir a discussão e votação ou a anular a deliberação legislativa do Projeto de Lei de Conversão nº 09/2013 (MP dos Portos);
- MS-MC nº 32.033, em que o STF cassou liminar concedida para impedir a tramitação da proposição legislativa do Projeto de Lei nº 4.470/2012 que tratava da migração partidária e transferência de recursos partidários;
- MS-MC nº 32.224, no qual foi indeferido pedido liminar contra a edição da Medida Provisória nº 621/2013, que trata do Programa Mais Médicos;
- SL nº 722 e outras, nos quais foi acolhido pedido de suspensão de decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que determinou a paralisação do licenciamento ambiental e das obras de execução do empreendimento hidroelétrico UHE Teles Pires;
- MS nº 29.039, em que foi reconsiderada medida liminar, resultando na aplicação do teto remuneratório dos servidores públicos aos interinos dos cartórios;
- MS nº 29.034, MS nº 29.075, MS nº 29.083 e outros, nos quais foram indeferidas ou cassadas liminares, reafirmando a legalidade do ato do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que estabelece que o requisito constitucional do concurso público é inafastável nas hipóteses de delegação de serventia extrajudicial, a partir de 5 de outubro de 1988;
- RE nº 587.371, em que foi acolhida tese de que não há direito dos magistrados ao recebimento de quintos (incorporação de vantagens anteriormente adquiridas em outros cargos);
- RE nº 626.489, que teve como resultado a manutenção do prazo máximo de dez anos para revisão dos benefícios previdenciários a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
- RE nº 582.525, que reafirmou a inclusão do valor equivalente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) na base de cálculo da CSLL e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- RE nº 611.586, tributação dos lucros das empresas coligadas no exterior; aplicação do art. 74, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001; decisão totalmente favorável ao Fisco;
- RE 541.090, tributação dos lucros das empresas controladas no exterior; art. 74, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001; decisão parcialmente favorável ao Fisco;
- RE nº 550.769, em que considerou constitucional dispositivo que vincula a concessão de registro especial para a fabricação e comercialização de cigarros à regularidade da situação fiscal da empresa;
- RE nº 628.122, em que se afastou a imunidade tributária pretendida por editoras e gráficas relativa ao Fundo de Investimento Social (Finsocial);
- RE nº 635.682, no qual foi declarada a constitucionalidade da contribuição para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e
- RE nº 627.543, em que foi declarada a constitucionalidade da exigência de regularidade fiscal para a adesão ao Simples Nacional.

A Advocacia-Geral da União (AGU) atuou em outras instâncias do Poder Judiciário, de forma a viabilizar as políticas públicas relacionadas às ações governamentais, em especial o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Mais





Médicos e em programas das áreas sociais, saúde, educação, energia, petróleo e infraestrutura (portos, aeroportos, usinas hidroelétricas, rodovias etc.), dentre as quais se destacam as seguintes ações:

- Viabilização do leilão do campo de petróleo de Libra, impugnado por 27 ações distintas, sendo que em nenhuma delas foi proferida decisão liminar contrária;
- Suspensão de mais de 200 decisões liminares que determinaram ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que concedesse a todos os candidatos vista das provas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- Garantia da contratação das obras do Porto de Manaus para a Copa do Mundo FIFA 2014;
- Comprovação da legalidade do registro provisório para atuação de médicos estrangeiros no País;
- Confirmação dos requisitos exigidos pelas universidades federais para análise da revalidação de diploma obtido no exterior;
- Atuação durante a greve dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a garantia dos descontos dos dias parados e do atendimento de percentual mínimo de funcionamento;
- Ajuizamento de mais de uma centena de ações de desapropriação referentes à Ferrovia Transnordestina nos Estados do Ceará e do Piauí;
- Acompanhamento e garantia da realização do leilão de energia A-5, no qual foram vendidos mais de 165 milhões de Megawatt-hora (MWh), com receita de R\$ 20,6 bilhões;
- Garantia da realização da 11ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a qual obteve recorde em arrecadação de bônus de assinatura, da ordem de R\$ 2,8 bilhões, evitando a concessão de liminares em uma ação civil pública e em duas ações populares, todas ajuizadas às vésperas do leilão;
- Confirmação, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de que nas desapropriações para fins de reforma agrária devem ser excluídos da indenização os pagamentos referente às pastagens formadas em área de reserva legal;
- Acompanhamento e defesa de processos de demarcação de terras indígenas;
- Afastamento, no STJ, da condenação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ao pagamento de dano moral, estabelecendo-se que não há o dever de indenização para a negativa de autorização para desmatamento;
- Garantia da regularidade e da legalidade do procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação do Território Quilombola de Mesquita, situado na Cidade Ocidental, Estado de Goiás, e a permanência de 40 famílias quilombolas na cidade de Eldorado/SP, na área denominada Sítio do Pai Romão;
- Retomada do Porto de Imbituba (SP) e obtenção de determinação judicial para bloqueio de bens da ordem de R\$ 91,8 milhões, para saldar as dívidas deixadas pela empresa concessionária;
- Decisão favorável no recurso especial de empresa do setor sucroalcooleiro que pleiteava indenização em virtude da fixação dos preços dos produtos do setor sucroalcooleiro pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O julgamento como representativo da controvérsia foi válido para mais de 290 ações que cobram valores superiores a R\$ 107 bilhões;





- Julgamento favorável à União na Turma Nacional de Unificação de Juizados Especiais Federais, no objeto Auxílio Alimentação – Servidores Públicos, que envolvem aproximadamente 30 mil processos, evitando um impacto financeiro de quase R\$ 100 milhões;
- Confirmação da decisão judicial que negou pedido de indenização de quase R\$ 70 bilhões por empresa de engenharia, por supostos prejuízos sofridos em contrato com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf);
- Ajuizamento de 800 ações de desapropriação para a ampliação do Aeroporto de Viracopos, em conjunto com a Infraero;
- Obtenção de liminar que proibiu paralisação do tráfego nas rodovias federais por caminhoneiros, além da condenação de multa ao Movimento União Brasil Caminhoneiro (MUBC); e
- Confirmação da legalidade do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em matéria tributária, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), várias ações foram julgadas favoráveis à União, destacando-se as seguintes:

- Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) na saída de produtos importados do estabelecimento importador;
- Incidência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) nos depósitos judiciais voluntários;
- Possibilidade de aplicação da pena de perdimento a veículos alienados fiduciariamente em razão do transporte de mercadorias internadas irregularmente;
- Limitação dos insumos passíveis de creditamento na sistemática não cumulativa do Programas de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- Utilização do preço de venda ao consumidor final como a base de cálculo do PIS e da Cofins devidos pelas concessionárias de veículos;
- Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os honorários médicos pagos a cooperados; e
- Necessidade de registro imobiliário da área de reserva legal para fins de isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

A cultura da conciliação se consolida na Advocacia-Geral da União (AGU) como instrumento de pacificação social e redução de litígios entre instituições do Estado e entre este e a sociedade. Nesse sentido, a redução da litigiosidade tem sido o princípio para a celebração de acordos, conciliação e edição de súmulas administrativas em casos de jurisprudência iterativa. As desistências e as abstenções de recursos judiciais, em 2013, no âmbito no STJ, provocaram a extinção de 4.391 processos, com incremento de 116% da redução de litígios em relação ao ano de 2012.

Também foram contabilizados 3.257 acordos em processos judiciais relativos a gratificações de desempenho de servidores públicos, objeto de Súmulas e Instruções Normativas da AGU. Houve, ainda, a celebração de acordos indenizatórios com famílias atingidas pela transposição do rio São Francisco.



Na esfera trabalhista, a AGU tem atuado como assistente de empresas públicas na negociação e formalização de acordos, sendo que no exercício de 2013 houve economia de mais de R\$ 1 bilhão. No âmbito das autarquias e fundações, houve economia de mais de R\$ 317,9 milhões na celebração de 104.452 acordos judiciais, com a desistência de 810 recursos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de matérias pacificadas. Também foi disciplinado procedimento de conciliação prévia à propositura das execuções fiscais de créditos das autarquias e fundações, com o objetivo de diminuir o número de propositura de execuções fiscais.

A AGU exerce atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, suas autarquias e fundações públicas. No ano de 2013, foram emitidas cerca de 305.787 manifestações jurídicas relevantes, dentre as quais se destacam:

- A possibilidade do exercício de Ministro de Estado cumulativamente com o cargo de Vice-Governador de Estado;
- O delineamento do conceito de aeronave hostil na legislação nacional para a adoção de medidas de abate e destruição;
- Afixação do entendimento de que o atendimento hospitalar decorrente de violência sexual, previsto na Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, deve abranger toda vítima de atividade sexual não consentida, incluindo-se os vulneráveis;
- Impossibilidade de registro de produtos agrotóxicos equivalentes com toxicidade maior do que a daqueles previamente registrados para o mesmo fim;
- Possibilidade de transferência de recursos privados recebidos por fundação de apoio a Instituições Federais de ensino superior, sem caracterização de receita pública; e
- Constitucionalidade da sanção de caráter perpétuo, de que trata o parágrafo 7º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para fins de exclusão do Programa de Reforma Agrária.

Outras medidas foram adotadas pela AGU, dentre as quais:

- Criação do Grupo de Auxílio Jurídico (GAJ) das Olimpíadas responsável por uniformizar as teses e procedimentos jurídicos na esfera federal;
- Instituição de Câmaras Permanentes para uniformizar e harmonizar entendimento de autarquias e fundações públicas federais, a respeito de licitações, contratos administrativos, convênios e instrumentos congêneres;
- Assessoramento jurídico ao Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa 2014);
- Assessoramento na elaboração normativa de decretos, projetos de lei e medidas provisórias, bem como nas fases de sanção e veto;
- Elaboração da Cartilha Eleitoral da Eleição de 2014 *Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições*;
- Acompanhamento, análise e propositura de alterações de projetos de leis no Congresso Nacional, dentre os quais, o novo Código de Processo Civil; e
- Representação extrajudicial junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na atividade de cobrança e recuperação dos créditos públicos, destacam-se as seguintes medidas:

- Inscrição de 46.184 créditos e ajuizamento de 30.487 execuções fiscais, totalizando R\$ 1,96 bilhão;



- Arrecadação de R\$ 3 bilhões em contribuições sociais cobradas na Justiça do Trabalho;
- Inscrição em dívida ativa e execução de acórdãos do TCU, totalizando 175 ações e expectativa de ressarcimento de R\$ 90,8 milhões;
- Ajuizamento de 519 ações regressivas acidentárias, representando o montante de R\$ 26 milhões, e arrecadação em 2013 de R\$ 2,7 milhões;
- Ajuizamento de 347 ações no Dia Nacional de Combate ao Acidente de Trabalho, cobrando R\$ 98,1 milhões;
- Concessão de 6.187 parcelamentos, cujos valores dos débitos representam R\$ 87,7 milhões;
- Ajuizamento ou ingresso de autarquias e fundações públicas federais na qualidade de litisconsorte em 155 ações de improbidade administrativa, com expectativa de ressarcimento de R\$ 189 milhões;
- Ajuizamento de 987 ações de ressarcimento aos cofres das autarquias e fundações públicas federais, com potencial de recuperação de R\$ 52,1 milhões;
- Encaminhamento de 20.325 créditos para protesto, com pagamento de R\$ 10,1 milhões; e
- Unificação das modalidades de parcelamento extrajudicial e judicial de créditos das autarquias e fundações públicas federais.

Já na atividade de combate à corrupção, defesa do patrimônio público e recuperação de créditos e ativos, no âmbito da União, suas autarquias e fundações, destacaram-se as seguintes medidas:

- A Advocacia-Geral da União (AGU), na defesa da União, capitaneou a propositura de 2.109 ações judiciais, equivalentes a R\$ 1,05 bilhão, destacando-se 1.215 ações de execução de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e 82 ações de improbidade administrativa, além de registrar-se a participação da União, como assistente do polo ativo, em 477 ações, equivalentes a R\$ 34,3 bilhões;
- Na defesa das autarquias e fundações, no Dia Internacional de Combate à Corrupção, foram ajuizadas simultaneamente, por unidades de todo o País, 87 ações (execuções fiscais de Acórdãos do TCU, ações de improbidade administrativa e ações de ressarcimento ao erário), com expectativa de recuperação aos cofres públicos do montante de R\$ 82 milhões;
- Registra-se o valor de R\$ 182,16 milhões em bloqueios e R\$ 50,47 milhões em penhoras obtidos no ano de 2013;
- Realização de 477 acordos para pagamento de créditos da União, em processos administrativos prévios ou em ações judiciais, com previsão de arrecadação no valor de R\$ 40,56 milhões, no caso de cumprimento destes acordos;
- O acompanhamento e a regularidade do cumprimento do acordo da União com o Grupo Ok, já ingressados R\$ 136,00 milhões aos cofres públicos, cerca de 29,05 % do valor total do acordo; a arrecadação de R\$ 154,41 milhões na conta única do tesouro em decorrências da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e AGU, de acordo com registros do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi);
- Restituição aos cofres públicos, mediante atuação do Departamento Internacional da PGU, de US\$ 4,9 milhões depositados em contas bancárias suíças em nome do ex-juiz Nicolau e sua esposa (caso do Tribunal Regional do Trabalho – TRT de São Paulo); e





- Realização de 477 acordos para pagamento de créditos da União, em processos administrativos prévios ou em ações judiciais, com previsão de arrecadação no valor de R\$ 40,56 milhões, no caso de cumprimento destes acordos.

As atividades inerentes à competência da AGU são desenvolvidas por um quadro funcional de cerca de dez mil servidores, sendo dois mil do quadro administrativo e oito mil nas carreiras de procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores do Banco Central do Brasil, advogados da União e assistentes jurídicos. Dentre as medidas inerentes à gestão de pessoas e de capacitação profissional, destacam-se:

- Discussão no Congresso Nacional de projeto de lei complementar que altera a Lei Orgânica da Advocacia-Geral;
- Realização de 508 eventos de capacitação para 8.070 servidores;
- Abertura do concurso público para ingresso na carreira de Procurador Federal;
- Realização do Programa de Aperfeiçoamento em Direito do Comércio Internacional mediante curso de Solução de Controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC), com participação de docentes da Universidade da Suíça; e
- Implementação de projetos decorrentes de novos acordos celebrados com instituições nacionais e internacionais, dentre elas as Universidades de Lisboa e Salamanca.

No tocante à gestão estratégica, destaca-se o início da implantação do Sistema Sapiens de Inteligência Jurídica, que permite o armazenamento, compartilhamento, recuperação e trâmite eletrônico de todos os documentos e processos administrativos, judiciais e extrajudiciais no âmbito da AGU.

Em 2014 será implementado plano de ação para acompanhamento de ações relevantes, com articulação institucional nos processos judiciais estratégicos e na atuação em projetos relacionados à infraestrutura, concessões de serviços públicos, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, e implementação de projeto de nova metodologia para as correições.

No âmbito da representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações, há planejamento para atuação diferenciada na cobrança dos maiores devedores dos acórdãos do TCU, com o desenvolvimento de sistemas de cobrança mais estratégicos, mediante módulo para protesto de certidões de dívida ativa, eletronicamente integrado às centrais de recebimento dos tabelionatos, bem como a conclusão do Sistema de Dívida Ativa, o Sisdat.



ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS
ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO)**



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Nossa missão:

**Fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade,
para uma atuação responsável e socialmente efetiva.**

(Composição: Biênio 2011/2013)

PRESIDENTE

Roberto Monteiro Gurgel Santos

CONSELHEIROS

Adilson Gurgel de Castro

Alessandro Tramuja Assad

Almino Afonso Fernandes

Claudia Maria de Freitas Chagas

Fabiano Augusto Martins da Silveira

Jarbas Soares Júnior

José Lázaro Alfredo Guimarães

Luiz Moreira Gomes Júnior

Maria Ester Henriques Tavares

Mario Luiz Bonsaglia

Taís Schilling Ferraz

Tito Souza do Amaral

CORREGEDOR-NACIONAL:

Jeferson Luiz Pereira Coelho

SECRETÁRIO GERAL:

José Adércio Leite Sampaio

SECRETÁRIA GERAL ADJUNTA:

Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre

(Composição: Biênio 2013/2015)

PRESIDENTE

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

CONSELHEIROS

Alexandre Berzosa Saliba

Antônio Pereira Duarte

Cláudio Henrique Portela do Rego

Esdras Dantas de Souza

Jarbas Soares Júnior

Jeferson Luiz Pereira Coelho

Leonardo de Farias Duarte

Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Luiz Moreira Gomes Júnior

Marcelo Ferra de Carvalho

Walter de Agra Júnior

CORREGEDOR-NACIONAL:

Alessandro Tramuja Assad

SECRETÁRIO GERAL:

Blal Yassine Dalloul

SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO:

Wilson Rocha de Almeida Neto

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

Com o objetivo de fortalecer e aprimorar o Ministério Público (MP) brasileiro para uma atuação responsável e socialmente efetiva, ao CNMP compete zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e pela observância dos princípios que regem a administração pública, cabendo-lhe, também, o exercício do controle da atuação administrativa e financeira de todos os ramos do Ministério Público da União (MPU) e dos Estados (MPE) e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

O CNMP é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Além de representantes do Ministério Público da União e dos Estados, o Conselho conta, em sua composição, com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo.

A estrutura do CNMP está organizada de modo a permitir o efetivo cumprimento da sua missão, qual seja, a fiscalização e orientação do exercício administrativo e financeiro do Ministério Público no Brasil e a promoção de sua integração e desenvolvimento.

A CF/88, em seu art. 130-A, § 2º, inciso V, dispõe que compete ao CNMP a elaboração de relatório anual, propondo providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho. Ainda de acordo com a Carta Política, tal relatório deve integrar a mensagem de governo que compete ao Presidente da República, nos termos do art. 84, inciso XI, remeter ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

O presente relatório apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2013 – que, na linha do quanto definido em seu Planejamento Estratégico Institucional (2010-2015), terão desdobramentos nos exercícios subsequentes –, e aborda tanto as atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público quanto aquelas relacionadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Por meio dos dados e informações disponibilizados neste relatório, é possível que o cidadão acompanhe e fiscalize a atuação do Conselho, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, sempre respeitando a autonomia da instituição, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência da administração pública.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

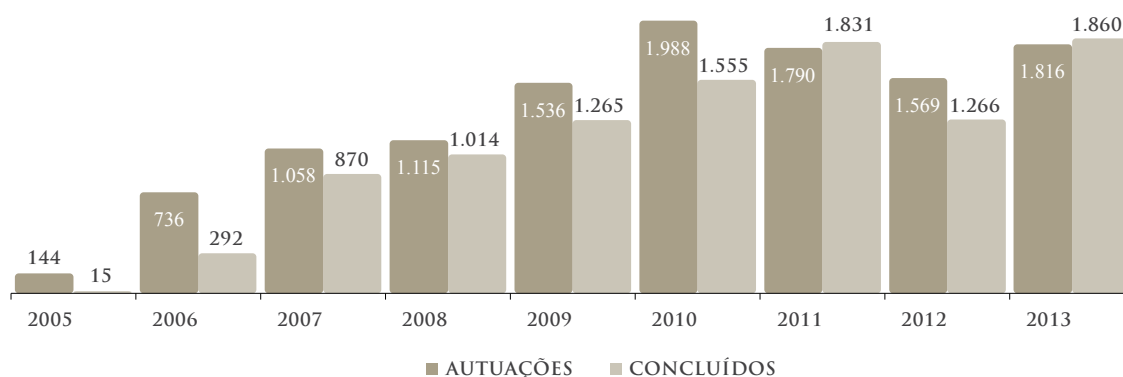
1. Movimentação Processual – Visão Geral

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é um colegiado que analisa e julga processos relativos à atuação funcional e administrativa do Ministério Público (MP) brasileiro.

Para melhor entendimento das análises que serão apresentadas neste relatório, destaca-se que são considerados processos concluídos aqueles que foram julgados, monocraticamente ou em Sessão Plenária, e que já estejam transitados em julgado, ou seja, são todos os processos atualmente classificados como “Arquivado”. Por conseguinte, são considerados “processos em andamento” todos aqueles que não transitaram em julgado.

No gráfico 1, observa-se, desde a instalação do Conselho até 2010, uma tendência de crescimento no volume de processos autuados e concluídos ano a ano. Em 2011, constata-se, pela primeira vez, uma queda no número de autuações. Naquele ano, também pela primeira vez, o número de processos concluídos foi superior ao de autuações, permitindo uma redução no estoque de processos em andamento. Em 2013, o número de processos autuados e concluídos voltou a crescer, atingindo níveis próximos aos dos anos com maiores volumes de autuações e conclusões, 2010 e 2011, respectivamente. O volume de processos concluídos em 2013 apresenta significativo crescimento em relação ao ano de 2012, e alguns fatores podem justificar esse aumento: i) a renovação na composição do CNMP, pela qual nove novos Conselheiros ingressaram em 2013 e que gerou o esforço de conclusão dos processos distribuídos aos Conselheiros em fim de mandato; ii) novo Corregedor Nacional eleito; iii) novo Presidente escolhido; e iv) a utilização do sistema Sessão Eletrônica, que permitiu a automação no julgamento dos processos e aumento da produtividade. Ademais, considerando que o volume de processos concluídos foi maior que o volume de processos autuados em 2013, assim como em 2011, houve uma diminuição do passivo processual (processos em andamento).

Gráfico 1 – Evolução anual dos processos autuados e concluídos no CNMP, 2005-2013

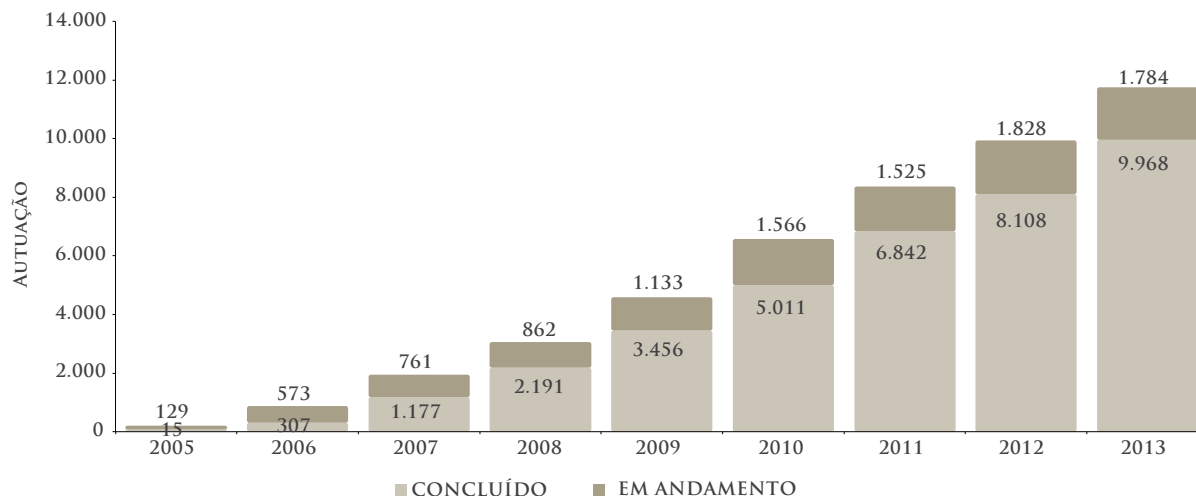


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: até 31 de dezembro de 2013.

O gráfico 2 mostra o volume acumulado de processos autuados, concluídos e em andamento desde a criação do CNMP.

Gráfico 2 – Evolução acumulada dos processos autuados, concluídos e em andamento no CNMP, 2005-2013

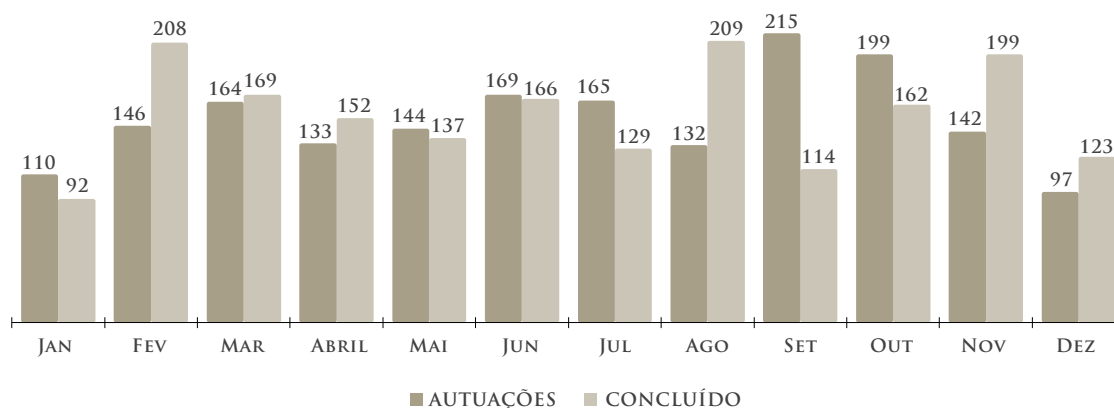


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: até 31 de dezembro de 2013.

No gráfico 3, para facilitar uma melhor visão da dinâmica dos processos no Conselho no período, apresenta-se o volume de processos autuados e concluídos mês a mês em 2013. Observa-se que o pico de processos autuados foi registrado no mês de setembro (215), seguido do mês de outubro (199). Já em relação aos processos concluídos, os picos foram registrados em fevereiro, agosto e novembro.

Gráfico 3 – Evolução mensal das autuações e dos processos concluídos no CNMP, 2013



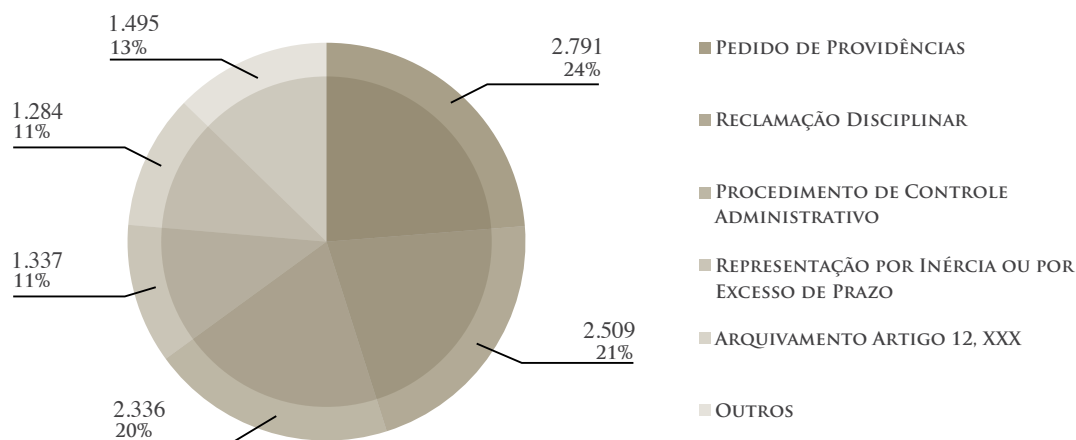
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).

Data de corte: até 31 de dezembro de 2013.



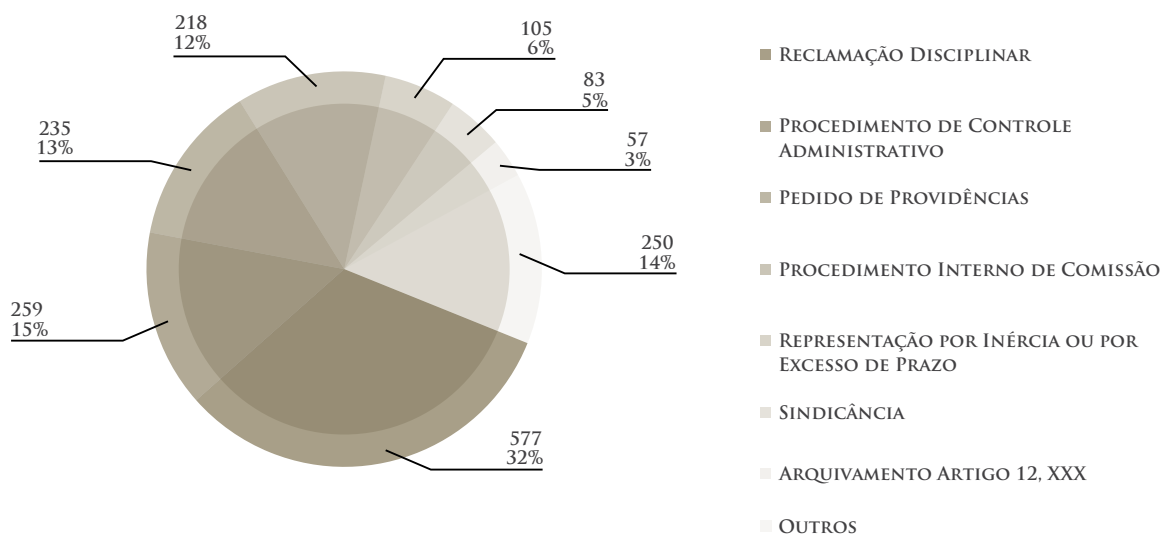
O gráfico 4 apresenta uma visão geral dos principais tipos de processos autuados desde 2005, enquanto o gráfico 5 traz a mesma distribuição para os processos em andamento.

Gráfico 4 – Processos autuados no CNMP por Tipo Processual, 2005-2013



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).
Data de corte: até 31 de dezembro de 2013.

Gráfico 5 – Processos em andamento no CNMP por Tipo Processual, 2005-2013



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE).
Data de corte: até 31 de dezembro de 2013.

O gráfico 4 demonstra que as classes processuais *Pedido de Providências*, *Reclamação Disciplinar* e *Procedimento de Controle Administrativo* correspondem a cerca de 65% do volume processual autuado neste Conselho. Já o gráfico 5 mostra que as mesmas três classes processuais supracitadas, não na mesma ordem, correspondem a cerca de 60% do volume processual em tramitação neste Conselho.



O quadro 1 detalha os tipos processuais existentes no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com seus respectivos quantitativos e análises percentuais.

Quadro 1 – Distribuição de processos do CNMP por Tipo Processual, 2005-2012

TIPO PROCESSUAL	AUTUAÇÃO		DECISÃO		JULGAMENTO		CONCLUÍDOS		EM ANDAMENTO	
	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	40	0,34%	13	0,18%	47	1,22%	9	0,09%	31	1,74%
Anteprojeto de Lei	11	0,09%	-	-	12	0,31%	6	0,06%	5	0,28%
Arguição de Suspensão e Impedimento	12	0,10%	2	0,03%	12	0,31%	10	0,10%	2	0,11%
Arquivamento Artigo 12, XXX.	1.284	10,93%	80	1,09%	1	0,03%	1.227	12,31%	57	3,20%
Avocação	60	0,51%	19	0,26%	50	1,29%	43	0,43%	17	0,95%
Consulta	7	0,06%	3	0,04%	1	0,03%	4	0,04%	3	0,17%
Correição	15	0,13%	7	0,10%	10	0,26%	10	0,10%	5	0,28%
Embargos de Declaração - ED	99	0,84%	41	0,56%	219	5,67%	94	0,94%	5	0,28%
Inspeção	58	0,49%	6	0,08%	43	1,11%	10	0,10%	48	2,69%
Pedido de Providências	2.791	23,75%	1.490	20,38%	1.288	33,34%	2.556	25,64%	235	13,17%
Procedimento Avocado	26	0,22%	13	0,18%	33	0,85%	15	0,15%	11	0,62%
Procedimento de Controle Administrativo	2.336	19,88%	1.345	18,39%	1.217	31,50%	2.077	20,84%	259	14,52%
Procedimento Interno de Comissão	266	2,26%	67	0,92%	3	0,08%	48	0,48%	218	12,22%
Processo Administrativo Disciplinar	77	0,66%	54	0,74%	69	1,79%	55	0,55%	22	1,23%
Proposição	175	1,49%	24	0,33%	152	3,93%	139	1,39%	36	2,02%
Reclamação Disciplinar	2.509	21,35%	2.242	30,66%	66	1,71%	1.932	19,38%	577	32,34%
Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público	75	0,64%	44	0,60%	40	1,04%	70	0,70%	5	0,28%
Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho	94	0,80%	50	0,68%	57	1,48%	79	0,79%	15	0,84%
Recurso Interno - REC	211	1,80%	340	4,65%	212	5,49%	194	1,95%	17	0,95%
Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo	1.337	11,38%	1.212	16,58%	169	4,37%	1.232	12,36%	105	5,89%
Restauração de Autos	3	0,03%	3	0,04%	-	-	3	0,03%	0	0,00%
Revisão de Decisão do Conselho	6	0,05%	4	0,05%	-	-	4	0,04%	2	0,11%
Revisão de Processo Disciplinar	158	1,34%	134	1,83%	115	2,98%	132	1,32%	26	1,46%
Sindicância	102	0,87%	119	1,63%	47	1,22%	19	0,19%	83	4,65%
Total Geral	11.752	100,00%	7.312	100,00%	3.863	100,00%	9.968	100,00%	1.784	100,00%

Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Gestão Estratégica (NGE). Data de corte: até 31 de dezembro de 2013.



2. Organização Interna e Principais Realizações

A estrutura organizacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) contempla como órgãos de atuação: o Plenário, as Comissões, a Presidência, a Corregedoria Nacional, a Ouvidoria Nacional, a Assessoria de Comunicação Social, a Auditoria Interna e a Secretaria Geral, esta última composta por cinco secretarias: Secretaria de Administração, Secretaria de Gestão Estratégica, Secretaria de Planejamento Orçamentário, Secretaria Processual e Secretaria de Tecnologia da Informatização.

No decorrer do ano de 2013, foram alcançados resultados importantes na atuação do CNMP, os quais são apresentados neste relatório, destacando as atividades desenvolvidas em cada unidade.

2.1. Plenário

O Plenário do CNMP reúne-se por meio de sessões. Em 2013, foram realizadas 21 Sessões Ordinárias e três Sessões Extraordinárias, nas datas destacadas a seguir:

Quadro 2 – Sessões Ordinárias e Extraordinárias do CNMP em 2013

TIPO DE SESSÃO	DATA
Sessão Ordinária	29/01/13
	26/02/13
	13/03/13
	23/04/13
	24/04/13
	21/05/13
	22/05/13
	19/06/13
	20/06/13
	30/07/13
	31/07/13
	06/08/13
	07/08/13
	17/09/13
	23/09/13
	07/10/13
	21/10/13
	04/11/13
	18/11/13
	02/12/13
16/12/13	
Sessão Extraordinária	30/01/13
	14/03/13
	20/08/13

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>).

Dentre os processos julgados, o Plenário decidiu acerca de temas relevantes para o Ministério Público, destacando-se os seguintes:

- Aprovação das Resoluções CNMP nº 91 a 104/2013;
- Aprovação da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 03/2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências;
- Aplicação da penalidade de cassação de aposentadoria de servidoras do Ministério Público do Estado do Amazonas;
- Concessão de prazo ao Ministério Público do Trabalho para a devolução dos servidores requisitados em situação irregular até a realização de novo concurso do Ministério Público da União (MPU) e posse dos candidatos aprovados, excluindo do cronograma de devolução fixado no referido acórdão os anistiados e os servidores dos ex-territórios federais;
- Determinação ao Ministério Público do Estado do Piauí que exija, dos candidatos convocados para a fase de inscrição definitiva, a comprovação da prática jurídica apenas no ato da posse;
- Decisão que o requisito de conclusão de, pelo menos, 40% da carga horária ou dos créditos do curso superior deve ser exigido somente para o ato de celebração do Termo de Compromisso de Estágio;
- Decisão de majorar a penalidade para 60 dias de suspensão, pela prática das infrações previstas nos art. 117, inciso III, e art. 127, incisos II, V e VI, da Lei Complementar Estadual nº 95/1997;
- Instauração de Processo Disciplinar e de Revisão de Processo Disciplinar em face de membros do Ministério Público do Estado do Amazonas;
- Instauração de 11 Processos Administrativos Disciplinares em desfavor de membros do Ministério Público brasileiro;
- Aprovação da Nota Técnica nº 02/2013, com o fim de reafirmar entendimento contrário aos termos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, de 2011;
- Determinação à Administração que promova a retificação do enquadramento dos servidores do CNMP, observadas as progressões já obtidas na carreira;
- Resposta positiva à consulta acerca da aplicação do art. 1º, § 3º, da Resolução CNMP Nº 14/2006, com a finalidade de finalizar os critérios de escolha para composição da Comissão do Concurso ou do corpo docente do Curso de Formação de Promotores de Justiça da Paraíba;
- Resposta positiva à consulta acerca da submissão do Ministério Público de Contas e de seus membros ao controle administrativo, financeiro e disciplinar exercido pelo CNMP;
- Aprovação dos relatórios de Correição nas Corregedorias Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados do Pará e Ceará, respectivamente;
- Aprovação dos Relatórios de Inspeção no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; no Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul; no Ministério Público do Trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul e no Ministério Público Militar no Estado de Mato Grosso do Sul;
- Aprovação dos Relatórios de Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Roraima; no Ministério Público do Estado de Roraima e no Ministério Público Federal no Estado de Roraima;



- Aprovação dos Relatórios de Inspeção no Ministério Público Federal no Estado do Acre; no Ministério Público do Estado do Acre e no Ministério Público do Trabalho no Estado do Acre;
- Aprovação dos Relatórios de Inspeção no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; no Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro; no Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro e no Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro;
- Abertura de sindicância em face da Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí;
- Abertura de sindicância em face do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, no âmbito da Corregedoria Nacional;
- Aplicação da pena de demissão a membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, determinando o encaminhamento de cópia dos autos ao Procurador-Geral de Justiça daquele Estado, para propositura da competente ação para a decretação de perda do cargo, bem como de ação civil pública por ato de improbidade administrativa;
- Aplicação da pena de censura a membro do Ministério Público do Estado do Pará;
- Aplicação da pena de suspensão a membro do Ministério Público Militar, sendo 45 dias pela infração funcional consubstanciada em improbidade administrativa e 45 dias no tocante à infração de não residir no seu local de lotação. Determinação, ainda, de instauração de sindicância em face de todos os membros que participaram da 35ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público Militar;
- Aplicação da penalidade de demissão a membro do Ministério Público do Trabalho, determinando o encaminhamento de cópia dos autos ao Procurador-Geral da República para o ajuizamento da ação civil para perda do cargo;
- Aplicação de suspensão por 90 dias a membro do Ministério Público do Estado do Amazonas, sendo 30 dias para cada uma das condutas previstas no art. 118, VIII e X da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas (Lompam);
- Aplicação de três penalidades de censura a membro do Ministério Público do Trabalho;
- Aplicação da penalidade de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco;
- Formalização de representação ao Ministério Público do Estado do Amazonas, para a propositura de ação civil em face de membro daquele Ministério Público, com vistas à decretação da perda do cargo, bem como a adoção de providências tendentes ao ressarcimento ao erário;
- Aprovação da Proposta Orçamentária do Conselho Nacional do Ministério Público, para o exercício de 2014;
- Aprovação do encaminhamento de proposta relativa aos créditos adicionais solicitados pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Escola Superior do Ministério Público da União;
- Aprovação do encaminhamento de parecer favorável às propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público do Trabalho e da Escola Superior do Ministério Público da União;
- Aprovação do encaminhamento de parecer favorável às solicitações de abertura de créditos orçamentários adicionais formulados pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Ministério Público Militar;



- Aprovação do relatório do impacto orçamentário da despesa referente ao Projeto de Lei nº 5.491/2013, que trata do reajuste dos cargos em comissão do Ministério Público da União;
- Reconhecimento da legitimidade das diversas unidades ministeriais para editar ato normativo regulamentador, observado o fracionamento das férias de seus membros em até três períodos, não inferiores a dez dias;
- Expedição de recomendação ao Procurador-Geral da República, com vistas a proceder à unificação do cargo de Técnico de Apoio Especializado/Transporte com o cargo de Técnico de Apoio Especializado/Segurança;
- Decisão pela anulação da Portaria PGR/MPU nº 285/2013, determinando que o Ministério Público da União se abstenha de desconsiderar o cômputo de todos os interstícios anuais, progressões e promoções obtidas pelos servidores quando da regulamentação da Lei nº 12.773/2013, assegurando a esses a subida de dois padrões nas novas tabelas funcionais;
- Determinação da cessação imediata do pagamento de salário-família aos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte;
- Aprovação da Emenda Regimental nº 7/2013 que altera o art. 33, § 1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução CNMP nº 92/2013), determinando o voto aberto para eleição do Ouvidor Nacional. (Processo CNMP nº 0.00.000.001311/2013-19);
- Decisão pela aplicação da penalidade de suspensão, por 60 dias, a membro do Ministério Público do Trabalho;
- Determinação da instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas;
- Determinação da instauração de Sindicância em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Acre;
- Determinação da instauração de Sindicância, no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público de Pernambuco, em desfavor de membros e servidores do Parquet pernambucano;
- Determinação da instauração de Sindicância em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Ceará; e
- Determinação da instauração de Sindicância em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.

2.2. Comissões

As Comissões Permanentes e Temporárias são órgãos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) criados com o fim de permitir o aprofundamento de temas de relevância para o Ministério Público e o desenvolvimento de atividades específicas consideradas de interesse do CNMP. As Comissões são espaços institucionais voltados à discussão e ao estudo dos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Trata-se de órgãos especializados em áreas temáticas, que buscam promover a integração do Conselho a outras instâncias administrativas e à sociedade em geral, viabilizar o aprofundamento das matérias discutidas em Plenário e ampliar os canais de comunicação institucional participativos.

As Comissões Permanentes estão previstas no art. 31 do Regimento Interno deste Conselho e são as seguintes: i) Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; ii) Comissão da Infância e Juventude; iii) Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; iv) Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública; v) Comissão de Planejamento Estratégico; vi) Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; e vii) Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.



As Comissões Temporárias são instituídas conforme previsto no art. 30, § 2º, do Regimento Interno do CNMP. No ano de 2013, houve continuidade de atuação da Comissão Temporária de Acessibilidade, que teve suas atividades absorvidas, em meados de 2013, pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.

2.2.1. Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

A Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) tem por objetivo a análise de temas e atividades relacionadas ao papel constitucional do CNMP como órgão nacional de controle da atuação administrativa e financeira de todos os órgãos integrantes do Ministério Público brasileiro. A CCAF tem por linha de atuação o estudo e a implementação de ações voltadas à correção e à prevenção de deficiências de gerenciamento dos recursos materiais e humanos da administração pública ministerial. Norteia a atuação da Comissão o intuito de tornar viáveis as condições necessárias à implementação de uma gestão pública de excelência no âmbito do Ministério Público.

Principais realizações:

- Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP nº 86/2012, que dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público (este trabalho foi desenvolvido em parceria com o Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência do Ministério Público);
- Realização e divulgação de diagnóstico sobre as áreas de controle interno do Ministério Público; e
- Coordenação e organização do 1º Encontro Nacional de Controle Administrativo e Financeiro do Ministério Público, realizado nos dias 5 e 6 de junho de 2013, em Brasília, com aproximadamente 160 participantes (membros e servidores) de todo o Brasil. O objetivo do conclave foi reunir membros e servidores para integração e compartilhamento de informações e boas práticas, direcionados à avaliação da estrutura de controle interno como ferramenta de aperfeiçoamento da atividade administrativa, financeira e orçamentária do Ministério Público brasileiro. O encontro visou, ainda, fomentar a correta divulgação da gestão administrativa e execução orçamentária e financeira das unidades do Ministério Público no Portal da Transparência, privilegiando esse importante mecanismo de controle social.

2.2.2. Comissão da Infância e Juventude

À Comissão da Infância e Juventude (CIJ) compete contribuir para o aperfeiçoamento constante da atuação do Ministério Público brasileiro na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, que, conforme previsão constitucional (art. 227), têm prioridade absoluta. Para realizar esse intento, a CIJ tem procurado priorizar ações em cinco grandes áreas, quais sejam: i) sistema socioeducativo; ii) convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes; iii) erradicação do trabalho infantil; iv) enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e v) saúde mental de crianças e adolescentes.

Principais realizações:

- Organização do II Encontro Nacional sobre Trabalho Infantil, em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- Organização e realização do I Encontro de Coordenadores da Infância do Ministério Público e do Poder Judiciário, ocorrido em 16 de maio de 2013;
- Organização e realização do Encontro Nacional sobre Saúde Mental, em parceria com o Ministério da Saúde, ocorrido em 29 de maio de 2013;



- Realização do lançamento da série: *Um Olhar Mais Atento*, resultados das inspeções do Ministério Público no Sistema socioeducativo e nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, no dia 08 de agosto de 2013;
- Construção do Projeto *Conte até 10 nas Escolas*, com elaboração, publicação e distribuição da Cartilha *Conte Até 10 nas Escolas*, a respeito da violência ocorrida nesses ambientes;
- Elaboração da 2ª edição do *Manual de Implementação do Programa Adolescente Aprendiz*;
- Inspeção em unidades do sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte; e
- *Workshop: Matrizes da Carta de Estratégias*, no dia 17 de dezembro de 2013, com Promotores de Justiça e Procuradores do Trabalho de todo o Brasil.

2.2.3. Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público (CPAMP) destina-se à apreciação e ao estudo de situações e temas que possam caracterizar lesão à autonomia e à independência funcional do Ministério Público. Visa, portanto, assegurar a garantia prevista no § 1º do art. 127 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), por meio da análise de procedimentos de sua competência, estudos de questões controvertidas, adoção de medidas corretivas e eventual elaboração de instrumentos normativos de competência do Conselho Nacional do Ministério Público.

Principais realizações:

- Desenvolvimento de estudos acerca da viabilidade de elaboração de Recomendação para fixar os limites de atuação do Ministério Público em ações típicas da polícia judiciária e regulamentar os grupos especiais e as forças tarefas do Ministério Público;
- Tabulação de estudos com o objetivo de expedir instrumento normativo para regulamentar a questão do aprimoramento dos mecanismos de segurança pessoal dos agentes ministeriais;
- Atividades de combate à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que dá poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, retirando essa possibilidade do Ministério Público;
- Levantamento nacional dos orçamentos anuais dos Ministérios Públicos Estaduais, buscando conhecer a situação e a independência financeira de cada Ministério Público;
- Promoção de estudos acerca da questão financeira do Ministério Público Nacional em face da Lei de Responsabilidade Fiscal e à forma de repasse à Instituição;
- Elaboração de minuta de Recomendação ao Ministério Público Nacional, para orientar seus membros a requerer ao juízo competente, em caráter cautelar, a alienação de bens apreendidos oriundos do tráfico de drogas, visando melhor operacionalização das ações focadas na Política Nacional sobre Drogas;
- Realização de gestões junto à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel visando à cooperação para o fornecimento de dados aos membros do Ministério Público encarregados de investigações criminais;
- Participação em grupo de trabalho a fim de verificar a possível violação à autonomia do Ministério Público pela Resolução nº 40/2013 do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a qual determina a imediata adoção do sistema de processo eletrônico daquele tribunal pelo MP/ES;



- Acompanhamento das investigações do homicídio de Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco ocorrido no Município de Itaíba/PE; e
- Análise de processos em trâmite na Comissão, na grande maioria representada por pedidos de apoio institucional a membros do Ministério Público, a fim de garantir a autonomia funcional e a segurança física no exercício da função, bem como por sugestões de estudos de temas de competência da CPAMP.

2.2.4. Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

A Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. A Comissão tem por atribuições, ainda, promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das funções institucionais, no que diz respeito ao seu aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e para o controle externo da atividade policial.

Principais realizações:

- Implementação do Sistema de Inspeção Prisional (SIP-MP), com a disponibilização de formulários mensais e anuais no *site* do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para que as inspeções aos estabelecimentos prisionais pelos membros do Ministério Público brasileiro sejam uma atividade uniforme em todo o País, permitindo, ainda, a formação de um banco de dados nacional;
- III Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, nos dias 23 e 24 de maio de 2013, no Auditório do CNMP. O evento contou com a participação de quase 100 participantes que se dividiram em Grupos de Trabalho de diversos assuntos relacionados com o controle externo da atividade policial, dos quais se extraíram conclusões e um documento intitulado *Carta de Defesa da Sociedade e da Cidadania*;
- IV Encontro de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público junto ao Sistema Prisional, nos dias 27 e 28 de junho de 2013, que teve como público-alvo os membros do Ministério Público com atuação junto aos presos provisórios e definitivos recolhidos em estabelecimentos penitenciários federais e estaduais e que reuniu em Brasília cerca de 100 membros do Parquet de todo o Brasil. Na ocasião, formaram-se grupos de discussão de temas relacionados ao sistema prisional, tendo-se extraído conclusões diversas e um documento chamado *Carta por um Sistema Prisional Digno*;
- Foram realizadas visitas a estabelecimentos prisionais localizados nos Estados do Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Distrito Federal, Paraíba e Pernambuco por membros auxiliares da Comissão;
- Criação da Cartilha *Cidadão com Segurança – Respeito Mútuo entre Cidadão e Polícia* com o propósito de orientar a população com relação aos seus direitos frente à atuação da polícia. Prevê-se a distribuição em massa para a população carente;
- Criação da publicação *A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*, que é resultado do esforço de milhares de membros e servidores do Ministério Público. A publicação apresenta os dados colhidos por meio do Sistema de Inspeções Prisionais (SIP-MP) referentes à inspeção anual realizada em março de 2013;
- Encaminhamento de sugestões ao decreto de indulto natalino/2013, sendo tal proposta alicerçada em estudo realizado no ano de 2011 por grupo composto por membros do Ministério Público Federal e dos Estados, com atuação na área de execução penal, especialmente constituído para estudar e elaborar sugestões para o decreto de indulto natalino a ser editado ao final daquele ano; e



- Lançamento da Cartilha *Cidadão com Segurança*, realizado no dia 06 de novembro de 2013, na Comunidade da Rocinha no Rio de Janeiro/RJ.

2.2.5. Comissão de Planejamento Estratégico

A Comissão de Planejamento Estratégico tem por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica da Instituição e na condução democrática do processo de planejamento, de longo e médio prazo, das diretrizes de ação do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público como um todo. Inclui também, em seu escopo de atuação, a condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho, a troca de experiências em gestão com as unidades do Ministério Público e a análise de indicadores e estatísticas institucionais. O empenho da Comissão volta-se, ainda, para o alcance dos recursos orçamentários, humanos e materiais necessários à realização dos projetos estratégicos do Conselho Nacional.

Principais realizações:

- Eventos Regionais: projeto que busca a integração do Ministério Público brasileiro para enfrentar os desafios institucionais. No ano de 2013, foram realizados três eventos: i) Evento Manaus (16 e 17/04/2013): com as unidades do Amazonas, do Amapá, do Pará e do Tocantins; ii) Evento São Luís (25 e 26/04/2013): com as unidades do Maranhão, do Ceará, da Paraíba, do Piauí, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte; e iii) Evento Vitória (07 e 08/05/2013): com as unidades do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Goiás e do Distrito Federal;
- Banco Nacional de Projetos: produto do Planejamento Estratégico Nacional, o Banco Nacional de Projetos é a ferramenta responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Busca possibilitar que cada unidade institucional possa demonstrar suas atividades de sucesso em todo o território nacional e ser uma fonte de memória do trabalho amplo e eficaz dos Ministérios Públicos. De acordo com a sua aplicação, os projetos estarão alinhados ao Mapa Estratégico Nacional e constituirão os grandes eixos de mobilização para a geração de resultados institucionais;
- Prêmio CNMP 2013: implantado pela Resolução CNMP nº 94/2013, consiste em um estímulo à criação e à implantação de programas, projetos e ações alinhados à agenda estratégica nacional. O Conselho Nacional do Ministério Público, ao premiar os melhores projetos e programas inscritos no Banco Nacional de Projetos, busca incentivar a ampla participação dos membros e servidores e, principalmente, reconhecer e divulgar os esforços e o sucesso dessas ações. A cerimônia de Premiação ocorreu no dia 06 de agosto de 2013;
- 2ª edição da publicação *MP – Um Retrato*: o documento é publicado anualmente, com o objetivo de fomentar a cultura da transparência no Ministério Público e permitir, a cada unidade, um planejamento mais eficaz de suas atividades e melhor definição de políticas e prioridades. O relatório traz informações como número de inquéritos instaurados e recebidos, de denúncias oferecidas, de processos instaurados e recebidos, além do índice de arquivamentos e de denúncias, por tipo penal, e do número de termos de ajustamento de conduta firmados, entre outros dados. Há também informações sobre a gestão administrativa, como número de membros e de servidores e informações sobre a estrutura física das unidades. A segunda edição foi lançada em junho 2013, consolida os dados institucionais de 2012 com maior detalhamento e com dados comparativos anteriores;
- Mostra de Tecnologia: em parceria com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), foi realizada a III Mostra de Tecnologia do Ministério Público Brasileiro, no Estado de Pernambuco. O evento tem por objetivo facilitar a troca de ideias e informações a respeito dos diversos sistemas informatizados e avanços tecnológicos a serviço dos ramos do Ministério Público brasileiro;



- Portal de Direitos Coletivos: em cumprimento à Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 02/2011, foi desenvolvido o Portal dos Direitos Coletivos, um cadastro nacional que reúne informações sobre ações coletivas, inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta de todo o País, de forma facilmente acessível por qualquer cidadão. Por meio dele é possível uma ampla pesquisa por todos os membros do Ministério Público, facilitando o compartilhamento de informações e experiências e contribuindo para o aperfeiçoamento da atuação institucional. Além disso, contribui para a publicidade e transparência, ao disponibilizar a consulta também para a sociedade e para os órgãos de proteção e defesa dos direitos coletivos;
- Interoperabilidade: visando ao melhor compartilhamento de informações entre o Ministério Público e o Poder Judiciário, a Comissão de Planejamento Estratégico trabalhou na elaboração de estudos que resultaram na aprovação da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 03/2013, que viabilizou a instituição do Modelo Nacional de Interoperabilidade. Tal qual a instituição das Tabelas Unificadas, trata-se de um projeto essencial para a concretização do processo judicial eletrônico. Foi publicada, também, a portaria criando o Comitê Gestor Nacional de Interoperabilidade;
- Escola Nacional de Mediação (Enam): o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) celebrou acordo de cooperação com o Ministério da Justiça, objetivando compartilhar experiências e boas práticas nas áreas de mediação e negociação de conflitos. A Comissão de Planejamento Estratégico integra um Grupo de Trabalho que elaborará um guia de mediação e negociação, voltado para os membros do Ministério Público, e coletará informações referentes aos atos normativos, projetos, grupos de trabalhos e cursos/capacitações, que têm por objeto o tema mediação e negociação de conflitos. No dia 14 de maio de 2013, foi realizado um encontro da Enam, com o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público do Brasil (CDEMP); e
- Tabelas Unificadas: no ano de 2013, foi possível montar o mapa nacional da implantação das Tabelas Unificadas, que possibilitou identificar as principais dificuldades encontradas por algumas unidades ministeriais que não conseguiram implantar sistema informatizado de gestão de feitos. Foi publicada portaria criando o Grupo Gestor das Tabelas Unificadas do Ministério Público. As reuniões de Tabelas Unificadas foram realizadas no Estado do Rio de Janeiro, nos dias 09 e 10 de abril e em São Paulo, nos dias 01 e 02 de agosto. O 8º *workshop* das Tabelas Unificadas foi realizado nos dias 16 e 17 de outubro, em Brasília, contando com a participação de 120 pessoas, entre membros e servidores.

Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público

Comitê permanente criado pela Portaria CNMP/Presi nº 25, de 23 de março de 2012, com o objetivo de promover o debate, estudo, análise, discussão, harmonização, articulação e implementação de melhores práticas de gestão. Em 2013, o Fundo Nacional de Gestão (FNG) dedicou seus esforços à execução do seu Plano Diretor (PDFNG), com validade entre 2012 e 2015. Para organizar seus trabalhos, o FNG estruturou-se em seis Grupos de Trabalho permanentes: i) GT-Planejamento; ii) GT-Projetos; iii) GT-Processos; iv) GT-Desenvolvimento e Gestão de Pessoas; v) GT-Clima e Cultura Organizacional e Saúde; e vi) GT-Gestão Orçamentária e Financeira. E dois Grupos de Trabalho temporários: i) GT-Indicadores; e ii) GT-Mostra de Projetos.

Considerando os projetos inicialmente priorizados, o PDFNG já se encontra com cerca de 30% de sua execução. Dentre os 11 projetos originais, dois já foram concluídos em 2013, estando os demais em execução. Entretanto, é importante registrar que várias iniciativas e resultados já alcançados derivam de encaminhamentos surgidos nas reuniões ou do replanejamento do escopo dos projetos. Nesse conjunto, encontram-se ações significativas como:

- Proposta de acordo de cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos, indicadores e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes à atuação do Ministério Público brasileiro;



- Proposta de acordo de cooperação com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para o intercâmbio de insumos, informações, experiências e conhecimentos de gestão educacional, visando à criação de uma rede de capacitação no âmbito do Ministério Público brasileiro e ao fortalecimento da atuação da Unidade de Capacitação do Ministério Público (UCMP), vinculada à Presidência do CNMP;
- Mobilização para o cadastramento de projetos estruturantes no Banco Nacional de Projetos (BNP);
- Realização da 1ª Mostra de Projetos durante o 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público com a apresentação de 57 projetos das 30 unidades do MP brasileiro; e
- Realização de três Reuniões Ordinárias em Brasília, reunindo em média 60 participantes por reunião, bem como especialistas, em variadas áreas do conhecimento relativas à gestão, objetivando agregar valor a cada um dos encontros.

Dentre seus indicadores de esforço, tem-se: i) acompanhamento e execução de quase 50 deliberações e encaminhamentos, todos executados no transcorrer do ano; ii) assinatura de dois termos de cooperação; iii) treinamento de 60 membros ou servidores em gerenciamento de projetos em curso a distância oferecido pelo MPMG; iv) cadastramento de 141 projetos estruturantes no BNP; e v) encaminhamento de quatro relatórios de estudo ao Conselheiro Presidente do FNG.

2.2.6. Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência

A Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ) tem por objetivo acompanhar os projetos legislativos de interesse do Ministério Público em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados. Visa, além disso, aprimorar a transparência dos dados relativos ao CNMP de maneira a conferir maior visibilidade às ações do órgão perante a sociedade. Para tanto, a Comissão tem se voltado para a implementação do desenvolvimento de um sistema de jurisprudência e a criação, confecção e distribuição da Revista de Jurisprudência e Doutrina do Conselho Nacional do Ministério Público.

Principais realizações:

- Trabalhos para edição da *Revista de Artigos do CNMP*. Foram recebidos 33 artigos de membros do Ministério Público Brasileiro e selecionados 12, os quais foram enviados à Assessoria de Comunicação (Ascom), para posterior diagramação, impressão e distribuição;
- Deflagração dos trabalhos para a edição da *Revista de Jurisprudência do CNMP*, em cumprimento ao art. 2º, incisos I e VII, e ao art. 3º, da Resolução CNMP nº 41/2009. Foi enviado ofício circular nº 12/2013/CALJ, em 16 de setembro de 2013, a todos os Conselheiros, solicitando o fornecimento de votos para publicação;
- Cadastramento e organização do acervo de decisões plenárias, das Comissões e monocráticas, na esfera processual, normativa e procedimental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, inciso II, da Resolução CNMP nº 41/2009;
- Criação, elaboração e distribuição, de forma impressa e/ou por meio eletrônico, do *Informativo de Proposições Legislativas*. Foi concluída a elaboração do informativo, atualizado até o mês de outubro de 2013 e dividido em três grupos de interesse: Prerrogativas, Poder de Investigação e Assuntos Internos;
- Acompanhamento, por meio do cadastramento do *e-mail* da comissão (calj@cnmp.mp.br) no sistema *push* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de todas as proposições legislativas elencadas no informativo acima referido, na forma estabelecida no inciso VI, do art. 37, do Regimento Interno do CNMP;



- Acompanhamento e comparecimento pessoal do respectivo Conselheiro e dos membros auxiliares da Comissão ao Congresso Nacional, para tratar de assuntos de interesse do CNMP, do Ministério Público Brasileiro e da sociedade;
- Atuação em parceria com as assessorias de acompanhamento legislativo dos Ministérios Públicos da União e dos Estados, com as associações de membros¹ bem como com a Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para indicação de uma pauta prioritária de proposições legislativas de interesse institucional;
- Realização de seminários e mesas redondas sobre temas de relevância institucional do Ministério Público, bem como de toda a sociedade, em discussão no Congresso Nacional ou recém-incorporados ao ordenamento jurídico; e
- Acompanhamento junto às Assembleias Legislativas Estaduais de projetos de leis encaminhados pelas Procuradorias Gerais de Justiça, em cumprimento de determinações constantes das resoluções e de decisões plenárias do CNMP.

2.2.7. Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

A Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais possui quatro objetivos gerais: i) fomentar o aprimoramento da atuação extrajudicial do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua interação com os movimentos sociais; ii) estimular e promover a difusão e inovação do conhecimento transdisciplinar sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais; iii) contribuir para a formação de bancos de dados sobre a atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais e sua análise qualitativa permanente; e iv) promover o conhecimento e estimular o exercício dos direitos fundamentais pelos cidadãos.

Principais realizações:

- Plano de Ação da Comissão elaborado a partir de pesquisa nacional de opinião encomendada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e das diretrizes da Ação Nacional do Ministério Público (MP) 2011/2015;
- Constituição de sete Grupos de Trabalho Temáticos, conforme se segue: GT 1 – Proteção à saúde; GT 2 – Combate à corrupção, transparência e orçamento participativo; GT 3 – Defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural; GT 4 – Enfrentamento ao racismo e promoção da diversidade étnica e cultural; GT 5 – Pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, pessoas desaparecidas e submetidas ao tráfico; GT 6 – Combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos; e, GT 7 – Defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- 14 Reuniões Ordinárias com os Grupos de Trabalho para apresentação do plano de ação da comissão e realização das oficinas de elaboração dos respectivos projetos;
- 30 projetos concebidos, 13 desenvolvidos diretamente pela equipe da comissão e 17 desenvolvidos pelos Grupos de Trabalho, com o preenchimento das respectivas fichas de projeto;
- Audiência Pública para discutir o Programa Mais Médicos do Governo Federal, realizada em 29 de julho de 2013, com a presença de aproximadamente 80 pessoas;
- Oficina *Os Direitos Humanos em movimento: as organizações, as instituições e a rua*, da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) realizada conjuntamente pelo CNMP e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, realizada de 1º a 3 de novembro de 2013;

¹ Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associações Nacionais de Membros do Ministério Público (ANMP) e Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon).



- Sessão pública para divulgação dos resultados da referida oficina e diálogo dos movimentos sociais com Conselheiros do CNMP, no dia 4 de novembro de 2013, na sede do CNMP, com a presença de aproximadamente 80 pessoas; e
- Realização do I Encontro Nacional Ministério Público e Movimentos Sociais, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2013, com a participação de aproximadamente 120 pessoas.

2.3. Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) tem por objeto aprimorar o Sistema de Justiça e Segurança Pública, por meio de ação conjunta e articulada dos órgãos, primando pelo planejamento e adoção comum de atividades e metas, compartilhando estratégias e boas práticas, de modo a se implementar organização, agilidade e eficiência.

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, o referido grupo elegeu ações prioritárias de execução em conjunto, condensadas em seis metas: Meta 1: destina-se a identificar as principais causas de subnotificação nos crimes de homicídio; Meta 2: visa à conclusão dos inquéritos policiais instaurados até dezembro de 2009; Meta 3: destina-se, originalmente, a superar a fase de pronúncia nas ações penais por crimes de homicídio ajuizadas até 31 de dezembro de 2008, tendo sido incorporada pela Nova Meta 4; Meta 4 (2007): visa ao julgamento das ações penais ajuizadas para apuração da suposta prática de homicídios dolosos e que tenham sido ajuizadas até 31 de dezembro de 2007; Meta 4.1 (2008 e 2009), busca o julgamento do referido crime e ajuizada no período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2009; Meta 5: busca aprimorar o programa de proteção às vítimas, testemunhas e depoentes especiais, de forma a aumentar o número de Estados aderentes, com o consequente aumento do número de pessoas assistidas e redução dos casos de abandono do programa; e Meta 6: corresponde à capacitação conjunta dos agentes do sistema de Segurança e Justiça na persecução penal do crime de homicídio, mediante a instituição de curso, cuja metodologia e programa foram estabelecidos com a participação de delegados, promotores, peritos, juízes e defensores de todas as unidades federativas.

Principais realizações:

- Reuniões ordinárias do Grupo de Persecução Penal da Enasp, formado por gestores indicados pelas unidades do Ministério Público nos Estados, Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas e Delegacias Gerais, e que busca: avaliar a execução das Metas nos Estados e divulgar os respectivos resultados, condensados em Relatórios; disseminar estratégias; orientar quanto à utilização dos Sistemas de Monitoramento (Inqueritômetro – desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informatização do CNMP e Processômetro – desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do CNJ); elaborar e definir o escopo e a execução da Campanha *Conte até 10 nas Escolas* e definir novas propostas de Metas para o ano de 2014 (março, junho, setembro e dezembro de 2013);
- Coordenação da Meta 2, destinada à conclusão das investigações por homicídio doloso, cujos inquéritos foram instaurados até dezembro de 2009;
- Coordenação da Campanha *Conte até 10*, pela valorização da vida, que tem por objetivo prevenir os homicídios que ocorrem no Brasil por motivos fúteis ou por impulso. A campanha está baseada em estudos sobre as principais causas de homicídio, que apontam para um quadro alarmante de crimes de impulso ou por motivos banais. Conta com a adesão de todas as unidades do Ministério Público nos Estados e na União e das respectivas associações de classe; de representantes da sociedade civil e de mais de 100 veículos de comunicação. Tem a parceria do CNJ e do Ministério da Justiça, compondo-se de ações de mídia e massa e outras voltadas a públicos específicos, relacionados às principais causas de homicídio;



- Inqueritômetro – alimentação, pelos Promotores de Justiça gestores da Enasp nos Estados, do sistema informatizado, destinado a conferir transparência ao quantitativo de inquéritos existentes e movimentados mensalmente, em todas as unidades da Federação. É a ferramenta de monitoramento do cumprimento da Meta 2;
- Processômetro – alimentação, pelos Magistrados gestores da Enasp nos Estados, do sistema informatizado, destinado a conferir transparência à evolução da Nova Meta 4; e
- Execução do *Curso de Capacitação na Persecução Penal dos Crimes de Homicídio*. Em 2013, o Módulo I foi ministrado nos Estados do Ceará e São Paulo. O Rio Grande do Norte promoveu os Módulos I e II, e Minas Gerais os Módulos I a III. Tocantins cumpriu toda a programação, realizando os quatro módulos. Em continuidade ao iniciado em 2012, Alagoas realizou o Módulo III; Amazonas, o II; Mato Grosso do Sul, o II e o III; e, o Espírito Santo, o Módulo IV, tendo sido o primeiro dos Estados a cumprir toda a programação.

2.4. Presidência

Nos termos do art. 130-A, inciso I, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) é exercida pelo Procurador-Geral da República e, em seus eventuais impedimentos e ausências, pelo Vice-Procurador-Geral da República ou pelo Corregedor Nacional do Ministério Público.

As atribuições da Presidência estão, basicamente, previstas nos art. 12 e art. 13 do Regimento Interno do CNMP – Resolução nº 92/2013. Entre as competências ali previstas, convém destacar as seguintes: i) representar o Conselho; presidir as sessões plenárias (que ocorrem nas datas fixadas no calendário anual, definido na Portaria CNMP/Presi nº 338 de 18 de outubro de 2013); ii) ordenar as despesas, podendo delegar atos específicos ao Secretário Geral; iii) executar e fazer executar as deliberações do Conselho; iv) decidir as matérias relacionadas com os direitos e deveres dos servidores; v) prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal; vi) definir a organização dos órgãos internos; vii) celebrar contratos e convênios; e viii) apreciar liminarmente, antes da distribuição, os requerimentos anônimos, sem formulação de pedido ou estranhos à competência do Conselho, entre outras.

Atualmente, a Presidência do CNMP é composta pelos seguintes órgãos: Gabinete; Assessoria de Segurança Institucional; Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial; Auditoria Interna; Assessoria de Articulação Institucional e Unidade de Capacitação do Ministério Público, nos termos da Portaria CNMP/Presi nº 204, de 15 de julho de 2013, e da Portaria CNMP/Presi nº 221, de 30 de julho de 2013.

No ano de 2013, foram praticados pela Presidência do CNMP diversos atos, entre os quais reclamam destaque os seguintes: atos normativos (publicações de resoluções e recomendações), notas técnicas, termos de cooperação técnica, acordos, termos de convênio, portarias, ofícios e prestação de informações em processos judiciais.

Durante esse exercício, temas de grande importância para a atuação uniforme e eficiente do Ministério Público foram analisados pelo CNMP. Como resultado deste trabalho, foram elaboradas e publicadas, com fundamento no art. 130-A, § 2º, I, da CF/88 e no art. 147 e seguintes do Regimento Interno do CNMP, 12 Resoluções, uma Resolução Conjunta e duas Recomendações, conforme demonstrado nos quadros a seguir:



Quadro 3 – Resoluções aprovadas pelo CNMP em 2013

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 91	Dispõe sobre a utilização do domínio “.mp.br” pelo Ministério Público e dá outras providências.	29/01/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 28/02/2013, pág. 174 e 175
Resolução nº 92	Aprova o novo Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.	13/03/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 18/03/2013, pág. 138/145
Resolução nº 93	Dispõe sobre a atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.	14/03/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 24/04/2013, pág. 100/101
Resolução nº 94	Dispõe sobre a criação do “Prêmio CNMP”.	22/05/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 18/06/2013, pág. 78
Resolução nº 95	Dispõe sobre as atribuições das ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.	22/05/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 18/06/2013, pág. 78
Resolução nº 96	Altera a Resolução CNMP nº 71/2011, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências.	21/05/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/07/2013, pág. 89 e 90
Resolução nº 97	Altera a Resolução CNMP nº 67/2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.	21/05/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/07/2013, pág. 90
Resolução nº 98	Altera o art. 6º da Resolução CNMP nº 20/2007.	21/05/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/07/2013, pág. 90 e 91
Resolução nº 99	Incorpora a Comissão Temporária de Acessibilidade à Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, dá nova redação aos artigos 20, 21 e 22 da Resolução CNMP nº 81/2012 e estabelece como objetivo do Conselho Nacional do Ministério Público a constituição da Estratégia Nacional de Acessibilidade.	21/05/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 09/07/2013, pág. 91
Resolução nº 100	Altera a Resolução CNMP nº 89/2012, que dispõe sobre a regulamentação da Lei de Acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e dá outras providências.	07/08/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 03/09/2013, pág.78
Resolução nº 101	Altera a Resolução CNMP nº 76/2011, que dispõe sobre o Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.	07/08/2013	Publicada no DOU, Seção 1 de 24/09/2013, pág. 68
Resolução nº 102	Disciplina no âmbito do Ministério Público Brasileiro, procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informatização.	23/09/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 11/10/2013, pág. 88 a 90
Resolução nº 103	Revoga o § 1º do art. 77 da Resolução CNMP nº 92/2013 e acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º. Altera o caput e o § 3º do art. 89 da mesma Resolução.	02/12/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 13/12/2013, pág. 224 e 225
Resolução nº 104	Altera a Resolução CNMP nº 95/2013, que “dispõe sobre as atribuições das ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.	02/12/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 19/12/2013, pág. 362

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>).



Quadro 4 – Resolução Conjunta aprovada pelo CNMP em 2013

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução Conjunta CNJ/ CNMP nº 03	Institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público e dá outras providências.	16/04/2013	Publicada no Diário de Justiça nº 72/2013 de 19/04/2013, pág. 2 a 4.

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>).

Quadro 5 – Recomendação aprovada pelo CNMP em 2013

RECOMENDAÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Recomendação nº 21, de 30 de julho de 2013.	Dispõe sobre o apoio institucional ao cumprimento da Meta nº 18 do Poder Judiciário para o ano de 2013.	30/07/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 03/09/2013, pág. 78
Recomendação nº 22, de 17 de setembro de 2013.	Revoga o inciso XXI, do art. 5º da Recomendação CNMP nº 16, de 28 de abril de 2010.	17/09/2013	Publicada no DOU, Seção 1, de 02/10/2013, pág. 79

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>).

Em 2013, o Conselho, com fulcro no art. 37, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, expediu as seguintes notas técnicas:

Quadro 6 – Notas Técnicas emitidas pelo CNMP em 2013

NOTA TÉCNICA	ASSUNTO	DATA DA APROVAÇÃO
Nota Técnica sobre as Propostas de Emenda à Constituição n.º 02, 05 e 68, de 2011.	Nota técnica a respeito das Propostas de Emenda à Constituição nº 02, 05 e 68, todas de 2011, ora em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, que tratam do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço, como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.	29/01/2013
Propostas de Emenda à Constituição nº 53 e nº 75, de 2011.	Nota Técnica referente às Propostas de Emenda à Constituição nº 53/2011 e nº 75/2011, em fase de deliberação pelo Plenário do Senado Federal, que contempla a previsão de “estatuto disciplinar único” para o Ministério Público Brasileiro.	31/07/2013

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>).



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por intermédio de sua Presidência, com fulcro no art. 12, inciso XXIV, do Regimento Interno e com o escopo de otimizar os serviços do Ministério Público brasileiro e contribuir com o aprimoramento do sistema de Justiça, estabeleceu diversas parcerias estratégicas, vindo a firmar 13 acordos e termos de convênio e de cooperação técnica, a saber:

- Termo de Convênio e Cooperação, celebrado em 29 de janeiro de 2013, entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para, em parceria, promoverem o fornecimento de dados cadastrais de advogados;
- Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 7 de fevereiro de 2013, entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a Comissão Nacional da Verdade para cessão e implementação de sistema informatizado de gestão de ouvidoria e outras disposições;
- Termo Aditivo ao Convênio, celebrado em 12 de março de 2013, entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão do Ministério da Fazenda, e o Conselho Nacional do Ministério Público, tendo por objetivo o intercâmbio de informações de interesse recíproco;
- Acordo de Cooperação, celebrado em 13 de março de 2013, entre a Presidência da República, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, para a efetivação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Acordo de Cooperação celebrado em 15 de março de 2013, entre o Poder Executivo, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais para assegurar a proteção dos consumidores e o acesso à Justiça e instituir a Comissão Nacional de Proteção do Consumidor e Acesso à Justiça;
- Termo de Cooperação Técnica, celebrado em 29 de abril de 2013, entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Corregedoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção/RJ para implementação do Projeto *Presença do Juiz na Comarca*;
- Acordo de Cooperação, celebrado em 14 de junho de 2013, entre a União, por intermédio do Conselho Nacional do Ministério Público, e a Escola de Direito Thomas Jefferson, com vistas ao desenvolvimento educacional e institucional;
- Termo de Cooperação Técnica, celebrado em 25 de julho de 2013, entre o CNMP e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para parcerias em projetos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Termo de Cooperação Técnica, celebrado em 1º de agosto de 2013, entre o CNMP e o CNJ para o desenvolvimento de ações para a divulgação institucional da Campanha de Combate à Corrupção;
- Termo de Cooperação, celebrado em 13 de agosto de 2013, entre o CNMP, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal, o Tribunal Superior do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o Superior Tribunal Militar e o Ministério Público da União para o intercâmbio de conhecimento, informações e tecnologias relacionadas à educação corporativa, na modalidade presencial e a distância, e o compartilhamento de espaço físico para as ações de capacitação;
- Termo de Cooperação, celebrado em 18 de setembro de 2013, entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Reforma do Judiciário, visando ao estabelecimento de bases gerais de mútua



cooperação para instrumentalização do Projeto *Atlas de Acesso à Justiça*, por meio do intercâmbio de informações nas áreas de estatística, de metodologias de avaliação, da formação de indicadores, bem como para alinhar esforços para a realização de estudos para a avaliação de políticas públicas no Sistema de Justiça;

- Termo de Cooperação, celebrado em 23 de outubro de 2013, entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Ministério de Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, definindo medidas para melhoria do Sistema Penitenciário e redução do déficit prisional; e
- Convênio de Cooperação, celebrado em 12 de novembro de 2013, entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Banco Central do Brasil, com o objetivo de permitir ao CNMP e ao Ministério Público brasileiro que lhe aderirem, no exercício das suas atribuições, a utilização do mecanismo de consulta às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), para fins de instrução de processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações possivelmente estiver envolvido.

No âmbito interno, foram arquivados, sumariamente, pela Presidência, 265 expedientes, com fundamento no art. 12, inciso XXX, do Regimento Interno do CNMP².

Também foram expedidos 318 ofícios e editadas 370 portarias. Dentre estas últimas, convém destacar as seguintes:

- Portaria CNMP/Presi nº 008, de 22 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a lotação e movimentação de pessoal no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 83, de 19 de abril de 2013, que dispõe sobre gestão do domínio *.mp.br* no âmbito do Ministério Público;
- Portaria CNMP/Presi nº 101, de 24 de abril de 2013, que regulamenta o processo de gestão de desempenho no estágio probatório dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 110, de 03 de maio de 2013, que dispõe sobre a entrega da declaração de bens e rendas no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências;
- Portaria CNMP/Presi nº 111, de 03 de maio de 2013, que regulamenta o exercício de funções de confiança e cargos em comissão no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público;
- Portaria CNMP/Presi nº 112, de 06 de maio de 2013, que regulamenta a concessão de diárias e passagens no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 113, de 06 de maio de 2013, que regulamenta o pagamento de gratificação de atividade de segurança no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 119, de 10 de maio de 2013, que homologa a proposta de projeto visando à implantação do sistema de processo eletrônico no CNMP, institui comissão para implantação do sistema de processo eletrônico do CNMP e concede gratificação de projetos a servidores;

² Até a entrada em vigor do novo RI/CNMP, incumbia à Secretaria Geral promover o arquivamento das petições iniciais quando manifesta a incompetência do Conselho ou quando da ausência de pedido de providência, com fulcro no art. 39, § 6º, do antigo RI/CNMP. A partir do novo Regimento Interno – Resolução CNMP nº 92/2013, essa atribuição passou a ser da Presidência do CNMP.



- Portaria CNMP/Presi nº 120, de 14 de maio de 2013, que regulamenta os critérios para o desenvolvimento de servidores nas carreiras de analista e técnico no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 147, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre a licença para capacitação no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 153 de 03 de junho de 2013, que regulamenta o pagamento de gratificação de projeto, prevista no art. 14 da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 174 de 17 de junho de 2013, que aprova o Plano de Gestão do CNMP para o exercício de 2013 e dá outras providências;
- Portaria CNMP/Presi nº 177, de 20 de junho de 2013, que dispõe sobre a criação do Comitê de Agenda do CNMP, para conciliar a alocação dos recursos escassos, de forma a permitir o pleno desenvolvimento das atividades do órgão;
- Portaria CNMP/Presi nº 197 de 08 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão do auxílio-transporte no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 198 de 08 de julho de 2013, que institui programa destinado à prorrogação da licença-maternidade e licença à adotante, no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 204 de 15 de julho de 2013, que dispõe sobre as competências das unidades que compõem a estrutura organizacional do CNMP e sobre as atribuições dos dirigentes subordinados à Presidência do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 221, de 31 de julho de 2013, que cria as Unidades de Apoio Vinculadas no âmbito do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 240 de 15 de agosto de 2013, que dispõe sobre a aquisição, locação e utilização de veículos oficiais, no âmbito do CNMP e dá outras providências;
- Portaria CNMP/Presi nº 241 de 15 de agosto de 2013, que aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna do CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 272, de 15 de agosto de 2013, que dispõe sobre o controle de acesso, circulação e permanência de pessoas no CNMP;
- Portaria CNMP/Presi nº 341 de 28 de outubro de 2013, que dispõe sobre a concessão do auxílio-moradia aos servidores do CNMP; e
- Portaria CNMP/Presi nº 367, de 12 de dezembro de 2013, que regulamenta a concessão de ajuda de custo e auxílio-moradia a conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em 2013, a Presidência prestou informações em 19 ações instauradas contra atos praticados pelo CNMP no exercício de sua atividade finalística, conforme relacionado a seguir:

- Mandado de Segurança nº 30.567: impetrado contra decisão do CNMP nos autos da Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 0.00.000.000623/2009-29;
- Mandado de Segurança nº 31.889: impetrado pela Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) contra decisão do CNMP no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000157/2012-87;
- Mandado de Segurança nº 31.884: impetrado contra decisão do CNMP na Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000669/2011-62;



- Mandado de Segurança nº 31.872: impetrado contra decisão do CNMP nos autos do Processo nº 0.00.000.000076/2012-87;
- Mandado de Segurança nº 31.306: impetrado contra acórdão do CNMP que negou provimento a recurso interno do impetrante, mantendo a decisão do Corregedor Nacional que determinou o arquivamento da Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000768/2010-63;
- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4926: proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) contra o art. 6º, inciso I, alínea *b*, da Resolução CNMP nº 9, de 05 de junho de 2006;
- Mandado de Segurança nº 32.095: impetrado contra acórdão do CNMP prolatado no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000517/2013-21;
- Mandado de Segurança nº 32.176: impetrado contra acórdão prolatado pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000117/2013-16;
- Mandado de Segurança nº 32.179: impetrado contra acórdão prolatado pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000611/2013-81;
- Mandado de Segurança nº 32.187: impetrado contra acórdão prolatado pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000117/2013-16;
- Mandado de Segurança nº 32.198: impetrado contra acórdão proferido pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000117/2013-16;
- Mandado de Segurança nº 32.196: impetrado contra acórdão proferido pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000117/2013-16;
- Mandado de Segurança nº 32.214: impetrado contra acórdão proferido pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000436/2011-60;
- Mandado de Segurança nº 32.266: impetrado contra acórdão do CNMP que instaurou Processo Disciplinar contra o impetrante, nos autos da Reclamação Disciplinar 1008/2012-35;
- Mandado de Segurança nº 32.333: impetrado contra acórdão proferido pelo CNMP nos autos da Revisão de Processo Disciplinar nº 0.00.000.001180/2012-99;
- Mandado de Segurança nº 32.327: impetrado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso contra decisão que concedeu liminar nos autos do Processo nº 0.00.000.000766/2013-17;
- Mandado de Segurança nº 32.446: impetrado contra decisão proferida pelo CNMP nos autos do Processo nº 0.00.000.001572/2011-77;
- Mandado de Segurança nº 32.523: impetrado contra acórdão proferido pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000117/2013-16; e
- Mandado de Segurança nº 32.373: impetrado contra acórdão proferido pelo CNMP nos autos do Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000117/2013-16.



2.5. Corregedoria Nacional do Ministério Público

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público encontra-se prevista no § 3º do art. 130-A da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e é regulamentada pelo Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, cabendo-lhe, basicamente, a atividade investigativa e preparatória do poder disciplinar do CNMP e a atividade executiva de inspeção e correição. As atividades da Corregedoria Nacional no ano de 2013 encontram-se espelhadas nos quadros a seguir:

Quadro 7 - Processos autuados na Corregedoria (todos os tipos) no período de 1º/12/2012 a 31/12/2013

TIPO	DEZ/12 A DEZ/13	%
Reclamação Disciplinar	376	92,6
Sindicância	14	3,4
Revisão de processo disciplinar (*)	3	0,7
Inspeção	10	2,5
Correição	3	0,7
Total	406	100,0

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Nota: (*) Com a aprovação do novo regimento interno do CNMP em março de 2013, a revisão de processo disciplinar não tramita mais pela Corregedoria Nacional.

2.5.1. Atividade Executiva

Quadro 8 – Inspeções realizadas em 2013

ESTADO	UNIDADES VISITADAS	RAMO
Acre	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PTM/AC	Ministério Público do Trabalho
	PR/AC	Ministério Público Federal
Ceará	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PRT/CE	Ministério Público do Trabalho
	PR/CE	Ministério Público Federal
	PJM/CE	Ministério Público Militar
Rondônia	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PR/RO	Ministério Público Federal
	PRT/RO	Ministério Público do Trabalho
Tocantins	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PTM/TO	Ministério Público do Trabalho
	PR/TO	Ministério Público Federal

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.



2.5.2. Acompanhamento de Resoluções do CNMP

Quadro 9 - Acompanhamento de Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público pela Corregedoria Nacional

RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
36/2009	Dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e telemáticas no âmbito do Ministério Público, cabendo à Corregedoria Nacional receber informações sobre o quantitativo mensal de interceptações em cada Unidade.	Acompanhamento mensal por meio do sistema CNMP/Ind.
43/2009	Institui a obrigatoriedade da realização de inspeções e correções no Ministério Público dos Estados e da União, ficando a Corregedoria Nacional responsável por receber os calendários anuais e os relatórios de tais atividades para análise dos trabalhos executados.	Calendários e Relatórios de 2013 em análise.
73/2011	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados. A Corregedoria Nacional deve ser comunicada anualmente da relação de membros de cada Unidade que exercem atividades de docência.	Dados de 2013 em recebimento e análise.
78/2011	Institui o Cadastro de Membros do Ministério Público. A Corregedoria Nacional, em conjunto com as Corregedorias-Gerais, será responsável por administrar esse sistema, além de participar de seu desenvolvimento e disponibilização.	Os operadores do sistema receberam treinamento e os dados básicos já foram cadastrados.

Fonte: Corregedoria Nacional do Ministério Público.

2.6. Ouvidoria Nacional do Ministério Público

A Ouvidoria Nacional do Ministério Público encontra as definições de sua atuação na Resolução CNMP nº 95/2013, que dispõe sobre as atribuições das Ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; reconhece a importância desses órgãos de transparência ministerial; estabelece uma estrutura mínima material, tecnológica e de pessoal permanente para o eficaz desempenho das suas atividades; define regras para o provimento do cargo de ouvidor e do substituto; e, por fim, estipula a necessidade de divulgação de relatórios de atividade periódicos.

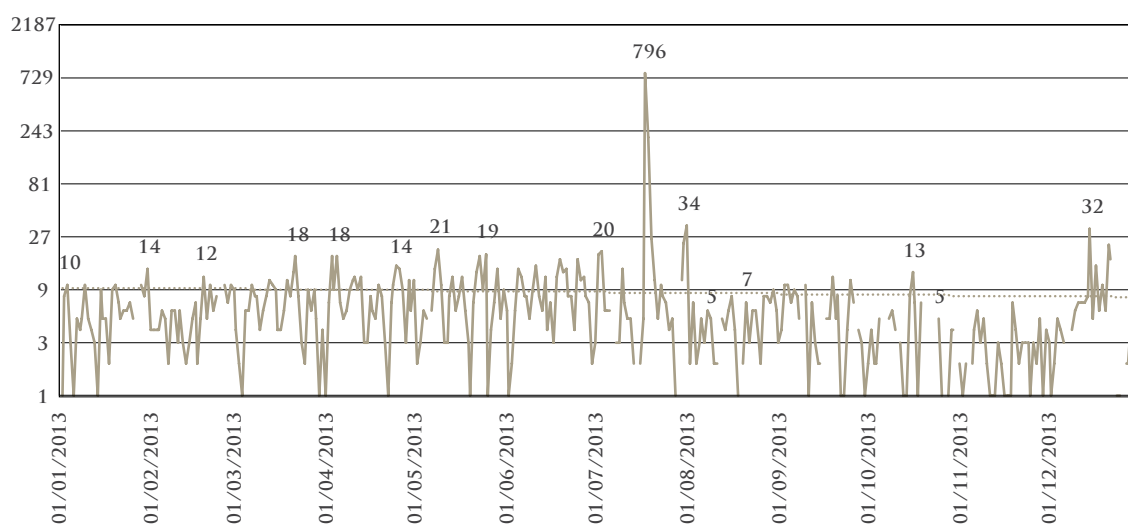
Principais realizações:

- Elaboração de sistema nacional de estatística das Ouvidorias do Ministério Público: este sistema visa operacionalizar a necessidade de coordenação das demais ouvidorias atribuída à Ouvidoria Nacional, objetivando identificar o número de demandas de cada uma, e realizar ações em âmbito nacional para aprimoramento da atividade;
- Realização do 1º Encontro Nacional de Ouvidorias do Ministério Público em 2 de julho de 2013: o evento, promovido pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público, reuniu representantes de todas as unidades do Ministério Público brasileiro em Brasília (DF), oportunidade na qual se realizaram palestras e pronunciamentos pelas autoridades presentes, tendo ocorrido ainda uma rodada de discussões sobre os relatórios a serem apresentados pelas ouvidorias ministeriais;



- Integração das Ouvidorias locais (estaduais e federais): a fim de cumprir o seu papel de promover a integração das diversas Ouvidorias ministeriais, a Ouvidoria Nacional, junto às Ouvidorias locais, busca formular uma linha geral de atendimento ao público;
- Verificação do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Isso é realizado mediante o encaminhamento periódico de informação das decisões proferidas pelas unidades do Ministério Público que, em grau de recurso, negarem acesso a informações; e
- Divulgação dos serviços oferecidos: constante divulgação, à sociedade, do importante papel institucional da Ouvidoria, primando sempre por um caráter institucional.

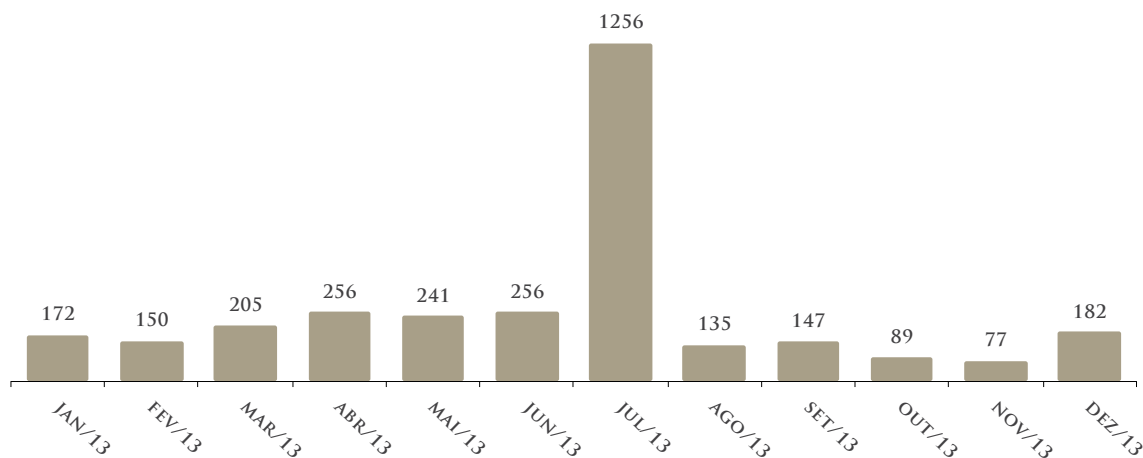
Gráfico 6 – Quantidade de solicitações recebidas por dia no ano de 2013



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Foram recebidas e processadas 3.166 solicitações durante o ano de 2013, com uma média de 8,67 solicitações por dia. No 1º semestre foram recebidas 1.280, cuja média foi de 7,07 solicitações por dia e 1.886 recebidas durante o 2º semestre, com uma média de 10,25 solicitações por dia.

Gráfico 7 – Quantidade de solicitações recebidas por mês no ano de 2013

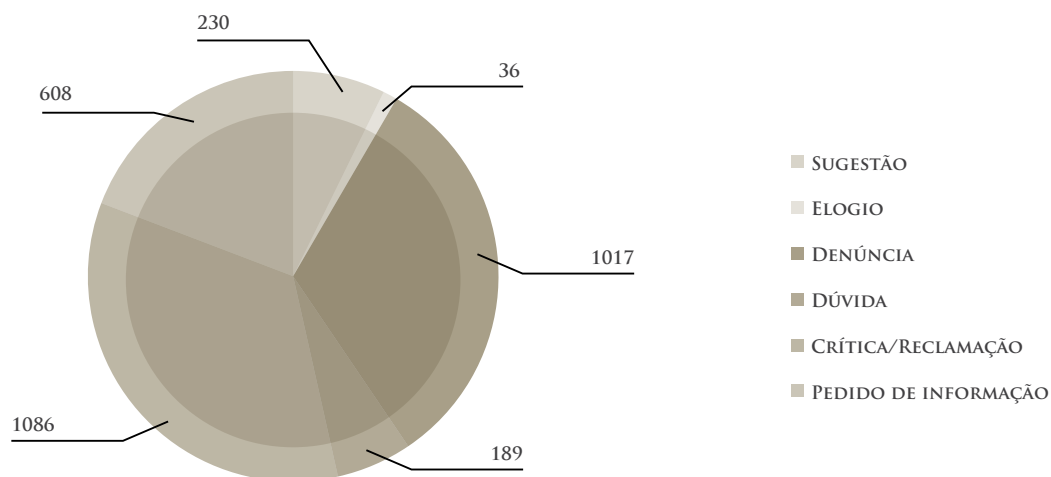


Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.



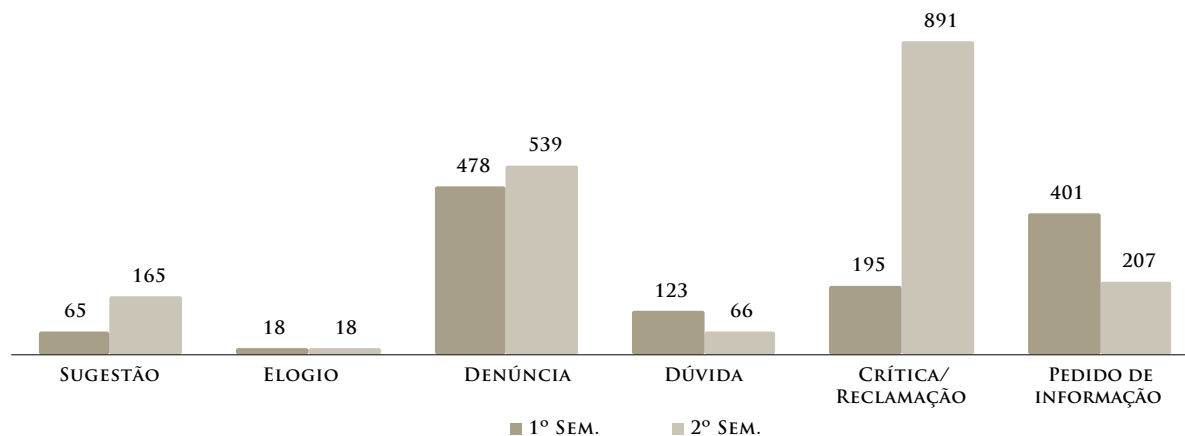
No mês de julho de 2013, percebe-se um número atípico de solicitações, as quais se tratam, em sua maioria, de manifestações de insurgência contra medidas judiciais praticadas por membro do Ministério Público do Estado do Acre em desfavor da empresa *Telexfree*, a qual estaria supostamente praticando crimes contra a economia popular.

Gráfico 8 – Quantidade de solicitações recebidas por categoria no ano de 2013



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

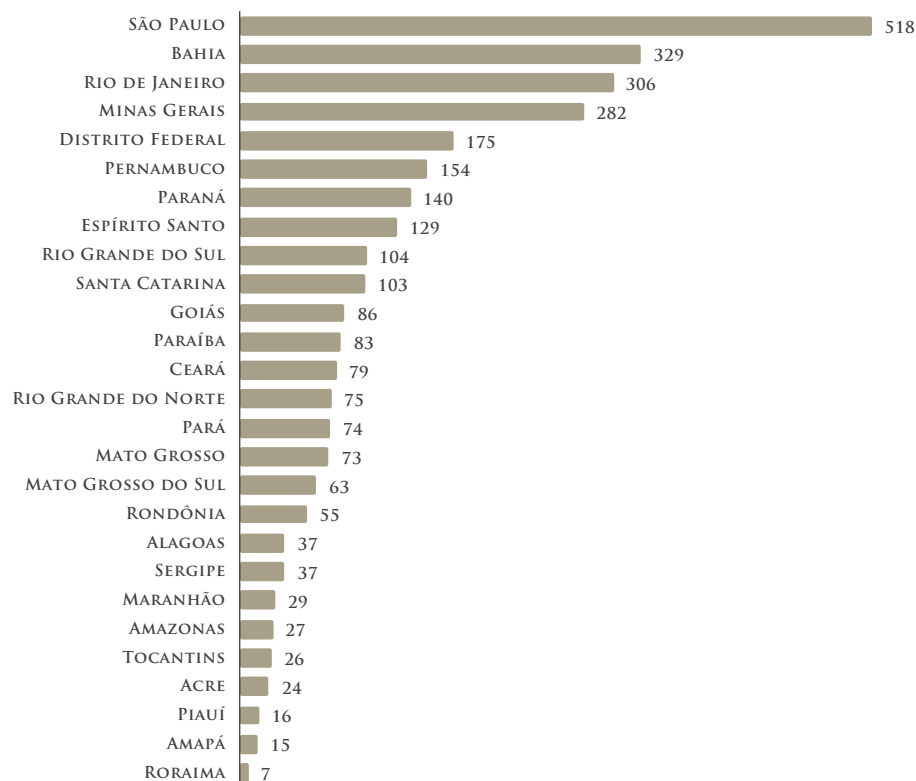
Gráfico 9 – Quantidade de solicitações recebidas por categoria em cada semestre de 2013



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

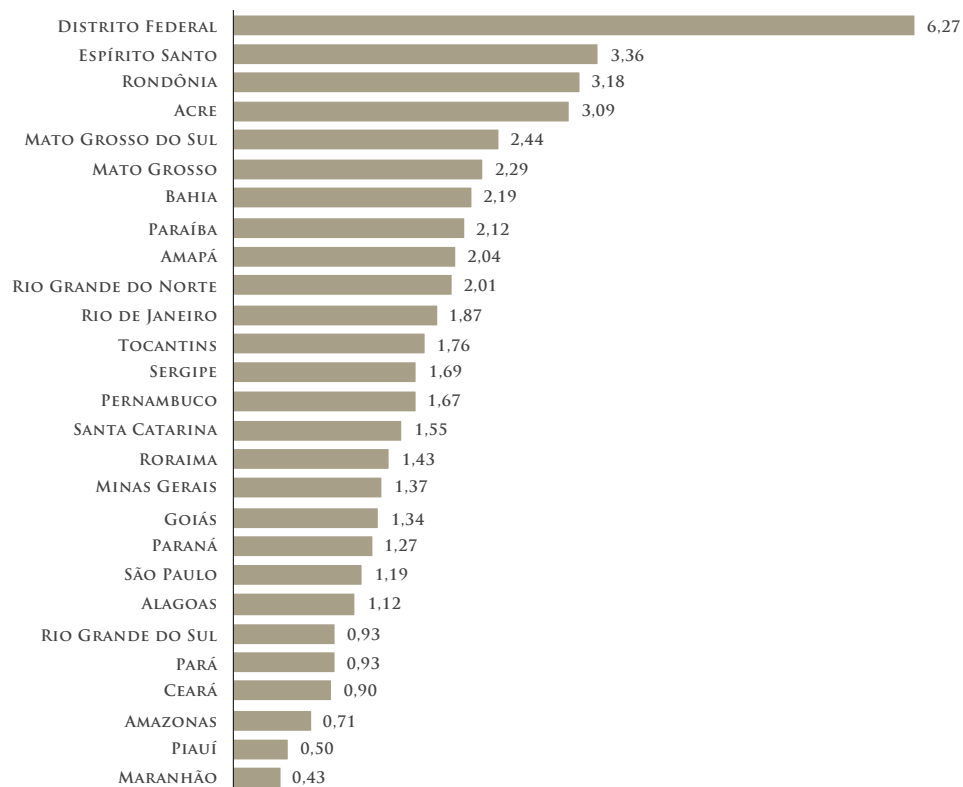


Gráfico 10 – Quantidade de solicitações recebidas por UF no ano de 2013



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.

Gráfico 11 – Quantidade de solicitações recebidas por habitante em cada UF no ano de 2013



Fonte: Ouvidoria Nacional do Ministério Público.



2.7. Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial

A Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial tem por objetivo propor, executar e administrar a política de Comunicação Social do Conselho Nacional do Ministério Público; planejar, coordenar, orientar, supervisionar e executar as atividades de comunicação social do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), inclusive quanto à assessoria de imprensa e de jornalismo, ao cerimonial e ao protocolo, à comunicação digital, à publicidade institucional e de utilidade pública e à comunicação interna; e promover a integração, o diálogo, a articulação e o intercâmbio de experiências entre as áreas de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro.

Principais realizações:

- O Portal do CNMP (www.cnmp.gov.br) recebeu, no ano de 2013, um total de 692.086 acessos, com 450.380 visitantes únicos e 2.050.831 páginas visualizadas, e, nas redes sociais, foram 15.246 *likes* no canal do CNMP no *Facebook*. Em todo o ano, mais de 130 mil pessoas foram alcançadas pelas mensagens postadas pelo Conselho no *Facebook*. A página do CNMP no *Twitter* registra 15.494 seguidores. Em cumprimento à Resolução CNMP nº 91/2013, em junho de 2013 houve a implantação do domínio *mp.br*;
- Os vídeos postados no canal do CNMP no *YouTube* obtiveram 19.031 visualizações. A partir de outubro de 2013, a transmissão ao vivo das sessões do CNMP via Internet passou a ser feita pelo canal do CNMP no *YouTube*, permitindo o acesso em qualquer navegador e em dispositivos móveis (*tablets*, celulares etc);
- Na comunicação interna, foram publicadas 527 notícias na Intranet; 57 edições do boletim *Linha Direta*, para orientar a comunicação direta das chefias com as equipes; 216 edições do boletim eletrônico diário *Conexão Digital*, enviado por *e-mail* para servidores do CNMP com as principais notícias publicadas na Intranet e no sítio do CNMP; 11 edições da revista eletrônica *Por Dentro do CNMP*; e 21 eventos internos;
- Foram produzidas 25 edições do informativo *Direto do CNMP*, boletim quinzenal que veicula as notícias sobre as atividades do Conselho e que é enviado para mais de 40 mil pessoas no Brasil;
- Foram registrados 777 atendimentos à imprensa, que resultaram em 5,9 mil matérias relativas ao CNMP em veículos de imprensa de todo o Brasil (rádio, Internet e impressos);
- A equipe produziu 688 *releases* para a área de notícias do *site* do CNMP e envio à imprensa;
- O Núcleo de Comunicação Institucional trabalhou em 16 publicações, lançadas até dezembro de 2013, com revisão, diagramação e impressão do material. Entre elas, cumpre destacar a *Revista do 3º Congresso de Gestão do Ministério Público*; os roteiros de aulas do projeto pedagógico da Campanha *Conte até 10 nas escolas*; o *Manual do Portal da Transparência*; *Roteiro de Atuação do MP na Copa das Confederações e Copa do Mundo*; a Cartilha *Cidadão com Segurança*; o anuário *MP: Um Retrato edição 2013* e o relatório *A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional*;
- Nas ações das campanhas em andamento, o Núcleo coordenou a criação dos *jingles* especiais de carnaval para a Campanha *Conte até 10*; elaborou leiautes especiais para divulgação na festa do boi em Parintins/AM; e planejou e aprovou a identidade visual do Prêmio CNMP 2013 e as demais peças da campanha. Em novembro, foi lançada a Campanha *Conte até 10 nas Escolas*, desdobramento da Campanha *Conte até 10. Paz. Essa é a atitude*. Nesta segunda fase, o público-alvo são jovens e adolescentes de todo o País, e as ações objetivaram fomentar a cultura de paz nas escolas. Um dos *jingles* da Campanha *Conte até 10. Paz. Essa é a atitude – o funk da paz –* conquistou o prêmio Colunistas 2013, recebendo o Bronze na categoria Produtos e Serviços Comunitários da área Rádio; e



- O Núcleo de Cerimonial atuou em 45 eventos internos e externos do CNMP. A realização de eventos é uma das principais estratégias de articulação do Conselho, e os encontros realizados têm crescido em relevância política e institucional.

2.8. Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o setor responsável pela promoção do controle da legalidade, legitimidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Nacional do Ministério Público, tendo como missão fortalecer e assessorar a direção do órgão, buscando agregar valor à gestão segundo os princípios constitucionais e legais.

Principais realizações:

- Implementação do Plano Anual de Atividades de Auditoria (Paint) 2013;
- Pesquisa e estudo de normas e decisões relacionadas às atividades de controle;
- Preparação e realização de trabalhos de auditoria de campo, relativos à gestão administrativa do CNMP em 2013, tais como: i) auditoria de gestão do CNMP (exercício 2012/TCU); ii) auditoria em processos de licitação e contratos; iii) auditoria de gestão patrimonial; iv) auditoria de TI; v) auditoria operacional de licitações e compras; vi) auditoria em diárias e passagens; vii) auditoria de folha de pagamento; viii) auditoria de Lei de Acesso à Informação; e ix) auditoria contábil e auditoria de gestão ambiental;
- Atividades de Setorial Contábil: acompanhamento e lançamento da conformidade contábil do CNMP; análise dos demonstrativos contábeis e envio das Máscaras de Análise e Notas Explicativas;
- Emissão de pareceres e notas técnicas a pedido da Secretaria Geral do CNMP;
- Emissão de notas técnicas quanto à legalidade dos atos de admissão e desligamento de pessoal;
- Apoio às atividades da Corregedoria Nacional no Estado do Ceará na confecção de seu respectivo relatório;
- Participação da apresentação do Sistema Integrado de Gestão de Auditoria (Siga) em desenvolvimento pelo Ministério da Integração Nacional (MI);
- Norma de Execução do Plano de Providências a ser implantado mediante aprovação por Portaria do Presidente do CNMP; e
- Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) 2014.

2.9. Secretaria Geral

De acordo com o art. 14 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público – Resolução nº 92/2013 –, os serviços da Secretaria Geral são dirigidos pelo Secretário Geral, membro de qualquer dos ramos do Ministério Público, com o auxílio do Secretário Geral Adjunto, ambos escolhidos e nomeados pelo Presidente do Conselho.

As atribuições da Secretaria Geral, a despeito de estarem previstas de modo difuso no Regimento Interno do Conselho, foram regulamentadas, especificamente, por meio da Portaria CNMP/Presi nº 204, de 15 de julho de 2013.

Assim, em consonância com o art. 66 do referido ato normativo, compete-lhe, em linhas gerais: i) zelar pela correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros; ii) aprovar a programação orçamentária e financeira do CNMP; iii) autorizar o



cronograma orçamentário e financeiro mensal das despesas correntes destinadas à manutenção das unidades do Conselho, bem como a liberação de serviços, investimentos e inversões financeiras não integrantes do cronograma orçamentário e financeiro mensal, de acordo com a natureza da despesa, além da concessão de diárias e passagens aos servidores e colaboradores eventuais do CNMP; iv) apresentar ao Presidente a proposta orçamentária do CNMP, a ser submetida ao Plenário; v) determinar o arquivamento de processos administrativos instaurados em desfavor de licitantes e contratados; vi) viabilizar a prestação de contas do exercício anterior; fixar diretrizes administrativas e implantar programas e projetos de caráter nacional; vii) expedir instruções de serviços no âmbito da Administração do CNMP; e viii) exercer outras atividades inerentes às suas atribuições determinadas pela Presidência.

Atos praticados pela Secretaria Geral

No exercício de 2013, a Secretaria Geral praticou, por intermédio de suas unidades, diversos atos de regulamentação e gestão, além de ter realizado reuniões e eventos institucionais, podendo-se conferir destaque aos seguintes:

- **Atos Normativos:** para além de auxiliar a Presidência na edição de diversos atos normativos concernentes à sua esfera de deliberação, a Secretaria Geral editou 214 portarias, procedendo-se à regulamentação de temas relevantes para o Conselho, entre os quais convém destacar: i) organização e funcionamento da Biblioteca do CNMP (Portaria CNMP/SG nº 15/2013); ii) procedimentos de contratação para aquisição de bens ou prestação de serviços no âmbito do CNMP (Portaria CNMP/SG nº 16, de 25 de janeiro de 2013); iii) gestão dos contratos administrativos firmados pelo Conselho (Portaria CNMP/SG nº 17, de 25 de janeiro de 2013); e iv) acompanhamento e avaliação da execução orçamentária das ações constantes na programação da Lei Orçamentária Anual (LOA), relativas ao CNMP (Portaria CNMP/SG nº 26, de 14 de fevereiro de 2013);
- **Atos de Gestão:** entre os atos administrativos ordinariamente praticados pela Secretaria Geral ao longo do ano, convém destacar os seguintes: i) arquivamento sumário de 48 expedientes, nos termos do art. 39, § 6º, do antigo Regimento Interno do CNMP – Resolução nº 31/2008³; ii) análise do cumprimento das decisões do Plenário do CNMP em 89 processos, dos quais 37 foram considerados cumpridos e 47 baixaram em diligência; e iii) elaboração e expedição de 455 ofícios, 15 ofícios circulares, 176 memorandos e 17 memorandos circulares;
- **Reuniões e Eventos:** a Secretaria Geral participou de diversas reuniões realizadas, periodicamente, pela Presidência com os Conselheiros, inclusive preparando as sessões ordinárias e extraordinárias do CNMP, organizando as pautas de julgamento, assessorando o Presidente na condução dos trabalhos e lavrando atas com o registro dos debates e das deliberações, na forma dos art. 9º e art. 12, inciso X, do Regimento Interno. De igual sorte, a Secretaria Geral foi responsável pela realização de eventos, reuniões e audiências públicas, realizados pelo CNMP ao longo do ano e destinados ao aprimoramento do Ministério Público brasileiro, que contaram com a participação de servidores e membros de todo o País, a exemplo do 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público;
- **Comitê de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCoM)** foi instituído pela Portaria CNMP/Presi nº 58, de 17 de agosto de 2010, com o objetivo de contribuir com a integração e o desenvolvimento da comunicação no Ministério Público brasileiro, por meio de planejamento, articulação e difusão de boas práticas em comunicação pública, visando à ampliação da transparência e do acesso dos cidadãos ao Ministério Público. No âmbito do CPCoM, sob a presidência da Secretaria Geral, foram realizadas, entre outras, as seguintes atividades: i) realização coordenada, e em âmbito nacional, das seguintes ações: a) implantação do domínio *mp.br*; b) lançamento das duas primeiras edições da Cartilha *Cidadão com Segurança*; divulgação do Banco Nacional de Projetos e entrega do Prêmio CNMP 2013; e c) realização da *Campanha contra a PEC 37* e da campanha

³ Até a entrada em vigor do novo RI/CNMP, incumbia à Secretaria Geral promover o arquivamento das petições iniciais quando manifesta a incompetência do Conselho ou quando da ausência de pedido de providência, com fulcro no art. 39, § 6º, do antigo RI/CNMP. A partir do novo Regimento Interno – Resolução nº 92/2013 –, essa atribuição passou a ser da Presidência do CNMP.

Conte até 10; ii) realização de duas reuniões ordinárias: a primeira nos dias 6 e 7 de maio; e a segunda no dia 12 de novembro – 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público; iii) apresentação, na reunião de novembro, de dados relativos à estrutura de Comunicação nos Ministérios Públicos dos Estados, que foram coletados na reunião de maio. O estudo, em fase de conclusão, retrata as estruturas disponíveis para a comunicação social nos Estados, incluindo número de servidores em atuação, existência ou não de regulamentação das atividades, veículos produzidos, relacionamento com imprensa, gestão de canais em redes sociais, entre outras informações⁴; e iv) a partir de solicitação dos integrantes do CPCoM, o Conselho iniciou o trabalho de redação de projeto básico de contratação de empresa de comunicação para ministrar treinamento de mídia (*media training*) para conselheiros e membros do Ministério Público. A futura licitação, a ser realizada na modalidade concorrência – técnica e preço – com registro de preço, conta com a adesão de 16 órgãos e prevê a realização de 80 turmas de *media training* a partir de 2014. A contratação conjunta permitirá ganho de escala para todos os participantes e melhor seleção do fornecedor, uma vez que incluirá análise e pontuação de propostas técnicas e da capacidade de atendimento das licitantes;

- Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP) foi instituído pela Portaria CNMP/Presi nº 7, de 18 de dezembro de 2008, com o objetivo de promover o direcionamento tecnológico do Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que promovam uma uniformização, padronização e integração de infraestrutura, sistemas, taxonomia, estatística e governança de tecnologia da informação. A Portaria CNMP/SG nº 08, de 24 de setembro de 2009, por sua vez, estabeleceu, entre outras coisas, que ao CPTI compete promover estudos, coordenar atividades e fixar políticas e padrões em tecnologia da informação para o Ministério Público brasileiro, permitindo, assim, uma atuação mais coesa e uniforme. Entre as atividades realizadas pelo CPTI, sob a presidência da Secretaria Geral, merecem destaque as seguintes: i) elaboração e apresentação de proposta de resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público brasileiro, procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação, a qual foi aprovada e culminou na Resolução CNMP nº 102, de 23 de setembro de 2013; ii) acompanhamento da Resolução CNMP nº 91/2013, para implantação do domínio *mp.br*; iii) elaboração de um *Caderno de Boas Práticas em Segurança da Informação*, em que foram considerados diversos aspectos já praticados no âmbito do Ministério Público, constituído por um modelo de formato de políticas de segurança da informação e por dois modelos de ato normativo; iv) elaboração de relatório recomendando soluções de gerenciamento de projetos, solicitado pelo Fórum Nacional de Gestão, abordando diversos pontos que levaram à indicação de um *software* de código aberto; v) realização de um estudo de soluções em nuvem – *cloud computing* – que apontou a possibilidade, para o Ministério Público, de contratação das seguintes soluções: *e-mail* eletrônico, ambiente colaborativo e *colocation*; vii) elaboração, pelos gestores de TI, da *Carta de Pernambuco*, manifestando a necessidade de resoluções do CNMP sobre os seguintes assuntos: quadro mínimo de profissionais de TI; estrutura organizacional mínima de TI e orçamento mínimo a ser aplicado nesta área; viii) elaboração e apresentação de minuta de Resolução – atualmente em fase de revisão – definido uma “Estrutura Mínima de TI” para as unidades do Ministério Público, um orçamento mínimo de TI, um planejamento estratégico de TI, com alinhamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e das Unidades do Ministério Público; e ix) apresentação de cronograma e recomendações para atender à Resolução Conjunta CNMP/CNJ 03/2013, que dispõe sobre interoperabilidade e avaliação das experiências vividas pelas unidades do Ministério Público;
- Comitê de Políticas de Segurança Institucional do Ministério Público (CPSI) foi instituído pela Portaria CNMP/Presi nº 150, de 31 de agosto de 2011, com o objetivo de promover o direcionamento das ações de segurança do Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que promovam a uniformização, padronização e integração dos Planos de Segurança Institucional (PSI), dos Planos de Segurança Orgânica (PSO) e das Ações de Segurança. A Portaria CNMP/SG nº 73, de 22 de setembro de 2011, que regulamentou os trabalhos a serem desenvolvidos pelo CPSI, estipulou a sua organização, prazos, ações a realizar, condutas, incumbências e normas. A partir de novembro de 2011, o CPSI iniciou suas atividades, sob a consultoria de uma

⁴ A partir de 2014, o estudo incluirá também dados relativos ao Ministério Público Federal (MPF), ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e ao Ministério Público Militar (MPM), o que resultará no retrato completo da comunicação social no âmbito do Ministério Público brasileiro.



empresa especializada. No exercício de 2013, o CPSI, sob a presidência da Secretaria Geral, desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades: i) elaboração de proposta de resolução destinada a instituir o Sistema de proteção pessoal de membros, servidores e de seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício de função, apresentada ao Plenário do CNMP, pela Presidência, em 21 de outubro de 2013; ii) elaboração de proposta de resolução destinada a instituir a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, apresentada ao Plenário do CNMP, pela Presidência, em 21 de outubro de 2013; iii) realização de duas reuniões ordinárias deliberativas: a primeira de 12 a 14 de junho de 2013; a segunda, em 12 de novembro de 2013, durante o Congresso de Gestão do Ministério Público; e iv) realização da *Mostra de Boas Práticas em Segurança Institucional* durante o 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, consolidando sua atuação junto aos demais Comitês. Por fim, cumpre registrar que a Resolução Conjunta CNJ/CNMP, aprovada no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 31 de maio de 2013, e no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em 30 de julho de 2013, regulamentando, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, o porte de arma de fogo por servidores que exercem funções de segurança em tais Instituições, também foi fruto do trabalho realizado pelo CPSI, ao qual competiu, juntamente com o CNJ, a elaboração da respectiva minuta no ano de 2012; e

- Comitê de Agenda foi instituído pela Portaria CNMP/Presi nº 177, de 20 de junho de 2013, com a finalidade de consolidar informações e adequar a disponibilidade de datas de eventos, projetos, desenvolvimento de sistemas, contratações e outras iniciativas que concorram por recursos físicos, humanos ou orçamentários do CNMP. Na estrutura do CNMP, o Comitê de Agenda exerce, ainda, as funções e atribuições de Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, definidas na Resolução CNMP nº 70, de 15 de junho de 2011. Nas seis reuniões do Comitê realizadas no exercício de 2013, sob a presidência da Secretaria Geral, entre outras atividades, foi aprovada e atualizada a agenda de eventos do Conselho; apresentado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); realizados balanços dos projetos estratégicos e setoriais; e apresentado o plano de reestruturação do escritório de projetos do CNMP.

Somam-se às realizações da Secretaria Geral do CNMP, durante o exercício de 2013: i) atuação para o aperfeiçoamento das atividades de comunicação do Conselho, que envolvem, em especial: a) reformulação da página do CNMP na Internet e na Intranet, lançamento do novo Portal da Transparência e ampliação da utilização das redes sociais (*Facebook, Twitter, YouTube e Flickr*) para divulgação de matérias de interesse do CNMP; b) apoio no desdobramento da Campanha *Conte até 10*, com o lançamento do projeto pedagógico nas escolas de ensino médio de todo o País, em parceria com o Ministério Público nos Estados; e c) alocação dos recursos necessários para publicações e lançamentos de cartilhas, manuais e revistas, com o escopo de aprimorar os serviços prestados à sociedade, como a *Cartilha de Acessibilidade, Manual da Transparência, Revista do Congresso de Gestão do Ministério Público Brasileiro*, e a elaboração e lançamento da publicação *Conselho Nacional do Ministério Público – 8 anos*, que fez um retrospecto da atuação do CNMP, desde a sua instalação até o ano de 2013; ii) acompanhamento da execução do planejamento estratégico do CNMP, por meio do desdobramento dos objetivos para o nível tático, em planos diretores setoriais, a partir dos quais foi definido o portfólio de projetos e iniciativas para o ano de 2013, englobando, também, a área-fim (Corregedoria Nacional, Ouvidoria Nacional, Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública e as oito Comissões Permanentes então existentes). Ao todo, foram definidos 149 projetos, 155 indicadores e 143 processos prioritários nas 20 unidades participantes (11 da área-fim e nove da área-meio), que são monitorados periodicamente, em reuniões de análise da estratégia nos níveis estratégico, tático e operacional; iii) investimento na modernização tecnológica do Conselho, com a destinação de mais de R\$ 1,0 milhão para a aquisição de equipamentos e ativos de redes; iv) avanço no processo de autonomia para o gerenciamento de todos os serviços disponibilizados pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), antes realizados pela Procuradoria-Geral da República; v) aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2013/2014 (Portaria CNMP/SG nº 95, de 1º de agosto de 2013) e priorização do desenvolvimento de sistemas como o *Diário Eletrônico*, o *Sessão Eletrônica*, e o *Portal de Atendimento*, entre outros; vi) condução da elaboração da proposta orçamentária do CNMP e das negociações com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) – como resultado dos esforços realizados, o orçamento do



CNMP saltou de cerca de R\$ 14 milhões, em 2009, para, aproximadamente, R\$ 78 milhões em 2013; vii) adoção de diversas providências para aperfeiçoar a gestão de pessoas no âmbito do CNMP, entre as quais vale destacar: a) migração da folha de pagamento para o CNMP, em janeiro de 2013; b) investimento em capacitação dos servidores, com a destinação de recursos para realização do primeiro processo seletivo para recebimento de bolsas para cursos de pós-graduação; c) provimento de cargos em comissão e designação de servidores para exercer funções de confiança, bem como o provimento dos cargos do quadro de pessoal do Conselho e exoneração de servidores, nos termos da delegação realizada pela Portaria CNMP/Presi nº 333, de 10 de outubro de 2013; d) retificação do enquadramento dos servidores, observadas as progressões obtidas na carreira, realizada pela Portaria CNMP/Presi nº 195, de 2 de dezembro de 2013; e) regulamentação da implementação dos cargos e funções do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme Portaria Conjunta CNMP/MPU nº 01, de 14 de novembro de 2013; e f) início dos estudos para organização do 1º Concurso Público para Analistas e Técnicos do CNMP; e viii) concessão de diárias e passagens a Conselheiros, Membros Auxiliares, Membros Colaboradores, Servidores e demais Colaboradores que se deslocaram a serviço, ao longo do ano, no interesse do CNMP, nos termos da Portaria CNMP/Presi nº 112, de 27 de agosto de 2013 e da delegação realizada pela Portaria CNMP/Presi nº 309, de 23 de setembro de 2013.

2.9.1. Secretaria de Administração

Cabe à Secretaria de Administração planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas à gestão de pessoas e à administração de serviços gerais, de compras, de contratos, de material e patrimônio, de transportes, de serviços de engenharia e manutenção predial, além da execução orçamentária e financeira.

Principais realizações:

- Encaminhamento para instrução de 180 processos de contratações que resultaram em 17 dispensas de licitações, nove inexigibilidades, uma adesão à ata de registro de preços e 49 pregões, realizados de forma eletrônica;
- Emplacamento e distribuição de 1.279 novos itens patrimoniais adquiridos em 2013 e emissão de 478 Termos de Transferência de bens;
- Atividades de gestão sustentável no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), inclusive com o incentivo ao consumo de papel reciclado e a diminuição no consumo de energia elétrica;
- Acompanhamento dos projetos de construção da nova sede do CNMP, por meio da comissão designada pela Portaria CNMP/SG nº 50, de 16 de agosto de 2011;
- Execução de despesa no valor de R\$ 1,68 milhão para aquisição de passagens aéreas para os deslocamentos necessários a realização das atividades do Conselho. Em complemento, foi pago o valor de R\$ 2,30 milhões com diárias, sendo 839 diárias para conselheiros, 618 para servidores e 1.830 para membros auxiliares e colaboradores;
- Implantação definitiva da folha de pagamento;
- Realização de 89 processos de treinamentos, sendo 83 abertos e seis instrutorias internas;
- A Comissão Permanente de Licitações realizou até a presente data 58 pregões eletrônicos, que resultaram no valor contratado de R\$ 6,99 milhões;
- Transportes: foram registradas 6.734 saídas, com 129.496 quilômetros rodados;
- Realização de dois processos seletivos para contratação de estagiários, nos meses de abril e setembro, e a ampliação das vagas disponíveis; e
- O quadro atual de servidores apresentou a seguinte evolução no ano de 2013:



Quadro 10 – Comparativo do quadro de servidores do CNMP em 31/12/2012 e em 31/12/2013

CARGO	31/12/2012	31/12/2013
Analistas	93	86
Técnicos	111	115
Requisitados	53	34
Contratados	12	15
Total	269	250

Fonte: Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Sistema Hórus.

2.9.2. Secretaria de Gestão Estratégica

À Secretaria de Gestão Estratégica compete: i) coordenar e garantir a execução do Planejamento Estratégico do CNMP, definido para o período 2010-2015; ii) monitorar os projetos estratégicos do CNMP, padronizando procedimentos e documentos relativos à sua gestão, além de consolidar e publicar informações sobre o desempenho desses mesmos projetos; iii) coordenar tecnicamente o mapeamento e otimização dos processos de trabalho das unidades do CNMP; iv) municiar o órgão com números e análises estatísticas relativas à tramitação processual e à atuação administrativa e funcional das unidades do Ministério Público; e v) subsidiar e apoiar tecnicamente as iniciativas da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP.

Principais realizações:

- Estruturação e início da implantação do Modelo de Gestão Integrada da Estratégia do CNMP;
- Implementação do modelo de monitoramento da estratégia no âmbito do CNMP, com a condução e assessoria na realização de 61 Reuniões de Acompanhamento Operacional (RAO) pelas unidades administrativas, dez Reuniões de Acompanhamento Tático (RAT) pelas unidades finalísticas e pela Secretaria Geral e uma Reunião de Acompanhamento Estratégico (RAE) deste Conselho;
- Implantação da plataforma de gestão Channel, englobando atividades de mentoria e suporte, cadastro dos projetos estratégicos e setoriais, criação de painéis de monitoramento e cadastro dos Planos Diretores do Fórum Nacional de Gestão e da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Realização de atividades de assessoramento estatístico para as publicações: i) *A Visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional brasileiro, 2013* com informações provenientes da Resolução CNMP nº 56/2012, que trata das inspeções em estabelecimentos prisionais por membros do Ministério Público (MP); ii) *Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes, Relatório da Resolução CNMP nº 67/2011*; iii) *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País, Relatório da Resolução CNMP nº 71/2011*; iv) *Ministério Público – Um Retrato, 2013*, com informações provenientes da Resolução CNMP nº 74/2011; e v) *Diagnóstico da Comunicação do Ministério Público nos Estados*;
- Acompanhamento do cumprimento, no âmbito do CNMP, da Resolução nº 86/2012, que dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público, com a participação e assessoria técnica ao Comitê Gestor Permanente do Portal da Transparência do Ministério Público;



- Consultoria técnica à Auditoria Interna (Audin) sobre o modelo de análise estatística referente à estimativa de preços para instrução dos processos licitatórios do CNMP;
- Assessoramento às atividades do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP): realização de três reuniões presenciais, fomento e participação no ambiente virtual e lista de discussão e participação nos Grupos de Trabalho de indicadores, projetos e processos. Acompanhamento das ações e deliberações da plenária do FNG;
- Elaboração de minuta de Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), visando à implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes à atuação do Ministério Público brasileiro;
- Elaboração de minuta de Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), tendo como objetivo a realização de ações conjuntas que promovam o intercâmbio de insumos, informações, experiências e conhecimentos de gestão educacional, visando à criação de uma rede de capacitação no âmbito do Ministério Público brasileiro e ao fortalecimento da atuação da Unidade de Capacitação do Ministério Público (UCMP), vinculada à Presidência do CNMP;
- Mapeamento dos processos e das rotinas de trabalho para implementação do Processo Eletrônico do CNMP e dos processos necessários publicação de matérias no Diário Eletrônico do CNMP;
- Elaboração e/ou revisão de diversos normativos do CNMP, além da Elaboração de Fluxograma com o processo de Revisão/Elaboração de Atos Normativos;
- Reformulação do Organograma do CNMP de acordo com a Portaria CNMP/Presi nº 221, de 31 de julho de 2013;
- Elaboração do Lotaciograma Unificado do CNMP, para gestão pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- Coordenação do Grupo de Trabalho de consolidação do Relatório de Gestão do CNMP referente ao exercício 2013, em atendimento a determinação do TCU;
- Levantamento do histórico de nomeações e redistribuição de servidores entre CNMP e MPU nos termos da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011;
- Elaboração do Relatório Final da Gestão do Secretário Geral no período 2007 a 2013;
- Reestruturação do Escritório de Projetos do CNMP, a partir de diagnóstico realizado no final de 2012, redefinindo a metodologia de gerenciamento de projetos aplicada ao CNMP: i) definição do modelo de operação do Escritório de Projetos, com sua estrutura, abrangência, papéis e responsabilidades associadas; ii) definição da metodologia de gerenciamento de portfólios com instrumentos para categorização e priorização de projetos; e iii) criação de um plano de capacitação em Gerenciamento de Projetos, Programas e Portfólio, de forma a consolidar, gradativamente, a cultura de gerenciamento de projetos;
- Elaboração do Plano de Gestão do CNMP para o exercício de 2013, etapa de desdobramento do Plano Estratégico, com o objetivo de definir os projetos e processos trabalhados ao longo do ano, e os indicadores utilizados para monitorá-los, visando alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos;
- Coordenação da organização do 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado de 12 a 14 de novembro de 2013, em Brasília/DF, com a participação de 571 congressistas, dentre membros e servidores do Ministério Público brasileiro e de órgãos públicos parceiros;



- Condução do Projeto Estratégico Implantação de Questionário de Avaliação – Governança Institucional: aplicação do questionário, análise, consolidação dos dados e apresentação ao Comitê de Agenda; e
- Coordenação da participação do CNMP no VII Congresso Nacional de Gestão do Conhecimento na Esfera Pública (Congep).

2.9.3. Secretaria de Planejamento Orçamentário

A Secretaria de Planejamento Orçamentário (SPO), órgão de apoio técnico, foi criada em fevereiro de 2010 e atua como órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento da Administração Federal, orientando tecnicamente as unidades gestoras do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no planejamento e na execução das atividades afetas à área de orçamento e finanças.

Principais realizações:

- Elaboração e encaminhamento da Proposta Orçamentária de 2014 à Secretaria de Orçamento Federal e à Presidência da República;
- Articulação, como Órgão Setorial de Orçamento, com outras unidades dos Poderes da República, em assuntos relativos à área de orçamento e finanças;
- Avaliação e condução da estratégia orçamentária e financeira do CNMP, com definição de procedimentos de acompanhamento do processo de planejamento e da execução orçamentária e financeira;
- Acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira, identificando e indicando soluções para as distorções entre a despesa prevista e a executada, com reprogramação e/ou solicitação de créditos adicionais; e
- Pronunciamentos técnicos sobre assuntos inerentes à área de orçamento e finanças do CNMP.

2.9.4. Secretaria Processual

A Secretaria Processual, subordinada à Secretaria Geral do CNMP, tem por finalidade o protocolo de documentos; a autuação e distribuição de processos; o atendimento ao público; o processamento dos feitos de competência do Conselho; os registros plenários; o cumprimento das decisões e resoluções do Conselho e o apoio administrativo aos Gabinetes e Comissões.

Principais realizações:

- Participação ativa nas demandas criadas pelo grupo responsável pelo Desenvolvimento do Processo Eletrônico no âmbito do CNMP;
- Apresentação à Secretaria de Tecnologia da Informatização de inúmeras sugestões para alterações técnicas no atual programa que atende aos registros processuais do órgão (Metaframe), visando implementar melhores funcionalidades aos usuários internos e externos com maior agilidade e otimização no retorno das informações disponibilizadas. Nesse intuito, foram incrementadas as ferramentas de pesquisas e consultas já existentes, e desenvolvidas novas opções de relatórios para acompanhamento processual. Vale mencionar também as melhorias acrescentadas aos campos de registro de dados, fundamentais para garantir o bom resultado dos trabalhos efetuados pela Secretaria na área de autuação e distribuição;



- Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões (Coade), até a presente data, expediu 507 ofícios e nove ofícios circulares, além da produção de quatro relatórios. No ano corrente o setor passou a peticionar e acompanhar as intimações de decisões nos processos de interesse do CNMP em curso no sistema e-CNJ; e
- Acompanhamento do cumprimento das Resoluções e Decisões Plenárias ou Monocráticas proferidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conforme o quadro a seguir:

Quadro 11 – Processos Individuais por ano e movimentações

MOVIMENTAÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Processos c/ Determinação	3	29	32	54	55	126	50	44	10	403
Processos Cumpridos	2	27	30	49	45	118	44	36	3	354
Suspensos/Anulados pelo STF	1	2	2	4	4	1	1	-	1	16
Aguardando Resposta do MP	-	-	-	1	-	1	1	2	5	10
Remetido ao Gabinete do Relator	-	-	-	-	1	2	2	5	-	10
Remetido ao Secretário Geral	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2
Abertura de RCA*	-	-	-	-	3	3	1	-	-	7
Acompanhamento pelas Comissões	-	-	-	-	2	-	1	1	-	4
Índice de cumprimento por ano**:	100,0	100,0	100,0	98,0	91,8	94,4	91,7	83,7	33,3	92,4

Fonte: Secretaria Processual.

Notas: *Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.

** Cálculo: Processos Cumpridos/Processos com determinação X 100.

Quadro 12 – Processos com determinação e cumpridos por Ministério Público

UNIDADE	Nº PROCESSOS COM DETERMINAÇÃO	Nº PROCESSOS CUMPRIDOS	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO
MP/AC	15	12	80%
MP/AL	6	6	100%
MP/AM	31	26	84%
MP/AP	6	6	100%
MP/BA	14	14	100%
MP/CE	19	14	74%
MP/DFT	13	12	92%
MP/ES	17	16	94%
MP/GO	5	4	80%
MP/MA	4	3	75%

Continua



Continuação

UNIDADE	Nº PROCESSOS COM DETERMINAÇÃO	Nº PROCESSOS CUMPRIDOS	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO
MP/MT	4	4	100%
MP/MS	5	4	80%
MP/MG	19	17	89%
MP/PA	12	11	92%
MP/PB	6	6	100%
MP/PE	10	9	90%
MP/PI	37	34	92%
MP/PR	8	6	75%
MP/RJ	15	12	80%
MP/RN	16	16	100%
MP/RS	10	9	90%
MP/RO	11	10	91%
MP/RR	6	6	100%
MP/SC	15	13	87%
MP/SE	12	11	92%
MP/SP	24	20	83%
MP/TO	3	3	100%
MPF	33	27	82%
MPT	19	16	84%
MPM	5	4	80%
TODOS MPs	3	3	100%
Total	403	354	88%

Fonte: Secretaria Processual.



Quadro 13 – Cumprimento das Resoluções por Unidade do Ministério Público

RECOMENDAÇÕES	MP/ AC	MP/ AL	MP/ AP	MP/ AM	MP/ BA	MP/ CE	MP/ ES	MP/ GO	MP/ MA	MP/ MT	MP/ MS	MP/ MG	MP/ PA	MP/ PB	MP/ PR	MP/ PE	MP/ PI	MP/ RJ	MP/ RN	MP/ RS	MP/ RO	MP/ RR	MP/ SC	MP/ SP	MP/ SE	MP/ TO	MPDFT	MPF	MPT	MPM		
REC Nº 03	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A		
RESOLUÇÕES	MP/ AC	MP/ AL	MP/ AP	MP/ AM	MP/ BA	MP/ CE	MP/ ES	MP/ GO	MP/ MA	MP/ MT	MP/ MS	MP/ MG	MP/ PA	MP/ PB	MP/ PR	MP/ PE	MP/ PI	MP/ RJ	MP/ RN	MP/ RS	MP/ RO	MP/ RR	MP/ SC	MP/ SP	MP/ SE	MP/ TO	MPDFT	MPF	MPT	MPM		
RES. Nº 9/10	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	N	C	C	C	C	C		
RES. Nº 13	C	C	C	C	C	C	C	A	A	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	A	A	C	C	C	C	C	C	C	A	*	C	
RES. Nº 22	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 23	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	N	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 27	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 30	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 37	C	C	A	C	C	A	C	A	C	C	A	A	C	P	C	C	C	A	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	
RES. Nº 38	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 40	C	A	A	C	C	C	A	C	A	C	A	C	C	A	C	C	P	C	C	A	C	A	C	A	A	C	C	A	C	C	C	
RES. Nº 42	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P	
RES. Nº 50	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 53	C	C	C	C	A	C	*	C	C	C	C	C	C	C	P	C	C	A	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	*	C	
RES. Nº 64	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	A	
RES. Nº 63	A	A	A	A	C	A	A	A	A	C	A	A	A	A	A	P	A	A	A	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	
RES. Nº 65	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	A	C	A	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
RES. Nº 70	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 89	C	P	C	C	C	C	C	P	C	C	P	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	P	P	A	P	A	C	N	A	
RES. Nº 91	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	
RES. Nº 93	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	
RES. Nº 102	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento de Decisões/Secretaria Processual.

Legenda:

- C: Resolução foi considerada cumprida, seja por decisão da Comissão de Controle Administrativo, seja pelo Plenário.
- P: Pendente de julgamento acerca do cumprimento: Procedimento de Controle Administrativo (PCA) já distribuído a um Relator ou autuado como anexo à Proposta de Resolução.
- N: PCA julgado com determinações: de posse do Núcleo de Acompanhamento das Decisões para verificação do cumprimento.
- A: Processo arquivado sem julgamento de mérito.
- * Não é alcançado pelas normas da Resolução.



2.9.5. Secretaria de Tecnologia da Informatização

A Secretaria de Tecnologia da Informatização (STI) tem por objetivo atuar no planejamento, na execução e no acompanhamento das ações relativas à Tecnologia da Informação dentro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Além disso, desempenha o papel de Secretaria do Comitê de Políticas de TI do Ministério Público com o desafio de promover o direcionamento tecnológico do MP Brasileiro.

Principais realizações:

- Elaboração, aprovação e publicação do primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do CNMP, para o biênio 2013/2014;
- Implantação de sistema de alto desempenho e disponibilidade do banco de dados institucional, planejado para manter a continuidade do serviço mesmo em caso de falha de um de seus componentes;
- Administração da Resolução CNMP nº 91/2013 que dispõe sobre a utilização do domínio *mp.br*;
- Apoio à realização da III Mostra de TI do Ministério Público em Recife/PE, onde a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) passou ao Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação (CPTI-MP) a responsabilidade pela organização dos próximos eventos de tecnologia;
- Desenvolvimento e implantação de aplicativos: Sistema para Coleta de Dados de Ouvidorias, Sistema de Controle de Processos da Corregedoria, Sistema Cadastro de Membros, Sistema de Resoluções e o Portal Nacional da Transparência;
- Implementação de nova versão do Sistema de Sessão Eletrônica e do Sistema de Gestão de Tabelas, além da adaptação do Sistema Processual ao novo regimento do CNMP;
- Conclusão da Implantação do Sistema Gestão de Pessoas (GPS), Sistema Integrado de Pessoas e Saúde (Hórus), Sistema de Ponto Eletrônico (Grifo), Sistema de Gestão de Viagens (SGV) e o Sistema de Controle de Movimentação de Documentos (Fênix);
- Virtualização do Sistema de Correio Eletrônico, Portal de Atendimento, Portal do CNMP e demais aplicativos;
- Planejamento e implantação de camada de segurança entre a rede interna do CNMP e a rede externa, isolando os serviços que necessitem acessar a Internet;
- Migração do serviço de *e-mail* que era hospedado no Ministério Público Federal (MPF) para a infraestrutura do CNMP;
- Implantação e acompanhamento dos indicadores operacionais para aferição do desempenho das atividades da STI;
- Disponibilidade da Internet: O Serviço de Infraestrutura e Produção apurou a média de 99,42% de disponibilidade dos serviços de Internet, superando a meta planejada de 99%; e
- Índice de Cumprimento de Prazos de Entregas dos Sistemas: O Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas obteve um resultado de 88,12% no total de entregas realizadas dentro do prazo, superando a meta inicial planejada de 75%.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2013 foi marcado por transições significativas para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na área administrativa, a despeito de ainda contar com o relevante apoio da Procuradoria-Geral da República, o Conselho avançou, substancialmente, no processo de construção de sua autonomia operacional. Nesse contexto, merecem especial destaque a assunção, pelo CNMP, da gestão de todos os seus sistemas; a separação e administração de sua infraestrutura tecnológica; e a condução de seus processos críticos, a exemplo da folha de pagamento.

Na área finalística, houve a renovação de dez dos 14 Conselheiros, incluindo o Presidente. Entretanto, não houve descontinuidade nos serviços. A introdução do sistema *Sessão Eletrônica* e a reformulação da metodologia de trabalho trouxeram mais eficiência aos julgamentos realizados pelo Plenário, permitindo, inclusive, a inversão na tendência de crescimento do passivo de processos em tramitação.

Ainda nesta seara, o avanço na missão de fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro foi singular. O delineamento pelo Colegiado de balizas normativas imprescindíveis para o exercício eficiente e regular das funções ministeriais e a realização de atividades coordenadas para promover a discussão, orientação e deliberação acerca de temas relevantes para toda a sociedade brasileira, constituiu a tônica do ano de 2013.

No ano de 2014, as transformações vivenciadas pelo Conselho encontrarão seu capítulo decisivo. A conclusão do processo de opção definitiva dos servidores pela carreira do Conselho ou do Ministério Público da União (MPU); a realização do primeiro concurso público exclusivo do CNMP; a reformulação de sua estrutura organizacional; o incremento do seu quadro de pessoal; o aperfeiçoamento de sua legislação de regência; o avanço no mapeamento e padronização dos seus procedimentos de trabalho; e a implantação da primeira etapa do processo eletrônico conduzirão, no exercício vindouro, o CNMP a um novo patamar institucional.

Do mesmo modo, por meio da execução da Fase III do Planejamento Estratégico Nacional, o Conselho, pautado por valores de uma administração eficiente, participativa e integradora e pelo exercício de um controle firme, independente, técnico e construtivo, seguirá evoluindo no cumprimento de sua missão constitucional de órgão indutor e modelador do Ministério Público brasileiro.

Entretanto, para que todo esse processo chegue a bom termo, o apoio da Presidência da República e do Congresso Nacional faz-se imprescindível, sobretudo no que concerne às propostas legislativas que necessariamente serão encaminhadas para viabilizar a implementação de um plano de carreira próprio para seus servidores e uma reestruturação administrativa proporcional à dimensão de suas atuais demandas e ingentes responsabilidades.



Presidência da República
Casa Civil
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este livro foi composto na família Minion
e impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 115g/m², em janeiro de 2014.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA